

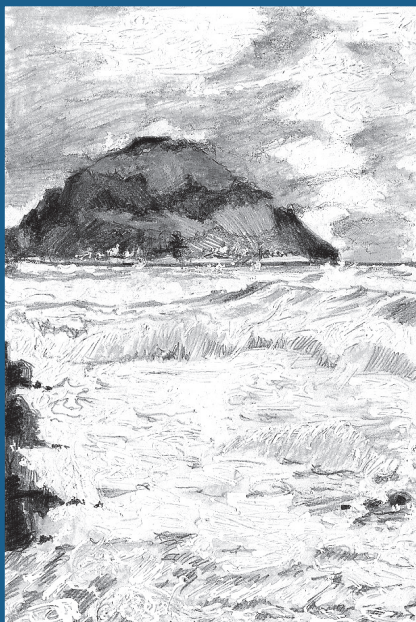
COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 22

# A Condição de Ilhéu

Concepção e coordenação  
de

**ROBERTO CARNEIRO**  
**ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA**  
**ARTUR TEODORO DE MATOS**

Ilustração de  
**LUÍS DE ABREU**



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA





*A Condição de Ilhéu*

## FICHA TÉCNICA

- Título** A CONDIÇÃO DE ILHÉU
- Concepção e Coordenação** ROBERTO CARNEIRO  
ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA  
ARTUR TEODORO DE MATOS
- Editor** CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa  
Universidade Católica Portuguesa  
Palma de Cima · 1649-023 Lisboa  
Tel. 2172141333  
e-mail: cepcep@fch.lisboa.ucp.pt  
www.cepcep.fch.lisboa.ucp.pt
- Tiragem** 750 exemplares
- Data de publicação** dezembro de 2016
- Depósito legal** 421109/17
- ISBN** 978-972-9045-39-4
- Concepção gráfica** SERSILITO-Empresa Gráfica, Lda.  
Travessa Sá e Melo, 209 · Apt. 1208 · 4471-909 MAIA  
Telef. 229436920 · Fax 229436922  
sersilito@sersilito.pt | www.sersilito.pt

**Capa** “Quando o mar invade a Ilha”

COLECÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 22

# *A Condição de Ilhéu*

Concepção e coordenação  
de

ROBERTO CARNEIRO  
ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA  
ARTUR TEODORO DE MATOS

Ilustração de  
LUÍS DE ABREU



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

L I S B O A  
2 0 1 7





## CONDIÇÃO DE ILHÉU

ARTUR GOULART

*Nasci ilhéu.  
A ilha foi crescendo comigo  
vento rodando pelos quadrantes da vida  
o mar afagando poentes  
nítidos horizontes em jeito de nascente  
as palavras a florir  
na correnteza dos sonhos.*

*Hoje na diáspora  
quarenta anos de alentejanas lonjuras  
viagem de amor e de esperança  
primavera de verdes sem limites  
marés vivas de sol e invernias.  
Os dias correndo e o mar em volta  
carta de marear tatuada na memória  
desafiando indelével as palavras e as horas  
isco permanente em ancoradouro de encontros  
e de amigos.*

*Bem pode o Outono colorir ramagens  
e a noite encher um lago de estrelas.  
Bem podem os sonhos adormecer  
na macieira dos versos  
ou chorar pretensas amarguras.  
Bem pode o silêncio fingir abarcar*



*o fundo dos olhos  
e a divina migração das andorinhas  
compensar doridas ausências  
ou invisíveis anjos saborearem  
a partilha do cante.  
Nada adianta: a ilha foi vivendo comigo  
e o mar ali está  
em redor  
sempre.*

Janeiro 2016

## INTRODUÇÃO

### **1. Uma utopia feita topos?**

*Onde vos retiver a beleza dum lugar, há um Deus que vos indica o caminho do espírito.*

*N. Correia<sup>1</sup>*

A presente obra foi o projeto mais longamente preparado, e cogitado, na relativamente longa vida, de quase três décadas e meia, do CEPCEP.

Na realidade, aprovadas as linhas gerais do projeto em reunião de direção há mais de 15 anos ele foi passando por diversas vicissitudes – diria «dores de parto» – até adquirir a forma atual de um volumoso livro, ora posto à divulgação pública para submissão ao escrutínio da opinião qualificada.

Tendo-se visto objeto de vários falsos arranques ao longo dos anos, a dificuldade de lhe dar corpo não será alheia à enorme complexidade e, confessemos-lo, arrojo no sonho que presidiu à ideia da sua feitura: a de produzir um volume marcadamente académico, pautado por esforçados padrões de cientificidade, obedecendo a uma matriz conceitual de raiz, capaz de interpretar a alma dos povos lusófonos e atlânticos que partilham *a condição comum de ilhéus*.

Não foi nada fácil arrancar com a sua elaboração final, começando pelas cerca de duas centenas de convites feitos nominalmente, com a preocupação de uma distribuição o mais equânime possível pelos quatro arquipélagos em apreço, buscando antecipar, e evitar, acusações de parcialidade que eventualmente refletisse a origem dos três co-coordenadores

---

<sup>1</sup> <http://asilhasencantadas.blogspot.pt/2008/12/poesia-de-natlia-correia.html>.

da obra. Do vasto elenco de convidados responderam, com textos notáveis de abertura de alma, de pureza de pensamento, de apurado sentido estético, e de marcada originalidade, 63 autores com a seguinte incidência geográfica: 39 escreveram sobre os Açores, 11 sobre Cabo Verde, 10 sobre a Madeira, e 3 sobre S. Tomé e Príncipe. Foi o que conseguimos; mais seria virtualmente inatingível, nas condições de trabalho e sob a pressão dos calendários a que nos encontrávamos submetidos.

Estávamos, de resto, longe de poder imaginar uma adesão tão maciça a uma ideia que decidimos, em boa hora, divulgar e convidar em regime aberto de colaboração. E mais, ficámos convencidos de que a maioria dos que não puderam contribuir, ainda que expressamente convidados e objeto de pressão da nossa parte, se escusou com uma enorme pena, sendo que, muito provavelmente, tê-lo-ia feito, caso lhe pudéssemos conceder um prazo ainda mais dilatado.

Facilmente se compreenderá, todavia, que qualquer novo adiamento se tornaria absolutamente incompatível com os compromissos editoriais a que nenhum Centro de Estudos pode fugir, prazo esse que se vira já objeto de sucessivas dilações, em cerca de ano e meio, relativamente ao plano inicial de publicação.

## **2. Os agradecimentos devidos**

*Gratidão deriva do latim gratia. O termo significa literalmente graça que está também na raiz do conceito de «agradável» querendo significar um reconhecimento verdadeiro por tudo quanto se recebe.*

*R. Carneiro, mimeo*

A todos os autores – aos que contribuíram com os seus belos textos, bem como àqueles que, não obstante a sua boa intenção e recetividade, não os conseguiram elaborar – vão os nossos agradecimentos sinceros por nos terem aturado, sobretudo com as sucessivas insistências, fixando prazos para a entrega dos textos ou pedindo pequenas revisões de texto por razões de normalização e de legibilidade geral da obra. É este, de resto, o papel – ingrato – de coordenadores de obras coletivas.

A responsabilidade do Centro de Estudos não se limitou a enviar mensagens ou telefonar a putativos autores, insistindo por textos ou pedindo alterações, habitualmente de natureza formal, aos artigos propostos.

Na realidade, por detrás do surgimento deste livro repousa um enorme punhado de boas vontades e imenso trabalho editorial de formatação e de normalização gráfica. Daí que nos seja impossível deixar de agradecer expressamente aos colaboradores seguintes, cuja ação foi determinante para se poder chegar à meta final:

Carlos Alberto Moniz – autor e intérprete musical do CD que acompanha o livro, representando uma contribuição notável, bem à altura do seu perfil de artista inspirado pela insularidade de origem, que ele exprime em cada nota, em cada respiração, em cada entoação.

Luís de Abreu – um lacobrigense de eleição, mas sobretudo um «ilhéu de adoção», notável e incansável ilustrador, que nos quis deixar o seu traço inconfundível, artigo a artigo, através de grandes noitadas de trabalho insano, realizado por via de regra em fortíssimas corridas contra o tempo.

Teresa Gonçalves Lobo – uma artista madeirense que tem passeado a sua arte pelos mais diversos areópagos e que, uma vez mais, nos encanta com uma obra original com que quis ilustrar expressamente esta edição, acompanhada de um poema da sua lavra, merecendo as suas duas criações – poema e serigrafia – uma leitura conjunta de mais valia.

Cristina Pereira – uma verdadeira «formiguinha» infatigável do CEPCEP que a todos nós suporta, com indeclinável paciência e dedicação. Nesta obra, como de resto nas mais variadas «edições cepcepianas», a ela fica a dever-se a tarefa insana de central comunicacional com todos os intervenientes, incluindo os múltiplos mecenas, a remessa e recolha de provas tipográficas, bem como todo o trabalho de articulação visando a produção efetiva do livro final, incluindo as respetivas artes gráficas.

João Simas – um colaborador recente do CEPCEP que se estreia na organização deste livro, tendo-lhe dedicado inúmeras, e pacientes, horas de confeção e de revisão.

A todos endereço por igual o nosso mais sincero reconhecimento pelas aportações generosas e, acima de tudo pela multiplicidade de contribuições dadas, por via de regra em regime *pro bono*, as quais viriam a tornar viável uma iniciativa longamente sonhada.

Por último, *last but not least*, vai o meu preito de reconhecimento e de homenagem aos dois amigos do peito, e ilhéus da mais pura cepa açoriana, que me acompanharam nesta aventura de coordenação de uma obra de enorme proporção e dificuldade: Onésimo Teotónio Almeida e Artur Teodoro de Matos.

### **3. A Narrativa: um negócio de Amigos?**

*O Homem preserva a sua identidade, as suas crenças e o modo de olhar o Mundo; trabalha a terra, recria e conformado no isolamento do mar – sempre em redor –, decide partir, com dor, angústia, num verdadeiro sonho sem limites que o empurra para outros lugares, outras «geografias humanas». Assim nascem e crescem o adeus, a saudade, a despedida, o regresso momentâneo ou definitivo ao seu «mundo de criança», o seu envolvimento familiar, a sua cultura, a sua condição social, em função da sua educação, e a necessidade enorme de participação nas mesmas crenças, tradições e práticas do seu lugar – as aldeias, as capelas e os impérios do Divino Espírito Santo dos Açores...*

*L. de Abreu, mímeo*

Somos coevos, este triunvirato, e representantes de uma geração, hoje dispersa, mas que se viu outrora reunida, nas suas deambulações escolares, sob o manto nebuloso da ilha Terceira, Açores, não obstante as origens diferenciadas de cada um. Não desdenhamos a comum origem no local, onde a comunicação básica tem lugar em português, porventura mais festivo, permanentemente festivaleiro.

*Ainda sinto os pés no terreiro  
Que meus avós bailhavam o pezinbo,  
A bela Aurora e a Sapateia  
É que nas veias corre-me basalto negro  
E na lembrança vulcões e terremotos.*

*Se no falar, trago a dolência das ondas  
O olhar é a doçura das lagoas  
É que trago a ternura das hortênsias  
No coração a ardência das caldeiras.*

*Trago o roxo, a saudade, esta amargura  
Só o vento ecoa mundos na lonjura  
Mas trago o mar imenso no meu peito  
E tanto verde a indicar-me a esperança.*

*É que nas veias corre-me basalto negro  
No coração a ardência das caldeiras  
O mar imenso me enche a alma  
Tenho verde, tanto verde a indicar-me a esperança*

*Por isso é que eu sou das ilhas de Bruma  
Onde as gaivotas vão beijar a terra  
Por isso é que eu sou das ilhas de Bruma  
Onde as gaivotas vão beijar a terra.*

*M. M. Ferreira<sup>2</sup>*

Celebramos o culto do mar, cultivamos a magia do nevoeiro que as altivas árvores predatoriamente «engolem», olhamos atentos o horizonte longínquo onde o céu e o mar se beijam, adoramos a Mãe Natureza adornada pelo verde prado omnipresente e pela torrencialidade rosa-azul hortênsica, veneramos a herança da maresia.

*Somos berdeiros dos quatro ventos  
sem nenhuma vela para lhes dar:  
Temos amarras e temos lenços  
num cais de pedra para acenar.*

*Somos berdeiros da maresia  
que salga os olhos de olhar o mar:  
E temos rios de lava fria  
que se recusam a desaguar.*

*Somos berdeiros de uma lembrança  
de tesouros afundados.  
E arpoamos a esperança  
na nossa morte reclinados.*

*Somos berdeiros de um rombo aberto  
no nevoeiro secular  
tranquilos náufragos do incerto  
Vamos morrer no mar!*

*E. Félix<sup>3</sup>*

---

<sup>2</sup> [http://som\\_das\\_letras.blogs.sapo.pt/8837.html](http://som_das_letras.blogs.sapo.pt/8837.html).

<sup>3</sup> [http://som\\_das\\_letras.blogs.sapo.pt/5695.html](http://som_das_letras.blogs.sapo.pt/5695.html).

E é na contemplação paradisíaca, inescapável, das fajãs tingidas de intenso verde, do azul mar onde habitam os cachalotes, do céu relampejante de faíscas multicolores, da terra que aos estremeções é causadora de traumáticos temores, da alvura das casas torneadas pelo austero basalto, que nos fazemos consanguíneos dos imortais poetas, aqueles que olham o oceano e a lava com olhos líricos, e se deixam matar com o mesmo ferro com que foi morta a lira.

*Morte que mataste Lira,  
Morte que mataste Lira,  
Morte que mataste Lira,  
Mata-me a mim, que sou teu!*

*Morte que mataste lira  
Mata-me a mim que sou teu  
Mata-me com os mesmos ferros  
Com que a lira morreu*

*Poema tradicional dos Açores<sup>4</sup>*

Fruto de encontros e de (re)encontros, tal a sina do *Homo Viator*, o insular é, por vocação, um peregrino, em tom menor, impregnado da saudade indizível a que o sal-gema circundante acrescenta sabor e torna palatável. Sofremos, em comum, na carne, essa saudade que dói intensamente, qual aresta basáltica que fere, que magoa, e que nos faz chorar copiosamente sobre memórias que, a um tempo, nos corroem interiormente mas que, estranhamente, nos servem igualmente de balsâmico consolo.

*São tantas as saudades ...  
que as nem posso contar.  
São tantas como as estrelas ...  
Como as há areias do mar*

*A saudade é um luto ...  
Uma dor, uma aflição  
É um cortinado roxo ...  
Que me cobre o coração*

*Poema tradicional dos Açores<sup>5</sup>*

---

<sup>4</sup> Côrtes-Rodrigues, A. (1982). *Cancioneiro Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Vol. 3, pp. 383-385.

<sup>5</sup> [amusicaportuguesa.blogs.sapo.pt/315728.html](http://amusicaportuguesa.blogs.sapo.pt/315728.html).

Sentimos aquela contradição desconcertante que só o ilhéu experencia: uma força centrífuga que sendo mais forte, cede por tempos intercalados, à centripetação do ilhéu lusófono. Ou não fora Portugal, um arquipélago, na luminosa metáfora de Agostinho da Silva, um *Portugal arquipelágico* que deixou pegadas nos mais recônditos lugares do planeta, o qual se viu cuidadosamente esquadrinhado, e aproximado, pelos nossos ilustres antepassados, num vaivém continuado feito de muitas idas e de alguns regressos.

Na realidade, todos o sentimos, nós que saímos das ilhas há mais de cinco décadas, somos intérpretes de uma espécie de *benedição*. Partimos, numa «madrugada cálida e sombria», em jeito de êxodo ao insuportável peso do isolamento – a partida e a despedida eram assumidas como inelutabilidades no ilhéu que se autonomiza, acede à maioria, escapando ao mar que o sitia – mas todos levamos dentro de nós um pedaço originário das ilhas, do qual, por mais que queiramos, não nos conseguimos nunca desembaraçar! É aquela pulsão para o eterno regresso que nos assombra!

*Mamãe velha vem ouvir comigo  
O bater da chuva lá no seu portão  
É um bater de amigo  
Que vibra dentro do meu coração*

*Venha mamãe velha vem ouvir comigo  
Recobre as forças e chegue-se ao portão  
Que a chuva amiga já falou mantenha  
E bate dentro do meu coração*

*A chuva amiga mamãe velha  
A chuva que há tanto tempo não batia assim  
Ovi dizer que a cidade velha  
A ilha toda em poucos dias já virou jardim*

*Dizem que o campo se cobriu de verde  
Da cor mais bela porque é a cor da esperança  
Que a terra agora é mesmo o Cabo Verde  
É tempestade que virou bonança*

A. Cabral<sup>6</sup>

<sup>6</sup> [http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_africana/guine\\_bissau/amilcar\\_cabral.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/guine_bissau/amilcar_cabral.html)



Tudo isto para dizer, em síntese, que esta publicação é cerzida a amizade profunda e solidária, num reencontro que o acaso – sê-lo-á apenas isso? ou será antes fatalidade? – prodigalizou e que legou, como consequência material imediata, uma obra de dimensão verdadeiramente monumental. São os amigos e as memórias que se grudam e não descolam nunca mais!

*É um bater de amigo  
Que vibra dentro do meu coração  
...  
É tempestade  
que virou bonança<sup>7</sup>*

#### **4. E pergunto-me a final: Será a geografia destino?**

*Tinha ouvido a um oficial de marinha que a paisagem do arquipélago valia a do Japão. E talvez, valha... Não poder eu pintar com palavras alguns dos sítios mais pitorescos das ilhas, despertando nos leitores o desejo de os verem com os seus próprios olhos!...*

*R. Brandão<sup>8</sup>*

Será a condição insular essencialmente determinada pela geografia e será essa geografia seu destino existencial? Qual a consequência de se ter o mar como única fronteira física, e potencialmente política: o não ilhéu será sempre, literalmente, um estrangeiro? A força do mito terá a ver com a singularidade do isolamento? Será o sentimento de fatalismo mais exacerbadamente sentido no ilhéu isolado? A escassez de oportunidades para o jovem ilhéu «dar o salto», nos anos que decorreram até finais do século XX, tornou-o prisioneiro da ilha (o «salto» de ilhéus precedeu e vem datado de muito antes do «salto» do continental na década de '60)? E qual a nova relação entre ilhéu e continente que se fez agora comum com a democratização dos meios de transporte? Será que o dia de São Vapor (dia em que íamos ao cais do Pátio da Alfândega ver chegar as lanchas com

<sup>7</sup> Évora, C. (2001). *Regresso (São Vicente di Longe)*, In <https://www.vagalume.com.br/cesaria-evora/regresso-sao-vicente-di-longe.html>

<sup>8</sup> Brandão R., Pref. de Machado Pires, A. (2009). *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*. Açores: Artes e Letras, p. 43.

os forasteiros de fala estranha, nomeadamente continentais, provindos das embarcações que escalavam as ilhas principais, ancorando ao largo: Carvalho Araújo e Lima) é hoje substituído por «*airspotters*» estrategicamente colocados ao redor dos aeroportos? Que novos dramas vive o ilhéu isolado perante o fenómeno da globalização que vence as fronteiras físicas (o contraste entre a realidade analógica e a ficção digital)?

E o que seriam as ilhas (9+9+2+2) desabitadas – sem rasto humano? O que é que lhes conferiria identidade insular e personalidade própria distintiva? Numa ficção: troca de habitantes insulares – açorianos por cabo-verdianos e madeirenses por são-tomenses – como se caracterizariam os novos ilhéus em tal experiência-piloto, concebida como mera teoria? A relação umbilical e inquebrantável com a terra de origem é marcante, com certeza. Ser açoriano ou madeirense é diferente de ser transmontano ou gabonês?

*Minha Madeira, ó meu encanto  
p'ra te cantar eu sou profano  
joia que Deus num dia santo  
deixou cair no oceano.*

*Como tu não há nenhuma  
e nas noites sonbadoras  
bordam das ondas a espuma  
os dedos das bordadoras*

*N. de Barros<sup>9</sup>*

Iniludivelmente apegado à dureza da geografia, feita destino, definitivo para todos, transitório para alguns que dela alcançam descolar, o ilhéu consegue fazer da ironia a sua grande arma argumentativa, inclusive aplicando-a sabiamente a si próprio, rindo-se das suas fraquezas, gozando com as suas debilidades, brincando com as suas infelicidades, troçando dos seus desamores.

Assim mesmo, o insular convive com a imensidão do mar e da lava, em que se crê duplamente latifundiário, mas cedo se vê preso de tamanha riqueza, encarcerado na costa aonde deu «nos baixos da Urzelinha»<sup>10</sup>...

<sup>9</sup> [http://www.portaldofado.net/component/option,com\\_jmovies/Itemid,336/task,detail/id,3359/lang,pt/](http://www.portaldofado.net/component/option,com_jmovies/Itemid,336/task,detail/id,3359/lang,pt/)

<sup>10</sup> Côrtes-Rodrigues, A. (1982). *Samacaio. Cancioneiro Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Vol. 3, p. 432.

*Na longa viagem que não finda  
[...]  
O lenço branco me acena ainda*

*N. Correia<sup>11</sup>*

No Verão de 1924, tirando notas para o seu livro de tese, *As Ilhas Desconhecidas*, Raul Brandão fala da beleza da mulher terceirense nos seguintes termos: «*Foi aqui que vi as mais lindas figuras de mulheres dos Açores – tipos peninsulares, de cabelos negros e olhos negros retintos*».

*Os teus olhos  
pretos, pretos,  
são gentios, são gentios,  
da Guiné.  
Por serem negros,  
gentios, por não ter fê.*

*Olhos pretos  
são brilhantes,  
semelhantes,  
aos luzeiros,  
que o céu tem.*

*Olhos pretos,  
eu preferi,  
nunca vi,  
de cor mais linda  
em ninguém.*

*Poema tradicional dos Açores<sup>13</sup>*

*És linda, és linda, és engraçada  
és linda, és linda, és engraçada.  
És engraçada,  
és uma bonita amante,  
bonita amante.*

*Poema tradicional dos Açores<sup>12</sup>*

Recordo-me, como se fosse hoje, de Vitorino Nemésio, na travessia do canal (Faial-Pico) em dia de mar picado, a bordo da Espalamaca, explicar aos jovens estudantes liceais que ele na altura acompanhava: «Reparem

<sup>11</sup> Correia, N. (1999). *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias. Manbã Cinzenta*. Lisboa: Publicações Europa América, p. 39.

<sup>12</sup> Côrtes-Rodrigues, A. (1982). *Cancioneiro Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Vol. 1, p. 157.

<sup>13</sup> 1.<sup>a</sup> quadra popular; 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> quadras da autoria de Augusto Hilário da Costa Alves.

bem meus meninos. Os primeiros a enjoar são os açorianos, só depois ficarão mareados os continentais». E assim foi, cumpriu-se a profecia do Mestre. Um a um, nós os açorianos fomo-nos chegando à borda da embarcação e cedo começámos a alimentar os peixinhos esfomeados, para só bastante depois os de fala continental, e apenas alguns, nos imitarem.

O mar é «medonho» para o açoriano normalmente apegado à terra honrando as origens do seu povoamento em essência feito por agricultores do continente que fogem às agruras da crise, a tal ponto que, na ilha do Pico me foi explicado que todo o lucro da faina dura do mar é investido na terra. Esta constatação traz-me à memória viva as mulheres que, tapadas de preto da cabeça aos pés, acorriam à ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem, implantada ali no extremo da Rua Francisco d'Ornelas, no Corpo Santo, a mesma rua que habitei nos meus 16 anos de *rabo-torto*, lugar de pescadores, para rezarem fervorosamente pelo regresso dos homens, maridos e filhos, embarcados na faina noturna da pesca.

*Terra lavrada por navegadores  
E os que no mar pescam são agricultores<sup>14</sup>*

Na boa tradição poética insular, a principal fonte inspiradora é de *natureza etílica*. A minha iniciação fez-se na celebérrima Tasca do Antero, sita logo à saída do Liceu, pelo lado da antiga JEC – no início da Rua Frei Diogo das Chagas. Eram meia bola (caneca de meio litro, custando meio escudo) ou uma bola (caneca de um litro, custando um escudo) que eram «emborcadas» de um único golo – sintoma supremo de virilidade – pelos jovens liceais, que por esse ritual passavam e quantos se afeiçoaram por demasiado deixando-se aprisionar pelo intensamente frutado sumo de uva que dá pela curiosa designação de *tintol de cheiro*.

*Videiras do nosso espanto  
Com a casta da amizade*

*Dionísio bem disposto  
Fez do vinho liturgia*

*Pedras brancas da delicia  
Que beber não é pecado*

---

<sup>14</sup> [http://www.rtp.pt/acores/comunidades/acores---sophia-de-mello-breyner\\_40479](http://www.rtp.pt/acores/comunidades/acores---sophia-de-mello-breyner_40479).

*Este vinbo que me abrasa  
É grãozinho na asa*

*Devagar devagarinho  
Bebo um copo de vinbo  
Para matar a tristeza*

*Poema tradicional dos Açores*

Pois, a mim, que escrevo uma boa parte do presente texto introdutório em pleno processo de procura da minha segunda raiz – a China: «When the leaves fall they seek the roots, to join them», assim fui instruído desde tenra idade, segundo a ordem de pensamento milenar oriental – vêm-me inelutavelmente à mente os grandes poetas matriciais chineses do século VIII – situados em plena dinastia Tang, em cuja antologia poética *Heyue yingling ji*, eles se encontram abundantemente representados – Li Bai e Du Fu. Estes trovadores, evocam as fontes mais insuspeitas, andavam constantemente ébrios. A mesma tradição *sínica* costuma contar que Li Bai, completamente dominado pelo alto teor alcoólico concentrado no seu organismo, morre alegremente afogado no lago para onde mergulha, pensando atirar-se para o seio da lua cheia generosamente refletida nas águas lacustres... Pessoalmente, propendo a lobrigar Li Bai, gordinho e anafado, trocando o passo enquanto entoa a moda insular que venera o doce néctar que nos Açores é, novamente o recorde, o vulgo *vinbo de cheiro (vinbo morangueiro)*.

*Ai venba vinbo, venba vinbo  
venba mais meio galão  
(venba mais meia canada)*

*Quem quiser beber vinbo  
ponha a boca ao garrafão  
(ponha a boca na levada)*

*Minha mãe não quer que eu beba  
Nem vinbo nem aguardente  
Nada no mundo me alegre  
Só contigo estou contente*

*Se os senhores querem que eu cante  
Dêem-me vinho ou dinheiro  
Que esta minha gargantinha  
Não é fole de ferreiro*

*Poema tradicional dos Açores*

*A balada poética, brocada!, a prosa  
A prosa que, transpuseram, em poesia  
Qual seja bela, perfumada!, rosa  
Cujos espinhos, souberam, a maresia*

*Rosa Maria, fasta!, pecaminosa  
Cujos lábios, perfumados, analgesia  
Rictus de contornos, basta!, escabrosa  
de gestos faltosos, ousados, transgredia*

*a báquica moléstia  
de fala manhosa  
que a todos nós, contagia!*

*qual frente graciosa  
circunscrita a magia  
palavra refeita, espirituosa!*

*R. Carneiro, Mesóstico, mimeo*

## **5. Confissões de um Ihéu abastardado**

*Ouiu-te a voz longínqua sobre os mares  
A quilba da ameaça que os cortava  
E os homens que te ergueram seus olhares  
Descem a mão que a arma empunhava.*

*Sobre os campos da terra e sobre os rios,  
Sobre o verde das ervas, sobre as fontes  
Piram sinistras luas e sombrios  
Sóis projetam a sombra sobre os montes.*

*Mas no horizonte lívido do dia  
Recuam quando passa a nuvem fria  
Os pássaros metálicos da morte.*

*E na amplidão da luz que resplandece  
É de ti que surgiu a mão que tece  
A esperança nova à humana sorte.*

*A. França<sup>15</sup>*

<sup>15</sup> In Ferreira, M. (1975). *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, I. Lisboa: Seara Nova, pp. 142-143.

[http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=\(soneto\)%20franca,%20arnaldo](http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=(soneto)%20franca,%20arnaldo)

<https://search.avira.net/#/web/result?source=omnibar&q=ARNALDO+FRANCA+POESIA>

Submeti-me à experiência recente, há uns escassos quatro meses (5-9 outubro 2016), reveladoramente intensa e inolvidável, de retorno à ilha de origem, acompanhado de minha mulher e de uma parte dos filhos e netos, que nunca tinham sido expostos à condição de ilhéu.

Foi uma emoção única, indescritível, partilhada por cada um, e por todos, os doze viandantes que me acompanharam. Voltar à casa onde vivemos – graças à extrema cortesia do atual proprietário e um rapaz do meu tempo, José Orlando Sousa – rever a geometria dos quartos que eu reproduzia de memória, visitar a velha figueira situada na interseção dos dois jardins, o nosso e o dos vizinhos Alvarina e Frank, onde brinquei quase diariamente; recordar cada requebro do alpendre de entrada da casa cujo muro escalei vezes sem conta; lembrar o arbusto de arazás que tínhamos à entrada do portão ou o canteiro retangular florido que eu contornava hábil e repetidamente no meu triciclo; voltar a pisar o nosso jardim traseiro – estranhamente mirrado, em comparação com as minhas memórias infanto-juvenis – onde revi de cor o curral de porcos – para cuja alimentação percorríamos a vizinhança de balde na mão para recolher as «lavagens» –; a capoeira de galinhas onde aprendi verdades fundamentais como o número ideal de ovos «galados» a chocar de cada vez, ou a forma de retirar o choco aos galináceos que queríamos voltar a colocar em modo poedeiro através de mergulhos forçados da martirizada galinha num tanque de água fria, ou a impossibilidade de manter dois galos no mesmo galinheiro, ou o imperativo de cruelmente amputar as galinhas seja cortando o bico às que comiam os próprios ovos ou aparando as asas às que, voando, saíam do recinto limitado que lhes era reservado.

Do mesmo passo, fui assaltado por imagens tumultuosas dos tomateiros infestados de teias de aranha; das couves ratadas pelos caracóis insaciáveis; das maçarocas de milho que afanosamente colhíamos em fase ainda tenra para cozê-las, e degluti-las, gulosamente, a quente e barradas de manteiga; das alfaces sempre sedentas de água para crescerem vigorosamente; do maracujazeiro que, trepando pela parede, ia lançando as suas garras; das caiotas espriadas em latada viçosa em plena estação de veraneio; e, naturalmente, da Judy e do Pal, os meus dois companheiros de brincadeira de criança, cadela e cão fieis, que eu conheci desde cachorros até à morte, passando por todos os ciclos de vida.

E tive a oportunidade de perguntar pelos irmãos Lucianos que moravam em frente; pelos Jorge e Paulo Missael em cuja sucata brincávamos aos cowboys e índios até altas horas da noite pela vizinha Tininha em quem a minha Mãe confiava a escolta pessoal diária, cedo pela manhã, a qual, com os seus dez aninhos mas uma compleição física atlética e reconhecido mau

feitio, afastava destemidamente a rapaziada que procurava assediar o chinêsinho de três anitos que se dirigia à escola primária do Tenente Areias, sita na rua do Santo Espírito; pela casa do chefe Mendes, polícia implacável, cujos filhos, Egberto e Duarte, não ousavam acompanhar a malta do Corpo Santo nas suas jogadas à bola em plena rua Francisco d'Ornelas, fintando carros e polícias que nos perseguiram e nos confiscavam as bolas ou os piões com que também fazíamos renhidos campeonatos. Recordei intimamente os pregões dos peixeiros que vendiam chicharros (equivalentes aos carapaus no continente) a um escudo cada centena; as minhas idas de tijela vazia para comprar meio escudo de «massa de malagueta» na mercearia Zé do Pico ao virar da esquina do Matateu, na Rua do Cardoso, sendo certo que metade da encomenda era consumida por mim, pelo caminho; ou as longas sessões de patinagem sobre rodas no pavimento cimentado da central elétrica ao fundo da Rua Álvaro Martins Homem.

Numa breve passagem pelo Porto de Pipas, que permanece austero como dantes, relanceei o olhar pela baía dominada pelo altaneiro Monte Brasil, descortinando ao longe a *prainha*, o pátio de alfândega hoje desfigurado por um implante sob a forma de marina. Vieram-me à memória horas e horas de contemplação dos cavalos de crinas brancas que, com o meu pai pela mão, os meus parcos 7 ou 8 anitos permitiam lobrigar, cavalgando a sétima onda. Assaltaram-me a mente cenas cruéis, que ainda hoje me perseguem, da morte de uma tartaruga sénior que resistiu sem sucesso, durante uma boa meia hora, à violência predadora de seis pescadores que a trucidaram barbaramente com catanas, em pleno cais, para onde a arrastaram com umas cordas que impediam os seus esforços para regressar ao conforto do mar, acabando por a decapitar, assim obviando a que ela se protegesse enfiando a cabeça dentro da dura e inexpugnável carapaça que a protegia. E, veio-me subitamente ao ouvido, a fala pausada do meu pai explicando-me por que é que, havendo completada a nossa pescaria da madrugada, nos mantínhamos ali de cana de pesca na mão, armada do isco constituído pelas minhocas que havíamos desenterrado horas antes, mas... sem anzóis. É que, explicava o pai, era necessário que os peixes ganhassem confiança em nós e viessem comer o isco sem o perigo de se verem presos num vil anzol que os içaria para dentro do balde dos nossos pescados. «Besides, Son», acrescentaria ele, «it is only fair that having us fished enough for our daily meal, we in turn provide the other fish with access to a fair amount of the food contained in our remaining baits» – sábia conduta que, apenas muitos anos depois consegui perceber, na sua plena lição de vida e de escrupuloso respeito pelos equilíbrios da natureza. Foi essa inaudita experiência que me levou a



interpretar o mandato bíblico «crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra» (*Gn* 1, 28), com a profundidade que tal soberania delegada exige ao homem, designadamente o respeito pela obra da Criação, sendo assim, em minha modesta opinião, um *ide e afirmai a vossa supremacia, governai o mundo com justiça, respeitando a santidade da vida, fazendo as pazes com a natureza, e convivendo com os demais seres vivos*, enquanto ser eleito de entre os demais, «chamado a cultivar e guardar o jardim do mundo» (*Gn* 2, 15).

Na dureza franca do quotidiano ilhéu que nos faz fortes perante as maiores adversidades, aprendi a defender-me aos 6 anos dos assédios mais estranhos; compreendi a defesa *à outrance* da honra açoriana quando encontrámos o nosso vizinho dependurado pelo pescoço, ainda escoiceando, em plena sacristia da ermida de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Viagem, pelo facto de ter sido informado da infidelidade conjugal da sua mulher; ou quando, ainda menino com uns escassos 10 anos, assisti, por mero acaso (numa estranha, mas consentida, ausência de interditos), ao resultado de um aborto provocado por métodos sumários e mecânicos em jovem mulher que engravidara, fruto de relação proibida. Mas também, entendi a humanidade de rituais como os do longo namoro à janela do 2.<sup>o</sup> ou 3.<sup>o</sup> andares (assim como das gripes e torcicolos associados...) antes de ser autorizado a levar a jovem ao cinema ou ao baile, convenientemente acompanhada de *chaperon* como é evidente; do ter de me fazer homem aos 16 anos, com a morte do pai, e passar a proteger o agregado familiar dos predadores que se aproveitavam das viúvas e do seus bens; ou ainda a da generosidade sem limites do Dr. José Leal Armas, que conhecera apenas como veterinário dos nossos dois cachorros, que aparece um belo dia em nossa casa confrontando-me, estupefacto e sem fala, com a oferta de um piano novo, tendo tomado conhecimento da venda do nosso velho piano de estimação, por necessidade de sobrevivência material (foram momentos de aflição em que nos valeram a família em Lisboa e nos EUA, e os vizinhos; lembro-me de comer papas de pão em leite com uma colher furada a fim de que pelos buracos escorresse o leite que era religiosamente poupado – e fervido – para servir uma nova refeição, quejanda, mais tarde)...

Enfim, foram memórias em catadupa onde revivi os amigos de rua e colegas de brincadeiras – o Alexandre, o Sabina, o João Mão-de-Ferro, o Raminha, o Betinho, o Pitosgas, o Jacqueline, o Gaspar, o Leonel, o Pacheco, o Rui, a Ana Paula, a Lúcia, a Raquel, a Lisa, o Ciríaco, o Couto, o Américo, o Bartolomeu, o Henrique, e tantos outros, genericamente cama-

radas do velho Mosteiro de S. Francisco, então Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, hoje Museu de Angra, em cujo «estádio da pedra» gastei soleiras de sapatos (para desespero da minha mãe), amigos de infância e de juventude cujos paradeiros perdi, embora vá a custo recuperando alguns, com a dificuldade de seis décadas de permeio, durante as quais já alguns deixaram o rol dos vivos. Em plena Praça Velha, recordei as visitas semanais que fazia à carrinha da Biblioteca Itinerante da FCG acostada do lado do edifício da Câmara Municipal mesmo junto à interseção com o arranque da Rua do Galo, que, em conjugação com a biblioteca sita no quiosque à entrada do Jardim de Angra, me abriram a porta a toda a sorte de literaturas desde *As Viagens da Minha Terra* ao *Crime do Padre Amaro*, das *Aventuras do Barão de Münchhausen* ao *Retorno a Peyton Place*, dos livros Hans Küng ao *Vale das Bonecas*, numa total e reiterada ausência de controlo ou de censura prévia. Foi emocionado que voltei a bebericar o sumo divinal que fica cativo na rocha após a deglutição da craca; que saboreei a nossa inconfundível alcatra de carne; que com um prazer lúdrico cortei e comi os deliciosos filetes de abrótea que, por mais que tente, não consigo encontrar à venda nos mercados continentais; ou que, no histórico e carismático Athanasio, postado ali mesmo em frente da Sé, revisitei com luxúria os sabores de infância: as cornucópias, o alfenim, a massa sovada, as donas amélias...

Enfim, tudo isto à laia de íntima revelação para confessar o inconfessável – que o ilhéu é impenitentemente agarrado à *morrinha* de origem e não despega da sua condição, mau grado a erosão do tempo ou as agruras da sua peregrinação.

E a agarração é de tal ordem que se transmite através de cromossomas e por via genética. Querem prova disso?

Ora bem, para os mais incrédulos, ofereço de seguida a prova, mediante a citação de um escrito poético, e inventivo, confeccionado lá de longe em São Paulo, Brasil, por uma filha, a sempre querida Madalena, doutorada em Microbiologia (IGC, UNL) e mestre/licenciada em Engenharia Química (IST). A Madalena, posta perante o desespero de não poder participar nesta nossa romagem de saudade terceirense, pela lonjura em que se encontra da Pátria, fez a oferenda ao seu pai velho, a quem ela terá ouvido falar amiúde das suas recordações de meninice e de juventude, como ilhéu, de um emotivo texto que aqui reproduzo no essencial (escrito enviado espontaneamente, por mensagem eletrónica expedida no dia 5 de outubro de 2016, imediatamente antes da nossa partida do aeroporto de Lisboa para o das Lajes, Terceira; esclareço em jeito de nota de rodapé que a Madalena,

nos seus 31 anos de vida, jamais visitou as ilhas açorianas, nem tão pouco pisou qualquer dos quatro arquipélagos em apreço).

### ***Um passeio na Terceira***

*Um passo, dois passos, três passos.*

*Olho para baixo e em vez de duas pernas de adulto que tropeçam tenho pernas de criança. Gordinhas, musculadas, daquelas que correm todos os dias na ilha.*

*Caminho de manhã para a escola, olho o mar que ficou tão mais azul com o passar dos anos, e respiro. Inspiro, expiro, fecho os olhos e recordo. Inspiro, expiro, abro os olhos e tudo está transformado. Mas não na essência. Ainda sou eu, baixinho e gordinho, sobressaindo no meio das outras crianças. É a minha mãe com o seu feitio decidido, sorrindo. É o som da música do meu pai que toca mesmo quando ele não está. O seu violino, piano, saxofone... Tocam sempre juntos na minha cabeça. E tão mais o tempo passa, mais claras ficam as notas. Mais consigo ouvi-las distintamente, claramente, sem confusão nenhuma. Mais definem elas a melodia da minha vida.*

*É aí que continuamos a jornada. Mas agora não ando, corro! A escola acabou e o caminho para casa é uma aventura, pergunto-me como vivi aqui tantos anos. Como em criança dei a natureza por garantida, os passeios de ar puro e os amigos que ficaram por 60 anos. Fecho os olhos e respiro o sal do mar, respiro o som do mar, ouço a vida que o mar traz. E é assim que me converto eu próprio em mar. E toda aquela limitação que alguma vez senti converte-se numa libertação desmesurada. De cor, de vida, de som, de paz. Sou um homem livre. Sou um homem que conquistou o mar.*

*O acorde desafinado do órgão desperta-me da hipnose e direciona-me para a igreja. Vejo-me sentado no banco, de fato branco, penteado. Toco com um sorriso na cara, parte de uma comunidade que leva a vida dia a dia, ninguém sabe o que virá amanhã! Somos felizes no que muitos considerariam pouco. Tolos! Não sabem o calor que nos vai na alma, a simplicidade de viver a beleza, de observá-la na sua plenitude virgem: azul, verde, de todos os tons do arco-íris. Posta aqui exatamente como veio ao mundo no princípio dos tempos.*

*Por que é que as formas e cores da rocha variam tanto? Puxo os braços dos meus pais, enquanto pergunto incessante na caminhada que fazemos pelo monte Brasil. É um milagre? Por que a terra está zangada na ilha e liberta cheiros que repelem? É uma maldição? Por que tenho de saber tudo? Ando mais devagar e fico só mais um bocadinho neste momento. Agarro até que fique colado em mim. Para que possa visitá-lo sempre que queira.*

*Chego por fim ao destino que procurava, a minha praia. O meu pé enterra-se na descoberta humana, na expedição de grandes aventureiros de outrora. Ainda não sei que este lugar mágico trata a viagem da minha vida. Eu escrevo-a em letras grandes na areia, mas o mar modifica-a quando passa por cima e a terra torna-a confusa quando seca.*

*Não importa. Fica tão mais bela, tão mais única. E estão lá todos. Pais, filhos, netos, amigos, primos. Sempre estiveram lá.*

*Por fim encontro a melodia, é esta a minha praia vitoriosa.*

*M. Carneiro, mimeo*

*Q.E.D. (quod erat demonstrandum).*

O que é sumamente interessante é que o sentimento de ilhéu, cavado lá das profundezas do meu ser, vem à superfície, latejante, sempre que visito, em missões de trabalho, cada um dos demais arquipélagos que são objeto de tratamento no âmbito da presente obra.

Foi assim com Cabo Verde aonde me desloquei três a quatro vezes por ano, em longas viagens de trabalho, com a duração aproximada de um mês cada, no contexto das quais tive a rara oportunidade de privar com o meu *irmão* André Corsino Tolentino, distinto Ministro da Educação, durante uma boa parte das décadas de '80 e de '90. Com ele, aprendi o modo cabo-verdiano de ser ilhéu, nadando na Baía das Gatas, dançando ao som dos Tubarões no DiNós, comendo moreia frita na Cidade Velha, visitando a sua ilha verdejante, Santo Antão, sorvendo o grogue inebriante da cana dessa ilha, experimentando o golfe no «brown» da ilha da Boavista, gozando a paisagem lunar do Mindelo, gozando o Morabeza da ilha do Sal, comendo uvas em plena cratera do Fogo, buscando por montes e vales a Tchica Samêdo para a reunir com a neta lisboeta que nunca vira, mas sobretudo labutando dia e noite em busca de soluções para a complexa insularidade do país, curiosamente replicando as nove ilhas açorianas que eu havia vivido em anterior encarnação. E foi aí, também, que me dei conta de um miraculoso desdobramento de personalidade em que um poeta pode transmutar-se num esforçado Ministro das Finanças (cf. Arnaldo França de cujo soneto me aproprio para fornecer um colorido inicial ao presente capítulo).

Do mesmo passo, sinto-me bem quando me encontro em São Tomé e Príncipe. Conheci este arquipélago bipolar em finais da década de '70 aquando da primeira missão de cooperação educacional da Fundação Calouste Gulbenkian formatada segundo rigorosos termos de referência

que, sob o olhar plácido e benevolente do saudoso Vítor Sá Machado, eu havia proposto seguindo a minha experiência de missões ao serviço de organizações internacionais (Banco Mundial, OCDE, UNESCO, Bancos Africano e Interamericano de Desenvolvimento,...). Ressalvado o facto de a viagem de retorno ser feita pelo aeroporto de Luanda onde, para desespero dos companheiros de longa data Fraústo da Silva e Eduardo Marçal Grilo que aceitaram fazer equipa comigo, nos aconteceu tudo quanto se possa imaginar de traumático... Cedo me enamorei das gentes são-tomenses, guiado por dois outros verdadeiros irmãos – o Carlos Tiny da Silva e o Rafael Branco – que aprendi a conhecer, e a admirar, nos dramas íntimos da governação de ilhas ubérrimas aonde o povo não tem de se esforçar, trabalhando, para se alimentar: basta colher! Visitei as devastadas «roças» de São Tomé adivinhando, por detrás da destruição de uma presença cubana, a pompa dos respetivos tempos áureos, fiz o difícil trajeto até Angolares por uma estrada esburacada papa-pneus, também atravessei a ilha de lés a lés desde Santa Cruz até Neves, sempre viajando pela sua periferia como é evidente, aprendi sobretudo que «aqui, não há achismos», curiosa expressão que passei a adotar nas minhas aulas para afastar a lusa tentação de divagar e de opinar, sem base fundamentada, sobre qualquer assunto que venha à baila. Voltei a São Tomé nas mais diversas circunstâncias, sendo sempre recebido em ambiente de festa fraterna, sendo que a última vez constituiu uma experiência profissional raramente vivida por um modesto professor. Convidado pelo Colega da FCEE, Luís Cardoso, verdadeiro mago e incansável empreendedor dos programas para Executivos da UCP, passei uma semana no Hotel Pestana em São Tomé, praticamente enclausurado num salão de festas adaptado a sala de aula, lecionando à totalidade das autoridades locais: Primeiro Ministro, Rafael Branco, o pleno do seu elenco ministerial, onde se destacava o Carlos Tiny da Silva como Ministro dos Negócios Estrangeiros, os líderes dos diversos grupos parlamentares, os presidentes e gestores das principais empresas públicas do território... E o mais surpreendente é que, seguramente por respeito à autoridade do Primeiro Ministro, ninguém arredou pé, frequentando estoicamente as 8h de aulas diárias que eu, fazendo das tripas coração, lá fui lecionando como soube e pude, durante 6 longos dias! E o sucesso foi de tal ordem que, a páginas tantas, até desenhámos na hora, alguns casos locais, para debater, e ilustrar, a árida matéria de Liderança, Mudança e Gestão do Conhecimento que me tinha sido encomendada!

Já no caso da Madeira tenho razões de sobra para me sentir bem-vindo e completamente à vontade. Na realidade, a minha mulher é, na prática madeirense, tendo vindo nascer à maternidade a Lisboa, por mero acidente,

tendo passado a infância naquela ilha. O meu sogro, Engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa, foi o principal responsável, durante mais de uma década, pela monumental obra de engenharia conhecida pela construção das «levadas», através das quais se conseguiu finalmente aproveitar as águas pluviais e proceder à sua utilização racional pelos principais interessados, designadamente, os agricultores, constituídos para o efeito em cooperativas. Assim, foi absolutamente natural que tivéssemos sido recebidos nas mais diversas deslocações em serviço à Madeira, sempre com extrema cordialidade e afabilidade. Isso foi, designadamente o caso aquando de uma memorável viagem que fiz à ilha, acompanhado da mulher e da filha Marta, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Pedro Coelho, para proferir uma conferência no salão plenamente lotado do Museu de Imprensa de Câmara de Lobos, em maio de 2015. Durante a nossa estadia recordei que festejei o meu 68.º aniversário natalício. Entre ilhéus – uma madeirense e um açoriano – *fluiu a corrente*, e sentimo-nos quais príncipes inseridos num contexto de afeto tipicamente fraternal...

Foi exatamente assim que o Carlos Tiny da Silva, são-tomense típico, caiu em si, quando, em almoço a dois que tivemos há poucos meses atrás, no meio da conversa e a propósito deste livro que estava já em fase de finalização, desfazendo a interrogação que lhe bailava nos olhos, lhe confessei o meu fortíssimo ascendente açoriano:

– «Eu logo vi», exclama, com aquele brilho triunfante no olhar irónico, e perfurante, que o caracteriza.

E estendendo de imediato ambos os braços, por cima da mesa e das comidas, em gesto amplo e generoso, imbuído de *africanidade*, acrescenta:

– «Dá cá aquele abraço que só os ilhéus sabem trocar...»

Emocionado, com um nó na garganta, emudeci.  
Como volto a emudecer, agora mesmo.

## **6. A Obra em Síntese**

*Sapateia, meu bem, Sapateia, ai  
outra vez a Sapateia.  
Ó quantas vezes, ó quantas,  
o jantar serve de ceia!*

*O ladrão da Sapateia,  
na hora que quer partir.  
Quem tem à vista o seu bem,  
dele se vai despedir!*

*Poema tradicional dos Açores*<sup>16</sup>

E chegamos, finalmente, ao objeto mais nobre de uma introdução a um livro: a apresentação da obra, numa espécie de *sapateado ilhéu* iniciático.

Não está em causa uma tarefa simples nem direta. Primeiro, pelo muito respeito que me merecem os autores que nos quiseram honrar com as suas escritas<sup>17</sup>. Depois, pela extraordinária riqueza cultural, estética, histórica, vivencial, testemunhal, dos textos e artigos recolhidos, geradora no leitor, ilhéu ou não, de uma singular combinação de emoções, o sentimento de se sentir entranhado por uma «estranha condição de vida», que, sendo indescritível na sua essência, convido os meus caros leitores a experienciarem. Finalmente, pela natureza naturalmente distinta dos arquipélagos aqui retratados e descritos nas suas facetas diferenciais, cada um com o seu forte carácter próprio que foge a generalizações fáceis ou a simplificações imediatistas.

Começemos pela organização do volume que, após diversas hesitações, viria a consagrar uma inspiração genial do colega Onésimo que, resultado de uma frutuosa reflexão pessoal, nos viria a propor, em essência, os títulos dos cinco capítulos em que ele se subdivide e que dão consequência legível à multiplicidade de contribuições que tínhamos entre mãos. Faço esta referência em preito de homenagem e tendo presente a célebre exortação bíblica que livremente aqui adapto: a César o que é de César, a Onésimo o que é de Onésimo!

Na realidade, a obra vê-se, por conseguinte, desdobrada numa proposta penta-dimensional de captação do Janus multifacetado com que se apresenta o ilhéu, convertida nas vertentes que, com a ajuda de conceitos marcantes e/ou de frases respigadas dos nossos autores, passamos a sintetizar.

---

<sup>16</sup> Côrtes-Rodrigues, A. (1982). *Cancioneiro Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Vol. 3, pp. 436-437.

<sup>17</sup> Os coordenadores da obra esclarecem que não procederam à uniformização das citações de cada artigo, respeitando a livre opção seguida pelos autores, não obstante ter sido inicialmente sugerida a norma APA.

## Capítulo I. Ser ilhéu é condição?

Neste capítulo inicial aborda-se, a título programático, A Condição de Ilhéu. Esta pesquisa constitui, sem margem para dúvidas, uma aventura complexa demais para ser minimamente resolvida ao nível deste modesto contributo para o esclarecimento hermenêutico da questão, mas afigura-se-nos indispensável para fixar, com clareza e honestidade científica, as balizas referenciais antropológicas, históricas e culturais em que nos situamos.

Nesta verdadeira indagação de alma, acabam por sobressair traços dominantes, como que pinceladas policromáticas de tinta atiradas sobre uma tela branca, e imaculada, que vêm invariavelmente marcados por uma insuspeita afeição à dura realidade sob apreciação, quais sejam,

- (i) *uma identidade de ilhéu que reúne características muito próprias que lhe são proporcionadas pelo «seu – ou não – nascimento na ilha», pelo «envolvimento familiar», pela «cultura e condição social», pela «sua educação e sua participação nas crenças, tradições e práticas do meio insular» (Correia, p. 38);*
- (ii) *a centralidade da Natureza que nos fala «da ilha fértil e húmida, das suas cores sob o esplendor do sol e da ilha quase anoitecida pelo mar que a cerca e lhe bate em fúria nas arribas e penedia» (Pimentel, p. 51), «mas que é, mau grado todas as contingências e um partilhado, dorido e compreensível sentimento de desespero, onde as gentes querem «permanecer e viver tranquilamente» (Câmara, 64);*
- (iii) *um povo único conluiado nas aldeias, nas igrejas, nas capelas e nos «impérios do Divino Espírito Santo» edificadas pelas «mãos e forças dos seus mestres», e temperado na «fé em Deus como referência suprema no enfrentar a vida» (J. Bettencourt, p. 48), desconhecendo-se se alguém, mesmo querendo, se tenha libertado alguma vez da sua condição, simplesmente porque... ser-se ilhéu é ser-se singular; e ficam fortes sentimentos “Não vejo na condição de ilhéu nem grilbeta nem tormento e sinto-me bem com aquilo que me coube. [...] Ilhéu nasci e ilhéu morrerei impenitente” (Leite, p. 50),*
- (iv) *uma organização social, política, cultural e religiosa, sedimentada ao longo do tempo, que não se deve dissociar «da dor, da angústia» (Ildefonso, p. 31), do remorso, da culpa...;*
- (v) *o condicionalismo histórico, ao falar-se do povoamento originário das ilhas, refletido no quotidiano dos ilhéus «que arrancaram da terra o cereal que lhes assegurou o sustento»; «partiram para a*



*cultura da cana sacarina e a riqueza do ouro branco» (Veríssimo, p. 65) e nos seus medos, do mar medonho e do que ele transporta, da peste, dos corsários e dos piratas;*

- (vi) *o encontro de raças, gerador do «mestiço», tertium genus que «se viria juntar ao branco e ao negro [...], a sua rejeição [...] e o seu processo de sobrevivência» (Salústio, p. 22);*
- (vii) *a visão do continental, forasteiro, que propende a encarar a ilha como lugar fantasiado, de clausura, exílio voluntário ou forçado, quer de passagem, quer como destino turístico, muito embora se tenha de reconhecer que «quem passa pela experiência da ilha, jamais esquece porque em cada ilha, cabe todo o mistério do mundo» (Santos, p. 73);*
- (viii) *em contraponto, a visão do insular debruçado sobre o seu habitat «é morada que faz sonhar distâncias e mundos por descobrir e conhecer» porque o mar está sempre ali, e o ilhéu é como um «homem no rochedo, rodeado de mundos, imaginados, concretos» (U. Betten-court, p. 78).*

## **Capítulo II. Pelo mundo com a ilha às costas**

No capítulo II continua-se a evocar a ilha que se abandonou numa tentativa de escapar ao destino fatal do ilhéu e de buscar a redenção geográfica num mundo continental e contíguo, já seguro de soluções de continuidade marítimas outrora intransponíveis.

Sem dúvida, meras fugas utópicas, já que o ilhéu não consegue escapar a contemplar – magoado sim, ferido mesmo, quiçá padecendo de um sofrimento profundo, não obstante envolto por uma espécie de suprema consolação, com o odor a intensidade masoquista – a sua própria realidade interior, um *quid novi* estrutural que não deslaça nunca, por mais que a erosão do tempo e das vicissitudes da vida possam fazer crer o contrário.

Assim é que o subconsciente ilhéu o submete a um constante confronto com a sua subjetiva condição – *andar com a sua ilha às costas* – aceitando uma inescapável saudade perante o obsessivo regurgitar de imagens, e de memoriais, de entre os quais relevam

- (i) *a ilha e o mar «o mar e a orografia difícil» (Moniz, p. 91) que «provoa escritores e artistas e representações literárias, artísticas e mitológicas» (Moniz, p. 94), uma ilha de sonho, «a ilha dos Amores,*

*protegida de olhares indiscretos e de intrusos indesejáveis» (Martins, p. 99);*

- (ii) *a ilha que adquiriu uma «personalidade diferente de todas as outras porque gerou um novo composto de céu, terra, mar e homem» e que convida a uma (re)entrada no «âmago do mistério humano, da terra e de toda a ambiência que o trabalha, recria e lhe dá asas (Rego, p. 104);*
- (iii) *«Ó meu bem se tu te fores, como dizem que te vais, deixa o teu nome escrito, numa pedrinha do cais», uma condição decalcada num «passado com uma história de vida e enquadrada num presente, por opção e objetivo profissional» (Pereira, p. 128);*
- (iv) *«quando se nasce nas ilhas, ou desde pequeno se foi adotado pelos Açores e aí se cresceu e viveu até à idade adulta, açoriano se fica toda a vida» (Sousa, p. 135) e quando se volta «à terra da ilha sempre que eu possa» volta-se «ao meu mundo de criança» (Melo, p. 152).*
- (v) *sentir ser o mar que molda estruturalmente o sentimento de ilhéu, aquele que, perdido pelo meio da numerosa diáspora, sente na carne «a falta do mar, para navegá-lo, mergulhá-lo, sentir-lhe a força e contemplá-lo» (Saramago / Gonçalves, p. 166) «o sonho (sem limites) que empurrou (e empurra, hoje muito menos)» o «imaginário para outras geografias humanas» (Abreu, p. 177);*
- (vi) *saber que todo o ilhéu transporta o mundo na mente e que o culpado, esse, é o mar, que o rodeia, o liga e desliga ao exterior, e persegue sempre, obsessivamente, sem descanso, sendo que as várias gerações de ilhéus, «nascem, vivem, laboram, procriam e morrem» com o encanto universal, anterior, de que «à sua condição de partes íntegras da humanidade, acrescentam o doce nome de ilhéus» (Duarte, p. 197), na exata medida em que «o ilhéu refém do mar, isolado pela geografia, desenvolveu características 'sui-generis' de ser e estar no mundo» (Nunes, p. 208);*
- (vii) *o ilhéu mantém a sua identidade na medida em que tenha sido abundantemente feliz em todo o tempo que viveu na sua terra natal, se foi amado por muita gente, se aí cultivou os seus primeiros amigos; o trauma produziu-se invariavelmente quando arrancaram o ilhéu «ao Mundo onde se sentia sempre tão enraizado com uma infância feliz» (Filipe, p. 219);*

- (viii) *viver numa ilha é ter uma noção mais precisa dos limites físicos de um território, e dito nas «belas palavras de Vicente Jorge Silva [...] é a madeira ser o único espaço real do mundo e tudo o que estava fora da ilha ser ficção e espaço imaginário», mas «o tanto mar que a ilha tem à sua volta, o ilhéu também tem»... (Teives, pp. 227-228);*
- (ix) *e sendo assim também, «ser-se ilhéu é estar nos extremos da linha» (Lobo, p. 229);*
- (x) *as fabulosas paisagens da(s) ilha(s), o calor, o mar, o seu povo e a sua música... «Como define o Comandante Pedro Pires, ex-Presidente da República, Cabo Verde é em si uma música [...] assim se podia caracterizar este país povoado pela morna, o funaná, a coladeira, da tabanca, o finaçon ou o batuque». (P. Santos, pp. 183-184).*

Mas há também aquele(s) ilhéu(s) de adoção que é(são) fruto de importação e que nos presta(m) os seus encantadores testemunhos, conquanto

- (i) *tiveram o privilégio de viver esta sua outra terra, não a de nascença, mas aquela que moldou a sua «infância e adolescência numa efabulação de um mítico local de sereias, brumas e tremores de terra» (R. Santos, p. 222);*
- (ii) *manifestam a experiência daquele forasteiro que visitou a ilha no final dos anos 80, e que ali «encontrou uma memória transformadora que o remeteu para a infância», tendo sido também ali que «a relação com o lugar foi potenciada e a experiência do seu carácter afirmada» (Prates, pp. 160-161),*

apesar de se ter de reconhecer que haja quem tente estigmatizar a ilha e a condição de ilhéu pela *desvalorização do insular* prosseguindo por detrás delas «a utilização perversa das tradições ou sotaques» (Ferreira, p. 120), e que, quantas vezes, o visitante se deixa impressionar pela estranha e persistente coabitação entre uma autonomia regional, insistentemente reclamada, ou independência política, consoante o caso em apreço, por um lado, e teimosas vulnerabilidades, traduzidas em constrangedores níveis de destituição humana, por outro.

### Capítulo III. Insularidade, uma identidade que alia o mito à *poiesis*

O mar, esse mar omnipresente, que confere ao insular um traço inalienável de identidade oceânica, e que atravessa transversalmente todos os capítulos, volta a ser pano de fundo dominante, repristinado, deste 3.º capítulo.

Neste capítulo, tem-se ainda em vista a narrativa assente no *mito ilhéu*, uma leitura que o atrai, com a força do magnetismo que irrompe do irreal tornado imperativo e que o agarra – arrasta – para uma irracional sujeição, que apenas se resolve na poesia.

Assim sendo, não espantará que apodemos a identidade insular de, existencialmente, mítica, ao passo que o ilhéu se apresente, em essência, um amante e cultor da poesia. E é neste vaivém entre mito e fugacidade literária que o ilhéu se cria, e recria, numa atividade poética inesgotável. Senão atentemos

- (i) *no «homem cabo-verdiano – o seu percurso histórico, [...] a afirmação no domínio pessoal e cultural [...] a vontade, alegria e sabura» (Almada, pp. 255-256);*
- (ii) *na condição açoriana como maneira de estar «[...] individual e coletiva, geográfica, social e histórica, objetiva e subjetiva. Que tem uma carga de história individual biográfica, mas também é um paradigma. Que tem um caráter de permanência, mas um aqui e um agora. O que se escreva hoje pode ser desatualizado amanhã» (Pires, p. 261);*
- (iii) *no isolamento das ilhas, que constitui um elemento decisivo para compreender a relação binomial que saltita entre mar e terra, entre mudança (líquida) e preservação (sólida): «o processo de transformação do homem ilhéu, ou a falta dele e daí que sobrevivam ainda nos Açores as tradições que já caíram em desuso no continente» (Luz, p. 273);*
- (iv) *na génese do(s) mito(s): a Ilha, «[...] como Astéria, é mar solidificado. A Ilha é o espelho arquetípico no qual o ser humano vê a sua cósmica cristalização existencial. A Ilha é radicalmente feminina [...]. A Ilha é o limiar finistérreo de todas as mitologias» (M. Santos, p. 291);*
- (v) *no «mito das ilhas, sempre misteriosas» que fascinaram muitos escritores, o qual «não se realiza exclusivamente na literatura, mas está*

*presente em vários campos da cultura e da vida»; «sempre mar, sempre céu a servir-nos de chão e teto, a embalar nossos sonhos, desde o ventre materno até ao baixar à terra e é assim que o cabo-verdiano se sente plenamente ilhéu» (Duarte, p. 334);*

- (vi) *na condição de ilhéu em espaço açoriano, que se manifesta «tanto ao nível da expressão poética e do discurso literário e filosófico como ao da intervenção cultural e social» e que não descansa na demanda de uma açorianidade que «é também a busca de soluções para a superação comunitária dos problemas colocados à insularidade» (M. Enes, pp. 282, 302);*
- (vii) *numa «açorianidade» que mais não é do que aquilo que são e querem ser os açorianos, designadamente na sua ânsia de autogoverno: a autonomia regional é «o ato político-jurídico [...] para a correção de desigualdades derivadas da insularidade» (Lúcio, p. 234);*
- (viii) *na eterna duplicidade vivida a paredes meias entre a pulsão para a partida e uma onírica procura de emancipação insular «a (e) migração e o sonho [...] conformados no isolamento do mar e/ou da terra» (A. Silva, p. 244);*
- (ix) *no tema recorrente de que «o açoriano resulta do tal português povoador que passou tão mal de viagem que não teve coragem de voltar para trás»; todavia, regressando às voltas da História, somos confrontados com o facto de que «esse primeiro povoador é um naufrago que vai lutar pela sua sobrevivência e pela sua subsistência [...] é, por conseguinte, este povoador (e não colonizador, porque não havia ninguém para ser colonizado), que é fortemente marcado pela Geografia e irá dar origem ao açoriano» (Dores, pp. 319-320);*
- (x) *na poesia cabo-verdiana onde «podemos encontrar o mar como uma maldição incontornável, e a ilha como uma prisão, um destino fatal, ou uma condena. O sonho é partir, mas o mar constitui a fronteira invencível» (Szymaniak, p. 347).*

#### **Capítulo IV. História – o peso da geografia**

Como já anteriormente discurremos, o ilhéu vive esmagado sob o peso da geografia, seu incontornável destino e constrangimento fundamental de vida e de projeto. Mas sendo a geografia seu destino, como se compreende a eterna resistência do ilhéu ao seu cumprimento?

Ora, arriscamos nós, encontrando-se o ilhéu ancorado à ilha como seu estado integrante, ao mar e à terra lávica como seu *habitat*, natural é que ele manifeste derivas emancipadoras que, tragicamente, mais o têm apegado à geografia originária. E essa não é uma mera condição conjuntural, é sim uma sina ilhoa e comunitária.

Desde logo, conceder-se-á ser mais do que natural que o ilhéu, vivendo sob o peso do isolamento forçado pela natureza marítima que o rodeia a 360°, manifeste com especial fervor a pulsão relacional para a qual, por decreto divino, se encontra condicionado o humano. O sentido de comunidade sobrepõe-se assim, no ilhéu, ao de sociedade, tal como o sentimento de fraternidade é mais fortemente sentido na dura realidade insular do que o da simples solidariedade que tão apregoado se apresenta nos manuais de boas práticas cidadãs. Dito ainda de outra maneira, o forte sentido da fraternidade cristã afirma-se por contraposição a uma mera vivência gregária, tomada esta em sentido predominantemente laico.

Vejamos, de seguida, como este 4.º capítulo do nosso livro procura alcançar este complicado desígnio de melhor «explicar» o ilhéu, e as suas variadas maneiras de ser e de estar, numa sua perspetiva identitária encarada a partir da consideração de uma alteridade que tece a teia da sua essencial condição, inevitavelmente ancorada no destino geográfico. Assim, discorre-se sobre

- (i) *Cabo Verde, os movimentos sociais, o défice de liderança e bem assim as encruzilhadas ideológicas supervenientes, reconhecendo-se que as fornadas sucessivas de intelectuais, oriundos dos liceus da Província e das Universidades da Metrópole e comprometidos com as suas origens e com as suas gentes, forneceram aos movimentos sociais as lideranças de que careciam» (Correia, p. 356);*
- (ii) *o imaginário cabo-verdiano, o mito do paraíso perdido (a Atlântida), «a construção da sua sociedade, o esvaziamento do conteúdo étnico através da mobilidade vertical do mestiço cabo-verdiano» (Filho, pp. 427, 431);*
- (iii) *«os sentidos, não menos o do gosto, são o mote da vida do homem crioulo; [...] os sabores, os sons e os ritmos crioulos» e nos cânticos litúrgicos «que caracterizam e dão sentido à vida do homem cabo-verdiano» (Semedo, p. 471);*
- (iv) *a criouliidade santomense, dos complexos históricos, das arquiteturas e conotações políticas, onde «a dificuldade da caracterização da(s) identidade(s) são-tomense(s) também advém das conotações*

- políticas das várias noções – mestiça, crioula, africana ou das interpretações da formação da sociedade insular» (Nascimento, p. 368);*
- (v) *o ilhéu santomense, sendo que o que o distingue dos demais, são as «suas crenças e o modo de olhar o mundo, a sua cultura, o seu lato senso», o seu isolamento, «o síndrome da insularidade» (Neves, p. 385), sendo que o ilhéu se atualiza na sua relação com o mar e, por conseguinte, com o continente africano;*
- (vi) *um rastreio da história da cultura literária são-tomense de onde ressalta que «Mar e Terra fornecem ao génio literário são-tomense os valores simbólicos da sua atualização: a Terra, como fundadora de uma insularidade africanamente telúrica (raiz, húmus, pátria); o Mar (e os seus elementos metonímicos: a barco, a nau, a vela, a gávea, as ondas, a maresia, a sereia) como contraponto diferencial de uma insularidade» (Mata, p. 458);*
- (vii) *o horizonte omnipresente do mar açoriano que catapulta o «fascínio do sonho com outras terras» (Ramos, p. 410);*
- (viii) *a emigração que provocou «uma diminuição significativa da população açoriana – o seu envelhecimento, o declínio da natalidade e sobretudo, a emigração de população mais jovem e mais qualificada, é entendida como negativa ao desenvolvimento económico e social» (Rocha, pp. 416, 419);*
- (ix) *ainda no que se refere à complexa realidade açoriana em tudo quanto respeita «à demografia urbana, à análise da nupcialidade, à fecundidade, à mobilidade ou mortalidade – freguesia a freguesia» e sua comparação – «Na abordagem da sociedade foi realizada com aproveitamento dos registos paroquiais» enquanto «o enriquecimento da história de cada família permanece em aberto» (Amorim, p. 505);*
- (x) *uma condição de ilhéu que «não se restringe a um dado período ou a um dado grupo, cada açoriano vive essa condição de forma mais ou menos profunda independentemente do lugar ou da época em que decorre a sua existência. A essência do ser ilhéu é intemporal. [...] A insularidade não se aprende; simplesmente interioriza-se num processo que se desenvolve de par com a existência de cada pessoa» (Costa, p. 529);*
- (xi) *«o modo de ser ilhéu depende da ilha e do tempo histórico em que se nasce»; exemplo disso, foi e é «o impacto que a Base das Lages teve no modo de viver dos terceirenses» (Silveira, p. 237-438).*

## Capítulo V. Reconfigurações literárias da ilha

Neste último Capítulo, volta-se a elaborar sobre alguns temas favoritos ao ilhéu, designadamente as lendas e os mitos que em permanência o assolam, os quais foram anteriormente tratados.

A especificidade reside, aqui, numa formulação distinta e refrescante, esta de pendor literário, uma inclinação inata ao ilhéu que brinca, tece, compõe e recompõe as letras, manuseando-as a seu bel-prazer com aquela maestria que a bela sonética anterioriana nos apresenta, tal como a *autobiografia de um pensamento* – ilhéu – e a *memória de uma consciência* – coletiva – verdadeiras oferendas cuja riqueza só nos resta confessar-nos eternamente gratos.

*Sonbo de olbos abertos, caminhando  
Não entre as formas já e as aparências,  
Mas vendo a face imóvel das essências,  
Entre ideias e espíritos pairando...*

*Que é o mundo ante mim? fumo ondeando,  
Visões sem ser, fragmentos de existências...  
Uma névoa de enganos e impotências  
Sobre vácuo insondável rastejando...*

*E d'entre a névoa e a sombra universais  
Só me chega um murmúrio, feito de ais...  
É a queixa, o profundíssimo gemido*

*Das coisas, que procuram cegamente  
Na sua noite e dolorosamente  
Outra luz, outro fim só pressentido...*

*Antero*<sup>18</sup>

Nesta deambulação pelo interior da alma universal do ilhéu, útero da Geração de '70, passaremos obviamente pela sua relação única com o espaço e o tempo, pela sua continuada experiência onírica como antecâmara da felicidade e de alcance de um paraíso longínquo, feito tangível

---

<sup>18</sup> QUENTAL, A. (2006). *Os sonetos completos de Antero de Quental, Elogio da Morte, VI*, (eBook), <http://www.gutenberg.org/cache/epub/20142/pg20142-images.html>



pela magia dos símbolos que falam ao ilhéu no usufruto da linguagem dos deuses, que eloquentemente se lhe expressam dessa forma superlativa.

Passemos, então, à análise de algumas das passagens mais tocantes deste derradeiro olhar sobre o ilhéu, na expressão literária reconfigurada que o marca, designadamente,

- (i) «os sonhadores – uma espécie característica. A Ilha – ‘um casulo de crisálidas’. O mar não é palco, os ilhéus não são nele atores» (Fournier, pp. 546, 548, 552);
- (ii) a experiência daquele que provém do «continente», cuja primeira imagem retida do açoriano é a da «sua inquebrantável relação umbilical à terra, bem distinta da dos transmontanos ou minbotos», tanto mais que «não se é ilhéu / por nascer numa ilha /é preciso sentir-lhe a alma/partilhar raízes e dores» (Christello, pp. 553, 556);
- (iii) que «os cabo-verdianos ressignificam a dimensão material e simbólica das ilhas/cosmo, enquanto dupla insularidade – a menor do arquipélago e a maior da Diáspora» (Silva, p. 587)
- (iv) sendo, também, verdade que se «por um lado, a insularidade circunscreve a vida e o convívio local, por outro, enquadra o desejo constante de se viajar» (Luz, p. 617);
- (v) o facto de que na literatura cabo-verdiana, a Ilha, o mar, o veleiro, o falucho, «estão plasmados nos textos/poemas dos poetas de antanho das ilhas e mesmo em alguns ensaios deixados pelos pensadores e investigadores da fenomenologia ilhoa» [...], uma vez que são «os Homens de/e da cultura que anotaram e registaram o que aconteceu ao ‘estar’ e ao ‘ser’ do cabo-verdiano, modelados pelas pedras duras e secas destas ilhas atlânticas» (O. Ferreira, p. 653);
- (vi) «a alma de ser-se açoriano, dentro ou fora dos Açores – direi principalmente fora da terra-mãe – e torná-los inclusive no seu vulcanismo, nas limitações económicas, na sua dispersão humana, e a sua idiossincrasia, na variedade dos seus falares, tudo o que é capaz de conferir identidade.» (Arsénio, p. 572);
- (vii) as ilhas desconhecidas, «banhadas e unidas pelo oceano que é a vida» (Gonçalves, p. 631), sendo aí que a «Insularidade. Palavra repleta de lugares, de histórias, pessoas, tempos [...], é magia polissémica [...], é feita de carne e pedra» (J. Costa, pp. 634, 637);

- (viii) *a palavra inspirada, e clarividente, do poeta: «Deu-me o mar as cores da terra [...] / o ritmo o sismo o fumo o fundo da cafua [...]» (V. Costa, p. 675);*
- (ix) *e um dia Deus achou que era bom habitar a paz da Ilba. «[ ] A Ilba foi-se então forjando assim envolta em Deus e nas bênçãos dos antístites e nos eclesiásticos ritos cíclicos do calendário litúrgico.» (Almeida, pp. 661-662);*
- (x) *e, regressando ao contexto que rodeia o nosso sujeito sob análise, as memórias do inolvidável mar do ilhéu «é transportar a memória desse tempo não muito distante; é conviver com as limitações a que o mar, a separar umas ilhas das outras, obriga» (Goulart, p. 666).*

## 7. Epílogo

*no fiel bergantim de folha de flandres iças a vela  
rumo às marés da praia de areia morena escura  
onde conchas lava guardam recados na voz bela  
sopros do fundo do mar, confidência d'afeição pura  
nas ondas aplainas, aparas estrelas azuis em lamela  
contornas remoinhos, galgas vagas altas. a sorte toa  
no leque do horizonte colorido, raios luz em capela  
alteiam o tom da voz, oração da busca que perdura  
na areia coalhada, rendas de suspiro tecem a espuma  
nas madrugadas d'azul índigo, tinges delírios na tela  
da pele em libido, almejas fantasia nas ilhas de bruma  
do alto-mar chegas, na maresia verde, nas ondas pluma  
que arpam ao cais. no abismo da noite, cobiças a donzela  
cantas em volúpia, suspiras amor pleno no mar em bruma*

Z. Viegas<sup>19</sup>

A condição de ilhéu não é igualmente sentida pelos habitantes de cada um dos arquipélagos atlânticos, e lusófonos, que se encontram sob o escrutínio proporcionado pelo bisturi habilmente manipulado pelos autores por nós convocados a depor, no quadro da presente obra.

<sup>19</sup> Viagens às ilhas de bruma in <https://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=312660>.

A açorianidade é, para os autóctones, sinónimo de fortíssimo traço identitário, uma verdadeira proposta de valor diferenciadora, uma mais-valia no concerto das nações, um ativo inestimável a manter, e a fomentar, no encontro entre povos e no confronto fértil de culturas, que fazem o desafio maior do diálogo pós-moderno.

Enquanto para os madeirenses o «mar não é palco, os ilhéus não são nele atores» (Fournier, p. 552), para os cabo-verdianos o mar é como uma «maldição incontornável e a ilha uma prisão» (Szymaniak, p. 347) e para os santomenses o que os distingue são as «suas crenças, a sua cultura, o seu isolamento – o síndrome da insularidade» (Neves, p. 385).

Numa coisa estamos todos de acordo: O mar é que decidiu e moldou o sentimento do ilhéu e a sua condição!

Recordo-me do misto de pasmo, e de genuína emoção, que me invadiam quando assistia pela primeira, e única, vez à apresentação de um diaporama da autoria, segundo creio, do meu irmão ilhéu, António Rego, a quem me unem mais de 50 anos de ativa cumplicidade e de empolgantes aventuras nos mais diversos suportes de comunicação. Recordo, em síntese, decorridas que passaram muitas décadas sobre esse memorável evento, o fio narrativo de uma obra de arte saída do génio inimitável de um autêntico mago do multimédia, a quem não foi ainda prestada a homenagem pública, devida em absoluto, desde há muito.

A *ratio* do diaporama sustenta-se numa bela metáfora sobre a emergência das ilhas açorianas. Começa-se por falar de um Deus Onnipotente que, colocado perante o desafio de criação do planeta Terra no concerto do Universo, tem todavia dúvidas. Perante o impasse, decide Deus fazer uma experiência-piloto, caprichando na instituição de 9 ilhas situadas em pleno latifúndio atlântico. O cuidado posto na edificação deste piloto é tal que, colocado em face da beleza e do sentimento de realização que sente na consecução da obra experimental, Deus decide reproduzi-la, entusiasmaticamente, no Seu desígnio criador. Debalde... posto que... nem o Criador Supremo consegue reproduzir a perfeição do piloto experimental que Ele lograra atingir no desenho inicial das afortunadas ilhas açorianas... e assim nasce o mundo, longe do recorte ilhéu edénico que o inspira, do qual se vê objetivamente distanciado, seja no plano estético como no da harmonia das formas...

Escreve Onésimo Teotónio Almeida que «um dia Deus achou que era bom habitar a paz da Ilha [...] a Ilha foi-se então forjando assim envolta em Deus e nas bênçãos dos antístites e nos eclesiásticos ritos cíclicos do calendário litúrgico» (Almeida, p. 628).

Para o ilhéu, a Ilha nunca se esquece, assim o expressa o inveterado São-jorgense Artur Teodoro de Matos: «Mas nem o sol que aquece lá longe o corpo e a alma, nem o fascínio das paisagens e lugares, a fragrância dos aromas e até o sabor da culinária, fazem esquecer a ilha que continua a ser o refúgio do espírito e o consolo da alma, proporcionado pela minha Fajã do Ouvidor» (Matos, p. 118).

Resta-nos formular um desafio final aos nossos leitores.

Leiam, releiam, saboreiem, discutam, reflitam maduramente, sobre as cerca de 700 páginas que vos oferecemos nesta verdadeira obra de referência!

Elas têm em vista, por um lado, o vosso prazer intelectual e emocional. Por outro lado, elas têm por intencionalidade fornecer uma modesta contribuição para a reflexão teleológica que se impõe em torno de um conceito aparentemente simples e linear: o que é o ilhéu? Podemos atribuir-lhe características especiais, distintivas, num mundo crescentemente marcado pela padronização de comportamentos e pela uniformização de modos de ser? Estamos nós em condições de contribuir para o desenho, ainda que em traço incerto e não rigoroso, da sua condição?

Não fiquem indiferentes!

Vale a pena debater as ideias, livremente, abertamente, sem desânimo nem descanso. Reside aí a essência da democracia e a esperança na capacidade humana, ilimitada, de desenhar futuros de prosperidade. Permanecemos firmes numa convicção fundamental que nos anima a prosseguir: **a certeza de que continuam a ser as ideias e o seu livre intercâmbio – que não o mero mercado, nem tão pouco o dinheiro – o verdadeiro motor de progresso sustentável e a garantia do movimento ascensional da humanidade!**

É este o repto que, em última análise, lhes deixamos!

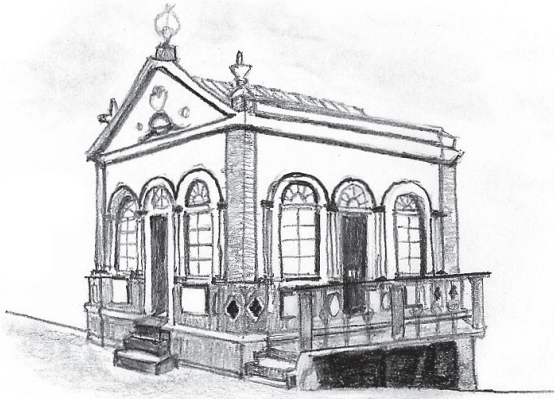
*Roberto Carneiro*

*Simplesmente... Um Ilhéu*



I  
SER ILHÉU É CONDIÇÃO





## À PROCURA DA NOÇÃO DE ILHÉU

ÁLAMO OLIVEIRA

Dos desafios que os açorianos enfrentam por força da sua situação geográfica, o da assunção da sua condição de ilhéus é, com certeza, o mais complexo. E não é tema que tenha ficado em pousio por comodismo ou por irreflexão, uma vez que o universo da insularidade continua a provocar a atenção dos estudiosos das áreas das ciências sociais e das literaturas. Uns e outros coincidem e divergem na interpretação do que é a tal condição de ilhéu, já que o mundo arquipelágico é formado por núcleos muito diferenciados quer a nível da formação geológica quer a nível de inserção na História. Não é possível uma definição que sirva para todas as comunidades insulares. A Austrália, por exemplo, é demasiado grande para ser uma ilha. A Indonésia tem demasiadas ilhas para se lhe reconhecer, apenas, uma insularidade dispersiva. Mesmo assim e apesar da impunidade argumentativa de que goza a globalização, ser-se ilhéu escapa, pela sua singularidade, a normas lineares e uniformes, entre elas a de como formatar a noção de ilhéu.

Os arquipélagos, tidos como descobertos pelos portugueses, apenas têm o Atlântico como referência unitária. Os seus povoamentos diferiram bastante e é o dos Açores aquele que oferece mais singularidades. A noção de ilhéu tem levado séculos a construir e nunca esse trabalho conheceu segmentos de unidade e de continuidade, uma vez que as motivações de chegada a cada uma das ilhas não coincidiram em todos os propósitos. Se muitos perseguiram uma melhor situação económica, outros terão sido obrigados a ir parar a espaços de que desconheciam a dimensão, os comportamentos de inserção social, a fenomenologia da Natureza. Para estes, a insularidade doeu como qualquer injustiça. Aceitar a aventura de povoar o desconhecido era empunhar a coragem de aceitar uma terra que



parecia estar ainda em estado de g nese contínua, uma vez que as crises sísmicas, a atividade vulcânica e os temporais faziam e desfaziam povoados e consciências como se, todos os dias, cada ilha lhes dissesse que era preciso fazer tudo de novo, já que ser ilhéu não era um dado adquirido, mas um mero devaneio com o qual a Natureza gostava de «brincar». O quotidiano era como um cesto de vimes que sempre deixava escapar, pela sua malha, as sementes colhidas no outono de cada ilha. Como complemento desta desventura, refira-se a insensibilidade dos legistas de Lisboa que, com informa es deficientes, se autorizavam a agravar a situa o de uma comunidade que, lentamente, começava a definir uma espécie de ADN com especificidades psíquicas mais insulares e mais adequadas ao lugar. Junte-se a proximidade das ilhas do grupo central, que deu origem   cria o de um estado de vizinhança peculiar, particularmente consentido pelo olhar, alimentado nos dias em que a luz dilu a e dilui as cortinas de nevoeiro e permite acreditar que alguém está a ver um vizinho de rosto adivinhado que confere,   distância, a subtileza de negar a solidão. Então, ter o surgido as primeiras no es de ilhéu.

Mas a História nunca se deixou ficar sentada sobre qualquer tipo de passado. Os açorianos sabem disso. A sua condi o de ilhéus não fica perpetuada pela localiza o geográfica das ilhas. Eles avançam pelos caminhos da inquieta o   procura de destinos que lhes garantam uma outra no o de ilhéus. A desenhada influência dos horizontes, acentuada por uma luminosidade descritivamente convidativa, era por si só um convite   fuga. Por sua vez, os barcos de longo curso não traziam apenas as novidades da mercancia florescente. Traziam também informa es sobre outras terras e outros povos,   mistura com processos de enriquecimento fácil, acontecendo tudo em zonas imensuráveis, livres da conce o redutora de uma ilha. As adversidades ditadas pela Natureza ajudavam a procurar lugares mais seguros. Além disso, iam caindo, de forma ingênuas, as interpreta es líricas das ilhas, fazendo por restar esse mal-estar chamado insularidade, que continua a manifestar-se, muitas vezes, como animal tentacular e vamp rico.

Desde cedo, a emigra o se desenvolveu como processo de liberta o. Fugia-se das calamidades, mas, acima de tudo, da fome – uma fome que o superpovoamento criou e que mostrou uma administra o pública com tanto de prepotente como de incompetente. As levas de emigrantes sugeridas pelos governos de Lisboa, desapareciam quase sempre nos portos de chegada e sujeitavam-se a enfrentar o desconhecido, sobrevivendo sobre a linha do abismo. Os «casais» açorianos enviados para o Brasil, nos finais do século XVIII, certamente mudaram a sua no o de ilhéus

face ao descrédito (e também à ignorância) de quantos os enganaram e entorpeceram para a realização de uma viagem cheia de perigos e de incertezas e sem prazos de chegada. Eram as gentes pobres das ilhas a escrever as páginas mais ousadas da emigração, a que se seguiram as que, pelos barcos baleeiros, chegaram às Américas e, por lá, foram criando as suas ilhas como se fosse o único destino de quem parece condenado a uma felicidade de redoma. O ilhéu vivia, então, um tempo de submissões de origem diversa. Além das ditadas pela Natureza e pelos enviados do Poder, a religião, com os seus dogmas impostos para satisfazer ambições e diluir prepotências, prestou-se, com o seu aval intimidatório e o seu olhar misericordioso, à representação teatral de um protetorado que, facilmente, se tornou imprescindível. A noção de ilhéu também se desenha com a auréola da transcendência, necessária ao entendimento da fragilidade humana, sobretudo quando contacta diretamente com a efemeridade da própria vida. Talvez esteja na instabilidade do chão a aceitação do infinito enquanto representação desse Deus alado que, ao longo dos séculos, tem acompanhado os açorianos na sua constante diáspora, não como bagagem cultural, mas como companheiro e intérprete de uma outra noção de ilhéu: a busca de um lugar sagrado ou, se se quiser, estável, à custa de comportamentos tidos como épicos.

Nos finais dos séculos XIX e XX, a noção de ilhéu como que perdeu rigidez óssea para desenvolver a dupla natureza das sereias. Vitorino Nemésio disse-o com a clareza de um sábio e vidente. Ele sabia que a ilha podia ser cárcere e esteio da própria solidão. Porém, deixou a certeza afetiva de que sempre se volta à ilha, mesmo que seja somente para molhar o bico da memória e matar a sede das saudades. Ninguém, como Nemésio, entendeu a insularidade na dimensão exata da sua multiplicidade de componentes. O número de açorianos no Mundo não é fácil de conhecer, mas todos sabem que a saudade é um sentimento desleal com futuro garantido. Nemésio diz que «meu coração é como um peixe cego,/ só o calor das águas o orienta.» Nesta dinâmica ludibriada pela cegueira, a ilha pode ser uma solidão escolhida, emersa pelo calor da utopia e que, sorratamente, conduz para a miragem da liberdade.

A noção de ilhéu está carregada de grande mobilidade. Atualmente, não se entende a Região dos Açores, sem lhe juntar as centenas de milhar de açorianos que se estão a espalhar pelo Mundo fora. Eles carregam a sua ilha como se ela fosse um império – um império interior governado por um imperador de bibe e de calções, como se tivessem cristalizado a sua própria infância e a mantivessem com a mesma santidade da inocência. Eles sabem que o seu pendor para a andarilhagem é uma conse-

quência que pode colher os motivos mais prosaicos, como sejam os de querer melhorar as suas condições socioeconómicas ou os de encontrar um espaço indicador de horizontes mais vastos, onde as fronteiras não consigam atrofiar os sonhos de qualquer espécie. A legitimidade destes objetivos não tem contestação. Seja como for, um mapa-mundo, indicador de rotas e destinos, apresenta uma infinidade de linhas que, tendo os Açores como porto de partida ou de chegada, se espalham pelos quatro cantos do Mundo.

Cabe particularmente aos escritores o registo interpretativo do que é ser ilhéu e decodificar a noção de o ser. Conforme foi dito, Vitorino Nemésio foi ilhéu até mais não poder. Nunca saiu da ilha, embora fosse obrigado a respirar outros ares menos carregados de maresia açórica. Transportou sempre o «peso de Deus» como se Ele fosse o silêncio, a bruma, a ausência e o rumor do mar da sua consumada açorianidade. Mais atrás no tempo, Antero deixou expresso, na sua poesia, um misticismo que retrata a sua condição de poeta – poeta que não coube, por ser maior do que qualquer ilha, dentro dos seus versos, ao ponto de «na mão de Deus, na sua mão direita,/ descansou afinal meu coração.» A insularidade não poupou Antero de estragos psicossociais, como se fosse um mito que se aproveita da sua invisibilidade, da sua indefinição e da sua humidade corrosiva para criar outro tipo de ilhéu, que tem as colorações tristes do exílio. A ilha transforma-se em prisão, em cativo de pensamentos com necessidade de evasão, que o nevoeiro atormenta e adormenta em melancolia mortal e que Roberto de Mesquita referiu assim: «Como é triste viver! Quem descobrisse/ Um outro mundo, [...]» O mito não se deixa interpretar e a evasão nem sempre é possível.

Outro poeta – este migrado da planície alentejana, onde o mar é sólido e encapelado por sobreiros, searas e por uma solidão que se expande por atalhos que escondem distâncias redondas –, esse outro poeta colheu a sua condição de ilhéu através de um processo de «ilhanização», que o levou, tal como a Antero, a procurar uma entrada/saída para a própria vida através do aconchego líquido de simulações de um plâncton poético. Almeida Firmino como que consagrou a sua condição de ilhéu sob o espanto e o silêncio sigiloso do mar. Ao lado da sua sepultura, quis a ilha (a do Pico). A sua noção de ilhéu foi conquistada com o seu amor pelas pessoas; pela absorção do drama emigratório que desertificou a ilha; pela revolta gritada em poesia contra a prepotência e a injustiça.

Emanuel Félix deixou uma poesia que não se fica pela litania simplesmente açórica. A sua noção de ilhéu assentou no conhecimento do Mundo com matriz universal. Foram as Artes que lhe permitiram não reconhecer,

às fronteiras naturais das ilhas, obstáculos aos seus empenhos na aquisição de saberes. A sua visão de poeta abriu-lhe portas e caminhos que deram para a perfeição da escrita.

Poetas, escritores e ensaístas têm procurado unir os fios tramados da açorianidade, procurando confluir na definição do que é ser ilhéu. Seria longa a listagem. São nomes credenciados nas áreas da escrita criativa e da ensaística, muitos deles consequentes da Universidade dos Açores. Eles ensinam que a tal noção de ilhéu não é um figurino que, de forma indiferenciada, assente bem a todos. São muitos os fatores que não permitem uma conceção unificada de ilhéu.

Luís da Silva Ribeiro chegou a procurar uma identidade, melhor dizendo, uma tipologia para caracterizar o açoriano. Em catadupa, enunciou dezassete expressões identificadoras, terminando-as com um «etc.», muitas delas responsáveis por históricos casos de depressão, bem como pelo desenvolvimento industrioso de talentos diversos. De forma persuasiva, Luís da Silva Ribeiro atribuiu às variadas condições geográficas e da paisagem a moldagem do carácter açoriano, enquanto Nemésio tripartiu as qualidades morais e psicossociais no micaelense, no das ilhas de baixo, relevando o picaroto como caso singular de plasmação.

A viagem de Raul Brandão aos Açores mereceu uma descrição que surpreendeu toda a gente pela captação cromática da paisagem e perfil das gentes que as habitam. Ele foi o primeiro visitante que, em poucos dias, viu os Açores com olhos de entender. E não generalizou. Teve a noção clara que ser ilhéu no Corvo não era o mesmo que viver noutra ilha, nem mesmo ali ao lado, na das Flores. O mar não é o mesmo. Quando se estende do grupo central para fora, as suas ondas abrem-se em liberdade incondicional. O «mau tempo no canal» é que é inevitável.

Após a publicação das notas de viagem de Raul Brandão, as ilhas deixaram de ser «desconhecidas». A noção de ilhéu ramificou-se. No entanto, a diversidade do conceito corresponde ao número de habitantes. Cada açoriano só se assemelha com outro pelo que tem de dissemelhante, embora se pareça com todos. Não fosse o mar, com o seu poder de distanciação e talvez se pudesse falar de uma noção de ilhéu mais coletiva.

A institucionalização da Autonomia repescou a açorianidade como conceito identitário e de unidade. No entanto, os métodos socioeconómicos utilizados não colheram os objetivos pretendidos. É verdade que se valorizou a vida cultural dos açorianos, mas cada ilha acabou por criar o seu nicho específico, separado pelo mar, sem unificação possível. O envelhecimento da população e uma administração pouco sensível a essa realidade desviaram, para longe, a pretensão de um «desenvolvimento

harmonioso» e de oportunidades para todos. Com a crise diluiu-se também a autonomia administrativa. Atualmente, toda a legislação (muita dela antiautonómica) é emanada pelo governo de Lisboa. A noção de ilhéu autonomizado voltou ao seu estado anterior e interior. O seu lado político pinta-se com as cores do desencanto assustadiço e comovido, nemesiamente, a oeste. A beleza das ilhas não chega para alterar a tristeza e o vazio.

Houve uma mudança substantiva na conceção que o ilhéu tem do mar. Entendido como elemento que envolve e aprisiona a ilha, a História encarregou-se de o transformar no caminho para partidas e chegadas, para aproximações e afastamentos, para seduções e desencantos. Os seus humores, naturalmente dispostos em camadas de forças, popularizaram o mar em adamastor, deixando à mostra a fragilidade da ilha, embora alterando a sua faceta de anjo mau com a generosa dádiva das pescarias e das transparências calmas que conduzem o olhar para além do horizonte, fazendo subir o céu. O ilhéu adquire a noção de que é possível tornar o finito em infinito, como se o espaço não fosse outra coisa se não o atalho que o leva para os lados de uma realidade ainda não conhecida. O mar fica a fazer parte da idiossincrasia do açoriano e oferece-lhe perspectivas para viver a aventura das viagens rumadas em cartas que ainda estão por desenhar. O ilhéu continua a ser um vagamundo que sabe o que quer e aonde quer chegar. Ele é o que ama a ilha sobre todas as coisas e a um avião como a si mesmo. Há pouco mudou de estrada sem mudar de destino. O mar perdeu interesse e nobreza para socorrer partidas e chegadas. Surgiram as velocidades aerodinâmicas. A noção de ilhéu passou a ser etérea como fogo fátuo. Ganhou asas e encurtou distâncias, mesmo quando se conhece alguém que boceja de tédio sobre uma paisagem deslumbrante da ilha das Flores.

A modernidade, com o seu enorme reboiço civilizacional, relevou, na ilha, o seu lado mais apetecível e menos misterioso. O sossego e o silêncio têm atualmente um preço enorme, mesmo que, simbolicamente, pareçam enformados por genes hermafroditas, tal é a sua discreta maneira de se entregarem a quem os procura. Sossego e silêncio fazem ressurgir uma noção de ilhéu que encontra o seu paraíso perdido; que recupera de uma infância desvalida; que segue o rasto do cheiro uterino porque não pode prescindir da segurança dessa casa placentariamente iluminada. Vive-se o tempo da tecnologia criar os seres mais isolados do mundo. O ilhéu, porém, servindo-se dela, adquire uma noção mais realista do que quer que seja a universalidade.

**Bibliografia mais consultada**

- ALMEIDA, O. T. *Açores, Açorianos, Açorianidade*, edição Signo, Ponta Delgada, 1989.
- BETTENCOURT, U. *O Gosto das Palavras III*, Edições Salamandra, Lisboa, 1999.
- BRANDÃO, R. *As Ilhas Desconhecidas*, edição Comunicação, Lisboa, 1928.
- FÉLIX, E. *A Viagem Possível: Poesia (1965-1992)*, edição Vega, Lisboa, 1993.
- FIRMINO, A. *Narcole*, Coleção Gaivota n.º 27, edição SREC/DRAC, Angra do Heroísmo, 1982.
- GARCIA, J. M. *Para uma Literatura Açoriana*, edição Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1987.
- MESQUITA, A. *Almas Cativas*, Edições Ática, Lisboa, 1989.
- NEMÉSIO, V. *Obras Completas, Poesia volumes I, II, tomo I*, edição Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1989, 2009.
- Obras Completas, Sob os Signos de Agora, volume XIII*, edição Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1995.
- QUENTAL, A. *Antologia Poética de Antero de Quental*, seleção e notas de Ruy Galvão de Carvalho, Coleção Gaivota, n.º 36, edição SREC/DRAC, Angra do Heroísmo, 1983.
- RIBEIRO, L. S. *Obras, II História*, edição Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1982.





## CONDIÇÃO DE ILHÉU

DINA SALÚSTIO

O desafio para refletir sobre a condição de ilhéu força-nos a um olhar sobre Cabo Verde e suas gentes, e obriga-nos a estendê-lo para além dos limites, procurando entender as motivações, as fragilidades e os mistérios que se querem guardados. Toda a atividade que nos convoca a imiscuir nas coisas da alma perturba pela quebra do silêncio privado. Mas de que vale a vida se a gente se encontra a meio do caminho e não pára? Se a gente não se fala, nem se olha, ou sequer partilha a determinação ou os temores pelos mesmos destinos, por outros destinos? De que vale a vida se, perante a gargalhada de mil risos que se fez à nossa frente, não nos juntamos a ela e não tentamos respostas? Respostas que, com o passar do tempo, vão ficando cada vez mais simples, mais exatas e menos ambíguas.

O Atlântico inteiro desquebra num rochedo onde lapas e caranguejos se estendem. Cinco séculos depois da descoberta das ilhas. Ou achamento. Ou qualquer terminologia que se queira para definir o encontro dos europeus com o arquipélago; quarenta anos depois da nossa Independência e algumas horas às voltas com este artigo sobre a «condição de ilhéu», deparo-me com o mesmo fascínio e a mesma ternura com que nas madrugadas, ao anoitecer, ou a qualquer hora do dia, olho para os recortes das minhas ilhas, ou das que vou encontrando pelo mundo. E não me espanta que, às vezes, elas não tenham formas, ou fronteiras, ou sequer nomes, porque aquilo que os meus olhos conseguem ver são pouca coisa. Às vezes, apenas pedaços de terra com gentes e histórias dentro, e um pedaço de mar a brilhar-lhes nas margens. Às vezes, apenas, um menino deitado na areia.

Os historiadores lêem notícias ancestrais tatuadas na nossa pele queimada e nos sons que repetidamente invadem o ar em espasmos musi-



cais. Gritos de escravos nos porões abarrotados que chegaram da África. Batuco! Marinheiros e povoadores europeus e outros que se juntaram aos escravos negros, em poucos momentos se amando. Em todos os momentos odiando-se.

Desse encontro violento de raças surge, nas ilhas, um terceiro elemento humano, o mestiço, que viria a juntar-se ao branco e ao negro. E posso adivinhar o olhar da mãe, curioso, espantado, incrédulo sobre o bebê que lhe atiraram para os braços. E ousou, também, pressentir a estranheza, o pasmo, seguramente a raiva, possivelmente o medo, com que as pessoas observavam as novas gentes que nasciam, a nova identidade humana e social que viria a formar-se nas ilhas, que viria a formar Cabo Verde.

Acredito que foi nesse instante, no instante em que nasceu o primeiro descendente mestiço, talvez homem, quem sabe mulher, que começa a rejeição que viria a acompanhá-lo e a multiplicar-se em outros cenários, por várias e impensáveis razões, desde económicas ou culturais, a políticas e religiosas e, em sequência, o seu longo processo de sobrevivência. Recuso pensar que tenha sido por ignorância, porque acredito que nada é inocente. Nem a África, nem a Europa estavam preparadas para a presença do novo indivíduo e consideraram-se ameaçadas.

O olhar da mãe sempre atento. Possivelmente África, talvez Europa, seguramente Mulher.

Cabo Verde tem o privilégio de ter duas línguas: o Crioulo, a língua materna, de base lexical portuguesa e com influência de algumas línguas africanas e que domina no contacto social das populações e nas manifestações culturais, e a Língua Portuguesa, a língua oficial, também de comunicação, usada em toda a documentação oficial e administrativa, no ensino e nas publicações. A literatura é predominantemente produzida e publicada em português, embora nos tempos mais recentes se note um aumento da produção da escrita em crioulo, nomeadamente na poesia.

É consensual que se torna urgente possibilitar, sobretudo aos jovens que são a maioria da população, os meios que lhes permitam o apoderamento dessas duas formas de expressar, de modo que a Língua Portuguesa não seja dominada apenas por determinado setor da população e que o Crioulo não se limite a um papel subalterno na panorâmica das expectativas individuais. Inscrevemos esta observação na análise do tema, porque acredita-se que um deficiente domínio dessas línguas, sobretudo o português, cria limitações que reforçam as desigualdades e a exclusão, dentro e fora do país, e acabam por colocar obstáculos às pretensões de integração e sucesso dos jovens.

Lembro alguém que disse que o mundo só funciona porque há diferenças e porque cada grupo quer ter a supremacia sobre o outro. A exclusão ou a integração – referiu – não acontecem em função de se ser mestiço, ou mulher, ou de diferente orientação sexual, ou negro, ou pobre, ou analfabeto, ou... ou... ou. Dependem, sim, dos argumentos económicos e financeiros que se tem ou não se tem. O resto é literatura. Decido que gostaria de nos tempos próximos poder discutir sobre o pensamento cínico. E sobre o património cultural. Em crioulo ou em português.

Na praia, o Atlântico vibra. Um búzio é atirado para a areia. Se ele tornar às rochas terá uma história para contar e jamais será o mesmo. Tal como o ilhéu quando retorna. Sim, quando retorna, porque pensar a condição de ilhéu é, também, refletir sobre partidas e chegadas. Às vezes, apenas partidas e uma procura permanente nos olhos.

Revejo personagens que conheci, outras que ajudei a criar e ainda outras que encontrei nas voltas que dei pelo mundo e pela literatura que eu consumo.

Os tempos mudaram, senhor Jorge Barbosa, meu poeta do mar! O veleiro tomou asas e no céu outras estradas se abriram. Agora há mais gente a partir e a chegar e a contar-nos o que viram, mas sobretudo aquilo por que passaram por esse mundo fora. Espere, poeta! Há movimento na rua. Suspendo o passo.

– É um filho que volta! E como conta maravilhas, meu poeta!

Mais tarde, depois que os vizinhos se foram e a casa dormiu e o poeta se foi, dou-me conta de quão profundo é o silêncio! Espreito, sem disfarce. A mãe enxuga o rosto que a observa! Com voz embargada ele fala do seu santo protetor, sem direito a uma igreja ou sequer dia especial nas terras por onde andou, e conta do prazer de ouvir seu nome, em crioulo quando volta para o bairro. – Saudade é uma alma que se apodera de nós na partida e nunca nos abandona. Parece coisa de bruxa, minha mãe! Nunca nos larga! E choramos com ela, e cantamos com ela. Saudade, mãe! Saudades da ilha.

Sim. É uma ilha. O primeiro grito, o primeiro riso ou a última dor. Tudo acaba por ser ilha quando recebe o nome e este passa de boca em boca, de monte em monte, de onda em onda, amassado com os primeiros votos. Não importa a sua origem, ou o tamanho da sua ambição. Não interessa mesmo em que espaço navega. Somos uma ilha. Coisa frágil no mundo que a velha bússola ou o avançado sistema de posicionamento global, por vezes escondem. Muitas vezes escondem! Um destino que nos arrasta para outros desígnios e para outras gentes. Uma fortaleza à nossa espera. Somos uma ilha.

Envolvida com uma investigação sobre a equidade de género como instrumento na luta contra a violência doméstica e a pobreza, quando fui convidada para participar neste projeto, «condição de ilhéu», disponibilizei-me de imediato, apenas com algumas reservas interiores sobre a capacidade de o fazer, sem criar, mesmo que aparentemente, novos campos para compor novas fronteiras. Sem ainda qualquer discernimento, pensei que acabaria, necessariamente, por desembocar nelas. Resolvi, então, fazer um poema, mais fácil de controlar. Ele não apareceu.

Cautelosa, fui sondando algumas pessoas, e o que eu ouvi, devo dizer, coincide com o que, às vezes, desprevenida, infantil, melhor dizendo, ousou pensar: nós somos os melhores do mundo e fizemos de umas ilhas secas e pobres, um país belo e democrático. Demos a volta aos piores cataclismos imaginados; tornámo-nos profissionais em arruinar a miséria; estamos... Que outro povo pode dizer o mesmo? Ainda em estado apoteótico, concordo com a voz que ao telefone me sussurra que a sua ilha é única. Não lhe perguntei onde nasceu. A hora era de oração.

Depois, reposto o ego no lugar, decido, por uma questão de sensatez e princípio, ouvir pessoas oriundas de outras coordenadas que não as minhas, que não das ilhas. Para meu espanto, ou talvez não, fico a saber que elas são todas excepcionais, as melhores que o sol já viu. Contam-me, ostensivamente, – sou apressada em adjetivar – da imensurável extensão das suas terras, das águas abundantes e doces, das florestas e das riquezas que fazem calar os mais exigentes avaliadores do desenvolvimento mundial. Falam-me de orgulho e de certezas. Falam do futuro, como se fossem elas a moldá-lo, e fazem-no de uma forma tão decisiva e solene que me rendo à magia.

Mais tarde registo que, em termos de expectativas, os ilhéus pensam igual aos demais, sejam de ilhas ou de continentes, o que a mim me encanta.

Atendo uma antiga colega do liceu. Com o verão à solta, e os olhos sofridos, o artigo não avança. Aproveito e falo-lhe do tema, e ela, como se tivesse estado a vida inteira a pensar nele, imediatamente, sem titubear, diz-me:

– O que nos caracteriza é sabermos que as ilhas se movem e têm olhos. Depois, segura e – mais adulta – pensei, comenta a constante expansão da alma do ilhéu. Uma alma que não cabe em nós, nem no lugar onde estamos, sempre à procura de mais qualquer coisa, sempre à procura do longe. Marcámos um almoço com a deliciosa gastronomia das ilhas e fico a pensar que quem fez a alma não lhe deu um poiso para ficar, nem um sítio para morar.

Entretanto, resisto à tentação de querer analisar alguém – uma amiga ou um grupo, não importa – que convive com a certeza de ser vigiado o tempo todo, em qualquer lugar onde se encontre, no meio do mar, na sua terra ou dentro da sua casa, por qualquer pessoa, pela sua própria ilha. Recuso o medo, mas o filme *Scream* vem-me à memória. Os olhos das ilhas multiplicam-se e penso nos meios pequenos, no desconforto que é viver neles, enquanto não se encontram os mecanismos de defesa.

O dia surge claro no horizonte, mas continuo a ver o ilhéu, tentando sobreviver num ambiente de mil olhos. Sinto que é difícil ficar-se indiferente depois de se olhar alguém na intimidade, mesmo que através de uma imagem ou de uma personagem de ficção, o que não será o caso, embora estejamos num cenário de literatura, com o Atlântico à volta.

Pela mão dos escritores claridosos – clássicos da literatura cabo-verdiana – chegam informações de um período recente da história do arquipélago que podem ajudar a entender a condição de ilhéu. Se apenas alguns deles são referenciados não será apenas por uma questão da sua notoriedade mas pelo conhecimento ou um relacionamento de proximidade e, sobretudo, pela mestria e ternura com que trataram as personagens, ou nos falaram do povo das ilhas. Figuras que se repetem dramaticamente nos seus textos, como dramática era a vida das gentes que viveram tragédias a lembrar a abominável escravatura, as estiagens e uma desumana governança. Cicatrizes que ficaram na memória e dão essa nostalgia à morna.

Ainda na escrita claridosa, essa vitrina de letras que nos desventram e expõem, sobressaem episódios e circunstâncias onde as ilhas se fundem com o ilhéu e o seu destino; onde os nomes, a história e os aniversários se misturam, onde a ironia e a dor se confundem. A expressão, explorada pelos cultores do neorealismo cabo-verdiano, «fincar os pés no chão», mais do que o traçado para o foco da escrita, é um enunciado da luta pela afirmação de uma identidade cultural autónoma, baseada na criação da cabo-verdianidade e marca a existência de um compromisso alargado dos ilhéus à sua terra e a entrega do escritor à ilha. A terra, uma prisão? Não, certamente que não. A terra, como trampolim para o salto para a liberdade, que depois aconteceu.

«Fincar os pés no chão» torna-se um olhar diferente que nos leva, paradoxalmente, a amar o mar que nos abraça, que nos acolhe, que nos leva e traz, porque a ilha é, também, para além das gentes e da terra firme, o oceano brilhante, marcado com os nossos passos manchados de chão.

Pergunto-me sobre que sentires e que forma de estar na vida se poderia esperar dos ilhéus, personagens dos livros e da vida crioula. Que outra

coisa senão a paciência mordida dos velhos que nem aos quarenta chegavam? Que outra coisa senão a dureza sedimentada nas rugas dos jovens, salteadores de ilusões ou o silêncio prolongado da mulher que perdera o olhar e a esperança? Que outra coisa ainda, senão o sorriso que não chegou a nascer na face da criança e a revolta profunda que ditou destinos? Que outra coisa seria de esperar?

Ser-se ilhéu cabo-verdiano é sentir-se isolado muitas vezes, sentir-se algumas vezes castigado por algo que não se sabe. É também ter essa vontade de partir, levar a ilha connosco, mostrar-lhe outros destinos, inventar um manto maravilhoso para a cobrirmos e voltarmos depois com ela para o nosso canto e cantares.

Ser-se cabo-verdiano, hoje, é um orgulho sem limites pelo que foi feito, pelo que está sendo feito. Ser-se cabo-verdiano hoje é amar essas ilhas todas, pedra a pedra. Um mergulho no mar com gosto do vento. Risos nos aeroportos, cais de encontros. Outra vez lágrimas. De novo, risos e gargalhadas e corpos acabando-se na dança. Amanhã a viagem de retorno ao país de acolhimento, ou de opção. Somos livres! Amanhã a chegada. Reescreve-se a vida.

Aqui, nas ilhas, as coisas mudaram. Há mais alegria. Há mais pão. Temos escolas, universidades, risos e barragens. Temos tudo. Até a chuva, parece que ela chove mais... Tento escrever um poema para uma música do carnaval, em jeito de homenagem ao poeta, senhor Jorge Barbosa, mas também a Manuel Lopes, o escritor da bandeira negra; a Baltasar Lopes, o professor, inconformado, porque o cenário dramático que o levava a criar o «Chiquinho» se repetia a cada ano; a Aurélio Gonçalves, o surpreendente amigo das velas esquecidas do Mindelo; das vidas escondidas da ilha; o contador do sofrimento, da exclusão, do brilho dos pores do sol e da cumplicidade. Cumplicidade que será outra marca que compõe a condição de ilhéu e nos faz querer ficar mais perto, e mais amigo.

Reconhecemos que, paradoxalmente, ou não, foi toda uma conjuntura difícil e hostil que possibilitou aos cabo-verdianos desenvolverem capacidades para enfrentarem a adversidade. Capacidades como a persistência, a paixão pela terra e uma total entrega à vida. Aliás, entrega, obsessão, diria, tão forte que nos fez suplantar a saudade; tão firme que nos levou, na maior parte das vezes, a ignorar o amor; tão rara que nos condenou a nos esquecermos da dor e a segurarmos emocionalmente no sentimento definido pelos escritores claridosos como um «desejo bipartido de querer partir e ter que ficar».

Entre um café e outro discute-se a escrita dos claridosos e a contemporânea. Há um certo pudor quando nos referimos àqueles autores,

como se a nossa dívida ainda não tivesse sido saldada. Questiona-se a continuidade. Declaro-me não culpada por apenas os amar, e por somente os admirar. Ganhámos a liberdade e o direito de voar fronteiras fora, de construir mundos e cidades, de inventar gentes e de, no mesmo momento poder partir e voltar. Ganhámos o poder de escrever outras letras. Os claridosos à espreita...

Mais um telefonema a candidatar-se a parceiro nesta reflexão. Um apaixonado pelas minhas ilhas ressalta a alegria do povo, como característica. Imagino o carnaval. Respeito o seu carinho, mas reservo um recato especial à referência que faz. Sinto alguma insegurança. Faltam-me instrumentos para a defesa do meu desacordo. Do que eu conheço dos povos do mundo e pelo que eu já vi retratados na literatura e no cinema ou por informações outras, não encontrei nenhuma referência a povos alegres, ou meio alegres, ou tristes, ou... Não. Apenas encontrei gentes. Com risos e com dores. Será lícito, será humano estender a alegria de um grupo ao todo? De um momento ao ano? Gosto do sorriso da gente da minha rua. Queria-o hoje a meu lado. Amuado, o meu amigo desliga-me o telefone. Sei que vai voltar com um milhão de argumentos. Os verdadeiros amigos voltam sempre. São como as ondas do mar. Esse mar! A minha baía, o ilhéu entre uma ilha e outra, o cheiro da noite, o silêncio, a solidão... Ser mar, ser ilhéu, ser ilha é algo mais do que humano, é simplesmente divino.

Temos referido a insularidade como um fator que teve influência na existência de desigualdades e discriminações no arquipélago e, em resultado, na miséria e no esquecimento a que foi sujeito, embora sempre tenhamos frisado que o facto das ilhas terem sido colonizadas por um país pobre e fragilizado no contexto europeu e mundial, terá exacerbado as situações referidas. Cabe dizer também que ela permitiu a sobrevivência de algumas manifestações culturais de raiz africana, traduzidas na dança e no folclore, que chegaram a ser proibidas no tempo colonial.

Penso a insularidade e revejo pequenas cidades de cantos, um por um, nomeados, de riso fácil, de todos os encantos: Praia de Santa Maria de Cabo Verde, a nossa capital, de encontros, de dias vibrantes e de decisões surpresa. E as sedutoras metrópoles impenetráveis e belas: Luanda, estendida numa manhã que acorda, minha amada; Moscovo altiva e snob; Paris esquiva, com cheiro a Chanel; São Paulo arrogante e misteriosa; Nova Iorque trepidante de vozes, charme *and power*, a magnífica e cosmopolita Londres; a sublime e histórica Roma; a adorada e risonha Rio; meu amor, a inquietante Lisboa, e muitas outras e tantos outros: metrópoles e amores. Olho mais longe, para dentro de mim, e chega-me a minha cidade de Mindelo, *piquinino*, devagarinho olhando, veia nas minhas veias.

Cidades de mil bandeiras, de vidas que se chocam; de línguas necessárias; de muros e trincheiras; de vizinhos invisíveis; de não olhares; de não cuidados. Cidades anónimas, presas em si mesmas e no seu poder imenso. Cidades de mil ilhas feitas, de todas as ilhas compostas. Ilhas dentro da não ilha. Cidades que eu busco. Nossas companheiras.

Surge-me a definição de ilha que aprendi: uma porção de terra cercada de água. Insurjo-me contra ela, porque para nós, ilhéus do mundo, ilha é terra e mar: toda a terra que escolhermos e pudermos, e todo o mar que couber em nós. É essa liberdade que penso como uma das características principais do ilhéu, a capacidade de fazer sua pertença, ou de querer fazer seu, o mundo todo. Ou, quem sabe, uma necessidade absoluta que o mundo nos faça sua pertença.

Há notícias que me entram coração adentro: centenas de meninas raptadas. Em que país estou? Volto ao meu jornal: uma criança abusada. Em que ilha estou? Onde as fronteiras? Um bebé e outro e mais um menino morrem selvaticamente às mãos de familiares. Em que continente estou?

Crianças jogam na rua.

Há uma parede branca grafitada com bandeiras brancas.

Milhões de pessoas olham-na, embevecidas.

Fazem-se *selfies*.



## CONDIÇÃO DE SER ILHÉU

FERNANDO ILDEFONSO

### **Preâmbulo**

Este curto artigo, a convite do meu estimado amigo Professor Dr. Roberto Carneiro, foi feito sem qualquer pretensão de cientificidade, rigor conceptual e filosófico ou doutrinário. Prima por um percurso de simplicidade e espontaneidade de linguagem, de afetos e intuições que se foram formando ao longo de cerca de oito anos de vivência em S. Miguel. Nesta Ilha senti-me um afortunado convidado nos vários contextos em que fui recebido, desde a chegada ao quartel dos Arrifes, como militar, passando pela escola de Rabo de Peixe onde me senti profundamente gratificado por ensinar Português e Geografia a crianças entusiastas e ávidas de saber, no mesmo ano em que me inscrevi na Universidade dos Açores, no curso de História e Filosofia, pela Rádio Açores, como colaborador e locutor, pelo jornal Açoriano Oriental, como colaborador, pela Escola Antero de Quental, como professor estagiário e por todos e cada um que acolhi e me acolheram nas suas vidas e vivências. Este artigo reflete então esta percepção de quem não nasceu no ventre das ilhas, de quem, pelo espanto de uma profunda beleza natural e humana, quis em tão pouco tempo, captar e absorver o essencial para dar sentido a esse tempo intenso, cheio de interioridade. Por essa razão, passo-vos uma síntese emotiva e intuitiva do modo como, ainda hoje e sempre, sinto a vivência de um ambiente tão único como o insular.



## **Introdução**

A condição de ser ilhéu é ter nascido do útero de uma ilha, ter sido alimentado, cuidado e crescido sob a influência de um clima, de uma geografia, das tradições e costumes, de um imaginário poético-simbólico formado a partir dos elementos preponderantes nesse contexto. Ser ilhéu, requer muito mais do que habitar um espaço rodeado de água, ser ilhéu requer ser-se da Ilha, ter laços genésicos, raízes que penetram numa terra ancestral e se expandem até aos limites da terra, seguindo pelo mar até onde o sal das memórias se preserva num tempo intemporalmente presente, alicerçado num passado originário.

A perspectiva de quem habita a ilha não vincula uma condição de ser, antes, uma condição de passagem. Um continental na ilha goza apenas do privilégio de bater à porta do ser e saber onde ele mora, na sua dimensão estética, através dos sinais da sua exterioridade, valendo-lhe o recurso analítico e hermenêutico para se poder orientar na geografia do sentido e do significado. Foi o que se me afigurou alcançar nesta tão curta incursão pela saudosa Ilha de S. Miguel.

## **O Ar...**

Desde logo, o Ar se revelou como evidência para a compreensão da relatividade do espaço e das distâncias físicas, mais numa conceção einsteiniana do que newtoniana. Duas curtas horas entre o aeroporto da Portela e o de Ponta Delgada. A Ilha ali tão perto, ao alcance de dois passos de gigante. Outras tantas curtas distâncias, ligam o arquipélago a outros tantos lugares, Brasil, Estados Unidos, Bermudas, Hawai e Canadá, para onde as raízes se expandiram. O Ar, substância etérea, simboliza a fluidez do tempo, reduz as distâncias e liga o Ilhéu ao Mundo. Uma tão singela relação espaço-temporal gera tanto de entusiasmo e otimismo, como de pânico e medo. Otimismo para os que procuram apenas bater à porta da casa do Ser ilhéu e percebem que a facilidade da chegada é também ela a condição da facilidade da partida porque os laços são transitórios; para os que partem com vontade de regressar às suas origens; para os que recebem as pontas das suas raízes depois da distância prolongada. O medo e o pânico para os que sempre habitaram o lugar da casa do Ser e se vêem invadidos na sacralidade emocional do seu espaço multidimensional importunados pelas memórias dos «piratas» de outros tempos, os intrusos de agora, sem o cuidado de bater à porta do Ser antes de lhe ser consen-

tido entrar, forçando os limites da vontade e da liberdade do querer. O Ar, amplo e infinitamente aberto, configura-se, então, paradoxalmente, como um portal do tempo que traz a esperança e o reencontro das curtas distâncias de chegada, mas também a dor e a angústia das longas distâncias da partida e da chegada do indesejado. O Ar, contudo, é o lugar do Céu para onde se olha quando a Terra treme e o ponto fixo de Arquimedes se perdeu na dança instável das placas tectónicas.

### **A Água...**

Este elemento vivo, reflete a alteridade entre a vida e a morte e torna-se eternamente presente no olhar do Ilhéu, através do qual se espelha e se revê na inquietude da sua agitação e ondulação. A memória dos que o mar engoliu, emerge pelo olhar que se eleva da água em direção à linha do horizonte e se contempla a impotência face ao seu poder. A Água, que define os contornos da terra, estabelece os limites da segurança do espaço aparentemente sólido e desafia o Ilhéu a ultrapassar-se, num despoletar de tentações que desafiam a mesmidade de um Éden parmenideano. Representa o portal líquido que o transporta para outras necessidades e dimensões vivenciais, tão importantes e vitais como a opção de ficar, como expressa Martins Garcia nesta passagem que bem poderíamos imaginar ocorrer no limite de um pontão com o olhar fixado no horizonte «...Se ... Se eu conseguisse fugir do cárcere ilhéu, se eu conseguisse alcançar Boston ou Nova Iorque... Se eu pudesse, ao menos sumir-me em Lisboa...» GARCIA, José Martins (1987), *Contrabando Original*, Vega, Lisboa (idem: 173). Também aqui a Água é um elemento paradoxal, gerador de inconciliáveis contradições. É vida e morte, esperança e angústia, conformismo e irreverência, um regresso à origem intra-uterina ou um nascer para fora rasgando a membrana protetora.

### **O Fogo...**

O Fogo feito líquido, calor e vapor, vem afetar os elementos imprimindo-lhe um dinamismo intrínseco. O elemento genésico que faz brotar a lava efervescente da tranquila agitação das águas, gerando a rocha mãe, firme como os braços maternos que nos protegem do perigo, o lugar da mãe segura e confiável. A força e a perigosidade deste elemento são toleradas e relativizadas pelo potencial gerador da rocha sólida e relativamente estável que se sobrepõe à liquidez traiçoeira e fluida do mar. A mesma

tolerância resiliente que leva a que, de um dia para o outro, o Ilhéu abra uma nova porta de uma casa nas Furnas, face a uma fumarola que se abriu junto ao degrau da porta original e que, pouco a pouco, vai esboroando a terra transformando-a em etéreo espaço de enxofre vaporizado. O Fogo produz sínteses, concilia, aproxima e conforta, como queima, destrói e produz dor, gerando novas realidades que emergem do interior insondável de um ventre em ebulição. Em última análise, mantém o Ilhéu vigilante, agradecido, desconfiado e expectante perante a imprevisibilidade da intensidade e da escala com que Ele se revela aos seus sentidos.

### **A Terra...**

O elemento da confiança que do Fogo líquido se fez rocha sólida e, deste estado, foi evoluindo na sua vitalidade, lentamente, até se pintar de verde fresco, engravidando e parindo vezes sem conta, indefinidamente. A Terra que simbolicamente representa a casa, a família, o lugar onde nascem os filhos, os netos, as gerações, a cultura, a arte, a humanidade. É por isso o lugar de pertença de uma identidade que se constrói e faz a sua história expandindo as suas raízes para além do mar que a circunda, para outros continentes e lugares, através de uma língua e uma presença cultural que transcende os limites físicos do espaço na sua existência concreta. A condição de Ilhéu é, por isso, de uma centralidade nuclear e genésica em torno da Ilha, mas também a de um ser transcendente a si próprio, ao seu contexto, família e comunidade, ampliando o seu espaço de narrativa. Na sua mais elevada expressão identitária, é um ser que se afirma por um percurso ontológico comparável à construção magmática da Terra, uma construção delicada e frágil que se sabe efêmera, mas, por essas mesmas razões, simultaneamente forte e determinada a preservar e manter o delicado equilíbrio dos elementos, como um deus imanente, responsável pela ordenação dos elementos que o sustém na sua escala e existência concreta. Neste sentido, tem em si a universalidade de uma identidade consciente de si, e por si, que lhe confere o potencial da autodeterminação para a sua inserção e integração em outros e diversos contextos geográficos, sociais, culturais, políticos e humanos. É, por isso, um ser adaptativo e cosmopolita e a Terra, isolada pelos contornos do mar que a circunda, e por todo este simbolismo vital, é o seu referencial genésico e identitário. Aí, nesse espaço físico e ficcional, se representa, vive e constrói e, pela consciência da sua incompletude, se projeta e se procura redescobrir em outros espaços físicos e simbólicos por via das viagens, do sonho, da fantasia, da poesia, da arte e da religiosidade.

## Deus...

O Quinto Elemento, O que determina sem que algum dia se tenha a certeza de saber o que O determina, como o «motor imóvel» de Aristóteles. A Sua natureza é, por isso, distanciada da concretude do mundo físico, um distanciamento que nem a razão poderia ambicionar vir a compreender, contra o argumento ontológico de Descartes sobre a existência de Deus, um distanciamento só passível de incorporar a imanência através da mediação da fé. É por isso uma entidade metafísica, na sua plenitude de mistério e graça, um plano ôntica e noeticamente inacessível ao Homem. Contudo, a sua representação no plano da imanência, desdobra-se em múltiplos níveis de presencialidade, ética e moralmente diversos e distintos, desde o medo, o temor e a vingança, até ao amor, à compreensão, à tolerância, à partilha. É, contudo, o Elemento que todos querem do seu lado nas horas más. É, no princípio, o produto de uma afetação dos elementos sobre o Homem, uma construção de afetos que se eleva, por um processo abstrativo ou conceptual, ao nível da moral. E o Ilhéu, que sente o som do Fogo líquido a roncar e a expulsar vapores nas caldeiras das Furnas, que já vivenciou a Terra vacilar quando precisava de segurança nos braços da mãe e ela nada podia fazer, que já enfrentou a Água na sua fervura destrutiva ou transformada em tsunamis, o Ilhéu sabe bem o que isso significa, as horas más, o temor focado num infinito olhar sobre o Ar dos céus promissores. Mas também o quererá presente quando disfruta plenamente da sua benevolência e da sua infinita bondade. Assim, procura tê-Lo e preservá-Lo nas suas orações, institucionalizadas ou não, como forma de Lhe dizer que O ama e O proclama como parte indissociável de si, da sua corporiedade, da sua presencialidade.

Consciente da morte, vive a angústia da finitude e procura preservar-se na sua imanência através da apropriação simbólica da transcendência, procurando um sentido para a vida. Lembrando Heidegger, numa perspectiva mais mística e de exercício hermenêutico discutível, tendo em conta a orientação imanentista do seu pensamento, «o mundo surge diante do homem aniquilando todas as coisas particulares que o rodeiam e, portanto, apontando para o nada» (HEIDEGGER Apud CHAUI, 1996, p. 9). Face à consciência do nada e à sua correlativa necessidade de sentido, «A angústia contém na sua unidade emocional, sentimental, essas duas notas ontológicas características: de um lado, a afirmação do anseio de ser, e de outro lado, a radical temeridade diante do nada». O nada amedronta o homem; e então a angústia de poder não ser o atenaza, e sobre ela se levanta a preocupação, e sobre a preocupação a ação para ser, para conti-

nuar sendo, para existir (MORENTE, 1980, p. 316). Só que, ao «Ser» preconizado por Heidegger, aqui o Homem sublima-se a Deus elegendo-O, pela fé, como guia neste caminho do salvação. Se, com esta opção, o Homem se afasta de si e da sua imanente condição, isso é já outra questão.

A condição de Ilhéu é assim indissociável, também, desta contradição dificilmente anulável entre o Sagrado e o Profano, a Alma e o Corpo, a Imanência e a Transcendência, a Razão e a Fé na existência de um Criador ao qual deve o seu respeito, homenagem e dedicação pois será por Ele que o Caos se faz Cosmos e que a ilha se preserva e, com ela, toda a sua identidade perdura. As cerimónias festivas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que se celebram na ilha de S. Miguel no quinto domingo a seguir à Páscoa, num misto de sagrado e de profano, evidenciam o que de melhor existe nas provas de dedicação e admiração ao Senhor. O sentido estético da beleza envolvente nesta cerimónia religiosa, reflete uma certa forma de amor incondicional, num misto de afetos humanamente projetados numa entidade transcendentemente perfeita, onnipotente e onisciente, uma meta bem acima do (in)perfeccionismo humanizável, que coloca o ser humano Ilhéu numa eterna e irremediável distância de Deus. Contudo, se existe uma genuína ligação ao plano metafísico através de uma fé ontologicamente inquestionável na sua verdade e integridade, e esperançosa no futuro, também podemos perceber a exploração das qualidades mais inferiores da condição humana, do medo e da culpa, através da instituição religiosa, pelo punho do seu representante, o qual se encarregava de assumir o imperativo julgamento do bem e do mal, do prémio e do castigo perante a credulidade submissa dos fiéis, como nos conta João de Melo em *Gente Feliz com Lágrimas*: «[...] Em tempo de terramoto ninguém o segurava, porque as desgraças vinham mesmo a calhar. Então organizava quarentenas espirituais, procissões noturnas e vinham padres de fora confessar uma multidão de pecadores que se organizavam por turnos e faziam bicha até ao adro. Nunca houvera tantos pecados: as mulheres punham-se pálidas e desmaiavam; os pagadores de promessas, crescendo em número e aflição, vestiam roupas rotas, entregavam-se ao jejum, compravam velas do tamanho de fueiros, e era vê-los praticar a via-sacra, rezar terços sem fim e implorar o perdão da própria morte [...]». MELO, João de (1991), *Gente Feliz com Lágrimas*, Lisboa, Dom Quixote (pp. 134-135). Também, sobre esta praxis religiosa pouco dignificante do Humano, Fernando Aires, em *Era Uma Vez o Tempo*, alude de forma breve e discreta a uma certa religiosidade implantada na Ilha ao recordar a sua passagem por Dijon «[...] Lembro Notre-Dame num domingo: assembleia de fiéis não muito numerosa, mas honestamente concentrada na Palavra e no significado do

ritual – bem diferente da minha parvónia onde, geralmente, se puxa ao estremecimento emocional do rebanho (resignado e ausente) exibindo o arrendado de mangas e a retórica vazia ou delicodoce que, aliás, traduz todo um estilo de vida e de pensar a vida». AIRES, Fernando, *Era Uma Vez o Tempo*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, p. 43. Em última análise, a condição de Ilhéu é indissociável da dor, da angústia, do remorso e da culpa que toda uma organização social, política, cultural e religiosa foi sedimentando ao longo do tempo. Já Nemésio, nas palavras de Garcia Pereira, reflete esta tragédia interior na sua poesia, afirmando que «[...] é na esfera dessa culpa que se move grande parte da poesia nemesiana, sendo o poeta, por assim dizer, um lugar de digladição entre a realidade perdida e o verbo que a suscita numa plenitude imaterial. [...]» José Martins Garcia, *Vitorino Nemésio, a obra e o homem*, Lisboa, Editora Arcádia, 1978.

O poeta é, neste sentido, o ser vigilante, hábil e conciliador que combina, de forma verossímil, a realidade ficcional e a realidade concreta, dada aos sentidos no contexto das vivências históricas que nos vinculam ao tempo e ao espaço. E, assim, é por ele que perscrutamos a singela condição de Ilhéu, no seu estado holístico, com toda a ambivalência e simbolismo que lhe são intrínsecos. Neste quadro de referências simbólicas, pode conceber-se o poeta como o mais genuíno e bem colocado interlocutor entre a humanidade e a divindade e, através dele, adquire o Ilhéu a sua representatividade e identidade plenas.





## A CONDIÇÃO DE ILHÉU – VIVÊNCIA, MEMÓRIA, TESTEMUNHO

JOÃO DAVID PINTO-CORREIA

No decurso da nossa vida, sucedem-se imperiosamente sensações variadas e ricas que nos vão caracterizando e definindo como homens, imagens que foram vividas e, depois, sempre lembradas, como séries infundáveis. Na nebulosa vivencial que se prolonga e se amontoa no fluir dos anos, alguns momentos, alguns vultos, algumas paisagens, alguns costumes recortam-se pelo seu significado principal e frequentemente iluminam os dias que vão chegando, também eles ora positivos e mesmo felizes, ora mais custosos e difíceis. Percorre-nos, então, numa espécie de corredor da memória e da vida, uma galeria bem nítida de cenas e retratos, de sentimentos e arrependimentos que marcam a nossa condição. Neste caso, como ilhéus.

Quando aqui utilizamos a palavra «ilhéus», não queremos significar «pequenas ilhas» no meio do mar, do lago, do oceano, mas apontar na acepção sócio-humana, naquela que é a naturalidade de um homem que nasceu numa ilha. E aqui lembramo-nos logo da afirmação do poeta John Donne: «Nenhum homem é uma ilha», e acrescentaremos «e muito menos um ilhéu». O poeta entendia que qualquer homem se encontra integrado numa situação que o pode colocar na mais vasta configuração de solidariedade e interacção com os outros seus irmãos da comunidade, quer regional, quer universal. E foi esta acepção que viria a permitir a um autor, Thomas Merton – ele que se tornou frade trapista (e nessa condição escrevia), crente isolado em clausura e, portanto, longe dos outros homens clérigos ou leigos – a testemunhar o meio como conseguia, não sendo ilha, encontrar-se ligado aos seus outros confrades e mesmo com toda a comunidade universal, com os cristãos e homens de todo o universo



humano, graças a um meio privilegiado, a oração. Ouvimo-lo há alguns anos em conferências realizadas em Lisboa.

Mas não haja dúvidas: quem nasceu «ilhéu», isto é, o homem que nasceu ou vive ou viveu numa «ilha» não é que seja diferente dos outros quanto à sua natureza humana, nascidos nas grandes superfícies continentais; contudo, estamos em crer que a sua identidade apresenta características específicas que lhe são proporcionadas não só pelo seu nascimento na ilha, como também pelo seu envolvimento familiar, pela cultura e condição social, mercê da sua educação e participação nas crenças, tradições e práticas do meio insular. Tudo isto, acentuado pela colectividade, torna-se não em adição, mas em suma de adquiridas vivências e memórias, de convicções aceites e gestos repetidos, numa comunhão do imaginário colectivo. Os anos contribuem para que contornos específicos se vão acentuando e tornem possível a tentativa de uma procura da sua condição humana. Esta é, pois, uma proposta de, tendo em conta a vivência pessoal, principalmente durante alguns anos, principalmente de juventude, ajudada pela memória, testemunhar o que pode entender-se acerca da condição, mais exactamente acerca da condição pessoal, como ilhéu. Se não for coroada de êxito, ao menos será um convite, talvez mesmo uma provocação a outras propostas... É bem óbvio que tudo quanto ficar dito talvez se possa aplicar a outras comunidades, mas ainda mais se patenteia pertinente para a gente de ilhas, como a Madeira e o Porto Santo. As sensações, as memórias, as vivências que desenvolvo constituem parte muito íntima na qualidade de madeirense, isto é, do madeirense que sou, que sentiu e ainda sente de dentro e também pode ver de fora, sobretudo que viveu o suficiente, mais de dois terços de século, com experiência variada e com aprendizagem junto dos homens e através de muitas letras e de alargados horizontes, e sobremaneira com a fidelidade no amor à terra e à gente em que nasceu e ainda com a única perene juventude que se mantém, que sempre será a de querer conhecer e amar mais os antigos e os contemporâneos, preparando pela palavra e pelo gesto os que nos hão-de perpetuar. E, como indivíduo pertencente a esta comunidade singular, que, repito, é a madeirense, vivendo nas belíssimas, únicas, sem par, natureza e paisagem, aceitei o desafio de, talvez mais liricamente do que se pretenderia, sugerir uma leitura da identidade do natural das ilhas e das suas gentes, propor caminhos para uma tomada de consciência da sua condição.

Tomou, como início desta deambulação de conhecimento, memória e afectos, que vão de uma experiência pessoal à identidade insular, as longínquas primeiras referências da infância e juventude. Não só as que retive

por vivência, mas as que, então, já me foram transmitidas. E creio que não serão apenas representativas da experiência pessoal, antes também construídas por todos os da minha geração, que, por sua vez, se podem identificar em muito com os que nos passaram o testemunho da vida.

Se bem procuro no arquivo da vasta galeria de vivência, encontro-me num casarão, numa «fazenda», rodeado de muita gente, animais e plantas, não longe da cidade do Funchal – ela ali estava em frente dos olhos, com as suas curvas mais afastadas, que iam do Pico Barcelos ao Pico da Cruz, descendo depois por detrás do muito visível Reid's, e mais perto a Pontinha, na sua primeira fase acrescentada ao molhe, e, bem recortado, também o Cais – e, ocupando o espaço visual mais alargado, o vasto e azulíssimo mar. Se meus ascendentes eram de outras partes da ilha, deixando-me a simbiose do mais próximo da cidade, S. Martinho, e do mais afastado e rural, Santana, eu tive a grande felicidade de nascer e viver, durante catorze anos, em S. Gonçalo, e depois ainda mais alguns também nos arredores da cidade.

O microcosmo da «fazenda» constituiu – vejo-o eu, hoje, muito claramente – o privilegiado (o que não quer dizer que tenha sido fácil...) mundo da minha iniciação e formação nas complexas tessituras dos rumos fundamentais que são os do trabalho e da solidariedade, da alegria e da ternura, cruzando-se com as pequenas, mas indispensáveis minudências, muitas vezes feitas de sofrimentos e agressividades, senão mesmo de invejas e traições. Mas, pouco a pouco, também começou a impor-se-me como o ponto de partida para a descoberta dos mistérios e dos medos fundadores, ao mesmo tempo que o espaço da abertura para os outros mais vastos, concêntricos, e curiosamente centrípetos e centrífugos, mundos que eu descobriria como parte profunda da Ilha.

Naquele espaço, que não era de modo nenhum pequeno, embora a infância possa engrandecer casas e árvores, alargar caminhos e hiperbolizar experiências, centravam-se, na verdade, os elementos fundamentais da organização da sociedade da altura, sobrevivente de séculos. A actividade assente na lavoura, com os seus lugares e agentes imprescindíveis, da casa grande aos pequenos acessórios, desde a cozinha no exterior, à «casinha», ao chiqueiro e ao palheiro, aos tanques, movimentava grandes e pequenos, patrões e seus familiares dependentes, e a criada e os quatro ou cinco «moços» (como na altura eram chamados..., algo como «servos da gleba») nas sazonais tarefas, as mais importantes (vindima, corte da banana ou da cana de açúcar, apanha dos tabaibos), as mais regulares e não tão cansativas (ir buscar água trazida nos circuitos das levadas nos turnos da noite ou do dia, encher os tanques ou poços, regar os poios da encosta com

a minúcia e a poupança exigidas), ou as mais frequentes (plantar, cavar, adubar, semear, mondar, sulfatar e colher). No pomar, também: laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, um araçaleiro... E, neste ou noutro canto ou sobre uma parede, as nespereiras, as anoneiras, as figueiras, uma só amoreira, uma só romãzeira... As imagens bem presentes: no palheiro, as três ou quatro vacas, que por vezes lá tinham de «ir ao boi» (tarefa difícil, porque os bichos tinham de subir íngremes veredas e escadas... para saírem ao encontro do parceiro fecundador...); no chiqueiro, o porco que aguardava o inevitável e também (para nós) sempre aflitivo momento da «matança» por alturas do Natal... Os residentes, de grande tradições, repositórios de receitas e truques, que sabiam as plantas certas para as doenças mais ou menos graves (a tília, a bolsa-de-pastor, o funcho, a avenca), ou as teias de aranha para sarar feridas, as rodelas de semilha atadas numa tira de pano sobre a testa para as dores de cabeça... E, não menos importantes, os rituais da cura do olhado, do bucho encostado (aí vinha a curandeira, do bairro económico, terror das crianças como eu, que nos massajava o ventre com azeite puro e, logo, nos envolvia com a grande faixa branca guardada para o efeito...), das dores nas costas e nas «cruzes», com as «ventosas»..., sabiamente aplicadas por competente endireita... Mas a alegria e o convívio surgiam, com o manancial de contos, romances, ditos, provérbios, cantigas, não só das principais pessoas da família, meus primos já de alguma idade, mas também da criada, e também dos «moços», que, à noite, pegavam dos machetes ou «rajões» e se entregavam ao fado dolente ou ao vivo despique. Para fora, havia a ida à missa, não de todos, porque a família não tinha grande fama de crente (pelo contrário, o pároco não via lá muito bem aquele distanciamento em relação à Igreja, bem conhecido na região...), embora a participação nos arraiais não faltasse: o adro possibilitava ver os outros, trocarem-se olhares, sobretudo por parte dos jovens, os corpos poderiam aproximar-se mais, e surgiam os primeiros sentimentos amorosos ou mantinham-se persistentes os das festas anteriores, entretanto continuados, apreciavam-se as charolas que causavam espanto pela abundância e variedade dos legumes e frutas, e arriscava-se a sorte nas rifas, com que se contribuía com mais algum dinheiro para a igreja ou as obras de beneficência... O coreto monopolizava as atenções... Havia, no entanto, outras festas mais ou menos perto, que nos levavam em conjunto, a pé, de camioneta, de barco. O Primeiro de Maio conduzia toda a gente para a magnífica Quinta do Palheiro, donde todos traziam os colares de flores, as «maias» ou de figos passados, – e os folguedos, os jogos, as brincadeiras, os encontros, as brejeirices preenchiam os relvados da propriedade. Ia-se a pé, como também à Festa do Livramento, no Caniço.

O mesmo já não podia acontecer com a ida até ao Monte, na Festa de Nossa Senhora da Assunção, ou a S. Pedro, na Ribeira Brava, ou ao Senhor Bom Jesus, na Ponta Delgada... Os grupos de forasteiros animavam-se com o rajão e com o harmónio e a gaita de boca... Havia bailinhos, comiam-se espetadas e bolos do caco...

Para fora da fazenda, também, foi a entrada na escola que ficava bem perto da Igreja. Aquela primeira ida à escola do Prof. Mendes, grande mestre, a quem muitos devem a mais séria iniciação nas letras e nas contas, e eu, não só isso, mas também o ele ter sido meu padrinho do Crisma, em representação do seu filho, jovem médico que cedo viria a falecer, e o ter insistido para que eu continuasse a instrução no ensino secundário, restará para sempre na lembrança: entrava-se por um portão situado ao pé da esquadra da Polícia (onde, lembro-me muito bem, se encontrava o raro e, por isso, mais frequentado telefone da freguesia...) e desciam-se vários lances de largas escadas calcetadas à maneira tradicional, com os seixos miudinhos, atravessando-se esplendorosos bananais. A disciplina era rigorosa, mas sempre justa. A Prof. Dona Amélia já era apreciada pela sua maneira mais branda, à qual viria suceder, na 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes, a severa e, por isso, muito temida «Queixadinha» (lamento ter-me esquecido do seu verdadeiro nome...): a sua vergasta, que também servia de ponteiro, não era poucas vezes aplicada, mas, mesmo quando não se tornava operacional e nos presenciava do seu canto ao pé do quadro preto, prestava-se a um geral grande respeito e não menor alergia por parte da discente «canalha»! E, na memória, tudo isto nos inspira a admiração e a ternura que sempre nutriremos pelas figuras mais influentes no nosso crescimento: como os pais, como as madrinhas, como os padrinhos, como o senhor padre... E há também aqueles que se encontram ligados a uma cultura de cariz mais folclórico-turístico, e que merecem ocasionais registos de fotógrafos, pintores ou escritores. E menciono: o leiteiro que nos visitava todos os dias, quer para recolher o leite, nas casas que, como na nossa, o vendiam, por terem o seu gado, quer para o vender, retirando-o dos pesados folhões, nas canecas de latão ou alumínio, muitas vezes sem sequer os descansar dos grandes e bifurcados cajados; o pesquito ou peixeiro que também apregoava a «espada preta», as cavalas e os chicharros estendidos na canastra em cima da cabeça; os vilões e viloas que se entregavam ao bailinho, de fatos bem coloridos, como hoje ainda os exibem; os homens dos «cestos do Monte» que controlavam a vertiginosa descida pelo caminho íngreme que ligava a verdejante povoação a quase ao centro da cidade; as bordadeiras que, sozinhas, ou em grupos, executavam as preciosas obras de arte de garanitos, cazeados, richelieu, ponto de sombra, «flitro»,

em linho, seda e organdim, à porta das suas casas ou dos quintais; os mergulhadores que ladeavam os grandes paquetes, como, por exemplo, os «navios do Cabo», e apanhavam na profundidade as moedas atiradas pelos turistas; os «bomboteiros» a expor e vender os seus bordados e outros produtos artesanais nas lanchas que rodeavam os navios. Mas ainda recordarei vultos que impressionaram e hoje já se encontram nos arquivos das memórias: os transportadores de redes com que se atravessavam montes e vales, conduzindo senhoras, idosos ou doentes; os encarregados de levar os tabaibos em carroças, espécie de tabogãs que deslizavam ladeiras abaixo, encerados no percurso pelas torcidas de sebo; os carregadores de cachos de bananas ou dos molhos das canas-de-açúcar, da fazenda para as camionetas; os «candeeiros» e os homens dos saudosos «carros de bois», em que turistas, e não só, passeavam ao longo da Avenida do Mar; os cesteiros, que se encarregavam de trazer os almoços desde os arredores do Funchal, vergados pelo peso dos vários cestos dependurados dos funcionais cajados, para que os senhores do comércio, os funcionários, os «patrões» pudessem usufruir duma refeição fresca e caseira, no tempo em que não havia restauração em conta ou de serviço rápido.

Outros vultos poderiam ser evocados, obrigatoriamente envolvidos pelas práticas sociais em que se integravam ou integram. Não menos pinturescos, porque derivados da vida da comunidade, apontar-se-iam os ainda existentes carregadores de urze e de feiteira; os lançadores de foguetes nos arraiais; as floristas quer no Mercado, quer nos vários locais conhecidos distribuídos pela cidade; os vendedores de fruta com seus cestos cheios de cerejas, ameixas, uvas «do Porto Santo» ou tabaibos; as vendedoras de rua, de marcela e ervas aromáticas, e agora também de brinquedos de plástico; e tantos, tantos outros.

Estes vultos, que, seleccionados, me ocuparam alguma escrita e que se enquadram nos costumes e tradições, derivam das vivências das gentes, da história e da terra... Gentes que obedecem às determinações da história e às exigências da terra; terra que, sem dúvida, e ao longo de muita história, também se submete à sua tenacidade.

Desde o século XV, a Madeira foi cadinho de sangues, gentes, saberes, e também de dialectos, costumes e objectos. As alfaias agrícolas e as variedades linguísticas certificam-nos da variada proveniência dos seus povoadores. Para cada canto que ocuparam na terra, os que chegaram trouxeram, pois, as suas maneiras de ser, de falar, de ter e de fazer, do que resultou uma rica, mas nova e complexa existência. E, ao longo dos séculos, as presenças de outros, espanhóis, flamengos e ingleses, para já não falar dos mais recentes alemães e holandeses, resultaram em contactos,

que, frequentemente, embora possamos considerá-los cosmopolitas, em vez de levar os naturais a acompanharem novas tendências, se tornavam objecto de crítica, senão mesmo de recusa. A abertura a novos horizontes foi-se fazendo, as influências culturais acentuaram-se, mas sempre de modo muito cauteloso.

O mar, sempre presente, é ambiente de trabalho, mas também traz os outros mundos e possibilita os projectos de refazer vidas ou simplesmente a aventura ou o gosto de conhecer novas paragens. Como a própria terra de basalto dos picos e das encostas, ele patenteia-se, em muitos sítios da ilha, como falésia vertical, calmo e de azul intenso ou, pelo contrário, revoltado e de cinzento carregado: o oceano ganha a verticalidade que lhe confere a linha de horizonte muito alta, e, visto de alguns pontos (pensemos no Pináculo), esta assemelha-se a limite nítido de muralha, no qual, para o lado sudoeste, se alcandoram as ilhas Desertas. Linha que custa muito a ultrapassar na ida, na subida árdua para as outras paragens do mundo, mas cuja passagem na chegada ou no regresso «em descida» (todos os santos ajudam...) parece ser facilitada. As características geográficas, da paisagem física, as descendências das gentes de origem vária, as actividades derivadas das opções político-económicas e sociais foram determinantes para o moldar decisivo da existência, da personalidade e da cultura dos ilhéus madeirenses. Em primeiro lugar, o esforço, a vontade de submeter a terra difícil, à vontade e plano humanos, tudo isso que Vieira Natividade denominou tão certamente de «epopeia rural». A determinação, a perseverança, a dor marcam as conquistas à terra: por um lado, a conquista da terra na altitude, possibilitando a cultura da terra nos «poios»; por outro, a aventura da busca e domesticação da água pelas «levadas». Uns e outras têm de ser considerados magníficas realizações arquitectónicas de uma população dinâmica e sobretudo lutadora. A luta e o sofrimento são capacidades demonstradas ao longo dos tempos e terão de ser consideradas basilares na compreensão do modo de ser ou na condição do ilhéu madeirense.

Para viver, essa população edificou as suas casas com os materiais da região e com o seu gosto próprio: a habitação madeirense apresenta-se também ela variada, desde a «furna» de características trogloditas, à «casa de palha» à moda de Santana, à simples ou majestosa casa de linhas direitas, de tapassóis e telha curva, ou ostentando a sua torre de vigia para o mar, ou, mais tarde, por possível influência estrangeira, com a sua «casinha de prazer», onde as senhoras tomavam o chá durante a tarde. No seu ambiente, sempre coexistiu com as árvores, as plantas, as flores, quer as que os primeiros habitantes encontraram (a variada laurissilva, a urze,

o maçaroco, o dragoeiro, o funcho, entre elas), quer as que foram sendo trazidas, das diferentes partes do mundo, para proveito directamente económico – a vinha, a cana-de-açúcar, a «semilha» (batata) –, ou para seu prazer. Hoje, se deparamos com as palmeiras, as araucárias e os ciprestes, fascina-nos o fulgor colorido que se sucede na paisagem ao longo de todo o ano, tomando todas as estações uma só primavera: jacarandás, plumérias, chamus da floresta, metrosíderos, tipuanas, sumaúmeiras, mimosas, magnólias, acácias, nas árvores; ao lado dos «alegra-campos», as «gaitinhas», as buganvílias, as bilbérgias, as glicínias, os «maracujaleiros», no que respeita a trepadeiras; as beladonas, as «coroas de Henrique», os «novelos», as gerberas, as açucenas, as dalias, ao lado das mais exóticas orquídeas, estrelizeas, antúrios, azáleas, no que toca a flores ornamentais. Para seu consumo caseiro, quase diletante, plantou abacateiras, anoneiras, araçaleiros, pitangueiras e mangueiras, que nem pensa em explorar comercialmente. De tudo isso o madeirense se rodeou, adaptando o seu sentimento às possibilidades edénicas da natureza: um sentimento que é tanto estético como naturalmente acordado com a terra, isto é, uma deriva de fortemente enraizado franciscanismo. E é curioso que o ilhéu sempre leva para onde vai, seja para a Europa, seja para outras paragens o gosto pelas suas espécies vegetais.

Os animais comungam com as gentes no quotidiano: o «galinheiro», o «palheiro» e o «chiqueiro» foram, durante séculos, espaços muito queridos no perímetro doméstico, a cada um devendo-se rituais fundamentais na vida familiar e comunitária. O madeirense sabe ainda tratar do seu galo e da sua galinha, mesmo que agora lhe seja mais fácil adquiri-los no supermercado: desde o «deitar a galinha», à «troca de ovos galados», ao sacrifício da ave para uma canjinha oportuna e indispensável a um familiar doente... As vacas são objecto de atenções especiais: na Madeira elas são «recatadas», vivem sempre debaixo de tecto, e antigamente sob o próprio telhado dos humanos, e os que as possuíam podiam usufruir do leite fresco e do queijo, para seu uso ou para venda. O porco, animal por excelência simbólico da economia na Europa desde tempos medievais, constituía e ainda constitui centro polarizador de mais velhos e jovens, de família e vizinhos, nas proximidades do Natal: «matar o porquinho», na sua sincrética significação pagã religiosa, económica e também gastronómica, tem ainda maior peso na Madeira do que noutras regiões de Portugal...

A procura de resposta para todas as dificuldades do dia-a-dia torna o madeirense muito religioso, ou, melhor, com um agudo sentido do sagrado, que, se assenta ortodoxamente na religião católica que professa desde sempre, não recusa possíveis questionações ao nível do mágico e

da superstição. A prática religiosa é considerada nuclear na vida individual e social: a oração em casa, a frequência da missa dominical e a obediência aos sacramentos e mesmo a voluntária submissão a tradicionais costumes, como a sexta-feira, «dia de peixe», ainda constam do percurso do crente católico madeirense. Para o culto oficial religioso, dispôs a comunidade madeirense, e desde muito cedo, de muitas igrejas, capelas, ermidas, para além de conventos, que, como é sabido, constituíram magníficos exemplares de arquitectura: não só a Catedral manuelina nos testemunha o passado da transição do medieval para o renascentista, como outras igrejas, mais modestas.

Mas o ilhéu madeirense encontra-se também muito atento aos restos do passado tradicional e sem dificuldade aceita conceções ou soluções que poderão ser tidas por algumas pessoas como menos conciliáveis com a sua crença ortodoxa. Não se coíbe, por exemplo, de ser curado do «olhado» ou do «bucho encostado», ou de recorrer a formas mais simples ou complexas de medicina popular e mesmo de alguma magia. No seu imaginário, há também histórias que falam do diabo disfarçado em animais que aparecem nas encruzilhadas à meia-noite, e sobretudo contam-se certezas ou meias-certezas em relação às «feiticeiras», esses vultos que não têm par na mitologia continental, nem europeia... A religiosidade ou o sentido profundo do sagrado liga-se com outra dimensão estruturante da identidade madeirense: a apetência do lúdico e sobretudo a fruição da «festa». É claro que, em primeiro lugar, se considera a disposição de todo e qualquer madeirense a participar no «arraial», que envolve sempre, como em qualquer parte de Portugal, o pagão e o profano: Nossa Senhora do Monte, Senhor Jesus de Ponta Delgada, S. Pedro da Ribeira Brava, Senhor dos Milagres de Machico, Livramento do Caniço, mas também as «festas» dos vários santos padroeiros das «freguesias», as «festas do Senhor»... E colocamos prioritariamente como época festiva o Natal, vivido tão intensamente, com tanto fervor religioso ao nível da prática (lembre-se que as «missas do parto» são exclusivas da região), com tantos preparativos de arranjo e limpeza de casas, de culinária, de enfeites, com tanta manifestação individual e colectiva, que impôs mesmo a designação única em território português de «a Festa».

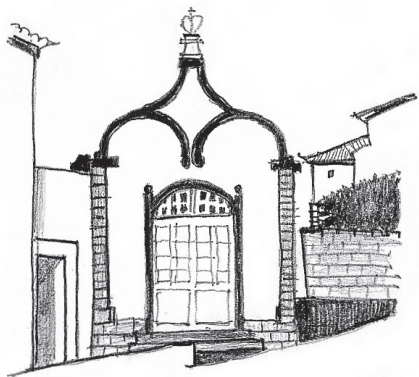
E como explicar duas vertentes que pensamos muitos reconhecerem como sobremaneira negativas na sociedade madeirense: a chamada «inveja» e a «bilhardice»? Quanto a esses aspectos, apenas os registamos, sem desenvolvimento, o que fica para outra ocasião.

A rica herança do passado de quase seiscentos anos após o descobrimento, sempre consolidada pela experiência vivida do dia-a-dia dos



anónimos habitantes, infatigáveis construtores de ideias, crenças, obras materiais, costumes e tradições, e pelas propostas de quantos, ilustres mentores, escritores, artistas, cientistas, políticos, contribuíram para uma mais definida orientação dos rumos da colectividade, encontra-se hoje em dia, neste novo milénio, solidamente assegurada, pronta a ser transmitida aos jovens e aos vindouros, pela pujança em todos os domínios da comunidade madeirense actual. A condição insular afirma-se, define-se mais nitidamente, enriquece-se com realizações, e sobretudo anuncia novas disponibilidades e fortalecidos projectos para a vida do Arquipélago da Madeira no seu futuro, próximo ou longínquo.

Como ilhéu e como madeirense, sinto-me bem com a minha condição!



## A CONDIÇÃO DO ILHÉU: NATUREZA, POVO E RELIGIOSIDADE

JOSÉ AVELINO BETTENCOURT

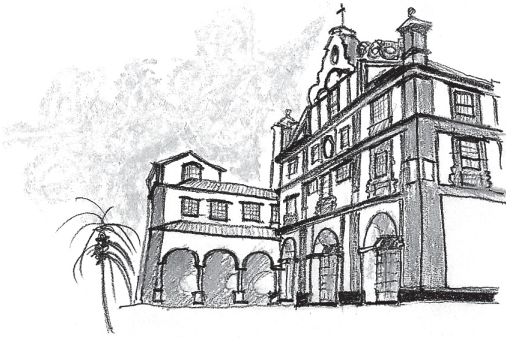
Vitorino Nemésio, na sua obra *Mau tempo no Canal*, descreveu a Ilha de São Jorge, de onde sou oriundo, no seguinte modo: «São Jorge à distância, transmite-nos a imagem de um navio azulado, entretido no centro do Arquipélago, mas percorrendo todo o planeta com as suas gentes». Nemésio comunica-nos sensações, experiências e reflexões extraídas da condição da natureza, do contexto social e da observação, à qual juntarei também a fé e a religiosidade. Os grandes marcos do meu próprio «percorrer» foram evoluindo a partir de semelhantes encontros, isto é, o solo que pisei (a natureza), o povo (a começar pela minha família jorgense) e as questões que racionalizei, dimensões das quais a Fé, como sacerdote, faz parte integral.

A natureza marca a própria existência e determina a sobrevivência do homem. Desde a antiguidade os *incola insulae* ou *insulanus* eram particularmente sensíveis à natureza que os rodeava. A vida era marcada pela coabitação com o firmamento, a terra e o mar. São vivas as sensações da força do solo que treme e do qual brota fogo dos seus abismos transformando-se em lava depois cristalizada em basalto. Penetrante é a chuva e o vento que nutre e revolve a serenidade verdejante do campo. Exuberante é o jogo de tonalidades variadas, carregadas e claras, que enchem o infinito horizonte com o cortejo deslumbrante, solene e majestoso destas ilhas em pleno oceano, em cujo centro se estende a Ilha de São Jorge. E tudo se joga na terra firme: da serra e seus mirantes, aos terrenos delineados por hortênsias, nos vales e encostas, ricos e nutritivos, que produzem iguarias, de sabores e aromas, características dessa mesma variada e singular natureza. Nas orlas marítimas da costa dá-se uma efectiva coabitação com o mar com os seus infinitos dons, onde passeia o cachalote e o golfinho.

O homem junta-se à natureza da ilha. Da sua tarefa e criatividade, o habitante jorgense criou no «roda-pé» da ilha um bordado de casas que estão envoltas no veludo de quase cem Fajãs. É exuberante esta cena da natureza, de fragrância fresca e de êxtase, onde pela tarde se ouvem os ecos do convite dos *cagarros* e que há séculos servem de *ex-libris* jorgense. De todas as fajãs, a Caldeira do Senhor Santo Cristo, com a sua resplandecente lagoa, viveiro marinho, ocupa um lugar singular. Das mãos e força dos seus mestres são edificadas os burgos com as suas igrejas, capelas e «impérios do Divino Espírito Santo». São potenciados os campos de cultivo, com os seus numerosos frutos provenientes dos micro climas das fajãs, de onde cascatas de água batem e desmaiam no leito do mar. Toma forma o charme das habitações com seus habitantes e seus intercâmbios que serpenteiam de vizinho a vizinho. Os tecidos que nascem do linho, algodão e da lã são pintados de urze e demais cores para engalanar as casas e ruas onde passam os cortejos e festas populares numa exibição de viva etnografia. O ser humano respira e vive, observa e inspira-se nessa natureza que o envolve, de céu, de terra e de mar e assim se inspira o *métier* e a arte dos conhecimentos e da cultura.

Da inteligência e da reflexão humana forma-se o sentido da vida. Essa inteligência deriva tanto da mente como do coração do ser humano. Nos Açores isso é evidente e a reflexão dá lugar, entre outras expressões, à sensibilidade religiosa. A religiosidade, na sua aglomeração de conhecimentos bíblicos e acção solidária e social, é viveiro de variados e acentuados rituais que marcam a vida e o passar das estações do ano. Do rebentar de um foguete no ar, ao ressoar do sino da igreja, à marcha da filarmónica, do entoar as rimas dos «foliões» e ao sapatear o bailado da *chamarrita*, tudo proclama a fé em Deus como referência suprema no enfrentar a vida na «condição do ilhéu».

As coloridas manifestações populares e os solenes rituais de passagem da vida, são afirmações da majestade do Deus transcendente que é sempre presente, tanto na matriz colectiva como na essência do particular. A fé é transmitida e move-se «percorrendo todo o planeta com as suas gentes» e sempre presa pela saudade da sua «mítica atlântida».



## CONDIÇÃO DE ILHÉU

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE

Quando os meus ilustres amigos coordenadores desta coletânea me pediram um testemunho da minha condição de ilhéu fiquei apreensivo porque, em boa verdade, é mais fácil vivê-la do que descrevê-la.

Comecemos então pelo princípio e esse será certamente perscrutar o que é isso de condição de ilhéu. Será porventura uma espécie de maldição que persegue todos aqueles que nascem de uma ilha e nela bebem com o leite materno esse incômodo e doce veneno que os acompanhará em toda a existência para o bem e para o mal?

Mas as ilhas, na sua enorme variedade, são tão diferentes que muito dificilmente transmitirão a todos os ilhéus a mesma condição, se bem que não conheço ilhéu que alguma vez se tenha, mesmo querendo, libertado da sua condição. Lá no fundo, quer negando quer acarinhando a condição de ilhéu, ela entranha-se de tal forma que ninguém se liberta. É por isso que a entendo como uma espécie de maldição, que uma vez aceite até se pode tornar num sortilégio que nos deslumbra.

Interrogo-me, por exemplo como pode um nova-iorquino, vivendo numa ilha tão colada ao continente, invocar uma especificidade que o diferencia. Mas a verdade é que um americano de Nova Iorque, que se preze, será sempre e antes de mais um *new yorker*, mais que não seja por snobismo. Esta coisa de se ser diferente atrai, toma-se-lhe o gosto e depois é impossível sacudi-la.

Isto tudo para dizer que variando tanto as ilhas por esse mundo, também certamente variam os conceitos de condição de ilhéu e talvez variem tanto que cada um viverá a sua condição e não existirá afinal um arquétipo que a todos nos una. Se assim é, ser-se ilhéu é ser-se singular porque eu, por mim, não conheço dois iguais.

Bem sei que os teóricos dessas coisas gostam de nos catalogar e arrumar em géneros, espécies, armários e prateleiras dando-nos rótulos e números que inspiram estatísticas e intermináveis explicações e deduções para sermos aquilo que somos. Ensaio sobre a insularidade, maneira de ser e de comportamento que se espera de um ilhéu e espanto e surpresa quando algum se atreve a sair do padrão e a ser simplesmente ele e a sua condição, não se adaptando ou recusando até inserir-se nos modelos que tão afanosamente lhe oferecem.

Disse Nemésio no texto genésico da acorianidade:

Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha insularidade subjacente...<sup>1</sup>

Pois eu também, mesmo sem génio sinto isso e se pudesse pagaria o tributo à minha ilha e deixaria testemunho num ensaio acerca da minha açorianidade. Não o faço, porque me falta a arte e o engenho, mas declaro que sou um daqueles que vive feliz e realizado na sua condição de ilhéu. Dela me alimento e com ela me construo, sem ressentimentos e sem amarguras. Não vejo na condição de ilhéu nem grillheta nem tormento e sinto-me bem com aquilo que me coube. Afasto-me propositadamente dos rótulos e procuro a minha Ítaca sem esperança de a encontrar, como qualquer Ulisses nas teias da vida. Não consta sequer que alguma vez alguém tenha definitivamente entrado na Ítaca perdida e nem mesmo de Ulisses, que a alcançou de novo, ficou memória do que lhe aconteceu. É que viver feliz para sempre no fim da história é para contos de fada, coisa que a vida não é.

Ilhéu nasci e ilhéu morrerei impenitente, sem angústias desnecessárias e sem ilusões, mas continuarei a deliciar-me com aqueles que me deixaram testemunhos das suas angústias do isolamento e dos tormentos de «almas cativas», sempre com alguma desconfiança de um certo fingimento, que não altera e nada prejudica a arte ou o génio.

Através dessas incursões na insularidade pergunto-me como é possível, não sendo ilhéu na origem, tornar-se em paradigma da insularidade ao ponto de sê-lo mais intensa e mais profundamente do que um original. A metamorfose será assim a arte do fingimento ou, pelo contrário verdadeira e íntima transformação?

Nunca vi um ilhéu perder a sua condição e transformar-se em continental, ainda que tente. O contrário sim, acontece, mas com a diferença que um continental insularizado é recebido com aplauso e um ilhéu continentalizado é um traidor, porque assim, com injustiça, se constroem os juízos dos homens.

<sup>1</sup> «Açorianidade», *Insula*, Ponta Delgada, ano 1.º, n.º 718 (julho/agosto, 1932), p. 29.



## SER ILHÉU

MANUEL CÂNDIDO PIMENTEL\*

Podemos de um modo geral, sem entrar no mundo particular deste ou daquele texto, dizer que as imagens e as metáforas na literatura insular restituem-nos constantemente o chamamento silencioso da ilha e o afluxo e refluxo, inesgotáveis, do mar. Aí, nesse vão que a terra forma, é o comportamento poético aquele que melhor define o modo original de ser ilhéu. A terra é matricial, porque enraíza, e nela faz o ilhéu a aventura de sulcá-la, caminhá-la, cultivá-la, brotá-la ou simplesmente dizê-la. O mar, porém, eleva ao infinito todas as perfeições ontológicas, ainda a da criação, e é dele que provém o sinal do que na ilha não pode ser superado e tem de ser ignorado, adiado ou saudado. Viver na ilha é ter saudades do horizonte. De facto, o mar, unindo-se ao céu, encobre-nos no mistério das coisas, não vistas, não ditas, inapreensíveis, e a sua face móvel e inconsistente é a imagem da gratuidade do ser. A ilha, fértil e húmida, tangida de cores sob o esplendor do sol, a ilha matutina, a ilha do meio-dia ou a ilha anoitecida, em face do mar que a circunda ou lhe bate em fúria as penedias, é um círculo, um instante reificado sobre que vela o Deus.

Mas o que é uma ilha?

Perguntar pela definição de algo é perguntar pela sua essência. Perguntar pela essência é perguntar pela origem de algo que faz com que algo seja esse algo e não outra alguma coisa. Essa origem é o fundo do fundamento do ser, aquilo pelo qual uma coisa é ou pode ser. No apreender da essência, o juízo é sempre originalmente essente, porque a sua atividade envolve a inteligibilidade, o ser e a possibilidade de ser. De facto, aquilo de que se faz questão quando se pergunta o que é (*quid est*) cinge quer o ser (*esse*) quer a simples possibilidade (*possibilitas*) de ser.

---

Desenho: *Caminhos filosóficos do Pe. António Vieira.*

\* Universidade Católica Portuguesa.

A palavra *ilha* tem filiação na latina *insula*, embora não diretamente, mas pelo catalão *illa*, daí a dificuldade de fazer remontar «ilha» a «insula» se nos estabelecermos apenas nos planos filológico e fonético. Da latina *insula* veio a nossa «ínsula» como sinónimo de ilha e o «insular», que, como verbo transitivo, significa transformar em ilha ou isolar, ou como adjetivo significa o mesmo que «insulano», pelo qual se diz o habitante de uma ilha. O que patenteiam *ilha* e *insula* é o fenómeno de isolamento como a mais primária condição de insularidade. A ilha define-se como pedaço de terra emersa rodeada de água, a que se chega ou donde se parte por navegação ou por voo; e significando geralmente um lugar de difícil acesso, pela distância e pelo isolamento, difere de *península*, terra também emersa, mas que se caracteriza por um istmo de ligação a mais terra ou continente. Na ilha, a ausência de istmo assinala o cariz geográfico e geológico do isolamento, que é, assim, a condição mais remota do insular.

A ilha, graças à dificuldade do seu acesso, pois que não estanca na continuidade da terra, habita um espaço e um tempo muito além do curso ordinário, peninsular ou continental, das coisas, o que explica que o imaginário dos povos veja na ilha o símbolo por excelência da fonte espiritual primordial, justificando até a viagem ou a gesta para essa origem tida por centro de atração, além maravilhoso, santuário, templo sagrado, que é uma espécie de microcosmo ou imagem do cosmo num tempo incorruptível.

Essa ordem insular de um *outro mundo* está presente no imaginário dos povos desde épocas imemoriais, por exemplo, nas ilhas míticas da literatura grega ou de lendas árabes e indianas, e na literatura céltica, podendo significar a ilha o centro do mundo, o paraíso ou um lugar de bem-aventurança, como a ilha a que a *Demanda do Graal* chama Avalon, ou a ilha dos Amores de Camões, onde, por mão de Vénus, se premeiam os heróis e se contempla, como um segredo, o mapa do mundo, mas é também pela evocação da ilha como sede imutável da harmonia e da paz que Thomas Morus constrói a sua cidade utópica. É no cenário novelesco da ilha como lugar de amores e de supervivência do amor que D. Francisco Manuel de Melo narra os amores de Roberto Machim e Ana de Arfet, que imortalizou na epanáfora que dedicou à ilha da Madeira, e é também no teatro da ilha que Gaspar Frutuoso, no primeiro livro das suas *Saudades da Terra*, imagina o diálogo sábio e subtil da Verdade com a Fama. Contrariando o cronista-mor dos Açores, o povo manter-se-ia fiel às lendas de serem as ilhas açorianas os mais altos píncaros da Atlântida, memorada por Platão, memórias geológicas de uma civilização extraordinária de que uma das lendas das Sete Cidades diz ser a lembrança.

A imensa literatura sobre as ilhas diz-nos que a ilha é o lugar de todo o possível. É por esse possível que se determina a busca das ilhas desconhecidas, constituindo essa busca um dos temas fundamentais do imaginário literário, também fundamentalmente português, mas igualmente dos sonhos e dos desejos mais profundos do inconsciente. O fundo simbolismo da ilha é a pedra de toque, já na psicanálise, para a imagem da ilha como refúgio, como rochedo que dá arrimo à consciência e à vontade contra os assaltos do inconsciente e as pulsões instintivas, que aqui figurariam o oceano, fluído, caótico e inconstante.

A ilha, na exegese do imaginário coletivo, revela-nos a sua verdade arquetípica. Ela é, de facto, um arquétipo, um símbolo ancestral organizador de condutas e de experiências imaginativas, cuja pré-compreensão mítica condiciona a compreensão do mundo. A situação singular do homem insular que vive e habita a ilha não se subtrai à imagem arquetípica da ilha, mas essa imagem é nele mais pregnante na organização da sua vida, de imaginação, pensamento e ação, do que o é para o continental ou o peninsular que vive a ilha como entidade possível, encontrando-se o insulano na circunstância de viver a ilha habitando nela ou viver o arquétipo habitando nele, o que do ponto de vista do imaginário e da psique deverá traduzir-se nalguma singularidade, que tipifica o próprio comportamento insular a impregnar a sua compreensão do mundo. Aqui é ocasião para dizer que seria interessante o estudo do ser ilhéu do ponto de vista do imaginário coletivo, já que os símbolos, se objetivam formas de comportamento, deixam disponíveis para a reflexão os sinais que estão em lugar do fundo do ser e do modo de ser ilhéu.

Ao arquétipo da ilha se associa a quaternidade dos símbolos elementares da matéria, a água, a terra, o fogo e o ar, os elementos básicos que formam o cosmo material do ilhéu, mas sem valorização de um em detrimento de outro, pois que o que é pregnante é a quaternidade enquanto esta exprime o livre jogo dos elementos na linguagem esotérica do inconsciente e que aflora originariamente na literatura. Mais do que em outro ponto do cosmo, a quaternidade exprime-se na ilha com força cósmica permanente e de modo permanente modela todas as forças. O seu desequilíbrio é sempre possível, mas quando tal acontece sucedem-se a intempérie, a destruição pela água e o terramoto. É que existe também uma visão poética dos elementos mesmo na narrativa que forma o quadro da tragédia.

Se, como entendo, a percepção e a representação não são primeiras na ordem da cognição, porque há estruturas prévias condicionantes e porque o comportamento poético, que não é teórico nem prático, faz descobrir o homem no mundo antes de ele sabê-lo, apalpá-lo e pensá-lo, a quaterni-



dade elementar assoma no ser do ilhéu para revelar-lhe a ilha como ela é, a ilha original, arquetípa, a ilha branca, pura, imaculada, que é, afinal, não a ilha mas a sua forma, a que povoa o sonho do insular quando sai da ilha para o desconhecido, por força, quase sempre, senão sempre, de expatiação e diáspora.

Se é verdade que me situo aqui no domínio de uma antropologia do imaginário insular, de que enuncio apenas algumas teses, reconheço que é a literatura que se dá conta ou está sempre no trilho da exploração da quaternidade elementar que é, na lídima palavra dos gregos, a *physis*, caminho também para a verdade e o sagrado. A quaternidade, que envolve uma poética da condição do ilhéu, é a linguagem que manifesta os sinais poéticos da *physis* e, de certo modo, no círculo que é a ilha, no chão do seu isolamento, na sua paisagem, essa linguagem mediatiza o sagrado ou numinoso que se recolhe no símbolo que é a própria ilha, lugar do tremendo e do fascinante, para lembrar a definição clássica de Rudolf Otto, para quem o sagrado se nos apresenta como *mysterium tremendum et fascinans*. O espaço de revelação que é a *physis* traduz esse conceito da ilha, com a sua paisagem, como *templo*.

Talvez pela experiência que constantemente faz da fragilidade das coisas e do poder, por vezes desmedido, da natureza, o ilhéu tem uma peculiar tendência para o sagrado, ainda que esse sagrado amadureça por vezes na descrença ou na interrogação aflita sobre Deus, como é exemplo a poética e a teórica de um Antero de Quental, ou espreite no ser espiritual além das coisas, nos símbolos e além dos símbolos, como no pampsiquismo poético de um Roberto de Mesquita.

Se a ilha, na medida arquitetónica da quaternidade elementar, é a habitação do ilhéu, o solo que se opõe à instabilidade do mar, é a partir daí também a ponte para o sagrado das religiões e do comprometimento religioso, podendo o ilhéu integrar-se numa natureza que faz parte do divino, sem diferença ontológica, onde são possíveis os deuses e outras entidades fantásticas, ou numa natureza que compreende desde a sua interioridade o valor da transcendência de Deus. Os povos insulares mais propensos a viver o vulcanismo, pela experiência quotidiana da instabilidade da natureza e a fragilidade das coisas e dos seres, são os mais inclinados a alimentar uma experiência religiosa de transcendência. Aqui, a linguagem da diferença recorre às imagens da entrega, da aceitação e da religação a um princípio com rosto e com história, geralmente a história da crença e dos crentes que nos precederam. É essa história que preenche de significado a vida, que tonaliza e especifica as formas de ser e de estar, pelas quais se reconhece um povo como esse povo e não outro.

Na revelação, pelo transcendente ou pelo imanente, tudo se joga. O sentido da vida, o labirinto da existência com as suas misérias e glórias, o tempo e a história, e a própria morte. Na ilha, a revelação não está fora da paisagem, mas una com ela, e o combate do homem insular pela revelação é ainda a tragédia de si mesmo a braços com o seu destino e a compreensão de si mesmo. Assim, quem quiser compreender a estese existencial do ilhéu não pode ignorar o valor extraordinário do sagrado nas suas formas de vida, de ser e de estar, que não é residual, mas é um insuperável do discernimento antropológico.

Já o tema crucial do sagrado, já a paisagem ilhoa, introduzem-nos no infinito. A bem dizer, a ilha, como círculo, e o mar, presença que obsidia, são representações de dois infinitos. O solo da ilha, na sua forma, é um círculo perfeito, donde o ilhéu visa os longes. Visar é mirar, mas é também a ação de pôr o visto no documento e partir, daí que o infinito do longe esteja ligado ao abandono da ilha, à partida, à emigração. De facto, o círculo que a ilha forma é a imagem do infinito que é o longe, com todo o seu mistério, anelos de sonho, virtudes do desejo. Só o mar representa o infinito do ser. Ele dá consistência ontológica à ilha, embora a emergência súbita da sua força também assinale a fragilidade ôntica da própria terra. Sob certa perspetiva poética, podemos dizer que é o mar que forma a ilha, donde a cosmogénese da ilha se dever procurar na água, desta emergindo e formando-se a terra, numa autêntica cosmogonia.

A junção dos dois infinitos introduz-nos à saudade. O ilhéu, que visa os longes, que habita o imenso oceano do ser, é de sua condição um ser saudoso. A saudade do ilhéu é antepredicativa ou atemática, *existe* antes de saber-se, *pré-compreende-se* antes de ser compreendida, *vive* antes de ser tema ou de apreender-se tematicamente pela consciência e pelo pensamento. Do conjunto destas considerações resulta, finalmente, que a significação da saudade para o insular faz parte integrante da interpretação metafísica da sua existência, sendo a saudade elemento capital dessa interpretação por implicar uma cosmovisão, uma *Weltanschauung*, para aludir aos teóricos alemães, pois que a saudade não só envolve uma orientação cognitiva e afetiva no mundo, mas é ingrediente da manifestação do sentido de ser e estar no mundo, não podendo, pois, ser desprezada nos seus ensinamentos acerca da condição insular.

Permito-me concluir pelas bases de uma antropologia do imaginário insular, a ser convocada a partir das tectónicas que acima avancei e que podem resumir-se, em importância, do seguinte modo: 1) a ilha como arquétipo; 2) o isolamento; 3) a quaternidade elementar como *physis*; 4) o sagrado; 5) o duplo infinito; 6) a saudade como experiência pré-tética da insularidade.





## DE LONGE, A ILHA

MARIA MARGARIDA GAGO DA CÂMARA

«Yo me agarro a las raíces  
que debajo tienem tierra  
A las ramas no me agarro  
Porque el aire se las lleva»

*Cantiga popular de Serra de Gredos, Espanha*

Este convite/sugestão para escrever alguma coisa sobre o modo de ser ilhéu é extremamente sedutor mas desencadeia uma catadupa de imagens, recordações, pessoas, personagens, lugares... Muito difícil de ordenar e, ainda por cima, «sem condições»! O nosso contemporâneo francês Alexandre Jardin diz, com fleugma e atrevimento que «le risque est une chance et les idées un stop»<sup>1</sup>. Nunca melhor dito no caso presente!

Pois, vamos a isto e seja o que Deus quiser!

Sempre foi estranho, por meio-contraditório, meio-irritante, a palavra «ILHA» espoletar tantos romances, contos, palestras, conversas de café pró-intelectuais, (ou pseudo-intelectuais), medidas políticas e mais um largo rol de conceitos e considerações, quantas vezes intempestivas. Sempre no mesmo sentido. Mais parecia que «Ilha» era quase fatal sinónimo de diáspora, partida, afastamentos, portos de abrigo longínquos para desventuras e portas abertas em variadas «Califórnia de abundância», como lhes chama Pedro da Silveira.

«ILHA», também, e principalmente, é terra. Húmida, castanha, cheirosa, arável, vestida de verdes lustrosos, aveludados, musgosos. Azuis molhados,

---

Desenho: *Fajã de Baixo, Igreja de N.ª S.ª dos Anjos.*

<sup>1</sup> Numa entrevista à TV5 em 30 de Maio de 2015 a propósito da publicação do seu livro *Laissez nous faire* pela Lafont.

que se transformam, no declínio do verão, numa paleta outonal de grenás, avermelhados, ocres, a decomporem-se em rendilhados de nervuras aracnídeas, estrutura derradeira das esplendorosas e redondas hortênsias que ali se chamam também «novelões».

Fragrantes conteiras, a não querer que o sol se vá, vestem de amarelo as encostas, as bermas de estrada, as grotas. Mais requintadas mas igualmente pujantes, as camélias, azáleas, os rododendros, a enfeitar o Inverno que lá é comprido.

Nos velinhos manuais da instrução primária (de tão gratas memórias) vinha: «ILHA: pedaço de terra rodeado de mar por todos os lados» – mas terra, bem definida.

As crianças, durante as longas (!?) viagens para o lugar das férias grandes, acreditavam que eram os romances azuis que as fadas bem-fazejas desfiavam para guiar os primeiros habitantes das ilhas por desbravar, antes de caminhos e casas servirem de referência e orientação.

De fadas não há memórias nem «casos» (que é como lá se chamam os contos) mas há tutelares figuras bíblicas perpetuadas nos nomes: Ananias, Tobias, Elias. E de godos que nunca por lá passaram, quantas Ricardas, Cremildes, Edviges, Hermengardas. E sumptuosas Honorinas, Venerandas, Lucélias! Numa freguesia (nas ilhas não se diz aldeias) muita gente de há 50 anos atrás, nunca fora à sede de concelho, a 30km. Gente que só via o mar de perto e sentia o cheiro a maresia, alpendurados nas falésias das vinhas, nas terças-feiras depois das festas da freguesia, para averiguar o andamento da maturação das uvas e prever a data das vindimas.

Terra de senhoras que tocavam piano, bordavam e falavam, não só francês, mas inglês, italiano, alemão e até russo. E mantinham correspondência com «amigos invisíveis» de muitas partes do mundo. Terra onde uma brilhante aluna, já nos nossos dias, futura mestra de História e Bibliotecas, conversava com o seu Professor em latim e grego clássicos. Terra onde o patriarca Simeão L. olhava o céu ou o mar, o lado de onde soprava o vento, o desenho das nuvens e sabia o tempo que viria a seguir, aconselhando as sementeiras ou as colheitas ou os nascimentos no gado, nas capoeiras e nas famílias. E a quem todos recorriam para pedir conselho, consolo e até justiça. Terras onde só os filhos homens viriam estudar para o Continente ou mesmo lá na ilha, porque as posses da família não chegavam para instruir longe, as filhas. Mas que excelentes Enfermeiras e Professoras Primárias – a D. Emília S., a D. Ângela P., a inigualável D. Berta R. ...

Homens altos, de olhos azuis, claros de pele e cabelo, gerados nos antepassados flamengos, mercadores do pastel que tingiria os ricos tecidos de antanho na Flandres. Homens cujas mãos sabiam procurar a pouca de terra entre as rochas, suficiente para a cepa que viria a frutificar com o sol e calor guardado na lava escura e dura. E mais tarde seria o vinho que Czares de longes terras, saboreavam deliciados e esquecidos dos samovares. As mesmas mãos sábias e talentosas que gravam paisagens, caras, e esculpem barcos e brinquedos nos dentes e ossos de baleia. E cabos de agulhas de crochet (chamadas farpas) tão finas tão finas que se tem de tocar num relevozinho quase invisível com o qual, num fio quase de aranha, se teciam verdadeiros cachos de amoras ou flores para diáfanos enxovais e toalhas de altar.

Homens no mar mas as mulheres não ficavam na praia a vê-los partir (não são «loucas», não) mas nas casas, quais penélopes confiadas, bordando tule com fios de palha de trigo (o que faz a imaginação e a falta de materiais) para véus de ir ver a Deus ao domingo; enfeitando as cómodas e os oratórios com flores de miolo de figueira e novelão e mesmo casulos de bicho-da-seda. Benditas mãos.

Porque «o Tempo, além do sol, da chuva e do vento é para se aprender a ter paciência» – sábios ensinamentos da Elisa da Cova que morava, mais a família, nas únicas duas casas da Cova da Elisa. E debaixo do seu enorme guarda-chuva (maior, de certeza, do que o do João Semana) abrigava o Avô, os netos e ela própria quando uma chuvada de verão interrompia os passeios para se ir ver as vacas, as culturas e combinar o que se havia de fazer às famílias mais pobres ou mais «desatinadas»!

E essa paciência enchia sacas de fardo enormes com milhares de folhinhas de chá, tenras e frescas, recortavam papel de seda para os mosquiteiros e as beiras das prateleiras e só mesmo ao pé se percebia que não eram renda. E nos dias de chuva, tantos, nas férias, as crianças juntavam restos de lãs e cortavam em tiras trapos, nunca velhos e sempre úteis, enrolando grandes novelos que iriam servir de urdidura a futuras mantas e cobertores, coloridos e quentes. Ouviam histórias, decoravam as tabuadas e desfiavam as orações e as ladaínhas da catequese.

«É preciso dar com o jeito de saber viver na ilha» dizia alguém muito sábio, muitas vezes, aos da ilha e aos de fora. Faziam-se assinaturas para «os grandes» e para os «pequenos» e o dia da chegada da «respondência» era de festa. Quanto se aprendia e sonhava com as *Petite Illustration* as *Modes et Travaux*, o *Illustrated London News*, *Geographic Magazine*; e quantos *Gafanhoto*, *Papagaio*, *Major Alvega* se tornavam os amigos (e modelos) de outras paragens, no dia-a-dia da criançada!

Grandes passeios com os olhos bem aguçados porque se tinha de «trazer para casa sete florzinhas cor de salmão, cinco azuis (as mais raras), uma dúzia de sementes de azedas, um cestinho feito de junco com amoras e outro cone de folha de conteira com morangos bravos». Nada de confundir os pequeninos, saborosos e verdadeiros com os «engana rapazes», grandes mas aguçados e sensaborões. A Avó ensinava que é preciso treinar a atenção, que as melhores coisas muitas vezes estão escondidas ou difíceis de alcançar e que, mais tarde, nas leituras dos Poirot, Marples ou Arsène Lupin era preciso acertar, antes do final, em quem era o bandido nos crimes nunca perfeitos. Quanto estes hábitos nos ajudam a contrariar o nervosismo das pressas (o diabo está nos detalhes) e a reencontrar as chaves perdidas, os óculos, o telemóvel, também com a ajuda do responso a Stº António... Gente antiga, experimentada, que dizia: «trabalho de menino é pouco mas quem o perde é louco» e assim se criavam hábitos e saberes salutareis e tão úteis pela vida fora. E ninguém ficava «traumatizado» por descascar cestos de ervilhas ou desfolhar maçarocas de milho (sempre à espera do milho-rei) entre galhofas e brincadeiras de miúdos e graúdos.

Era a Guerra; submarinos predadores destruíam os navios, quais formigas esforçadas para abastecerem de tanta coisa necessária o que a terra não pode dar. A Casa, na lomba entre as duas ribeiras, com o mar bem ao longe parecendo sempre sereno, mesmo quando era cinzento escuro, estava quase pronta. Mas, lá está – o navio foi ao fundo, esgotaram-se os pregos, as dobradiças, fechos de portas e janelas, muitas ferramentas passaram a artigos de luxo. E agora? Sabe Deus quando acaba a Guerra; sem resguardos, a Casa começada vai arruinar-se... Não há impossíveis e as dificuldades aguçam o engenho. Então, paredes duplas por onde circulará o fumo das lareiras, a aquecer toda a casa; as portas, de correr para dentro dessas paredes; as chaminés a passar dentro dos roupeiros dos quartos de cama; em vez dos pregos que enferrujam, pequenos toros de roseira e buxo, rijos e quase eternos, onde os bichos não se atrevem a atacar. A água, que vinha da nascente, tinha de passar na «casa da manteiga» e ao lado, na cozinha da Casa e daí para fora, devagarinho pela tubagem de grês, no declive onde enchia o tanque das vacas, depois na casa dos porcos e, finalmente livre, pelo pomar abaixo no regresso à sua ribeira-mãe. Era a casa que qualquer arquitecto de hoje, ecologista e urbanista iluminado, desejaria ter inventado e construído. Hoje, só perdura na memória e no coração dos poucos que ainda nela viveram!

Olhos, que à luz de candeias, palmatórias de espelho polido, candeieiros que cheiravam a petróleo (os «aladinos» já foram uma grande modernice) conseguiam tecer colchas que marcavam os acontecimentos

relevantes nas famílias – qual terá sido o do dia «1 de Julho de 1853»? Olhos que recortavam o mesmo papel de seda para os guardanapos dos rebuçados de ovos dos casamentos e baptizados, adornando os bolos da Noiva ou do Bébé. Guardavam-se sempre alguns, tão lindos que fazia pena deitá-los fora.

O mar – o melhor caminho de água para ir daquela fajã à outra, daquele portinho à foz das ribeiras, as primeiras, aquelas «duas de claras águas», onde, um dia, há tanto ano, uns marinheiros exaustos mas enfeitados aportaram. Cumpriam o desígnio de um Senhor Infante que conhecia, por sonhar com elas, as terras para lá dos mares.

Talvez desses tempos idos de perigos vindos do mar, hoje, já não em pânico mas com espanto, ainda se diz «Bei, St.<sup>a</sup> Bárbara!» E primeiro «vigia-se» quem está lá fora antes de abrir a porta! E desses tempos, em que todos estavam nas mesmas condições, sem casas, sem nada feito, com tudo para começar, é tão saboroso ouvir: «Eh querido senhor, tu não me dizes isto o que é?» Chefes da expedição, colonos para povoar, todos eram iguais perante a terra! É na Ilha que existe a Rua da Igualdade, a que vai desembocar no cemitério!... Noutra Ilha, não se diz que alguém está adoentado mas sim, que está «aborrecidinho!» Macambúzios e tristonhos? Nada disso! Recatados, prudentes, entre ingénuos e desconfiados, pois do que vem de fora nunca se sabe (por ancestrais razões, porque muitas vezes vinha o mal e a arrogância e a exploração). A última região do país a cair sob o domínio filipino, também é aquela onde as festas, a Festa, a *aficcion* e algum «deixar para depois» a singularizam e aproximam dos nossos vizinhos ibéricos. O Zeca, que viveu nas duas ilhas, faz umas deduções sócio-folclóricas para distinguir os «coriscos» dos «rabos-tortos» – os de S. Miguel e os da Terceira. Então, o tamanho dos sachos (enchadas) é muito elucidativo: um é pequeno com um grande cabo para se apoiar, enquanto se conversa com quem passa; o outro, o sacho é grande, quadrado de cabo curto para cavar com força, virado para a terra donde virá o sustento. Daí o bem-disposto e divertido terceirense face ao circumspecto e comedido micalense!! Trata-se, apenas, de saber viver!!

Formas de tratamento muito peculiares e certeiras: «primos e primas» são todos os familiares e parentes mais afastados – alguns foram «os primos de verão» porque viviam no continente e só nas férias grandes chegavam à Ilha; felizes dias de S. Vapor!!

«Tios e tias» são os trabalhadores antigos, os mais velhos da freguesia, aqueles e aquelas que, mesmo desconhecidos, se lhes bate à porta a pedir uma «estaquinha» da planta bonita do quintal ou a amostra da renda que enfeita a cortina da janela. Saudoso «tio Negalha» com as juntas de bois, o



«tio Manuel Pimentel» que fazia dos jardins antênticos parques; a «tia dos Anjos» que ganhava sempre os despiques a ver quem apanhava mais chá; o «tio Adelino» que escolhia o melhor leite para as crianças lancharem e a «tia Maria José» que fazia o melhor pão de milho e de pé de torresmo do mundo! Em cartas antigas, um marido iniciava com «extremada prima» o relato do que ia acontecendo na sua vida empresarial e política no Continente dirigido à «prima» e sua Mulher!!! E dos tempos em que as distrações eram poucas, inventou-se o «dia dos amigos», «das amigas», «dos compadres» e «das comadres», cada um na 5.<sup>a</sup> f. de cada semana, para entreter os dias invernosos e agrestes entre o Natal e o Carnaval.

Terra, sempre a terra firme e sólida (mesmo quando treme e regurgita fogo e lava e se cobre de cinzas); terra almejada por quem vem do mar com o peixe; por quem já tem o corpo demasiado faminto e molhado e vem secar-se e saciar-se e deixar semente. Mercadores flamengos, navegantes em busca de mais terras, gentes de algarves continentais, piratas mediterrânicos das costas africanas; soldados e oficiais no tempo da guerra, prontos para a defesa, na incerteza de uma neutralidade dúbia e frágil; iatistas aventureiros que pintam as docas e gravam os nomes, entre copos e gargalhadas, numa algaraviada em que todos acabam por se compreender. Os mais antigos ensinaram o cultivo de cereais que escasseavam no Continente; o gosto pela aventura mesmo num quase bote para as américas – *o Barco e o Sonho*; a arte das selas e das correias, temperos diferentes...

Sempre a terra e também os ventos, ferozes, malfeitores mas, como aqueles grandes ventos do oeste (de St. John Perse) têm sabor a oceano, limpam poeiras e miasmas e desenham lonjuras. E os homens, nem que tenham de ir gatinhando até à gruta que os abrigue, fazem-lhes frente, prontos para retomar a terra e limpá-la depois de a ventania passar. E com que calma! «Eh Senhor Faria, para onde é que vai esta gente, com esta pressa toda???» A perplexidade do homem de S. Jorge perante a agitação (!) de Ponta Delgada.

A mesma dorida calma e a tal paciência resignada com que, no dia seguinte ao terramoto já se reconstrói o muro que ruiu e a casa que se «esborralhou».

Nove Ilhas – uma orquestra sinfónica composta por músicos de todas elas, reúnem-se e actuam, magistras, como se ensaiassem todos os dias e vivessem lado a lado, podendo trocar ideias e experiências de trabalho.

Uma terra tão poderosa que do outro lado do mar se reencontram os «registos», as coroas e as bandeiras do Espírito Santo, as roscas, a massa sovada, as «espécies», (tão exóticas, tão orientais) como nas casas da Ilha.

E a reprodução de certas procissões mais importantes; os presépios do Natal com a ervilhaca em cabeleiras brancas salpicadas de doirado, as camélias e as laranjas a lembrar e a invocar outros tempos de fartura.

De fartura e de cosmopolitismo em que a mesma pessoa era, simultaneamente, produtor da fruta, armador dos navios que a levavam para a Europa do Norte e o comerciante esclarecido e interessado no que houvesse para aprender e melhorar. No regresso à Ilha, vinham os navios carregados de móveis, livros, loiças e ideias novas. Deixavam os filhos a cultivar-se nos colégios e universidades de França, Inglaterra e Bélgica e subscreviam, com alguma pesporrência, o queirosiano desabafo de que Lisboa era a parvónia da Europa.

Estudavam o Mar, os mares, as aves, os peixes, as ondas e os ventos. Príncipes deste mundo e homens curiosos, nos *Aquila* e *Hirondelle* navegavam e registavam o que viam em excelentes desenhos, aguarelas e escritos náuticos. É rever e reler os álbuns do Rei D. Carlos e do Príncipe Alberto 1.º do Mónaco e outros, menos célebres mas respeitadas e venerados nas suas famílias. Até mesmo a quase virtual Ilha *Sabrina*, fugaz aparição, embora olhos e mão de artista tivessem tido tempo de a retratar. Antes que o peso da vaidosa bandeira inglesa a submergisse para sempre, mais ao intento de aumentar o império no meio do Atlântico! Ironias da Mãe-Natureza e do Mar mas também sinal do interesse Geo-Político do Arquipélago, dolorosamente confirmado na Guerra e nas guerras que rasgam a terra dos homens.

Os laranjais, cuja fragância orientava os navios no meio de nevoeiro cerrado, foram atacados por uma praga. Pois os meninos educados «lá fora» e já homens feitos e cheios de ciências novas, trataram logo de experimentar o ananás, o tabaco, o chá, a beterraba, chicória, criptoméria japónica, conteiras ou rocas-de-velha, lindas e que ajudam a segurar as terras. Vieram chineses para ensinar, engenheiros e botânicos, companheiros de estudos, para deixarem marca na nova era de novas culturas, de novos empreendedores. Geraram as subseqüentes indústrias do açúcar, do álcool, dos cigarros, cigarrilhas e charutos, desenharam-se e plantaram-se jardins à inglesa, trouxeram-se floras de longínquas paragens.

Ilhas que seduziram cônsules-comerciantes ingleses que quiseram lá instalar-se e introduzir-se nas famílias tradicionais. A terra, as ilhas sempre maravilharam e atraíram (olha o Raúl Brandão e os seus companheiros de 1924) continuam a agarrar italianos que só lá iriam fotografar e hoje lá mora toda a família; casais que ritualmente lá passam as férias e até já comemoram 40 anos delas; e uns trazem outros e mais outros e no Verão encontramos os continentais que aqui não se tem tempo e proximidade

para visitar! As listas telefónicas (em vias de extinção) desvendam a quantidade de apelidos estrangeiros que quase não se vêem. Gentes que por lá se aninharam, ao ritmo do som do mar, das várias estações no mesmo dia, no remanso dos fins de tarde ou do alvorecer. Entontecidos com um silêncio rumoroso, com a «mornaça», uma suavidade envolvente de abraço protector. Exilados voluntários do bulício, da algazarra, do dramatismo oco das cidades. Novos Jacintos, sem o saberem; romeiros num pré-paraíso.

Ilhas, nove, tão as mesmas e tão singulares: a Caldeira ou as caldeiras, as sopas do Espírito Santo do Faial ou da Terceira, os confeitos ou o alfenim. Domingos Rebelo ou Tomás Borba-Vieira, Manuel de Arriaga ou o mestre João do Monte; Roberto de Mesquita, alma cativa da sua ilha das Flores ou Antero, cativo de si e de tudo. A bruma das ilhas (a zona mais nórdica do País, segundo um conterrâneo apaixonado pelo seu Jardim) é morna, gera um *spleen* especial, uma evanescência da vida. Incentiva uma luminosa e reverente Fé em quem sabe que está «na mão de Deus, na Sua mão direita» e lá quer permanecer e viver tranquilamente.



## ENTRE MAR, SERRAS E MEDOS

NELSON VERÍSSIMO

Com medo os marinheiros de Zarco aproximaram-se da Madeira. Só a determinação do capitão e do seu piloto impôs a viagem de reconhecimento do «negrume» avistado da ilha vizinha. Este cenário, criado por Francisco Alcoforado, Jerónimo Dias Leite e Gaspar Frutuoso nas suas crónicas, antecipa a visão deslumbrante da «terra toda coberta de arvoredos até ao mar».

Cedo iniciou-se o povoamento da ilha, e outros medos cravaram-se no quotidiano dos ilhéus.

A terra deveria ser fértil, mas era necessário desbravar e canalizar a água abundante de ribeiras e nascentes até às culturas agrícolas, entre rochas abruptas e vales profundos.

O fogo, usado nos primeiros arroteamentos, tomou, por vezes, proporções desmedidas, e os cronistas fabularam sobre uma ilha a arder por sete ou nove anos com homens e mulheres na beira-mar ou na água, tentando salvar as suas vidas.

Afoitos, os povoadores arrancaram da terra o cereal que lhes assegurou o sustento e ainda sobrou para exportação. Contudo, essa abundância durou poucos anos. Partiram, então, para a cultura da cana sacarina e a riqueza do ouro branco integrou a ilha nos circuitos do comércio internacional, atraindo mercadores de diversas nações.

Novos medos envolveram os madeirenses. Vinda não se sabe de onde nem como, surgiu a peste que os levou a pedir proteção divina, através de São Tiago Menor, proclamado solenemente padroeiro da cidade do Funchal e a quem ficou até hoje o compromisso camarário de honrá-lo no seu dia.

Não menos alarmante era a ameaça dos inimigos que vinham do mar. Piratas e corsários que, com alguma frequência, atacavam as populações do litoral ou as embarcações que demandavam ou saíam da baía funchalense. Em 1566, ocorreu a situação mais difícil na ilha da Madeira, quando os corsários franceses saquearam a cidade por mais de duas semanas, acontecimento que perdurou na memória insular de diversas gerações.

Produzindo açúcar ou vinho em abundância, a ilha padecia de crônica falta de cereais, dependendo da sua importação durante largos meses do ano. Tardavam, por vezes, os navios a chegar. A aflição era grande. Temia-se a fome. Implorava-se, então a intermediação da Senhora do Monte ou de São Tiago que, em concorridas procissões, eram conduzidos à Sé. Após dias de numerosas rezas e missas, haveriam de regressar às suas igrejas, quando a adversidade tivesse sido ultrapassada, acompanhados de fervorosa romaria.

Não dependia da vontade do madeirense nem dos seus pecados, como lhe incutiam do púlpito, a presença indesejada de corsários e piratas ou o abastecimento regular de trigo.

Ao seu arbítrio não obedecia também a Natureza. Dentro da ilha contava com ciclópica ameaça. Perigo que nunca se lhe arredava da lembrança.

De anos a anos, chuvas abundantes abatiam-se sobre as montanhas, fazendo ribeiras e ribeiros galgar os seus leitos. As águas impetuosas tudo inundavam. Precipitava-se a fuga perante o cenário de devastação. Ruínas e entulho enlameados. Vidas e bens destruídos. Era o pavor das aluviões, sempre imprevisíveis, mas continuamente presentes no quotidiano ilhéu. E uma vez mais havia que remover o que as águas arrastaram, reconstruir o que tinha sido destruído, chorar os mortos e acudir a quem tudo perdera. O cenário aterrador permanecia, porém, na memória e logo se avivava em dias seguidos de precipitação elevada, inesperadas chuvas copiosas e aumento descomunal dos caudais dos cursos de água.

Ninguém falava da aluvião, mas dizia-se o aluvião, como se a mudança de género lhe acrescentasse força e robustez, ainda que medonhas e atemorizadoras.

Da terra, de onde se arrancava o magro sustento, outro medo advinha. Não da terra agricultada, propriamente dita, mas do senhorio dela que, por via da colônia, podia despedir o caseiro quando lhe aprouvesse, ainda que tivesse de pagar as benfeitorias por ele feitas, exceto se o acusasse de comisso ou desobediência. Contudo, se a expulsão do colono constituía o fim do contrato, já as prepotências de alguns senhorios sobre os pobres caseiros verificavam-se com frequência no dia-a-dia.

Este sistema de estrutura fundiária e a predominância de uma cultura agrícola cujo produto final se destinava à exportação, como era o caso da vinha, favoreceram a emigração, principalmente dos que não conseguiam arrancar da terra sustento para as suas famílias e dos que não tinham possibilidade de trabalhar a meias uma parcela de terreno.

O desconhecimento do local de destino, a incerteza do sucesso e do regresso ensombrevam a partida, mas agora a determinação e a esperança, mais do que a coragem, ofuscavam medos ancestrais. Havia quem neles quisesse ver um espírito aventureiro, mas a barriga vazia não lhes permitia, por certo, devaneios burgueses. Partia-se, sim, com receio, mas com a firme vontade de largar a enxada da vida magra, do tamanho do poio que cultivavam a meias ou de coisa nenhuma.

A emigração marcou as vivências insulares. O exemplo dos bem-sucedidos contagiou quem ainda hesitava. Pedia-se dinheiro para as viagens e partia-se com o receio de não poder cumprir a obrigação selada com um aperto de mão. Partidas ficavam também as famílias. Despedaçadas esperanças de olhares e corpos apegados.

Na ilha ou no mar, germinava ou espreitava o medo. Meu avô contou-me que, por diversas ocasiões, ele e os seus deixaram tudo e esconderam-se na serra, com outros vizinhos, porque tinham ouvido dizer que um submarino alemão rondava a baía do Funchal. Foi depois dos dois bombardeamentos da Grande Guerra. Afinal não passara de mais um boato e regressaram a casa, abatidos e esfomeados, depois da fuga assustada.

Na Segunda Guerra, o medo conjugava-se com fome, como acontecera outras vezes. Havia guerra no mar. Não se avistavam navios no porto. O abastecimento era irregular. Decresceu o turismo. O desemprego agravou-se. Contava-se com magros salários e o racionamento de produtos essenciais. Anos de noites mais escuras.

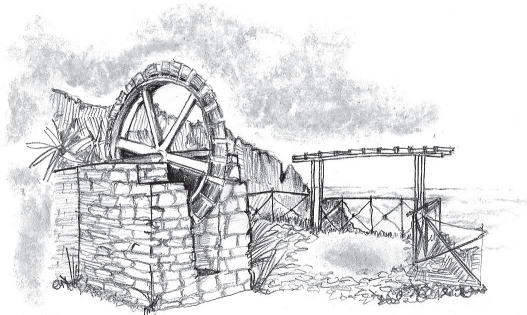
Tempos da ditadura que perseguia e manipulava. Tinha-se medo da autoridade, da Senhora Câmara, da Senhora Junta, da Senhora PIDE e de outras senhorias que delatavam o que viam e o que supunham ter sabido. Receava-se o funcionário público, com pronúncia diferente, que quase sempre vinha, quando menos se esperava, fiscalizar ou multar.

A autonomia política e a União Europeia trouxeram progresso e infraestruturas necessárias. Havia emprego e melhores condições de vida. Continuava, no entanto, o medo. Agora diferente. Podia-se opinar, seguir caminhos diferentes, mas também não se podia. A vingança espreitava. Chegava à família, amigos e conhecidos. Lá se ia o prometido trabalho. A expropriação passaria fatalmente por ali. O poder tinha muitos laços e braços. Tudo chegava a quem se arrogava de novo senhor do arquipélago,

agora legitimado pelo voto em eleições preparadas diariamente para a consecução da rede de obediência cega, não olhando a planeamentos nem orçamentos.

«Quem vier depois de mim, que pague...!» E o povo pagou. E voltou a emigrar. Agora eram pais que viam filhos partir, com receio de não mais regressarem, e mágoas redobradas pelos cursos pagos com esforços e discretas renúncias.

Na história que busquei ou nas que li e testemunhei, vi muitos medos na minha ilha. Não são, por certo, fenómeno específico da sociedade insular. Mas tenho para mim que, neste crisol de basalto, tomaram particular grau a ponto de formarem a personalidade da sua gente. Medos que geram angústias, desconfianças e mecanismos de defesa, resiliência, impulsos de coragem e ousadia que fecundam a vontade de triunfar, principalmente quando transpostas, no interior ou no exterior, as malhas do redil da sociedade insular.



## TODAS AS ILHAS A ILHA

THIERRY PROENÇA DOS SANTOS\*

Um território insular ou arquipelágico é como um parêntesis na superfície textual, uma rutura no tópico discursivo. Fragmento de terra isolada que constitui um lugar desfasado dos espaços continentais. Ora tendencialmente atrasado, ora excepcionalmente adiantado, é sempre um mundo à parte. Para o continental, é lugar fantasiado, quer de clausura, enquanto exílio voluntário ou forçado, quer de passagem, como destino turístico. Para o insular, é morada que faz sonhar distâncias e mundos por descobrir e conhecer. Para colmatar esse hiato geográfico, inventou-se o princípio da continuidade territorial, estabelecendo pontes marítimas e, quando isso é possível, aéreas. Mas isto tem custos, nem sempre fáceis de suportar pelos insulares, apesar dos vários mecanismos de apoio existentes para mitigar o esforço financeiro na aquisição de bens e serviços.

A insularidade, tal como a interioridade, é uma condição que limita o acesso à complexidade e à riqueza do mundo, restringe as ofertas de escolha, as oportunidades e as experiências. No que toca ao conhecimento, a partilha não é a regra: repetem-se os saberes, esconde-se a informação que faz a diferença, cultiva-se pouco o sentido crítico, respeita-se muito a hierarquia e o estatuto social. Se quiser participar na vida económica ou administrativa da comunidade, o cidadão terá de agir em conformidade com os valores sociopolíticos vigentes, ganhar a confiança daqueles que decidem. Se quiser ser aceite e entendido pela sociedade isleña, o artista terá de ceder aos gostos tendencialmente conservadores, academizantes e pouco ou nada subversivos relativamente aos valores éticos e estéticos dominantes. O consumidor tem que se sujeitar aos artigos que os revendedores dispõem em *stocks* limitados, ou então, encomendar o bem preten-

---

Desenho: *Fajã da Ovelha, Calbeta.*

\* Universidade da Madeira.



dido por catálogo e armar-se de paciência pelo tempo de espera de difícil previsão. Médicos haverá que podem cair na rotina das doenças mais comuns, perdendo a capacidade de detetar e interpretar doenças mais raras, por lidarem com um reduzido material patológico humano. Ainda que dependente da sua dimensão e diversidade de recursos, a autossustentabilidade insular é quase sempre uma miragem. De duas uma: vive-se com o que existe e para-se no tempo, ou então, acompanha-se a marcha do progresso e é preciso importar recursos humanos, materiais e tecnológicos, desinsularizar-se, para poder participar no desenvolvimento global. Felizmente, agora existe a *internet*: não deixa de ser comovedor observar tripulantes de navios desembarcados por umas horas nas mais modernas cidades insulares a aproveitarem, agarrados aos seus telemóveis e tablets, as zonas *wi-fi* grátis.

Viver num espaço confinado cercado pelo mar influi na percepção que se possa ter do meio envolvente: a meteorologia, de humor cambiante e de efeito intenso, pode fazer oscilar drasticamente o estado de espírito; a geografia, potenciando a experiência repetida da perda do horizonte, da vertigem dos abismos, do nevoeiro que cega ou do mar de nuvens que enche o humano de plenitude, obriga-o a reconhecer a sua pequenez; as energias telúricas – aliadas à brisa marinha, humidade do ar e aromas vegetais – exacerbam os sentidos ao ponto de doerem, sobretudo quando se está na força da idade; a exiguidade do espaço modifica a noção de distância e qualquer deslocação de um lugar para outro é sempre grande; a passagem do tempo amolece a força de vontade e a visão do mundo pode ficar distorcida por um pensamento mágico. Os fenómenos e assuntos de repercussão local ganham uma importância exagerada e são vividos à flor da pele. O insular sentir-se-á dificilmente implicado nos problemas e questionamentos com que o mundo se debate, ao passo que as peguilhas de rua tendem a tomar proporções descomunais.

A ilha apresenta-se como um lugar ambivalente e deslizante, que tem tanto de paraíso como de inferno. Dada a sua incontornável singularidade, todo o espaço insular tende a encantar, pelo simples facto de se opor, teimosamente, à massa líquida. O mais inabitável rochedo erguido por entre o rendilhado de espuma, o mais pequeno atol de areia branca, a mais lunar das ilhas desertas intriga, desperta a imaginação, perspectiva a possibilidade do naufrágio e da luta pela sobrevivência. Ensina a resiliência: o ilhéu é talhado para saber que só pode contar consigo e com os seus. Quando a ilha conjuga um coberto vegetal diversificado, um clima habitualmente ameno e paisagens de cortar a respiração, projeta na mente a imagem edénica, a ideia de paraíso terrestre, faz vislumbrar o jovem

casal desembarcado numa *nova terra* (que lugar idealizaste para gozar a lua-de-mel?). Se a ilha acolhe, protege, embala, quer favorecendo uma cultura de tolerância, quer oferecendo as condições para um exílio dourado, também serve para afastar, prender, isolar, alienar, condenar ao degredo ou fazer desaparecer. Vergel ou prisão? Um pouco dos dois...

Além desse efeito de *aislamiento*, a ilha é um ecossistema sensível e frágil: são várias as ameaças que pesam sobre ela. Sendo muitas vezes um repositório de essências raras ou únicas, a introdução de novos tipos de plantas ou animais pode pôr em perigo as espécies endêmicas e o equilíbrio natural. Além das episódicas fúrias dos elementos naturais, uma desregrada ação antrópica nos leitos das ribeiras, na faixa costeira, nas zonas instáveis ou sobranceiras às aglomerações pode dar origem a calamidades causadoras de avultadas perdas de vidas humanas e de bens materiais. As ilhas costumam ter muitas estórias de desastre para contar, não costumam? Pois, quem não respeita a Natureza, não se respeita a si próprio. Quem não zela, compromete. Quem não preserva, devasta.

Na sua condição de margem excêntrica, de fronteira entre dois ou mais mundos, de espaço de interseção entre o conhecido e o estranho, a ilha tem importância estratégica. Porto de escala, área de recursos exploráveis, laboratório a céu aberto, espaço da diversidade cultural, viveiro de mão-de-obra e zona exclusiva. Para a entidade geopolítica que é dela detentora, a ilha constitui sempre um valor acrescentado. Na verdade, funciona como um espaço-satélite, um espaço-batedor ou desbravador. Abre caminho, oferece novas perspectivas, pode eventualmente proporcionar um antegosto do exótico, atribui-lhe maior influência no concerto das nações. Não surpreende, por isso, que muitas ilhas tenham sido disputadas ao longo da História. Também não será por acaso que, em muitas ilhas, ecoam memórias de escravos e de mestiçagem forçada, se formaram culturas híbridas e crioulos ou culturas derivadas com sotaque distinto. Nelas vivem memórias de violência colonial, de abandono e de ataques piratas que vincaram a identidade e a diferença ilhoa.

Essa ilheidade, igualmente moldada pela experiência da subalternização a que as metrópoles costumam ou costumavam submeter os insulares, é marcada pelo estigma do estereótipo: a indolência ou o conformismo dos ilhéus, a ideia de um certo primitivismo nos seus costumes, a cristalização da mentalidade insular, a subsidiodependência das ilhas, a suspeita de um independentismo latente, o oportunismo de certas entidades administrativas insulares ao constituírem-se em paraíso fiscal (fuga da tributação e lavagem de dinheiros), o atrevimento que cada comunidade insular manifesta por ter a sua própria História, uma mitologia singular, um

destino coletivo particular. Esses preconceitos, que continentais cultivam acerca dos insulares, não resolvem o desencontro da alteridade. Também é verdade que muitos ilhéus não fazem melhor figura quando, não distinguindo o poder central das outras realidades geográficas e socioculturais do país a que pertencem, confundem a parte pelo todo.

No senso comum do continental, a ideia de ilha equipara-se a uma pequena escala. Lilipute nunca está longe. Uma volta à ilha de barco, de carro ou de bicicleta em menos de um dia é, para ele, a medida ideal. A medida da sua satisfação por ter dado a volta à ilha e poder dar opinião definitiva sobre tal microcosmo. Depois é aproveitar o fator «proximidade», degustar peixe fresco e desfrutar do remanso desse lugar onde o tempo parece suspenso, até à hora do regresso. Enquanto dura, esquece as horas... de ponta, a insegurança na via pública, as cadências de trabalho infernais, os dias cinzentos. Tirando o pitoresco e as duas ou três curiosidades da praxe, o que há para saber sobre uma ilha? Apenas isto: que todos os caminhos vão dar ao mar....

Quando se fala de viver numa ilha, já se sabe, o mar é o limite. O nativo ou o insular por adoção tem à sua frente vários constrangimentos: as limitações que a geografia impõe; o elevado custo de vida; as relações de vizinhança que impedem o anonimato e promovem o mexerico; poucas hipóteses de penetrar em círculos sociais de que não faça já parte; a educação escolar costuma ser limitada; as escolas seguem o mesmo currículo que as da metrópole, desdenhando a abordagem e o conhecimento do meio envolvente; a aconselhável deslocação ao continente quando um grave problema de saúde aflige; a escassez de ofertas de emprego e uma vida cultural cingida à religião e à diversão (tradição, entretenimento e cultura confundem-se em detrimento de uma cultura reflexiva).

Mais radical do que a insularidade, a dupla insularidade: esse simples apêndice do fim do mundo, quase virgem, quase primitivo, onde chove e venta insidiosamente, ou então, onde os ribeiros são raros e se coleta a água das chuvas para todos os usos, onde a rede elétrica – quando existe – é frequentemente sujeita a falhas, onde a natureza ensina a viver com pouco, onde sobram os gestos de entreatajuda e compaixão... ou de loucura. Quando a ambição é maior do que aquilo que a ilha oferece, agudiza-se o dilema entre ficar e partir, entre arvorear – lançando raízes e galhos – e abrir as asas para o voo, entre cultivar o fascínio pelas origens e desenvolver uma repulsa ao lugar, por causa do tédio e da falta de perspectivas de futuro.

É provável que as ilhas felizes sejam aquelas que não entraram na História, que só existem na imaginação, preservadas num estado próximo

da pureza e de uma simplicidade genesíacas. Qual o continental, dividido entre vários destinos turísticos, que não idealize a ilha como um lugar de beleza incorruptível, espelho do seu íntimo, cenário para a utopia, possibilidade dos impossíveis? Qual o ilhéu, dividido entre o sonho e o real, entre a força emotiva e a densidade psicológica, que não acalenta no seu âmago a legítima fantasia de participar nessa aventura humana que é povoar uma ilha (entre Robinson e os pioneiros de uma sociedade nova)?

Quem passa pela experiência da ilha, jamais esquece... porque em cada ilha, cabe todo o mistério do mundo.





## SER ILHÉU – E SALVAR-SE PELOS LIVROS

URBANO BETTENCOURT

Nesse tempo, levantávamo-nos às quatro da manhã, para subirmos do Calhau até ao Curral da Pedra, o centro da freguesia. A camioneta arrancava às cinco horas (ainda não havia *autocarro*, que a escolaridade e a comunicação social haviam de fazer chegar lentamente ao vocabulário do quotidiano, ao mesmo tempo que relegavam uma parte dele para esse escaninho das velharias a que os especialistas gostam de chamar *arcaísmos*). Às nove horas, depois de quarenta quilómetros de ilha e mais nove de Canal, desembarcávamos, finalmente, na Horta, a cidade em frente.

*Esse tempo* era o de meados da década de cinquenta no Pico. E a duração da viagem entre a Piedade, no extremo leste da ilha, e o Faial, costume usá-la como medida de referência: cinco horas dão hoje para chegarmos de Ponta Delgada a Boston. Bem sei: tudo é relativo neste nosso mundo e, na altura, seria outro o tempo necessário para cobrir a distância entre as ilhas e o continente a oeste; mesmo assim, na sua dimensão relativamente imperfeita, essa medida serve para mostrar como os Açores de hoje já não são os dessa década, simultaneamente próxima e remota: afastada já na folha dos calendários e no rol das suas dramáticas condições de vida, ela continua presente e íntima no modo como aprendemos a apreender o mundo e a situar-nos nele.

Se eu quiser recuperar dessa época alguns traços que ajudem a traduzir, hoje, uma compreensão da vida e da (minha) *existência insular*, aquilo que de imediato me ocorre é a noção de *escassez* (e esta poderá ser também uma forma encapotada ou eufemística de nomear a penúria de bens materiais, a sua redução àqueles mínimos que asseguravam uma vida gizada à custa de expedientes quase diários e de um engenho aguçado pela necessidade, como a sabedoria popular se aprestava a esclarecer). Na

verdade, a consciência da escassez começava talvez por ser a de território sólido em que assentássemos os pés, sempre ameaçados pela presença do mar e pelas suas inesperadas e incontroláveis variações de humor: tudo era pequeno, a começar pelo espaço e pelas terras que nos tinham saído em sorte (ou azar), mas isso não impedia que cada deslocação de um sítio a outro da ilha fosse vivida com um sentimento misto de excitação e lonjura, mesmo àqueles que, como a Calheta, ficavam perto da Piedade. Tudo era pequeno e tudo era distante, para abreviar. É certo que, na costa norte do Pico, tínhamos em frente a ilha de S. Jorge, uma espécie de sentinela permanente, com as suas escarpas misteriosas, com as suas gentes e vidas mais adivinhadas do que conhecidas; mas isso não anulava de todo o sentimento de que a *proximidade* era, nesse caso, inseparável da condição de afastamento e distância.

E no entanto... talvez tenha sido isso que me levou a indagar aquilo que se escondia para lá do espaço circunscrito das ilhas, a interpretar os sinais que desses mundos nos chegavam: um deles foi um colete axadrezado e em tons de azul, chegado da América, como se fora feito para mim, e sobre o qual suponho ter exercido a minha primeira análise estética, aos cinco anos de idade. Nesse tempo, isto (também) era ser ilhéu. Mas os livros e a palavra impressa foram simultaneamente os grandes sinais do mundo e o veículo que me conduziu a outros, de variadas configurações, entre o real e o efabulado.

Na família não havia a *Odisseia*, nem *Os Lusíadas* ou a *Guerra e Paz* nem sequer a *Bíblia*, aqueles livros que constroem o futuro leitor de longo curso. Havia, isso sim, uns livros miúdos que nunca soube de onde vinham, narrativas populares em folhetos de edição barata, a história de *Pedro Sem (Que Teve e Já Não Tem)*, a história de *João de Calais* (que só mais tarde eu soube que não se devia ler como uma forma do verbo *calar*).

E havia também pequenas brochuras impressas na costa leste dos Estados Unidos, a *Rosa do Adro*, em quadras que desfiavam uma história de enganos e desenganos com a cantilena do seu ritmo e da sua rima. E havia ainda uma novela açoriana do princípio do século, *O Oiro da Califórnia*, que dividia os homens em bons e maus: um deles perdia-se no álcool e na solidão da ilha das Flores, mas um irmão chegava da Califórnia para repor a ordem familiar e a do mundo também.

Mas o grande livro da minha infância (depois de começar a juntar letras) e da primeira adolescência foi outro.

Na loja do senhor Luís Sapateiro vendia-se quase tudo o que era essencial para uma comunidade de consumos frugais e que, não raro,

sobrevivia ainda em regime de troca direta: açúcar, farinha, tecidos, petróleo, sal, botões, cadernos, lápis para ardósias (as *pedras* xurdeirentas, que obrigavam a, pelo menos, uma ação de higiene semanal). À esquerda de quem entrava, um estreito armário de canto, envidraçado, guardava objetos de que perdi o nome e a memória, pois era também aí que se encontrava um romance em que tudo era estranho e longínquo: o título, *John chauffeur russo*, e o autor: Max du Veuzit. Tudo nele me atraiu e despertou a curiosidade, a diversidade da composição gráfica sobre a capa azul, o mistério de uma palavra escrita que nada parecia ter em comum com aquele «chofer» que nos guiava pelas estradas tortuosas da ilha em camionetas barulhentas e ronceiras; e eu estava ainda longe de saber que um nome outro se escondia por trás deste disfarce autoral. Nunca tive a coragem de pedir ao senhor Luís que me deixasse ao menos folhear o romance, e o dinheiro desse tempo não dava para comprar livros. Depois, era demasiado tarde para correr o risco de um desencanto. E nunca li o romance de Max du Veuzit. Na sua não-leitura, ele acabou, mesmo assim, por integrar o conjunto daqueles pequenos textos que me ensinaram a ultrapassar o óbvio e o imediato e a embrenhar-me na realidade outra que a imaginação nos avança e, através da qual, nos dá a ver a complexidade das relações, das interações com que se escreve a realidade primeira que, por vezes, julgamos tão linear.

O tempo trouxe-me a possibilidade de viajar regularmente entre as ilhas, de pisar o seu chão e aos poucos conhecer as suas gentes; mais tarde, o arquipélago ficou para trás e novos espaços se abriram ao meu olhar e à minha experiência, nem sempre em circunstâncias que tenham deixado à memória razões para sentir-se bem com os seus arquivos mais secretos. Em todo esse tempo, no entanto, o conhecimento do mundo e do outro e a descoberta da diferença e do estranho foram sendo construídos a partir da observação direta e da leitura, a partir do *real* concreto e das palavras que o dizem. Simultaneamente, a imagem de *ilha* foi-se revelando aquela que melhor definia a minha percepção do mundo, era o modo que eu tinha de *construir* e situar-me num espaço erguido à medida humana da nossa mão. Ainda antes de E. F. Schumacher o ter escrito, eu já descobrira que, embora noutra perspetiva, *small is beautiful* e espero não espantar ninguém se disser que, em pleno tempo de guerra, me senti bastante bem nesse mês e meio que passei na ilha de Bolama, próxima do litoral da Guiné-Bissau, mas não suficientemente distante para evitar os mísseis dos nossos inimigos. E mesmo agora sei que é sempre a partir da construção imaginária de uma *ilha em volta* que me movimento e me sinto livre e solto nas cidades que me acolhem.



Depois de catorze anos de andanças e errâncias, regressei aos Açores. As circunstâncias fizeram-me regressar, será, por certo, o modo mais correto de dizer as coisas – mas o tempo tem o dom de *esculpir* e dar novos contornos à matéria outrora informe, aparando as suas linhas dissonantes. Agora, o avião pode transportar-me para fora do arquipélago e trazer-me de novo a casa em menos tempo do que aquele que, ainda no início dos anos setenta, eu gastava para viajar de Lisboa ao Pico ou vice-versa. A *net* faz-me chegar rapidamente os livros e os CD que, através dela própria, vou descobrindo. Sento-me diante do computador, ligo o *skype* e falo com as minhas filhas no retângulo português ou com os meus sobrinhos nos confins do Brasil. Os meus amigos estão por aqui e por ali, em muitos lados, e já não dependemos da lentidão dos correios para trocarmos ideias e traçarmos projetos.

Os cosmopolitas esforçados dirão que acabaram as distâncias e a experiência física do tempo suspenso. A verdade, porém, é que o mar continua ali, como o dinossauro de Augusto Monterroso, e *esta* ilha que também se tornou minha não vai além dos seus setecentos e cinquenta quilómetros quadrados mal medidos, e é a maior. Algumas, menos povoadas e mais pequenas, provocam-me uma sensação de espaço imenso e íntimo como só pude experimentar em África; no limite da redução territorial, outras provocam-me uma desolação interior, uma *mágoa anónima* que nenhuma palavra descreverão, e o desejo nada absurdo de fugir, mesmo para outras ilhas, desde que afastadas do nosso universo próximo, demasiado próximo, por vezes.

Daquelas por onde passo, tento sempre aprofundar o conhecimento das suas gentes e da sua realidade física e guardar comigo os sinais mais fidedignos de culturas que atestam, em concreto, experiências do diverso, também por nelas se cruzarem o mesmo e o outro, o interior e o exterior, em resultado de serem, as ilhas, placas giratórias ou encruzilhadas, para socorrer-me do termo de Carl Sagan. Mesmo que isso implique aproveitar uma folga num Curso de Verão em Tenerife e meter-me numa camioneta, agora chamada *guagua*, e fazer os oitenta quilómetros entre Adeje e La Laguna para «visitar» a Librería Lemus e nela me perder.

E assim me entendo como ilhéu: um homem num rochedo, rodeado de mundos, imaginados, concretos, por todos os lados. E sem sentir que deva pedir desculpa por isso, seja a quem for.

II

PELO MUNDO COM A ILHA  
ÀS COSTAS





## UMA EXPERIÊNCIA DA CONDIÇÃO DE ILHÉU

ÁLVARO MONJARDINO\*

### I

Quando, em 1970, mostrava aos filhos o itinerário para uma viagem de férias que nesse Verão faríamos pelo Continente português, um deles, então com 8 anos, perguntou-me: «Mas, pai, como é que se pode ir de uma cidade para outra sem atravessar o mar?».

De facto, a nossa condição de ilhéus, sujeitos a viver em espaço limitado por uma costa marítima que tanto lhe dificulta o acesso como a saída e, por acréscimo, às áleas de um território instável, marca-nos por isso, ao menos no subconsciente. No entanto, esta limitação, que os meus filhos, valha a verdade, depressa ultrapassaram, nunca eu, que me lembre, verdadeiramente a sentira como desvantagem pessoal. Para isso terão contribuído, o ambiente familiar e uma atenção desde sempre muito viva ao que se ia passando pelo mundo.

Nascido e criado na ilha Terceira, ouvia desde a infância falar do que acontecia para lá deste microcosmo insular, apesar de as comunicações com o exterior se reduzirem então a correspondência postal, navios bimensais da Empresa Insulana de Navegação, iates do Pico e notícias de uma rádio cheia de ruídos e interferências. Por relatos da minha Mãe, à vista de álbuns fotográficos e dois enormes dentes do elefante que seu pai, militar, caçara em Moçambique, soube de ele ter servido por três vezes em África – e com o meu Pai desde muito cedo me habituei a identificar, em mapas, diferentes lugares do mundo onde se iam passando ou haviam passado acontecimentos importantes.

---

Desenho: *Terceira*.

\* Instituto Histórico da Ilha Terceira. Academia Portuguesa da História.

Perto dos 4 anos tive a minha primeira viagem por mar – a bordo do «Carvalho Araújo», que saíra de pouco, novinho em folha, dos estaleiros italianos em Monfalcone: ia ao Faial, onde aquele meu avô nascera, e ficaram-me na memória a Porta do Mar, nas Velas, um cheiro diferente de tudo que, no Cais do Pico, emanava da fábrica das Armações Baleeiras, e as vagas quebrando nos calhaus rolados da Praia do Almoxarife. Mais tarde, já com 7 anos, fui levado a São Miguel, onde o único otorrinolaringologista que então havia nos Açores me operou às amígdalas e aos adenóides. Desta viagem recordo navios italianos que então escalavam Ponta Delgada, a procissão do Santo Cristo e uma esquadra francesa, completada com hidroaviões que visitava o porto nessa ocasião.

Eu gostava muito da única bisavó paterna que conheci; nascera em 1859, filha de um *bravo do Mindelo*, e contava-me histórias ilustradas em páginas infantis de *O Século*. De envolta com isso vinham desenhos políticos do tempo da 1.<sup>a</sup> República, e foi assim que, pela primeira vez, ouvi falar de Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho a partir de uma caricatura de Valença que incluía ainda Manuel de Arriaga; foi ainda com ela que aprendi as três estrofes da «Portuguesa» (além dos «Heróis do mar», «Desfralda invicta a bandeira...» e «Saudai o sol que desponta...») e até, *mirabile dictu*, a «Marselhesa» – num francês fonético, notável em quem, como ela, desconhecia essa língua. Católica convicta e de missa diária, esta minha bisavó, liberal e porventura republicana (embora recordasse com respeito a visita «das Majestades» em 1901) não se coibia de ler romances além dos seus livros de orações.

Em nossa casa, nesses anos 30, recebia-se a *Renascença*, uma revista ilustrada, e dela eram as imagens, como me foi explicado quando ainda não sabia ler, da guerra na Abissínia, do funeral do rei Jorge V de Inglaterra, e da rainha Astrid da Bélgica, que tinha morrido num acidente de automóvel deixando, de três filhos, um com a minha idade, chamado Balduíno. Já então ia por vezes com o Pai a bordo dos navios da Insulana, onde ele conversava com o comandante Francisco de Almeida, ou procurava passageiros em trânsito, como me lembro ter acontecido com os oficiais franceses Paul Codos e Louis Castex, ou José Pequito Rebelo, que regressava da visita a seu cunhado Hipólito Raposo, deportado na Graciosa. Foi também com ele que estive a bordo da «Sagres» e do aviso «Afonso de Albuquerque», onde, para meu fascínio, havia um pequeno hidroavião. De navios estrangeiros lembro-me do «Emden» – então comandado, como depois soube, por Karl Doenitz – e o «Schleswig Holstein», cujos tripulantes, desembarcados, tiravam imensas fotografias ao porto da cidade; e ainda de esquadras francesas com os almirantes François Darlan

e Jean Delaborde – tudo gente que, anos depois, a 2.<sup>a</sup> guerra mundial iria celebrar.

E havia também os aviões. Depois do dirigível «Graf Zeppelin», que me lembro vagamente de avistar sobrevoando Angra, iam-se avistando, com frequência crescente, os primeiros «mais pesados que o ar» em voos transatlânticos. Desde os meus 3 anos ouvia falar do «Açor», em que, 2 dias antes do meu nascimento, o capitão Frederico de Melo tinha sobrevoado a Terceira a partir da planície da Achada. Lembro-me de, a meados da década, ver o «hidro» francês pilotado pelo comandante Nomy levantar voo, ao largo de Angra e perante a multidão que, para o ver, se apinhava à beira-mar. Já então passavam de vez em quando – muito alto, a caminho do Faial, ou de lá vindos – os «hidros» da Lufthansa, que desciam no porto da Horta, e de lá saíam catapultados de um navio que previamente os içava do mar; e ainda, por uma só vez, avistámos o «Lieutenant de Vaisseau Paris», que, com 6 motores, se dizia ser o maior avião do mundo... Foi com estes aperitivos que, no Verão de 1939, ainda pude ver a planície do Ramo Grande, quadriculada como seara que era desde o século XV e que, sobrevoada dias antes por um quadrimotor francês, já então se dizia que seria um futuro aeroporto.

## II

Começada no Verão de 1936, a guerra civil de Espanha durou até Maio de 1939, e seguiu-se-lhe, logo em Setembro, a 2.<sup>a</sup> guerra mundial. Na instrução primária desde 1937, a minha curiosidade por mapas e pelo que ia pelo mundo crescia com notícias que chegavam dessas guerras. Em 1940 os êxitos iniciais dos alemães causavam consternação. Depois da Polónia, foram a ocupação da Dinamarca e da Noruega – e, em Maio, a campanha da França que, nos meus 9 anos, segui num velho atlas de bolso que havia em nossa casa. Depois, em Junho, o *appel* de De Gaulle, os ataques ingleses a Mers-el-Kebir e Dakar, e logo o *Blitz*, a terrível batalha da Inglaterra. Nas férias desse Verão, aguçado por tão sensacionais acontecimentos, li e reli o compêndio da História de Portugal que iria dar na 4.<sup>a</sup> classe, e com tais ganas que ainda hoje consigo desfiar a lista dos reis de Portugal com seus cognomes e o essencial do reinado de cada um. Também por essa altura, *Céu aberto* e *Em pleno azul* de Virgínia de Castro e Almeida foram a minha introdução ao Renascimento e à História da Arte, e me deixaram a querer conhecer *de visu* a Vitória de Samotrácia e o Moisés de Miguel Ângelo. E logo os *Pequenos mundos e velhas civilizações*

de Ferreira de Castro e todos os livros de Júlio Verne, que me iniciaram na geografia humana e nas grandes descobertas científicas do século XIX.

No Verão de 1941, conluído o ensino primário, fiz a admissão ao liceu. Desde os 5 anos pertencia aos escuteiros, às tantas convertidos em Mocidade Portuguesa, com cuja farda assisti nesse ano às inaugurações, resto tardio das celebrações centenárias: do busto de D. António, prior do Crato, e do monumento à aclamação na ilha Terceira de D. João IV, o rei restaurador.

### III

Nesse mesmo ano, as notícias da guerra, em volume crescente, mostravam-na alargada ao norte de África, ao Mediterrâneo, aos Balcãs... A 22 de Junho, a Alemanha voltava-se contra a União Soviética, o que tirou ao meu Pai a má consciência com que, desde as intervenções inglesas em Oran e Dakar, passara a apostar nos alemães. Entretanto, o risco de uma intervenção estrangeira levava, desde o ano anterior, a preparar a população para a eventualidade de ataques aéreos: nos vidros das janelas colavam-se tiras de papel para minimizar os estilhaços, distribuíam-se baldes com areia para combater incêndios e havia, à noite, ocultação de luzes, que também não eram muitas... Começaram exercícios de recolher obrigatório e simulações de ataques aéreos, com sireias, sinos tocando a rebate (no fim de cada exercício, repicavam...) e estrondos de quando em quando para criar ambiente. Para nós, miúdos, tudo isto era divertido. Mas havia restrições alimentares: em casa, cada um tinha um frasco com a sua ração de açúcar para um período relativamente longo e, nas ruas, a escassez de combustíveis e de pneus tinham feito reaparecer trens e *charretes* de outrora. As guarnições militares de São Miguel, da Terceira e do Faial foram aumentadas para mais de 30 000 homens para se enfrentar (ou dissuadir?... ) a receada invasão estrangeira que, soube-se depois, podia ter sido alemã, estivera para ser inglesa e quase, quase mesmo, seria norte-americana. Com os expedicionários de reforço à sua guarnição, a Terceira (como também São Miguel) recebeu os aviões de uma esquadrilha de caça – desencaixotados e aqui montados, à falta de melhor, naquela Achada onde, em 1930, descolava e aterrava o «Açor», enquanto se trabalhava em terraplanagem no Ramo Grande onde ficou operacional, já nesse Verão, uma primeira pista de terra batida.

Em contraponto ao risco da temida invasão, o presidente Carmona, em viagem dita «de soberania», como então ouvi pela primeira vez, visitou

cada uma das nove ilhas dos Açores, chegando a Angra a 30 de Julho. Nessa noite e na praça de armas do castelo de S. João Baptista, integrei o coro falado de 200 vozes que proclamava as glórias patrióticas da Terceira segundo texto de Frederico Lopes pontuado com *slogans* contínuos («Açores de Portugal – sempre, sempre, sempre!», «Aqui é Portugal!», etc.), que comoveu o general-presidente. Eu ainda não sabia do movimento separatista que despontara em Ponta Delgada em 1917 – e nessa noite de 30 de Julho ninguém aqui imaginaria que outro fora preparado nos Estados Unidos para secundar a invasão norte-americana, suspensa à última hora por a abertura da frente russa ter levado a desviar para a Islândia as forças destinadas a levá-la a efeito...

Fechara o ano de 1941 com o início da guerra no Pacífico desencadeada pelo ataque a Pearl Harbour a 6 de Dezembro, seguido de êxitos fulminantes dos japoneses, como os alemães em 1939/40; a ameaça à Insulíndia e à Austrália levava à ocupação, por forças australianas e holandesas, da parte portuguesa de Timor, e ouvi na rádio o protesto de Salazar contra a invasão do território «de um neutro, de um amigo, de um aliado». Mas logo em Fevereiro seguinte eram os japoneses a ocupá-la, com mais protestos portugueses. Só em Junho a batalha de Midway lhes quebrou os ímpetus ofensivos, continuando-lhes embora nas mãos a Birmânia, a Malásia, a Indonésia e as Filipinas. Os êxitos alemães no norte de África acabaram nesse ano de 1942 nas batalhas de El Alamein – enquanto forças americanas e inglesas desembarcavam em Marrocos. No Cáucaso travava-se, desde Junho, a batalha de Estalinegrado que, com grandes vaivéns, ia durar até ao Inverno seguinte.

#### IV

Foi em 1943 que a guerra nos chegou à porta. Já então os russos tinham libertado Leninegrado de um cerco mortífero, derrotavam os alemães em Estalinegrado e, depois, na batalha de blindados em Kursk. No Norte de África, os alemães eram repelidos até à Tunísia. Em Junho os Aliados abordavam a Sicília. Mussolini era entretanto destituído e a Itália desligava-se do Eixo. E, na manhã de 8 Outubro, o desembarque em Angra dos contingentes britânicos – que avidamente segui do alto da rocha de Cantagalo – iniciava uma presença internacional na Terceira que ia exceder a da guarnição espanhola de 1583 a 1642 – uma vez mais comprovando a instrumentalidade destas ilhas ao serviço de necessidades estratégicas alheias. Embora benigno, era inegável este choque de outra



gente e outra cultura. Recordo o major Musgrave, oficial de ligação com aquele meu avô, então a chefiar a chamada Comissão de Abastecimentos criada para evitar que disparassem os preços locais ao consumidor com o apetite de 3000 ingleses após 4 anos de privações numa ilha cercada e massacrada pelo *blitz*. A 23 de Dezembro desse ano, Musgrave apresentou-se-lhe, fardado: «Meu coronel, venho desejar-lhe *merry Christmas*, porque a partir de amanhã não estarei em estado de o fazer». E lá foi alinhar na bebedeira geral a que se entregaram na Terceira as forças de S. M. Britânica nesses dias do Natal de 1943. No ano seguinte, o grande acontecimento foi, a 6 de Junho, o desembarque na Normandia. Em Maio de 1945 a guerra acabava na Europa e, em Agosto, no Oriente: pela minha professora de dactilografia é que soube de uma bomba «anatômica» lançada sobre o Japão...

Só então me apercebi de haver tensões políticas em Portugal, e da expectativa da Oposição portuguesa, ainda este ano frustradas, quanto a uma viragem graças à vitória dos Aliados. Em fins de Maio de 1946, na Terceira, ultimava-se o processo de restituição das bases das Lajes e Santa Maria. Não assisti ao arriar da *Union Jack* nas Lajes porque partira com o Pai para Lisboa onde, dentro, de dois anos iria frequentar a universidade – e ainda hoje me surpreende ele ter conseguido, nos intervalos de reuniões que ali mantinha, mostrar-me tanto da cidade – dos monumentos aos museus, dos teatros à Estufa-fria, do presépio de Machado de Castro à estátua de Fernão de Magalhães... No navio que nos trouxe de volta vinham oficiais da Força Aérea Portuguesa para as Lajes e as mulheres de alguns que já aí estavam desde a entrega da base aos portugueses. E foi no *Dakota* da Força Aérea que, nas urgências dos maridos, viera buscá-las a Santa Maria, que tive, a favor, o meu baptismo do ar.

## V

A viagem a Lisboa preparava a minha já próxima ida para a faculdade de Direito, escolhida após discretas sugestões do Pai, apesar da minha atracção pela História e pela Geografia que lhe dava o quadro natural do *onde* e, de algum modo, do *porquê*. Parti, pois, a 5 de Outubro de 1948 para uma ausência até ao Verão seguinte. Abordei a universidade sem quaisquer complexos. Se era certo que vinha de uma pequena ilha a meio do Atlântico (que a maior parte dos meus 300 colegas do 1.º ano nem imaginava o que seria), facto era que aí se cruzavam linhas de força com dimensão planetária e uma base militar estrangeira já começara a trazer-

-lhe, além de milhares de empregos, as evidências do mundo desenvolvido e até a primeira televisão que houve em Portugal. Entretanto, começara em Junho desse ano o bloqueio soviético de Berlim e logo a ponte aérea que, usando também as pistas das Lajes, assegurou a subsistência da cidade cercada até Maio de 1949 – um mês depois de se assinar, em Washington, o Tratado do Atlântico Norte, de que Portugal foi parte graças ao valor estratégico do seu território, mormente o açoriano. Em Novembro de 1950, com o ministro Santos Costa na Terceira, preparavam-se os acordos de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos, centrados à volta da presença norte-americana nos Açores, e que seriam, como foram, assinados no ano seguinte.

Comecei entretanto a receber notícias familiares gravadas em fio magnético, que ia ouvir à Rádio Graça ou à Rádio Peninsular. E, no regresso das férias de 1950, trouxe já comigo um gravador de som obtido na base americana, para finalmente trocar *cartas faladas* com a família – e que fez sucesso junto dos meus colegas.

## VI

Licenciado em 1953 e concluído o curso complementar de Ciências Jurídicas e o estágio de advocacia que fiz simultaneamente no ano seguinte, iniciei em Agosto a carreira de advogado na minha cidade de Angra. Foi aí que, dias antes de a crise cardíaca o levar deste mundo, o meu avô paterno, republicano desde o início do século e que presidira à Câmara de Angra durante a ditadura militar, veio conversar comigo. Compreendendo a minha escolha de uma profissão livre, esperava (disse-me) que não me alheasse da política nem deixasse de lhe dar um dia alguma coisa de mim. Nunca o esqueci, mas o tempo ainda não chegara: até ao início da década de 60 todos os meus cuidados foram de afirmação profissional e colaboração na empresa paterna – e só na seguinte, tendo já por duas vezes saído de Portugal, pude de algum modo corresponder à esperança que o avô me confiara dias antes de morrer.

Entre 1961 e 1966 o Instituto Açoriano de Cultura, fundado por professores do seminário de Angra recém-formados em Roma, promoveu as cinco «Semanas de Estudo» que, com a participação de gente mais tarde ligada à SEDES e um crescente interesse local, iam sensibilizar vários da minha geração para a necessidade de desenvolvimento do nosso arquipélago. Em 1970 constituiu-se, dentro da estrutura nacional definida no ano anterior, a Comissão de Planeamento da Região Açores, e o espírito

incutido por aquelas Semanas de Estudo ajudou em muito à receptividade do que ela parecia trazer de novo e, na dinâmica sequente do 25 de Abril, iria desabrochar, de mistura com outros ingredientes, na Autonomia constitucional das regiões insulares portuguesas. Era, finalmente, a resposta – e por impulso endógeno, como cumpria – à denúncia, feita em 1950 por José Bruno Carreiro, do abandono destas ilhas pelo poder central português.

Tendo-lhe logo de início chefiado o grupo de trabalho para as Infraestruturas, integrei 2 anos depois a própria Comissão do Planeamento regional. E foi já como membro dela que, em Junho de 1973 pude fundamentar, apresentar e defender que os Custos da Insularidade eram custos de Soberania, da responsabilidade do Estado Português. Eleito nesse Outono deputado para a legislatura que, 6 meses volvidos, seria extinta pela Junta de Salvação Nacional, o meu mandato parlamentar foi muito breve – mas, durante ele, os 7 deputados pelos 3 círculos dos Açores trabalharam sempre em conjunto e unísono; e foi ainda nesse contexto que, a 31 de Janeiro, numa intervenção a propósito da ponte aérea para Israel na guerra do Yom Kippur, apontei a impropriedade de carências da comunidade açoriana que subsistiam face ao aproveitamento estrangeiro da valia estratégica do território insular.

## VII

Os tempos que se seguiram ao fim do Estado Novo viram renascer nos Açores movimentos emancipalistas e reivindicativos de um estatuto constitucional dotando o arquipélago de uma governação autónoma com meios adequados e garantidos pelo estado. O contexto nacional e a envolvente internacional favoreceram o sucesso dessas pretensões, consagradas juridicamente na Constituição de 1976. Integrei a comissão que preparou o projecto de estatuto para a Região Autónoma que se ia criar, acompanhei as vicissitudes que precederam a sua conversão em lei e fiz parte da Junta Regional dos Açores até ao fim do seu mandato quando, em Setembro de 1976, tomou posse o primeiro Executivo açoriano. Em Junho desse mesmo ano fora eleito deputado à nova Assembleia Regional e, no mês seguinte, o seu primeiro presidente.

Nestas últimas quatro décadas o povo dos Açores ganhou um alento novo e um sentido da dignidade política que, sobretudo nos primeiros tempos delas, lhe foi um suplemento de auto-estima – e, a nível nacional, algo que, também no início, concitou sentimentos que iam da admiração

até o seu quê de ciúme, se não despeito... Chamado em Novembro de 1978 a integrar o 4.º governo constitucional – da iniciativa do presidente da República – e tendo dito, numa entrevista, que o exercício dessa função era, para mim, uma «comissão no Ultramar», vi-me a por isto interpelado censoriamente no parlamento, a que respondi remetendo para a consulta do mapa do Atlântico e declarando, para tranquilidade do interpelante, que não trazia intuítos imperialistas ou civilizacionais...

As mudanças políticas em Portugal, incluindo a integração europeia melhoraram, repercutidas no arquipélago, várias contingências da condição insular. Muitas aspirações, anteriores ou ultimamente desenhadas a partir das Semanas de Estudo na década de 60, foram satisfeitas ao nível tanto institucional como económico graças ao esforço das instituições de governo próprio ganhas pela nova Região. Importantes infraestruturas físicas e sociais encontraram realização, e os Açores, unificados, ganharam uma voz efectiva junto do poder central, inclusivamente em questões de âmbito internacional de algum modo afectando o arquipélago.

Porém, quarenta anos volvidos, a condição insular, modificada para melhor, é certo, não desapareceu – nem desaparecerá, pela mera natureza das coisas.

Conta Diogo das Chagas no seu *Espelho Cristalino* que o infante D. Fernando, sobrinho do infante D. Henrique e donatário das ilhas por herança deste, tendo ouvido que as árvores nelas existentes não tinham raízes profundas, concluíra que os seus primeiros povoadores «roçariam e trabalhariam, os seus filhos semeariam, os netos venderiam e os mais descendentes fugiriam delas». Esta visão pessimista, Diogo das Chagas julgava-a já realizada no século XVII, sendo que, em boa verdade, a emigração açoriana até tinha começado no anterior e pior estava ainda para vir... Mas a previsão do infante estava certa – só que partia de uma premissa errada: o problema dos Açores nunca foi a infertilidade por pobreza de solo arável e, de resto, os maiores préstimos do arquipélago estariam ainda por evidenciar-se em vida de D. Fernando, que morreu em 1470 aos 37 anos de idade. Nessa altura, muito dos Açores estava ainda por desbravar e pouco do que aqui se ia passando seria conhecido na corte de Portugal. Não deixa, em qualquer caso, de ser verdade que estas ilhas oceânicas, pequenas e dispersas ao longo de mais de 600 quilómetros, serão sempre um conjunto problemático, por mais medidas que se tomem em benefício dos seus habitantes. Mesmo aptas, como são, para a agricultura, subsistem obstáculos derivados da sua localização recentemente qualificada como ultraperiférica. E a sua população, que continua diminuta, nem lhe dá a massa crítica para impulsionar um progresso efectivo e auto-sustentado.

## VIII

A evolução do quadro político-social dos Açores foi conduzida, nas quatro décadas da sua vigência, por dois partidos políticos – o PSD nos primeiros 20 anos, o PS de então para cá. O primeiro, creditado do lançamento das instituições do governo próprio, assumiu claramente conceitos dos desenvolvimentistas da década de 60 – a ideia da unidade regional com supressão dos distritos, o suporte complementar nacional ao investimento em equipamentos básicos, a (relativa) consideração dos custos da insularidade, o combate a assimetrias intra-regionais e a situações sociais críticas – no concretizar efectivo do auto-governo, velha aspiração das *elites* insulares legitimada por uma Constituição socializante, financeiramente garantida pelo Estado e depois pela União Europeia. A minimização das desigualdades internas com melhoria no nível de vida das populações trar-lhe-ia um suporte eleitoral e um peso específico que passou a ser tido seriamente em conta no xadrez político-partidário nacional. O PS, seu sucessor no poder e menos maximalista à partida nas tensões que não deixara de haver com o poder central, nomeadamente por exigência quanto às responsabilidades nacionais relativamente à Região, depressa enveredou por semelhante rumo, cultivando e gerindo o populismo em que o PSD caíra nos seus últimos anos e alinhando no frenesi nacional de obras públicas que já transcendia a necessidade de infraestruturas essenciais, tão gritante ainda nas décadas de 70 e 80 do século passado.

O modelo da administração dos Açores no regime autonómico em vigor teve muito de mimético ao estruturar, para uma população diminuta – que, sintomaticamente, persiste em não aumentar – um aparelho administrativo demasiado decalcado sobre o nacional, sustentando uma burocracia pesada e a *nomenklatura* que dela já derivou. Não melhorou o auto-sustento da Região, mas cresceu o consumo, sem que a prosperidade que depressa se verificou proviesse de desenvolvimento real, mas antes de jogos político-partidários que, suprindo debilidades estruturais intocadas, conseguiram financiar programas de acentuado pendor social e obras públicas nem sempre de primeira prioridade. Por seu lado, a pesada máquina burocrática directa e indirecta providenciou numerosos empregos que constituem uma valiosa e prezada base para vitórias eleitorais, com repercussão nos centros políticos nacionais – onde os líderes da Região Autónoma ganharam o nível de referências dentro dos respectivos partidos.

É em boa parte por tudo isto que subsistem certas vulnerabilidades nestas ilhas, onde continuam a registar-se os mais altos níveis de pobreza

do país, apesar das melhorias verificadas nos últimos 40 anos. E isto quando a razão de ser do regime que as possibilitou e realizou não visava a criação directa e imediata de bem-estar, mas sim promover e motivar um desenvolvimento efectivo – e, por essa via, então sim, possibilitar a subida generalizada de nível de vida e a decorrente prosperidade. E isso não aconteceu. O providencialismo do poder instalado e a sua estabilidade de décadas depressa passaram à subsidiação sistemática que, como é sabido, vai, pelas dependências que cria e acalenta, transformando gradualmente em súbditos os cidadãos.

A vida nestes últimos anos tornada mais difícil pela enorme crise nacional – que promete durar – corresponde, por isso, a um *encontro com a Verdade* – como, aliás, também o está a ser para o nosso país, onde já se terá percebido que foi muito mais fácil restaurar a democracia do que ganhar viabilidade nacional, mormente ao nível do Ocidente desenvolvido. É hoje uma incógnita o futuro de Portugal – enquanto permanece um dos elementos que não mudam na nossa condição de ilhéus: o préstimo que, de há cinco séculos para cá, tem sido o destas ilhas oceânicas, pequenas e dispersas – periodicamente aproveitado por quem delas precisa pelo simples motivo de estarem onde estão. Terá a ver com o comércio transatlântico, a mítica TTIP? Terá a ver com a Plataforma Continental que desde 2010 o nosso país reivindica – enquanto outros preparam a apetecível tarefa de negociar com ele? O nevoeiro – aquele de Pessoa, cuja mãe aqui nascera... – ainda, por ora, não no-lo deixa enxergar.





## A ILHA QUE TRAGO DENTRO DE MIM

ANA ISABEL MONIZ\*

[Em Lisboa] Já não vivia numa ilha, mas trazia sempre a ilha dentro de mim, ninguém se liberta de uma ilha. [...] O mar faz parte intrínseca da teia da minha vida desde os confins do tempo.

Helena Marques.

«Vou falar-lhes de um reino maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade e o coração, depois, não hesite» (Torga, 1993: 27). Parto da afirmação de Miguel Torga para reflectir sobre as imagens da Ilha que atravessam a minha «condição de ilhéu» que, mesmo não sendo um «reino maravilhoso», assim se torna aos olhos da alma de quem deste modo o sente.

Quer se tenha desligado de um continente ou surgido das entranhas da terra no calor de uma erupção, a ilha tem desde sempre ocupado um lugar privilegiado no imaginário do Homem. Frequentes vezes, parece escorregar para um universo onírico e de convite à viagem ou ao isolamento, apresentando-se como um espaço de desejo e de descoberta, destinado ao reencontro do indivíduo com a sua identidade. Espaço geográfico, real, delimitado pelas fronteiras do mar enquanto representação de um destino tomado pelas malhas de uma orografia difícil, desdobrado e prolongado por esse outro da imaginação, a ilha não deixa, todavia, de se mostrar «essentiellement ambiguë, à la fois radieuse et maudite»

---

Desenho: *Universidade – Colégio dos Jesuítas.*

\* Universidade da Madeira e Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.



(Chevrier, 1991: 92), espaço indefinido que tem provocado a imaginação de escritores e de artistas, no decurso dos tempos, através de inúmeras representações literárias, artísticas e mitológicas.

A Madeira, ilha onde nasci, «ilha bela como uma ruína do paraíso», esse «reino de magia que durante um ano reteve Ulisses no leito magnífico de Circe» (Correia 1983: 55), como afirma Natália Correia em *A Ilha de Circe*, é o meu lugar no mundo, ponto de referência da minha identidade, lugar de serenidade, de (re)encontro e de afectos.

Todavia, assumindo esse duplo aspecto que existe em todas as coisas e seres – e as ilhas não são excepção –, esse lugar «simultaneamente ambíguo e maldito», como o vê Chevrier, leva-nos por vezes a desejar não sermos (tão) reféns desse espaço. Enclausurados pelos limites do mar, «étendue de la mer qui nous tient prisonniers», como o vê Le Clézio (Le Clézio, 1985: 293), torna-se fundamental atenuar as distâncias. O acesso a novas oportunidades, sobretudo para os mais jovens, por vezes afigura-se vedado, razão pela qual a minha Ilha sempre foi pródiga em partidas, despedidas e ausências sofridas, quando, de modo repetitivo, os madeirenses fazem inevitavelmente os caminhos do (m)ar, cruzando destinos e geografias, em viagens por outros lugares, por outros continentes, a fim de procurarem nas encruzilhadas do mundo esse outro espaço desejado. Se é certo que a ilha acolhe, também é da ilha que muitos ilhéus se despedem e saem para as mais longínquas paragens, como resposta ao fechamento que a mesma, por vezes, parece suscitar.

Acredito que, na sua maioria, o insular guarda em si a vontade de transpor as fronteiras da natureza líquida envolvente, que separa a ilha do resto do mundo, como lugar de passagem para novos espaços, novas oportunidades. Soltando as amarras, deixando o lugar primordial, mas ainda sempre em busca dele, metaforizado pelo mais recôndito desejo que germina em cada sujeito, muitos ilhéus partem em busca de novos lugares e assim, também, de possíveis respostas e de novas experiências, desenvolvendo o seu projecto de vida, contactando com diferentes realidades, mas sempre guardando, na sua maioria, a chama peculiar das suas origens, o seu mundo, que persiste em levar consigo a outros mundos. Laços só perceptíveis ao coração que o tempo e a distância insistem em não desatar. A ilha, terra cingida pelo oceano cujo cadenciado bater das ondas vai mastigando e moldando as margens, torna-se, assim, o germe gerador de vida e de mentalidades, mergulhado nas águas amnióticas do mar que instaura a ruptura mas também a continuidade, a ligação, num constante vaivém que a torna menos ilha, sem contudo nunca deixar de o ser.

Ainda assim, apesar do adeus e da saudade, da alegria e da dor, da palavra e do silêncio, da riqueza e da pobreza, das cidades que não param de crescer, dos espaços de cimento usurpados à natureza, das chaminés e telhados que transpõem as árvores, de uma espécie de antropofagia cultural na evolução das mentalidades, causada pela sensação de isolamento que a ilha tende, por vezes, a provocar, torna-se importante encontrar outras respostas para quem lá vive, de modo a enfrentar um desafio que no fundo parece ser só daqueles que na ilha nasceram.

Quando era estudante universitária em Lisboa, exemplo de um constrangimento ilhéu já que, então na Madeira, não existiam universidades, frequentes vezes me perguntaram (e ainda hoje me perguntam) se me sentia confrontada com a solidão, a claustrofobia e o confinamento, suscitados eventualmente pelo facto de ter vivido sempre numa ilha; e tantas vezes respondi que a possível fronteira delineada pelo mar, que desafia a configuração da distância de uma insularidade, tende em mim a fortalecer o desejo de identificação e de pertença ao meu lugar, às minhas raízes, num encontro pleno, enredado, da paisagem e do eu. Um modo de sentir que me faz aproximar desse meu espaço particular, vivendo a «experiência como graça» (Besse, 2000: 106), ao deixar-me afectar pelo encontro com a paisagem, numa fusão entre o interior e o exterior, ao se dar, como afirma Jean-Marc Besse, «a inserção no grande acontecimento do mundo e a presença deste acontecimento em nós» (Besse, 2000: 106). Uma sensibilidade que me faz sentir, como afirma José Luís Peixoto, que «eu tenho um lugar. Por isso, nunca me perco no mundo imenso [...]. É visível e invisível. [...]. Levo comigo uma origem e um destino [...].» (Peixoto, 2013: 6). Em vez de suscitar o isolamento, provocado por uma eventual clausura marítima, é a envolvente sedução do mar, o fascínio das distâncias, o apelo das partidas e a surpresa das chegadas que me faz sonhar, mas também tranquilizar, até porque, como declara Helena Marques pela voz do protagonista de *Os Íbis vermelhos da Guiana* (2002), «nunca saberia viver longe do mar, não é em vão que se nasce numa ilha» (Marques, 2002: 85).

Trata-se, pois, para mim, de um mundo admirável, o da água a pulsar nas levadas e nas nascentes, o da agricultura em socalcos conquistada às íngremes escarpas, como uma extraordinária escultura que tanto me seduz, o dos poios de bananeiras, dos tabaibos, da cana-de-açúcar, das árvores e da Laurissilva, dos animais e das gentes; das praias prateadas de basalto, das quedas de água nas escarpas, das serras, das montanhas, de dias genuínos atravessados pelas quatro estações. O mundo dos sabores da carne de vinha-d'alhos, das maçarocas, da espetada e do milho frito, do bife de atum e do filete de espada; da cana-de-açúcar, das anonas, da pêra

abacate, dos maracujás e das bananas, da potente aguardente-de-cana e da poncha, do bolo do caco com manteiga de alho e de tantas outras magias com raízes, aroma e sabor a ilha.

Se não fosse uma preferência tão minha, eu iria falar do que significa para mim viver nessa Ilha, na sua paz, na serenidade e, ainda, na confiança, de todas essas experiências que nos ensinaram na infância, quando sonhávamos com um futuro num lugar onde cabiam todos os possíveis.

Se não fosse uma preferência tão minha, eu iria alegar a segurança, as paisagens e as flores, o recorte das escarpas, a metáfora de ilha protectora e desejada, a amizade e a generosidade das gentes.

Se não fosse uma preferência tão minha, eu iria recordar aqueles tempos que marcaram e enriqueceram a minha infância, as rotinas dos fins-de-semana, quase sempre nos mesmos lugares, porque afinal, a ilha, a minha Ilha é circular e pouco extensa mas, mesmo assim, sempre nos convidava à aproximação ao Outro. Tudo é muito diferente, mas no entanto, tudo muito próximo.

Se não fosse uma preferência tão subjectivamente minha relevaria a admiração pelas virtudes, o orgulho na honestidade, o carácter e a hospitalidade das gentes, na sua maioria afável e simpática, bem como a solidariedade, a fé, a esperança, a fraternidade, essa palavra tão única que nos torna a todos irmãos. (Porém) É (uma) pena que, nos nossos dias, a felicidade se baseie em princípios tão distantes dos desses da minha Ilha da infância.

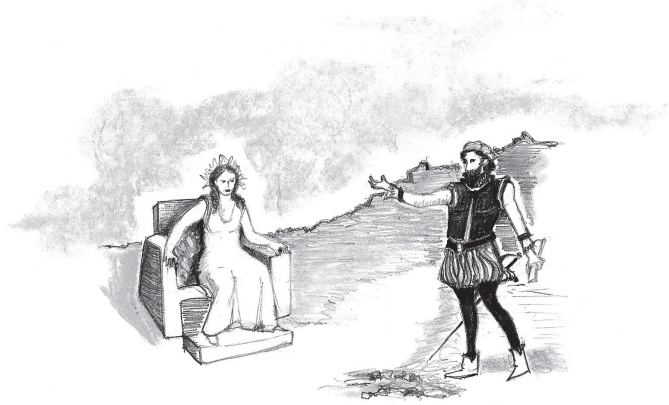
Lembro-me, e isso não será certamente uma preferência só minha, do sentimento de segurança e de bem-estar que encontrava em cada regresso à minha casa no meio do mar. Confesso que gosto muito de partir. Afinal, todas as ilhas são ilhas de sonho, de chegadas, mas também de partidas, de abertura e de pontes para o mundo, já que a ilha importa e assimila continentes. É verdade que gosto muito de partir, mas faço-o sempre com os olhos postos num regresso desejado à Ilha, como se nela permanecesse o ecoar das mais íntimas vozes, lugar onde se sentem as palavras pertença, segurança, mar, vida... Trata-se, pois, para mim, de uma partida que não se desliga jamais dos laços familiares da Ilha que os criou, fazendo lembrar a mítica Ítaca e a vontade a si associada de à ilha voltar, num retorno, mesmo que apenas mental, ao lugar de origem. Ilha reverenciada sobretudo pela ausência e pela saudade, decorrentes do afastamento geográfico de quem se sente ilhéu. É aqui que me sinto em casa, é aqui que se me afigura o melhor bem-estar, aquele que se vive, que se sente, que se transmite no encontro e na partilha com o Outro. Esse outro afecto, que tantas vezes as palavras teimam em não conseguir dizer, fica expresso e habita

na palavra Ilha. Afinal, como afirma José Tolentino Mendonça, «é sempre por um mapa secreto que se chega ao coração de um lugar» (Mendonça, 2014: 92).

### **Referências bibliográficas**

- BESSE, J.-M. (2000). *Ver a Terra: Seis Ensaios sobre a Paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva.
- CHEVRIER, J. (1991). *Pierre Benoît, témoin de son temps*. Paris: Albin Michel.
- CORREIA, N. (1983). *A Ilha de Circe*. Lisboa: Edição Publicações Dom Quixote, Coleção Autores de Língua Portuguesa.
- LE CLÉZIO, J. M. G. (1985). *Le Chercheur d'or*. Paris: Gallimard.
- MARQUES, H. (2002). *Os Íbis vermelhos da Guiana*. Lisboa: Edições Dom Quixote.
- MENDONÇA, J. T. (2014). «É por um Mapa Secreto que se Chega ao Coração de um Lugar – Um Sobrevooo pelo Funchal». In Revista *Islenha*, Funchal, n.º 54, Janeiro-Junho, pp. 89-92.
- PEIXOTO, J. L. (2013). «O meu lugar». Revista *Visão*, 8 de Agosto.
- TORGA, M. (1993). *Portugal*. Coimbra.





## O ADN ILHÉU

ANTÓNIO M. DE FRIAS MARTINS\*

Sentado sobre uma pedra musguenta, ouvindo distraído o marulhar do fluxo e refluxo da ondulação suave por entre os seixos redondos, o meu olhar ricocheteia entre a superfície do mar que de mim esconde a sua profundidade e a fluidez do céu cujo infinito me desmotiva, estendendo-se até ao horizonte circular que me cinge e que, lá longe, parece mostrar-me o limite irreal das coisas. Limite uniforme e desinteressante, não fora ele cortado por uma singularidade suavemente irregular, meio nuvem em seu azul fosco e meio terra de verde a esta distância esmaecido. Chama-se ilha, tal como aquela a que pertence a pedra musguenta onde me sento. Logo se me espicaçou a curiosidade para espreitar o que ela esconde e daí me nasceu o desejo de nela assentar pé.

Mas que estranha magia de ilha é esta que me atrai e que urgência interior a que me impele a deixar a solidez da pedra musguenta onde me sento e trocá-la pela intocável fluidez de azul fosco e verde esmaecido? Será o ser-se ilhéu isso de se sentir a atracção das ilhas? Ou isso do desejo de partir? Será o ser-se ilhéu típico de nativos, ou poderá adquiri-lo quem quer que aqui chegue? Ou não será o ser-se ilhéu apenas uma fantasia nascida do desejo da felicidade que se não tem, alimentada pela imaginação que tudo alcança, transfigurada em fascínio primitivo? Platão, o filósofo do mundo das ideias, materializou-a algures em lugar inatingível e seguro a que chamou Atlântida, governada por sábios e habitada por gente feliz, vivendo da prodigalidade da terra – que tragicamente a engoliu. Camões, no grande poema da história Lusitana, imaginou para os marinheiros, cansados de tanto mar e tormenta, uma ilha de sonho – a ilha dos Amores –, protegida de olhares indiscretos e de intrusos indesejáveis. Lineu, o grande

---

Desenho: *Tétis e Camões na Ilha dos Amores.*

\* Universidade dos Açores.

sistematizador do mundo vivo, idealizou o lugar da criação divina numa ilha tropical – uma espécie de laboratório natural contendo a variedade de *habitats* que condicionam a forma e o comportamento dos seres. Haeckel, fervoroso apóstolo do evolucionismo darwiniano, colocou no Oceano Índico aquela ilha lineana denominada Lemúria, paraíso terrestre de onde, expulsa, a humanidade partiu à conquista do planeta.

Estática, a pedra musguenta não me responde e pouco mais me lembra que um geométrico entrecruzado de muros de pedra – imaginárias divisórias bivalentes que tão perfeitamente condicionam o meu interagir com os outros e tão eficazmente me constroem um mundo privado no meio da multidão. Sinto-me ilha pelos limites que me circundam, mas não quero aceitar que tal seja ser-se ilhéu! O meu olhar volve-se para o horizonte, para a ilha diáfana e trémula que a minha imaginação descobrira. Se apenas pudesse lá chegar, se conseguisse experienciar a viagem, viver o começo, como os bichos e as ervas que não têm imaginação e que ali chegam, descer ao fundo biológico que caracteriza os nativos íncolas destes rochedos, talvez então pudesse descobrir a essência, o ADN do que é ser-se ilhéu.

E sem que disso desse conta, escorreguei pela pedra musguenta que não me dava resposta; então a minha imaginação aportou àquela ilha de azul fosco e verde esmaecido e logo a colonizei em meus sonhos. Embora ir de viagem fosse meu propósito imaginário, de facto não planeei ali chegar: estava preso no turbilhão dos meus pensamentos e vagueava perdido na solidão imensa de mim; mil vezes soçobrei no torvelinho das vagas, mil e uma me soergui acima da espuma, sem gritos de dor porque o troar da tormenta os abafaria, sem lágrimas para chorar porque o sal do mar as tornaria banais. Sobrevivi por sorte, cheguei por acaso.

Ali estava, arrojado sobre os seixos redondos numa praia deserta, sozinho, mas tal não bastava para que me sentisse ilhéu. Desgastado, nem consegui sentir gratidão por ali ter aportado; recém-chegado a terra distante, tinha a sobrevivência como preocupação primeira.

Mas a ilha recebeu-me com abraço quente pois ainda lhe fumegam as entranhas de lava de onde saiu. Não construí castelo nem muralha pois a lonjura do mar me defende, nem sequer fiz casa porque o seu azul fosco de meio nuvem me abriga, nem tão pouco precisei de pôr a mesa pois o seu verde esmaecido me sustenta. De súbito, ali era livre: não vislumbrava dentro de mim traçada uma qualquer linha de proibição nem me sentia prensado em perfeita forma hexagonal de favo, aquele esquema que a todos os lados de todos os constituintes contempla com igual quantia, sem desperdício.

E perguntei-me: será ser-se ilhéu viver-se essa loucura exilarante que me invade por não sentir a opressão das regras nem a limitação das fronteiras? Não, aquela liberdade inebriante não me fazia sentir os limites do ser-se ilhéu, pois não me interessava o mar que me rodeava nem me seduzia o horizonte que me circundava. Este era o eu-sonhado, porque o eu-sonhador – o eu-ilhéu – havia ficado sentado na pedra musguenta.

Cresci, cresci desmesuradamente, multiplicando-me em muitos de mim, todos iguais porque de mim eram cópia, todos diferentes porque me desleixei a copiá-los. Inebriei-me com a diversidade porque sentia que no meu isolamento reinventava a vida. Mas ao reinventar a vida, morria, pois o eu que chegara não era mais: a solidão criadora desgastava-o lenta mas inexoravelmente, exigindo novidade a cada cópia, que eu atribuíra ao desleixo que as tornara diferentes.

Por momentos julguei que esse meu desleixo seria a minha salvação, o meu passaporte para a eternidade, pois de algum modo em minhas cópias me revia como em espelho fosco. Mas não, pois eu já não era o eu que chegara, mas em minhas cópias começava a tornar-me no eu que partira: a não pisar a linha de proibição invisível traçada dentro de mim porque não mais estou só, a pensar-me contra os outros por via da súbita exiguidade que me rodeia, a moldar os meus lados num outro favo imenso que reduz o meu universo à diminuta distância que me separa do meu vizinho – minha cópia imperfeita – com quem partilho o muro que nos divide. E comecei a sentir a opressão de ser ilhéu – aquela sensação que havia deixado sobre a pedra musguenta –, assim como que sendo parte de muitos encaixado num futuro comum, pouco diferente como indivíduo mas mais identificado como comunidade, começando a procurar no horizonte a individualidade, a que, dentro de mim, havia abdicado para poder sobreviver. Ser-se ilhéu parecia assim, paradoxalmente, radicar na história de vida enquanto comunidade e no sonho de libertação enquanto indivíduo.

Na diferença de cada uma das minhas cópias morria aos poucos um pouco de mim pois, sendo cópias, deixavam aos poucos de ser eu. Ao morrer, sentia-me a afundar num mar cálido, que suavemente me embalava num descendente vaivém espiralado; a luz que antes, forte, me iluminara o caminho, coava-se agora docemente em trémulos reflexos de superfície cada vez mais distantes, enquanto o marulhar das ondas, agora em surdina, se desvanecia em zumbido moribundo. E sobre o que restava de mim se acumulava a lama levantada pela agitação da vida e me comprimia a areia de muitos milénios, penetrando todos os farrapos de mim e sepultando-me no silêncio das eras. Ali jazia, fossilizado e perpetuado, o testemunho



de mim, não do ilhéu em que me havia tornado mas do aventureiro que à ilha havia chegado. Os ilhéus – as cópias imperfeitas de mim –, moldados e adaptados, esses viviam à superfície, alheios ao destino que me tocara, talvez com um resíduo de lembrança da minha existência.

E o fluxo e refluxo da ondulação se enraiveceu e, no seu rebentar espumoso, arrojou a meus pés, na base da pedra musguenta, um tronco viajado onde se agarrava um pequeno caracol, que sobreviveu por sorte e chegou por acaso. A medo, espreitou de dentro da concha que o havia protegido e, cansado, deslizou lentamente na esperança de ter chegado à sua ilha de sonho. Ele não é ilhéu: as suas cópias imperfeitas, muitas gerações depois, essas sim serão ilhéus – entidades endémicas, de ADN único, moldadas pelo tempo e encaixadas pela vida, fruto de uma história sem a qual pouco mais serão do que órfãos sonhadores sentados sobre uma pedra musguenta.



## ILHA: PALAVRA INVENTADA PELO MAR

ANTÓNIO REGO

Que traz de original nascer numa ilha? Que qualidade de húmus a compõe de forma a propiciar diferenças em quem vê a luz rodeado dum imenso banco de água? Começará tudo isso no diálogo no ventre materno onde as vibrações do grande lago que rodeia o primeiro berço já moldam o coração, marcam os afetos e embalam as palavras em melopeia rude e doce? Será que já se nota no primeiro choro, no sorriso, no afecto que recebe e dá no colo materno? Em que momento exato se começa a ser ilhéu e se não pode ser mais nada – no caso dos Açores – sem esse lastro encrespado pela turbulência dos sismos, a fúria dos vulcões, o batimento do mar nas rochas, o recorte da nuvens negras ou iluminadas, a sua dança incessante pela vastidão, o perfume salgado das ondas que investem com a fúria das suas crinas brancas ou com a suavidade dum afago que transporta todo o afeto do mundo? Ou foi o tempo, as histórias dos avós, os jogos de infância, os hábitos da aldeia ou da cidade, a certeza que o mar já começa ali, a convicção de que diante de nós se abre a maior estrada do mundo.? E o afeto? E essa forma de compreender melhor com o coração, e esse poema que muitas vezes feito de desenhos toscos que escrevemos com as nossas pequenas mãos ainda inseguras numa folha amarrotada? Onde está o estilete que nos marca e faz diferentes, uma vez para melhor, outras nem tanto?

Acho que estes considerandos, embora desalinhavados, me colocam às portas do mistério. Já não sei onde nem como se inicia a minha condição de ilhéu e a partir de que espaço posso produzir um poema, uma novela, uma melodia, uma oração, um afeto, um olhar, uma forma de sentir a vida, uma espécie de proximidade com o infinito que se desenha em qualquer ângulo para onde me volte. A vigia da baleia com um binóculo que roda

quase 180 graus e que tantas vezes olhei na infância, é uma recordação que ainda me deixa perplexo nessa forma de prospecção do infinito ao tentar saber que para além dele há sempre mais que não atinjo. E essa parábola chama-se simplesmente mar. Sem ele nada disto faria sentido nem sei se eu próprio faria sentido. Foi ele que inventou a palavra ilha. Sem ele não seria ilhéu.

Onde começa e acaba esta viagem de terra e mar? Volto por isso a procurar: que há de característico ou original na cultura, na filosofia, na alma do ilhéu? A única certeza que existe é que nasceu num berço rodeado de mar. Talvez nem seja necessário procurar outras razões.

Toda a ilha é deserta, ao nascer. Quando o homem a toca provoca um choque mais que magnético. Marca-lhe uma impressão indelével. Abre novo capítulo da história. E recebe de volta um carácter que jamais se apagará. E olhando para o lado deslumbra-se com a altivez da montanha, a lisura da planície, a estátua virgem da penedia ou até a esterilidade da terra que por vezes esperará séculos para definir a própria identidade. Surpresos, os humanos não sabem por onde começar. Já trazem uma história inscrita que se funde com a terra, o céu e o mar. Com gente dentro as ilhas adquirem uma personalidade diferente de todas as outras porque surgiu um novo composto de céu, terra, mar e homem. E aqui entramos no âmago do mistério humano, da terra e de toda a ambiência que o trabalha, recria e lhe dá asas. Há cores, sons, recortes, alturas, tons, toques de luz, caprichos de nuvens, sabores a terra, areais preguiçosos, sombras adormecidas, andamentos imprevistos dum adágio morno ou dum *allegro* imprevisto. Com espumas, sussurros, seixos, areias quase sempre escuras e tristonhas. E o mar sempre indiferente, roedor incansável das rochas, burilador de profundidades medonhas, terno e preguiçoso na inclinação suave das margens que ora o temem ora acolhem com jeito maternal. Se isto não marca pessoas, molda personalidades, inspira poetas, excita escritores, arrepiia músicos, prostra crentes, entoa hinos, profere louvores, se não tange todas as cordas da harpa maravilhosa que há em cada ser, diríamos que foi inútil a criação de céus, terra, homens, plantas, animais, águas, rios e mares. Para não falar dessa abóboda inatingível sem princípio nem fim de azul, estrelas e negrume que parece só existir para afagar a mãe terra e os seres que a habitam: os animais, as plantas, as árvores, as florestas, a Mulher e o Homem.

Quem poderá explicar com precisão os elementos que compõem qualquer história? Visito escritores, poetas, músicos, professores, místicos, pintores, arquitetos açorianos e vejo que algo os distingue de todos outros. Como desligar do magma dos Açores Gaspar Frutuoso, Antero de Quental,

Teófilo Braga, Vitorino Nemésio, Natália Correia, Cortes Rodrigues, Nunes da Rosa? – para falar dos que já partiram. E tantos, tantos outros – o corajo continua nos vivos e nos jovens deste milénio, mas sempre poucos nomes se dizem quando se fala de talentos. Todos com a desconcertante característica de parecerem por vezes distantes da alma dos Açores por lavrarem outras temáticas, mas subitamente e quase sem se aperceberem, revelam o seu bilhete de identidade com uma candura desconcertante que está latente em todo o seu ser e dizer. Por outras palavras: os Açores são determinantes de uma cultura que primeiro brota do povo e se vai afunilando nos diversos elementos que o escutam, escrevem, cantam, difundem. E se espalha pelo todo do ilhéu que fica, do que parte, do que vai e vem, do que encontra ou perde identidade, do que esqueceu a língua, do que nunca a aprendeu corretamente, do que, cinquenta anos longe da terra e porventura a lidar diariamente com outro universo cultural ou linguístico, não diz duas palavras sem escorregar num toque silábico açoriano, nas palavras e na música com sabor a terra que todos unissonamente cantamos. De S. Maria ao Corvo. Isto não é um considerando. É um testemunho. E o lastro de toda esta conversa pode chamar-se – penso – cultura.

Deixarei este abstrato para não iludir o que pretendo explicar. Deixem-me falar de mim: nascido no Maranhão das Capelas, não deixo de perguntar quem sou eu. Que ventos moldaram o meu rosto, que horizontes direcionaram o meu olhar, que luzes e sons se alinharam para as melopeias que me dançam com frequência, que lugares, gestos, acontecimentos moldaram o que eu sou, o que somos como açorianos ou... ambígenos. Demos as voltas que dermos ao mundo, amemos ou reneguemos as nossas origens, nunca deixaremos de ser o carácter que os que nos precederam – a nossa terra e o nosso mar (nunca os podemos separar) nos imprimiram.

Vamos primeiro ao mar. Sem ele não sei o que fui nem o que serei. Mesmo que o não veja todos os dias, mesmo que o iluda ao namorar fortuitamente o Tejo, o Tibre ou o Danúbio, pertence-lhe por inteiro o meu pacto indefetível. Deus tem razão. O Génesis, mesmo que os cientistas não gostem, diz tudo quando afirma, logo ao abrir, que «o Espírito de Deus pairava sobre as águas». Na Mongólia, no Cazaquistão, em Moscovo ou na Zâmbia, a milhares de quilómetros do mar, poderão não entender isto. Mas para mim, que tive a «Alfredo da Costa» com vista para o mar, não conheço melhor varanda para deslumbrar-me com a amplitude incomensurável do sopro e da imagem de Deus. Tanto no Maranhão, como na rua da Igreja havia uma janela virada para o mar.

A minha primeira relação com o mar foi de medo. As ondas não chegavam cá cima porque a rocha era muito alta. Mas essa altura adensava o mistério das histórias que de longe avistávamos com a imaginação: barcos e pescadores que em plena faina apareciam e desapareciam, sacudidos pelas ondas – quando era noite apenas uma luzinha aflorava e se perdia – baleeiros arrastados para o abismo, enrolados na corda que ligava à baleia quando esta, em desespero, fugia para o fundo depois da primeira arpoada. Famílias pobres, de luto, porque o mar lhes tinha roubado o Pai.

E a vertigem que me assolava quando, em cima da rocha, encostava os joelhos ao paredão baixinho que nos permitia ver os contornos caprichosos daquela massa vertical em bruto. Pedras negras, tufo e basalto, medonhas, fendidas pelos séculos, com mais de 100 metros de altura. Descíamos por pouco mais que um atalho, escultura bruta, rochosa, à direita, precipício à esquerda com a melopeia do mar sempre em fundo, ora doce, ora impetuosa. Companheira diurna e noturna dos pescadores, aquela rocha arqueada metia respeito. Até serviu de guarita durante a Guerra. Agora só as pombas bravas se atrevem a visitar essas cavidades de escuridão onde continuam a habitar fantasmas de criança.

Não foi difícil, mais tarde, ouvir histórias de Pessoa e Camões sobre heroísmo de navegadores entre procelas, mostrengos e sobressaltos do mar. Tudo isso se avistava, me moldava como peça frágil de uma ilha debruada de horizonte que me fascinava e onde bailava a vida na pequena ou alta profundidade. Ainda não mexia em livros e, um dia, levaram-me, de barco, a percorrer a costa da Ponta do Morro. Quem consultar um mapa na *Net* poderá testemunhar parte do que digo, imaginando o supremo exercício vulcânico que foi trabalhar a costa marítima das Capelas. Os bons mestres em navegar sabiam contornar este exercício de corte e esquadro de penedos monstruosos mas a um tempo dóceis à arte de fazer arcos, abrir fendas, sulcar caprichosas figuras, esculpir rostos in-existent mas imagináveis nos olhos de quem ousava deslumbrar-se com uma arquitetura única enobrecida por inúmeras esculturas sem aparente lógica mas de extrema beleza.

Quando o mar estava como leite, íamos, de chata, rente à costa, até ao Buraco do Morro. Esse lugar recôndito e para muitos inacessível, constitui um grupo de «capelas góticas» esculpidas nos inacessíveis basaltos, trabalhadas por estoiros de vulcão e desatinos de sismos. Muitas dessas fendas são de ver ao longe porque, se o barco lá entra, não se sabe se sairá. Não é qualquer pescador que tem pulso para segurar o leme com a ondulação nesse túnel com luz ao fundo. Entrar ali, entretanto, é como entrar numa

catedral. Aquelas pedras rudes têm o jeito de mãos postas, carcomidas pelo mar e pelo tempo, suplicantes e agradecidas, escoradas na firmeza de uma água azul como anil, quase geleia, abismo que nos atrevíamos a rasgar com a mão na água enquanto o barco deslizava. Mas muitas vezes encontrávamos nessa avenida original uma espécie de beco, lugar privilegiado para mergulhar, na certeza de que por perto havia companhia. E havia peixes, alguns nossos companheiros de viagem e mergulhos de que já sabíamos o nome. Outros, perfeita novidade, dando-nos sempre a ideia de que o mar sabe sempre mais que nós e nunca deixa de nos deslumbrar.

Mas logo a seguir deparamos com o negrume do oceano, o profundo, o insondável, o mistério. O mistério não é palavra dita por visitantes ocasionais ou com gíria de clérigos, ou mesmo poetas esmagados de indescritível. É palavra sagrada, segredada pelo povo, pelos pescadores que, quanto melhor conhecem aquele marulhar, mais frequentemente a balbuciam. Aquela penumbra é um templo, pede silêncio, lembra o Infinito que queremos ver mais claro, explicado, próximo. Mas olhar a água cristalina que rasgamos, recortada pelo negro da rocha impassível e arrogante, torna-nos minúsculos, insignificantes, sedentos de ver mais longe, saber, compreender, mergulhar mais profundamente no insondável. Percorre-nos o queixume de nunca estarmos em sossego enquanto O não vislumbrarmos e possuímos por inteiro.

Há sempre por ali uma aragem que nos amacia o rosto e que só se encontra no mar. Apetece ir no barco de pé, à proa, bem de frente, balançando o samba das ondas, deixando perder os olhos marejados no horizonte, com um gosto a sal em todos os poros ou, então, na travessia da capela gótica, cantar, gritar, desprender louvores, ouvir ecos, com solos barítonos de eremita em claustros de altas arcadas, rudemente ressonantes, como se fora um coral de mil vozes. Em resposta aos nossos acordes, disperso lá por cima, perturba-se um pequeno bando de pombas pelos sons irreverentes daqueles estranhos solistas. O pequeno barco continua a romper o imaginário sem princípio nem fim. Outra vez nos vem ao de cima a palavra mistério. Os pescadores dizem, às vezes, que, para se sentir fé em cheio, é preciso atravessar o mar.

Estamos agora nos Laguinhos, lugar perigoso de descer porque as rampas e escadas de acesso são duma farinha castanha, de tufo, ou lâminas mal presas de penedia. De vez em quando há uma queda e até já morreu gente sob penhascos enormes que se desprenderam daquela rocha tresloucada como Torre de Babel. Mas o perigo naquelas paragens é uma espécie de adereço. Vamos em pequeno grupo, que o mar é mau lugar

para treinar a solidão. Preparamos a máscara, calçamos as barbatanas e, feitos os preparativos técnicos, entramos a passos lentos pelo mar dentro. Primeiro sobre calhaus lisos como casca de ovo, dura e legítima, a entoar o hino nupcial de pedra e água a marulhar, que nenhum intérprete ainda conseguiu imitar com qualquer instrumento conhecido. É o aviso da onda nos seixos rolantes que nos serve de átrio para a entrada solene na grande amplidão líquida e surpreendente. À medida que a água nos cobre e à máscara de mergulho, bem desembaciada, perdemos os tons quentes do sol para entrarmos na luz azulada do fundo do mar. Sentimos, em corpo e alma, que mudamos de planeta. Agora nem se volta para trás nem se olha para cima. Apenas para o fundo. Os sons do exterior desapareceram. O corpo mudou de respiração. Imergimos, poro a poro, inclusive o do olhar, em algo que nos possui por inteiro, nos retira da gravidade comum, da cidade dos homens, nos transfigura as sensações, o tato, o sabor e o olfato, nos volta para o inefável, para outro universo que vibra, dialoga, nos seduz, perfuma, nos arrasta, nos desafia. Mudamos de código, gramática, vizinhança, paisagem, impulsos. Um toque de onda convida toda a flora a dobrar, como bailado de mil dançarinos, a um lado e, inesperadamente, uma mudança rápida de ritmo dá ordem de marcha a uma parada aquática, onde todos, de braços e pernas vegetais, executam primorosamente o que o chefe de orquestra faz tocar. E faz-se o silêncio que todos escutam, ora em andante com júbilo, ora em *adagio* sóbrio e denso, ora no desgrenhado dramático de uma sinfonia de Mahler que não se ouve, mas atinge o âmago de executantes e dos estranhos que se aventuraram a visitar, ainda que momentaneamente, esse envolvente auditório sem portas nem janelas. Dançam sargaços, plantas, flores, musgos e tantas espécies que não nos respondem quando perguntamos o nome. Apenas tateamos com respeito, às vezes receio. Mas a melodia mais pressentida é a de um saltério entoado pelos cardumes que executam ao milímetro o mesmo movimento e escapam a qualquer compasso geométrico. Por nossa parte nem por um momento podemos perder o jogo do equilíbrio na vaga de maré ou na corrente que nos puxa e com quem travamos um constante combate.

A dança dos cardumes, ainda que de peixes pequenos, é caprichosa, dirigida pelo comandante anónimo, de movimentos imprevisíveis de cauda e barbatana, como se um construtor de grandes e pequenas naves tivesse estudado ao milímetro o vaguear da onda, do movimento, do ritmo, da abertura e fecho das guelras, tecnicamente executado. É deslumbrante este bailado que envolve grandes e pequenos peixes, de formas e cores, refletindo um sol muito diferente do que vemos à superfície, com raios

mágicos que vão distribuindo airosas linhas, paralelas ou cruzadas até se perderem no azul escuro da profundidade. Tudo isto parece passado, mas tudo isto celebro hoje e espero celebrar no próximo verão com o mesmo êxtase de passar por um lugar onde o resto do mundo fica para trás e a comunicação funciona num código secreto. Ultimamente deixo a espingarda arpoadora em terra. Levo tão só o olhar da máscara ao fundo do mar, de vez em quando prolongado por uma câmara de vídeo que ajude a contar a outros a paisagem de invisível que me invadiu. Não gosto de «ir à praia» torrar na areia, para de quando em vez tocar superficialmente a água. Adoro ir para o mar que envolve o meu todo, este retiro breve, este silêncio gritante do oceano buliçoso. Apanhar sol não passa de breve restauro de calorias para voltar ao mar. Quando muito um olhar mais demorado sobre as montanhas e paisagens que nos vigiam do lado de terra. A areia ou o cimento não passam de acessório. O mar, sim, é o grande templo incomensurável, onde os elementos vivos, plantas e animais e até seres que não sabemos se são vivos ou mortos, evoluem em rituais caprichosos, linhas difusas e cores adoçadas pela névoa ondulante das águas e espumas. Por cima de nós apenas tetos de vitral líquido. À frente um livro de horas que recitamos por imersão, sem dizer palavra, num canto chão ondulante. Neste templo de grande angular, veem-se enormes altares de basalto, santos pontiagudos, estrelas-do-mar de paramentos rubros, ouriços meigos vestidos de roxo, fios misteriosos de luz, vénias humildes de algas, e corais tenros de ervas marinhas. Perguntei-lhes por vezes o nome mas nunca me responderam. Nem os conseguiria fixar. Aprendi outrora que se chamavam holotúrias, moluscos, tentaculados, tripangos e outras cacofonias onomásticas prosaicamente científicas que profanavam aqueles seres voláteis, livres, airosos, que bem sabiam o fluido que os envolve: o mar. E como num concerto, o mais importante não é, de momento, saber o nome da peça ou a editora da partitura. O essencial é entrar no estretecimento estético que a música provoca em nós.

E há a travessia caprichosa dos peixes. Pequenos, médios, e só raramente algum mero possante, como que chegado de um filme de terror. Nunca fomos dignos de grandes feitos, mas nunca nos libertamos de os procurar. Sempre que vamos mais longe, rodamos o olhar para prevenir do fantasma do tubarão que nos poderá surpreender a cada instante. Quantas vezes o vimos sem ele nunca passar por nós. Era uma sombra no horizonte submarino, numa ondulação imprevista, num resto de qualquer coisa que nos tocava o pé ou as costas. Dado o alarme pelo instinto, víamos que qualquer ser humano mente quando diz que não tem medo.



Uma vez, quatro peixes dirigiram-se velozmente para nós. Nunca cheguei a saber se eram tubarões. Mas pareciam. Sei que a meio metro soltei o arpão, por instinto, e vi uma imensa mancha de sangue. Momentos depois, o atrevido que a mim se destinava, foi rapidamente trucidado pelos outros. O resto, sabe-o Deus, que eu nunca soube explicar. Nem quem ia comigo. Fugimos às braçadas com barbatanas no máximo. Ainda hoje falo nisso ao meu companheiro de aventura. E quando relembramos este acontecimento, olhamo-nos em tom de perplexidade, como quem pergunta o que poderia ter acontecido se...

No fundo do mar não dizemos palavra. Criámos um código de sons e gestos caseiros que nos garantem vigilância e solidariedade – regra sagrada – para nunca nos perdermos mutuamente de vista. Essa aventura comum, quase diária nas férias, era um pacto de irmãos que nos sustentou e sustenta a juventude, esquecendo os cabelos brancos ou os que já se foram.

A experiência do fundo do mar é a um tempo sedutora e perigosa, limitada e infinita, gratificante na aproximação à imensidão inacessível. Com outra contagem do tempo. Ainda hoje tenho dificuldade em calcular quanto tempo estou no mar, na labuta do desce e sobe. Talvez não saiba converter esta experiência em poemas líricos, épicos, místicos ou melopeias com o rigor dos salmos. Mas sei que visito outro espaço, a minha alma vê outro templo, o meu coração tem um batimento inusitado (que se ouve) numa aproximação diferente de Deus com quem falei de manhã na hora de Laudes. A figura é secundária. O envolvimento é quase tudo. Por isso se não comunica com a linguagem convencional. Se uma fotografia é uma escrita de luz, o mar é um discurso inverbal de magnitude apetecida e insondável. Não apenas de vastidão, mas de mergulho, imersão no ventre líquido do mistério. Mesmo que os peixes o tratem por tu, quem se dispõe a visitá-lo, ainda que de máscara nos olhos e lhe aceita o hálito, transcende-se, mesmo que sacudido por acessos de insegurança, envolvido em reflexões complexas, possuído de indignação por não conter uma onda, com ardor no olhar, e a saudade, sem saber de quê ou de quem, o embalo da maré, o risco, a infância, os heróis embaciados, a tridimensionalidade de Deus, desconcertantemente Uno e Trino, secreto, subliminar na demanda afetiva do nosso olhar e na forma de respiração que ganhamos no oceano.

Em barcos pequenos e grandes atravessei dezenas de vezes o «deserto» aquático que separa as ilhas dos Açores. Vi algumas vezes a morte diante de mim, no breu da noite, no ranger do frágil barco de passageiros ironicamente chamado iate. Sinto o levantar da proa e lembro os segundos infinitos em que aguardava que voltasse a tocar o chão do mar. Dormi sobre cordas e acostei embriagado de enjoo sem saber onde estava. Tenho gravado para sempre o som das madeiras do barco inutilmente envernizadas, a ranger, como as cordas a roçar um caixão que desce à terra. E do imaginário não perdi esse odor de covis enjoados a que chamavam camarotes. E o barco lá seguia, repetindo indiferentemente a mesma cena, impassível a gritos – a chamar pelo gregório como se dizia – com prostrações de aflição, enfrentando vagas medonhas sem pedir licença ao vento ou perguntar-se pelos limites do equilíbrio ou segurança.

Os primeiros raios da manhã traziam-nos uma esperança ao avistarmos o farol da Ferraria. Mas daí a chegar ao destino ainda tínhamos horas de balanço e tormenta, que aquelas ilhas são pequenas só nos mapas. Quem lhes percorre a costa com uma tempestade pela frente julga que contorna o Cabo das Tormentas sem a garantia de atingir a curva do Bojador que, no nosso caso, era a entrada na Doca de Ponta Delgada. Lembro-me que durante todo esse o dia, já em terra firme, andava meio aos tombos sem ter maneira de libertar-me daquele enjoativo passo de dança que me invadira o corpo. Cheguei a perguntar se estaria a acontecer algum abalo de terra com horas de duração.

Mas vacinei-me na tormenta. Poucos anos depois estava preparado para todas as ondas. Nunca mais tive o mais pequeno enjoo. Até acho graça ao baloiçar do barco, logo que me disponha a dançar com ele. Ao ar livre, de preferência. Grande companheiro de dança.

A vila das Capelas foi um dos lugares de São Miguel onde houve a caça à baleia. Era um fenómeno quase mítico. O homem dos binóculos, sentado dias inteiros na vigia, em vários miradouros – o do Escalvado ficou preservado – espreitava pacientemente o mar, descobria, de vez em quando, um cardume de cetáceos que pareciam como fonte luminosa a enviar jatos de água para as alturas. O vigia logo dava à manivela do telefone. Na rua do Porto, na casa dos baleeiros tocava uma campainha nervosa. Era um alarme: baleia à vista! Um grande foguete estoirava nos ares. Parecia uma cena do fim do mundo. Nunca se sabia o dia nem a hora. Fosse o que fosse que estivesse a fazer, qualquer baleeiro tinha de deixar tudo e descer imediatamente ao porto. Numa caixa verde trazia comida e roupa. Nunca percebi que ementa era aquela. Sei que tinha de

durar dois, três ou mais dias. Numa correria louca, todos empurravam as canoas da baleia, esbeltas e leves para rasgarem a água, sem hesitações, em direção à «vedeta». Os arpões iam bem afiados, as cordas rigorosamente enroladas para se desbobinarem depois de ser arpoada a baleia. Tudo isso constituía para mim, embora não frequentador diário destas fainas, uma operação mais fascinante do que preparar uma nave para mandar para o espaço. E era. Havia ali uma sabedoria acumulada, uma liderança perfeita, uma conjugação sincronizada de movimentos, remos, passos, puxões. Uma disciplina férrea e uma obediência cega por quem tinha de mandar. Era a eficácia da caça e a vida dos baleeiros que estava em jogo. Uma falha, por mínima, podia ser fatal para todos. Mais tarde vim a compreender que isto continha algo de ascético e monástico. Era muito mais do que mera rigidez militar. Era a vida e as vidas que dependiam da execução precisa de todas as regras de navegar no encaicho da baleia. As mulheres vinham de xaile discreto para cima da rocha despedir-se dos seus homens. Havia uma suspeição subliminar de que aquele poderia ser o último embarque. E foi, para muitos. A baleia é elegante, convival, pacífica. Mas é um monstro. Tem uma cauda que levanta um barco no ar. Na sua incontida fúria de perseguida, mergulhava estonteada com o arpão preso a uma corda e, por vezes, com a atrapalhação da manobra de algum baleeiro, enrolava-lhe uma perna ou um braço e levava-o todo para a profundidade do mar. A baleia voltava à superfície. Muitas vezes o baleeiro não. Nem vivo nem morto.

Um dia vi chegar, junto aos Poços de São Vicente, que deste heroísmo reclamam paternidade, um cardume de baleias esvaídas. Mais de dez. Impressionou-me aquela superfície imensa de mar vermelho. Sei que uma delas tinha 16 metros de comprimento. E quando, dentro da fábrica a abriam com lâminas de longos cabos – eu estava lá – saltou-se-lhe do ventre, intacta, uma cria de quatro metros, que estaria prestes a nascer. De quatro metros bem medidos.

Isto parece um conto de fadas, uma história da terra, ou uma epopeia circunstancial dezenas de vezes narrada por poetas e cantores açorianos. Mas nunca consegui separá-la do tom ritual de que sempre se revestiu. Da festa religiosa dos baleeiros que tinha expressões pouco canónicas por vezes, mas profundamente humanas e divinas. Sempre achei comovente a forma como o homem do mar se relaciona com Deus, como o olha, entre a ternura e a coragem, a mágoa e a alegria, a exigência e a generosidade. Sem catecismos explicados ou rezas oficiais bem pronunciadas. Vi-os pas-

sar diante da Igreja, tirar com unção o barrete polido, mas sem grandes compromissos com a Igreja. Nunca esqueço que num domingo festivo, em plena Missa Solene de S. Pedro – a festa dos baleeiros, cantada em latim arrastado pelos melhores cantores da vizinhança – estoirou um foguete dos fortes. Tinham avistado baleia. Os baleeiros, «sacerdotes» desse sacrifício aquático, abandonaram o templo de pedra e partiram doloridamente para mais uma imolação gigantesca que, por vezes, se misturava com o próprio sangue.

Até recorde pescadores e baleeiros da minha terra, proferirem orações belas, lembrando amigos e parentes que o mar levava ou que a terra comia. Eram dizeres menos eruditos que os dos devocionários ou rituais oficiais. Continham uma comovente procura d'Aquele que enxuga todas as lágrimas e sacia todas as sedes. Nunca conheci um homem do mar que não tivesse um respeito profundo por Deus. Sentindo-o como Ser Supremo, mistério profundo, paterno, próximo, atento, amigo. Tudo isto dito por vezes em expressões rudes, com a mesma voz arroucada que no cais ou no alto mar gritava bênçãos e maldições.

Como deixar em claro a noite do mar? Quantas vezes, em total escuridão, descemos aquela rocha e passámos horas a fio, apenas com dois olhares: o céu e o mar. Nem um sinal de luz. De quando em vez, uma tímida lanterna de algum pescador atrasado cortava o negrume rígido ou estrelas cadentes faziam os seus tracejados caprichosos que parecia iam cair-nos em cima. O resto era um enxame estonteante, miríades de luzeiros no céu límpido, sem mínimo rumor. Nem apetecia a lua. Era mesmo numa noite de breu que as estrelas davam de si num ângulo inabarcável por um único olhar. Era preciso rodar o corpo para se imaginar o que para ali estaria de fogo, energia, inteligência, longevidade, harmonia... Vida. Se descíamos o olhar, tínhamos a sensação de ver gaivotas luminosas a milhares de metros sobre o mar, que apareciam e desapareciam sem qualquer explicação. Não eram fantasmas. Eram os barcos de pesca ao longe que, sobretudo com o mar cavado, ou vinham ao de cima ou se perdiam de vista por minutos, sem que ninguém se alarmasse com isso. Mas até o som do mar é desigual nas diferentes horas da noite. Parece ter uma afinação e uma melodia para cada hora. E para ali estávamos com medo que alguma nuvem se atravessasse e nos mandasse para casa sem céu nem mar. Ou então chegasse o senhor vento com as suas originais sinfonias dolentes, presságio de ondas precipitadamente enroladas a bater

à doida naquelas pedras esculpidas pelos séculos, mas a que o mar, sem o notarmos, cada dia dá um retoque.

O que sei é que olhar o mar é olhar a vida. O Espírito de Deus, no princípio, pairava sobre as águas. O sopro de Deus incutiu a vida ao homem. No meu quarto, ao lado de uma Nossa Senhora, tenho um quadro original: o *fac simile* da folha onde foi registrado, nas Capelas, o meu Batismo. Com água e sal.

Depois de me acontecer tudo isto, como é possível não ser ilhéu? Quem pode renegar um sacramento que lhe imprimiu caráter e nunca mais deixou de o perseguir em cinquenta anos de diáspora marcada por uma missão sacerdotal no oceano de vagas da comunicação social. Como posso continuar natamente açoriano depois de receber sacramentais pelos cinco continentes, com experiências nas grandes confissões religiosas e sendo banhado por oceanos de outras culturas, crenças, artes e lógicas que emergem de oceanos em nada semelhantes àquele que me banhou?

Tenho pena de com a reforma litúrgica ter sido suprimido do batismo o rito do sal. Pelo menos os habitantes da macaronésia teriam direito a usá-lo para no seu batismo ficar marcado o sal como sabor, uma vez que o sabor se liga a sabedoria. Mas ainda se usava sal no tempo em que recebi o sacramento do Batismo. E ande por onde andar nunca perderei esse sabor ilhéu que com tanta facilidade os ventos trazem para terra. Ligados ao *pneuma* ao vento impetuoso que soprou no Pentecostes e ao vento – *spiritus* – que é o sustentáculo das nossas vidas, a respiração.

Estarei a entrar em terrenos perigosos do quinto império de Natália Correia ou pelos sucedâneos do Divino, elemento essencial na fé do nosso povo? Temo não saber separar criteriosamente estes elementos que clara ou tacitamente fazem parte do meu todo. Como eu faço parte do povo a que pertença, não obstante todos os adereços que se juntaram nesta peregrinação ou romaria fantástica que é a nossa vida.

Mas ainda não me habituei, na hora de partir, ao último bater da porta, entrar no carro e ver correr para trás a casa e as pessoas que mais amo. Quando parto pergunto-me sempre se nos voltaremos a encontrar. Já consultei místicos e psicólogos sobre esta dor do lado do coração. Todos me dizem o mesmo: isto não tem cura. A não ser no regressar à Ilha sem compromisso de voltar a sair.



## A ILHA, O MAR E A HISTÓRIA

ARTUR TEODORO DE MATOS

Para o jorgense comum, nascido no meio rural na década de 40-50 noventa, a sua ilha e as demais em redor eram, por regra, o limite geográfico do seu mundo conhecido. O desejo de visitar alguma delas logo surgia e, se não pudesse ser satisfeito durante o período de escolaridade elementar, sê-lo-ia certamente em período posterior. Uma visita a parentes e amigos, urgências, ou até a continuação de estudos – se o orçamento familiar o permitisse – poderiam ser os motivos. O prosseguimento de estudos nas vilas da ilha nem sempre se afigurava fácil, por isso o destino poderia ser o seminário. Para quem não procurasse essa carreira, o liceu ou o estudo em regime externo na sede de distrito seriam a solução mais viável e frequente.

A cidade representava um grande avanço no conhecimento. Muito do que se observava era bem diferente, além das novas rotinas, novos colegas, amigos, etc. Mas a lembrança da nossa ilha estava presente na mente e sempre que possível avistada com alguma saudade. Ao aproximarem-se as férias, contavam-se os dias para que um dos iates ou o navio da Insulana nos levasse até casa. Em tal ciclo de aprendizagem, também se iam selecionando matérias com que mais nos identificávamos e poderiam até vir a merecer no futuro um mais aturado desenvolvimento. Foi nessa altura que começou a germinar em mim o gosto pela História.

Terminados os estudos secundários procurava-se ofício, ou se matriculava no Magistério Primário, garantia de emprego imediato, seguro e duradouro. Permitiria até tornar-se cedo independente, podendo, quiçá, vir a continuar estudos. Outra alternativa seria completar o ensino liceal fazendo o curso complementar, com vista a conseguir um melhor emprego, mas sobretudo para prosseguir estudos superiores. Para tal tornava-se necessá-

rio conseguir uma bolsa da Junta Geral ou recorrer ao orçamento familiar se este mais uma vez o consentisse, o que era pouco frequente, já que os empregos do governo, como então se dizia, eram escassos.

Ao jorgense que tivesse prosseguido estudos no arquipélago, o conhecimento do Continente Português surgia, por regra, com o cumprimento do serviço militar. Deixava-se a ilha e as demais, para uma longa viagem. A primeira surpresa era a chegada a Ponta Delgada, depois mais um dia no Funchal, seguindo-se Lisboa. O desembarque na capital era o primeiro embate com o novo território, que poderia vir a ser a futura residência, com itinerâncias durante e alguns anos. As saudades da ilha eram mitigadas pela correspondência e pelo convívio com os conterrâneos. Mas as hipóteses da mobilização eram muitas e a incerteza do destino era constante.

A guerra do Ultramar atravessou toda esta geração. Havia quem conseguisse furtar-se a ela, emigrando cedo ou até desertando. Muitos fizeram-no por razões ideológicas, mas cremos que outros talvez tenham sido forçados a isso pelo receio de arriscar a vida. Mas quase todos cumpriram melhor ou pior a obrigação que lhes era imposta. Apesar das acritudes da guerra, houve quem até, mesmo no mato, procurasse completar estudos, ter intervenção educativa no agrupamento militar e psico-social junto das populações locais. Acrescente-se, todavia, que o ambiente de frequente combate também proporcionou experiências humanas de uma riqueza única, embora por vezes arrepiantes, comoventes ou até despiedadas e desarmantes e que qualquer combatente jamais poderá esquecer.

As cartas da família e de amigos e o eventual convívio com algum companheiro do arquipélago ajudavam a mitigar o afastamento e a lembrança da ilha, que quase sempre acabava por se perpetuar por toda a comissão, já que uma curta vista de férias apresentava dificuldades. No limite até poderiam ser aproveitadas para se fazer exames. A expectativa do regresso era, naturalmente, o sentimento que se sobrepunha aos demais e estimulava uma derradeira parte da missão.

Para quem como eu desde cedo fizera da história o assunto do seu principal interesse, a etapa seguinte foi de formação universitária, ao mesmo tempo que se garantia através do ensino primário a indispensável independência económica.

Assim começava a ser equacionado um dos objectivos de vida. Durante esse período de aprendizagem se talvez as saudades da ilha pontualmente se podiam ir esbatendo mercê de várias circunstâncias, o imaginário do mar persistia e, de quando em vez, havia necessidade de o tornar realidade, mesmo que apenas com uma visita à margem do rio Tejo. Com o

final do ano lectivo vinham as férias e o regresso à ilha. A viagem, que se estendia por oito dias, era ocasião de agradável convívio, se o mar assim o consentisse. Recordamos, com saudade, a animação que Carlos Alberto Moniz – então aluno de agronomia – proporcionava com a sua viola, entoando e fazendo com que o acompanhássemos nas belas cantigas da nossa terra. As sucessivas escalas serviam para quebrar alguma rotina, variar a alimentação e até fazer pequenos passeios turísticos.

A chegada à ilha era o regresso às origens. Viam-se parentes e amigos, confraternizava-se, gozava-se abundantemente das límpidas e agradáveis águas do mar da costa Norte, entrecortadas pelas negras rochas, que nos convidavam ao lazer. E se o vento pontualmente as tornava alterosas, nem por isso o seu bater no calhau e nos penedos era motivo de grande insatisfação. Faziam recordar as noites invernosas de infância. Mas o tempo voava e o regresso aproximava-se, sempre com enorme celeridade. A partida arrastava nostalgia e alguma angústia. Não era fácil deixar o conforto familiar, os lugares da nossa eleição e até alguns amigos. Estes em número cada vez mais reduzido, já que a emigração e até o nosso rumo haviam criado algum afastamento. A viagem de regresso representava como que o introito ao novo ano, ao mesmo tempo que a camaradagem e as festas a bordo ajudavam a passar o tempo e a ir esquecendo o que de agradável íamos deixando.

Ano após ano o itinerário repetia-se, embora com menos delongas nos últimos tempos, já que novos paquetes conseguiam encurtar a viagem dois ou três dias. E o final do curso ia-se aproximando e impunha-se a escolha de um tema de tese para que se pudesse obter o diploma. O assunto que logo surge é naturalmente o dos Açores. As monografias sobre S. Jorge existiam. Mostravam-se úteis, mas envelhecidas. Na altura, casualmente havia tido conhecimento de um inovador estudo de Maria Olímpia Gil sobre o Porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII e logo nos surgiu a ideia de estudarmos tema semelhante, mas no século seguinte. Todavia a exigência de recurso a arquivos regionais e, depois de vários temas sugeridos, acabaríamos por elaborar uma monografia sobre Timor. Ilha em tudo diferente das nossas, mas *ilha*, e talvez por isso e, por se tratar do Oriente, tenha pesado na minha decisão, além deste género historiográfico me ter profundamente marcado ao longo da vida. E terá sido a sua preparação que acabaria por ditar outro destino ao nosso planeamento.

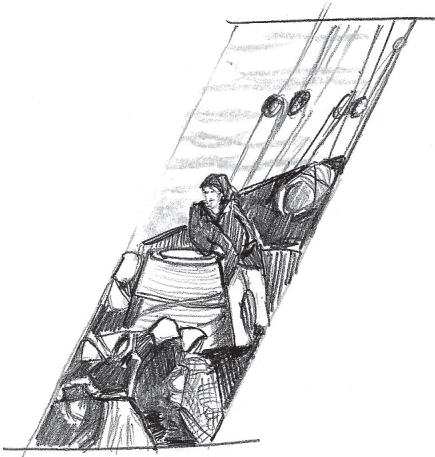
A revolução de Abril barrou a fixação em terras africanas do Índico. Todavia surgiu a oportunidade do regresso aos Açores, ao mesmo tempo que o gosto pelo Oriente – desta vez por Goa – se vai aprimorando.



A proposta de estudo de umas fontes sobre uma nau quinhentista da Índia levaram-me a abordar a carreira da Índia e, já em terra açoriana, as fontes deram-me a oportunidade de estudar a escala angrense, sobretudo nos séculos XVI e XVII. O retorno às Ilhas e a colaboração no lançamento de uma nova instituição ali nascida foram, sem dúvida, as mais ricas experiências de vida. Além disso, também permitiram conhecer, com algum pormenor, os ricos acervos que os nossos antepassados legaram ao longo do tempo e onde deixaram plasmados esforços e quotidianos da nova sociedade que souberam erguer no meio do Atlântico.

Abandonar novamente os Açores não foi decisão fácil, mas há imperativos que se sobrepõem a sentimentos pessoais. E, talvez tenha sido a partir dessa altura que mais persistente e intensamente tenha passado a «carregar» ainda mais a ilha. As férias eram ocasião de restabelecimento físico e até psicológico ou sentimental, como o eram as curtas visitas de regresso. Mais constantes também passaram a ser as visitas ao Oriente. E se a investigação rumou, durante algum tempo, para este lado do mundo, nem por isso as nossas ilhas e as demais do Atlântico estiveram esquecidas. Bem pelo contrário. Teria ocasião de lançar e desenvolver essa área de investigação em lugar próprio, com a dignidade e a exigência requeridas e com excelentes resultados.

Ao ser gradualmente dispensado de tarefas que por vezes atulhavam o quotidiano, a ilha como que mais se aproxima do lugar que nunca perdera, mas de que por vezes fora afastada. É que passam a ser mais frequentes e longas as visitas à ilha, como também a Goa, fruindo da vantagem das suas coordenadas geográficas permitirem esta feliz alternância anual. Mas nem o sol que aquece lá longe o corpo e a alma, nem o fascínio das paisagens e lugares, a fragância dos aromas e até o sabor da culinária, fazem esquecer a ilha que continua a ser o refúgio do espírito e o consolo da alma, proporcionado pela minha Fajã do Ouvidor.



EVERYTIME WE SAY  
GOODBYE I DIE A LITTLE

EDUARDO PAZ FERREIRA

«Be not afeard. The isle il full of noise  
sounds and sweet airs that give delight and hurt not.»

William Shakespeare, *The Tempest*

Entro sempre no avião que me levará de Lisboa a Ponta Delgada com o sentimento de quem regressa à sua velha casa e à minha velha casa, como Ary dos Santos melhor que ninguém escreveu no poema de um belo fado: «eu regresso à procura das origens da ternura, onde o meu ser perdura».

Passaram anos e anos – e passariam mais de mil anos, como se canta num encantador bolero – desde que parti da ilha para ir estudar para a universidade, mas a minha alma nunca dela saiu. Não há dia da minha vida que não recorde, com enorme saudade, dor, gratidão e ternura, a imagem dos meus pais, na doca de Ponta Delgada, com os cabelos levantados pelo vento, acenando-me para o *Angra de Heroísmo* que, entretanto, se afastava.

Mas é também recorrente, quando o avião começa a preparar a aterragem em São Miguel, ser invadido por um sentimento de mistério e de estranheza que me leva a interrogar-me como foi possível nascer em pleno Atlântico e de que modo é que essa circunstância marcou a minha vida e a minha personalidade.

Estou profundamente grato aos organizadores deste livro por promoverem esta reflexão essencial em torno da nossa identidade. Dois deles nasceram lá, nas «ilhas de bruma». São meus amigos e sei que sentem e vivem o mundo de modo semelhante ao meu. O terceiro, sem lá ter nascido, viveu nos Açores enquanto jovem e isso, seguramente, marcou-o

de tal forma que se junta na procura da resposta ao que é a condição de insular.

Creio que Onésimo Teotónio de Almeida, na sua errância permanente e na sua forma exemplar de viver na diáspora e Artur Teodoro de Matos, com a sua insaciável curiosidade sobre os descobrimentos, a expansão portuguesa e o encontro de culturas, são dois exemplos vivos do que são os insulares e da sua enorme capacidade de sair das ilhas sem as deixar.

Naturalmente que, ao iniciar essa reflexão, é impossível não ter presente a grande variedade de ilhas – as ilhas fluviais, as ilhas costeiras e, até, as ilhas artificiais – mas é das ilhas oceânicas, longe das metrópoles e isoladas do mundo que creio que importa falar, esquecendo também as ilhas de dimensão gigantesca como a Austrália, a Gronelândia ou a própria Grã-Bretanha – mesmo que nos possamos interrogar sobre se a difícil relação desta com a Europa continental não encontra algumas raízes na sua natureza insular. O continente é a expressão normalmente usada pelos britânicos para designar o resto da Europa.

A percepção das ilhas como espaços isolados e afastados do resto do mundo leva, aliás, a que por vezes se utilize a palavra para referir realidades bem diferentes e às quais se atribui alguma conotação negativa, como quando se fala de ilhas a propósito de áreas degradadas dentro das cidades, como ocorre no Porto, ou quando, a propósito de pessoas deprimidas e associadas, se afirma que vivem fechadas nas suas ilhas.

Por trás destas utilizações está, seguramente, algum sentimento de desvalorização dos insulares que, outras vezes, se traduz em manifestações de desconfiança em relação a estes, olhados sempre como potenciais elementos de redes de interesse conspirativas. A utilização perversa de tradições ou sotaques resulta muitas vezes numa tentativa de estigmatização.

Trata-se, naturalmente, de fenómenos marginais e patológicos que reflectem na maior parte dos casos a ignorância daqueles em que se manifesta. Lembro-me, por exemplo, de uma jornalista que se interrogava sobre como era possível que José Medeiros Ferreira tivesse uma cultura tão profunda quando nascera numa ilha... ou de um dirigente partidário que, a propósito de uma eventual candidatura presidencial de João Bosco Mota Amaral, duvidava que o país estivesse preparado para ter um presidente açoriano, esquecendo-se de Teófilo de Braga e Manuel de Arriaga.

A cultura é, todavia, um primeiro traço fundamental a distinguir quando se fala de ilhas e insulares. As manifestações de cultura popular e o empenho, ao longo de décadas, de tantos jovens na preservação e desenvolvimento dessas manifestações constitui um factor do maior relevo. As inúmeras bandas filarmónicas açorianas, várias delas fundadas

no século XIX em locais de acesso bem difícil e que persistem, apesar de todas as alterações comportamentais das sociedades, são um exemplo comovente.

O número de personalidades insulares marcantes nesta área é elevadíssimo. Nos Açores e para citar apenas alguns nomes, Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Natália Correia, Teófilo Braga, Roberto de Mesquita, Armando Cortes Rodrigues, Pedro da Silveira, João de Melo, Onésimo Teotónio de Almeida, António Dacosta, Francisco Lacerda, Zeca Medeiros. Na Madeira, encontramos, designadamente, Baltazar Dias, Herberto Helder, José Tolentino de Mendonça, José Agostinho Baptista, Ana Teresa Pereira, Lourdes de Castro, António Cunha Telles, Marta Telles, Paquete de Oliveira...

Sem sair da lusofonia como não lembrar a plêiade de escritores cabo-verdianos, como Amílcar Cabral, Baltazar Lopes da Silva, Onésimo Silveira, Manuel Lopes, Orlanda Amarilis, Manuel Ferreira ou Germano de Almeida?

Um aspecto que importa sublinhar é, por outro lado, a importância que as ilhas têm, desde há muito, no imaginário literário. Com especial felicidade Stephanos Stephanides e Susan Basset escreveram «as ilhas ocuparam sempre um lugar poderoso e foram uma fonte de fascinação na imaginação literária. A ilha, um território separado das outras terras pela água conduz facilmente à fantasia e mitologia»<sup>1</sup>.

As aproximações às ilhas nos vários textos literários que desde a Antiguidade Clássica as contemplam são, todavia, profundamente diversas, podendo ser divididas em duas grandes áreas: as ilhas como objecto de fantasia e sedução e as ilhas como um espaço de terror e perigos.

Essencial nas diversas perspectivas sobre as ilhas é a importância dada ao isolamento e ao afastamento. Não por acaso, em 1986, em *Jangada de Pedra*, José Saramago ficciona uma situação em que a Península Ibérica se separa do continente europeu para assinalar as profundas diferenças que, na sua opinião, existiriam entre as comunidades europeias e Portugal e Espanha.

Com versões muitas vezes contraditórias pode-se dizer que o fascínio que as ilhas exerceram sobre tantos grande autores nos ajuda a construir respostas sobre o que são as ilhas e os insulares que, de outra forma, não teriam surgido, ainda que se não possa ignorar que, num mundo em profunda transformação e com uma acessibilidade de informação cada vez

---

<sup>1</sup> «Islands, Literature and Culture Transability», in *Transtext(e)s Transcultures*, número fora de série, 2008, p. 6.

maior, muita da problemática relacionada com o isolamento e a distância se tenha esbatido.

A problemática das ilhas não só fascinou escritores, mas passou mesmo para o campo da psicologia analítica, graças ao trabalho de Carl Gustav Jung, que sublinhou que só nas regiões de perigo (quedas de água, cavernas, florestas, ilhas, castelos, etc.) se pode encontrar o tesouro difícil que se persegue (joias, virgindade, a poção da vida, a vitória sobre a morte) e daí extraiu uma metáfora segundo a qual a experiência da vida na ilha corresponde ao processo de tomada de consciência da individualidade.

Seguramente que a apreciação da vasta literatura sobre ilhas nos ajuda a compreender a complexidade do espírito insular, ainda que não nos dê resposta totalmente satisfatória quanto às características tantas vezes contraditórias que nele encontramos.

A importância do isolamento e o encerramento daí resultante – linha de força quase constante – encontram-se hoje fortemente mitigados, graças às melhores ligações de transporte e da revolução digital, mas o peso histórico que acarreta para os insulares está ainda bem presente. O mar que os cerca impede o acesso a outras regiões e dele vêm tantas vezes os perigos, mesmo nestes tempos de reformulação do paradigma dos piratas.

Mas se as ilhas sofrem do problema do isolamento, na generalidade dos casos confrontam-se com problemas internos, tais como uma orografia hostil, a frequente existência de problemas vulcânicos, uma organização social estratificada e sem mobilidade e uma distribuição muito desigual da riqueza.

Daqui resulta muitas vezes a necessidade de partir e de procurar novos mundos e as comunidades insulares no exterior tornam-se maiores do que as residentes nas ilhas de origem. A tradicional música açoriana *Canção Longe* – «Ó meu bem se tu te fores como dizem que te vais deixa o teu nome escrito numa pedrinha do cais» – faz de uma forma exemplarmente bela e sintética a descrição do drama da emigração.

E tudo isto nos vai marcando, a nós os insulares, nostálgicos impenitentes, viajantes constantes no mundo e dentro de nós, dotados de uma sensibilidade à flor da pele, e paradoxalmente de uma resistência enorme, que corre em paralelo com a pulsão para o sofrimento.

Encontrei, há algum tempo, uma dissertação de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de um estudante cabo-verdiano que se inicia com a evocação de uma frase de um anónimo espanhol que sintetiza com grande felicidade o que é um insular: «Un insular es un hombre en una roca, y también un hombre como una roca. No puede dar la espalda a la geografía, porque es fruto de ella. Es un

hombre obsesionado por los viajes y amenazado por ellos. Es en fin un habitante de un paraíso o de un infierno.»<sup>2</sup>

Os insulares vivem, de facto, obcecados pelas viagens e muitas vezes curiosamente viajam para outras ilhas, mas o impulso para a viagem muitas vezes resulta, como vimos, da necessidade de construir uma vida melhor e de acabar com a miséria.

Por isso, dois carpinteiros, que o grande Manuel Ferreira imortalizou em *O Barco e o Sonbo*, foram capazes de construir um barco à vela do tamanho normal para a pesca costeira e nele zarparem para os Estados Unidos, mostrando a imensa coragem e energia dos insulares.

Mas, na mesma ilha de São Miguel, de onde partiram os passageiros do *Barco e o Sonbo*, Antero de Quental, vencida a sua energia revolucionária poria fim à vida, incapaz de continuar a lutar contra o sofrimento.

Foi ainda em São Miguel que, pela mão dos meus pais, li a magnífica *Lenda de Gosta Berling*, a quem a escritora – Selma Lagerlöf – se referia, lamentando «Ah, Gosta Berling, o mais forte e o mais fraco dos homens». A escritora sueca não falava de insulares mas, às vezes, fico a pensar se não seremos todos assim.

Olho os meus queridos amigos, companheiros de diáspora tantas vezes encerrados em ciclos de depressão e vejo outros plenos de energia e vitalidade, capazes de resistirem a tudo, com uma gargalhada, como José Medeiros Ferreira e sinto-me sempre dividido.

Num artigo de Medeiros Ferreira, «A aprendizagem insular da cultura», encontra-se a mais brilhante reflexão sobre o tema da insularidade. Demos-lhe, então, a palavra e recordemo-nos dele nos momentos de desânimo: «ser criado numa ilha e depois ir viver para um continente é capaz de não ser a mesma coisa que o vice-versa. Essa diferença talvez derive da insularidade. A essência insular é paradoxal se encarada numa perspectiva ontológica. É um ente finito que se reconhece limitado, um ser inteiro mas incompleto. É um ente que quer ser. Como ente é finito, ou seja, autónomo. Como ser é imperfeito e a ele se aplica o que sobre o amor e sobre a sabedoria discorre Platão n' *O Banquete*. Do ponto de vista da aquisição de conhecimentos, o insular sabe que se passaram ou que se passam coisas que ele desconhece e pergunta «O que estará para além do horizonte?». Nesse particular, o insular é um especulativo que não só imagina outros mundos vedados como tem uma propensão natural para olhar criticamente os fenómenos que se lhe deparam. Tem uma atitude

---

<sup>2</sup> *A insularidade e as suas condicionantes económicas o caso dos pequenos estados insulares em desenvolvimento*, Aquiles Celestino Vieira Almada e Santos (2011).

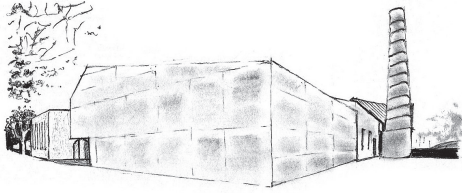
de espírito kantiana, sob cada fenómeno esconde-se misteriosamente um nómeno. Noutro plano de análise, pode dizer-se que o ilhéu é desconfiado. Ele desconfia duplamente da realidade que lhe é representada, por saber que ela não esgota o universo e por não permitir a revelação da verdade. Para um habitante de uma ilha, a maior parte do Mundo está fora. Ele sabe que há outros mundos.»<sup>3</sup>

Assim é, Meu Querido Amigo, príncipe das ilhas. Obrigado pelos caminhos que me mostraste.

Gostaria de terminar esta breve viagem pela insularidade como a comecei, com a evocação de uma canção de Cole Porter, que me assalta, cada vez que regresso da ilha: *every time we say good bye, I die a little*.

---

<sup>3</sup> Na evocação de José Medeiros Ferreira, agora incluída no meu *Encostados à Parede*, Quetzal, 2015, desenvolvo o seu pensamento sobre estes temas.



## CONDIÇÃO DE UM SER

FÁTIMA MARQUES PEREIRA

Quando recebi o convite do Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa para escrever um texto para a obra: *Condição do Ilhéu* pensei, por um lado, o quanto me honrou este convite, por outro, finalmente iria pôr em prática, através de uma reflexão, aquilo que vivo e sinto ao longo destes 18 meses desde que cheguei a este Arquipélago e particularmente a esta ilha de São Miguel.

De facto, não posso negar que estar e viver numa ilha leva a uma *condição* de existência própria e diferente, já que nos deparamos com um lugar milimetricamente recortado no meio do Oceano Atlântico, e exemplarmente desenhado pela força da Natureza.

Cheguei a São Miguel de *malas e bagagens* a 1 de fevereiro de 2015 com um objetivo profissional: *dirigir* o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Se interiorizei este trabalho como uma missão, não deixei, no entanto, de sentir que iria viver uma nova e única experiência. Aliás, fui sentindo, cada vez mais, que estava a viver *a Aventura* da minha vida. Pela primeira vez *deixei* a minha casa. Nunca vivi tanto tempo, tão longe das minhas referências. Aqui, em São Miguel, quando cheguei tinha apenas uma grande amiga de infância e alguns conhecidos, que hoje já se tornaram amigos. Quando penso e escrevo isto, não posso deixar de sublinhar como me identifico com uma frase que li há alguns anos, e que caracteriza de forma inequívoca o meu *modo de estar* nesta ilha:

«Toda a nossa vida foi uma busca do inesperado, do desconhecido e, sobretudo, da liberdade. A busca deste tesouro escondido ao pé do arco-íris, e pouco importa se não o encontrámos; procurando-o fizemos da nossa vida a mais bela das aventuras.» (Johnson, 2004).



Todavia, sempre senti que não estava perdida num lugar do mundo.

Quando surgiu o convite para escrever este texto, estava uma coreógrafa e amiga a desenvolver uma Residência Artística para o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Fomos convidadas para ir jantar a casa de um novo amigo. Nesse jantar disse que tinha que escrever este texto. Assim, no jantar falou-se sobre o que é ser ilhéu. No jantar estavam ilhéus e continentais, e, ainda, dois, onde eu estou incluída, numa *condição híbrida*, ou seja, continentais que se deslocaram para a ilha.

Muito se conversou sobre o que é ser ilhéu, e que indiretamente remete para a *condição do ilhéu*. Este jantar *deu aso* a que a coreógrafa e minha amiga me escrevesse um texto sobre o que senti ao voltar a São Miguel, vinte e dois anos depois da primeira vez que se deslocou a esta ilha. Um belíssimo texto. Em resposta e a pensar neste texto, escrevi-lhe o seguinte:

Minha Querida e Boa Amiga,

Obrigada. Gostei. Gostei muito, muito. [...].

Sim, vou partilhar com os meus amigos ilhéus que estiveram naquele jantar, e não posso deixar de partilhar com o H que estive, igualmente, presente naquele jantar, onde conversámos sobre ser ilhéu. Nem de propósito, falarmos sobre ser ilhéu numa casa despojada de tudo, numa casa onde o lugar da ideia de construção é, não um, mas o acontecimento. Um lugar onde fizemos uma incursão, talvez inconsciente, não sei, pela força e simplicidade de um homem que quer o seu Quadro: o seu quarto, outros quartos, umas salas, uma cozinha, um espaço de trabalho, uma horta e um jardim. O seu lugar, mas com lugar(es) genuinamente para os outros. Um Quadro humano.

Faço esta analogia com a casa, com o lugar do N porque, de facto, quando cheguei a São Miguel o que encontrei foi um Quadro tão perturbante, quanto tão humano. O lugar do N não me perturbou, a casa/o lugar do N lembrou-me o meu quotidiano desde que aqui cheguei.

Aqui, encontrei um *mapa vivo* de sintonias e antagonismos. Aqui, senti trajetos anacrónicos. Aqui, procuro a diacronia num lugar que *dança na vida* com um tempo diferente, com um tempo próprio e onde a experiência do tempo é outra; num lugar onde o espaço/território é o Detalhe, é o Pormenor que marca tudo e todos. Aliás, bem o descreves no texto que me escreveste. Tempo e Espaço, mais uma vez e sempre: o Contexto.

Pergunto-me, desde que aqui estou – porque aqui ganhei, *para o bem e para o mal*, uma maior consciência de quem sou, uma maior consciência

do meu lugar no mundo, na Terra, ganhei uma clara consciência de como nesta *pequenez* que sou, como tenho que ser um *Ser* Social, Cultural, Participativo, Ativo, Comunitário, *Igualitário* e Humano –, em que modelo cultural estou inserida neste tão bonito e particular momento da minha vida?

E, não consigo arranjar outra resposta, senão esta: sinto que me oriento através do *quadro* da minha família, das *vozes*, dos gestos e do carácter de quem me criou e me inseriu, indiscutivelmente, no modelo cultural português. Porque, tal como Edward T. Wall afirma:

«Os modelos culturais mais fundamentais são adquiridos no quadro da família. A aprendizagem cultural é antes do mais a do bebé que começa por aprender a sincronizar os seus movimentos com a voz da sua mãe. A linguagem e as relações com os outros elaboram depois essa base de ritmo primordial.» (Hall, 1986).

E, de facto, aqui, neste Arquipélago, falamos a mesma língua, comunicamos em português.

Portanto, como posso eu, sentir-me ilhéu? Estou no mesmo espaço cultural, geopolítico e social. Estou na República Portuguesa e falo português. Em tempos vivi em Lisboa, em Oliveira de Frades, na antiga Lourenço Marques, em Coimbra, no Porto, e agora em São Miguel, e sempre me senti portuguesa e não Lisboa ou Portuense. Sempre me senti portuguesa. Sempre senti que a minha Pátria é Portugal, é um dos Territórios do Mundo. Sempre senti que a minha cidadania não é, nem pode ser espartilhada territorialmente, procuro-a como uma cidadania universal. Então, a pergunta que coloco a mim mesma e que procuro diariamente responder é: qual a diferença entre viver num território demarcado, limitado e recortado por um belo Oceano Atlântico que todos os dias muda de cor, por um belo território morfológico e geológico marcado pela força da natureza com cores que crescem livremente oferecidas pelo universo físico e cobertas por um Céu de Todos?

Uma outra pergunta com que me debato é: qual a diferença entre nós, todos portugueses, mas que vivemos em territórios geomorfológicos diferentes? E, aqui, penso que sim, que existe uma diferença: a diferença *proxémica*, uma diferença comportamental, por um espaço pessoal desenvolvido num meio social balizado por uma sublime paisagem que é contraditoriamente demolidora e que conseqüentemente marca um tempo próprio. E que, histórica, política e socialmente marcou o tal distanciamento (ao qual me referi anteriormente) diacrónico. Aqui, quem voa?

Por tudo isto, procuro, aqui, que o meu trabalho se aplique no terreno, na comunidade. Aqui, trabalho para o(s) outro(s) no sentido lato. Aqui, não posso, nem quero afunilar, aqui trabalho para que os indivíduos daqui desenvolvam o conhecimento, para que se aproximem uns dos outros comportamental, cognitiva e sensitivamente. Aqui, e no meu trabalho não escondo a verdade de uma realidade que tantas vezes me deixa com os olhos molhados.

Sem qualquer lamechice, sem qualquer pretensiosismo, aqui, por uma dupla verdade caracterizada, por vezes, por uma realidade *estonteante* e por uma etérea paisagem, quantas vezes perdi a noção do meu tempo e do meu espaço...

Aqui, o ritmo é outro.

Desde fevereiro de 2015 que mergulhei num oceano temporal e espacial tão diferente, tão peculiar.

Querida I, é verdade o que me escreveste hoje de manhã para o TM: *estás apaixonada por esse lugar*. Sim, estou apaixonada pelo trabalho que desenvolvo neste lugar. [...].

[...].

Aqui, tenho a identidade que sempre tive: portuguesa, apenas estou a vivê-la num Contexto diferente.

Desta forma, respondi e pensei que a minha *condição* de *ilbéu* é estruturada num passado, com uma história de vida, já com mais de 50 anos, e enquadrada num presente muito marcado por uma opção e um objetivo profissional. De resto, não deixo de sentir, nem de experimentar como cada um dos meus dias é distintamente vivido pela insularidade: território balizado por um imenso mar; território organizado por uma geomorfologia drasticamente transcendente; território resguardado por um clima *agridoce*; território envolto numa melodia pura e tranquilizante, pela natureza, pelas espécies e pelo clima; território construído num reservatório de odores balsâmicos.

Se é verdade que sinto a insularidade, e que a mesma é, por vezes, uma marca de alguns instantes do meu dia-a-dia, já que se instala dentro de mim um silêncio *apaziguador* que me leva a um natural retiro, mas que, com grande satisfação, me transporta para os mais singulares encontros com o meu pensamento. É, também, verdade que aqui experienciei novos sentimentos e novas emoções que se prendem com o facto de estar num território no meio do Atlântico.

Quando vim para esta ilha, tive medo de me sentir *presa*, algo que me inquietava profundamente.

Aqui, para sair percorro o Ar: sobrevoou frequentemente a Terra entre nuvens, entre o sol, entre a lua, entre a noite e o dia, entre o mar e entre a saudade, e a vontade de *abraçar* o meu *quadro* de há 52 anos: a minha *condição* de mãe, a minha *condição* de filha, a minha *condição* de irmã, enfim, a minha *condição* de mulher.

Concluí que a minha *condição* de *ilhéu* ou a minha *condição* trouxe-me de forma ímpar um sabor único ao sobrevoar assiduamente a Terra: o sabor da Viagem. Viajar para estar, viajar para rir, viajar para amar, viajar para conhecer, viajar não com a obrigação de um destino, mas sim viajar simplesmente para ir ao encontro. Muito me tenho vindo a surpreender como esta *condição*, contrariamente ao medo que referi anteriormente, sinto a liberdade com um gosto inigualável. E, quanto a este gosto, não posso deixar de salientar que o *milagre* dá-se quando olho para a *linha do horizonte*.

Aqui, esta *linha* tem uma *grandeza*, uma *imensurabilidade* ao mesmo tempo tão física, tão espiritual e tão abstrata. Quando observo esta *linha do horizonte*, lembro-me das fotografias de Luigi Ghirri (1943-1992) principalmente daquelas imagens de paisagens sublimes, aquelas que mostram de forma poética e enigmática



Luigi Ghirri, *Cervia*, 1989; *serie Paesaggio italiano*; project print; 8 x 10 cm.  
Fonte: <https://palook.files.wordpress.com/2012/06/042.jpg>  
[Consulta a 09.07.2016].

uma grande *linha* que se cruza com outras linhas construídas pelo homem. Estas fotografias de Ghirri sempre me deixaram com uma sensação de uma imensidão infinita, onde o homem se *perde* pela e na sua finitude. Nesta *linha do horizonte* vejo uma Terra vasta e o confronto ou encontro entre o Universo e o nosso espaço interior.

As nuvens sempre me fascinaram. Nas viagens e aqui passo horas a olhar para elas. Fotografo-as compulsivamente. Entre as escadas e o terraço do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, entre a praia, entre os passeios, entre leituras no meu terraço, entre conversas com amigos, entre o ar, entre tudo o que aqui faço as nuvens *agarram-me*. Quantas vezes me pergunto: o porquê deste meu encantamento com as nuvens?

Li, o quanto Baudelaire amava as nuvens:

«O ESTRANGEIRO

- Quem amas mais, diz, homem enigmático: o teu pai, a tua mãe, a tua irmã ou o teu irmão?
- Não tenho pai, nem mãe, nem irmã, nem irmão.
- Os teus amigos?
- Servis-vos de uma palavra cujo sentido continua a ser até hoje desconhecido para mim.
- A tua Pátria?
- Ignoro em que latitude se situa.
- A beleza?
- De bom grado a amaria eu, deusa e imortal.
- O ouro?
- Odeio-o como vós odiais Deus.
- Então, quem amas tu, pois, estrangeiro extraordinário?
- Amo as nuvens... as nuvens que passam... ao longe... a maravilha das nuvens!» (Botton, 2010).

Realmente, as nuvens *passam ao longe*. Mas, se sinto que não as consigo tocar, sinto-as pelas suas formas inorgânicas, pela beleza e pelas variações de tonalidades criadas extraordinariamente sem a mão humana, sinto-as pela leveza, pelo modo como pairam no ar, sinto-as pela passagem, sinto-as pela paz que me transmitem. Quando voou, e particularmente desde que estou nesta *condição*, penso nos *meus* Anjos. Lembro-me da minha relação indefinível com Deus. «[...] a maravilha das nuvens» (Botton, 2010).

Se as nuvens me transportam para um voo íntimo, não me conduzem, neste percurso profissional, ao *estar nas nuvens*.

Aqui, neste Arquipélago procuro com a *minha* Equipa cimentar a Cultura, a Arte e o Conhecimento Contemporâneos através de uma estrutura que potencialize o conceito de Plataforma e não de Periferia. Procuramos, ainda, envolver quer a Comunidade Local, quer a Comunidade Nacional e Internacional, aliviando, deste modo, qualquer contradição de entendimento subjetivo sobre o conceito *espaciotemporal* do século XXI.

Vivemos num mundo global que tenta atenuar as diferenças sociais, culturais e geopolíticas, e que tenta atingir uma dimensão o mais humanitária possível. Penso que a consciência ideológica de todos nós, procura responder de forma clara e inequívoca ao conceito de Democracia.

Assim, foi com grande alegria que partilhámos a inauguração a 29 de março de 2015 do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas com o lançamento das *low cost* em São Miguel.

A distância geográfica *encurtou*; a distância do *livre acesso* à cultura, ao conhecimento e ao mundo enfraqueceu significativamente. A *proximidade* tornou-se a palavra-chave. Em bom rigor, como poderemos olhar agora para os Açores? A meu ver, como uma plataforma oceânica de ligação a diferentes continentes. Portanto, um Arquipélago com uma *condição* única de se poder afirmar como motor de novas dinâmicas de inter-relação e de interação contribuindo para a afirmação e visibilidade deste Arquipélago dos Açores, não só aos níveis cultural e social, como ao nível económico. De facto, este território vive uma conjuntura especial. Penso que esta é a sua nova *condição*. Hoje, o mar e o céu que delimitam o Atlântico alcançaram uma maior generosidade.

Aqui neste duplo Arquipélago nesta *condição* que me leva constantemente ao encontro de novas situações, de circunstâncias, por vezes, invulgares e principalmente ao confronto diário com um estoicismo que se instalou em mim, penso em particular na palavra *afinidade(s)*. *Afinidade* com o Território: Arquipélago dos Açores; *afinidade* com o Espaço: Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas; *afinidade* com as pessoas com quem trabalho diariamente: equipa, tutela, artistas, criadores, autores, parceiros, outros; *afinidade* com as pessoas oriundas desta ilha e deste Arquipélago; *afinidade* com a realidade Arquipelágica; *afinidade* entre o meu presente, (respeitando) o meu passado e (pensando) (n) o meu futuro. *Afinidade(s) sine qua non* para o meu *Bem-Estar físico e espiritual* e para a minha relação e ligação com o(s) outro(s) e com o mundo.

Neste sentido, penso como foi e é importante para mim ler e reler Goethe para relativizar quaisquer diversidades ou divergências e para encontrar *afinidade(s)*. No livro *As Afinidades Electivas*, de Goethe, li:

« Permitti-me que vos confesse – disse Charlotte – que, quando designais por afinidade a ligação existente entre esses vossos estranhos seres, eles não me parecem tanto ter uma afinidade de sangue, mas antes uma afinidade de espírito ou de alma. É precisamente desta forma que entre os homens podem surgir amizades muito sérias, pois qualidades opostas tornam possível uma união mais íntima. E, por isso, quero aguardar a vossa demonstração desses efeitos misteriosos. Agora – disse ela, virando-se para Eduard – não quero importunar-te mais na tua leitura; agora, que estou muito mais bem informada, quero ouvi-la com atenção.

– Já que te dirigiste a nós – acrescentou Eduard – também não te verás livre tão facilmente, pois, na verdade, os casos mais complexos são precisamente os mais interessantes. É somente através desses casos que

aprendemos a conhecer os diversos graus de afinidade, as relações mais próximas e mais fortes, as mais distantes e mais frouxas. As afinidades só se tornam interessantes quando provocam separações.» (Goethe, 1999).

Em qualquer *condição* a(s) *afinidade(s)* são pilares para uma construção *Electiva*.

No trabalho que desenvolvo com a *minha* Equipa acordámos que a questão da *Época*, do tempo que decorre e que virá, e do *Espaço* onde estamos inseridos (Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas + Arquipélago dos Açores + Mundo) seria a *condição*, o contexto da nossa programação de 2016. A programação artística e cultural que desenvolvemos para o corrente ano foi estruturada como um ponto de viragem conceptual e formal ao nível programático, no sentido da criação de projetos de continuidade fundamentados em ideias que estruturalmente sejam pioneiras e inovadoras, e que demonstrem, paralelamente, uma capacidade e uma dimensão cultural humanitária.

«O espaço, o grande espaço é o amigo do ser». (Bachelard, 2008)

«O tempo não é. Dá-Se o tempo. O dar que dá tempo determina-se a partir da proximidade que a recusa retém». (Heidegger, 1991)

Para Viver basta-nos a própria *condição* de *Ser*, de *Ser* no(s) espaço(s) e no(s) tempo(s). Por aqui *passamos* e esta *passagem* implica várias *condições* porque a vida é dinâmica e mutável. E, portanto, vive-se em movimento, e nesta circulação penso que não podemos estar *condicionados* a qualquer substantivação categórica, porque a *condição* ou as *condições* *passam* por tudo o que *passamos* nesta *passagem*. E, nesta *minha passagem*, sinto muitas *condições* que ultrapassam o Território. Se é verdade que sinto *condições* físicas, sinto as *minhas condições* que me levam a uma *condição* de incerteza categórica porque:

«Ao contrário da natureza finita de um início ou de um final, o trajeto em direção ao destino pretendido, seja ele um lugar ou uma condição, implica um movimento persistente e contínuo. Este movimento cria uma condição de fluxo permanente que combina a percepção do tempo e do espaço, independentemente do seu ritmo e direção. O resultado é um estado de transição sucessiva.» (Schulz-Dornburg, 2002)

No entanto, agora e aqui, é neste Arquipélago que tenho a *minha casa* e que encontrei uma *outra família*: a *minha* Equipa. Mais uma vez, uma outra e recente *condição* na *minha* atual vida. Trabalhamos num *movimento persistente e contínuo* para a construção de um equipamento cultural e artístico singular num Território de Todos, num Espaço para

Todos e num Tempo de Todos. Comigo levarei sempre o privilégio desta *condição*.

Vivo nesta ilha um momento extraordinário e único porque sinto todos os dias desafios, confrontos e experiências novas.

Perco-me no meu olhar. Registo esta *passagem* há 18 meses. Observo as *Vistas* e

«[...] a palavra “vista” indica essa singularidade, esse ponto focal, como um momento particular no seio de uma representação complexa do mundo, uma espécie de atlas topográfico.» (Krauss, 2002).

Gosto da nossa Época. Hoje, com a dinâmica global, a independência intelectual, cultural e política é uma existência incontornável da vida contemporânea. Estamos perante uma Época onde as *vontades*, *necessidades* e *exigências* se demarcam de olhares ligados a obrigatoriedades interpretativas.

Vejo-me e revejo-me nesta Época, particularmente no que respeita à liberdade de pensamento, à procura de um sentido mais *igualitário* para todo e qualquer homem através da disseminação da cultura e do conhecimento, e à procura de uma paz universal.

Perante tudo o que escrevi neste texto, continuo a perguntar-me se terei a *condição* de *ilhéu* ou apenas a *condição* de um *Ser* que vive um dos momentos da sua vida, até porque sinto que:

«Os acontecimentos decisivos na vida de uma pessoa amadurecem com o tempo, logo, muito lentamente. Não têm uma verdadeira trama. Vive-se... e nisso reside a trama dos factos mais importantes da nossa vida.» (Márai, 2008).

## Bibliografia

- BACHELARD, G. (2008). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes. ISBN: 9788533624191.
- BOTTON, A. (2010). *A Arte de Viajar* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-2670-3.
- GOETHE, J. W. (1999). *As Afinidades Electivas*. Lisboa: Relógio D'Água. ISBN: 972-708-524-5.
- HEIDDEGER, M. (1991). *Tempo e Ser. Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural.
- KRAUSS, R. (2002). *O Fotográfico – por una teoria dos desplazamientos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. ISBN: 9788425218910.



- MÁRAI, S. (2008). *A Mulher Certa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-3919-2.
- MORATÓ, C. (2004). *Memórias de África: cem anos de mulheres viajantes e exploradoras do continente africano*. Algés: Gótica. ISBN: 972-792-134-5.
- SCHULZ-DORNBURG, J. (2002). *Arte e Arquitectura: novas afinidades*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. ISBN: 9788425219061.



MEIO MICAELENSE, MEIO  
TERCEIRENSE, AÇORIANO  
DE BERÇO, DE MINHA RAIZ  
PORTUGUÊS, QUE OUTRA  
COISA NÃO SOU...<sup>1</sup>

GERMANO DE SOUSA

Mais do que um lugar «de onde», os Açores  
foram-me sempre um lugar «onde».

(Onésimo Teotónio de Almeida in

*Minima azorica. O meu mundo é deste reino*)

Quando se nasce açoriano, ou desde pequeno se foi adoptado pelos Açores e aí se cresceu e viveu até à idade adulta, açoriano se fica toda a vida, mesmo quando, no disperso mundo da diáspora, se não regressa ao centro desse mundo, à ilha, ao arquipélago, tantas vezes quanto a nossa identidade o reclama. É um sentimento de pertença a um mundo que, português embora, é vivenciado de forma diferente do restante mundo português, vivência essa que é o substrato da nossa condição de açorianos. Esse sentir, essa marca indelével, esse estado de alma que Nemésio cunhou como açorianidade, esse «orgulho feito de singularidade e solidão que levava Antero a chamar aos portugueses da metrópole os seus «quáasi patrícios» essa «espécie de embriaguez do isolamento», esse «apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; – e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar»<sup>2</sup> condiciona-nos e caracteriza-nos como açorianos.

Quem, como eu nasceu na Vila do Nordeste, a «décima ilha», com a cidade distante quase 5 horas de camionete do Caetano Raposo Pereira,

---

Desenho: S. Miguel, Vila de Nordeste.

<sup>1</sup> «Pastiche» homenageando o poeta e ensaísta açoriano já desaparecido, Pedro da Silveira. Do seu poema «Capitão Francisco Augusto»: «...Capitão Francisco Augusto, meio / Do Reino de Portugal; açoriano de berço, / De sua raiz, flamengo; / comandante de navios, / que outra coisa ele não era...»

<sup>2</sup> NEMÉSIO, V. *Açorianidade*. In: Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas. Ponta Delgada. Signo, 1989.

sabe bem o que é a sensação de isolamento e solidão própria da condição de açoriano. Nem ilha em frente havia. Quando muito tínhamos atrás, a Ilha de Sta. Maria visível da Tronqueira. De resto só a companhia do mar. Esse mar que separava os amigos e famílias como a minha, espalhada por Sta. Maria, S. Miguel, Terceira e Flores e que só o Terra Alta, o Santo Amaro, os Iates do Parece e os navios da Insulana, com os seus marítimos vagares, uniam (agora substituídos pela rápida SATA). Esse mar que nos fazia estar «preso na Ilha e condenado à prisão perpétua dos seus encantos»<sup>3</sup>. Estivéssemos no Nordeste, no Pátio da Alfândega em Angra, em Santa Cruz das Flores ou da Graciosa, no Topo ou em Vila Nova do Corvo, o mar era o nosso cerco mas também a matéria de que se fazem os sonhos. Esse mar que desde quatrocentos molda as gentes do nosso arquipélago e os faz homens e mulheres de antes quebrar que torcer e nos foi sempre e simultaneamente prisão e infinito..., pois, como escreveu José Enes: «no meio do mar imenso que fascina... o açoriano, na consciencialização do isolamento, sucumbe a uma forte melancolia, uma espécie de saudades por longes nunca vistos, e cai no devaneio.»<sup>4</sup>

É também da condição de açoriano habituar-se desde a mais tenra idade à instabilidade das suas ilhas, aos vulcões e aos frequentes abalos de terra, tentar disso fazer «normalidade» para esconder e esconjurar o medo e resistir mesmo quando são demolidores terramotos. Como aconteceu no da Horta e cinquenta anos depois no de Angra, reconstruídas na íntegra para que nada alterasse a memória colectiva das cidades. Essa «normalidade» aprende-se desde o berço. A minha recordação mais antiga, isto é, a primeira imagem que guardo na memória é ver-me ao colo de minha mãe, ao lado de meu pai e meus avós, todos na rua olhando para uma casa com uma racha na parede. O chão tinha pedaços de calça e algumas telhas no chão. Mais tarde minha mãe explicou-me que tinha sido um abalo de terra muito forte e que a casa era a dos meus avós. Tinha então dois anos e alguns meses. Claro que não ficou por aí a minha aprendizagem. Na 3.<sup>a</sup> classe por um triz que não era apanhado pelo esboroar de uma parede da minha velha escola primária na Vila do Nordeste. Para não falar claro nos inúmeros abalos de terra, de fraca intensidade que durante os anos de meninice e adolescência nos iam habituando à ideia de que faziam parte do nosso quotidiano, da nossa vida normal e aos quais pouco queríamos

<sup>3</sup> AGUIAR, C. *Raiz comovida*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: editorial caminho, 1987.

<sup>4</sup> ENES, J. «A açorianidade de Roberto Mesquita». In: Almeida, Onésimo Teotónio (org). *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura. 1983.

ligar. Coisa que os continentais não entendiam e os faziam duvidar da nossa sanidade mental. Andava eu no 7.º ano do Liceu de Angra situado então no velho Convento de S. Francisco quando, num dia de ensaio do que seria a récita dos finalistas, a terra tremeu valentemente. Terminado o abalo continuámos a ensaiar como se nada fora. Por dentro o medo, por fora a bravata, a resistência. A assistir ao ensaio estava o chefe da secretaria do Liceu, o Sr. Lança, lisboeta recém-chegado que aterrorizado se atirou para debaixo de uma mesa e aí ficou até bem para além do fim do tremor saindo depois a correr, mais branco do que a cal das paredes. No outro dia soubemos que pedira ao reitor para ser transferido com urgência para qualquer lugar do continente. Razão: «Não era pelos abalos de terra. Acima de tudo porque não entendia os açorianos! Um perigosíssimo tremor de terra e eles ficam na mesma!! Era como se não fosse nada com eles!! São loucos!! São loucos!!»

Teve sorte o Sr. Lança. Se tem chegado uns três anos antes, fugia a nado da ilha quando em fins de Setembro de 1957 o dia se pôs escuro e uma fina fuligem começou a cair cobrindo de negro os homens e as coisas. Era o despontar do Vulcão dos Capelinhos. O que, não levantou muito pânico. Antes curiosidade. E assim poucos dias depois, em excursão científica seguíamos, raparigas e rapazes do meu Liceu, no Iate Sto. Amaro, direitinhos ao Faial a ver ao vivo o inesquecível nascimento de um vulcão. Pânico porquê? Não é da nossa condição de açorianos o viver em vulcões mais ou menos adormecidos? Não estavam nas ilhas as fumarolas, as caldeiras e as furnas do enxofre para no-lo lembrar? A interiorização desta teluridade faz parte e é um das peças da açorianidade. Como escreveu Nemésio:

«Estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar»<sup>5</sup>.

Porém, na construção da identidade e do sentimento de açorianidade, pesa também e muito a História. Que faz parte da nossa memória, do nosso orgulho, do nosso inconsciente colectivo, determina a nossa identi-

---

<sup>5</sup> NEMÉSIO, V. *Açorianidade*. In: *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*. Ponta Delgada. Signo, 1989.

dade e molda também a condição de açoriano. Não por ser mais presente porque mais curta, mas por ter sido exemplo e estímulo para a pátria original. Foi o aclamar de D. António I como Rei de Portugal e a resistência heróica durante cerca de dois anos e meio contra os espanhóis de Filipe II de Castela, aceite pacificamente pelos Continentais. Foi o esteio e apoio às arrancadas liberais contra o absolutista D. Miguel. Participações fundamentais para o devir da história pátria mas pouco lembrados e sem o relevo devido nos actuais manuais escolares nacionais. Mas que o castelo de S. João Baptista, com as suas seteiras viradas contra a cidade, o obelisco da Memória e os títulos que foram outorgados a Angra e à Praia: Mui Nobre Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroísmo e Mui Notável Cidade da Praia da Vitória, não deixam os açorianos esquecer. Como não esquecem a resposta de Cipião de Figueiredo a Filipe II «... As couzas que padecem os moradores desse afligido reyno, bastarão para vos enganar que os que estão fora desse pezado jugo, querirão antes morrer livres, que em paz sujeitos» agora divisa da nossa Região. Porém, quando andava na escola primária na Vila do Nordeste e no Liceu em Angra nada constava nos manuais escolares, escritos e impressos no Continente, sobre a História das Ilhas ou sobre a Geografia dos Açores. Sabíamos de cor os cognomes de todos Reis portugueses (excepto D. António I de Portugal que ficava esquecido) e debitávamos de rajada o nome de todos os rios do continente, respectivos afluentes e efluentes, mas exceptuando os Nordestenses, ninguém saberia, por exemplo, onde raio ficava a Ribeira do Guilherme tal como, exceptuando os corvinos ninguém sonhava sequer com a existência da Ribeira da Lapa. Claro que nem uma nem outra tinham importância, mas que importância tinham para nós o Rio Caima ou o Rio Sul, afluentes do Vouga?! Acresce que, ao contrário, os portugueses do Continente nada sabiam sobre os Açores. Pouco tempo depois de ter chegado a Coimbra, um colega ao saber que eu era açoriano logo me perguntou se eu conhecia Fulano de Tal que morava no Funchal... Respondi-lhe que não. Que vivia do outro lado da ponte que unia o Funchal a Ponta Delgada... e o pior foi que ele nem deu pela ironia.

Não fossem alguns professores açorianos que extraprograma nos falavam sobre alguns aspectos mais fundamentais da História dos Açores (ouvir a descrição da batalha da Salga, contada ao pormenor e exuberância pelo Dr. Corte-Real era melhor que ir às «fitas» na Recreio dos Artistas) e muitos de nós nunca saberíamos quem fora Cipião de Figueiredo. Não fossem esses professores e não fosse, no meu caso, a *Pátria Açoreana* e o *Breviário Açoreano*. Da autoria, entre muitas outras obras, do tercei-

rense Gervásio Lima que fora o Director da Biblioteca Municipal de Angra, estes dois livros honravam as estantes de várias famílias da alta, média e pequena burguesia açoriana. Na *Pátria Açoreana*, ilustrado com gravuras representando cidades e vilas, paisagens, tipos e costumes das nove ilhas dos Açores, eram recordados todos os açorianos ilustres que, desde a descoberta do arquipélago até ao primeiro quartel do século XX, se tinham notabilizado nas várias áreas da actividade humana. No *Breviário Açoreano*, um diário histórico, cada uma das 366 páginas era consagrada a um facto histórico, ocupando os 366 dias dum ano bissexto. Ambos serão hoje velharias bibliográficas (que mereciam reedição) mas para mim e por certo para muitos outros foram importantes para alimentar o orgulho de ser açoriano. E sem orgulho na nossa História comum não haveria identidade açoriana que resistisse ou açorianidade que se sentisse.

Claro que a década de 30 do século passado já vai longe e felizmente muitos outros ilustríssimos açorianos se vão acrescentando à lista de referências que gostamos de citar quando é preciso mostrar os nossos pergaminhos açóricos. Destes, muitos se notabilizaram na cultura em geral e na literatura açoriana que, queiram alguns ou não, felizmente existe e é pujante, não deixando por esse facto de ser portuguesa e que quando é boa é universal. Com todos eles aprendemos, reaprendemos e reforçamos a nossa identidade açoriana, compreendemos melhor a nossa condição de açorianos e sentimos mais profundamente a nossa açorianidade. Quental, Nemésio, Roberto de Mesquita, Natália Correia, Cortes Rodrigues, Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Emanuel Felix, Mário Fraião, Álamo de Oliveira, Vasco Pereira da Costa, Onésimo Teotónio de Almeida, Dias de Melo, João de Melo, Cristovão de Aguiar, Daniel de Sá, Fernando Aires, Álamo de Oliveira, José de Almeida Pavão, Adelaide de Freitas, Martins Garcia, Santos Barros, Carlos Enes, Joel Neto, Luis Ribeiro, Ruy Galvão de Carvalho, José Enes, Machado Pires, Vamberto de Freitas e muitos mais, na poesia, na prosa e como ensaístas, foram e são para mim muitas dessas referências. E, antes que alguns escritores açorianos se zanguem porque acham que esse rótulo é redutor ou alguns críticos me acusem de nacionalismo bacoco refugio-me em Mestre Onésimo, mestre de cultura e mestre de açorianidade que, melhor do que ninguém na *Minima Azorica. O meu mundo é deste reino*<sup>6</sup> e no ensaio *Em busca de clarificação do conceito*

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, O. T. *Minima Azorica. O meu mundo é deste reino*. Lages do Pico. Companhia das Ilhas, 2014.

*de identidade cultural – o caso açoriano como cobaia*<sup>7</sup> pôs o assunto em pratos limpos e resolveu de vez esta questão.

«Sair da Ilha é a pior maneira de ficar nela» escreveu Daniel de Sá<sup>8</sup> e quem partiu para a diáspora sabe-o bem. Empurrados pela busca de uma vida melhor os açorianos de todas as ilhas emigram desde o século XVIII. Nestas rochas da Macaronésia a vida foi dura e difícil muitas vezes. Demasiadas vezes! Somos um povo de emigrantes. Poucos de nós não tem um parente mais ou menos chegado, mais ou menos distante no Brasil, nos Estados Unidos, nas Bermudas ou no Canadá e muitos de nós foram e são emigrantes nesses países. A emigração faz parte do código genético açoriano e marcou a sua maneira de ser, a sua condição de ilhéu e a sua cultura. Desde a contaminação da linguagem popular (os alvarozes, a pana, a suera, o monim, etc.) até aos temas das nossas canções populares que tomaram a saudade dos que partem como tema: «Ó meu bem se tu te fores / como dizem que te vais / deixa-me o teu nome escrito / numa pedrinha do cais», da Terceira e «A saudade é um luto / Uma dor uma aflicção / É um cortinado roxo / Que me cobre o coração», de S. Miguel. Ou o «São Macaio», canção originária da Terceira, que alude a um naufrágio de um navio chamado S. Macário que levava emigrantes dos Açores para o Brasil: «S. Macaio, S. Macaio deu à costa / Ai deu à costa nos baixos do Maranhão». Tal como acontece com os «Bravos», também da Terceira que, na minha interpretação, contém uma referência clara à emigração para os Estados Unidos, «the land of the free and the home of the brave»<sup>9</sup>: «Eu fui à Terra do Bravo, eu fui à Terra do Bravo / Bravo meu bem, para ver se embravecia». Ou como, dando asas aos sonhos se cantava em S. Miguel a riqueza que a emigração traria: «Inda não fui ao Brasil / Já me chamam Brasileiro / Que fará quando eu vier / Cheio de muito dinheiro» «Eu inda não fui à América / Já me chamam americano / Que fará quando eu vier / Co'as minhas botas de cano».

Quando chegado à terra de emigração o coração e a alma do açoriano, continua nos Açores. Sentimento muitas vezes transmitido à segunda geração. «Todos estão aqui, mas continuam nesse tempo da Ilha. Trouxeram-na, mantêm-na intacta dentro de si»<sup>10</sup> escrevia João de Melo. As suas comunidades são uma réplica do viver de cada ilha, transplantado para

<sup>7</sup> ALMEIDA, O. T. «Em busca de clarificação do conceito de identidade cultural – o caso açoriano como cobaia». In *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*. Ponta Delgada, 1995.

<sup>8</sup> SÁ, D. *Ilha Grande Fechada*. Lisboa, Edições Salamandra. 1992.

<sup>9</sup> KEY, F. S. *The Star spangled banner*. National Anthem of the United States. 1814.

<sup>10</sup> MELO, J. *Gente Feliz com Lágrimas*. Lisboa. Publicações D. Quixote. 1988.

o país de destino, em especial quando nesse país não se fala português como é o caso dos Estados Unidos ou do Canadá. Estar ou viver nas suas comunidades é também estar ou viver nos Açores. Pode verificar essa vivência. Graças a sugestão amiga do Professor Onésimo Teotónio de Almeida<sup>11</sup> tive a alegria de, em Novembro de 2008, ter sido convidado pela comunidade de emigrantes de origem Nordestense, a visitá-los na Nova Inglaterra região onde, em relação ao resto dos Estados Unidos, percentualmente mais se fixam. Com regularidade homenageiam filhos da Vila natal, que por boas razões se tenham destacado em qualquer área. Nesse ano coube-me a mim essa honra, o que me permitiu conhecer mais de perto não apenas os Nordestenses mas a comunidade dos açorianos que para aí emigraram, i.e. a L(USA)landia como tão bem a crismou Onésimo Almeida<sup>12</sup>. Verifiquei *in loco* que, em boa verdade, essa comunidade nunca saiu dos Açores, mesmo que os nomes gravados nas igrejas de madeira de New Bedford (a Betefete dos baleeiros açorianos), afirmem o contrário e testemunhem que aí estão desde a década de trinta do século XIX. Essa comunidade que, através das diversas Irmandades do Senhor Espírito Santo (The Holy Ghost Societies) mantém intocado, nas diversas cidades da Nova Inglaterra, o culto do Paráclito, com procissões anuais, «funções», bodo de carne e bodo de pão, recreando assim o casulo original. Ou, como acontece em Fall River, com 50% da sua população nascida ou descendente de açorianos, na sua maioria micalenses, em que uma reprodução fidelíssima das Portas da Cidade de Ponta Delgada reforça a sua açorianidade, relembra a sua condição de ilhéus e mitiga a saudade da Ilha-mãe. Como escreveu Álamo de Oliveira: «Quando se nasce numa ilha, é como se a gente nunca saísse da barriga da mãe.»<sup>13</sup>

Também nos filhos e netos de açorianos emigrados, a açorianidade não desaparece. Exemplo disso é a poetisa brasileira Cecília Meireles. Nascida poucos anos após a chegada da mãe ao Brasil, vinda de S. Miguel foi por morte precoce dos pais educada pela avó, Jacinta Garcia Benevides

---

<sup>11</sup> O Professor Doutor Onésimo Teotónio de Almeida, Catedrático na Brown University é Mestre de açorianidade. Intelectual português do maior prestígio sabe, como ninguém, usar a ironia para lutar contra os moínhos da estupidez e da pernosticidade. Vide, p.e., o seu livro *Despenteando Parágrafos* no qual, sempre com um pronunciado sorriso, descasca nos despautérios dos post-modernistas. Sendo como eu bi-ilhéu (S. Miguel e Terceira) e muito me honrando com a sua amizade, tem a suprema virtude da generosidade intelectual e a fantástica qualidade de conseguir aproximar as margens do Atlântico fazendo dele um Rio (*Onésimo dixit*).

<sup>12</sup> ALMEIDA, O. T. *Da Vida Quotidiana na L(USA)lândia*. Coimbra. Atlântida Editora, 1975.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, A. *Já não gosto de chocolates*. Lisboa, Edições Salamandra. 1999.



também emigrante, natural da Fajã de Cima. Considera sua a Ilha de São Miguel. «Apenas uma vez visitei a minha Ilha... porém, é totalmente minha, por um direito mais decisivo e profundo que o das fórmulas jurídicas.»<sup>14</sup> Sob o nome de Ilha do Nanja surge em poemas, como «Pastoral V»:

*Na Ilha que eu amo,  
na Ilha do Nanja, que eu tenho no meio do Atlântico,  
há veredas de hortênsias,  
lagos de duas cores,  
nascentes de água fria, morna e quente.  
Doce Ilha que foi de laranjas  
E hoje é de ananases!*

*Robustos homens, que devem ser meus parentes,  
levam seus carros de vime  
pela tarde de chuva e sol,  
de vento e névoa,  
porque a Ilha tem todos os tempos em cada instante.*

*Por uns caminhos chamados canadas,  
os homens de carapuça olham a tarde,  
como quem não sabe se amanhã está vivo.*

*Porque a Ilha está pousada em fogo,  
cercada de oceano,  
e seu limite mais firme é o inconstante céu.*

*E os homens detêm-se a ouvir vozes de vulcões,  
vazes de sereias,  
vazes da lua,  
na Ilha do Nanja.*

*Na Ilha que eu amo,  
na Ilha que eu tenho no meio do Atlântico,  
todos são muito pobres,  
mas já nem pensam nisso.*

<sup>14</sup> MEIRELLES, C. «A Ilha de Nanja». In: *Ilusões do mundo*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1982.

*As mulheres tecem panos,  
enrolam novelos,  
enquanto os maridos estão lutando com as chamas  
dos fornos onde cozinhavam sua louça,  
ou tangendo ao longo dos muros  
carros e carros de solidão,  
com cestos e cestos de silêncio.*

Mesmo quando se partiu para mais perto, para a diáspora do Portugal Continental, fica-se com a ilha, com as ilhas (no meu caso, S. Miguel e Terceira), com os Açores entranhados até aos ossos. Inconscientemente sentimo-nos estranhos, estrangeiros. Quase diria que nos falta o ar pátrio, que nos falta a nossa «mátria» original e no entanto objectivamente sabemos que estamos no nosso País, que somos portugueses e que temos os mesmos direitos que os minhotos, os lisboetas ou os alentejanos. Pelo menos actualmente! Porque nos tempos do consulado salazarista éramos, para as autoridades do Estado Novo, cidadãos de segunda. Sempre que chegávamos, no Carvalho Araújo ou no Lima, ao Cais da Rocha, éramos tratados como se viéssemos de qualquer país estrangeiro. Só podíamos desembarcar com autorização do PIDE de serviço que, depois de mirar e remirar cuidadosamente o nosso Bilhete de Identidade, verificava ainda se constávamos da lista de embarque dos passageiros e só depois nos autorizava o desembarque. Não fosse um de nós clandestino ou perigoso opositor do regime. Imagine-se como nos sentíamos! E, como se isso não bastasse, tínhamos depois que ir à Alfandega mostrar o conteúdo das nossas magras bagagens de estudantes, onde a Guarda Fiscal nos confiscava e se locupletava com o pacote de cigarros Alto Mar, Danilos ou Fama, que alguns de nós levávamos para prolongar mais algum tempo o nosso gosto pelo tabaco da Fábrica de Tabaco Estrela ou da Fábrica de Tabaco Micalense. O que era coisa proibida pois a Tabaqueira estava protegida pela lei salazarista do condicionamento industrial e o nosso pacote de 10 maços era uma agressão aos superiores interesses daquela sociedade que detinha o monopólio da fabricação e venda de cigarros no Continente português. Claro que não eram apenas os açorianos a receber este tratamento. Os Madeirenses, os Cabo-verdianos, e as gentes das restantes *soit disant* províncias ultramarinas eram tratados da mesma sorte. Fosse como fosse a verdade é que essa discriminação marcava também a nossa condição de ilhéu.

Quando pela primeira vez entrevíamos a metrópole, subindo o Tejo num dos pacotes da Insulana ou, a partir de 1971, sobrevoando-a num

avião da TAP, Lisboa, branca e luminosa maravilhava-nos. Vindos dos pacatíssimos burgos das nossas ilhas, a excitação da descoberta dos encantos diurnos e nocturnos da cidade fazia nos primeiros dias adormecer a sempre presente saudade dos Açores. Passados porém os dias de encantamento depressa nos juntávamos a outros açorianos. Os que ficavam na capital frequentavam a Casa dos Açores, então na Rua Castilho, depois na Rua Cecílio de Sousa e por fim, desde 1970, na Rua dos Navegantes à Lapa. Era a sua maneira de continuar nos Açores. Como bem nota uma das personagens femininas de José de Almeida Pavão no seu livro *Além da Ilha*<sup>15</sup>: «E estou a ver que ambos temos um ponto em comum: o de vivermos desinseridos do ambiente da Capital, não é assim? Eu, que já aqui vivo há cerca de um ano e meio, sinto-me cada vez mais presa à minha Ilha. Transporte-i-a comigo e tenho-a aqui dentro».

Aqueles que como eu não ficavam na Capital e rumavam a Coimbra, à Universidade, iam quase sempre para casas e pensões em que predominassem estudantes açorianos. Não havia Casa dos Açores em Coimbra. Mas havia a Real República Corsários das Ilhas, onde vivi os anos de estudante e que desde a sua criação foi sempre um centro afectivo de muita da comunidade estudantil açoriana que ali se sentia regressar aos Açores. Não que nos isolássemos da restante academia. Bem pelo contrário! Fomos dirigentes de várias estruturas estudantis. Participámos intensamente nas lutas estudantis contra o régimen. O que me valeu ser proibido pela PIDE de fazer o internato geral e de ser professor assistente na Faculdade de Medicina. Os Açores porém eram sempre o pano de fundo do nosso teatro do mundo. Só que nos anos sessenta ficavam longe. As viagens de avião eram caras e demoradas as viagens por mar. Cerca de cinco dias para a ida e outros cinco no regresso tornavam impossível pretender lá ir. Ficávamos em Coimbra no Natal e na Páscoa e nesses períodos em especial mais a saudade se agigantava entre nós. Para a mitigar cantávamos as canções que o povo das nossas ilhas sempre cantou. Em especial as mais nostálgicas. Tal como e à imagem do que, pouco tempo antes, fizera Machado Soares com o *Meu Bem* (a que chamou Canção Açoriana) e antes dele Edmundo Bettencourt com a *Saudade* (a que chamou *Saudadinha*), resolvemos transformar as toadas populares açorianas em baladas de Coimbra mediante ligeiras adaptações. Assim, eu e o Antero Dias com a voz, o Alberto Borges da Rosa com a viola e o Duarte Braz com a voz e viola, formámos um grupo de Baladas Açorianas que ficou conhecido. O nosso repertório era extenso e chegámos a gravar dois 45 rpm. Que

---

<sup>15</sup> PAVÃO, J. A. *Além da ilha*. Ponta Delgada.

depressa se esgotaram em especial pela procura que dos mesmos houve em Coimbra e no arquipélago. Aliás o Zeca Afonso e o Adriano, visitantes habituais da nossa República aprenderam connosco as canções populares dos Açores que depois gravaram, como aliás o primeiro refere no livro que publicou com as letras das suas cantigas. Chegadas as férias grandes, partíamos para casa e por vezes no pacote em que seguíamos tínhamos a inesperada companhia do Professor Vitorino Nemésio. Inesperada mas muito apreciada companhia pois durante aqueles longos dias a bordo muito aprendemos com ele, em especial sobre as nossas ilhas, a nossa cultura e a nossa condição de ilhéus.

Muitos anos passaram e os Açores, graças às viagens aéreas diárias da TAP, SATA e agora das companhias *low cost* ficaram mais perto do Continente. Quase ali ao dobrar da esquina. O mesmo acontecendo com os Estados Unidos. A viagem entre Ponta Delgada e Boston dura cinco horas e quarenta e cinco minutos, uma hora a mais do que o tempo que os Nordestenses levavam para, de camionete, chegar a Ponta Delgada. Por sua vez a SATA doméstica tornou mais próximas as nove ilhas. Terão estas circunstâncias alterado o nosso sentimento de açorianidade, a nossa condição de ilhéus? Direi firmemente que não porque como bem reflectiu o meu amigo e colega do liceu de Angra António Machado Pires, açorianidade é «a ilha em que se nasceu, a infância que se teve, fique-se ou não na ilha de origem. É uma ‘alma’ que se transporta toda a vida».<sup>16</sup>

Assim penso e sinto também. Todos os anos volto aos Açores. Em especial à Terceira e a S. Miguel onde, no Nordeste, me refúgio e descanso na casa dos meus antepassados, onde nasci e que agora é minha. Cada vez sou mais açoriano e ao afirmar a a minha açorianidade, a minha condição de ilhéu direi com Mateus Dulmo – «ai daquele que rejeita as palhas onde se deitou!»<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> PIRES, António M. B. Machado. *Páginas sobre Açorianidade*, Ponta Delgada. Letras Lavadas. 2013.

<sup>17</sup> NEMÉSIO, V. *Mau Tempo no Canal*. Lisboa. Livraria Bertrand. 1944.





## A MINHA CONDIÇÃO DE ILHÉU

JOÃO DE MELO

1. Nesse tempo, ainda não se sabia quase nada acerca do mundo. A vida era apenas uma ideia baça, tangida à superfície áspera das coisas, e eu via-a através de uma cortina diáfana (cor de cinza, como devia ser o fundo dos oceanos), orientando-me à flor da realidade mais pelo ouvido e pelo tacto do que pelo sempre abreviado sentido do olhar na infância. Apesar de estar ali tão perto – entranhado no ouvido e quase ao alcance da mão – eu ainda não tinha ido conhecer o mar. Nem a vila do Nordeste, sede do concelho, nem a cidade de Ponta Delgada (que ficava a pouco mais de dez léguas de um caminho batido a cascalho de bagacina e a ossadas pedregosas), nem as freguesias, ao lado da minha, que se perfilavam ao cimo da falésia, à sombra das torres das suas igrejas (cujas fachadas se postavam de frente para a gloriosa cidade de Jerusalém); e tão-pouco os verdes enevoados montes das terras a que então chamavam «mato do povo» – de cima dos quais se via mar e mar de um lado e do outro da ilha.

Eram rasos os ventos marítimos que vinham da América, e húmidos os campos de milho, beterraba e tabaco. Solenes e sinistras, grandes aves de arribação, de hábitos nocturnos (os «cagarros» que nidificavam nas rochas) atravessavam a escuridão do céu dos Açores chorando por cima das casas, enquanto nós, crianças cismadas, tentávamos dormir com os seus grasnidos de cólera no ouvido. Diziam-nos as avós que com essas vozes plangentes das aves se misturava o pranto dos bebés mortos antes de serem baptizados, indo a caminho do Limbo, que diziam ser a estação infinita das almas. Não devendo penar injustamente no Purgatório nem no fogo eterno do Inferno, também não podiam aspirar ao bosque deleitoso do Paraíso. E porque não? Ora, porque não eram nem cristãos perfeitos, nem pecadores confessos e contumazes, pois não lhes fora administrado

o sacramento do batismo, que os pudera ter redimido do pecado original e levado à doce e serena presença de Deus.

Quanto aos aviões, esses passavam alto de mais, lá muito acima do nosso mundo de animais terráqueos e com os pés grudados ao chão. Viajavam mais perto de Deus do que de nós, filhos dos homens. Os seus corpos de peixes metálicos, entrando e saindo de entre as nuvens carregadas de chuva, extinguíam-se no limite extremo do olhar, como um ponto final na última página de um livro.

Por sua vez, os navios não iam além de miniaturas recortadas na cartolina branca do mar que a luz do Sol fixamente iluminava sobre a linha do horizonte, imóveis, sem rumo à vista – e perdidos (acreditava eu) nos imponderáveis e líquidos caminhos das suas viagens à volta do mundo.

De sorte que (como esquecê-lo?) o grande dia da minha infância aconteceu quando pude enfim descer ao fundo da falésia e ir conhecer o mar de perto. Primeiro, fiquei ali de pé, extasiado perante aquela imensa planície de água que se erguia e enrolava ao largo; que depois movia o carro das suas sete ondas-rodas e vinha por fim desabar a meus pés, por entre o calhau rolado da costa vulcânica. Sentei-me na sua frente, chamei-o baixinho, uma, duas, três vezes, mar, mar, mar, e logo ele, cão ingênuo e faminto, me veio comer às mãos. Além de plano, cheirava mais a partida do que a chegada e lavava os meus olhos extasiados com o sal de palavras que me eram mais ou menos desconhecidas: *adeus, saudade, despedida, regresso, Lisboa, Brasil, Venezuela, Canadá, América, América, América...* Bastava puxar os fios do mar (ele possuía-os à superfície da água, boiando ao sabor das correntes e das ondas) e desejar um navio, uma cidade, um país ideal, um simples lugar de achamento num dos antigos continentes que nos haviam largado a meio do Atlântico, entre a Europa e a América. Puxando os fios do mar, podia acontecer que surgisse a tal ilha emersa no meio de uma utopia, ou um deus montado no seu carro de nuvens douradas à luz sangrenta do crepúsculo, um cavalo a galope sobre a espuma de um perfeito sonho de largada, ou outra qualquer personificação do desejo de viajar ao encontro do mundo.

Também não se sabia, nesse tempo, o que era um vulcão – de onde vinha, de que funestos poderes ele se armava para nos fustigar. As desgraças maiores de então chegavam à frente dos devastadores ciclones, ou vinham com as chuvas de noventa e nove dias consecutivos, com os sismos que abriam fendas nas empenas das casas e no chão dos caminhos, ou no rol de umas esquisitas doenças, ditas estrangeiras, cujos nomes não cabiam na língua que então falávamos. Esses males, porém, existiam para que os esconjurasse o poder divino dos grandes remédios. Às vezes,

íamos de procissão, Rua Direita acima e abaixo, com a *Salvé-Rainha* nos suspiros e nas vozes da alma, rezando, pedindo misericórdia e perdão à Padroeira, experimentando a sinceridade do arrependimento. E logo ali cessavam os sismos e os temporais, e amainavam as vagas e os ventos americanos, tudo isso por obra e graça da Nossa Senhora do Rosário. Por conseguinte, voltava a ser permitido pecar por pensamentos, obras e omissões, e ir ao confessor na semana da Páscoa, ajoelhar humildemente a seus pés, fazer o acto de contrição com ar compungido e contar com a absolvição do nosso confessor a troco de umas penitências leves, quase irrisórias. E assim era a felicidade.

Um dia, chegou a notícia do vulcão dos Capelinhos, na longínqua ilha do Faial. Abismados, perguntámo-nos que estranha coisa seria essa de saírem jactos de fogo e lava cor de púrpura das profundezas do mar e do ventre da terra, cuja calda deslizava montanha abaixo, submergindo casas e ruas, matando os campos, as pessoas, os animais, sem que a nada e a ninguém valesse o Senhor Deus Todo Poderoso das catequistas, das avós religiosas e frias, dos sermões irados na missa de domingo pela voz do padre Correia, da verdade absoluta da Fé em todas as evidências da nossa idade.

Não houve quem nos soubesse ou quisesse responder. Tornou-se-nos claro que existem lugares, tempos e pessoas junto dos quais e de quem nada adianta formular perguntas. Numa ilha dos Açores, um vulcão pode abrir uma porta de saída da terra para o mar, e abrir uma outra de regresso à origem do mundo e da vida. Foi isso que naquele tempo nos aconteceu.

Como tínhamos nós, exilados, esquecidos entre três continentes (a Europa, a África e a América), ido nascer aos Açores? Por que motivo falávamos uma língua que datava do tempo das naus de África, da Índia, do Brasil e da América que amiúde aportavam à aguada das ilhas, ou a socorrer-se contra a investida do corso, da pirataria magrebina, das furiosas tormentas, dos naufrágios de Sepúlveda, das histórias trágico-marítimas coligidas pelo frade Bernardo Gomes de Brito ou escritas por um insigne e estupendo mentiroso, num tempo em que a ficção ainda não existia entre nós – Fernão Mendes Pinto, o autor de *Peregrinação*? De novo, pouco ou nada adiantava fazer perguntas. Os bichos da terra não podem esperar respostas sensatas à impostura dos seus próprios verbos interrogativos. Recorrem à imaginação explicativa do ser, põem de parte a chamada lógica natural, só crêem no bom propósito do que mais e melhor lhes convém.

Existem teorias para tudo neste mundo. Por exemplo, acerca da largada dos primeiros tios solteiros para o Brasil e a Venezuela, à procura das terras do fogo, das minas, da riqueza fácil e impetuosa. Ou acerca dos



outros tios que iniciaram a demanda dos distantes países do frio, onde então a neve se chamava «sinó», os comboios «treines» e a cerveja «bia». Chegavam a lugares e nomes como Québec, Toronto, Kitimat, Boston, New Bedford ou Fall River, doentes, exaustos de tanta guerra com a água salgada, de tanto enjoo do cheiro a resina e a óleo quente dos barcos, tanta tormenta de mar levantado pelos ventos. Mas depois mandavam cartas com um dólar dentro, dobrado no meio de papelinhos cor de tabaco, para não serem detectados à luz pelos olhos ávidos dos carteiros. Eram cartas com lágrimas e erros de ortografia, que nos davam a saber que o mundo, ao contrário do que nos tinham ensinado na escola, não era nada redondo, nem oval, nem curvo sequer, e sim plano, horizontal, contínuo, parado a céu aberto, sem princípio nem fim. À medida que sobre elas se caminhava, as águas abriam-se à passagem dos viajantes, como outrora ocorrera ao profeta Moisés no Mar Vermelho; o céu movia-se por cima das suas cabeças e o horizonte deslocava-se para diante, indo sempre à frente dos passos perdidos desses aventureiros do mar. Ninguém inventara, ainda, uma forma de regresso a casa. Sair da ilha significava ir a direito: passar a cancela do quintal, fechar o caminho atrás das costas e singrar à tona da água, como singram as garrafas lançadas na corrente, levando lá dentro uma mensagem de amor ou um pedido de socorro, até que de novo aparecesse terra à vista.

Não vos pareça excessiva nem absurda a minha hipótese – mas esse não foi o movimento de partida dos Açores para o mundo de fora; tratou-se apenas de um reencontro com a morada universal de todos os viajantes que já não recordam um lugar de origem, nem sabem onde começa o seu ponto de chegada à outra margem do Atlântico. Como explicá-lo, aliás? Íamos de regresso aos continentes de onde havíamos sido expulsos antes de termos nascido; de regresso a tudo e a nada, de novo nas voltas do mar e do tempo, subindo de um século para o século seguinte, em ascensão para o alto e também para dentro de nós. Regressávamos a Coimbra e a Lisboa, onde tínhamos deixado os livros de estudo, a conspiração política e o amor das mulheres; íamos de volta à Europa e das suas velhas catedrais góticas, para nelas conhecer a vontade de Deus a nosso respeito; às Áfricas, como herdeiros dos que morreram às mãos da terra; à América única e numerosa como a mulher amada do poeta Ruy Belo; aos sonhos de pai e mãe, à ideia de que devia haver em nós uma ânsia de humanidade igual ao sangue da grande família universal. Mas, repito, como explicar os Açores enquanto lugar de partida para o seio do mundo, se afinal, ainda agora e sempre, nos limitamos a ir longe buscá-lo e nada mais queremos do que tomar o mundo nas mãos, sustentá-lo, tomar-lhe o

peso, o mecanismo, a razão – e envolvê-lo no nosso sonho de regresso à casa do ser e da Ilha?

\*

2. Não se trata de mero exercício da imaginação. Nem de retórica literária. O caso é que eu vivi os meus 500 anos do Nordeste. Nos seus hábitos e costumes herdados dos antepassados. Na língua portuguesa do século XVI que se falava na minha infância. Uma língua trazida do mar pelos povoadores da Ilha e do Nordeste. Vivi-os na etnografia e no uso prático dos instrumentos de trabalho: o sacho, a enxó, o arado árabe, a grade de aplanar a terra lavrada, o rodado, as sapatas, as ferragens, os fueiros e a sebe do carro de bois. Esses anos, vivi-os entre uma pobre gente implantada ao cimo das falésias nordestinas, tendo ali erguido casas, ruas e igrejas como fortalezas contra corsários, piratas e outros bichos da terra que porventura aportassem à foz das ribeiras, para ali procederem à aguada de naus e navios que iam ou voltavam das terras do Oriente.

Conheci as últimas casas de palha da Achadinha. E muitas outras (quase todas) com chão de terra batida. A pedra das paredes à mostra. As arribanas com as suas reses presas à manjedoura. Os sótãos escuros que tanto me assustavam. Os cafuões e as tulhas cheias de milho e feijão. Andei, dez anos, com os pés descalços, como andavam os homens e as outras crianças. Sofri as minhas topadas nas pedras soltas e nos caminhos de cascalho: as unhas dos pés sangravam, destroçadas e dolorosas, e depois curavam-se com redes de «paranhos», teias de aranha (nunca soube como nem porquê). Subi vezes sem conta aos baldios do Mato do Povo, bem no alto da ilha, que o senhor Salazar mandou, mais tarde, esmoitar e pôr de renda a quem até então (no início do Verão) ali largava as suas vacas, cabras e ovelhas, sobre chãs, bardos e outeiros. Regressavam de lá (no fim do Outono) gordas, descabeladas e sobretudo prenhas.

Conheci os férreos trens de cozinha. As trempes e peneiras. Os talhões de barro. Os alguidares de Santa Maria. E a engorda e a matança do porco. E a venda do peixe (chicharro e sardinha) ao cento para a salgadeira, tal como os torresmos e a carne de caçoila. Eu muita sopa de fervedouro comi. E inhame frito ou cozido, que até dava fastio. E muita fatia de pão de milho barrada com banha de porco, com outro tanto de feijão preto assado em forno de lenha. E caldos de carne de porco mal chamuscado, cujos pêlos se viam à transparência do couro cozido e da gordura do toucinho. Meu Deus, como éramos pobres, famintos, esquecidos e solitários; e como nos acusava o padre Correia, nas suas homílias dos domingos, de termos pecado tanto; e como, por vezes, parecíamos avaros e mesquinhos

para com os nossos vizinhos, maus nas contas e nas heranças e obscuros no quotidiano.

Houve sempre, ao longo destes históricos anos, dois movimentos opostos nos Açores: poucos vinham de fora para ali ficarem; muitos outros, que tinham filhos, sonhos e outras paisagens no olhar, iam-se para sempre e nem olhavam para trás. Emigravam dia após dia, saindo de manhã bem cedo, em demanda de países com nomes tão estranhos para mim que até pareciam inexistentes: Brasil, Venezuela, Argentina, Canadá, Estados Unidos – num movimento de partida que ameaçava despovoar os Açores. Depois chegavam cartas que falavam do «sinó», dos carros de fogo chamados «comboios», de uma língua estrangeira que só se falava lá longe, nas terras planas desse fim do mundo. As cartas cheiravam à América, traziam dentro notas de uma «dola», com muita dor de alma, saudade de tudo e de todos, alguns erros de ortografia. Eram, pois, o tempo e a história a passar por nós. Sentia-os em fuga dos meus sentidos.

Um dia, também eu me enamorei do destino e da viagem. No espaço de cinco dias e quatro noites, levaram-me da mais rural freguesia do Nordeste para a maior cidade portuguesa – Lisboa, aquela a que vim a chamar, anos depois, a «cidade dos domingos». Onde a minha memória açoriana se tornou também nítida como um girassol.

Confesso o orgulho de ter escrito livros com verdades que mentem e mentiras que dizem a verdade acerca destes 500 anos do meu Nordeste. Sou um homem de esquerda (fui-o desde menino, na Achadinha e no continente, sei muito bem aquilo de que falo), e considero-me um escritor que pretendeu olhar a sua «décima ilha» à luz de uma solidão universal, da condição humana, da existência única do Homem em toda a parte do mundo. Com essa escrita de protesto, sonhei outra realidade, uma utopia cultural e democrática para a terra que amei e amo à minha maneira, e como ninguém. Porque aconteceu o milagre da justiça e do progresso em volta das palavras que escrevi sobre a gente e a paisagem. O Nordeste, que já não é a décima ilha dos Açores, deixou de ser também o icebergue verdejante e florido, creio que excessivamente rural, ainda postado no limite extremo de São Miguel. Tornou-se num lugar igual a qualquer outro em todo o planeta. A pobreza de hoje já não é uma ferida no olhar, como outrora aconteceu. Rasgaram-se caminhos por cima das antigas veredas onde se cruzavam, de manhã e à vez da tarde, duas camionetas azuis entre Ponta Delgada e o Nordeste, nos dois sentidos. Agora, há o tempo veloz e a estrada segura entre a cidade e a vila. E há a paisagem toda una na ilha a que pertencemos e nos pertence a nós.

Volto à minha terra da ilha sempre que posso: as novas cidades deixaram de ser os sítios longínquos e impossíveis do meu tempo, do meu mundo de criança. A liberdade de agora chama-se palavra, progresso, democracia, respeito pela diferença e pela opinião. Falta, porém, ouvir a voz dos que nunca a tiveram, acerca da ordem do mundo. Mais do que nunca, as paisagens e as pessoas são livres e mais belas do que antes; e limpas e desanuviadas sobre a linha do horizonte que está para além do mar branco, o mar eterno dos Açores e do meu coração.

\*

3. Quinhentos anos de ilha é muito tempo. São milhões de vidas passadas, dezenas de gerações de homens e mulheres, histórias inúmeras que ficaram por contar. Só é possível imaginar uma pequena parte dessas memórias, individuais e familiares, tão carregadas de sonhos, alegrias, aventuras e sofrimentos à distância. Nunca seremos capazes de as reviver e reconstituir na pessoa e na circunstância de quem na realidade fez do Nordeste a sua morada ou o seu ponto de partida para o mundo. Não pareceria normal, a um nordestense como eu, ter desta terra uma visão apenas exterior, fora do sentimento e das vivências que aqui me aconteceram na infância e na juventude. Se me limitasse a esse olhar distante do Nordeste de ontem e de hoje, não teria sido um escritor, mas sim um notário ou um escrivão de usos e costumes históricos e familiares; ou um porta-voz das ciências humanas, não um criador de palavras e histórias.

Deixem que vos diga: a Literatura tem mais poder visual e de observação ao penetrar na realidade quotidiana dos homens, do que toda a demais linguagem antropológica. Escrever ficção exige formas de saber e conhecimento que estão para além de tudo o que possa ser ensinado; requer alma, sentimentos, experiência de vida – e sobretudo a capacidade de transformar o real concreto no imaginário de uma linguagem que seja, ao mesmo tempo, de um lugar e de todos os lugares da terra, de um tempo determinado e de todos os tempos humanos. Todos nós temos direito, ainda que sendo apenas «gente insular», a uma dimensão de universalidade entre outros povos cuja vida decorra no meio ou nos confins do mar. A Literatura, tanto na narrativa como na poesia, ocupa-se da voz, das carências, dos direitos, da mundialização da condição do Homem como género dos homens. Essa condição não é diferente, não muda de conceito só por se referir especificamente a pessoas dos Açores, da China ou da Dinamarca. Pelo contrário, ela explica e aprofunda o estudo dos modos materiais da vida, dos hábitos e costumes de cada povo e das questões identitárias.

Ao propor-me escrever livros de ficção partindo da vida social dos Açores para a do país continental, e desta para o mundo em que vivo, não tive senão duas opções a tomar. Ou bem que me refugiava no chamado «regionalismo literário», usando o português vernáculo das ilhas e cingindo-me ao quotidiano local e às formas de ser e pensar da nossa gente – ou então desprezava a realidade humana dos Açorianos e submetia-me à norma literária do centro e do nosso modo cultural, limitando-me, assim, a ser um escritor de Lisboa, para quem tudo o mais era paisagem.

É sabido que a ideia de portugalidade reside muito mais na diversidade regional que nos caracteriza do que numa qualquer norma nacional que pretenda confundir-se com uma definição de identidade. Também é certo que o cerne da geografia insular e a expressão da insularidade, só por si, não determinam a existência de um imaginário distinto ou até oposto ao do continente. Disse, e muito bem, o grande açoriano Vitorino Nemésio que a geografia vale tanto como a história, no nosso caso. Falava ele de «açorianidade», cujo termo inventou. Eu falo de outra evidência, e muito mais vasta: em matéria de literatura autêntica, uma ilha pode valer por um continente inteiro, da mesma forma que um continente pode ser apenas uma ilha literária, ainda que grande e complexa como a Austrália. Quanto mais certa for a identificação de uma realidade local, maiores possibilidades tem o escritor de a ver projectada sobre outras paragens do mundo, bem mais amplas do que o meio a que se refere. O debate entre o regional e o universal está sempre na ordem do dia, entre nós, como aliás não poderia deixar de ser. Miguel Torga definiu o universal como *o local sem paredes*. Vem esta definição mais ao meu encontro do que a de Nemésio. Porque é esse, para mim, o secreto desafio e o único milagre da criação literária e artística.

Nessa medida, o meu Nordeste continua a ser para mim um lugar ao mesmo tempo real e simbólico, com importância para mim igual à do mundo inteiro. Considero-o a minha aldeia, a minha cidade literária, o meu mundo que não é deste reino, o meu reino que é deste mundo. Pode ser proposto à consciência do nosso tempo. Basta que a escrita dê expressão aos sonhos, anseios, trabalhos e dias da existência de quem aqui vive ou viveu e se foi embora.

No meu caso, havia uma dificuldade prática a ultrapassar. Sabia que, para alguns poderes culturais do nosso país, só contava para o cânone da Literatura Portuguesa o que se escrevia nas cidades ou sobre elas; tudo o mais eram «regionalismos». Nunca me conformei com tal conceito, que de certo modo diminuía, se não anulasse mesmo, o imaginário insular face ao domínio absoluto de Lisboa sobre o culto do país. Não aceitando

eu essa regionalização literária, nem um tratamento à margem da sua cultura, tentei impor a Ilha como tema e como voz intrínseca da Literatura Portuguesa. O propósito da dominação urbana sobre a ruralidade é típico do centralismo português (incluindo o cultural e o literário). Mas nem o Portugal histórico se resume a Lisboa, nem a capital possui qualquer monopólio expressivo acerca das nossas regiões.

Quis fazer do Nordeste e das ilhas o princípio de um país, no tempo que nele me cabe viver. Nos meus livros mais «açorianos», a Achadinha da infância permanece ela mesma, isto é, no concreto da sua única realidade, como uma qualquer terra portuguesa – com a diferença de tentar projectar para mais longe de si mesma e de simbolizar, na mente do leitor, aquilo que ele possa ter vivido ou sonhado na sua aldeia da infância. Chamei-lhe Rozário para que tivesse um nome masculino e maior conotação com Portugal. As histórias que sobre a ilha escrevi, muitas delas herdadas da voz do meu pai e da minha avó paterna, ou fruto da memória e do trabalho da minha imaginação, pretendem convertê-la no tal lugar de todo o mundo que, umas vezes, tem foros e carácter de cidade sem nome, outras de um país que importava referir e compreender na sua plenitude. Além de impor a ilha como tema, mote e território literário, em pé de igualdade com as geografias, imaginários e continentais, pretendi lançar um olhar açoriano sobre um país cheio de passado, que era também como um rio a desaguar no tempo presente.

O meu Nordeste viaja comigo pelas sete partidas portuguesas: é um mito e um eterno retorno. Possivelmente, menti-o e exagerei-o nas suas reais dimensões. A insularidade do ficcionista atravessa o oceano de cá para lá e regressa à origem perfeita do homem e do escritor. Exagerei, sem dúvida, quando a queda de um avião no Pico da Vara, a 27 de Outubro de 1949 (tinha eu oito meses de idade, nessa história narrada pelo meu pai), se transformou, num dos meus livros, em motim e recontro entre vivos e mortos que se roubam e se maltratam; menti ao substituir o desembarque das tropas liberais no sítio do Pesqueiro, na Achadinha (a 1 de Agosto de 1831), pela chegada de uns *marines* loiros, os Americanos, que vieram ao Nordeste para impedir que ali se fizesse um golpe de Estado (querendo com isso simbolizar o fim desejado do Salazarismo e a libertação democrática do 25 de Abril); exagerei, ainda, quando transformei um pobre curador de vacas e outros animais, que então vivia na freguesia da Salga, em médico milagreiro e afamado das paragens nordestinas; e, sem dúvida, menti ao espalhar pela ilha fora a figura bíblica de João-Lázaro, primeiro como mendigo (inspirando-me num pobre tolo chamado José Andrade que percorria a Rua Direita a pedir esmola, não aceitando nunca dinheiro

branco, que para ele não tinha valor, mas só moedas pretas, serrilhas e tostões); depois, fiz com que se transformasse num ser divino e prodigioso, com o seu quê de profético; e, finalmente, num revolucionário à imagem e semelhança de Cristo ou do guerrilheiro político-libertário «Che» Guevara – sendo então preso e levado num dos submarinos americanos, após o embarcarem no tal Pesqueiro da freguesia inventada do Rozário. Não sou um mentiroso, juro-o; sou apenas um ficcionista, um escritor da imaginação. E um pobre homem da Achadinha, como diria Eça de Queirós da sua Póvoa de Varzim.

Contudo, não creio que tenha exagerado nem mentido no resto: nas histórias furiosas em que denunciei o isolamento e o abandono do Nordeste à sua sorte, durante os anos e séculos da sua existência; na denúncia das agruras e sofrimentos da minha geração de pés descalços, sempre mal alimentada, sem amor, sem festas de aniversário, sem prendas de Natal; nas narrativas sobre as famílias em geral numerosas, como a minha, que entre si multiplicavam a pobreza, enquanto os ricos dividiam as suas riquezas casando-se por conveniência e em negócios de família. Os exemplos seriam infinitos, paralelamente à feroz realidade do desamparo, do mau viver geral das pessoas, dos dramas sem nome da emigração, da injustiça social, do poder dos pequenos e médios tiranos: os políticos de então, alguns dos clérigos de outrora, uns quantos professores cruéis que nos vergastavam pelos erros no ditado ou nas contas com decimais, os ricos mais egoístas, os ladrões do povo. Livros furiosos, dizia, porque denunciaram os erros e os vícios, os pecados históricos da colonização e da guerra colonial em África, tal como acusam agora a mentira europeia da União e do euro, a nova pobreza lusitana, o ódio cego aos velhos reformados e o desprezo pelos jovens portugueses que, ao que parece, perderam o futuro no seu país.

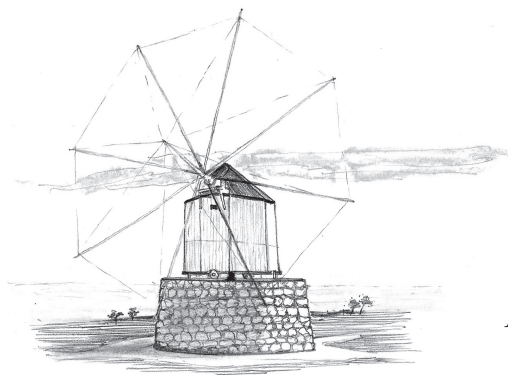
Se tivesse de pedir perdão a alguém por tais exageros, só aceitaria fazê-los perante os homens e as mulheres nordestenses destes 500 anos que povoam e explicam o universo da minha ficção. Que me sirva de desculpa, para tal ousadia, ter querido elevar ao alto, à ordem do planeta dos homens e dos povos, o coração dos Açores e dos Açorianos. Sendo embora suspeito estar eu aqui a dizê-lo, a minha alegria e os meus troféus foram e são os meus queridos leitores; aqueles que disseram ou escreveram que o Nordeste dos meus livros existiu ou existe de norte a sul de Portugal, como dentro e fora das ilhas deste mundo, noutros países europeus, nos cinco continentes da Terra e no tempo que nos é dado viver. Se nada disto for verdade, mas apenas uma outra das minhas ficções, peço, com toda a humildade do meu coração, aos nordestenses do

presente e do passado, e aos demais insulares dos tão queridos e amados Açores, licença para continuar a sonhar. O meu sonho pertence-me, aqui ou noutras paragens. Façamos de conta que um futuro começa agora nesse sonho e nunca mais acabará.

O futuro nordestino está dentro de si mesmo: na alma e nas casas dos que amam a vida, a terra, a democracia e as liberdades de Abril, a Autonomia, o municipalismo, a cultura popular e erudita, o povo, a paisagem, este mar de ida e regresso à nossa casa do ser. Carregadas de futuro, as mãos têm consciência dos direitos que lhes pertencem. «Com elas», escreveu o poeta, «tudo se faz e se desfaz». Oxalá as vossas sejam mãos exigentes e altivas para com o trabalho e a obra dos eleitos. Nunca permitais que sejam mãos solitárias, mas antes solidárias. Os nordestenses moram em terras com portas e varandas sobre o mar. Mas vivem também nos dois lados do Atlântico: nas Américas e no continente europeu dos que emigraram. Somos muitos e muitos milhares, se somarmos todas as margens a que o destino nos conduziu. Precisamos de entranhar a consciência da nossa multiplicidade. De ouvir as vozes que se nos anunciam ao longe. De fazer com que uma terra tão bela como a nossa, mas que outrora foi madrasta para tantos homens, mulheres e crianças, chame a si o progresso social e o regresso dos ausentes, a alegria do reencontro, o bem-estar dos que optaram por ficar – e o amor que a todos nós, habitando a ilha ou estando presentes nela para lá do horizonte, nos une para sempre à insularidade e ao Nordeste.







## A MINHA ALDEIA É UMA ILHA

JOÃO PRATES

Nasci aos sete meses com quilo e meio de peso numa época de muito frio em Vale de Açor, uma pequena aldeia do Alto Alentejo. Nessa altura sem electricidade, salvei-me pelo amor dos meus pais e, em boa verdade, com a ajuda de saco de água quente. Com total gratidão à vida, tive uma infância deslumbrada pelos encantos da natureza e pela amplitude cósmica de um infinito céu.

A povoação mais próxima, a vila de Ponte de Sor, distava sete quilómetros e Torre das Vargens, um pouco mais. Para chegar à seguinte, Chança, já era necessário percorrer quinze quilómetros. A minha aldeia era, e é, o meu mundo primordial de referência. Aí fiz a quarta classe e, excetuando umas esparsas saídas – ao médico, à Feira da Ponte e pouco mais –, foi a minha ilha nesse período.

Do ano, dois acontecimentos, felizmente ainda ativos, se destacavam: as Flores, na invernal noite de Reis e as festas solares no primeiro fim-de-semana de Maio, em honra da Nossa Senhora dos Prazeres. A festa envolvia toda a aldeia que era percorrida em procissão, iniciada às doze horas de domingo, com a participação da Banda Filarmónica convidada. De seguida, seguia em romaria até à ermida da santa padroeira, isolada em pleno campo a três quilómetros a pé, outrora pertença da determinante Ordem de Avis.

A aldeia teria cerca de mil habitantes; a todos eu identificava visualmente e a maioria pelo nome próprio ou pela alcunha. Para melhor compreensão do sentido colectivo de proximidade humana reinante em Vale de Açor, devo descrever melhor o que são as Flores.

Na véspera do dia de Reis, os mancebos que completaram 18 anos, percorrem durante toda a noite cada rua da aldeia. Celebram uma tradição

que conjuga as janelas, enquanto rito masculino de passagem, com o labor feminino do recorte de papel.

Um adiantado grupo de mancebos vai colocando em cada porta, janela ou outra parte da casa, uma imagem alusiva às crianças aí existentes ou ao próprio morador. Servem-se de um catálogo de papéis, recortados por mão feminina, que apresenta motivos diversos. Flores em vasos para as raparigas, bonecos para os rapazes. Emblemas, caçadores, pescadores, garrações ou outros para os adultos. No local selecionado, previamente humedecido, o motivo recortado é aí colocado, usando gesso em pó lançado manualmente, até cobrir a totalidade do papel. Retira-se a forma recortada, deixando o seu desenho viver pelo contraste do fundo com o branco do gesso.

De acordo com o nome ou alguma virtude particular do morador, um mancebo do grupo mais atrasado, improvisa uma quadra e canta a música das Flores, ao toque do acordeão. O refrão é repetido por todos, segundo uma melodia que é a mesma ao longo dos anos. No dia seguinte, Dia de Reis, a aldeia é percorrida de novo pelos mancebos, agora para efetuarem um peditério solidário, a festejar as suas sortes e os desígnios da sua maioria.

Numa época de estações do ano bem marcadas, fui apreendendo os ciclos naturais e a sua pertinência ancestral, os sons da natureza rural e os seus silêncios, intuindo uma noção de Tempo que a fase adulta me foi fazendo esquecer. Recordo um lugar propício a questões similares às do Homem primevo: um misto de fascínio e dúvida face ao incomensurável infinitamente grande e ao detalhe mais precioso. Um olhar em aberto: no mar de estrelas cintilantes que o verão alentejano nos pode dar; na flor da miosótis, na pele de um lagarto ou nas penas do abelharuco.

Um verdadeiro contraponto ao atual predomínio de um modelo de vivência urbana, potenciado por uma crescente expansão demográfica junto das grandes cidades, que tem afastado o ser humano do seu enraizamento antropológico com a natureza. Habita um planeta tecnológico mas entrópico, ativo mas voraz, global mas ilusório; incerto e, por vezes, inconveniente para viver. E, ainda assim, sempre prodigiosamente deslumbrante.

Visitei por primeira vez Porto Santo no final dos anos 80 na companhia do amigo Pedro, madeirense e atualmente meu compadre. Ali encontrei uma memória transformadora que me remeteu para a infância, difícil de descrever em palavras por estas não alcançarem o essencial. Fui despertado por um conjunto de alegres crianças, presumivelmente brincando à roda, a entoarem uma cantiga, para mim desconhecida e

que não consegui decifrar. Exceção para o refrão que dizia «E batemos palmas...», para o concluírem com três uníssonos de palmas. Naquela ilha e àquela hora matinal, não havia ruído de fundo, tal como na minha aldeia nos idos 60. E revivi, naquele coro infantil, uma inexplicável felicidade, a plenitude de uma memória antiga do silêncio. Uma vibração para lá dos quase imperceptíveis sons naturais, geneticamente assimilados: o vento, um chilrear, a voz de insectos, o coaxar das rãs, um cão a ladrar, o movimento de uma carroça, um fresco «bom dia» ou um longínquo e nubloso apito de comboio.

Já com a família, Filomena, Inês e Martim e amigos, viria a passar parte das férias durante oito anos consecutivos nesta ilha de silêncios de Porto Santo, que Vicente Jorge Silva quase imortalizou em filme homónimo. Um processo de eterno retorno, revigorante e retemperador, um retiro de regresso, não à minha aldeia, mas ao Tempo primordial da minha aldeia.

Com estranheza senti-me na casa primeira. Ali e em outras ilhas que viria a visitar: Açores, Madeira, Lanzarote, Menorca ou Cabo Verde. Foram estes sentimentos, de bem-estar, familiaridade e alegria interior, que me fizeram refletir e melhor entender a aldeia onde nasci enquanto ilha, outorgando-me, naturalmente, um carácter insular.

E foi em Porto Santo que a relação com o lugar foi potenciada e a experiência do meu carácter afirmada. O encontro anual com o livreiro que fazia na Vila Baleira, sozinho, a feira do livro de qualidade; logo, o grato sabor e prazer dados pela literatura e pela poesia; a singularidade fenomenológica do ato de fotografar; a atenção aguçada exigida pela prática do desenho; o encanto da fusão no mar do azul com o verde; o mistério da cor no ouro da areia; os passeios crepusculares; as partilhas cantadas e o diálogo de violas; o estreitar de afectos e a conquista de novos amigos. Na ilha projetei muitos dos livros visuais que, enquanto J. Rosa G., tenho feito. Ali foram concebidos, *Desenhar com Grão* (1995) onde efetuei desenhos com a ponta dos dedos na beira da praia para, minutos depois de registados, serem levados pelas águas do oceano Atlântico. *Amar Omar* (1997), uma homenagem ao espírito português que, pelo mar, nos levou a tão vastas descobertas. *Um Instante no Mundo* (1999), livro de fotografia mental, simbólico dos diferentes fusos horários, enaltecendo os pequenos gestos do que está a acontecer por todo mundo em cada instante que passa. E, em plena praia e por longo período, fui recortando com uma tesoura mínima, dezenas de moldes idênticos aos usados na tradição antes citada para efetuar o livro *Flores* (2000).

Em Porto Santo fiz também os meus próprios postais de correio, pintados, desenhados ou com colagens que, com muito prazer e alegria, fui

remetendo a amigos<sup>1</sup>. De alguns deles registei o seu conteúdo que, agora, melhor me ajuda a compreender esse Tempo, admirável mas já passado e esse espírito maravilhoso de insularidade:

**Ao Artur:**

Não leve a mal deste postal não levar envelope: os carteiros já só tocam uma vez – apressada, e com a mesma pressa, já não leem.

É isso que nos traz a esta ilha: não ter pressa e poder ler. Ler nas nuvens, ler na areia, ler o som do mar, ler o entardecer.

É esta a nossa escrita, da viagem que há sete anos repetimos como destino: Porto Santo.

Iremos aguentar mais um ano mas... ligados à ilha.

**Ao Manuel:**

E o que é que a ilha tem?

Tem segredos?

Sete viagens.

Tem silêncios?

Sete mergulhos.

Tem azuis?

Sete cervejas.

Viva a Ilha!

**Ao Carlos:**

Buscamos na ilha o princípio das coisas:

Não ter sono e dormir.

Não ter fome e comer.

Não ter sede e beber.

Beber cerveja fresca ao entardecer

Junto ao rebrantar das ondas.

Com simples tremoços.

Buscamos a ilha.

**Para o Victor:**

É este o nosso momento de repouso.

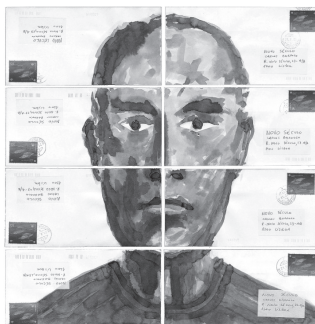
O Tempo caminha mais devagar,

Enquanto saboreamos a vida e seus silêncios.

Muito Mar e muito Sol.

Iluminamos os gestos que compartimos.

<sup>1</sup> *A formação de um rosto*. Pintura sobre 8 envelopes enviados de Porto Santo a Carlos Barroco, 1998.



Viajo normalmente acompanhado de um pequeno caderno. Anoto comentários, contactos, projetos. Um outro lugar insular marcante foi Cabo Verde onde estive, por motivos profissionais, nas ilhas de Santiago e de São Vicente. Lugares para o coração que originaram este escrito:

### **Ilhéus**

#### **Espera**

Tenho o olhar por dentro do mar.  
Imóvel, espero partir.  
Espero chegar.

#### **Trança**

Míndelo. Trança no cabelo.  
E com perfil. Baía servil.  
Ruas nossas.  
Moças.  
Balanço. Encanto.

#### **Castanho**

Castanho de antanho.  
Agreste golpe.  
Bananeira.  
Torneira. Sem água.  
Mágoa.  
Morna. Coladera.  
Cavaquinho. Menininho.  
Futuro teu.  
Céu.

### **Cor**

Cor no corpo. Cor na morada.  
Funaná.  
Contrariar a adversidade.  
Amargura rebentada.  
E por nada.  
Partir à chegada.

### **Mulher**

Mulher que partes a pedra.  
Digna fonte do fazer.  
Não pedes, dás.  
Pé direto em solo rude.  
Consumes a juventude.  
Amamentando.

### **Morabeza**

O pouco que há é nosso.  
Benvindo a este lugar.  
Onde o fogo deu luz à terra.  
E a terra resiste ao mar.  
Nuvem parca de tristeza.  
Morabeza.

E retomo com um postal de Porto Santo para finalizar esta honrosa participação, onde procurei, a plena humildade, estabelecer similitudes que acercam a ilha, rodeada de mar, ao lugar da aldeia alto-alentejana rodeada de terra, ambas de escala muito humana e afectas a um Tempo primordial, só compreensível quando revivido.

### **Para o Tomás:**

Mais um ano. Mais um descanso.  
Descontraímos assim a vida para ela não nos contrair.  
Muito Sol. Muito Mar.  
Muitas palavras. Silêncio.  
Pela noite ouvem-se os grilos,

Já depois do Martim dormir.

Toca viola!

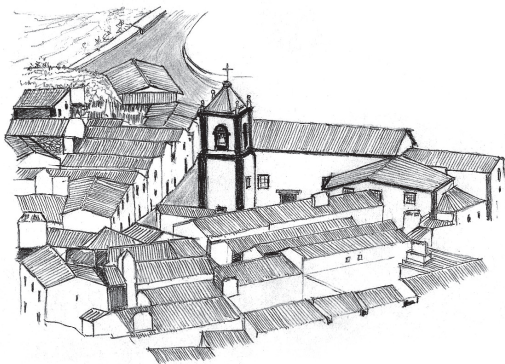
«Vou te contar,

Os olhos já não podem ver

Coisas que só o coração pode entender...

O resto é mar,

É tudo que eu não sei contar...»



## O QUE É ISTO DE SE SER ILHÉU?

JOÃO SARAMAGO  
JOSÉ BETTENCOURT GONÇALVES

### 0.

– «Vôvô, apanha o rio!» (Maria Leonor, com dois anos e meio)

Esta foi a frase que a minha neta pronunciou quando a levei, pela primeira vez, a visitar o rio Tejo perto do Cais do Sodré. Não tinha mais do que dois anos e meio. Ao ouvir o que ela me disse, senti-me transportado para 1971, ano em que vim para Lisboa a fim de continuar os meus estudos. Naquela altura, recém chegado à capital, senti, durante bastantes meses, a necessidade de me deslocar à Praça do Comércio ou a Cascais para poder preencher uma lacuna que eu sentia permanentemente: a falta do elemento aquático, ou seja, o mar.

É evidente que o seu pedido se prendia com o facto de eu lhe poder permitir molhar os pés ou de lhe apanhar alguns peixes – tainhas – que, naquela altura, nadavam à beira-rio e que ela nunca tinha visto. No entanto, apesar da realidade concreta daquele momento, perpassou por mim o mesmo sentimento que me tinha feito fazer várias «romarias» ao rio ou ao mar, aquando da minha chegada ao Continente.

Serve isto de introdução a um testemunho, a duas mãos, que pretende, de diferente modo, contribuir para o tema da presente obra: «a condição de ser ilhéu», enquanto indivíduo natural numa ilha.

Eu, enquanto corvino, acho perfeitamente aceitável que o sentimento de ser ilhéu seja diferente daquele que um terceirense, o outro subscritor deste testemunho, possa sentir.

No que me diz respeito, dada a minha carreira profissional de investigador em linguística, mais concretamente em dialectologia, posso falar, num primeiro momento, sobre o factor Língua: quando informava os meus



colegas de que era oriundo dos Açores, a resposta imediata dos meus interlocutores era «mas tu não falas à açoriana!». Fácil foi aperceber-me de quando eles se referiam à fala açoriana, se referiam ao dialecto micaelense que, pelas suas especificidades fonéticas, era tomado como elemento diferenciador entre os Açores e o Continente.

### 1.

– «Ali nascíamos, ali vivíamos – ali estávamos. E ‘estar’ é muito mais verbo para ser ilhéu do que ‘viver’» (Vitorino Nemésio)

Deixo de fora outras possíveis considerações dos continentais sobre o que é «ser açoriano» e passo para algumas reflexões pessoais sobre o que é o sentimento de ser ou sentir-se ilhéu.

Na minha perspectiva, talvez um pouco simplista, esse sentimento é percebido de modo mais «agudo» quando nos afastamos do nosso meio natural. Explicando: enquanto vivi na minha ilha nunca me senti um verdadeiro ilhéu, já que, para mim, aquele era o meu mundo e não havia nada com que compará-lo (isto independentemente duma perspectiva inter-ilhas). Vindo para o Continente, fácil (e doloroso) foi aperceber-me da diferença entre a realidade com que teria que passar a viver e aquela que tinha deixado para trás. Por estranho que possa parecer, foi o elemento aquático aquele de que mais falta senti. Na realidade, naquela altura, o mar era a única «estrada» inter-ilhas e a única hipótese de podermos sair (pelo menos nas ilhas mais pequenas). Chegado ao Continente, senti muito a falta dessa «estrada», não no sentido de possibilitar uma evasão, mas sim no aspecto em que ele fazia parte integrante do meu dia-a-dia na medida em que se podia navegá-lo, mergulhá-lo, sentir-lhe a força e, também, contemplá-lo.

Não será de difícil aceitação afirmar-se que o mar moldou, de certo modo, o meu sentimento de ilhéu. Isto, independentemente de ter vivido numa ilha que era, naquela altura, «tocada» uma vez por mês pelo «vapor» oriundo de Lisboa e que trazia as notícias (e as encomendas) dos familiares ausentes, sobretudo na América.

Não resisto a descrever, sucintamente, a chegada mensal do navio à ilha. O dia, conhecido pelo dia do «São Vapor», implicava duas movimentações diferentes da população em geral. (i) primeiramente, ia-se ao cais para ver quem chegava e quem partia (isto para além de se «controlar» os eventuais visitantes que aproveitavam a paragem do navio para visitar a ilha; de seguida, havia outra «romaria» à estação dos correios que, naquela altura, ficava distante da povoação, nas instalações do posto meteorológico. Isto, para se poder receber mais rápida e directamente a correspondência dos

familiares, em vez de se esperar pelo dia seguinte. As pessoas aglomeravam-se junto ao balcão do edifício e, depois de abertos os sacos postais, o chefe dos correios vinha para o exterior e anunciava, em alta voz, o destinatário de cada uma das cartas chegadas. Esses destinatários, se estivessem no local, respondiam «presente» ou, mais frequentemente «hei», e, de mão-em-mão, o envelope chegava ao destinatário. Se, por acaso, algum dos destinatários não estivesse presente, um vizinho encarregava-se de levar a sua correspondência. Imagino eu que o velho carteiro, o Jorge Café, ficasse muito satisfeito com esta distribuição *in loco*, pois teria muito menos trabalho no dia seguinte!...

## 2.

- «Ao longo da minha vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão. O meu, por exemplo, chama-se Açores [...]» (Onésimo Teotónio de Almeida)
- «L’archipel est aussi une belle idée pour habiter le monde» (Odile Gannier)

Passando para uma perspectiva mais abrangente de se ser e de se sentir ilhéu, acho que o mar também pode possibilitar uma apreensão do que é fazer parte integrante dum arquipélago. Remontando à sua etimologia primeira:

«Le terme d’archipel est attesté en effet depuis la Chronique de Morée. Malgré les apparences étymologiques, le mot ne vient pas du grec ancien, mais en grec byzantin, il a été utilisé pour désigner d’abord la mer principale (archi-pélagos): la mer Égée; cette mer étant parsemée de minuscules territoires, le terme a ensuite désigné un groupe d’îles. La Chronique de Morée propose ce mot en 1512, c’est-à-dire à l’époque où la géographie invente aussi le mot de ‘continent’, qui n’existait pas, pour parler de la ‘terre ferme’» (Odile Gannier).

Passando para uma visão mais actual e englobante desse mar «principal», que é uma das minhas paixões, não resisto a transcrever alguns passos dum poema:

O mar é tão imenso e transbordante  
 O mar é tão intenso  
 Na sua presença, no seu cheiro  
 [...]
 O mar é tão excessivo na sua transparência  
 O mar é tão líquido  
 No seu abraçar o mergulho.  
 (Tiago Rodrigues)

Isto para esclarecer que, antes de se poder comparar a sensação de nativo duma ilha relativamente a outro nativo continental, independentemente da sua relação pessoal com o mar, dever-se-á comparar, primeiramente, essa mesma sensação com as sensações das restantes ilhas e, sim, depois, de modo mais global, com as dos continentais portugueses ou, numa perspectiva mais abrangente, com as dos chegados (normalmente emigrantes) doutros continentes.

Penso que é este facto que, apesar de poder parecer estranho, me fez, na minha meninice, ter uma perspectiva «ao contrário» da minha ilha natal. Ela era, na realidade, a visão 'macro' do meu mundo. As restantes ilhas eram já uma percepção, de certo modo difusa, duma noção de insularidade, numa percepção mais geral. A noção de continental apenas era apreendida pela chegada dos poucos funcionários públicos, destacados para a ilha. E, finalmente, a noção de mundo chegava com o regresso ou a visita dos emigrantes americanos.

O mar também pode possibilitar, eventualmente, uma viagem através da história: Gaspar Frutuoso (1521-1591) escreveu as *Saudades da Terra*, história das nove ilhas açorianas. Porquê «Saudades»? Não terá sido a falta destas ilhas, enquanto esteve ausente, que terá estado na origem do título e na necessidade de contar a história destas nove ilhas? E frei Diogo das Chagas (1584-1661) no seu *Espelho cristalino em jardim de várias flores*; não será pertinente pensar que, enquanto florentino, o «espelho cristalino» seja o mar (o oceano) e o «jardim de várias flores» o conjunto das ilhas açorianas?

### 3.

– «O Corvo é um mundo» (Raul Brandão)

– «Como a ilha do Corvo se encontra longe do mundo!» (Virgínia de Castro Almeida)

Estas duas citações poderão parecer contraditórias mas, se bem analisadas, não o são, isto independentemente do tempo que cada um dos respectivos autores passou na ilha: Raul Brandão (1924), praticamente 15 dias e Virgínia Almeida (1934), umas horas, o tempo de escala do navio. O primeiro, refere-se à vida corvina numa perspectiva da vivência compartilhada com os seus habitantes; a segunda, numa perspectiva dum contacto pontual com os habitantes, nomeadamente nalguns pedidos para que fossem fotografados, a fim de poderem enviar fotografias para os seus familiares na América.

E, deste modo, existem dois «mundos» para uma mesma realidade efectiva: uma abordagem e percepção 'internas' (Raul Brandão) e uma abordagem e percepção 'externas' (Virgínia de Almeida).

Eu, enquanto corvino de origem, terei, necessariamente, de lidar com estas duas perspectivas.

Na realidade, a minha história pessoal assim o impõe: nasci em 1952 no Corvo que tem apenas como território vizinho as Flores. Nessa altura, os contactos com o exterior eram raros e dependentes do estado do mar, na altura em que o navio passava por lá. O outro contacto, mais frequente, era feito apenas com a ilha das Flores. É esta situação que pode permitir-me afirmar que, naquela altura, o meu mundo era a minha ilha. A noção de arquipélago era um pouco difusa, dado o pouco intercâmbio, humano e comercial, com as restantes ilhas. Naquela altura, o Corvo era praticamente autosuficiente, excepção feita para o petróleo (para a iluminação caseira), o açúcar e pouco mais. O conhecimento do mundo exterior fazia-se através de seis rádios individuais, à volta dos quais os adultos se juntavam sobretudo para ouvir as notícias à noite. Falta dizer que esses rádios, não existindo energia eléctrica, funcionavam com uma bateria, carregada por acção de um aero-dínamo existente no tecto das casas dos seus proprietários. Um outro contacto pontual fazia-se recorrendo aos serviços dos correios que comunicavam com o exterior via morse.

Para nós, crianças, o que sobrava? Apenas recriar, para além das brincadeiras da escola, o mundo «adulto» que nos cercava. Assim, ia-se para as poças da beira-mar «caçar» baleias: um barco, uma lancha em miniatura, com os respectivos apetrechos, e umas batatas doces, que faziam de baleias, e lá passávamos horas numa «épica» caça a este mamífero! Isto para a pesca... Passando para a agricultura, era um carro ou um arado puxados por uma junta de bois, que eram dois *sabugos*, e lá se conseguia transportar ou lavrar alguma coisinha!

Ao dizer isto, não é minha intenção criticar o que, entretanto, se verificou nas relações da ilha com o exterior. Basta recordar que, para se chegar à Terceira, eram precisos dois dias e meio e que, actualmente, se chega praticamente numa hora e meia. Isto com uma paragem no Faial.

Pegando, de novo, no fio da meada: naquela altura, acho que poderei afirmar que o mundo de cada indivíduo era formado pela sua ilha, pelo mar, pelo barco e pela ilha da frente. O(s) outro(s) mundo(s) eram ainda desconhecidos ou, então, apercebidos de um modo diluído. A ilha era uma realidade eminentemente «física»: habitávamo-la, trabalhávamo-la e percorríamos-la.

Ao seu lado, numa ligação física bastante «íntima», encontrava-se o mar. Mar esse que era o elemento mais instável, influente e polivalente que se possa imaginar: por vezes, tornava-se temível e, por outras, tornava-se amigo (isto com diferentes gradações). Quando era temível, impedia a saída para a pesca, impedia o serviço do navio e, conseqüentemente, a chegada das notícias do exterior. Mesmo na sua «malvadez» ele podia ser «amigável»: muitas coisas davam à costa. Ele era madeiras ou troncos de árvore, aproveitados nas casas; ele era garrafas de plástico e de vidro, que serviam para guardar líquidos; ele era cordas de nylon, utilizadas nos apetrechos agrícolas; ele era bolas de alumínio, das redes de pesca do alto, que se transformavam em panelas; ele era, nos maiores temporais, o peixe arremessado à costa, etc.. Naquela altura, utilizava-se a expressão «correr o calhau» para a actividade que muitos corvinos faziam com certa frequência: percorrer a costa, perto da povoação, para ver o que conseguiam recolher e aproveitar de tudo aquilo que a violência do mar tinha trazido até à terra firme. Quando era amigo, permitia a saída e chegada de embarcações para a ilha vizinha, a pesca costeira ou a pesca do alto, o banho das pessoas, etc. Foi tudo isto que, durante anos, constituiu o mundo real para muitos corvinos.

#### 4.

«Quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da ilha do Corvo, a mais pequena dos Açores, se isto não puder ser por qualquer motivo, ou mesmo por não querer o meu testamenteiro carregar com esta trabalhadeira, quero que o meu corpo seja sepultado na freguesia de Margem, pertencente ao Concelho de Gavião; são gentes agradecidas e boas, e gosto agora da ideia de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida.» (do testamento de Mouzinho da Silveira)

Talvez um pouco abusivamente, servi-me do desejo de Mouzinho da Silveira, o homem que elevou o Corvo à categoria de município em 1832, para finalizar este meu depoimento. Acho que nele se pode encontrar, na essência, aquilo que ambiciono para a transformação da minha ilha natal: ela, pelos seus próprios meios, terá que se encarar, de modo realista, quer como um território «físico», geograficamente bem delimitado, quer como lugar «imaginário» e «reinventado». Isto, para que consiga sair da «sonolência» em que se deixou cair ao longo destes últimos 30 anos. Gostaria muito de ter a esperança de voltar a ver o «meu» Corvo com a pujança interna que já possuiu e, também, agradecer a todos aqueles que por ele pugnaram.

## 5.

«O destino plantou-me aqui / e arrancou-me daqui. / E nunca mais as raízes / me seguraram em nenhuma terra» (Miguel Torga)

Expressar o que para mim é ser ilhéu pressupõe exprimir uma visão muito pessoal, visto não me sentir apetrechado dos instrumentos de análise que permitiriam uma visão objetiva, a de um sociólogo, antropólogo, etc. Logo, tudo o que diga se baseará sobretudo na minha introspeção.

Dois aspetos me parecem incontornáveis nesta viagem pelo mundo das minhas vivências, à procura do ilhéu. O primeiro é a constatação mais do que evidente, de que, em grande parte, cada ser humano é fruto do lugar onde nasceu e do tempo em que nasceu. Quando atingimos a maturidade para tomarmos o timão da nossa vida, já a matriz está formada, base de dados que condicionará, pela vida fora, o nosso pensar e sobretudo o nosso sentir.

Ao sentar-me a escrever esta deambulação, repeti um gesto habitual em mim, antes de me debruçar sobre qualquer assunto, que é ir a um dicionário verificar o conceito. Deformação profissional talvez, ou não saberei eu o que é uma condição de açoriano, que me acompanha desde que nasci! Bem, e claro que o MORAIS diz duas coisas evidentes: a *ilha* é ‘uma porção de terra rodeada de mar por todos os lados’ e *ilhéu* é ‘o habitante de uma ilha’, acrescentando, ‘especialmente do arquipélago dos Açores’. Portanto, no universo conceptual dos portugueses, quando se fala de ilhéus, segundo aquele dicionário, fala-se sobretudo de açorianos. Não é de somenos importância o mar rodear a ilha, já que povos de beira-mar há muitos. Mas ter-se nascido e crescido em Cascais, Faro ou Viana do Castelo, para dar o exemplo de três cidades costeiras, não é o mesmo que ter nascido numa terra cercada de mar. O que direi assenta neste pressuposto: ser açoriano. E também ter atravessado um tempo de vida já longo e não desprovido de vicissitudes.

Ser ilhéu é ter tido o mar como horizonte limite, olhar para ele como se olha para o céu ou para as montanhas, numa primeira fase, nem concebemos que ele pudesse não estar ali.

Dimas Simas Lopes, em *Na Rocha não passa*, apresenta de forma simultaneamente sintética e poética o que é ser ilhéu «A medida da ilha é o mar que se vê da ilha, tira-se a medida da ilha pelo mar que está à volta [...] o ilhéu tira as medidas às coisas a olhar para o mar...».

Vamos crescendo e, para nós, o mar vai ganhando a sua personalidade, vai deixando de ser apenas elemento do cenário, vamos tomando consciência do papel que ele pode desempenhar nas vidas. Lembro-me do

primeiro momento em que tive essa consciência. Imaginemos uma criança de seis anos. Tendo constatado que a sua liberdade era apenas a vontade dos seus pais, esperneou e submeteu-se por fim depois de um choro de dias. Na fase de apaziguamento, estava a mãe a costurar à beira-mar, na costa norte da Terceira e a criança com a cabeça deitada no seu regaço, de olhar perdido no mar. E vê dois navios que, na linha do horizonte, cruzavam o mar em sentidos opostos. E pergunta, «mãe para onde vão aqueles vapores?». E a resposta: «não sei, talvez um venha da América e o outro vá para lá, mas podem ir para outros lugares porque o mar vai a toda a parte». E ali lhe saiu uma frase que na sua cabeça de criança se desenhava com toda a clareza: «quando eu for grande hei-de ir a todos os lugares onde os vapores podem ir». Esta frase do miúdo deve ter impressionado pela força da convicção, porque à noite, já na cama, a criança ouviu que a mãe a conta ao pai, em voz baixa, não fosse o pequeno ouvir e julgar-se importante. A imagem daqueles dois vapores nunca lhe saiu da memória.

Num lugar muito próximo do cenário do episódio anterior, o mar mostrou-me outra face. Afinal não era apenas um caminho para os sonhos e para a liberdade. No início dos anos 50, num período de grande atividade sísmica, e de mar de uma *braveza* descomunal, as ondas haviam destruído um velho moinho nas Quatro Ribeiras, conhecido por *moinho do rolo*, e que se não fosse o facto de este moinho ter o aspecto duma fortificação, coberto por uma abóbada de pedra, semelhante em tudo a uma verdadeira fortaleza, não causaria estranheza ter sido levado pelas grandes vagas. Quando chegámos ao local onde antes havia o edifício, grupos das cantarias que constituíam as suas paredes e abóbada, permaneciam ligados, em bloco, cobertas pelas águas e atravancando uma poça onde antes se tomavam gostosos banhos. A partir dessa visão, o mar deixou de ser, para mim, só o caminho para o que eu não conhecia, para os lugares onde as pernas não me podiam levar e para a liberdade. Era também uma força enorme, logo uma opressão.

Foi rolando a vida e esta ideia de mar-obstáculo perdurou, reforçou-se. O mar que não permitia que os barcos navegassem entre as ilhas, que os vapores grandes que vinham do Continente acostassem, que chegasse quem e o que se esperava, que partisse quem empreendia viagem. Quando o momento chegou, parti, de barco. Não gostando muito de saudosismos, não tenho uma recordação muito forte desse momento crucial e desejado, mas quando leio estes versos de Natália Correia, acho que essa ocasião que guardo numa zona nebulosa das minhas recordações, é bastante semelhante ao que eles descrevem:

«Linda tarde de estio. O mar infindo / É um sereno lago transparente. / Um vapor que vai saindo / Vomita negro fumo ansiosamente. [...] E sobre as planas águas deslizando / Um silvo solta como adeus choroso...»

Nesta linha, o mar traz-me evocações de emoções sentidas por outros, que as sabem expressar poeticamente. Detenhamo-nos sobre Marcelino de Mesquita, esse simbolista açoriano com expressão considerável no simbolismo português, apesar de nunca ter saído dos Açores:

«Poente de esmeralda, um suave letargo / Invade as águas, que suspiram frouxamente. / Eleva-se em minh'alma, à vista do mar largo, / A nostalgia indefinida do Ausente.»

E Erico Veríssimo, em *O Tempo e o Vento*, transporta-nos à faceta do mar que provoca temores, mas que vai conduzir a um modo de mudar o destino:

«Ai, meu Deus, Nossa Senhora! Para o Brasil eu não vou. Tenho medo do mar, dos índios, das feras e das febres.

Mas vão. Dizem adeus chorando aos amigos que ficam. Caminham para o porto com suas trouxas e baús. O pai, a mãe e cinco filhos: sete sombras caladas no chão da Ilha Terceira.»

Não sendo, como atrás disse, um ser que cultive o saudosismo, vivi, por vezes em cidades que não têm mar. E ele não me fez falta, como elemento da paisagem, mas faltou-me como fonte do peixe, que não dispense na alimentação. Uma dieta à base de carne causa-me enfarto. E relendo *Sonata para um Viajante* de Dimas Simas Lopes, encontro novamente o eco desta minha visão do mar como fonte de sustento:

«Na época do chicharro, os barcos saem de noite, vão dormir ao mar, lanternas ao longe, a tremeluzir, de manhã cedo, um lastro de peixe a saltar de fresco, as proteínas de um povo.»

É isto: a minha condição de ilhéu tornou-me dependente, no sentido de viciado, da proteína do peixe, que nunca me cansa. Portanto, as minhas experiências de viver longe do mar têm sido sobretudo viver privado de peixe fresco, de peixe do mar, que o peixe de água-doce exigiu esforço para a ele me habituar. Saudades, afinal, do bodião do mar dos Biscoitos, em Dezembro, quando ele vale um bezerro, das mujas no tempo do trigo loiro, da abrótea em filetes ou simplesmente cozida com o que de direito a deve acompanhar. Do mar, enquanto reino das águas que rodeia a ilha não sinto muita falta, ou não permito que essa falta se manifeste.



Para as gerações mais novas, é compreensível e normal que o mar seja uma outra coisa muito diferente. O que o mar separa, a *Internet* e o *Skype* unem – falar de telefone é quase anacrónico! – e grande será a borrasca para que o avião não aterre ou não descole. As condições de vida mudaram muito e o mar pode ser cada vez mais o espaço de lazer, deleite para o olhar. Sem que ele nunca seja para mim uma urgência, gosto de o contemplar, sobretudo quando adquire um ar metálico, um cinzento de chumbo. Gosto do seu cheiro, do ruído do seu bater nos rochedos, e quando acompanhado da voz dos cagarros, em presença, instala-se a saudade, não sei se das ilhas ou se do tempo que passou. De resto, os Açores, para mim são sobretudo cor, cheiro e som. O azul das hortênsias e o seu reflexo no céu, o do mar, ao fundo. O verde, quando a seca não o afecta; quanto aos cheiros, a gama é vasta: o da maresia, o das lapas vivas, o das cracas, o das faias (para outros incensos) em tardes de procissão, o das suas flores no frio das manhãs de Fevereiro, quando o Entrudo está perto, o das rosas musquetas que cobriam paredões... o das madressilvas nas manhãs de Maio, o da palha dos trigos esmagada pelos rodeiros dos carros de bois que em Junho, Julho levavam os trigos para as debulhas, chiando e, como não podia deixar de ser, o das alcatras a cozer em forno de lenha, nas vésperas das festas. E o cheiro do *musgo* que enchia as almofadas, antes da chegada do reino das «espumas» e de outros sintéticos. Dos sons, é-me particularmente apaziguador o das ondas que soçobram na praia-mar, misterioso, o do esvoaçar dos pombos torcazes, festivo o dos foguetes e o do repicar dos sinos nas festas de verão. Voltando a Dimas Lopes, que tão bem conhece a ilha e que na sua prosa tão poeticamente exprime esse conhecimento / vivência:

«Em Maio, Junho, mil aromas, faias e macieiras e flores, todo o reino vegetal em festa, tudo desabrocha, as raparigas tingem de cor, a primavera a celebrar cheiros, cor, a primeira fruta madura, as primeiras maçãs de São João, rajadas, aguadas e sumarentas.»

Sei que hoje em dia as ilhas já não são bem isto. Mas muitas destas coisas lá estão ainda e a recordação tudo pode fazer reviver. É questão de se lhe dar livre curso. Nostalgia? É uma forma de compromisso, para não ser saudosista.

## Referências

- ALMEIDA, O. T. «Em busca da clarificação do conceito de Identidade Cultural – o caso açoriano como cobaia», in *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*. vol. II, Ponta Delgada, 1995.
- BRANDÃO, R. *As ilhas desconhecidas – Notas e paisagens*, Prefácio e notas de Pedro da Silveira, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1986.
- CASTRO ALMEIDA, V. *No mar tenebroso*, Lisboa, Livr. Clássica Editora, 1934.
- CORREIA, N. *Poesia Completa*, Lisboa, Edições D. Quixote, 2000.
- GANNIER, O. «L'archipel: image poétique de l'outre-mer?», *Loxias* 9, Nice, 2005, URL : <http://revel.unice.fr/loxias/index.html?id=128>.
- LOPES, D. S. *Porto do Mistério do Norte*, Companhia das Ilhas, 2015.
- NEMÉSIO, V. *Corsário das ilhas*, Lisboa, Bertrand, 1956.
- MESQUITA, M. *Almas Cativas*, Lisboa, Edições Ática, 1970.
- RODRIGUES, T. P. *1*, Edições Teatrinho – espaço de criação, Angra do Heroísmo, 2001.
- VERÍSSIMO, E. *O Tempo e o Vento*, Lisboa, Livros do Brasil, s/data.





## NA ILHA RESPIRO A LIBERDADE DA VIDA

JOÃO CARLOS ABREU

Algumas vezes, no estrangeiro, perguntam o que é para mim ser um ilhéu. Na generalidade, a questão é-me posta por pessoas que, logo no início da conversa, sem que eu ainda tenha respondido, dizem-me que seriam incapazes de viver numa ilha, porquanto sentir-se-iam enclausuradas. Costumo responder-lhes: como podem fazer tal afirmação se nunca viveram essa experiência?!

Ser ilhéu, para mim, é sentir-me mais universal; é ter a linha do horizonte nos olhos a desafiar-me permanentemente para que sonhe e empurre o meu imaginário para outras geografias humanas, consequentemente para outros países...

Chegado a este patamar do meu longo percurso, concluo que a beleza e a poesia sempre coabitaram comigo nesta digressão de vida e que os sonhos foram maiores do que a ilha, nos seus 57 quilómetros de extensão. Se aqui fiquei atracado, foi por vontade própria, porque mergulhei na realidade do mundo mais vasto, no seu turbilhão, na voragem e na vertigem do ritmo, devoradores do tempo e dos silêncios e não encontrei espaço para sonhar, criar e refletir. Fugi, porque não havia a liberdade para ser eu próprio; era mais um autómato, sem as minhas habituais deambulações imaginativas. Deixei de ser um usufruidor de silêncios, onde uma relação intensa com a natureza exuberante, raivosa, me colocava no âmago de todas as questões, com as respostas adequadas...

Sim, experimentei o vento e o calor de muitas cidades onde vivi algum tempo. Conheci a claridade e a escuridão de muitas metrópoles, estudei as culturas e tradições de outros povos. Corri contra o tempo, porque esse escapa-se-me por entre os dedos das mãos e descobri, paradoxalmente, que na ilha sou mais livre porque me encontro na minha verdadeira

dimensão humana e o meu espírito ecuménico cresce, para abraçar e entender o mundo e não compreendê-lo, muitas vezes, na multiplicidade das suas riquezas e na crueldade das suas injustiças.

Ao percorrer países longínquos, da Ásia fascinante e inquietante, à África repousante nas suas planícies sem fim, até ao velho Continente Europeu, onde as cidades têm alma, a arte e a cultura, alimentam os espíritos. Meus pés desenharam ruas e praças, montanhas e vales e de tudo ficou-me uma certeza: que o choro de uma mãe que assiste à morte do seu filho no Vietname é idêntico à dor de uma mãe madeirense quando perde o seu filho. E o sorriso de alegria de uma mãe, quando vê nascer o seu filho no Japão, é igual à alegria de uma mãe italiana quando nasce o seu filho. Afinal, somos iguais na dor e na alegria, não é dimensão das terras que nos diferencia, nem a imaginação, a inteligência e a criatividade são limitativas perante o seu tamanho.

A ilha liberta-nos para que o sonho se agigante e aí surge o desejo forte de atingir a realidade. Ao desejo junta-se um certo espírito de aventura que bem caracteriza os ilhéus e que os torna viajantes reais de terras existentes e, até mesmo, às vezes, de países inventados...

A liberdade de sonhar, de pensar, não tem limites, por isso, muitas vezes, os ilhéus transportam o mundo na mente. O culpado, neste caso, é oceano atlântico que, teimosamente, nos rodeia e persegue, desenha-se nos nossos olhos, traçando rotas desconhecidas para um dia as percorrer. É aqui que entra o fenómeno da emigração autêntica e a outra, a clandestina. A primeira é a necessidade de se construir futuros mais risonhos e, aí, descobre-se que muitas das esquinas do mundo foram erguidas com as mãos calosas dos madeirenses e açorianos. A segunda é o espírito de aventura que os acompanha até que a coragem atravessasse a escuridão e, no dia seguinte, lá estão escondidos nas baleeiras dos navios...

Curiosamente, num caso como no outro, as saudades das pessoas, dos lugares e das coisas atormenta-os. Assim vivem dependurados nessa saudade...

Um dia, em São Francisco, encontrei um madeirense com excelente nível de vida, com uma casa apalaçada e uma piscina quase olímpica. Virei-me para ele e felicitei-o. Disse-lhe que estava feliz por tudo quanto vira e acrescentei que se ele tivesse ficado na ilha, certamente não teria aquelas possibilidades. Respondeu-me de imediato: «nada disto me interessa. Quero voltar para a Madeira. Lá sou mais livre. Ando sem medo nas ruas. Tenho saudades da minha praia de calhau, da Barreirinha». Confesso que fiquei pasmado, mas logo compreendi que mais importante que tudo o que tinha, era a sua ilha... Em 2008 voltou à terra. Encontrei-o feliz...

Conheci diversos ilhéus inteligentíssimos, que se evidenciaram nas letras, na arte, na música e nunca saíram dos seus *habitats*. Dois deles, meus amigos canarinos, César Manrique, o homem que transformou e defendeu Lanzarote, na sua natureza única, pintor, arquiteto, escultor, e Pepe Dámaso, pintor, escultor – dois nomes incontornáveis da cultura espanhola. Eles fazem parte da história recente das Canárias. Viveram uma longa temporada em Nova Iorque, já tinham fama. Um dia decidiram voltar às origens, às suas ilhas: Las Palmas e Lanzarote: «quem precisar de nós daqui para a frente, terá de vir às ilhas». Assim aconteceu muitas vezes. Infelizmente, o Cesar Manrique morreu num acidente de automóvel. Se eu pudesse enumerar, desde o século XVII até agora, os nomes de artistas, escritores, poetas, cientistas e músicos ilhéus, naturalmente teria uma longa lista. Mencionarei só alguns dos nomes mais recentes: Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Natália Correia, Herberto Helder, José Agostinho Batista, José António Gonçalves, Alfredo Kraus, Nestor, Irene Lucília, Maestro Fernando Aldor, Maestro Vítor Costa, Francisco Franco, etc.

O que infelizmente acontece em Portugal é que a cultura foi sempre secundarizada, mesmo depois da revolução de Abril. Nunca se criaram programas que abrangessem o país no seu todo, dando oportunidade aos valores existentes nas diferentes Regiões, incentivando-os, valorizando-os nas suas capacidades artísticas e intelectuais. Pondo em resalto os seus méritos. Em vez disso, deixaram-nos no anonimato! O exemplo das inúmeras bandas de música, dos variadíssimos conjuntos musicais, dos grupos corais, são testemunho inequívoco de que as ilhas portuguesas são viveiros de talentos.

A propósito, refiro que há anos a musicóloga Adriana di Vecchi disse-me, numa entrevista que me concedeu: «foi nas ilhas onde encontrei as pessoas com mais aptidão para a música, sobretudo com ouvido extraordinário», e acrescentou «como na vila de pescadores de Câmara de Lobos». Na verdade, dali têm saído grandes músicos.

Há anos, por razões profissionais, encontrei-me com um antigo Ministro da Cultura, por sinal, simpático, o que não chega, e apresentei-lhe uma ideia que, estou certo, se fosse concretizada, teria dado os seus frutos: um intercâmbio entre todas as regiões do país, dos escritores, poetas, artistas, pintores e escultores, com a realização de exposições itinerantes e concursos literários. Disse-lhe: «isto não só vai incentivar os artistas, mas também dará a conhecer ao país as potencialidades de cada região, até agora desconhecidas. Era, por outro lado, uma forma de aproximar mais as regiões, valorizando-as e dando a conhecer os seus patrimónios».

O Ministro ouviu-me e exclamou: «uma excelente ideia!». Infelizmente, até hoje nada foi feito...

Há poucos dias, reli muitas das crónicas de uma seleta literária, coordenada por Cabral do Nascimento, em que muitos escritores portugueses dão as suas opiniões sobre a Madeira. Entre esses escritos, encontrei uma carta escrita, a uma sua amiga, por Luísa Grande. A determinada altura diz:

«Estou, talvez, no Paraíso... Sim, foi certamente aqui que Adão e Eva comeram aquela deliciosa maçã que tanto lhes amargou depois...

Aqui os nossos antepassados venerando trocaram a monotonia da perfeição sem fim pela doce vida imperfeita, onde as rosas são mais belas porque se fanam, onde a hora é mais querida porque foge, onde se tem sede de eternidade porque se morre...

Aqui conheceram a mortal tristeza e o mortal amor...

Por isso, os madeirenses andam sempre enamorados de... seja lá do que for, que a gente, afinal, gosta é da ilusão que pões num qualquer

*I know that I love thee  
Whatever thou art...»*

Volto à condição de ser ilhéu e meto-me na distância do tempo para regressar àquele ano em que nasci, 1935. Desde que tomei consciência de quem sou até agora, respirei sempre este ar de liberdade que me permite criar. Quando era criança, construía carros de madeira e, com os meus amigos, escavávamos a terra dos quintais para construirmos os portos do nosso contentamento, com cimento e areia, depois fazíamos os batelões, que transportavam as mercadorias e já aí, aos 7 anos, sabíamos que a linha do horizonte era uma «mentira», porque descobrimos que os navios saíam dali, com fumos nas chaminés e mastros com bandeiras. Quando chegámos à escola primária, conhecíamos as terras, porque os homens do mar nos ensinaram. Apesar de serem tempos de guerra (a II Guerra Mundial), corríamos livremente e só nos assustávamos quando, através de um aparelho de caixa alta, anunciavam bombardeamentos. As nossas janelas tinham fitas de papel coladas e as casas iluminavam-se com óleo de baleia – um cheiro nauseabundo.

Saí muitas vezes, voltei sempre à ilha porque nela me sinto no maior continente do mundo, seguro, livre como um pássaro. Deixo que as noites se prolonguem em mim e que os dias escrevam os caminhos do progresso. Vou às escolas contar as histórias da minha história, dos poemas que escrevi e dos outros que trago na memória do tempo.

Nada, nesta terra, para além das paisagens românticas que se conservam e as tradições, é estático, felizmente. As estatísticas anunciam que temos o maior número de telemóveis e que, nos mais recônditos recantos da ilha, ninguém está isolado: o Zé, o vilão, tem, agora, *internet* e conhece o mundo melhor do que eu, vive nos arrabaldes do Espigão, mais perto do céu. Enquanto na cidade se vai filosofando e descobre-se que, afinal, quem tem tempo para um amigo, encontra a estrada da felicidade. Mais: subo ao Pico Ruivo, o teto da ilha, quase dois mil metros, e digo aos meus amigos: aprende-se com o tempo que o segredo da vida consiste em recusar qualquer emoção que não seja conveniente e que é muito melhor errar do que arrepender-se.

Depois, porque me sinto um homem livre, despido de tabus e preconceitos, neste Pico, onde o medo da vertigem perante o abismo desaparece, porque as nuvens enlouquecidas correm e cobrem aquela espécie de cratera de vulcão, recordo Agostinho da Silva:

«Todo o homem é diferente de mim e único no universo; não sou, por conseguinte, quem tem de refletir por ele, não sou eu quem sabe o que é melhor para ele, não sou eu quem deve traçar-lhe o caminho; com ele só tenho o direito, que é ao mesmo tempo um dever: o de o ajudar a ser ele próprio; como o dever essencial que tenho comigo é o de ser o que sou, por muito incómodo que tal seja, e tem sido, para mim mesmo e para os outros».

Dito isto, desço o Pico onde assisti à dança fantasmagórica das nuvens, que se rompiam, como trapos, para deixar que o vermelho ocupasse lugar e, aos poucos, o cenário se enchesse de luz. É a claridade de um novo dia que vem chegando, com as suas incógnitas. No vale, tatuado de sombras, há um verde raivoso que vai zigzagueando as veredas estreitas que nos levam a outros lugares, a outras paisagens. Por fim, chego à cidade de onde nunca saí, mesmo quando lá fora vivia, foi sempre parte da minha bagagem espiritual. O meu pensamento voa sempre para aqui, onde quer que me encontre. É por tudo isto que me sinto um homem livre, sem que nunca este pedaço de rocha onde habito me tenha coartado a minha imaginação, a minha criatividade. Antes, foi ela que me ajudou a ser quem sou – um herói da vida.

Heraclito disse: *morrer de vida, viver de morte.*







CABO VERDE NHA  
TESTEMUNHA  
JOSÉ PAULO SANTOS

«Todas as cidades são pequenas  
Para acolher as aldeias que trago em mim.»

Já diz o velho ditado, usando o crioulo de Cabo Verde, «nâ Roma, birâ romanu» (Em Roma, sê romano). E é com esta postura e dilatada abertura de espírito que tive o privilégio de conhecer e de viver algum tempo naquele arquipélago.

Sendo Cabo Verde formado por um conjunto de dez ilhas, situadas na região central do Oceano Atlântico, a pouco mais de quinhentos quilómetros da costa de África Ocidental, não foi possível visitá-las todas, dado que permaneci numa das ilhas de Sotavento, a de Santiago, por motivos profissionais. Sal e São Vicente, ilhas de Barlavento, foram outras que me encantaram e me permitiram sentir a alma cabo-verdiana, cada uma com a sua própria identidade, mas fazendo parte de um todo rico e coeso.

E foi na Praia, capital de Cabo Verde, que o meu tempo de estada se prolongou para me oferecer a oportunidade de vivenciar um dos melhores momentos da minha vida pessoal e profissional. Após tantas viagens pelas grandes urbes de vários continentes, num ritmo nómada, por entre culturas e povos diversos, acostei neste lugar que, de imediato, me acolheu para me fazer sentir em casa, no abraço da *morabeza*.

Esta ilha, lugar que foi sede do Campo de Concentração do Tarrafal, hoje convertido em Museu da Resistência, tanto me fez sentir triste e revoltado por esta vertente dura e penosa da sua história, como me preencheu a alma e os sentidos com as suas magníficas paisagens, o seu calor, o seu mar, o seu povo e a sua música.

A música. Como bem define o Comandante Pedro Pires, ex-Presidente da República, que muito me honrou conhecer pessoalmente, «Cabo Verde,

em si, é uma música». Sintética e simplesmente, assim se poderia caracterizar este país povoado pela morna, o funaná, a coladeira, a tabanca, o finaçon ou o batuque...

Ao longo da minha vida, e desde muito cedo, convivi com ritmos e canções multiculturais e multilinguísticas, abrindo-me portas para a curiosidade em conhecer a sua geografia, a sua história, o seu povo. A *Chanson française* marcou profundamente a minha existência com Piaf, Brel, Aznavour, Brassens, Gainsbourg, Trenet, entre tantos outros. Ao mesmo tempo, o Fado e a língua portuguesa em canções de vários estilos vinham embalar-me com Amália, Carlos do Carmo, Zeca Afonso, Carlos Paredes, Paulo de Carvalho, Rui Veloso, José Mário Branco e muitos, muitos outros.

Pelo meio, os meus ouvidos foram escutando outros ritmos, outras poesias vindas de latitudes mais quentes como o Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde. E dali vinha o samba, o choro, a bossa nova, o merengue, o semba, a marrabenta, a morna, numa profusão de cores e vozes e danças que preencheram o meu universo e o meu desejo de viajar em busca de tantos sabores e aromas.

Ora, por sorte ou acaso, a vida levou-me até esses pontos do mapa, à exceção de Angola. E foi na fonte que fui saciar a minha sede de sons, instrumentos, cantos e criações com os pés assentes nestas terras, por entre abraços e risos e dança, em convívios brindados com amizades e aconchegos.

E nesta aventura da vida, quis o destino fazer-me entrar pelas «Janelas de África» como denomina o escritor e diplomata Corsino Tolentino, ao referir-se a Cabo Verde, no seu último livro publicado.

De um momento para o outro, e com imenso regozijo e orgulho, aquele *padoce de ceu azul*, como lhe chama Tito Paris, na belíssima canção, convida-me a sentar-me à sua mesa para me oferecer a famosa cachupa rica que há muito as minhas papilas ansiavam.

E, assim, de mansinho, nestes abraços salpicados de largas e enriquecedoras conversas, fui descobrindo, dia a dia, toda uma caboverdianidade envolvente, fazendo brotar de mim a inspiração poética convertida nestes simples versos:

«Fecho os olhos  
e há canções  
que se transformam  
em pessoas.»

Entre canções e pessoas, fui conhecendo e mergulhando neste magnífico ambiente povoado de belezas naturais paisagísticas, humanas

e melódicas, permitindo-me estabelecer relações de amizade com artistas, músicos, políticos, escritores, professores que me ensinaram a degustar toda uma cultura e idiosincrasias que marcam a identidade de Cabo Verde, como aqui testemunha a amiga Rosana Almeida, a muito amada e reconhecida jornalista da televisão:

«A música é, sem dúvida, a alma crioula. Ela nos une e nos identifica de tal forma que, além fronteiras, quando se quer referenciar o arquipélago, minúsculo no mapa, vem à tona apenas nomes, figuras, Cesária Évora. O cabo-verdiano sente saudades, chora nostálgico ao ouvir uma morna, festeja, soa e mexe o corpo todo, dançando o funaná, se revê num bom batuque e tranquiliza-se saboreando uma boa coladeira.»

Esta condição de ilhéu do povo cabo-verdiano não o confinou às dimensões da sua pátria. Por necessidade e por desejo de enriquecer o seu conhecimento, a sua vida, partindo em busca de outros territórios, mas deixando parte da sua alma na terra que o viu nascer. O músico e compositor Teófilo Chantre, ele próprio residente em Paris, partilhou gentilmente comigo a sua perspectiva:

«A música inventou Cabo Verde ou seja é inconcebível imaginar a sociedade das ilhas sem as suas melodias e ritmos genuínos. Ela nos ajudou em momentos que foram a nossa única esperança e com ela celebramos a nossa arte de viver. Canções de embalar, mornas dolentes, batuques frenéticos dão conta da sua diversidade, mas, no final, o sentimento é igual, o substrato é o mesmo: séculos de dor fertilizaram e sublimaram os nossos cantares e, por fim, as tocatinas de botequim conquistaram o universo.»

Nas suas famosas mornas e coladeiras, Teófilo vai cantando e registando a alma de Cabo Verde, nos seus vários álbuns editados ou nas letras que compõe para outros intérpretes, como a Cesária Évora, Mayra Andrade e Lura como «Amor Di Mundo», «Segunda Geração», «Nha Gloria», «Camim di bô sorriso» e «Canta um tango», entre tantas outras. O belíssimo tema «Ausência» foi escrito por Teófilo, composto por Goran Bregovic e interpretado por Cesária Évora.

Nesta viagem pelas profundezas da música, vão emergindo sentimentos, emoções que vão revelando a sua contínua busca de identidade, seja na cultura seja na própria língua e na construção da história de uma nação. E foi apelando ao testemunho da amiga Vera Duarte Pina, juíza, escritora e reconhecida defensora dos direitos humanos e cidadania, que fui absorvendo este espírito para me deixar envolver e integrar:

«Considero que o cabo-verdiano é um ser, de alguma forma, singular devido ao eclectismo da sua origem. Fruto do encontro forçado entre brancos europeus colonizadores e negros africanos escravizados, embora vivendo numa relação de injustiça e crispação, ambos viram-se na necessidade de se apoiarem mutuamente para poderem resistir a um ecossistema em tudo diferente e adverso ao seu ambiente de origem. Foi assim que muito rapidamente, nas ilhas de Cabo Verde, começou a ganhar corpo uma construção societária nova, a sociedade escravocrata resultante da convivência forçada dos senhores europeus e homens e mulheres escravizados, vindos do continente africano. Assim nasceu o crioulo uma língua nova que permitiu a comunicação entre uns e outros e a mestiçagem cabo-verdiana fruto desse cruzamento. Diria assim, em síntese, que ser cabo-verdiano é este eclectismo, esta precariedade, esta falta de raízes sólidas e seculares, que se por um lado nos retira alguma força, por outro permite ser um verdadeiro cidadão do mundo, dotado de uma grande sede de conhecimento que desde muito cedo conduziu a nossa autonomia enquanto nação.»

Este depoimento remete-me para uma canção que expressa a vida do cabo-verdiano, com música e letra de Manel de Novas e cantada pelo Ildo Lobo, «Biografia dum Criol», que conclui assim, numa tradução de Vera Figueiredo, a quem agradeço a amizade e ensinamentos vastos sobre a música, autores e compositores de Cabo Verde:

«Na evolução da vida  
Com Pretos e Brancos  
Conheci o mundo inteiro  
À procura do progresso  
Cumprindo um destino  
Nesse mundo cigano que Deus me deu  
Mas me sinto feliz  
Em ter nascido Cabo-verdiano.»

E no momento em que redijo este artigo, no mês de Abril, avizinha-se aquele que é um dos momentos mais altos de celebração da música, com o Atlantic Music Expo e o Kriol Jazz Festival. É aqui que qualquer turista ou viajante «saberá que está em Cabo Verde, quando tudo se transforma em música», como descreveu o *Washington Post*, porque, pelas palavras do amigo Paulo de Figueiredo, músico e compositor, mais conhecido por Paló:

«ser caboverdiano é ter cachupa no sangue, morna no coração, coladeira, batuque e funaná, nos pés e morabeza na alma. É ser riso, é ser música é ser sol e praia, é ter desejo de chuva. É ser emigrante... é cantar sodad.»

Presenciei e vivenciei a edição anterior destes eventos e posso confessar o meu fascínio e encanto por sentir na pele tantas vibrações acústicas e inesquecíveis vozes, que confluem neste centro internacional de troca de experiências e de partilha. É uma forte aposta cultural de Cabo Verde que tem evidente impacto e influência na produção musical no mundo.

Ao longo de todo o ano, as temperaturas e as melodias vão de mãos dadas, garantindo aos cabo-verdianos e a todos os que visitam este país, quentes e constantes eventos musicais, com espetáculos, festas, concertos ao ar livre (Kebra Cabana, Gambôa, entre outros) ou em lugares vários como o Art Kafé, 5al da Música, Freedom, XPTO, Mirage, Cockpit Night Club, e nos vários Hotéis. A presença da música e cantores de Cabo Verde é permanente.

Este profundo apego à música é evidente nas várias gerações. Novos e menos novos escutam e respeitam os seus músicos, os seus cantores, os seus compositores, pelo que os nomes de Eugénio Tavares, B. Leza, Paulinho Vieira, Betú, Antero Simas, Bana, Kaká Barbosa, Mário Lúcio (Ministro da Cultura cessante), Mirri Lobo, Orlando Pantera, Anu Nobo, Jotamonte, Katchas, Nhelas Spencer, entre tantos e tantos outros, são constantemente referenciados e elogiados pelas suas obras, que fazem parte desta identidade cultural de Cabo Verde.

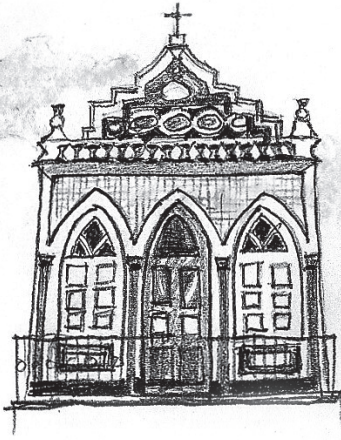
Esta valiosa produção e presença de tantos talentos é marcante. É impossível não nos deixarmos arrastar e abraçar por tão profundas e sentidas letras e composições, assim como por vozes como a de Cesária Évora, Nancy Vieira, Celina Pereira, Lura, Dani Silva, Jenifer Solidade, Ceuzany, Tito Paris, Elida Almeida, e muitos, muitos outros.

Cabo Verde, tal como a brilhante lua crioula que estas ilhas abençoa, é «nha testemunha» do prazer e da minha satisfação em ter vivido, por pouco tempo que tenha sido, embalado por este belo povo que encontra nestes versos de «No bem falá», da autoria de Tio Lino, a sua força e a sua simpatia:

«Ai terra ês cantá  
Nha terra ês cantá  
Mãe terra ês cantá

Ai! Cantaram a minha terra  
Minha terra cantaram  
Mãe terra, cantaram  
Cabo Verde.»





## MAS COM QUE PALAVRAS HÁ-DE UM ILHÉU ESCREVER-SE?

LUIZ FAGUNDES DUARTE

*Trago em mim uma ilha por encontrar. Sei que ela existe, as correntes do mar falam-me dela – e dela me falam as aves que precisam de onde pousar. Ouço as ondas que rebentam em tormentas de basalto. Sinto no ar a humidade que só uma ilha pode atrair. Escuto vozes de pessoas que por séculos e séculos demandaram horizontes e acharam portos de abrigo. E há tremores convulsos que me dizem que o solo que habito é uma epifania da Terra.*

*Dentro de mim.*

### **A ilha, lugar de quem sou**

Trago pois uma ilha que não sei descrever, ancorada como um coração em seu habitáculo. Tal como não sei descrever o mar que a rodeia (o mar, o mar... ah!, o mar...), às vezes calmo, às vezes bravo, às vezes azul, às vezes negro, mas é nele que navego – até que, de repente, a meio de uma viagem sem horizontes, me aparece uma ilha com seu porto de abrigo – e nela sou doce ninfa, e sequioso marinheiro cambaleante dos passos das ondas. Foi nesta ilha que arribaram os meus antepassados, eu ainda nos sonhos deles, mas quem sabe descrever os sonhos da estirpe de onde vem? Quem conhece os nomes dos seus bisavós? Em que terra jazem mergulhados os seus ossos? Que ecos deles perpassam na voz que hoje me sai?

E no entanto, aqui estou eu com uma ilha dentro que não sei como achar. Mas uma ilha que traz ainda em sonho as gerações que hão-de vir, e que em seus dias se perguntarão em que terra jazem os ossos de quem



hoje, como uma ponte suspensa, une as duas margens da história, aquela de onde um dia se partiu, e aquela outra onde um dia se há-de chegar. E essa ponte sou eu e a minha geração, em cujo tempo de vida se passou tanto como em toda a história passada – da troca comercial em gêneros ao dinheiro virtual, da ardósia da escola ao manuscrito electrónico –, porque nascemos e crescemos como se nascia e crescia no tempo dos Romanos, e ora vivemos e havemos de morrer na virtualidade do futuro cuja porta de entrada ajudámos a escancarar.

E como levaremos connosco esta ilha que temos dentro e que nos falta encontrar? Ou ficamos nela, rijos e negros, como biscoito resistindo ao mar? Como mistério negro que numa noite emergiu das profundezas da Terra e para ali ficou a questionar-nos? Que vida, que raízes, que troncos e que ramagens dela germinarão, que florestas de nuvens nela assentarão raízes, que são apoio, erguendo os ramos para a humidade do céu, que é alimento? Se o nosso passado assenta no húmus da ilha, que sonhos e outros castelos construiremos no ar de que ela respira – e nós com ela? Que faz dentro de nós a ilha que antepassados sem nome nos transmitiram, sustentada nos ossos que nela deixaram, consolidando-a?

Qual será o futuro desta ilha que trazemos em nós?

Descobrir um, é descobrir a outra. Remoer o nosso chão, senti-lo, cheirá-lo, comê-lo, suá-lo, tremê-lo, fecundá-lo, colhê-lo – é olharmos para nós e sentirmos que, sem nós, a ilha que trazemos dentro não seria esta mas outra, talvez a mítica ilha das Maidas, ou qualquer das outras ainda por descobrir de que nos fala o Doutor Gaspar Frutuoso<sup>1</sup>, que ninguém ainda soube como haveria de escrevê-la, mas que todos sabemos que se encontra ali, talvez dentro de alguém que como nós se pergunta, na esquina arredondada de um horizonte azulado – porque à distância, tal como a Terra vista do espaço, é sempre azulado o negro e o verde em que mergulhamos –, o que é que ficará mais além. «Ou Paris ou a Fragueira», como hesitava Francisco de Lacerda, dividido entre a grande cidade e a minúscula fajã de uma ilha que, também ele – *et pour cause* –, trazia dentro de si sem nunca a ter conseguido descrever?

Pedem-me que escreva sobre a ilha que falta escrever.

Pois sim. Mas com que palavras há-de um ilhéu escrever-se?

---

<sup>1</sup> «[...] presumesse que uiria este pao de pinho da jlha das maidas que dizem estar ao norte desta de saõ Miguel, ojtenta legoas pouco mais ou menos onde ha muitos pinhos. outras cousas semelhantes uem ter a estas ilhas dos acores que parecem de outras ilhas suas uezinhas que ajnda estaõ por descubrir, como saõ algũas que as uezes aparecem, e outras que agora direj como estaõ arrumadas ã algũas boas cartas de marear.» (Frutuoso, 1586-1590, p.137).

## A ilha, lugar de quem chega

Conta-se que um monge irlandês chamado Brandão que, desejando abandonar a sua terra, o seu país, os seus pais e a sua pátria, implorou insistentemente a Deus que lhe concedesse uma terra secreta e escondida, que fosse segura, deliciosa e afastada dos homens. Certa noite, enquanto dormia, ouviu a voz de um anjo que lhe ordenou: «Levanta-te, Brenainn», era assim o seu nome em gaélico, «porque Deus concedeu-te aquilo que imploraste: a Terra Prometida» – após o que Brandão partiu em viagem, enfrentando o oceano mais poderoso e intolerável que já conhecera, até que encontrou uma formosa ilha de onde se elevavam legiões de anjos. E por lá deve ter ficado.

Esta lenda consta do *Livro de Lismore*<sup>2</sup>, um manuscrito em pergaminho datável de cerca de 1480, que durante séculos esteve escondido no interior de um muro do castelo de Lismore, na Irlanda; nele se reúnem textos mais antigos, de origens diversas, escritos em gaélico, que na sua maior parte relatam vidas de santos – entre os quais S. Brandão, o monge irlandês dos séculos V-VI (nasceu por volta de 486 e morreu em 577) que fez várias viagens marítimas em busca de uma ilha paradisíaca.

Existem muitas outras narrativas das viagens de S. Brandão e da sua busca pelas *Ilhas Afortunadas*, que em grego se dizia μακάρων νήσοι – expressão que está na base da palavra *Macaronésia*<sup>3</sup>, de que temos eco em Sir Thomas More que, pela boca de Rafael Hitlodeu, afirma que a ilha de *Utopia* ficava não muito longe das ilhas dos Macaronésios<sup>4</sup>, umas e outra muito para além do mundo conhecido e, provavelmente, relacionáveis com os Campos Elísios da mitologia grega<sup>5</sup>, umas ilhas para Ocidente das montanhas do Atlas para onde, segundo Hesíodo, eram levados os

<sup>2</sup> «desired to leave his land and his country, his parents and his fatherland, and he urgently besought the Lord to give him a land secret, hidden, secure, delightful, separated from men. Now after he had slept on that night, he heard the voice of the angel from heaven, who said to him, «Arise, O Brenainn,» saith he, «for God hath given thee what thou soughtest, even the Land of Promise.» ... and he goes alone to Sliab Daidche and he saw the mighty intolerable ocean on every side, and then he beheld the beautiful noble island, with trains of angels (rising) from it.» (Stokes, 1890, p. 230).

<sup>3</sup> Termo utilizado actualmente para designar a associação político-ambiental dos arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e também de Cabo Verde.

<sup>4</sup> «Hic si proponerem illis Macarensium legem, qui et ipsi non longe ac admodum absunt ab Vtopia.» (More, 1516, p. 95).

<sup>5</sup> «Verum ego Vtopiam extra mundi cogniti fines sitam esse percunctando comperi, insulam nimirum fortunatam, Elysiis fortasse campis proximam (nam Hythlodæus nondum situm eius finibus certis tradidit, ut Morus ipse testatur).» (More, 1516, p. lxxxix).

heróis depois de mortos,<sup>6</sup> e que para S. Brandão eram o local maravilhoso onde se podia, uma vez chegado, isolar e viver feliz.

Em várias destas narrativas, e também em cartas náuticas medievais (portulanos), se refere uma ilha *Hy-Brasil*, ou também *Bracile*, que a tradição irlandesa diz que vem de *Uí Breasail*, um clã do nordeste da Irlanda, mas que poderá derivar do gaélico *i-bres* que significava ilha bela, grandiosa, poderosa, etc. Porém, num portulano da autoria do cartógrafo genovês Battista Beccario<sup>7</sup>, encontramos uma representação dos arquipélagos atlânticos (Canárias, Madeira e Açores, estes ainda sem o Grupo Ocidental), tendo ao centro a designação *Insulle fortunate sancti brandany* (Ilhas Afortunadas de S. Brandão), e, bem no meio dos Açores, uma ilha redonda e grande com o nome *Insula de brasil* (Ilha do Brasil): a Terceira. Num outro portulano da autoria do veneziano Andrea Bianco<sup>8</sup> (Bianco, 1436, f. 5), já aparece claramente o nome *y<sup>a</sup> fortunat de sa. beati blandan* (Ilha Afortunada do Santo Beato Brandão) atribuído a uma das ilhas de um arquipélago no Atlântico Norte constituído por sete ilhas distribuídas em dois grupos: um com duas, correspondentes *grosso modo* ao Grupo Oriental dos Açores, e outro com cinco, coincidentes com o Grupo Central (também ainda sem as ilhas do Grupo Ocidental). Esta ilha corresponde também, muito claramente, à Terceira. Ou seja, as ilhas que hoje constituem os Açores foram, num certo momento da História, identificadas como as *Ilhas Afortunadas* que S. Brandão tanto demandou – e que, com a liberdade que as incertezas das lendas, das tradições, e dos documentos históricos nos permitem, nada de mau virá ao mundo se as relacionarmos com os Campos Elísios dos Gregos.

Porque a tradição cultural ocidental está povoada de ilhas afortunadas – sejam elas para descanso dos mortos ou para refrigério dos vivos.

Com efeito, Ulisses sentiu uma grande alegria quando Atena dispersou o nevoeiro que escondia Ítaca, a sua ilha; e, logo que pôs os pés em terra, beijou o solo, dirigindo-se logo de seguida para uma gruta na rocha que a deusa lhe indicara para que nela escondesse os tesouros que trazia das

<sup>6</sup> «καὶ τοὶ μὲν ναίουσιν ἀκηδέα θυμὸν ἔχοντες | ἐν μακάρων νήσοισι παρ' Ὀκεανὸν βαθυδίνην | ὄλβιοι ἥρωες, τοῖσιν μελιθεῖα καρπὸν | τρεῖς ἔτεος θάλλοντα φέρει ζεῖδωρος ἄρουρα.» [...] «E eles, o coração sem cuidados, habitam | as ilhas dos bem-aventurados, junto ao Oceano de fundos redemoinhos, | afortunados heróis, para quem um fruto doce como o mel, | que floresce três vezes ao ano, a terra fecunda traz.» (Hesíodo, 170-173).

<sup>7</sup> Beccario, 1426.

<sup>8</sup> Bianco, 1436, f. 5.

suas longas e atribuladas viagens.<sup>9</sup> O mesmo terá sentido Eneias quando, acalmada a tempestade incentivada por Juno contra ele, foi dar a uma pequena ilha constituída por dois enormes rochedos que se erguiam ao céu, ameaçadores, na base dos quais permanecia, silencioso, o mar; e, ele também, logo encontrou uma gruta nas rochas, que era a morada das ninfas, dentro da qual corriam águas doces.<sup>10</sup> E, naturalmente, rejubilaram os marinheiros do Gama quando, puxada pelas mãos de Vénus, viram de longe uma ilha fresca e bela, com uma enseada de areia curva e quieta, onde logo desembarcaram, cansados e desejosos de um refrigério merecido pelos muitos perigos e trabalhos do mar.<sup>11</sup> Em qualquer dos casos, imaginamos sempre o fascínio dos viajantes dos largos mares quando avistavam uma ilha perdida, fosse em horizontes abertos, fosse através do nevoeiro, aonde poderiam aportar, e aquela magia de ver a terra a erguer-se do fundo do mar, no ver a ilha inteira, com os seus recortes de baías, de cabos, de promontórios, a replicar-se invertida nas ondas, como nos fez lembrar o jovem Chateaubriand, algures em 1822, ao descrever a aproximação à Graciosa na sua passagem pelos Açores a caminho dos Estados Unidos – depois de ter classificado a montanha do Pico como um farol inútil durante a noite e, durante o dia, um sinal sem testemunho.<sup>12</sup>

Mesmo que a condição de ser ilha – e, dentro dela, ilhéu – não seja uma fatalidade em si: uma ilha também pode ser construída pela vontade dos homens – como o foi a Utopia de que nos fala Rafael Hitlodeu, e que resultou de um acto de vontade do seu primeiro rei, Utopos, que, mandando cortar o istmo da península Abraxa que acabara de conquistar, a transformou em ilha para nela instituir um reinado de justiça e de prosperidade, dando-lhe depois o seu próprio nome: e assim, diz Rafael,

<sup>9</sup> «Assim falando, a deusa dispersou o nevoeiro e a terra apareceu. | Alegrou-se de seguida o sofredor e divino Ulisses, | Regozijando-se com a sua terra; e beijou o solo dador de cereais.» (Homero, p. 223). «ὣς εἰποῦσα θεὰ σκέδασ' ἠέρα, εἶσατο δὲ χθών· | γήθησέν τ' ἄρ' ἔπειτα πολύτλας διὸς Ὀδυσσεύς, | χαίρων ἧ γαίῃ, κύσε δὲ ζείδωρον ἄρουραν.» (Homer, xiii, 352-354).

<sup>10</sup> «De um e de outro lado há rochedos descomunais, dois penedos que se erguem ao céu em ameaça, no sopé dos quais as águas, seguras, fazem silêncio.» (Vergílio, p. 20). «Hinc atque hinc vastæ rupes geminique minantur | in cœlum scopuli, quorum sub vertice late | æquora tuta silent.» (Vergil, I, 162-164).

<sup>11</sup> Camões, IX : LII-LIV.

<sup>12</sup> «Le 6, vers les 8 heures du matin, nous eûmes connaissance de l'île du Pic; ce volcan domine longtemps des mers non naviguées: inutile phare la nuit, signal sans témoin le jour. [...] L'île entière [Graciosa] avec ses découpures de baies, de caps, de criques, de promontoires, répétait son paysage inversé dans les flots.» (Chateaubriand, 1822, p. 334).

o mar cercou a terra de Utopia<sup>13</sup>, que por muito tempo – cerca de 1760 anos antes de ele a ter visitado – se conservara como uma república ideal cujas leis teriam permanecido no tempo porque, à imagem de Licurgo no que a Esparta diz respeito<sup>14</sup>, as leis do rei Utopos sobreviveram ao homem que as fez. Para o que o insulamento terá sido um factor determinante.

E assim, entre lenda e utopia, sobrevivem as ilhas.

Ou como pontos de passagem, lugares exóticos, pontos desconhecidos dentro dos quais, no entanto, os viajantes – não sem espanto – encontram ecos do grande mundo de onde vêm; ou como lugares únicos. Foi isso que sentiu Mark Twain em 1867 quando, depois de uma magnífica descrição da ilha das Flores, ao amanhecer, vista do navio em que viajava dos Estados Unidos para a Europa – maravilhando-se com o que designou como uma aurora boreal própria do pólo gelado numa terra de Verão –, e apesar de, ao desembarcar no Faial, ter considerado a ilha como uma terra atrasada e os seus habitantes pobres e sujos, acabou por reconhecer, admirado, que o pavimento das ruas da cidade da Horta era muito melhor dos que o das cidades americanas, incluindo a Broadway – onde eram tidos como inovadores materiais e técnicas de pavimentação que há mais de dois séculos já eram usados numa pequena ilha perdida no meio do Atlântico<sup>15</sup>. E, poucos anos depois, em 1895, o Capitão Joshua Slocum – o

<sup>13</sup> «Cæterum, uti fertur, utique ipsa loci facies præ se fert, ea tellus olim non ambiebatur mari. Sed Utopus, cuius utpote uictoris nomen refert insula (nam ante id tempus Abraxa dicebatur) quique rudem atque agrestem turbam ad id, quo nunc cæteros prope mortales antecellit, cultus humanitatisque perduxit, primo protinus appulsu uictoria potitus, passuum milia quindecim, qua parte tellus continenti adhæsit, excindendum curauit, ac mare circum terram duxit.» (More, 1516, p. 118).

<sup>14</sup> Plutarco, pp. 159-160.

<sup>15</sup> «The island in sight was Flores. I seemed a mountain of mud standing up out of the dull mists of the sea. But as we bore down upon it the sun came out and made it a beautiful picture – a mass of green farms and meadows that swelled up to a height of fifteen hundred feet and mingled its upper outlines with the clouds. It was ribbed with sharp, steep ridges and cloven with narrow canyons, and here and there on the heights, rocky upheavals shaped themselves into mimic battlements and castles; and out of rifted clouds came broad shafts of sunlight, that painted summit, and slope and glen, with bands of fire, and left belts of somber shade between. It was the aurora borealis of the frozen pole exiled to a summer land! [...] The roads were wonder, and well they might be. Here was an island with only a handful of people in it – 25.000 – and yet such fine roads do not exist in the United States outside of Central Park. Everywhere you go, in any direction, you find either a hard, smooth, level thoroughfare, just sprinkled with black lava sand, and bordered with little gutters neatly paved with small smooth pebbles, or compactly paved ones like Broadway. They talk much of the Russ pavement in New York, and call it a new invention – yet here they have been using it in this remote

primeiro navegador solitário a dar a volta ao Mundo –, que no seu diário de viajante afirma, com todas as letras, que só quem tiver visto os Açores do convés de um navio é capaz de entender a beleza da paisagem do meio do oceano<sup>16</sup> – mesmo que tal beleza encarne em si, tal como a viu Raul Brandão ao chegar ao Corvo, as cores e os ruídos da tragédia.<sup>17</sup>

### **A ilha, lugar que é o centro do mundo**

Escreveu John Donne, lá pelo primeiro quartel do século XVII, que nenhum homem, inteiro em si mesmo, é uma ilha; que, antes, ele é um pedaço de continente – pelo que se, por analogia, um pedaço de terra for levado pelo mar, o conjunto ficará diminuído, também a morte de qualquer homem a todos diminuirá na medida em que tanto ele como todos os outros são parte da Humanidade.<sup>18</sup>

Nenhuma ilha, inteira em si mesma, pode ser igual a outra ilha. Mas todas elas desenham e esculpem as pessoas que nelas nascem – porém, cada uma à sua maneira. Por isso, eu sou ilhéu: mas um ilhéu diferente de qualquer outro – porque a ilha em que nasci é diferente de todas as outras, na mesma medida em que o arquipélago a que pertence é diferente de todos os outros arquipélagos. E a identidade da minha ilha, tal como a minha própria identidade, define-se não pelas semelhanças com as outras – uma ilha é uma ilha, um homem é um homem – mas

---

little isle of the sea for two hundred years! Every street in Horta is handsomely paved with the heavy Russ blocks, and the surface is neat and true as a floor – not marred by holes like Broadway.» (Twain, 1869, *caps.* V-VI).

<sup>16</sup> «Early on the morning of July 20 I saw Pico looming above the clouds on the starboard bow. Lower lands burst forth as the sun burned away the morning fog, and island after island came into view. As I approached nearer, cultivated fields appeared, «and oh, how green the corn!» Only those who have seen the Azores from the deck of a vessel realize the beauty of the mid-ocean picture.» (Slocum, 1900, *cap.* III).

<sup>17</sup> «Pedra negra, areia negra e um mar esverdeado, que de Inverno assalta, vagalhão atrás de vagalhão, este grande rochedo a pique, com fragas caídas lá no fundo e que as águas corroem num ruído incessante de tragédia. Céu muito baixo, nuvens esbranquiçadas. Braveza, solidão e negrume.» (Brandão, 1927, p. 27).

<sup>18</sup> «No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if a promontory were, as well as if a manor of thy friend's or of thine own were: any man's death diminishes me, because I am involved in mankind, and therefore never send to know for whom the bells tolls; it tolls for thee.» (Donne, 1624, pp. 108-109).

pela tomada de consciência de que a identidade da minha ilha reside nas diferenças que encontro entre ela e todas as outras ilhas.

Não deverá ter sido por acaso que os primeiros mapas do Mundo, concebidos por europeus, tinham como centro o Atlântico – tal como ainda o têm os mapas modernos –, e que a fisiologia do nosso olhar, determinada por séculos e séculos de hábitos de leitura de cartapácios, logo nos conduz para as partes do hemisfério norte onde quis a Natureza que se situassem os Açores – e, no centro deles, a Terceira onde nasci – e só depois nos deixa derivar para sul seguindo o largo caneiro que separa os continentes. Parece mesmo que a perspectiva com que os velhos cartógrafos olhavam para o grande mundo era a perspectiva de quem está numa ilha atlântica mirando o mar em redor.

Como não há-de um açoriano, perante isto, olhar para as suas ilhas tanto como lugares de chegada, aonde arribam navegantes, como lugares de partida, de onde se parte em busca de novos mundos?

E enquanto ninguém se lembrar de alterar o modo ocidental de elaborar o mapa-mundo (porque, ao modo oriental, o centro do mundo já não é o Atlântico mas o Pacífico), os Açores hão-de continuar a ser o meio do mundo, não só para nós, os que lá nascemos ou ali optaram por viver (e nisto dar-se-á o desconto devido), mas para todos aqueles que quiserem olhar para os mapas-mundo com olhos de ver: as nossas ilhas estão ali bem no centro, pequeninas, é certo, mas como apeadeiros no caminho das rotas que cruzam o Atlântico entre o Velho e o Novo Mundo. E que são, por isso, incontornáveis.

Um dia, farto de ter por mundo apenas a Graciosa no horizonte do mar em frente da casa dos meus pais, e depois de ter percorrido o mundo nos livros que lia, avancei porta fora – para ver como era ele ao vivo. Para Lisboa, que já era bem bom, as terras da América – aonde rumaram tantos e tantos parentes e amigos – nunca me seduziram. E, em Portugal, por muito que se pensasse em Coimbra quando se falava em Universidade, foi para Lisboa que entendi rumar: para cidades pequenas já me bastava Angra, para o mundo mais largo Lisboa seria um bom começo. E foi em Lisboa que me fiz: como homem, e como profissional. Foi de lá que parti a conhecer mundo, a ensinar e a aprender, e foi para lá que regresssei – para depois, anos mais tarde, num movimento pendular, retornar aos Açores, para depois voltar a partir, uma e tantas, tantas, vezes.

Como se tudo entretanto se tivesse passado.

\* \* \*

Sejam as ilhas, à vez, paraísos prometidos no meio de oceanos poderosos, terras secretas perdidas no nevoeiro, ou lugares do mundo como Paris ou Nova Iorque; sejam elas rochedos ameaçadores ou praias de refrigério, pontos de chegada ou portos de partida, celas de prisões ou portas de liberdade.

Sejam elas, sempre, como escreveu Chateaubriand, réplicas invertidas das ondas que as rodeiam, em cujas sombras e luzes – lembrando as tais auroras boreais transpostas em terras quentes de que nos falou Mark Twain, ou as cores e ruídos de tragédia entendidos por Raul Brandão –, compondo o fio do rosário das gerações, nascem, vivem, laboram, procriam e morrem pessoas que, à sua condição de partes íntegras da humanidade, acrescentam o doce nome de ilhéus.

E é assim que eu, ilhéu, me descrevo.

## Referências

- BECCARIO, B. (1426). *Portulano*. Bayerische Staatsbibliothek, Munich.
- BIANCO, A. (1436). *Atlas*. British Library, London.
- BRANDÃO, R. (1926). *As Ilhas Desconhecidas. Notas e paisagens*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1983.
- CAMÕES, L. (1572). *Os Lusíadas*. Com prefácio e notas de Hernâni Cidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.
- CHATEAUBRIAND, F. R. de (1822). *Mémoires d'Outre-Tombe*, I. Ed. Edmond Biré. Paris: Garnier Frères, 1904.
- DONNE, J. (1624). Meditation XVII, in *Devotions upon Emergent Occasions. Together with Death's Duel*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959.
- FRUTUOSO, G. (1586-1590). *Saudades da Terra*, Livro VI. Ed. João Bernardo de Oliveira Rodrigues. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998. Transcrição a partir do manuscrito autógrafo existente na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.
- HESÍODO, *Os trabalhos e os Dias*. Edição, tradução, introdução e notas de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta Editora, 2012.
- HOMERO, *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2003. Citação em grego: Homer, *The Odyssey*. Ed. A. T. Murray. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1919.
- MORE, T. (1516). *Utopia*. Ed. J. H. Lupton. Oxford: The Clarendon Press, 1895.



- PLUTARCO, *Vidas Paralelas*. Edição consultada: Plutarque, *Vies parallèles*. Ed. François Hartog (dir.). Paris: Quarto Gallimard, 2001, 129-160.
- SLOCUM, J. (1900). *Sailing Alone Around the World*. New York: Barnes & Noble.
- STOKES, W. (1890). *Anecdota Exoniensia: Lives of the Saints, from the Book of Lismore*. Oxford: Clarendon Press.
- TWAIN, M. (1869). *The Innocents Abroad or The New Pilgrims' Progress*. Hartford: American Publishing Company.
- VERGÍLIO, *Eneida*. Trad. Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Tibúrcio L. Alves. Lisboa: Bertrand, 2013. Citação em latim: Vergil, *Aeneid*. Ed. Theodore C. Williams. Boston: Houghton Mifflin, 1910.



## CONDIÇÃO DE UMA ILHOA NO BRASIL

MARIA EDUARDA FAGUNDES NUNES



Ilha do Faial

Fonte: arquivo particular da autora

Uma história de vida...

Mesmo depois de passados mais de 60 anos, ao fechar os olhos, ainda me lembro das imagens e sensações que minha memória de criança gravou naquela ocasião.

Um grande e escuro navio (o Lima) encostado à Doca da Horta, pessoas espalhadas em pequenos grupos com lágrimas nos olhos e lençinhos brancos nas mãos. Abraços demorados, choros sentidos, palavras ecoadas de desejos de felicidades e boa viagem. Voltem, voltem breve, antes que

---

Desenho: *S. Paulo, Brasil – Festa do Espírito Santo.*



Cais da Horta (Faial)

Fonte: arquivo particular da autora

eu morra, diziam os mais velhos. Era triste ver tanta dor na despedida, tanta saudade antes da partida, ouvir o apito rouco do navio reboando pelos ares. No cais, à medida que o navio se afastava, parentes e amigos se tornavam cada vez menores até desaparecerem na bruma da ilha. No coração de todos eles uma interrogação surgia; será que voltariam a se ver algum dia? O que os esperava lá, depois do horizonte? Muita luta com certeza, alegrias talvez.

O destino era Lisboa e depois o Rio de Janeiro, onde papai nos esperava. Como nós, outras famílias de ilhéus emigravam. A primeira parte da viagem, da Ilha do Faial a Lisboa, foi bastante desconfortável. Não havia cabines e sim beliches arranjados num grande alojamento onde as pessoas se acomodavam. O cheiro de óleo da casa de máquinas e do vômito daqueles que enjoavam tornavam o ambiente insuportável. Foram mais ou menos nove dias de sacrificio dividido com o gado que foi embarcado no andar debaixo, nos porões do navio.

Em Lisboa, aguardámos por uns oito dias a partida para o Brasil. Ficamos hospedados em casa de uns senhores amigos de papai. À noite, após uma merenda onde uns deliciosos pãezinhos com manteiga, mel e leite eram oferecidos no próprio quarto, na hora de deitar, ficava por algum tempo debruçada na janela do primeiro andar, a ver os carros-pipa que passavam lavando as ruas e regando os canteiros de gerânios vermelhos que enfeitavam a cidade. Todo aquele movimento noturno me

era inusitado. Lisboa era limpa e bonita aos meus olhos de criança de oito anos de idade.

Gostava quando mamãe nos levava para passear, enquanto aguardávamos a ocasião do embarque. Certo dia, na Praça do Rossio, brincando, seguia o movimento estereotipado daquele calçamento em arranjo de pedras pequenas, que faziam hipnóticos desenhos em ondas brancas e pretas no chão, alternadas, quando ao levantar o rosto vi pela primeira vez um homem da cor negra. Foi como mágica, num piscar de olhos percebi, espantada, que havia tanta coisa que eu não sabia que existia, tantas gentes diferentes que eu não conhecia, como aquelas pedras coloridas que me encantavam. Lisboa era um mundo excitante a desvendar.

Mas o dia 22 de março de 1955 chegou e embarcamos no North King para o Brasil. A carreira foi pelo Porto, a receber mais passageiros, depois passamos por Cabo Verde à noite, onde vi pela escotilha, homens pretos, retintos, subirem a bordo, em alarido, por escadas de cordas carregando mercadorias. Na Madeira, quando por lá passamos, na primeira viagem, também presenciamos, do navio, rapazes que mergulhavam para buscar moedas atiradas ao mar! Até hoje me custa a acreditar que fossem as mesmas moedas jogadas na água que eles traziam de volta. O lugar era fundo e as águas será que eram tão claras? Para mim, um enigma a se revelar!

Dependendo das condições financeiras, uns viajavam em acomodações melhores que outros, mas as expectativas de todos eram as mesmas. Durante a viagem um incidente deixou mamãe assustada. À barra do Douro, no encontro das águas do mar com o rio, o navio balançou tanto com as ondas revoltas que parecia que ia adernar. No convés, uma senhora que estava em pé, não conseguiu segurar-se, tombou, e foi bater com a cabeça na balaustrada. A pancada seca abriu-lhe uma ferida na testa que, embora não tão grave, fez o sangue borbulhar. Levada para a enfermaria, um doutor a atendeu.

À passagem da linha do Equador era comum o comandante do navio dar uma festa, onde os convidados eram regalados com música ao piano e pratos diferenciados, sempre acompanhados de vinho. Para as crianças maiores, vinho com água adoçada. Finalmente depois de uma viagem tranquila chegamos ao nosso destino, o Rio de Janeiro, em sete de abril de 1955. O North King continuaria seu curso até Santos (SP), antes de voltar a Lisboa e se aposentar das carreiras.

Em 1954, papai, homem jovem e inteligente, com alguma cultura, não por necessidade, mas por espírito de aventura e curiosidade, aceitou o convite de um patrício, corvino, da família Fraga, para trabalhar



Fonte: Arquivo particular da autora

numa conceituada papelaria (Duarte & Neves) de portugueses, no Rio de Janeiro. Apesar dos rogos de minha mãe, e dos pedidos dos familiares, deixou tudo para trás, para emigrar; um bom emprego no comércio de tecidos (Santos & Lacerda), na Horta, algumas vaquinhas no pasto e uma boa casa com um grande terreno onde cultivava (milho, feijão, melancias, melões,...) nos horários de verão, quando os dias acabavam mais tarde.

A emigração estava no sangue. Já no século XIX, os avós maternos de meu pai foram emigrantes temporários que viveram e se casaram em New Bedford. Pessoas com alguma qualificação juntaram algumas moedas à época dos baleeiros. Minha bisavó era natural das Angústias (Faial), professora, viúva de um capitão de navio, casou em segundas núpcias com meu bisavô corvino, nos EEUU. Voltaram às origens e constituíram uma nova família que se expandiu pelas ilhas do Corvo, Faial e Pico.

Talvez o espírito aventureiro seja mesmo herdado, porque meu pai, mesmo casado e com duas filhas para criar, não hesitou em deixar uma vida confortável para em terras brasileiras se aventurar. Vendeu nossas coisas, acomodou mulher e filhas em casa de parentes, e partiu para um

mundo novo desconhecido. Um ano depois chamava a família, quando tinha casa montada e emprego estabilizado.

Papai tinha uma personalidade marcante e aparência agradável. Expressava-se bem, tinha o dom da palavra. Adolescente, com apenas instrução primária, porém inteligente, sétimo filho de uma família numerosa, cedo precisou trabalhar. Era um curioso, lia tudo o que lhe caía às mãos. Aprendeu a falar e escrever inglês com uma professora inglesa, esposa de um funcionário da Western Union (Cia de Cabos Submarinos) que foi morar no Faial. Mais tarde, dominando a língua inglesa com desembaraço, na altura em que a PANAM (Pan American World Airways) se instalou na Horta, montou um pequeno negócio dentro da Companhia. Depois, ainda solteiro, trabalhou no ramo hoteleiro em Santa Maria,

e no serviço de meteorologia do Faial. Foi ator de teatro do Sporting Clube da Horta, e finalmente comerciário na loja Santos & Lacerda, na mesma cidade. Carlos Avelar era um autodidata, aprendia rápido, espírito inquieto, a pequenez das ilhas lhe cerceava, era prisão. Casou aos 20 anos, com minha mãe, uma bonita e tímida jovem de 17 anos que estudava no Colégio Santo António.

A vida corria fluida sem grandes tropeços, mas havia sempre a vontade sublimada de sair da ilha, de conhecer o mundo! A oportunidade surgiu, e o convite chegou de um amigo açoriano que já estava no Brasil.

Agora, um ano depois que meu pai partira da Ilha do Faial, nós, do convés do navio, procurávamos adivinhá-lo no meio da multidão que se aglomerava lá em baixo, aguardando o desembarque, no cais do porto do



Emigrantes açorianos (New Bedford) Finais do século XIX

Fonte: Arquivo particular da autora



Grupo de Teatro do Sporting Clube da Horta (década de 50)  
Carlos Avelar Fagundes em pé, entre as duas senhoras atrizes.

Fonte: Arquivo particular da autora.



Companhia Western Union, depois PANAM, hoje Hotel Faial.

Fonte: Arquivo particular da autora.



Hidroaviões no Porto da Horta (Faial) Flying Boats/Clippers- 1939.

Fonte: Arquivo particular da autora.

Rio de Janeiro. Chegámos num dia cinzento e abafado, era sete de abril de 1955.

Já em solo brasileiro, com meu pai ao lado, depois de muitos beijos e abraços, e de matar as saudades, comecei a reparar com curiosidade o entorno. Na Praça Mauá, o calor era infernal. Debaixo das roupas de frio que trazíamos de Portugal, suávamos às «bicas». As pessoas eram diferentes das ilhoas que tinham em geral pele rosada, cabelos e olhos castanhos. Ali, no Rio, a maioria tinha pele amorenada, cabelos pretos e encaracolados, outras, poucas, alouradas de olhos claros, denotando a mistura de raças. Vestidas informalmente, com roupas leves, portavam-se sem cerimônia, chamavam a todos de você. Os primeiros contrastes e choques surgiam. Minha mãe foi quem mais sentiu.

O clima para nós insuportável, as comidas e frutas diferentes, o medo dos grandes espaços, as lonjuras de tudo a percorrer, as dificuldades de papai em pagar o aluguel e sustentar a casa, pois o dinheiro acabara, a falta de apoio e carinho de amigos e familiares, a intolerância inicial das pessoas, que diziam que português estava ali a tirar empregos dos naturais, eram situações que nos magoavam e faziam minha mãe dia a dia entristecer. A princípio, desambientada, não comia, chorava, sentia-se impotente. Depois, aos poucos, as lágrimas secaram, calou suas queixas,



meu irmão brasileiro nasceu. Enquanto isso continuava na lida. Trabalhava em casa, cuidava dos filhos, lavava, passava, cozinhava, aprendeu a costurar. Para ajudar meu pai na manutenção da família, chegou a bordar mantilhas e blusas de tule com palha de trigo, que vendia para uma loja no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Até que um dia, adoeceu, num dos acessos de tosse escarrou sangue, sentia febre. Procurado o médico, depois de testes laboratoriais e radiológicos, este selou o diagnóstico; estava com tuberculose.

Papai sentiu-se culpado. Sem planos de saúde, pediu aos patrões dinheiro emprestado para pagar o tratamento na Beneficência Portuguesa. Durante um ano, depois que chegava do trabalho, ele ia para o tanque, lavava a roupa dela e dos filhos, tudo separadamente. Contratou uma senhora para ajudar nas tarefas domésticas parte do dia. Como eu era a filha mais velha, tive que aprender, ainda menina, a fazer sopas, mingaus, pequenos pratos para reforçar a alimentação dela e de meus irmãos. Fazia compras na quitanda, entrava na fila do leite com um grande latão de 5 litros que, cheio, pesava tanto que deixava os dedos da minha mão quase exangues. Os remédios que mamãe tomava eram muito agressivos ao estômago. Ela precisava de se alimentar bem, beber muito leite e ficar afastada das crianças pequenas. Cuidado com o contágio, dizia o doutor de então, orientando a família.

Meu pai não parava. Depois do jantar, fazia traduções de inglês, ou ia para o torno onde fazia peças de madeira para vender na papelaria onde trabalhava. Precisava ganhar mais dinheiro para pagar as dívidas encetadas. Dormia pouco, para dar conta do serviço, mas voltar para a Ilha não cogitava. Orgulho, vergonha, falta de dinheiro? Talvez tudo isso, nunca soube ao certo. O que sei é que ficamos definitivamente no Brasil.

Na escola pública onde eu estudava sofria *bullying* quando me ouviam falar com sotaque. Então, as crianças riam e diziam que não entendiam nada, que eu era filha de «burro sem rabo», na alusão maldosa aos pobres portugueses sem profissão que, na cidade, puxavam carroças para ganhar a vida. Quando me destacava na escola, porque lá cheguei já alfabetizada, menosprezavam o meu desempenho e as medalhas conquistadas. Nas brincadeiras de rua, em frente a minha casa, sempre era solicitada para fazer tarefas que as outras crianças não queriam; recolher brinquedos, guardar bicicletas,... . Em troca deixavam-me brincar.

O tempo passou, mamãe se curou, a gente se adaptou e eu perdi o sotaque. Papai continuava a trabalhar sem férias. Na sua sede de saber, fazia cursos (Estenografia, Eletricidade Aplicada,...), assinava revistas nacionais e estrangeiras (Newsweek) para se manter atualizado. Em cin-

quenta e dois anos de Brasil, pagou a sua dívida, construiu um ventilador, conseguiu amealhar capital suficiente para montar o seu próprio negócio, abriu duas papelarias no Rio de Janeiro. Ajudou os filhos a estudar, viajou várias vezes de volta ao seu torrão natal. Reencontrou ainda vivos muitos amigos e parentes, nos Açores, Portugal Continental, Canadá e EEUU. Fez pesquisas, buscou documentos, elaborou a árvore genealógica da sua família até 1789. Sentiu orgulho quando sua filha mais velha formou-se em Medicina. Casou os filhos, viu os netos nascerem e crescerem, levou-os para a América para passearem e aprenderem a língua do Tio Sam. Novamente se orgulhou quando também os netos tornaram-se doutores. Viu o filho do seu neto mais velho nascer.

Mas tudo tem seu preço. As noites curtas, mal dormidas, os sofrimentos físicos e psíquicos passados e o vício do cigarro roubaram-lhe tempo de vida. Porém, tudo enfrentou e suportou sem reclamar. Meu pai foi um vencedor, um ilhéu que acreditava na sua capacidade realizadora, que teve a coragem de ir atrás de seu sonho. Se ele realizou tudo o que queria não sei, mas sei que, até onde pode, segurou as rédeas de seu destino.

Minha mãe nunca mais voltou à terra onde nasceu. O medo de viajar de avião sempre foi maior que a vontade de rever a Ilha. A mãe dela é que veio ao Brasil para reencontrar a filha. Hoje, bisavó com quase 89 anos, mamãe ainda é uma senhora de bonitos traços que fez da família seu objetivo de vida. Emigrou pelo marido e filhas, nunca por opção dela mesma. Seu coração e ilusões da juventude ficaram no passado ilhéu.

Com meus pais aprendi a enfrentar as dificuldades, a não desistir do que achei que valia a pena. Aprendi que o saber e a cultura são portas que se abrem para a vida, que tornam o trabalho mais fácil e produtivo, e que só ele nos dá a verdadeira independência.

Mesmo com *status* de brasileira, por ser funcionária do governo, aposentada, mesmo que a minha vivência e família me prendam às terras brasileiras, ainda assim sou uma ilhoa. Meu coração carregará para sempre o telúrico sentimento de pertencer ao magma da ilha.

Ser ilhéu...

A condição do ilhéu pode ser interpretada como o estatuto de uma pessoa em relação à sua origem, à sua condição física e mental, ou mesmo quanto à sua posição social. Sendo os pontos anteriores um tanto o quanto específicos a cada indivíduo, preferi comentar sobre as qualidades e natureza do povo ilhéu que o levaram a posições e situações de vida...

Analisando não o acidente geográfico, mas o «homem» que nele habita, sob o nosso ponto de vista e daqueles que se debruçaram sobre o

assunto, ilhéu é aquele que, refém do mar, isolado pela geografia, desenvolveu características *sui-generis* de ser e estar no mundo.

Como o mar e a lava que se solidifica, sob a calma aparência, o ilhéu açoriano, espírito inquieto, é explosivo nos sentimentos, brando nos movimentos. O magma o prende e irmana, o mar alimenta-lhe o corpo e a alma.

«[...] Pois fica-se sabendo:

Que da espuma do mar sai gente e amor também...»

(Vitorino Nemésio, in *Sapateia Açoriana*)

A bruma que cobre as ilhas atlânticas portuguesas tornou o ilhéu um místico, um acabrunhado sentimental, um espiritualista. Impotente perante os caprichos da natureza desenvolveu uma religiosidade ferrenha que lhe valeu nas horas de angústia e calamidades, dando-lhe conforto e esperança de melhores tempos. Igualados pelas dificuldades de sobrevivência, poucos diferenciados pela riqueza, os valores morais e intelectuais passaram a valer mais para a personalidade ilhoa que os materiais. Percepção aguçada pela necessidade de autodefesa, num arquipélago vulnerável e pouco protegido pelo Governo Central, o açoriano aprendeu a observar as mudanças da natureza, a valorizar os sentidos e a experiência.

O ilhéu dificilmente «emprenha» pelo ouvido, é um autodidata nato. Desconfiado, julga mais com seus próprios conhecimentos que com as informações científicas e sofismas da mídia. No seu parecer, mistura afetividade com racionalidade. Não tem a fleuma do europeu setentrional, a paciência monástica de um oriental, ou a visão umbilical de um americano. Sensitivo, para ele o caráter é tudo, o poder maleável, contornável.

O ilhéu açoriano fez da arte e da religião sua vocação e sua salvação. Através delas, desenvolveu habilidades, canalizou qualidades, domesticou defeitos, sujeitou-se às necessidades. No passado, a política emanada do Continente manteve-o tão longe das benesses como dos castigos do distante governo, isso o ensinou a contar consigo mesmo, a se defender como podia, com fugas e subterfúgios quando precisava. Com restrito acesso ao estudo, precisando trabalhar para comer, pouco se educou e instruiu. Nascido e crescido sob o signo da fé, cultuou o Espírito Santo, fonte anímica e espiritual que em todos os momentos da vida revigorou sua identidade cultural.

Produto da miscigenação do português com povos de várias origens (flamengos, ingleses, espanhóis, normandos, judeus, africanos), que a partir do final do século XV ocuparam e colonizaram o desabitado arquipélago açoriano, os ilhéus trouxeram no seu DNA, tanto quanto a neces-



Desfile do Espírito Santo na Broadway de East Providence-RI

Fonte: Arquivo particular da autora.

cidade de sobrevivência, o impulso para a aventura, o desejo de ir atrás do sonho de felicidade e riqueza. Pela exiguidade e política da terra, pelo excesso populacional, a emigração foi a solução encontrada para melhorar as condições de vida.

Em tempos não tão idos, o açoriano conheceu a solidão e o abandono, nas ilhas e na diáspora. Em terras distantes, nos longos dias de caça à baleia (cachalote), em ambientes hostis, nos desbravamentos das matas e florestas carregou consigo as lembranças de um mundo que ficou para trás, a esperança de um regresso às origens.

Antero do Quental, o poeta consagrado da Ilha de São Miguel, in *Sonetos*, bem definia a alma do açoriano:

«[...] *Eu compreendo a vossa língua estranha, vozes do mar, da selva, da montanha...*

*Almas irmãs da minha, almas cativas!* [...]»

Assim era a alma do ilhéu; cativa, inquieta, telúrica, diluída na bruma das ilhas, mesmo quando saía delas, à procura de uma nova vida.

Na diáspora, em meio estranho, o ilhéu quando encarava as vicissitudes e se expunha, profissionalmente desqualificado, ganhava menos, trabalhava dobrado. Mas, mesmo inferiorizado, não podia ser chamado de covarde, enfrentava as dificuldades como podia. O que muitas vezes o mortificava

é que, para ser aceito e poder sobreviver, renegava a origem, se despessoalizava. Fazia as atividades que os naturais desprezavam, os serviços mais pesados, mais arriscados ou mais sujos, menos renumerados e reconhecidos socialmente, até realizar o sonho ou perder a saúde. Voltar de mãos vazias não queria, seria confirmar o fracasso. Os felizes, aqueles que venceram e /ou se realizaram socialmente, voltaram ao espaço natal para viver o resto dos seus dias, ou construíram uma nova vida no estrangeiro.

Nas idas e vindas os emigrantes misturaram línguas e culturas, assimilaram e propagaram costumes dos países em que viveram. Trouxeram recursos que melhoraram a vida das ilhas. Mas se perderam, no país onde estavam eram de fora, nas ilhas, ao voltar, estrangeiros... Nunca mais foram os mesmos...

Nos primórdios da emigração, quando das crises de subsistência do século XVII ao XIX, partir para o Brasil foi a solução. Depois as dificuldades e sofrimentos nas fazendas e nas áreas urbanas fizeram com que o ilhéu, decepcionado, se voltasse para o continente norte-americano, onde o trabalho era bem mais renumerado, apesar das diferenças da língua, religião, cultura, e da marcada segregação social. No enfrentamento dessas situações, os imigrantes fundaram comunidades para atenderem a necessidade da preservação de sua identidade.

Nos locais onde o ilhéu aportou levou consigo a vontade de vencer, sua capacidade de trabalho, sua cultura e seu saber. Nessas Terras distantes trocou conhecimentos, assimilou costumes, criou raízes. Ajudou na formação de novas sociedades. Mesmo nos tempos atuais, onde o acesso à tecnologia e à cultura é mais facilmente alcançado, dentro ou fora do arquipélago, o açoriano, que não precisa mais emigrar para subsistir, continua com sua maneira peculiar de pensar e fazer. Está sempre a buscar para além do horizonte uma razão para sonhar e viver.

Antigamente, os ilhéus pouco se interessavam pelo estudo porque tirar da terra o pão para sobreviver era mais importante que ilustrar a mente. As novas gerações e seus descendentes, atualmente, aprendem que conhecer a história dos seus antepassados e lhes dar deferência é uma forma de saber quem são e a que vêm. Reforça-lhes a identidade.

Política e civilmente, o açoriano viveu séculos de cerceamento e dependência Continental que o tornou um imaturo cívico, porém reivindicador. Pouco afeito a movimentos políticos generalizados, o interesse pessoal sempre falou mais alto nas suas escolhas. Pouco adere a partidos, na maioria das vezes «reza» pela própria cartilha. Só se sensibiliza e mobiliza com quem se identifica ou quando se sente ameaçado ou injustiçado. A teimosia para ele é uma forma de resistência, de preservação

de suas ideias e convicções. Qualidades e defeitos são adendos nos seus julgamentos, não mudam fundamentalmente seus pareceres sobre fatos ou atitudes individuais. O equilíbrio e a harmonia social estão diretamente relacionados com o bem-estar da sua «ilha», do seu EU. Deles tira sua energia e resiliência. Na sua terra natal, quando volta, se revigora, no país que o acolhe, se transforma, batalha, mostra do que é capaz.

A Educação ampliada, a nível universitário, os intercâmbios culturais, as políticas autonómicas, os modernos meios de transporte e comunicação e as inovações tecnológicas adquiridas abriram perspectivas de progresso no arquipélago açoriano, com as boas e as más consequências advindas do moderno desenvolvimento. Aqueles que mais recentemente partiram para a diáspora e lá se integraram, construíram uma nova história, marcaram presença. Alguns usaram os atuais meios de contatos (intercâmbios culturais, *internet*, vídeo-conferências,...) para resgatar suas raízes, suas origens. Os que ficaram nas ilhas amadureceram, ganharam mais espaço e também se influenciaram pelos intercâmbios e tecnologias modernas conquistadas. Apesar das dificuldades económicas que Portugal enfrenta, hoje, o ilhéu, pela história embasada no passado, tem perspectivas de construir para si e seu povo um futuro mais promissor que o de antigamente, basta acreditar na capacidade e garra que o levaram a vencer lá fora.

## Referências bibliográficas

- BETTENCOURT, M. M. *Os Picoenses na Odisséia da Baleação*, Lages do Pico, 1996.
- COSTA, A. *Açores. Personalidade Básica. Que futuro?* I Congresso De Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo-Horta-Ponta Delgada, 1978.
- LIMA, M. *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, Vila Nova de Famalicão, 1940.
- MENDONÇA, L.; ÁVILA, J. (Sécs. XVIII a XX), *Emigração Açoriana*, Lisboa, 2002.
- SILVA, S. S. «Em Busca de Novos Horizontes. Açores. Emigração e Aculturação nos finais do Século XIX inícios do Século XX». Separata do *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores. 2.<sup>a</sup> série História Insular e Atlântica. Vol. VI, Ponta Delgada, 2002.228





## LONGE DA TERCEIRA...

RAFAEL GONÇALO PIMENTEL GOMES FILIPE

Nasci em 1 de Fevereiro de 1944, na freguesia de Santa Luzia da cidade de Angra do Heroísmo. Meus pais foram Rafaela Rosa Pimentel, uma terceirense de gema, e Guilherme Gomes Filipe, nascido na Urzelina, ilha de São Jorge. Vivi em Angra até aos cinco anos, quando meus pais se transferiram para o «continente» (para o caso, Lisboa). Voltaria um ano depois com minha Mãe e o meu irmão mais novo, Mário, para passarmos onze meses em casa dos meus avós maternos, na rua da Sé, então, como hoje, a principal da cidade. Vim fazer oito anos a Lisboa, e, de então até hoje, nunca mais voltei à Terceira e a Angra do Heroísmo.

Poderia o meu depoimento terminar aqui. Mesmo assim, vou acrescentar algumas notas, na sua maioria, recordações felizes. Aparentemente, na minha biografia, tudo é o oposto da do meu querido amigo Onésimo Almeida, que desde cedo soube estabelecer um fecundo vaivém, que, claro, está bem longe de ser meramente espacial, entre as suas condições vividas de ilhéu, de notável escritor e ensaísta português e de prestigiado professor universitário, radicado nos EUA, onde tive o gosto de o conhecer. O certo é que nunca perdi a minha primeira identidade, sobretudo angrense. E, desde que me conheço, sempre a declinei com orgulho, que mantive até hoje. Porquê? Apetece-me dizer «por que sim!» Sim, porque fui abundantemente feliz em todo o tempo que vivi na minha terra natal. Fui amado por muita gente, a começar pelos meus pais, pelos meus avós maternos, e pela minha tia-avó Alzira, irmã da Avó Maria. Tive os meus primeiros amigos, uns, colegas de escola, como o Sebastião, magríssimo, neto de um açougueiro imponente, que bem poderia fazer o papel do vilão nos filmes do Charlot, mas que deveria ser bom homem. Outros, eram os filhos do Dr. Bretão, católico muito praticante e excelente pai de



família, de que destaco o João, da minha idade. O Vergílio, filho de um ourives anafado, de apelido Coimbra, e o «Chá-preto» (assim chamado, porque a família estava ligada à comercialização do chá Gorreana) viviam na rua de São João, abaixo da rua da Palha, onde ficava a casa dos meus pais. Lembro-me ainda do António Manuel Machado Pires, que viria a ser ilustre reitor da Universidade dos Açores, entre 1982 e 1995, se não estou em erro, e que morava na rua abaixo da Sé, menino delicado, que mal aflorava à janela, mas com quem eu trocava brinquedos e palavras/experiências. É que eu passava muito por ali, para recolher ripas de madeira numa amável e oportuna serração, as quais logo se transformavam em espadas de brincadeira, brandidas, mais em aclamações do que outra coisa, cerimónias que eu inventava no pequeno jardim que ladeava a mole majestosa e elegante da igreja matriz. Recordo ainda o Nazário, o mais pobre de todos, neto de uma senhora a quem chamavam a Margarida Benzedeira, e que morava na travessa íngreme que ligava a rua da Palha, onde eu morava, à rua de São João.

Candidato a Ícaro, lembro-me de, com uma espécie de mochila atada às costas, ensaiar o voo do «homem foguete», que vira num filme no Teatro Angrense, na companhia da tia Alzira, para o que me servia de pista o largo da Sé, então imenso, aos meus olhos de miúdo. O que deveria ser a minha primeira recordação, foi, afinal, coisa que me relataram. Parece que os meus pais estariam comigo no «Atanásio», então a melhor pastelaria de Angra (e uma das melhores do mundo!), tendo eu proferido, com sete meses de idade, a palavra «papel», vá-se lá saber porquê. Ouviu-a também o padre que me baptizara, o padre Máximo (excelente e nobre nome, que lembra o de áugures e sacerdotes de Roma Antiga), que ficou extasiado com a minha precocidade. De facto, parece que eu, com um ano de idade, falava quase na perfeição, levando-me o meu querido pai ao café, para exhibir o «prodígio» a amigos e conhecidos. Sabe-se, hoje, que esta precocidade não é augúrio seguro de inteligência futuramente excepcional, mas, de alguma forma, é possível que eu tenha recebido pelos genes o meu gosto pela retórica, não como exibição e pompa inúteis, mas como palavra oportuna, adequada às circunstâncias. Um dia, o Dr. Hélio, um médico jovem, muito alto e magro, em quem os meus pais justificadamente depositavam a maior confiança, resolveu meter-se comigo, deveria eu ter uns três, quatro anos. Eu acompanhara o meu pai num qualquer acontecimento, creio que num escritório ou numa gráfica, na rua de São João, e o Dr. Hélio também lá estava, disparando na minha direcção, mal me avistou; «Ó Rafael, olha que estás a ficar muito gordinho!» Não o deixei sem resposta: «E o Sr. já viu o que parece? Parece uma agulhada de picar

os bois!» Foi geral o riso dos circunstantes, incluindo o próprio visado. Da retórica, como se vê, também faz parte a capacidade de ter a resposta pronta na ponta da língua.

Para quem como eu gostava de brincar e de ler, o que muito cedo aprendi, Angra foi a cidade ideal. Desde logo, o jardim, formosíssimo, era um dos meus *playground* preferidos. Percorria-o em todas as direcções, no meu triciclo, sozinho ou em conjunto com outros meninos e meninas, elas com os grandes lenços brancos, palpitantes, que lhes apanhavam o cabelo no alto da cabeça. Também, na parte alta do jardim, perto do intimidante Babão, num moderno espaço coberto onde havia um longo tanque rectangular, punha a navegar barquinhos à vela, invariavelmente azuis e vermelhos, que se vendiam no Pedrinho Amiguinho, ali na rua da Sé, um pouco acima da farmácia do meu avô. Lanchava depois no jardim, com grande prazer, uma banana da Madeira e um bolo lêvedo do Pico aberto ao meio e barrado com manteiga, a melhor manteiga do mundo, a de Angra, breve farnel que a tia Alzira sempre trazia. Estes pães, deliciosos, creio que eram feitos em forno de tijolo, e vendiam-se na leitaria do Joaquim, mesmo ao pé da entrada para o Teatro Angrense. Ainda hoje os compro, uma vez por outra, nas lojas que vendem produtos dos Açores, juntamente com a massa sovada e o licor do Ezequiel (maracujá).

Outro lugar meu preferido era o Pátio da Alfândega, com as suas esplanadas e o seu belo passeio público à beira-mar, onde o meu triciclo se entregava a corridas de fórmula um. No verão, no período de férias, enchia-se o Pátio de Alfândega de famílias com crianças e pares de namorados. Lembro-me de ver ali o meu tio Leonel, o do meio dos três irmãos da minha Mãe, louro e sempre elegante, muito bem acompanhado, ele que, no resto do ano estava a estudar em Coimbra, mas que sempre se lembrava de mim quando voltava a Angra: ele era uma bola de borracha, ele era um ringue, ou um barquinho à vela. Este querido tio, felizmente ainda vivo e com saúde, teria mais tarde um papel muito importante na minha vida, quando a família decidiu que eu fosse estudar para Évora, onde o tio Leonel e sua mulher, a minha tia Madalena, eram professores, ele no liceu e ela num colégio particular. Foi com eles que reaprendi a estudar e a fazê-lo com gosto, hábito que, para minha felicidade e proveito, nunca mais me abandonaria. Eu era então aluno do Liceu Camões, estava no quarto ano do segundo ciclo e não tinha hábitos de estudo, vivendo dos rendimentos do que aprendera na escola primária, muito em especial, já definitivamente em Lisboa, com o meu professor da terceira e da quarta classes, o Sr. Pinto, que leccionava no Colégio Lusitano, em S. Domingos de Benfica. Beirão de ar severo, mas que nunca vi erguer a mão, a régua

ou o ponteiro sobre qualquer aluno, conquistava-nos pelo carisma que dele dimanava, pela competência inextinguível com que nos preparava para os exames, então, em escolas públicas. Havia um rapazito gorducho, o Bouças, que não conseguia, por mais que o mestre instasse com ele, aprender a tabuada. Um dia foi lá a mãe dele, o Sr. Pinto recebeu-a na aula com atenções, sentou-a numa cadeira e chamou ao quadro o Bouças. Fez-lhe algumas perguntas, umas multiplicações simples, e o Bouças nada. Após um silêncio, que me pareceu infundável, o Sr. Pinto levantou-se e disse para a senhora: «Está a ver, minha senhora, o seu filho não pode ir a exame!» A mulher saiu, aparentemente conformada, e então o Sr. Pinto aproximou-se do Bouças, que entretanto se sentara. Olhou-o lá do alto, com um ricto de desprezo no lábio inferior, e lançou: «Mal empregado é o pão que tu comes!» Eu senti-me siderado, como se aquelas palavras, que nunca mais esqueci, também me fossem dirigidas. Mas havia outros momentos mais felizes, pois eu gostava de dar manteiga ao professor idolatrado. Entendamo-nos, pois nunca fui manteigueiro! Os meus avós mandavam-nos, uma vez por outra, duas latas grandes de manteiga, uma das quais a minha Mãe logo punha de lado, para ser oferecida ao Sr. Pinto, num bonito embrulho. Eu era apenas o feliz portador. Antes do professor entrar na sala, já o presente estava em cima da sua secretária. Em Angra, na escola do tenente Areias, quando frequentei a segunda classe, a minha professora foi a D. Mercês, uma senhora grande e um tanto intimidadora, mas boa professora e pessoa amiga da família, pois morava em frente à casa dos meus avós.

Quanto aos livros, não faltava a sua renovada oferta no Magalhães, casa de muitas utilidades, ali na esquina da rua da Sé com a rua da Palha. Eram histórias de fadas, contos tradicionais, em que figuravam princesas e príncipes encantados, tudo acabando bem depois de muitas peripécias e crueldades. Creio ser a Romano Torres que os editava, capas de fundo amarelo-torrado, com ilustrações, muito gráficas, alusivas à história. Um dos livrinhos, sobre um boneco de neve que se derretia com a chegada da primavera, e que nos deixava na incerta esperança de que ele ressuscitaria no inverno seguinte, causou-me funda impressão; senti, confusamente abalado pela primeira vez, que o presente não era a única dimensão do tempo. Só depois a Majora começaria a publicar as aventuras do Zé Fagulha, que eu, aos oito anos, já em Lisboa, ainda gostava de ler, embora então fosse já o Sandokan, de Emílio Salgari, o meu herói preferido. A tia Alzira ainda me ofereceu o *Coração*, de Edmundo de Amicis, mas eu, não sei bem porquê, não gostei daqueles meninos que me pareciam tristes,

perdidos em grandes casarões de Milão, talvez porque demasiado sages e muito mais formatados do que eu.

Vi muitos filmes no teatro Angrense, onde invariavelmente ia com a tia Alzira. Mais com os meus pais, também ia ao Recreio dos Artistas, agradável salão dos anos quarenta, situado numa parte mais popular da cidade, mas que também exibia filmes ao ar livre, imitando a moda norte-americana do *drive-in cinema*, quando o tempo estava bom. Lembro-me de ver, em grandes dimensões, o inesquecível rosto, os belíssimos olhos e o penteado sedutor de Lauren Bacall, que logo passou a ser «a minha namorada», e seria pela vida fora, juntamente com Ava Gardner (de que recordo um dos primeiros filmes com ela, que vi com a tia Alzira, no teatro Angrense), uma das minhas actrizes preferidas. Também vi filmes com a orquestra do simpático e célebre maestro José Iturbi, um deles, creio, com a espectacular e electrizante Carmen Miranda. Recordo vagamente outros filmes, um, *Leviandades*, passava-se em Florença, no tempo dos Médici, com assassinatos com punhais em pequenas pontes, e envenenamentos expeditivos; também me impressionou um vilão de grandes recursos, o Doutor Fu Manchu, talvez um equivalente asiático do Dr. Mabuse, que Fritz Lang immortalizou. Lembro uma cena: enfadado com a renitência em colaborar de uns ocidentais que recebeu no seu gabinete, o Doutor carregou num botão, abrindo-se sob os pés dos infelizes um alçapão por onde eles se sumiram para serem, lá em baixo, acolhidos por enormes crocodilos, famintos e de goela já aberta. Outro filme, creio que *O Violino do Diabo*, restituía-nos a vida atribulada de Paganini, por entre arrepiantes e frenéticos harpejos. Ainda neste contexto, recordo a entrada da telefonia, em casa do meu avô. Um belo rádio, onde tive o prazer de, a meu pedido, que o Rádio Clube de Angra satisfizesse, ouvir a valsa «Danúbio Azul» de Johann Strauss, uma das minhas preferidas.

A tia Alzira, que adorava touradas, não falhava uma, e pude assim assistir com ela, na bela praça de Angra, toda engalanada, a faenas de grandes «espadas», então no pico da fama, como Manuel dos Santos, Diamantino Viseu, Gregório Garcia, e a cavaleira tauromáquica Conchita Citrón, que todos eles se exibiam em Angra envergando o *traje de luces*, por respeito pela *afición* local. Em Lisboa, só fui ao Campo Pequeno, com o meu pai, para ver o espectáculo *Holliday on Ice*, uns anos mais tarde. A única tourada que me lembro de ter visto, foi em Évora, tendo eu saído, enfadado, antes daquilo terminar, pois um dos últimos touros a ser lidado teimava em não regressar aos curros, apesar das solicitações de chocas e cabrestos.

Duas referências ainda, que não posso omitir. O Carnaval, em Angra, marcava, para mim, um ponto alto no ciclo dos grandes eventos anuais ansiosamente esperados. O desfile, animadíssimo e variegado, à boa maneira do Carnaval carioca, passava mesmo por baixo da grande varanda da casa dos meus avós; nessa altura, o avô não olhava a despesas, e eram muitos os «foguinhos» que ele acendia e fazia estrear no céu nocturno da cidade, sulcado em todos os sentidos por outros cometas artificiais, que logo se desfaziam em chuva de estrelas, brilhante sudário que iluminava, antes de se dissipar, o perfil anguloso do casario.

Já antes o Pedrinho Amiguinho decorara a sua montra e um anexo com tudo o que era preciso para pregarmos uma boa partida: estalinhos de todas as cores apinhavam-se em caixinhas apropriadas, o mesmo acontecendo às garrafinhas de mau cheiro (a que chamávamos, em Português final, «fonas de porca»), aninhadas em fofas palhinhas, não fossem elas quebrar-se antes de tempo; bisnagas de celulóide, depois substituídas por imponentes pistolas de água Browning transparentes, e zarabatanas, e matrenicas, que produziam uma rajada de pequenas explosões muito sonoras, quando as raspávamos contra uma parede.

As fantasias eram outro ponto forte do Carnaval angrense. O *Ténis*, um clube selecto, situado perto do Alto das Covas, organizava todos os anos um concurso que premiava as melhores fantasias. Não me recordo, tão pequeno eu seria na altura, de me terem fantasiado de Gato de Botas, número para um só figurante, já que eu era o primogénito absoluto, não tendo ainda, então, nem irmão, nem primas e primos. Já me recordo bem do par que fiz com o meu irmão Mário, noutra Carnaval, o do João Ratão e da Carochinha. Ele, muito pequenino, com umas enormes antenas que lhe saíam da touca preta; eu, todo janota na minha casaca, calça listrada e sapatos de verniz com polainas, belo laço vermelho com bolas brancas, orelhas de peluche e um *canotier* inclinado para um dos lados da cabeça. Assim figuramos, de frente, com o nosso pai acorçado junto ao Mário, a compor-lhe o negro e reluzente saiote, numa oportuna fotografia que nos foi tirada no *Ténis*. É claro que ganhámos um dos primeiros prémios, uma enorme e vistosa caixa de bombons, que fomos receber no Teatro Angrense, durante uma luzida festa organizada pelos patrocinadores, neste caso a fábrica de chocolates Regina. O mesmo ocorreria no ano seguinte, tendo-se juntado a nós a minha querida prima Elvina Maria e o primo Jorge, filhos, respectivamente, de uma irmã mais nova, a tia Elvina, e da irmã mais velha da minha mãe, a tia Djovrália. Compúnhamos, então, os quatro, uma trupe de circo: a bailarina, que a Elvina Maria figurava na perfeição; o Jorge, o mais novinho, era o palhaço rico, com um bonito cone

na cabeça, quase maior do que ele; o Mário e eu éramos os faz-tudo, os verdadeiros palhaços, vestidos a preceito com chapéus de coco ridículos, bolas de pingue-pongue pintadas de vermelho no lugar do nariz, casacas às três pancadas, calças disformes e grandes sapatos, que mais pareciam enormes barbatanas. Também ganhámos outro prémio, e merecidamente nos regalámos, os quatro artistas, com o nosso quinhão de bombons.

Outro ponto alto do ano era, para mim, o das festas do Espírito Santo, em que se coroava um menino com a coroa dos Césares do Sacro Império Romano-germânico, continuadores medievais dos Augustos de Roma Antiga, grande e profundo símbolo de paz na Terra e, se calhar, também nos Céus. Era uma festa cósmica, sem nada de disfórico, irmanando as pessoas e as classes sociais num inesquecível momento de harmonia, em torno da abundância partilhada: a deliciosa e rescendente sopa do Espírito Santo, a alcatra, a massa sovada, que teimo em considerar o melhor pão doce do mundo.

É tempo de suspender este desfiar de recordações, que, embora muito lacunar, já vai longo. Com o último prémio carnavalesco, eu, sem que o soubesse, já não estava muito longe de me despedir tão definitivamente de Angra do Heroísmo. Para minha Mãe, neste universo que lembrava, pela sua paisagem humana, o dos melhores filmes de Frank Capra, acastelavam-se no horizonte nuvens de porcelana. A família alargada começara a estar menos unida, e, intuindo as razões que a tal presidiam, a minha Mãe ter-se-á aberto sobre elas com a Avó Maria, que, na sua ingénua e profunda bondade, não podia aceitá-las. Repudiada como Cassandra, por ter tido razão antes do tempo, não restava a minha Mãe outro caminho que não fosse a definitiva transferência para Lisboa. Tudo se precipitaria depois da morte do meu avô, daí a poucos anos, acabando a Avó Maria, a tia Alzira, e o meu saudoso tio Luís, o irmão mais novo de minha Mãe, por serem acolhidos na casa dos meus pais, em Lisboa. Não passaram muitos anos sem que a avó Maria, que fazia milagres com parques recuosos, restabelecesse a autonomia do seu benfazejo matriarcado. Na casinha dela, todos os seus filhos e netos tinham sempre o lugar e o acolhimento de que precisavam, quando se deslocavam a Lisboa. Com o casamento e a saída de casa do filho mais novo, o tio Luís, e a morte da irmã, a tia Alzira, sua companheira de uma vida, a avó Maria veio viver para a casa dos meus pais, para grande alegria nossa. Quando faleceu serenamente, ela e minha Mãe eram mais amigas do que nunca.

Direi, para concluir, que o trauma que me afectou, e que só tardiamente reconheci, não terá muito a ver com as peripécias a que aludi no parágrafo anterior, de que eu só confusamente me apercebia. Ele

prende-se, sobretudo, estou em crer, com a violência inesperada, mas duradouramente recalcada, que me arrancou ao mundo a que eu me sentia desde sempre tão enraizado, o da infância feliz que tentei reconstituir ao longo deste texto. Mas talvez a «obrigação» de escrever estas palavras tenha algum efeito catártico. É agora bem provável que eu regresse, por uns dias, a Angra do Heroísmo e à Terceira, para voltar a ver e sentir o que «do meu tempo» se esconde sob as aparências do novo. Voltarei, estou seguro, nem que seja incógnito.



## IMPRESSÕES DE UM PORTUENSE ILHÉU

RUI FERNANDO RAPOSO COUTO DOS SANTOS

«Sair da ilha é a pior maneira de ficar nela»

Daniel de Sá, *Ilha Grande Fechada*

Nascido na cidade do Porto, sou fruto da importância geoestratégica dos Açores no contexto da segunda guerra mundial.

Integrando o contingente militar continental que assentou praça em S. Miguel, nos anos da guerra, meu pai cedo se deixou enredar pelas brumas e encantos mágicos que brotavam dos restos da presumível desaparecida Atlântida casando, no pós-guerra, com uma micalense da Maia, e com ela regressando a Leça do Balio, ao tempo lugar idílico do Concelho de Matosinhos.

Circunstâncias trágicas ditaram que eu, em tal lugar e posteriormente na Foz do Douro, não por acaso junto ao mar, crescesse e me tornasse adolescente apenas acompanhado pela minha mãe, que durante quase dezanove anos não voltaria a sentir a doce humidade da sua amada costa norte.

Torno-me pois menino e adolescente na cidade do Porto, objetivamente minha terra, com a qual sempre tive uma identidade mitigada porquanto, ao longo de quinze anos, quotidianamente, minha mãe me transmitia aquela nostalgia permanente de S. Miguel, fosse através da recepção, em casa, de amigos trabalhando na então Companhia de Carregadores Açorianos, que aportavam regularmente a Leixões, fosse com as visitas frequentes do tio Carlos Wallenstein e da tia Maria do Bom Sucesso, fosse pelas histórias da minha família, quer dos que permaneceram em S. Miguel quer dos que há muito demandaram terras das Américas.



De tal sorte que desde cedo enraizei essa singular condição de Ilhéu, sem nunca ter visitado as ilhas, delas apenas conhecendo o que ressaltava das histórias maternas, do roteiro de Raul Brandão lido com afinco ainda muito jovem e das notas histórico-geográficas transmitidas na escola primária e apregoadas no liceu.

Eis que no Natal de 1966, superando a saudade e memórias de desgraças passadas plasmadas em fúrias inerentes à natureza açoriana que levaram minha avó, tia e casa materna, minha mãe resolveu passar as festividades com a família que lhe restava em S. Miguel levando-me, naturalmente, consigo.

Iria, finalmente, conhecer a minha outra terra, não a de nascença mas aquela que moldou a minha infância e adolescência numa efabulação de um mítico local de sereias, brumas e tremores de terra.

Abria-se pois a oportunidade para testar um universo, cheio de nevoeiros, lagoas misteriosas, mágicos vapores, paredes de basalto barrando o Atlântico e de verdes encimados por hortensias a perder de vista, realidades há muito por mim interiorizadas.

Recordo-me bem, a bordo da então Canadian Pacific Airlines rumo a Santa Maria, como este quadro traçado pela minha mãe, ao longo de anos, perpassava pela minha mente enquanto dela se apoderava a ansiedade, de verificar, *in loco*, toda a pujança nostálgica de uma ilhé há muito afastada da sua origem.

A curta estadia em Santa Maria, no hotel *Terra Nostra*, aguardando vez nos Dakotas da SATA para o destino final em S. Miguel, proporcionou à minha mãe conversas sobre pessoas e famílias dela conhecidas há muito, numa toada mista de saudade, revivalismo e ansiedade, que também de mim se apoderaram e me marcaram servindo de antecâmara para o que aí vinha.

Aterrar em Rabo de Peixe, sim no «aerovacas», receber abraços calorosos de familiares que sempre viveram comigo sem nunca com eles ter estado, confirmar materialmente tudo o que a saudade materna me tinha transmitido, fez de mim, naquele Natal de 1966, um ilhéu continental qualidade que mantenho, com orgulho, até aos dias de hoje.

Não mais parei, desde então, de regressar às ilhas, alargando o horizonte para as do grupo central, não me quedando de todo nas minhas origens micalenses.

Atravessei o canal eternizado por Nemésio, bebi Gin tónico na Horta, deixei cair a vista na aridez dos Capelinhos, perscrutei o oceano do cume do Monte Brasil, encantei-me com Angra e auscultei, curioso, a *afición*

taurina das gentes da Terceira e, mau grado a diversidade de paisagens e ambientes, pude constatar um traço comum nas gentes que aí habitam.

Uma identidade aparentemente fechada e rude, a bordejar a tristeza, mas que se abre completamente a forasteiros que vierem por bem, numa hospitalidade inigualável e, de certo modo, contraditória com a idiossincrasia isolada e tímida que lhes é atribuída, dando jus à denominação de João de Melo, de serem «gente feliz com lágrimas».

O certo é que, ao longo destes anos, venho sendo progressivamente invadido por uma crescente insularidade, cujas origens remontam à infância, e cada vez se torna mais difícil para mim regressar a casa, vindo de S. Miguel.

Questiono-me amiúde, a razão de ser de tal apego e da crescente tristeza que sinto quando abandono S. Miguel, onde não nasci nem vivi.

Julgo que a resposta para além de se poder situar nos profundos laços familiares que um açoriano sempre soube preservar e, neste particular, os meus primos não são exceção, encontra-se essencialmente no esplendor mágico e multiforme daquelas paragens.

Estar em S. Miguel, é estar num local que não só nos acolhe mas que mexe e convive permanentemente connosco.

Esta interligação permanente entre a terra e os que nela habitam ou com ela têm ligações, seja no diálogo com a paisagem, seja no pulsar das suas entranhas, seja no peculiar isolamento atlântico, é foco de um apego a estes locais isolados e é fundamento de uma saudade insular que justifica totalmente a frase de Daniel De Sá que encima este texto e molda claramente a insularidade que em mim se enraizou.

Sento-me nos Mosteiros, degustando um polvo, como só a gastronomia açoriana nos pode proporcionar, perscrutando o oceano e deixo-me levar pela diáspora deste povo.

Revejo-me em Florianópolis construindo as primeiras praças desta cidade brasileira, rumo à Califórnia, onde sou armador de pesca da baleia, atravesso o Pacífico, encontrando-me no Hawai com as primitivas colonizações açorianas e, num instante, deixo-me cruzar pelo Québec, Boston, Fall River e Newark, celebrando as festas do Senhor Santo Cristo.

Neste quadro, não posso deixar de me espantar com a coragem destes ilhéus, cujo sangue corre nas minhas veias e que nunca, ontem como hoje, se conteve nos mínimos horizontes terrestres e, como tal, enganadores, da sua terra de origem.

Soube este povo, interpretar bem o chamamento das ondas que fustigam o basalto das paredes das suas ilhas e, sem hesitar, seguindo os passos dos seus antepassados continentais, espalharam-se pelo mundo,

levando para vários pontos do globo uma específica portugalidade e uma cultura única, no contexto das insularidades hodiernas, apenas comparável ao Cabo Verdiano de tempos mais recentes.

Os Raposos, os Moniz, os Botelhos, os Medeiros e outros tantos, mantêm viva a alma açoriana, reproduzem os hábitos e cultura dos seus antecessores, numa assertiva ligação às ilhas encantadas que, mau grado todo o avanço civilizacional e início de invasão turística, continuam possuídas de um mágico isolamento, que as torna peculiares no contexto insular europeu.

É neste quadro, misto de lembranças, nostalgias e visitas, que me revejo e me sinto açoriano e corisco bem amanhado.

Sofro, por vezes, com a saudade de uma terra onde não nasci, onde não vivo, mas onde permaneço, quotidianamente, todos os dias entre brumas, hortenses, colinas de chá, lagoas e um infinito verde.

Sinto-me, na verdade, um continental preso pela insularidade e, como tal, amargurado por ficar em S. Miguel, sempre que desta ilha levanto voo.

Esta saudade e atávica ligação às ilhas, construiu a minha condição de ilhéu sentindo todos os dias, mesmo na mais seca planície terrestre, a envolvência marítima da terra de Antero.



## QUANDO O MAR FAZ FALTA

RUI TEIVES HENRIQUES

«Ficava horas sem fim a verem extinguirem-se os navios, perdendo-se da minha vista ou entrando, céu dentro, lá onde findava o mar: devia haver uma passagem secreta para o paraíso, ou para o coração, ou para o lado desconhecido do tempo e do mundo.»

João de Melo, *Dicionário de Paixões*,  
Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994, p. 95.

Ao ler este parágrafo, não só me revi na minha infância, como pensei que isto só pode ser de um ilhéu. A consciência dessa condição singular, no entanto, só amadureceu quando vim estudar para Lisboa, depois de concluídos os estudos secundários no liceu do Funchal. Aquela presença quotidiana do mar enquanto vivia na ilha veio a tornar-se num sentimento de uma tristeza nostálgica pela sua ausência, sobretudo naqueles momentos solitários que surgem sempre, mesmo com uma boa integração no meio universitário de Lisboa e participação nas manifestações culturais com que se combatia o cinzentismo do regime.

Voltando à infância, numa ilha com o relevo da Madeira, o mar está sempre presente pelo menos como paisagem, no nosso campo de visão. Na minha ingenuidade de criança, quando me levaram num passeio ao outro lado da ilha, o do norte, imaginava eu que aí ia ter o mar sempre pelas costas, e exclamei de surpresa que afinal o mar estava do mesmo lado. O que ficava nas minhas costas era o sol.

Nos muitos passeios a pé, por levadas ou por veredas de montanha, se durante algum tempo a paisagem era apenas terrestre, parava quando se voltava a ver o mar. E num percurso de subida, na montanha e mesmo

na cidade, olhava para trás, como a medir a distância a que me encontrava do mar, ao contrário de quando fazia o percurso inverso, sempre com o mar à minha frente.

Este mar omnipresente tanto era uma fonte de quietude e contemplação como de angústia. À parte alguns percalços por ter sobrestimado as minhas capacidades natatórias, lá surgia ele nos pesadelos, de forma recidiva, comigo isolado num cais estreito e sem fim com as vagas a crescerem de um lado e do outro.

Nos anos cinquenta do século passado, o contacto com o exterior da ilha era quase exclusivamente por via marítima. A exceção era o hidroavião<sup>1</sup>, mas este amarava e não aterrava. Os navios faziam também parte do nosso quotidiano. Eram eles que diversificavam a paisagem quando logo depois de acordar ia olhar pela janela, podia ser para ver o tempo, se o céu estava azul ou forrado, se chovia ou havia tempestade no mar, mas depressa se tornou um hábito para ver quais os navios surtos no porto. Apressei a minha aprendizagem da leitura para consultar na página dois do jornal diário a rubrica dos «Navios esperados», deparando-me com dificuldades com *Winchester Castle* ou *North King*, com letras que não faziam parte do alfabeto da cartilha.

A cidade do Funchal era diferente consoante houvesse ou não navios de passageiros no porto, e parte do comércio abria ao domingo quando era dia dos vapores do Cabo, que faziam escalas quinzenais. Predominavam as carreiras regulares em relação aos navios de cruzeiro, e havia casos em que se podia dizer qual o dia da semana pela presença de determinado navio no porto. Na escola primária, tinha colegas que faltavam algumas tardes, com condescendência ou não dos respetivos professores, porque iam para a mergulhança, apanhando umas moedas com que contribuíam para o rendimento familiar.

Em casa falava-se também dos navios que deviam partir, por causa do correio. Eram diferentes os preços de correio aéreo e marítimo para uma simples carta, e tratando-se de encomendas a diferença aumentava substancialmente. Com familiares em Lisboa e no Brasil, conhecidos ou antigos vizinhos com que os meus pais se correspondiam no Curaçau e Venezuela, saber o dia de partida para esses destinos, de modo ao correio

---

<sup>1</sup> A Madeira foi servida por hidroaviões a partir de 1949 e até novembro de 1958, altura em que há um acidente aéreo com um avião da Artop, companhia que sucedeu à inglesa Aquila Airways, primeira operadora. Entre fins de 1958 e 1960, ano em que é inaugurado o aeroporto do Porto Santo, não houve ligações aéreas para o arquipélago da Madeira.

chegar o mais cedo possível, não era despiciendo. O interesse pelos navios era algo impregnado na sociedade madeirense. Quando a Companhia dos Carros de São Gonçalo comprou dois novos autocarros para renovar a sua frota de «horários», eles foram popularmente designados por «Vera Cruz» e «Santa Maria» em honra dos novos paquetes da Colonial cuja construção foi concluída respetivamente em 1952 e 1953.

O interesse pelos navios, sobretudo mercantes e de entre estes, os de passageiros, perdurou em mim até aos dias de hoje. Pode não ser uma característica geral dos ilhéus madeirenses mas não raro ouvem-se referências a caixas e baús cheios de postais de navios com que estudantes madeirenses dessas gerações do segundo e terceiro quartéis do século passado guardavam ou nos sótãos de casa dos pais ou nas residências por onde foram passando no Continente.

Viver numa ilha é ter uma noção mais precisa dos limites físicos de um território ou dito nas belas palavras de Vicente Jorge Silva é a «fantasia infantil [...] de a Madeira ser o único espaço real do mundo e tudo o que estava fora da ilha ser ficção e espaço imaginário».

Da fantasia infantil passa-se aos devaneios de aventuras antes da idade adulta (21 anos na época), em que o espaço imaginário passou a ser um espaço pelo menos de cognição intelectual que se deseja conhecer com presença física e sentidos bem despertos. Há a barreira de uma travessia a fazer até ao Continente, como plataforma para ir até à Europa além-Pirinéus. Com desafio económico não é nada de intransponível, se não houver problemas complementares de autorizações de autoridades civis e militares.

Uns podem encarar o viver na ilha como estar preso e limitado pelo mar por todos os lados. Dar o salto, não é só ludibriar a guarda na fronteira terrestre ou vencer o vau de um rio. Mas havia quem considerasse que fornecia uma segurança extra aos adolescentes e jovens. Um desabafo de um professor, por em determinado ano os finalistas terem escolhido a viagem às Canárias (as ilhas mais próximas) em vez do Continente (entenda-se Portugal Continental) e sobretudo Espanha, era de alívio. Familiares tanto meus como de colegas deixaram algumas vezes escapar frases contendo essa mesma noção de que na ilha, ou nas ilhas, não haveria desaparecimentos que não deixassem rasto, fornecendo-lhes algum conforto. Afinal as fronteiras mais sólidas são proporcionadas por uma imensa massa líquida.

Não sei se ilhéu é antónimo de continental ou se é complementar. Logo aos 7-8 anos, na primeira visita a Lisboa, ficava chocado com as perguntas dos «continentais» mesmo adultos, sobre a Madeira, do género

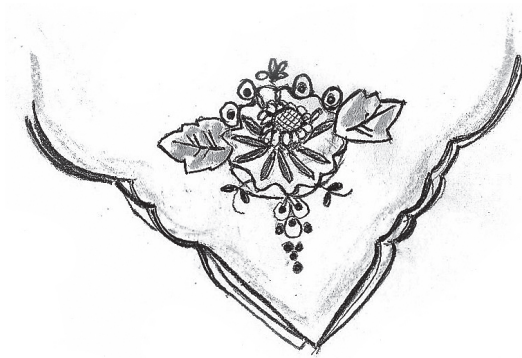
«quantas vezes têm de ir buscar a bola ao mar quando jogam futebol?» ou outras a perguntar o tamanho dos campos de «semelhas». Entre a troça e a ignorância, não tinha capacidade para descortinar, mas hoje penso que muitos e muitos continentais não tinham ideia do tamanho das ilhas atlânticas portuguesas, talvez conhecessem as Berlengas e as ilhas algarvias, supondo-as de dimensão semelhante.

Também o desconhecimento foi o ingrediente que permitiu alimentar um antagonismo ilhéu-continental numa base bastante irracional. Felizmente a convivência e a criação de laços baseados em outro tipo de afinidades acabou por extirpar completamente em mim esse sentimento de culpabilização dos outros, considerados colectivamente, e neste caso por mera diferença do confinamento territorial.

Ao deixar estes testemunhos, penso que na minha estátua interior há traços distintivos de um ilhéu. Este foi um momento de reflexão sobre essa distinção. Algo me intui de que algumas características são comuns a outros ilhéus, mas talvez uma parte substantiva seja devida apenas aos condicionalismos históricos pois vivi na Madeira a tempo inteiro apenas até aos 18 anos, exactamente a meio dos anos sessenta. Mas sem dúvida que o tanto mar que a ilha tem à sua volta, o ilhéu também tem...

## Referências

- LUCAS, I. *Vicente Jorge Silva Conversas com Isabel Lucas*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013, p. 68.
- MELO, J. *Dicionário de Paixões*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994, p. 95.



## SER ILHÉU

TERESA GONÇALVES LOBO

*Ser ilhéu*

*é estar nos extremos da linba*

*ser mar*

*ser terra*

*água*

*fogo*

*sol*

*lua*

*luz*

*sombra*

*branco*

*negro*

*com o vermelho*

*sangue de drago*

*a fluir*

*a correr*

*nas veias*

*ser semente*

*flor*

*raiz*

*árvore secular*

*Madeira*

*carvão*

*erva*

*urze*

*uva*

*mel*

*alga*

*sal*

*onda*

*maré*

*grão de areia*

*calbau*

*rochedo*

*pináculo*

*montanha*

*sopro*

*vento*

*nuvem*



*orvalho  
chuva  
trovão  
tempestade  
vulcão*

*Verão  
Outono  
Inverno  
Primavera*

*andorinha  
pombo  
branca  
estrela  
do mar  
peixe  
espada  
lobo  
marinho*

*ser pássaro  
voar*

*sonhar  
acreditar  
querer  
lutar*

*é ser frágil  
vulnerável  
forte  
e ter medo*

*é contemplar  
é respeitar  
a Natureza*

*ouvir  
o silêncio*

*é mergulhar  
no imenso mar  
e ser parte dele*

*é mergulhar  
no interior da ilha  
e ser parte dela*

*é ter alma  
é amar*

*sentir  
dar  
receber  
abraçar  
beijar  
brindar*

*correr  
saltar  
brincar  
deixar-se levar*

*é ser  
quase nada*

*apenas  
um pequeno  
ser vivo  
algures  
na espiral  
na linha do universo*

III  
INSULARIDADE,  
UMA IDENTIDADE OCEÂNICA





## A CONDIÇÃO DE ILHÉU: ENTRE AÇORIANIDADE E AUTONOMIA<sup>1</sup>

ÁLVARO LABORINHO LÚCIO

«Não sei se faz sentido falar dos Açores como de ilhas perfeitas;  
mas nelas mora um povo que descende de toda a memória portuguesa,  
e cuja experiência de insularidade  
lhe confere uma identidade anímica e cultural muito própria.»

João de Melo  
*Açores – o segredo das ilhas*

Em 1976, é a Constituição da República Portuguesa que vem, finalmente, consagrar a Autonomia Regional dos Açores. Fundamenta-a nas «características geográficas, económicas, sociais e culturais» do arquipélago e «nas históricas aspirações autonomistas» das suas populações; e enuncia, como objectivos da própria autonomia, «a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e a defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses».<sup>2</sup>

E, isso posto, logo se afirmou que «a autonomia político-administrativa dos Açores [...] integra o cerne material da Constituição e objectiva um dos princípios fundamentais da nova ordem política, não podendo, consequentemente, ser atingida pelo poder constituinte».<sup>3</sup> Era, aliás, o que previa o texto Constitucional ao incluir, nos limites materiais da sua revi-

---

Desenho: *Vitorino Nemésio, Corsário das Ilhas.*

<sup>1</sup> Este texto segue de perto um outro do autor, escrito para a cerimónia da sua tomada de posse como membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, e publicado na respectiva Revista, no ano de 2003.

<sup>2</sup> Art.º 225.º, n.º 1 e 2.

<sup>3</sup> FERREIRA, F. A. *As Regiões Autónomas na Constituição Portuguesa*, Coimbra, p. 9.

são, a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira».4

A autonomia regional surge, assim, desde o acto político-jurídico da sua criação, como valor de dimensão nacional, conclusão que se reforça com a enunciação do princípio, também constitucional, da cooperação entre órgãos de soberania e órgãos de governo regional com vista a assegurar-se «o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção de desigualdades derivadas da insularidade».5 O que permite concluir, com José Enes, que a autonomia «não só corresponde às necessidades e aspirações das regiões autónomas, senão que também representa uma inovação orgânica necessária à plena identificação do Estado com a sociedade nacional».6

Eis quanto bastou para trazer de volta, uma vez mais, o tema da identidade açoriana e o cotejar com as implicações que nele ressoam, vindas da própria Autonomia Regional dos Açores e que acabam por projectar-se na definição da condição de ilhéu, agora questionada a partir das exigências colocadas por um futuro novo que assim se abria. Para isso socorrem-nos, por ser mais recente, da reflexão de Onésimo Teotónio Almeida. Tratando a questão, propõe-nos, o autor de *Minima Azorica*, uma abordagem desenvolvida a partir de uma relação dialógica entre filosofia e antropologia, abrindo um primeiro ponto de discussão à volta da ideia de identidade entendida como *confronto*. Não deixa mesmo de afirmar que «a questão da identidade surge sempre num contexto de confronto»7, daí fazendo derivar uma interrogação sobre o sentido da evolução histórica da identidade açoriana por via da qual, e pela força do confronto tido como atitude, aquele conceito viria a dar guarida a um sentimento arreigado de *ressentimento*.

Não sendo, esta, a posição, entre outros, de Eduardo Lourenço, é o próprio Onésimo Almeida quem acaba por manifestar-se de acordo com ela, quando o autor de *A Nau de Ícaro* diz não ser a identidade açoriana um simples ressentimento. «Ela é – e tem todas as razões para isso – uma consciência bastante elevada de uma personalidade cultural singular no espaço mais geral da cultura portuguesa; e não se desenvolveu historicamente por oposição a esta, mas afirmou-se dentro dela»8.

4 Art.º 288.º, al. o).

5 Art.º 229.º, n.º 1.

6 *A Autonomia como Fenómeno Cultural e Político*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1987, p. 23.

7 *Minima Azorica, O meu mundo é deste reino*, Companhia das Ilhas, 2014, p. 27.

8 *Idem*, p. 29.

Por isso que venha Onésimo Teotónio Almeida a fazer declinar o termo, aumentando a sua complexidade e fazendo-o derivar até o situar no ponto de bifurcação onde se separam a *identidade nacional* e a *identidade cultural*, considerando esta mais próxima da «psicologia social», aquela que verdadeiramente importa no caso. É, assim, aí, que vem a buscar respostas para perguntas como as de saber «quais as coordenadas de fundo para se entender a cultura açoriana? Que forças naturais e sociais a formaram assim? Ou, dito de maneira mais simples e directa, porque são os açorianos como são?»<sup>9</sup>.

Antiga discussão, esta! No seu percurso, vieram os açorianos, pela mão de Nemésio, a aportar à ideia, mais do que ao conceito, de *Açorianidade*. Acolhida, ela, com geral aceitação, é, todavia, do conceito que cumpre tratar, na certeza certa de que à fixação deste corresponderá um efeito de fechamento e, assim, uma progressiva perda do seu valor original enquanto ideia. Daí que não falte hoje quem o entenda como «conceito aberto», no bojo do qual será sempre possível descortinar que «a açorianidade deve ser, acima de tudo e apenas, um assumir-se o passado tal como foi, um interessar-se pelo presente e um preocupar-se com o futuro»<sup>10</sup>. E, se é certo poder dizer-se ser esta uma visão demasiado óbvia para, só por si, tornar diferenciador o conceito de açorianidade quando comparado com outras designações conformadoras de diversas identidades, dela poderá, pelo menos, retirar-se uma distinção relevante entre o *estar* e o *ser* açoriano.

Boa fresta esta, então, para, através dela, espreitarmos, ainda que timidamente, o riquíssimo, vasto e complexo mundo da Açorianidade.

Termo cunhado, como dissemos já, por Vitorino Nemésio, logo este o remete para a cumplicidade que procura encontrar em Raul Brandão e em Roberto de Mesquita. O que, por sua vez, o afasta, desde logo, de uma visão regionalista necessariamente conservadora, da qual são expoentes maiores Armando Narciso, no seu pensamento fundador, Domingos Rebelo, na pintura representativa, numa primeira fase da sua obra Armando Côrtes-Rodrigues e, em certa medida, talvez o próprio Luís da Silva Ribeiro.

Nemésio parte da «embriaguez do isolamento» que, nas suas palavras, «impregna a alma e os actos de todo o ilhéu» e que continua a marcar o pensamento de autores como José Guilherme Reis Leite quando adianta, quase ao pé da letra do autor de «Corsário das Ilhas», que

<sup>9</sup> *Minima Azorica*, cit., p. 79.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 37.

«é, aliás, este sentido de isolamento, uma das marcas mais vincadas da personalidade de ilhéu e que nos espíritos superiores se traduziu em fonte de inspiração poética e de inquietação metafísica, que mais vincadamente ressalta ao tentar-se fixar a personalidade insulana»<sup>11</sup>.

Na sua afirmação, que atravessou o tempo, de que «a geografia [...] vale outro tanto como a história», concluindo, por isso, não ser «debalde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes», Vitorino Nemésio implica, necessariamente, os elementos físicos na formação da «identidade açoriana», com particular destaque, evidentemente, para o mar, para o vulcanismo e para a sismologia, o que lhe vale hoje a crítica, vinda do aprofundamento das ciências sociais, por força da qual, sem se negar a importância da geografia e da ecologia, se sublinha terem estas «menor influência no psiquismo dos grupos», adiantando-se, com Eric From, que «a posição geográfica, embora tendo relevância na cultura material, é muito pouco influente na espiritual»<sup>12</sup>. É, aliás, a mesma atitude crítica que ressalta da recente obra de José Manuel Oliveira Mendes, *Do Ressentimento ao Reconhecimento* e que, em grande parte, convoca a um repensar, na actualidade, da temática da «identidade açoriana», nomeadamente tendo em vista evitar os riscos da «aplicação de um fundamentalismo cultural», inspirado na ideia de açorianidade tida como verdadeira etnicidade diferenciadora<sup>13</sup>. O que, todavia, não afasta, antes confirma, a proclamação de Daniel Innerarity, para quem «os homens não só fazem a sua história, como também a sua própria geografia; dão um sentido ao espaço»<sup>14</sup>.

Ora, sem embargo da importância de uma reflexão sempre justificada em torno do tema, cremos ser possível avançar um pouco mais sobre os caminhos já abertos. Desde logo, ouvindo o próprio Nemésio quando, ao completar o conceito de açorianidade salienta:

«nesse conceito entra muito de subjectivo, porque a gente nele projecta um certo número de coisas que crê específicas do açoriano e, às vezes,

---

<sup>11</sup> *Uma Reflexão Sobre a Autonomia dos Açores. A Autonomia Como Fenómeno Cultural e Político*. Cit., pp. 37-38.

<sup>12</sup> FIDALGO, M. *Açores, Ensaio de Sociologia*. IAC, p. 45.

<sup>13</sup> Edições Afrontamento. Centro de Estudos Sociais, p. 119.

<sup>14</sup> *A Sociedade Invisível, como observar e interpretar as transformações do mundo actual*, Teorema, Lisboa, 2009, p. 102.

não o são. É o caso da nostalgia, do sentimento do apartamento, de uma série de outros factores que julgamos ser características essenciais»<sup>15</sup>;

e, depois, libertando o próprio conceito do espartilho da sua estrita conformação científica e deixando-o soltar-se no espaço das emoções mais próprio dos afectos e da criação artística.

Para quem, com José Mattoso, aceita compreender a História também através de uma relação amorosa com os factos, é fácil acolher o pensamento de Vanda de Azeredo Silva quando vê a açorianidade não apenas como o «retomar da história, dos usos e dos costumes das ilhas, mas também o entender o que é ser açoriano num contexto actual»<sup>16</sup>, missão cujo sucesso personifica em Vitorino Nemésio, como «espírito humanista e atento [...] capaz de realizar essa tarefa de compreensão amorosa da realidade»<sup>17</sup>.

Tendemos, assim, mais a relativizar as fragilidades do conceito e a valorizar a multiplicidade de implicações positivas que dele poderão decorrer no futuro para os Açores e para os açorianos. Temos, desse modo, como boa, a posição de Onésimo Teotónio Almeida, mais próxima da complexidade natural que enforma a ideia de açorianidade e mais marcada por uma sua análise decompositiva plural onde não há que procurar a coerência interna de todos os elementos componentes. Segundo ele, a açorianidade é «um termo aberto. Deverá ser a sobreposição de todas as visões que dela se tem. Mas deixando sempre em aberto, tornando sempre possível, o surgimento de mais uma»<sup>18</sup>. «Açorianidade é aquilo que são e que querem ser os açorianos. E esse conceito alargar-se-á sempre que o mundo de qualquer açoriano se alargar mais»<sup>19</sup>.

Assumida, assim, como conceito aberto e, por isso, complexo e dinâmico, a «açorianidade» vem, também ela, a situar-se entre o seu passado e o seu futuro, havendo que concluir-se que à conservação viva do conceito há-de fazer-se corresponder um pensamento actualista que o faça entender também como instrumento cultural capaz de marcar o tempo, implicando-se na construção do futuro; e de dar sentido ao espaço, concorrendo para a explicação do «estar» açoriano.

<sup>15</sup> Entrevista de António Valdemar a Vitorino Nemésio, publicada n'«O Primeiro de Janeiro» de 10-5-1976.

<sup>16</sup> *Uma Visão Dialéctica da Açorianidade em Corsário das Ilhas de Vitorino Nemésio. Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois*. Edições Cosmos, p. 505.

<sup>17</sup> Ob. e Loc. Cits.

<sup>18</sup> *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*, p. 169.

<sup>19</sup> *Idem*.



É isso, afinal, o que nos diz Machado Pires quando avalia a repercussão nos Açores da «ruptura com o passado» que constituiu a Revolução, levando, segundo ele, a que

«a cultura insular, de nuclear ou ganglionar” tenha passado “a ser arquipelágica, global. O homem e a mulher açorianos, integrados numa outra consciência unitária da cidadania política e cultural, ascendem a pretensões universalizantes”, o que não o impede de concluir que, “em todo o caso, no antes como no depois que aqui se postulam, retomo o princípio identificante e quase aforístico do *modus essendi* açoriano: a dupla natureza do ilhéu, que quer compreender o mundo na condição do mundo o compreender.»<sup>20</sup>

Conclusão, aliás, tanto mais interessante quanto vinda de um Nemesiano de eleição!

Todavia, mais explícito ainda na afirmação da ponte que a açorianidade há-de percorrer na sua ligação entre um passado que identifica e um futuro que dignifica, é Avelino Menezes:

«A identidade açoriana, que integra a “açorianidade”, é, entretanto e por natureza, complexa. É, por vezes, quase a negação da verdadeira especificidade. Por um lado, o nosso posicionamento em pleno Atlântico, favorecido pelo determinismo do mar e pelas condições da navegação, transformou os Açores num meio de aproximação dos continentes, o mesmo é dizer, transformou os Açores num sinónimo de universalidade! Mas, por outro lado, o afastamento do Mundo e a descontinuidade territorial interna converteram os Açores em agentes de cristalização de comportamentos, o mesmo é dizer, converteram os Açores em sinónimo de isolamento!»<sup>21</sup>.

Ora, é aqui que voltam a cruzar-se a *Açorianidade* e a *Autonomia*, sendo que, constituindo a primeira um elemento complexo definidor da identidade e instrumento de diversidade na definição do sentido mais rico da autonomia, não pode quedar-se nos encantos da ilha, nem deslumbrar-se apenas com os apelos de uma sua especificidade étnica. Fora assim, e para o ilhéu, pouco mais restaria do que um lamento, quanto muito uma revolta, à maneira de Otilia Frayão, desertando para Londres, suportada no

<sup>20</sup> *Os Açores Antes do 25 de Abril. Pensar os Açores Hoje*. Cit., pp. 48-49.

<sup>21</sup> *Os Sentidos de uma Comemoração. Da Inovação do Espírito à Veneração da Autonomia*. Inédito.

seu juízo de que aqui «tudo é e permanece.../ pequeno, limitado e sem interesse».

Daí a importância de uma segura tomada de posição entre a perspectiva que reconduz a açorianidade a uma dimensão essencialmente ideológica, e aquela outra, mais «aberta», que a toma como referência para uma prática cultural. Dizendo de outro modo, do que se trata é de localizar a açorianidade, preferencialmente, no plano do pensamento ou, diversamente, no da atitude e, no limite, no da acção. Ali, surgirá sempre como ideologia e, por via disso, tenderá a confundir-se com aquilo que designaríamos por *açorianismo*, transformando-se, assim, num conceito limitador, estático, auto-restritivo e conservador, na medida em que, ele próprio, se apresentaria como insularizante, mais próprio a ser usado por elites comprometidas com a preservação das culturas tradicionais açorianas de expressão fundamentalmente etnográfica.

A isso alude, aliás, Onésimo Almeida, quando, referindo-se ao «esboço do micalense elaborado por Nemésio» em *Corsário das Ilhas*, afirma corresponder ele

«ao magistralmente documentado por Domingos Rebelo nos seus quadros. A dimensão franciscana da cultura de São Miguel de outrora ficou assim captada pelo escritor e pelo pintor, sendo em ambos acentuada a vertente do trabalho árduo a que tenho chamado 'o lado protestante da ética micalense'».<sup>22</sup>

Em contrapartida, como referencial de vida e prática cultural concreta, o conceito tende naturalmente a actualizar-se e a surgir, nos nossos dias, como verdadeira «marca», de expressão cultural, política e afectiva, adquirindo assim uma dimensão dinâmica, correspondendo, na sua flexibilização significativa, à sua natureza de «conceito aberto». Nesta alteração de ponto de vista, mudam os sujeitos, que agora são, simultaneamente, o povo, as elites e os agentes políticos, nomeadamente os mais jovens. A açorianidade assume, desse modo, uma dimensão estratégica, afirmando-se também onde voltam a jogar-se as questões fundamentais da autonomia regional açoriana e o reforço da sua imagem cultural, histórica, antropológica e, finalmente, económica.

É, pois, ao conteúdo do conceito de «autonomia» que regressamos agora. E, aqui chegados, uma primeira conclusão importa extrair desde já, qual seja a de que, nos Açores, à definição de uma autonomia de expressão ontológica há-de corresponder uma dimensão histórica e cul-

<sup>22</sup> *Minima Azorica*, cit., p. 81.

tural profunda, constituindo-se a cultura, preservando embora e sempre a sua natureza própria, em verdadeiro instrumento operativo da autonomia regional açoriana.

Na senda de um «quarto movimento», buscando para ele um objecto próprio, não pode a Autonomia Regional dos Açores limitá-lo nem a um horizonte que se confine aos marcos físicos do arquipélago, nem procurá-lo num projecto de avanço para fora e para a frente, que esqueça os apelos vindos ainda da sua interioridade.

Isto é, seja enquanto lacuna ainda por preencher no movimento iniciado com a Constituição de 1976, seja enquanto projecto autónomo novo, cumpre, de facto, dar ao arquipélago a dimensão política, económica, social e cultural de verdadeira Região, apostando, além do mais, num desenvolvimento harmonioso abrangendo o conjunto das nove ilhas e reconduzindo a diversidade entre elas, aliás um bem a preservar, a uma referência de compreensão coerente baseado nos traços comuns que as interligam. Para tal, importa, porém, encetar um trajecto que, sem desvalorizar a Ilha, aposte inequivocamente na Região como um todo uno e coerente e que, por isso mesmo, abdique de soluções que reforçando institucional e politicamente cada ilha, venha a desvalorizar a Região, fazendo prevalecer a ideia de Arquipélago. Ao ilhéu-da-ilha, cabe fazer suceder o ilhéu-açoriano que, sem deixar de ser Corvino, Florentino ou Picaroto, se afirme, sobretudo, como açoriano.

Virá isso, aliás, a contribuir para prosseguir na realização da intencionalidade Constitucional de garantir, através da «autonomia», a «participação democrática dos cidadãos», dirigindo-a a uma exigência cada vez maior de cooperação aos vários níveis institucionais do Estado, o que obriga à procura de novos modelos de relacionamento entre os poderes central, regional e local que, por um lado agilizem soluções com vista a prosseguir com eficácia e eficiência o projecto autonómico e, por outro, permitam, na esteira de António Barreto, afirmar a «autonomia regional como um forte e necessário limite ao poder central; [...] a autonomia municipal e empresarial, um indispensável limite ao poder regional; [...] a autonomia dos cidadãos como o mais forte limite a todos os poderes»<sup>23</sup>.

É, porém, na sua projecção para fora e para o futuro que os Açores e os açorianos encontrarão os novos caminhos da autonomia regional.

Para fora, é certo, mas a partir de dentro. Quer isto dizer, para a Europa e para o Mundo mas centrados no Atlântico e, por isso, sem enjeitar os

---

<sup>23</sup> «Autonomia regional, Descentralização e Limites ao Poder Político: Reflexões sobre o Caso Açoriano». *Análise Social*, 125/126, Vol. II, p. 274.

valores e os compromissos que aí, uma vez mais, a história e a geografia, fizeram assumir ao longo dos tempos, afinal aquilo que Mário Mesquita designa pelas *Duas Inspirações da História Açoriana* o que, posto em comum com as virtualidades de uma «açorianidade» moderna e actualizada permitirá introduzir no estatuto de região ultraperiférica uma importante componente cultural de afirmação e de mais-valia que compense, usando as palavras de Álvaro Monjardino, a «consideração pessimista de que estas ilhas devem ser regiões assistidas, pela sua pobreza intrínseca e por um futuro em que se não prevê uma deslocação do centro de gravidade europeu para o ocidente»<sup>24</sup>.

Cumprirá, então, sem jamais esquecer a sua natureza de Arquipélago, pensar politicamente os Açores, sobretudo, como Região. Região, essa, que Madeiros Ferreira definiu, exactamente, como Insular, Arquipelágica, Atlântica, Oceânica, Autónoma e Ultraperiférica<sup>25</sup>, a sugerir vários olhares. Uns, voltados para dentro; outros dirigidos à República, outros ainda debruçados sobre a Europa e o Mundo. Olhares, porém, convocando o diálogo a partir de um todo complexo, constituído pela junção de todas aquelas características e não de uma visão sectorizada destas, que deixaria para as relações com a República apenas a força das dimensões atlântica e oceânica da Região; para as relações com a Europa, o significado da sua natureza ultraperiférica; e para a consideração de si própria, tão só as características de insular e arquipelágica. Este seria o caminho para a transformação do ilhéu em objecto. Aquele, o da complexidade, o trajecto para lhe reconhecer, sempre como ilhéu, a condição de sujeito. De um sujeito também ele autónomo, revestido de dignidade própria, não apenas pelo que representa, mas essencialmente por aquilo que é.

De um ilhéu que seja o rosto da Autonomia Regional Açoriana.

Uma vez mais, os conceitos de *açorianismo* e de *açorianidade* vêm encontrar aqui o lugar próprio de cada um.

Importa, pois, não deixar que se confundam.

<sup>24</sup> *Informação Histórica Sobre os Açores*. Inédito. p. 9.

<sup>25</sup> *Relações entre a União Europeia e as regiões insulares autónomas*, in *Açores, Europa, uma antologia*, selecção, organização e introdução de Onésimo Teotónio Almeida, Instituto Açoriano de Cultura 2010, p. 336.

## BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, O. T. *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*.
- ALMEIDA, O. T. *Minima Azórica, O meu mundo é deste reino*, Companhia das Ilhas, 2014.
- BARRETO, A. «Autonomia regional, Descentralização e Limites ao Poder Político: Reflexões sobre o Caso Açoriano». *Análise Social*, 125/126, Vol. II.
- ENES, J. *A Autonomia como Fenómeno Cultural e Político*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1987.
- FERREIRA, F. A. *As Regiões Autónomas na Constituição Portuguesa*, Coimbra.
- FERREIRA, M. *Relações entre a União Europeia e as regiões insulares autónomas, in Açores, Europa, uma antologia*, selecção, organização e introdução de Onésimo Teotónio Almeida, Instituto Açoriano de Cultura 2010.
- FIDALGO, M. *Açores, Ensaio de Sociologia*. IAC.
- INNERARITY, D. *A Sociedade Invisível, como observar e interpretar as transformações do mundo actual*, Teorema, Lisboa, 2009.
- LEITE, J. G. R. *Uma Reflexão Sobre a Autonomia dos Açores. A Autonomia Como Fenómeno Cultural e Político*.
- MENEZES, A. *Os Sentidos de uma Comemoração. Da Inovação do Espírito à Veneração da Autonomia*, Inédito.
- MONJARDINO, A. *Informação Histórica Sobre os Açores*. Inédito.
- PIRES, M. *Os Açores Antes do 25 de Abril. Pensar os Açores Hoje*, Forum Açoriano, Ponta Delgada, 1997.
- SILVA, V. A. *Uma Visão Dialéctica da Açorianidade em Corsário das Ilhas de Vitorino Nemésio. Vitorino Nemésio Vinte Anos Depois*. Edições Cosmos.
- Entrevista de António Valdemar a Vitorino Nemésio, publicada n.º «O Primeiro de Janeiro» de 10-5-1976.



# INSULARIDADES E O UNIVERSO PLURAL DA AÇORIANIDADE

ALZIRA SILVA

## Introdução

O primeiro impulso de escrita perante tão honroso e desafiante convite para escrever sobre a condição de ilhéu é mergulhar em emoções e sentimentos vividos ao abrigo da insularidade e trazê-los à tona das palavras, mais ou menos inspiradas, assertivas e lúcidas que deem a conhecer aos leitores a minha perspetiva impregnada do meu sentir sobre o tema.

Resisto, num primeiro tempo, a favor dos muitos que o fazem com criatividade alquímica, ajustada no propósito de, ao invés de me fundear numa imersão pessoal de pendor singular, lançar interrogações plurais, propiciamente estimulantes para futura investigação interdisciplinar das ciências sociais em privilegiado laboratório ilhéu, ou reflexões quotidianas eventualmente prospetoras de revigoradas achegas para a insularidade.

Tolhem-me, à partida, dois fortes condicionamentos: a impossibilidade de pensar a condição de ilhéu sem a imagem dos Açores em primeiro plano; a repreensibilidade ética de balizar a insularidade pela açorianidade. A imagem dos Açores é a paisagem onde nasci, cresci e vivo. E se para Ortega Y Gasset (1988) «la pátria es el paisaje» (p. 53), para mim, as ilhas – e o plural aqui é mesmo necessário – são *a* paisagem. O berço onde se criaram os primeiros afetos, a fundação telúrica, a cultura que ampara a minha identidade compósita – e estas representações não se ausentam, por determinismo, desta deambulação pela condição de ilhéu. Por outro lado, a açorianidade deverá constituir uma fração de insularidade e nunca o seu todo, colorido com diferentes modos de ser ilhéu e de estar na ilha, matéria criadora, chão das raízes e das afeições.

Assim tolhida, mas estimulada pelo pensamento de Nemésio (1978) – «nas ciências do espírito a objetividade pura é um mito. O melhor da interpretação faz-se através do eu, cõa pelo cendal íntimo» (p. 33) –, parto para o segundo tempo preenchido nas palavras e nas reticências pela minha açorianidade. O que se seguirá tem, portanto, início no mundo insular, *latu sensu*, imenso na sua dimensão alegórica e na sua diversidade territorial; depois, vai-se estreitando na família conceptual da açorianidade e na sua consciência cultural até ao meu olhar dentro das dez ilhas onde a açorianidade vive, as nove chamadas Açores e uma décima – o terceiro espaço de hibridismo e indeterminação (Bhabha, 2004), simbólico da diáspora no seu sentido mais atual de movimento, de «ponto de partida mais do que de chegada, nó interseccional entre espaços físicos, culturais e económicos» (Bose, 2012, p. 276).

Antropomorfizada, desterritorializável pela memória, impregnada de densidades omnipresentes, a açorianidade viajante dentro da migrante que sou encerra estas breves considerações, sem isenção exequível, num monólogo emotivo, porém alicerçado, quando possível, em vozes maiores no conhecimento e no prestígio do mundo subjetivo da açorianidade.

### **Isolamentos insulares e continentalidades insularizadas**

Ser ilhéu na segunda década do século XXI é diferente do que terá sido no início do século XX e, mais ainda, em tempos anteriores, seguindo a assunção de Russell King (2008) de que as ilhas «são entidades geográficas fundamentais» (p. 27) e a condição de ilhéu indissociável de contextos culturais inseridos, por sua vez, na geografia de um lugar e na história de um tempo, assente numa dialética em permanente mutação – a relevância de considerar a «situabilidade» da interação no espaço e no tempo (Giddens, 2003). As práticas sociais relativas às vivências quotidianas, as representações do espaço e o espaço das representações (Lefebvre, 1974) constroem os contextos que animam o lugar/ilha, escrevem a sua história e despertam/modelam/criam pensamento, emoção, sentimento, estética e ética aos seus produtores/agentes.

Existem, nesta visão dialógica e num domínio mais metafísico, características comuns perceptíveis nos ilhéus que parecem autossustentar-se através dos séculos: a alma insular, a (e)migração e o sonho, conformados no isolamento do mar e/ou da terra, no recôndito mais secreto do ser, na ansiedade de conhecer o que está para além do azul oceânico que limita ou amplia o horizonte. Contudo, outras condições de ilhéu, sem a geo-

grafia e o mar mas insularizadas no sentir, são experienciadas com forte intensidade pelo que designarei por ilhéu «desterritorializado», migrado em localidade nacional; e ilhéu «transnacional», emigrado noutros países.

A criatividade literária manifestou, por incontáveis vezes em dezenas (centenas? milhares?) de autores, uma espécie de alma ilhoa, que se carrega ao longo da vida, como uma bênção ou um castigo. Constituem-se as ilhas arquétipos do sonho de evasão e senda de mitos glorificantes; alimentam elas próprias a vontade de partir e o desejo de voltar (Pires, 2013, p. 51), este muitas vezes miscigenado com a certeza de que jamais se regressa. Pela aparentemente simples mas muito complexa razão de que o migrante (desterritorializado ou transnacional) já não é apenas quem partiu: é ele e todo um trajeto vivido que o transformou num ser com identidade híbrida, que já não se reconhece no lugar de onde partiu «porque voltar-se ao passado nunca é um acto neutro» (Lourenço, 1999, p. 92). E não se reconhece porque o próprio lugar mudou e jamais voltará a ser igual – motivo de decepção, angústia, ressentimento, tristeza, a que se junta também o orgulho da sua evolução no mundo e do progresso do lugar (lugar povoado de símbolos, significados, mitos e representações).

Olhando outros recantos do mundo surgem, porém, perguntas ainda não respondidas, tanto quanto sabemos, que mereceriam uma investigação interdisciplinar, numa triangulação de estratégias científicas contributivas para o aprofundamento destas complexidades, transitoriedades e permanências, transversais à psicologia social, à antropologia, à filosofia, à ciência política, à geografia e à história.

E entre as muitas possíveis questões de partida, neste contexto da condição de ilhéu e das aludidas características comumente interpretadas como insulares, destacamos as que se afiguram mais pertinentes no presente momento de globalização *versus* localismos culturais:

Serão as referidas particularidades monopólio dos ilhéus ou comuns, *mutatis mutandi*, às insularidades no interior de continentalidades?

Carregarão os continentais do interior de regiões e países próximos ou longínquos, isolados em terra e meios de transporte, uma espécie de alma local, moldada, também ela, na dureza de séculos de luta pela sobrevivência?

Constituirá essa distância de terra a perder de vista um arquétipo de sonho? Alimentará uma vontade de partir e, eventualmente, um desejo de voltar diferente? Ou de nunca voltar?

Terão isolamentos diferentes resultados idênticos no desenho do imaginário coletivo?

Às configurações de organização da vida social aplicar-se-á o princípio da sequência morfogénica (Archer, 1995)?



Formará todo o lugar isolado o eixo do cosmos onde o equilíbrio dos seus habitantes, desterritorializados ou transnacionais, tenderá a repousar no sentido crucial da sua segurança ontológica (Giddens, 1991, pp. 84-100)?

Não pretendemos assumir a presunção restritiva ou mesmo ego-cêntrica de que apenas a condição de ilhéu introduz marcas identitárias únicas e indelévels, ainda que muita literatura criativa e alguma da sua crítica apontem caminhos nesse sentido. À arte tudo é permitido e toda a criação enriquece o mundo. Também não propomos minimizar o efeito da proximidade do mar como componente estruturante do ser nem as suas consequências na psique e na interpelação à vida que impele os ilhéus na sua relação íntima com a água – elemento primordial da criação. Essa ligação, tão cultivada na literatura, é essência intensa – reforçamos – não apenas do ato criador, mas de toda uma vivência interior de constelações modelares e inquietudes anímicas.

Referimo-nos, sim, a outras dimensões do conhecimento: a abordagens científicas transdisciplinares e a metodologias que requerem princípios de participação da comunidade e de investigação orientada para a ação bem como um espírito de pesquisa colaborativo, aberto e flexível (Bose, 2012, pp. 273-294). Só assim poderemos alcançar uma imagem holística dos fenómenos do insulamento com os olhos postos na árvore sem esquecer a floresta e na floresta sem esquecer a árvore – «[e]very analysis of a case rests, explicitly or implicitly, on some general laws, and every general law supposes that the investigation of particular cases would show that law at work» (Becker, 1996, p. 1) – e posicionar-nos na investigação, como parte da construção do conhecimento (Sánchez-Ayala, 2012, p. 117).

## **Proximidades e distanciamentos**

A língua portuguesa oferece uma raiz comum de incomensurável grandeza no caso dos Açores. Lapidariamente, como Maria de Lourdes Soares classificou a expressão de pensamento de Eduardo Lourenço (2015) sobre este tema, cabe aqui reconhecer: «[...] uma comunidade linguística não é um casaco que possa esquecer-se em qualquer canto, é uma pele comum queimada aqui e ali por sóis diferentes» (p. 58).

Partilhamos uma mesma comunidade linguística, embora com distintivas particularidades, e temos uma mútua e forte presença nos territórios uns dos outros. Os localismos estranhos (Warnier, 1999, p. 11), num passado ainda recordado, estão agora integrados numa diversidade que a

globalização facilitou (Castles, 2005, pp. 42-44), por um lado, e a que a diáspora e a imigração deram decisivo contributo, por outro.

Este lar comum é, sem dúvida, um dos alicerces mais sustentáveis do património que nos une e cuja matriz tem sido preservada apesar de uma geografia de distância e de uma história dela comprovativa – ambas promotoras de algum ressentimento açoriano e desconhecimento continental (Pires, 2013, p. 29), felizmente em decadência crescente nas últimas décadas.

A hostilidade, por vezes assomada, entre continentais e ilhéus não encontra justificação na atualidade, exceto em rebuscados e por vezes inconsistentes factos políticos, que esgrimem a conceptualização de perigos do exterior, desferidos contra a autonomia. Pontualmente, e quando os argumentos não se radicam apenas na lógica de arremesso político, os açorianos mobilizam-se em defesa do – agora – seu torrão único: Região Autónoma dos Açores. Historicamente, porém, essa hostilidade pode ser entendível, nos seus recantos mais magoados, à luz do antigo isolamento das ilhas, das deliberadas desconsiderações ou dos esquecimentos mais convictos do Estado português, e particularmente, de um espírito colonizador marcante protagonizado ao longo dos séculos por diversos atores.

Nos traços mais tatuados e transversais ao espírito colonizador sobressai um, identificado por todos os estudiosos da açorianidade: «[...] no subconsciente colectivo do habitante dos Açores, a questão das comunicações e transportes será sempre fulcral» (Pires, 2013, p. 28). No isolamento destas ilhas viveram, secularmente, a dificuldade de comunicações, a escassez de transportes, as ruínas dos sismos, a destruição das intempéries, a autoconsciência da sua fragilidade perante as forças da natureza, a ausência dos que partiram e o fatalismo do destino abandonado dos que ficaram.

Não é possível nem desejável uma osmose imaginária de açorianos e continentais. Tornar-se-ia, mesmo ficcionada, um elemento empobrecedor para a heterogeneidade de ambas as populações. Há espaço ainda, no entanto, para uma mais profunda, mais lúcida e mais apaziguada valorização das diferenças, em ambas as margens do mar, apesar do impulso que tem vindo a ser dado por governos, universidades e privados, com resultados relevantes para o conhecimento mútuo.

Na verdade, continentais e açorianos jamais tiveram um único pulsar; quando os primeiros povoaram as ilhas ganharam singularidades individualizadas, ilha a ilha, rumo que foi ganhando maior consistência, ao longo dos séculos, sob a bússola dos seus recursos próprios e da resiliência das suas gentes. A identidade plurifacetada, com traços comuns às nove irmãs mas muitas especificidades próprias enquanto arquipélago, não se estranhava a si própria porque se desconhecia (exceção feita a notáveis intelec-

tuais que deram contributos significativos, mas só difundidos e apreciados entre elites). O estado de acalentado desconhecimento por vontade política nacional mudou quando o conceito de Região emergiu das transformações políticas resultantes da revolução de Abril de 1974 e da subsequente aprovação do Estatuto Político-Administrativo, que consagrou a autonomia. À medida que as nove raízes magmáticas erguidas no Atlântico se foram conhecendo umas às outras, pela mobilidade decorrente da construção das suas infraestruturas, avanço das comunicações e nível melhorado de vida dos seus habitantes, ou pelo advento da RTP nos Açores, que deu a conhecer – nunca será demais lembrar – os Açores aos açorianos, surgiram orgulhos, deslumbramentos e estranhezas. Porque na realidade as ilhas eram – são! – muito diferentes e as desigualdades, motivos de brios e regozijos, também geram incomodidades e ressentimentos (Greenfeld, 1993).

A coerência do conceito de Região dificilmente se fortalecia com tantas e tão profundas dissemelhanças na face exterior e no desenvolvimento interior de cada ilha. Coexistem, de facto, vários Açores nos Açores, e não nos remetemos à condição geográfica nem administrativa das ilhas, nem apenas aos «*povos açorianos na sua realidade antropológico-estética*» (Pires, 2015, p. 81). Referimo-nos a um passado de povoamentos de diferentes origens nacionais e estrangeiras e ao isolamento interior e exterior, ainda hoje audível nas pronúncias, visível nos esbatidos mas continuados conflitos bairristas, percecionado em idiosincrasias locais diversas e persistentes até aos nossos dias.

Estes Açores, plurais nos seus modos de estar na vida, de olhar o mundo e de se verem a si próprios, passaram a ser, com o advento da autonomia, uma entidade singular na sua definição político-administrativa, pelo que o poder político autónomico teve de encontrar formas de lidar com as antinomias: no cumprimento de visitas estatutárias a cada uma das ilhas; no estabelecimento das ilhas de coesão; nas obras emblemáticas ansiadas pelas populações; na gestão das pequenas rivalidades; no discurso de unidade; e, sobretudo, na criação de símbolos identitários (hino, bandeira), ou no seu reforço, com especial projecção do culto ao Divino Espírito Santo. De sublinhar que este culto, de raízes populares, se estabeleceu e se firmou no isolamento dos séculos, sem apoio político, e a sua apropriação pelos poderes não desvirtuou as suas origens nem a sua intencionalidade, de que é face visível a profusão de festas, mais ou menos fulguosas, em quase todas as comunidades açorianas.

Tornou-se igualmente necessário estimular o pensamento popular para a preservação do bem comum, atribuindo dimensões às diferenças para «ordenar» a realidade social a partir da noção de património cultural

da açorianidade, em muitos casos com laivos de nacionalismo regionalista – alimentos para o recrudescimento de sentidos de pertença a símbolos privilegiados. Esta atitude tem produzido algum equilíbrio orientador na união, ancorada nas diferenças, dos açorianos e uma certa autossustentabilidade dos atores políticos. Integrou-se assim o capital de mitos, memórias e tradições comuns que constituem o alicerce da identidade regional nos limites definidos pela geografia e pela história (João, 2001, p. 701).

## **Açorianidade**

A autoconsciência de Região não mudou, porém, a autoconsciência de cada ilha na sua dimensão mais íntima. Enquanto umas ilhas vivem a sua consciência histórica no passado, como referência estruturante e como alimento do presente, outras vivem aportadas no momento atual pela necessidade de autoavaliação positiva imediata, e outras ainda resvalam para a crença num futuro que lhes trará a merecida projeção, como na teoria da crença no mundo justo de Lerner (1980).

Estes três tempos na autoconsciência das ilhas açorianas têm sido regíveis com a colaboração ciente ou não de intelectuais e artistas expansores da noção unificadora da açorianidade na expressão das suas obras. Relevantes neste domínio na contemporaneidade, manifestam-se a produção literária, a música, as artes visuais e performativas, no sentido de captar a alma açoriana e os seus espelhos virtuais, o sortilégio das suas palavras, a energia dos seus sons, a prodigalidade dos seus tons e das suas formas, as utopias das suas gentes. Com este mundo magnífico constroem a mitologia explicativa do palpitar hiperbólico deste universo insular, que nem sempre é a medida dos seus habitantes, daí derivando a necessidade de se autoredefinirem em territórios longínquos como migrantes a que chamei desterritorializados e transnacionais. A Região Açores cumpre, à semelhança da Pátria, «a sua função de enraizar, filiar e criar identidades, demarcando diferenças e prometendo escatologias históricas, [que] sobrevive[m], mesmo sob os efeitos da desterritorialização» (Catroga, 2010, pp. 34-35). O mar antes e o ar agora são estradas que os levam aonde a sua ambição, o seu desejo, o seu sonho e as possibilidades de acolhimento em terra diferente permitem. As Américas foram destinos do povo, de criativos e académicos (embora em números muito mais modestos), bem como o Continente português, pouso para uma elite intelectual e política que, no interior escasso das ilhas, jamais teria tido oportunidade de expandir o seu brilho.

A interioridade do ser açoriano e, numa abrangência mais lata, a condição de ilhéu, tem, assim, sido objeto de interpretações num sentido ontológico ou numa perspectiva de autognose regional ou nacional, conforme o seu objeto. Nemésio introduziu o conceito de açorianidade no léxico português em 1932, inspirado pela *hispanidad* de Unamuno, com quem iniciara correspondência em 1929, tendo obtido um espantoso sucesso através da sua apropriação e diferenciação açorianas, por artistas, intelectuais, políticos, e mesmo empresários que vislumbraram no potencial ilhéu, novas e eloquentes oportunidades de singularizar os seus produtos.

Seguindo este trajeto transversal às comunidades económica, política, sociocultural, poder-se-ia ver na açorianidade um conceito vulgarizado e despido de intensidades filosóficas; de modo algum. A sua vivência é individual e coletiva, em todas as categorias sociais, sem a eximir do seu registo ontológico inicial, embora revestida de novas roupagens. Tal como a cunhagem do seu nome não a isenta do seu longo e imbricado percurso secular anterior, entre gente anónima que nestas ilhas a sentiram sem saber como lhe chamar. E a continuação desta experiência multiplicada até 2016 não a liberta nem a aprisiona nesse passado; não a reduz ao presente de reinventadas protuberâncias e enigmas indecifrados; nem lhe condiciona o futuro, aberto e ávido de novas e excitantes abordagens.

Onésimo Teotónio Almeida (1996) expressou do modo mais simples e mais rico que até hoje li a apropriação que cada um faz da açorianidade ao afirmar que o termo (tal como *portugalidade*), sendo vago, é preenchido pela experiência pessoal sentida pela memória e coração de cada indivíduo. O autor esquematiza parâmetros de ordem física e cultural da experiência de ser açoriano, defendendo que a vivência individual desemboca, por força do ser social, no fenómeno de identidade coletiva.

Num mundo imerso em crises várias, a açorianidade não está em crise nem a sua vivência em baixa intensidade. Porque a democratização da açorianidade a levou a todos os lugares onde havia voz para a dizer e ouvidos para a ouvir – e este foi um feito de todos os agentes em presença nas ilhas, nas suas mais diversas manifestações espontâneas ou planeadas. A versão, a subversão, a transversão e a inércia da nossa vida coletiva, todas cabem nas diferentes apropriações e na mesma açorianidade.

Tal como o tempo e o espaço.

O tempo açoriano, excetuando um ou dois centros urbanos, é ainda o tempo da ruralidade, um tempo que se dá tempo para conversar, perscrutar a atmosfera, prever chuvas, abertas, ventos e maresias. É um tempo ilhéu, que alguns exímios contadores de histórias terão imortalizado. É um tempo de interioridade, com espaços de alegoria, paisagem e sintonia

com o Espírito Santo, mesmo para os não crentes. É um tempo mitológico, em que os seres se perdem sem perderem a sua essência, se elevam sem sair da terra e se miscigenam com os quatro elementos da natureza numa hibridez de encantamento. É um tempo ainda eivado de mistérios que a etnografia não iluminou totalmente, e que a diáspora mais atenta preserva sob formas multiculturalizadas na ânsia indisfarçada de conservar uma identidade já fragmentada e compósita, e por essa razão enriquecida mas saudosa da pureza primitiva.

O espaço açoriano não é apenas físico – terra e mar –, social e humano. É também cultural, por força do social e humano, mas também por força da terra e do mar – a geografia que, para Nemésio (1932) vale tanto como a história (p. 59). Somos, ilhéus açorianos, expressão do mesmo e do diferente da cultura portuguesa – uma questão de complexa tessitura onde se espelham as nossas autoimagens, porque nós «só existimos no espelho dos outros» (Lourenço, 2015, p. 191). Vista nesta perspectiva, a nossa propalada universalidade parece estranha, no mundo interilhéu, nacional e transnacional.

As ilhas, filhas das erupções vulcânicas e do mar, embora pertencentes à mesma família açoriana, nasceram em tempos diferentes, geologicamente confirmados, e com diferentes destinos, social e politicamente assumidos. Deixámos que a geografia cumprisse o seu desígnio definindo distâncias e ambiências e que a história, à mão do homem, inscrevesse no futuro o que era passado.

Deslizámos para o fatalismo todas as vezes que nos desampararam os sismos ou os sistemas, o abandono disruptor ou o excessivo centralismo, o veto da reversibilidade ou a esperança do devir. Fundeámos os nossos barcos em todos os mares onde nos foi prometida (ou vislumbrámos, por nós e para nós) uma centelha de abundância e arreámos a nossa vida, ao ritmo da massa que sovámos pelos séculos fora. Exorcizámos todas as derrocadas no altar da nossa resiliência, construímos filamentos culturais próprios, e desenhámos um novo paradigma, à nossa medida, no entretecer do discurso político e na identidade centrífuga a que nos candidatámos.

É, porém, de elementar justiça reconhecer as lutas contra as inevitáveis obscuridades da nossa caminhada coletiva: edificámos uma estrutura psicológica, a que não faltou o reforço da religiosidade, para fazer frente aos rigores da natureza, às marcas da geografia, aos passos da história, à defesa do nosso portuguesismo e realizações da nossa autonomia, no respeito pelos localismos culturais e na (re)invenção das nossas utopias.

Enraizámo-nos magmáticamente nas ilhas e partimos aprofados no sonho em busca dos continentes de abundância. E todas as vezes que nos

perdemos nas brumas do *azorean torpor* assim designado pelos irmãos Bullar, reencontrámos alento e envolvemo-nos na superação das nostalgias. Consagramos à Universidade e à RTP Açores a tarefa de divulgar conhecimento, espreitar as janelas do mundo, olhar os espelhos do nosso imaginário e descobrir a riqueza das nossas minudências. E somos felizes nos (i)limites do espaço que criámos e no excesso do tempo que construímos.

## Conclusão

A condição de ilhéu, que nos Açores foi isolamento e prisão, exílio e refúgio, hoje é apenas estar numa porção de terra com mar a toda a volta, de onde se parte e aonde se chega, com o espírito que determinará o modo como será sentida. Outras «ilhas», sem mar à volta, passam ou passaram por limites e complexidades, possivelmente sem uma palavra que as identifique no seu todo e lhes ofereça tanta essência para o seu sentir e tanta matéria para o seu porvir como a açorianidade.

A atribuição de um valor a esta identidade (Mattoso, 2008, p. 10) resultou de um processo coletivo e individual de categorização e de diversas expressões caracterizadoras desta unidade nos domínios das ciências, das artes, dos símbolos e das vivências, com ainda vasto espaço para novos aprofundamentos e diferentes olhares.

Partindo do entendimento de Boaventura Sousa Santos (2007) de que a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, deve levar o conhecimento ao autoconhecimento (p. 57), o conhecimento mais profundo desta açorianidade dos nossos dias constituirá um autoconhecimento para os açorianos residentes, desterritorializados ou transnacionais. Num sentido mais abrangente, cremos que a condição de ilhéu no mundo se situa num estado de teorização potencialmente promissor e numa insularidade auspiciosa, pelo convívio harmonizador da globalização com as suas exóticas singularidades.

## Bibliografia citada

- ALMEIDA, O. T. (1995). Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural – O caso açoriano como cobaia. In Universidade dos Açores. *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores* (pp. 65-89). Ponta Delgada: Jornal de Cultura.

- ARCHER, M. (1995). *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BECKER, H. S. (1996). The Epistemology of Qualitative Research. In Jessor, R., Colby, A. & Shweder, R. (Eds.). *Ethnography and Human Development: Context and meaning in Social Inquiry*. Chicago: University of Chicago Press.
- BHABHA, H. (2004). *The Location of Culture*. New York: Routledge.
- BOSE, P. (2012). Mapping movements: interdisciplinary approaches to migration research. In Vargas-Silva, C. (Ed.). *Handbook of Research Methods in Migration* (pp. 273-297). Cheltenham: Edward Elgar.
- CASTLES, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*. Lisboa: Fim de Século.
- CATROGA, F. (2010). Pátria, nação e nacionalismo. In *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (pp. 33-65). Sobral, J. M., Vala, J. (org.). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, A. (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- GREENFELD, L. (1993). *Nationalism: Five Roads to Modernity*. Cambridge e London: Harvard University Press.
- JOÃO, M. I. (2001). Estado, Nação e Região. In *Arquipélago-História, 2.ª série, V*, 689-702.
- KING, R. (2010). A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global. In Fonseca, M. L. (coord.). *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares. Actas da Conferência Internacional* (pp. 27-62). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- LEFEBVRE, H. (1974). La producción del espácio. *Revista de Sociologia, 3*, 219-229.
- LOURENÇO, E. (1999). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- LOURENÇO, E. (2015). *Do Brasil Fascínio e Miragem*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- MATTOSO, J. (2008). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares, Gradiva.
- NEMÉSIO, V. (1932). Açorianidade. In *Insula, 7-8*, 59.
- NEMÉSIO, V. (1978). *A mocidade de Herculano*. Lisboa: Bertrand.
- ORTEGA Y GASSET, J. (1988). *Notas de andar e ver*. Madrid: Alianza.
- PIRES, A. M. B. M. (2013). *Páginas sobre Açorianidade*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- SÁNCHEZ-AYALA, L. (2012). Interviewing techniques for migrant minority groups. In Vargas-Silva, C. (Ed.). *Handbook of Research Methods in Migration* (pp. 117-136). Cheltenham: Edward Elgar.
- WARNIER, J-P. (1999). *A Mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias.







## A CONDIÇÃO DO ILHÉU!<sup>1</sup>

DAVID HOPFFER ALMADA

1 – Falar ou escrever sobre a minha *Condição de Ilhéu* impele-me, enquanto cabo-verdiano, a um necessário e indispensável olhar retrospectivo, à procura das minhas origens, enquanto filho e parte integrante dum País feito de Ilhas.

Com efeito, a condição dum Ilhéu, filho deste Arquipélago<sup>2</sup>, é especialmente determinada pela própria matriz da Nação Cabo-verdiana.

E isso, naturalmente, não pode ser analisado nem definido sem que se tenham em conta as origens e os fundamentos da formação da própria Nação Cabo-verdiana e da formatação da personalidade dos seus Filhos.

Por isso, a abordagem que dela se queira fazer deve ser acompanhada dum desvio, ainda que pequeno, para lembrar as raízes do nascimento do seu Povo e as madrugadas da formação da sua identidade, como ente portador de personalidade própria.

E se o «homem cabo-verdiano» é, reconhecidamente, dotado duma identidade e personalidade específicas e muito próprias, isso assim é, fundamentalmente, porque, por um lado, as condições do seu surgimento foram determinantes da sua autenticidade e originalidade, e por outro, porque houve especificidades que determinaram o seu percurso histórico e a sua afirmação como ser singular, particularmente, no domínio pessoal e cultural.<sup>3</sup>

2 – Na verdade, e como é sabido, as características específicas e singulares da colonização das Ilhas de Cabo Verde – *Ilbas que, a quando do*

---

Desenho: *Danças banbu-funana*.

<sup>1</sup> Texto elaborado a convite do CEPCEP-Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa.

<sup>2</sup> Arquipélago de Cabo Verde.

<sup>3</sup> Vide *Pela Cultura e pela Identidade - Em Defesa da Caboverdianidade* de David Hopffer Almada, Edição do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro-PRAA-2006.

*respetivo descobrimento, eram desabitadas* –, determinaram e marcaram, de forma indelével, a formação da Nação Cabo-verdiana e a identidade de que são portadores os seus Filhos.

É que, a essa circunstância – *a de ser desabitada* – aliou-se o facto de o seu próprio povoamento ter assumido características muito especiais.

Na verdade, constituído por nove Ilhas e alguns ilhéus, o Arquipélago de Cabo Verde só começou a ser habitado a partir da 2.<sup>a</sup> metade do Século XV, por pessoas provenientes de várias origens e de vários Continentes – designadamente da África e da Europa –, e que, ao longo do tempo, se foram distribuindo e ocupando as várias Ilhas.

Independentemente da discussão ou polémica que, eventualmente, possa haver ou surgir sobre quem chegou primeiro ao Arquipélago, a verdade segura é que quando as naus lusas ali chegaram, o mesmo era desabitado e as suas Ilhas, plantadas no meio do Oceano Atlântico, entre três Continentes (África, Europa, América), eram, mais ou menos, desérticas.

E foi a partir daí que se fez o povoamento das Ilhas, com gente de proveniência diversa, estatuto social diferenciado e cultura diversificada<sup>4</sup>.

Filho do cruzamento de Povos e Culturas, e nascido numa Ilha que se entrelaça com as outras Ilhas irmãs, no viver quotidiano, sou, pois, um «Ilhéu» de várias Ilhas, que mais não são, afinal, do que pedaços de terra, geográfica e territorialmente separadas, mas umbilicalmente ligadas entre si e em permanente comunhão solidária, dando-se as mãos e agarrando-se umas às outras, pelo mar e pelo ar... já que, por via terrestre, a Mãe-Natureza decidira, soberanamente, talvez desde o primeiro sopro de vida, que não seria permitido nem possível!

Pois é!

Esta é, na essência, a primeira circunstância determinante da minha condição de «Ilhéu» – a de ser (*e de saber que estou*) circunscrito, no meu quotidiano, a um determinado espaço – (*maior ou menor, dependendo da dimensão da ilha em que me encontre em cada momento*), onde crio o meu próprio *modus vivendi*, não só para – com vontade, alegria e «sabura» – sobreviver, mas sobretudo para, intensamente, viver a minha vida, na sua totalidade, com a intensidade e a felicidade que as circunstâncias envolventes me possam proporcionar ou permitir, ciente e consciente que a escassez de riqueza que, eventualmente, possa arrefecer ou mesmo torpedear a ambição, não é, todavia, suficiente para aniquilar a ânsia, a vontade e a determinação de dominar a natureza e os seus ventos e marés.

---

<sup>4</sup> Vide Obra citada.

É que, a estreiteza do espaço que a Ilha em si contém e me envolve, não me amolece a ambição nem me tolhe a ânsia de querer ir mais longe, à conquista do bem-estar e da felicidade, para mim e para os que pisam este chão vulcânico que me sustém e esquentam os pés.

Não! Antes, o meu horizonte – de Ilhéu – estende-se muito para além do pedaço de terra que piso e do mar que me cerca, de todos os lados, tentando os meus olhos descortinar em cada manhã que desponta o que existe e se passa para além da minha Ilha, – *afinal, é apenas, uma fatia de Cabo Verde* – muitas vezes me impelindo ou mesmo empurrando à superação da distância que a separação territorial provoca.

É que, na verdade, se a Ilha, sendo por natureza pequena, me limita, o mar é grande e largo!

E porque o mar me rodeia e envolve, ele constitui, até certo ponto, a extensão da minha ilha e de todas as outras ilhas-Irmãs... e, assim sendo, quanto mais largo e extenso ele for...

Mas a minha Ilha, o pedaço do chão em que vivo, tanto me enche e absorve – quase que me impedindo de (*ou me compelindo a não querer*) olhar mais além, para perscrutar o que existirá para além do lugar onde os meus passos podem chegar, como me impele, num impulso permanente, a olhar e a me embalar, através desse mar imenso que me cerca, para além do espaço ilhéu, no sonho de conhecer outras paragens e me embriagar em novas aventuras.

Afinal, e algo contraditoriamente, a pequenez do território imposta pela natureza e o conseqüente aconchego, que tal proporciona, tanto me fazem crer que o mundo se concretiza e se resume àquele espaço delimitado pelo mar que o envolve, como faz emergir, no meu espírito e na minha mente, sonhos de aventuras, desejos rogados e a incontável necessidade, quase obsessão, de me aventurar por outras terras e outros mundos.

Outras terras e outros mundos que podem ser tão só «a outra ou uma outra ilha» porque, na verdade, a «minha Ilha» é só ela, resume-se a si mesma, confundindo-se ela própria com o todo, que é o País, porque, para além dela, é já outra «ilha», por isso, outro «mundo»...

Mesmo que essa outra Ilha seja próxima, habitada por gente tendo a mesma origem, com o mesmo sangue correndo pelas veias, senhora essencialmente dos mesmos hábitos e dona da mesma cultura... de todo o modo, e afinal, dotada do especial dom – às vezes virtude, às vezes defeito – de ser *duma outra Ilha!*

Enfim, é o velho dilema de querer partir – *desejo da evasão* – e ter de ficar – de que tanto falaram alguns dos nossos vates, Ilhéus como eu!

É que esse desejo de evasão, de querer outros mundos e outras terras, nasceu, permaneceu e está em permanência na vivência cabo-verdiana... mas, por mais forte que seja ou tenha sido, **nunca foi capaz de superar o destino de ter que ficar, primeiro, e o orgulho de querer ficar, hoje!**

Mas, afinal, tudo tem a sua explicação, a sua razão de ser!

Na verdade, as condições históricas que determinaram as origens do Cabo-verdiano, não só como membro duma comunidade concreta, mas também a sua condição de Ilhéu, formataram a sua personalidade e determinaram a sua condição de fruto de cruzamento de Povos de origem diversa, gerado num território disperso em Ilhas e ainda... sem viva alma.

Efetivamente, e conforme nos ensina a História, o Arquipélago em que nasci e que faz de mim um «Ilhéu», quando apareceu e se deu a conhecer ao Mundo, encontrava-se ainda despovoado, tendo o respetivo povoamento começado a acontecer só a partir da segunda metade do século quinze.

A esse facto/circunstância aliou-se ainda um outro – o da respetiva ocupação.

É que, como também ensinam os Historiadores, só a partir do Século XV começou o território das Ilhas a ser efetivamente ocupado por pessoas de origem diversa, umas resgatadas como escravos trazidos de África, outras como colonos vindos da Europa.<sup>5</sup>

Tudo isso determinou definitivamente não só o meu ser... mas sobretudo a minha *condição* de Ilhéu... de Cabo Verde!

Na verdade, como assinala o Escritor Cabo-verdiano GABRIEL MARIANO (*um IMORTAL da Academia Cabo-Verdiana de Letras*) «desde muito cedo as populações transplantadas para o arquipélago ficaram entregues a si próprias, resolvendo por si problemas de vária ordem: de comércio, de cultivo de terra, de defesa contra a pirataria, de fixação e criação de núcleos populacionais no interior das Ilhas.»<sup>6</sup>

Apesar do estatuto que diferenciava os membros desses ocupantes transplantados (*uns*- escravos, *outros*- colonos), colocados longe da terra-mãe e das suas origens, sentiram-se unidos pela necessidade de sobreviverem na mesma terra incógnita e inóspita, defrontando as agruras da

<sup>5</sup> Vide «Obra citada».

<sup>6</sup> In «Suplemento Cultural do Boletim de Propaganda e Informação-Outubro de 1958», citado na Conferência proferida pelo Autor em 2015, na Universidade da Bahia – Brasil, sob o título «As Raízes da Literatura Cabo-verdiana», a convite da organização de II SIN-BAIANIDADE e II CILLAA.

natureza, a distância que o mar alargava e a estreiteza do meio que a pequenez das Ilhas apertava.

Provenientes de Continentes diferentes, e saídos de grupos étnicos distintos, portadores de línguas, expressões, hábitos, costumes e tradições diversos, movidos, ora pelo instinto da sobrevivência, ora pela irresistível necessidade de relações humanas, biológicas e naturais, ou ainda por ganância, todos tiveram que, entre si, se entender, e uns com os outros conviver, fossem eles senhores ou escravos.

Homens e mulheres, de raças e etnias diferentes, senhores ou escravos, tiveram que se comunicar entre si e relacionar-se.

Desse convívio, voluntário ou obrigatório, desejado ou imposto, resultou o cruzamento de raças, de culturas e de civilizações.

**É desse encontro, desse convívio e desse cruzamento que nasce a miscigenação!**

É que os colonos, que, na maioria, eram homens, sentiram-se, por razões e condicionalismos diversos, obrigados a misturar-se com os escravos, sobre quem tinham poder e domínio, e constituir, com os mesmos, famílias mistas e gerar proles, também mistas.

**A miscigenação surge, pois, como um facto necessário e determinado pelas circunstâncias e condições concretas da ocupação e vivência nas Ilhas.**

Não se pense, porém, que a mesma tivesse sido querida ou incentivada pela potência colonizadora, embora satisfizesse, objetivamente, a estratégia da Corte Real.

Aliás, e, pelo contrário, eram tais os receios e tantas as preocupações desta no sentido de evitar a «promiscuidade» e a «deterioração» da raça branca (Europeia) – pelos escravos (negros) vindos da África, com o conseqüente aparecimento e proliferação de mestiços (mulatos), que a CORTE chegou a determinar a promoção da deportação de mulheres europeias para «servirem» os homens brancos (colonos) das Ilhas!<sup>7</sup>

Mesmo assim, e como seria inevitável, «aconteceram», porém, os «encontros» e os «cruzamentos» entre europeus e africanos, e não se pôde evitar o «serviço» entre africanos (*negros*) e europeus (*brancos*).<sup>8</sup>

Enfim!

Assim se fez a miscigenação!

<sup>7</sup> Vide, entre outros, o artigo «Da travessia no deserto ao ressurgimento de uma nova AZÁ-GUA», in *Cabo Verde e Insularidade*, Coordenação de Manuel Veiga, Éditions Karthala, 1998.

<sup>8</sup> Ibidem.

Assim começou a mestiçagem!

E é disso que surge a miscigenação Cabo-verdiana!

E é isso que faz que nós, Cabo-verdianos, sejamos o que somos:

«UM POVO NÃO SÓ ILHÉU COMO CRIOULO, que se caracteriza, fundamentalmente, pela integração, interpenetração e harmonização de valores e tradições culturais de origens e fontes diversas, e, sobretudo, muito agarrado às suas Ilhas, e cada um à sua Ilha»<sup>9</sup>.

*E é isso que define a minha condição de Ilhéu e faz de mim, para além disso, também e sobretudo, um Ilhéu Crioulo e, por isso mesmo, um ILHÉU de Cabo Verde!*

---

<sup>9</sup> Vide Conferência sob o Título «A Reconstrução da Lusofonia – O Papel dos Estereótipos nas Narrativas Identitárias» apresentada pelo Autor, em Boston-USA, em Abril de 2014, a convite do Instituto Camões/UMASS Boston.



«PEDRA TORRADA,  
TRANSTORNO DO MUNDO»  
– A CONDIÇÃO DE ILHÉU

ANTÓNIO M. MACHADO PIRES

Não gosto da expressão «a condição de Ilhéu». Ilhéu pode ser um pedregulho. Ilhéu para pessoa exige, em nome do politicamente correcto do género, o feminino ilhoa, que é uma palavra disfónica. Ilhéus e ilhoas...! Porque não insulares, (os) ou (as) insulares? Em todo o caso, usarei também a expressão «condição de ilhéu».

A condição de ser ilhéu é simultaneamente individual e colectiva. É geográfica, social e histórica. É objectiva e subjectiva. Tem uma carga de história individual biográfica, mas é também um paradigma. Tem um carácter de permanência, mas um aqui e um agora. O que se escreva hoje pode estar desactualizado amanhã.

A condição de ser insular dos Açores é *específica*. Tem a História e a Geografia que pode ter. A repetidíssima afirmação de Vitorino Nemésio de que nos Açores a Geografia vale outro tanto como a História é, afinal, uma evidência, porque cada ilha tem o seu tipo de isolamento que lhe condicionou a sua história, e o mesmo se diga de todo o arquipélago. Ser habitante das Flores não é o mesmo de que ser habitante de S. Miguel. A especificidade está em ser ilhéu *açoriano*. São nove ilhas «isoladas» no meio do Atlântico, com uma população dispersa e diversificada. Essa dispersão e essa diversidade afectam a economia, a política, a vivência ou a biografia de cada habitante. Antes de tudo o que se possa dizer, a condição de ser ilhéu é especificamente a condição de ser açoriano. Mas ser açoriano *fora* não é o mesmo que viver nos Açores, o que obriga a sofrer condicionalismos. Um incêndio na padaria do Corvo faz depender o pão da lancha que vem uma vez por dia das Flores... se o mar deixar. O mau tempo pode privar uma ilha de combustíveis ou de medicamentos. Só um helicóptero da Força Aérea, e com riscos, pode tirar um doente de



uma ilha, em situação de emergência. As ilhas são a amenidade do clima, o verde feito de vários verdes (Pedro da Silveira), mas também «o resto de mormaço nas pedras e um fastio de morte nas almas» (Nemésio, *Mau Tempo no Canal*).

Sob a nossa coordenação publicou-se em 2012 (Centro Nacional de Cultura, Direcção Regional de Cultura) um *Roteiro Cultural dos Açores* (com um capítulo introdutório que intitulei «Açores: aventura, experiência e racionalidade»), Mantenho, em geral, a doutrina que implicei nesse artigo.

Embora o livro não tenha correspondido inteiramente ao que se pretendia fazer, pode ver-se a diversidade de testemunhos e temáticas. Descobrimo, povoamento, geografia, geologia, mar, arqueologia submarina, rotas marítimas, monumentos, museus, jardins, religiosidade, gastronomia, cultura (entendida sobretudo como literatura e figuras de destaque) – eis um panorama temático relevante. Um auxiliar de informação para o visitante, mais do que um guia turístico cultural.

Em 2013 publiquei *Páginas de Açorianidade* (Ponta Delgada, Edição Letras Lavadas), reunindo o que me pareceu melhor do que houvera escrito até então sobre o tema da açorianidade ou sobre questões que tivessem a ver com a condição insular açoriana e a sua identidade.

Em 2014 preparei e fiz doze programas de televisão sob o título de *Açorianidade*, dez dos quais entrevistando personalidades de qualquer modo ligadas à cultura respeitante aos Açores. Os programas foram transmitidos na RTP Açores de Outubro a Dezembro de 2014.

Se juntarmos o que tenho escrito sobre Vitorino Nemésio, nomeadamente *Vitorino Nemésio, Rouxinol e Mocho* (Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009), artigos incluídos em Actas do S I E N (Seminário Internacional de Estudos Nemesianos, Ponta Delgada, Lisboa e Bahia), prefácio a edição especial de *Mau Tempo no Canal* (Porto, Invicta, 2009), conferências e entrevistas sobre a obra daquele escritor, fiquei com a sensação que durante uns tempos não conseguia escrever mais nada sobre os Açores e se secara por agora a inspiração...

Instado para agora retomar de novo a reflexão sobre a insularidade açoriana, fiquei hesitante e perplexo. Vou tentar, consciente de que em alguns pontos me repetirei. Tomei então a liberdade de falar dos meus programas televisivos, pelo que eles eventualmente guardem de memória futura, principalmente pelos testemunhos que deram os entrevistados, provocados por uma conversa de improviso. Nada substituí, claro, vê-los «ao vivo».

A primeira abordagem – o 1.º programa – tinha de falar, a nosso ver, da condição histórica temporal dos primeiros povoadores, daquilo a que Nemésio chamou "um viveiro de lusitanidade quatrocentista". Os primeiros povoadores são, a nosso ver, portugueses com uma visão do mundo tardo-medieval, a sua religiosidade profunda, o seu medo de calamidades (comuns eram as fomes e as epidemias de peste), a sua fala, conservada no isolamento de ilhas e diversa pela origem diversa dos povoadores. Desse fundo medieval trouxeram também o treino de viagens a África, os medos, a tristeza dos fins da Idade Média (lembramos Huizinga), o «humor menencorio» do *Leal Conselheiro de D. Duarte*, o espectro da morte dialogada (lembramos as Barcas de Gil Vicente). O clima e o isolamento das ilhas devem ter agravado um sentimento de fragilidade da vida. O isolamento, as ameaças do mar, dos sismos, dos piratas devem ter contribuído para moldar a constituição psicológica do insular.

O ordenamento do território fez-se de acordo com a desejável ocupação de todas as ilhas, tendo em conta a altitude (não sensivelmente acima dos 300 m) e procurando privilegiar as costas do Sul, mais soalheiras. Aventura e risco, mas também racionalidade e aquisição de experiência. Os Açores e a Madeira são páginas fundamentais da História Geo-Humana de Portugal. Foram os Portugueses quem se decidiu a ficar e a iniciar uma História dentro de outra História. Creio que foi Marcel Bataillon que falou num «Portugal a uma segunda potência», uma «reserva» do Passado posta a germinar num novo território insular. O tal «viveiro de Lusitanidade quatrocentista» de que fala Nemésio, numa estratégia que nos torna mais atlânticos e mais europeus. Mas se Fernando Pessoa (aliás açoriano pela mãe) se «esqueceu» dos Açores quando antropomorfizou Portugal continental como o rosto da Europa fitando o Ocidente, a verdade é que as ilhas se inscrevem na História de Portugal e na ilha das Flores, o ilhéu de Monchique (cá está a aceção de ilhéu pedregulho...) é o ponto mais ocidental da Europa!

Com a vitória de 11 de Agosto de 1829 na baía da Praia (da Vitória) contra a armada miguelista, pode dizer-se que a História de Portugal moderno se decide verdadeiramente naquela baía, o que, a seu tempo, vai permitir e condicionar o desembarque no Mindelo (1832) e a posterior vitória do Liberalismo. Por isso gostamos de falar de uma História dentro de outra História...

As ilhas dos Açores mantêm a sua potencialidade geoestratégica, lembre-se a discutida e actual problemática da substancial redução da presença das tropas americanas na base das Lajes na Ilha Terceira.

Um açoriano com 30 anos de idade, saudoso da sua ilha e da sua infância, Vitorino Nemésio, inventou o termo *açorianidade*, decalcado do espanhol *hispanidad* (Miguel de Unamuno). Era um vínculo afectivo dele, Nemésio, um sentimento pungente. Convém lembrar o contexto:

«Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba.» (Coimbra, Cruz de Celas, 19 de Julho de 1932).

A açorianidade é a dele, a condição de ser açoriano incarnada na vida *dele*. Depois o termo ganhou significação mais ampla e passou a designar uma espécie de «alma colectiva». A açorianidade é então uma manifestação da identidade insular especificamente açoriana, uma espécie de pátria ideal. Com o Governo Autónomo a partir de Setembro de 1976 torna-se um conceito político, de reivindicação, de pressão para a transferência de poderes. A condição insular açoriana, chamada agora Açorianidade, reclama direitos políticos, gera uma cultura própria, para os independentistas até o direito à independência.

Os Governos Autónomos das duas Regiões – Madeira e Açores – permitiram uma grande descentralização, órgãos de Poder próprios, decisões com conhecimento dos problemas locais... Mudaram as condições de vida dos insulares nos dois arquipélagos. A insularidade gerou a autonomia, com o fundamento filosófico-político da Açorianidade. Ao chamarmos os programas televisivos AÇORIANIDADE – no singular – queríamos exprimir justamente esse fenómeno em algumas das suas particularidades expressivas: o rumo condicionado dos factos históricos desde a ocupação ao povoamento, origens dos povoadores, a fala, o clima, a geologia e o telurismo, a navegação marítima e aérea, a emigração, incluindo a que tomou o caminho do Brasil nos meados do século XVIII, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a expressão literária em autores como Raúl Brandão, Roberto de Mesquita, Vitorino Nemésio, sem deixar de pôr a questão da açorianidade ou vínculo afectivo no próprio caso de um homem tão preocupado com os problemas do mundo social e cultural do século XIX como Antero de Quental: perspectivas convergentes mobilizando diálogos espontâneos em improvisos irrepetíveis, aproveitando os saberes dos entrevistados. Afinal, talvez uma busca de uma perspectiva unitária.

Nove ilhas são também nove modos de ser açoriano, um Povo que é plural, feito de vários povos, de várias sensibilidades religiosas, de diversos modos de se divertir, de modos de falar diferentes.

Dos falares se ocupou especificamente um dos programas, com uma conversa com o Doutor João Saramago. Falares ou dialectos, hoje é possível designá-los assim, sem perda de dignidade comparativa com um padrão abstracto. Destacam-se os falares de S. Miguel e da Terceira, que o entrevistado descreveu pelas suas características. Será que os falares servem de contraprova às origens dos povoadores? E tendo em conta que reflectem o português que se falava então? O vocalismo do falar de S. Miguel encontra-se «deslocado», fenómeno curioso que o Doutor João Saramago descreveu.

Papel importante desempenharam a orografia, o clima, a sismicidade, dando aos Açores um carácter fortemente telúrico. Dos aspectos geomorfológicos se ocupou o Prof. Doutor Victor Hugo Forjaz, que considerou mesmo haver três arquipélagos: o ocidental (Flores e Corvo), o central (Pico, Faial, S. Jorge, Graciosa e Terceira) e o oriental (S. Miguel e Santa Maria). Pedra de lava – «Pedra torrada, transtorno do mundo», diz Nemésio, do telurismo das ilhas fazem parte certos termos característicos: *biscoito*, *bagacina*, *mistério*.

Da diversidade geográfica e social dos povoadores se ocupou o Prof. Doutor Avelino Menezes, que salientou o facto importante de as ilhas mais a oeste beneficiarem de um povoamento de 2.<sup>a</sup> fase, a partir das ilhas povoadas, como a Terceira, que mandou gente para o Pico e para as Flores, sendo as ilhas mais ocidentais povoadas a partir do arquipélago central. Desta diversidade de gentes se procura construir uma «unidade»...

A «alma» do ilhéu açoriano é assim una e diversa!

Da condição insular faz parte o mar, do qual disse Vitorino Nemésio «as ilhas são o efémero e o contingente, só o mar é eterno e necessário». Convidado a comentar esta afirmação, o Prof. Doutor João Pedro Barreiros, no programa Açorianidade dedicado ao mar, falou dos recursos marinhos dos Açores e de quanto ainda está por descobrir, tarefa do futuro. O mar foi «vocação» de Portugal e dos Açores...

Da navegabilidade e necessidade marítima se passou à aérea, uma açorianidade que é também «aeridade», que o Prof. Doutor Ermelindo Peixoto, profundo conhecedor da aviação civil em Portugal, aproveitou para falar das primeiras experiências de navegação aérea nos Açores e evocar também a história da SATA, que já tem cerca de setenta anos...

A emigração ocupa lugar de relevo no prolongamento e nos ecos psicológicos dos açorianos longe das suas ilhas. A Prof. Doutora Graça Castanho, com a sua experiência de cargos ligados à emigração e ao ensino do português nos EUA, falou amplamente do mundo diverso e espalhado que os açorianos deixaram um pouco por toda a parte.

O caso do Brasil – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – justificou um programa à conversa com o Prof. Doutor Avelino Menezes, que estudou o assunto com profundidade universitária e esteve no Brasil várias vezes. O fluxo migratório do século XVIII (1748-1756) deveu-se, segundo ele, não só aos interesses e à pressão dos açorianos, em busca de melhor vida e de fartura, mas também aos desejos da Coroa (D. João V) em criar ocupação territorial e uma frente de resistência ao avanço dos espanhóis de Sul para Norte. A ocupação da Ilha do Desterro (Santa Catarina) mereceu especial atenção a esse programa. Hoje há muitos laços de aproximação entre Santa Catarina e os Açores.

Um dos mais belos livros sobre as cores, a terra e o homem insulado dos Açores é o de Raúl Brandão, *As Ilhas Desconhecidas* (1926), que o fotógrafo artista Jorge de Barros fez editar ilustrado com muitas e belas fotografias, que constituem um «discurso paralelo» ao texto. Um quarto de hora à conversa com Jorge de Barros revelou-se interessantíssimo: a beleza da paisagem, as cores das nuvens, a «humanidade» dos Açores e dos açorianos residentes, o vento («vento é o senhor do mundo!» – disseram a Brandão no Corvo), que até faz tocar os sinos sozinhos, enfim, braveza, negrume, sobrevivência, mas também cor, vida, humanidade... E nas Flores parecem a Brandão ainda surgir figuras de há cinquenta anos! Condições desiguais da diversidade do ser ilhéu açoriano... «A Floresta Adormecida» é o título poético dado ao capítulo sobre a ilha das Flores. Jorge de Barros diz-se muito sensível à luz suave do ambiente e à qualidade humana das gentes dos Açores, destacando o fenómeno religioso único dos romeiros. O livro de Jorge de Barros, na sua «fotodiversidade», é uma obra indispensável para o estudo da condição insular dos açorianos.

Com a Prof. Doutora Madalena Marcos Teixeira da Silva falou-se das Almas Cativas, poemas simbolistas de Roberto de Mesquita, o florentino que contribuiu decisivamente para as bases de uma literatura de significação açoriana. «Descoberto» por Vitorino Nemésio, Mesquita sentiu o «peso» da açorianidade climática e anímica mais ocidental do arquipélago. Captou mesmo de forma *pampsiquista* uma «alma» do mundo físico que o rodeava, exprimindo «um perfil abúlico da açorianidade» (Nemésio), «a ilha e o cárcere» (Martins Garcia), um isolamento que ao mesmo tempo o compraz e o punge. Os «céus de burel», «as plúmbeas manhãs», «o acordar bilioso das perspectivas» fazem parte do quotidiano da condição insular açoriana, mas neste caso expressa numa estética e numa sensibilidade simbolista fim de século. Um «fastio de vida», que é dele, homem *insulado* numa ilha remota, e um poeta ao gosto simbolista, usando as formas literárias com que se exprimia o *spleen* do seu tempo. Porém, como nota a

entrevistada, embora Mesquita se tenha também inspirado em Antero, não há na sua curta obra interrogações metafísicas. Sobretudo uma absorção da «alma» das coisas, talvez imaginando um país quimérico, emigrando para dentro de si próprio...

Antero de Quental, tanto tempo saído da sua ilha de S. Miguel, aparentando mais interesse nas grandes questões filosóficas, ideológicas e civilizacionais da segunda metade do século XIX – que vestígios de açorianidade manifestou? Que açorianidade possível? A esta questão respondeu a Doutora Ana Maria Almeida Martins, profunda conhecedora da obra e da vida de Antero. S. Miguel foi, afinal, para Antero a sua pequena «pátria», palavra muito forte que usa na célebre carta autobiográfica a W. Storck (1887), até o facto de grafar a sua Ilha – salienta a entrevistada – sempre com maiúscula. O interesse manifestado pela necessidade de uma doca em Ponta Delgada, pelo chá de Porto Formoso, são outros pequenos grandes carinhos que o vinculam afectivamente à ilha onde nasceu.

E qual o papel do poeta, romancista, professor, Vitorino Nemésio, aproveitando todos os pretextos na sua obra para se ocupar dos Açores – o mesmo é dizer da condição de ilhéu que ele interiorizava tão fortemente? (Lembremos... «da minha açorianidade subjacente»... ). Essa teorização e esse tratamento estético-literário da açorianidade são indispensáveis para a compreensão hoje da condição do homem ilhéu e como vive e funciona o seu espírito. Como matriz, como *alma mater*, como ecrã de recordações, como força de solidariedade, como vontade de retribuição dentro ou fora do arquipélago.

És isto, ilha da noute,

Evocação de légua:

O que me deste dou-te

Como ao pêlo do poldro a saliva da égua

«Ilha ao longe» (O Verbo e a Morte, 1959)

O açoriano *dentro* e o açoriano fora, duas realidades ontológicas insulares diferentes, que completam o «retrato» da insularidade. Movimento centrífugo e centrípeto. Vontade de sair e vontade de voltar. Voltar, com a referência de um eixo do cosmos que passa pela ilha onde se nasceu. Uma pequena pátria ilha, até sujeita a bairrismos, os diabinhos que sopram uma divisão, contra a vontade política de unidade e uma constante utopia de progresso.

No meio de alguns ressentimentos históricos de abandono e centralismo, os Açores desenvolveram alguns sentimentos reactivos até ao exagero, o que levou Martins Garcia a dizer que os Açores «padecem

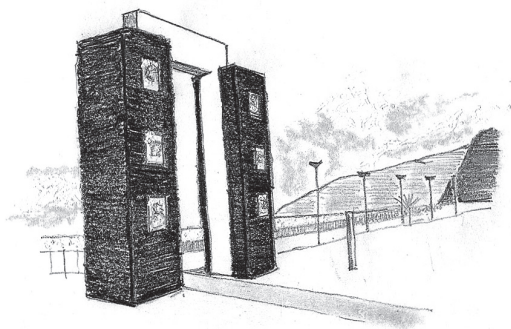
de desimportância». Razão para clamarem e exibirem as suas mais valias perante o país, a Europa e o mundo – que começa agora a reparar neles... Claro que se devem evitar os ufanismos provincianos, que hipertrofiam tópicos de excelência ou fazem do primeiro escritor ou artista que aparecem génios absolutos da açorianidade. Numa terra pequena, Roberto de Mesquita, modesto e fechado com o seu solilóquio com a «alma das coisas», foi no entanto um grande poeta sem precisar sair da ilha. Como aqueles que saíram de vez, como Nemésio, com vontade de voltar, tomando o barco de cada poema:

Tenho o navio no peito,  
Quando o quero sempre o acho  
diz em Festa Redonda, onde avuita o mundo da infância. A escrita, uma  
forma de voltar...

Ilhas que ora se avistam, ora se não avistam, perdidas na bruma e no «azorean torpor», separadas ou unidas por um mar profundo e fendas geomorfológicas abissais, no acaso e na surpresa de sismos e vulcões, este arquipélago (arqui – pélagos, arqui, acima de, pelagus, mar alto, distante) desafia as limitações do ultraperiférico com uma localização centro-atlântica privilegiada, que lhe custa os olhos da cara... E um desafio à governação neste mundo cada vez mais desgovernado...

Pedra torrada, transtorno do mundo,  
Alvorada no pasto [...]

Vitorino Nemésio, «Ilha ao longe»,  
*O Verbo e a Morte*, 1959.



## SER ILHÉU DOS AÇORES: O MAR E O ISOLAMENTO COMO DESAFIOS

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ\*

A abordagem do tema confronta-nos com a interrogação prévia da existência da consciência de ilhéu dos Açores, perante a multiplicidade de formas de ser e viver das populações das diferentes ilhas do Arquipélago. O nosso ângulo de incidência, após distinguir estas duas linhas de orientação da análise, irá procurar pôr em evidência, não os particularismos que dão colorido ao mosaico cultural, linguístico, económico que fazem viva e multifacetada a tradição do povo dos Açores, mas antes, o que há de comum nas diferentes formas de apropriação de um património que sobrevive nos modismos e vivências das populações de cada uma das ilhas. Pretendemos, por isso, dirigir o olhar para alguns dos traços que nos parecem marcar essa identidade, dos quais destacamos: a pressão sentida pelo isolamento, o apelo libertador do mar, a sedução da viagem e a dialética que nos faz oscilar entre o otimismo numa certa centralidade oceânica e o pessimismo da lonjura e da distância que facilmente nos torna esquecidos e ignorados.

### **1. A unidade das diferenças**

Em estudo de teor etnológico sobre os Açores, Armando Côrtes-Rodrigues<sup>1</sup> atribuía, em 1968, ao recato de séculos de isolamento das ilhas a dificuldade de se falar genericamente dum estilo de vida ilhéu dos Açores. A forma como a população de cada ilha se apropria da língua comum,

---

Desenho: *S. Miguel, Povoação, Porta do Povoamento.*

\* Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Armando Côrtes-Rodrigues, «Açores», em Fernando de Castro Pires de Lima (dir.), *Arte Popular em Portugal: Ilhas Adjacentes e Ultramar*, Lisboa: Editorial Verbo, 1968, pp. 117-315.



reconfigura a cultura, nas suas diferentes manifestações, e empreende a exploração dos seus recursos económicos inscreve, no relevo de cada ilha e na linha de costa que o mar salpica de farrapos delidos de espuma, singularidades que as tornam diferentes entre si. Espalhadas no mesmo mar que as separa e que as une, num face-a-face que, em alguns casos, aparenta estreita proximidade, todas elas fazem erguer o clamor pelo reconhecimento das suas singularidades.

A língua e a tradição popular, tal como a posição geográfica e o relevo do terreno, ao mesmo tempo que irmanam as ilhas, desdobram-se em variantes múltiplas que o poeta e dramaturgo de pendor regionalista, que evocámos no início, elencou nos cambiantes que ganham cor e voz no

«vestuário, modos vocabulares, pronúncia, a linha da tocada musical no conduzir da fala, nos próprios instrumentos, na maneira de tocar, em modas e modos de canto, nas formas musicais inconfundíveis, alimentação, capacidade de trabalho, tendências dissemelhantes para determinadas ocupações, critérios e noção de vida, qualidades que se exaltaram e vincaram na emigração, nas pegadas admiráveis que os casais açorianos deixaram na formação do Brasil e a sua presença na América do Norte»<sup>2</sup>.

Côrtes-Rodrigues aponta, com subtileza, na síntese que acabámos de destacar, aspetos expressivos da peculiaridade das ilhas que têm vindo a ser atendidos quer por recolhas e estudos efetuados aos níveis da história, da etnologia, da linguística, da literatura e da cultura, em geral, quer por iniciativas apostadas em expandir e aproximar as ligações dos Açores com as comunidades que a emigração fixou e fez prosperar em Portugal e no continente das Américas. Mas, poderemos ver ainda sobressair, na diversidade de formas que imprimem carácter a cada uma das ilhas, a proverbial rivalidade que as opõe umas às outras, o que não deixa de constituir um sinal revelador do vigor que confirma os Açores como um arquipélago de ilhas assentes no alto-mar, no confronto oscilante de plataformas tectónicas que periodicamente as fazem estremecer. É um fenómeno que Luís da Silva Ribeiro não teve dúvidas em atribuir a dois fatores: «o isolamento natural de cada ilha e a relativa raridade de comunicações interinsulares»<sup>3</sup>, que acabam por centrar as pessoas numa economia de autossuficiência,

<sup>2</sup> CÔRTEZ-RODRIGUES, A. «Açores», p. 119.

<sup>3</sup> RIBEIRO, L. S. «Regionalismo», em *Obras IV. Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira e SREC, 1996, p.114; Cf. *ibidem*, «O espírito açoriano», p. 122.

geradora de interesses próprios, desconfianças e rivalidades que levam a desprezar os interesses comuns.

Não será sustentável, certamente, pensar-se que somente nos Açores esta refiguração de influências acumuladas tenha acontecido, nem mesmo que ela seja específica da condição de ilhéus. Acontece o mesmo em todas as regiões que, no quadro de horizontes que as aconchega, com mais ou menos proximidade, partilham entre si semelhanças e diferenças pela forma como integram, no acervo de tradições e rotinas comuns, o modo próprio de organizar o dia a dia. Este aspeto foi, aliás, particularmente notado pelo devotado etnólogo terceirense quando, num artigo de 1920, refere a mobilização que, no ambiente de pós-guerra que se vivia no país, envolveu artistas, poetas e escritores a tomarem os motivos regionais como temas das suas obras e à realização de congressos regionalistas em várias regiões do país com o propósito de chamar a atenção para as suas especificidades e pensar medidas para o seu desenvolvimento<sup>4</sup>.

Muito embora se não possa perder de vista o colorido e o ritmo que marcam a personalidade e o estilo de vida próprios de cada ilha, aspetos que a literatura consagrou de forma admirável<sup>5</sup>, a solidez desta alteridade, feita de diferenças, encontra-se no subsolo comum que as faz resistir e persistir no tempo. As suas raízes mergulham no mar e na lava que nos entranham. No dizer de Vitorino Nemésio, «somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar»<sup>6</sup>, o que confere um modo de ver e sentir, de imaginar e querer, de pensar e ser de ilhéus dos Açores. Ganha, por isso, sentido falar duma consciência de ilhéu a partir dos Açores, qualquer que seja o lugar onde se vive, numa das ilhas ou fora delas.

Apesar das diferenças, há algo que persiste com as suas tonalidades e ritmos próprios. Nemésio, neste curto mas muito expressivo texto a que acabámos de aludir, concebe-o como *açorianidade*, «o apego à terra, [...] que não conhece razões, mas impulsos». É um sentimento que a distância faz crescer, como um *desterro*, que o passar do tempo «afina e acerba». Daniel de Sá teria exprimido o mesmo ao afirmar que «a pior maneira de ficar na ilha é sair dela». Por sua vez, José Enes, procurando entrar mais no centro do significado da *açorianidade*, compreende-a como sendo o modo como cada um se identifica consigo mesmo. É uma «matriz de iden-

<sup>4</sup> Cf. *ibidem*, p. 113.

<sup>5</sup> Cf. ALMEIDA, O. T. *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo: SREC, 1983, «A questão revisitada», pp. 188-191.

<sup>6</sup> NEMÉSIO, V. «Açorianidade», em *Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: 1932, pp. 7-8.

tificação» que move poetas, romancistas, dramaturgos, ensaístas, e a que poderemos ainda acrescentar músicos, artistas, políticos e outros, que faz que, «no ato artístico da sua obra, se reconheçam e afirmem açorianos»<sup>7</sup>. E convoca-os a enunciar os termos em que a açorianidade se assume como matriz de identificação das suas criações. Sem se escusar a responder ao repto que lançara, associa a sua conceção de açorianidade à forma como cada um, dentro ou fora da ilha, «mergulha na partilha comunitária» para assumir, à sua maneira, «a responsabilidade e o compadecimento do seu destino»<sup>8</sup>. É enquanto agente criador que o ilhéu, onde quer que esteja, se liga à sua ilha e a toma como matriz do que se sente ser. Trata-se, pois, dum conceito que, como Onésimo Teotónio Almeida tem insistido, não cabe nos contornos duma definição, por pertencer ao domínio «de quem o diz», pelo que não poderá nunca ser desligado da mundividência dos que o procuram abordar. Esta circularidade, para que aponta a clarificação epistemológica da análise de Onésimo, torna a noção de *açorianidade* indissociável da «sobreposição de todas as visões que dela os utentes têm», estando assim sujeita a ampliar-se «sempre que o mundo de qualquer açoriano se alargar»<sup>9</sup>.

## 2. O isolamento

O que chama particularmente a atenção na expressiva e primorosa análise de Côrtes-Rodrigues, que evocámos no início, é a proeminência que concede ao isolamento, que a geografia das ilhas agrava, na constituição da consciência de ilhéu. Raul Brandão, nas impressões da sua estadia no Corvo, fala no «tremendo isolamento»<sup>10</sup> a que se não pode fugir na ilha e que cerca a vida das pessoas de monotonia e solidão: «Passam-se meses sem notícias do mundo». O autor de *As Ilhas Desconhecidas* associava este estado de alma, tão indescritível como asfixiante, à solidão provocada pela situação geográfica, que a falta de comunicações e as forças ameaçadoras das ventanias tempestuosas, que fustigavam as ilhas e agitam o mar, tor-

<sup>7</sup> ENES, J. «A insularidade como matriz de identificação literária» em *Nova Águia*, Lisboa: 2015, 16, p. 265.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 266.

<sup>9</sup> ALMEIDA, O. T. *Açores, Açorianos, Açorianidade. Um Espaço Cultural*, 2.<sup>a</sup> ed. revista e ampliada, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2011, «Em jeito de posfácio à segunda edição: *Açorianidade: equívocos estéticos e éticos*», p. 160.

<sup>10</sup> BRANDÃO, R. *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, pref. de António Machado Pires, Ponta Delgada: Artes e Letras, 2009, p. 81.

navam mais soturno, deixando «a impressão de nos sentirmos ser menos que nada»<sup>11</sup>.

O isolamento, que tem sido destacado por diversos autores como marca distintiva da realidade insular, foi invocado em apoio da pesquisa científica por Arruda Furtado. Na década de oitenta do século XIX, o sábio micalense encontrava no isolamento das ilhas um valor acrescido para assegurar o controlo da recolha dos elementos que precisava para apoiar a teoria darwiniana da evolução das espécies<sup>12</sup>. Este requisito, que fora colhido na leitura de Darwin, de quem Arruda Furtado era um incondicional adepto, permitia observar nas espécies animais, protegidas pelo isolamento do meio, a emergência e expansão de caracteres diferenciadores, que depois se mostravam dominantes na população descendente. A dificuldade de introduzir novos indivíduos provenientes do exterior, como era o caso estudado dos moluscos terrestres, depunha a favor dum transformismo endémico, ou seja, de que as espécies evoluem por conta própria e descendem umas das outras.

Ao nível dos estudos de antropologia física, o isolamento das ilhas constitui também para o autor um elemento decisivo para compreender o processo de transformação do homem ilhéu, ou a falta dele. Na obra em que propõe o projeto de caracterização do povo açoriano, nas diferentes ilhas, e que acabou por ficar circunscrito à ilha de S. Miguel, Arruda Furtado procura identificar os traços típicos do modo de vida, sentir e pensar da população, assim como os seus caracteres físicos dominantes. Na convicção do autor, o povo açoriano, pelo isolamento a que tem estado sujeito desde o povoamento até, segundo a sua estimativa, os anos trinta do século XIX, era a cristalização do Portugal antigo, povoado por gente que não tinha sido contaminada pelas alterações que a expansão portuguesa produziu no território continental. A exploração de outros territórios, o contacto com culturas até então desconhecidas, o conhecimento de novas ideias, tudo isto alterara o estilo de vida, os costumes e as mentalidades da população do continente português. A vinda dos povoadores para os Açores condenava-os ao degredo, privando-os de participarem nas profundas alterações que afetaram a população de origem quando se iniciava

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 261.

<sup>12</sup> Cf. LUZ, J. L. B. «Arruda Furtado: Origem animal do homem e estudos antropológicos», em Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa: Editorial Caminho, 2004, vol. IV – O Século XIX, Manuel Cândido Pimentel (coord.), tomo 1, pp. 397-413.

o período mais florescente da sua história que colocou Portugal no centro do mundo. Quando a população, no continente português,

«podia sentir-se dominar em massa os mais importantes lugares até aí desconhecidos do velho e novo mundo, este pequeno fragmento [os Açores], profundamente isolado, caía no torpor do clima, debaixo do terror dos grandes fenómenos vulcânicos e do jugo dos capitães donatários»<sup>13</sup>.

Sem ter beneficiado dos reflexos da abertura expansionista que o povo português conheceu, os ilhéus, no caso estudado, a população micalense, aparentava um considerável atraso relativamente aos portugueses do continente, pois o isolamento a que foram votados colocou-os à margem das estimulantes influências que o contacto com outros povos e culturas propiciaram e que operaram profundas alterações. Deste modo, em razão dos efeitos imobilizadores que o isolamento provocou, sobrevivem nos Açores tradições que já caíram em desuso no continente, o que permite supor que a cultura popular de origem se tenha mantido nos Açores quase sem alterações. Será pois do maior interesse o estudo da sociedade atual, uma vez que ela, pelo grau de estagnação que a tem caracterizado, poderá aproximar-se do ambiente real das primitivas populações que habitavam as ilhas e, por esta via, dos modos ancestrais de viver do povo português. À importância do estudo acresce a urgência da sua realização, pois, na avaliação do autor, a quebra do isolamento dos Açores nos últimos cinquenta anos, ou seja, desde os anos trinta do século XIX, em resultado do comércio da laranja que florescia, propiciou um relacionamento direto e mais frequente com os países mais avançados da Europa, que iria certamente provocar alterações no modo de ser e pensar das pessoas.

A obra de Arruda Furtado apresentava, a partir duma recolha empírica de materiais, que acabou por ficar circunscrita a S. Miguel, os traços físicos e culturais da identidade do povo açoriano, o que depunha a favor dos projetos de teor regionalista que procuravam dar-lhe expressão cultural e plástica. Conforme avança Carlos Cordeiro<sup>14</sup>, os ideais regionalistas visavam promover a identidade açoriana pela literatura e a arte que consagrasse a paisagem e as vivências da realidade açoriana. Destaca-se neste projeto,

---

<sup>13</sup> FURTADO, F. A. *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micalense*, Ponta Delgada: 1884, p. 24.

<sup>14</sup> Cf. CORDEIRO, C. *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa: Edições Salamandra, 1999, pp. 226-227.

enaltecido na entrevista de 1923 ao *Diário dos Açores*<sup>15</sup> pelo jovem Nemésio, estudante de Direito, o empenho do malogrado poeta jorgense João de Matos Bettencourt que, em 1915, em pleno conflito mundial, defendeu e tomou iniciativas que promovessem o investimento numa cultura de expressão açoriana, designadamente, ao nível da literatura e das artes que tomassem por tema a «alma rácica» do povo açoriano<sup>16</sup>. Entusiasmado com o trabalho de Arruda Furtado, sem no entanto atender ao pessimismo das suas conclusões, encontra nele as credenciais que deverão habilitar o combate junto dos intelectuais para os incentivar a conferirem um pendor regionalista às suas obras que contribuísse para definir os contornos da identidade do povo ilhéu dos Açores. Também nessa época, Armando Narciso, igualmente natural de S. Jorge, mas que viveu na Terceira e em S. Miguel, onde concluiu o curso dos liceus, antes de ir para Coimbra cursar medicina, se manifestava em defesa do projeto do seu patrício Matos Bettencourt por um regionalismo que desse voz, salienta Carlos Cordeiro, ao «‘casticismo’ açoriano, resultante do isolamento das populações»<sup>17</sup>. Ainda neste empenhamento de pôr em evidência um modo comum de ser e sentir do povo açoriano, Vitorino Nemésio, ao procurar sondar as profundezas da sua «consciência de ilhéu», encontra nela a marca de duas notas fundamentais: «a grandeza do mar» e a sua «infinidade», no seio das quais nascem os ilhéus, e o isolamento, que refere como sendo uma «espécie de embriaguez» que, continua o autor de *O Paço do Milhafre*, «impregna a alma e os atos de todo o ilhéu»<sup>18</sup>.

### 3. A infinidade do mar

O mar e o isolamento surgem como sendo duas notas que se entram e perdem, sempre prontas a emergir, mesmo quando se faz a vida fora e longe das ilhas. Vemos também este sentimento aflorar com muita nitidez em Sena Freitas, de modo especial quando o ilustre pregador e intrépido polemista açoriano, que repartiu a sua vida entre Portugal e o Brasil, se encontrava em viagem, longe da pátria. É assim que, numa das suas idas a Vigo, se refere à familiaridade com o mar em virtude de

<sup>15</sup> «Por que não temos Literatura Açoriana?», Entrevista com Vitorino Nemésio por Rebelo de Bettencourt, em Onésimo Teotónio Almeida, *A Questão da Literatura Açoriana*, p. 29.

<sup>16</sup> CORDEIRO, C. *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores*, p. 227.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 226.

<sup>18</sup> NEMÉSIO, V. *Insulana*, 1932, pp. 13-14.

ter nascido e vivido em íntima ligação com ele, conforme deixou escrito: «Nasci no meio das ondas, numa ilha. As cenas marítimas tiveram sempre para mim um atrativo particular»<sup>19</sup>. Também, no Brasil, no decorrer de uma das suas estadias naquele país, a extenuação que a visita a Santos lhe provocou é debelada pelo sono reparador, a bordo do vapor em que inicia a viagem em direção ao sul do país. Volta a emergir, na sua consciência de ilhéu, o fascínio tranquilizante que o mar lhe proporcionava

«ao som conhecido e grato do sussurro oceânico, das vagas plangentes, irrequietas desse mesmo Oceano Atlântico que embalou o meu primeiro sono na ilha de S. Miguel, e me adormecera dia por dia, por espaço de 15 anos. O seu ritmo, a sua linguagem, o seu hino solene e grandioso; não mudou; é sempre o eco do infinito, ou acordando em uma criança o sentimento da Divindade, ou recordando-o com mais eloquência ao homem feito»<sup>20</sup>.

Será curioso lembrar a forma como Raul Brandão se deixou também impregnar destes sentimentos de conforto e amparo que a placidez do mar lhe proporcionou ao vaguear, no Pico, por portos e enseadas, ao rumor das ondas. Mostrava desejo de fazer do barco a sua casa para assim estar em contato permanente com a vida inesgotável que o mar abriga e nele dormir «sob o chuveiro de estrelas picando as águas e embalando como no regaço materno!...»<sup>21</sup> O mar conforma os sentimentos dos que se deixam possuir pelos seus murmúrios, da mesma forma que modelou a consciência de ilhéus dos dois autores açorianos, ao ponto de se sentirem sempre tocados pelo seu fascínio e atraídos pelos seus apelos quando se sentem no meio dele. Sobressai nesta ligação a presença desmedida do infinito, embora com conotações diferentes em cada um. Esta categoria, aliás, foi particularmente posta em destaque por Michel Renaud, num texto em que procura responder à pergunta: «O que é viver nos Açores?»<sup>22</sup>. Enfrentando o desafio de «falar de uma região que apenas conhece por temporadas breves, ainda que repetidas no decurso de um quarto de século», como adverte logo no começo, Michel Renaud evoca a surpresa que provocou nele «o relato de uma viagem terrestre feita no continente

<sup>19</sup> FREITAS, S. *No Presbitério e no Templo*, v. I, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Lallement Frères, 1884, p. 87.

<sup>20</sup> FREITAS, S. *Observações Críticas e Descrições de Viagem*, v. II – *Entre Mares e Lares*, Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1891, pp. 165-166.

<sup>21</sup> BRANDÃO, R. *As Ilhas Desconhecidas*, p. 275.

<sup>22</sup> RENAUD, M. «O próximo e o longínquo: A vivência na Açorianidade», em Gabriela Castro, Berta Miúdo e Magda Carvalho (coord.), *Reflexões sobre Mundividências da Açorianidade*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2010, pp. 235-245.

por um Açoriano de raiz. Faltava-lhe a vista do mar, e esta falta era sentida com uma certa opressão»<sup>23</sup>. No seu depoimento, que bem traduz a impressão dos ilhéus, pelo menos nas primeiras incursões fora das ilhas, quando se metem por terras dentro a perder de vista, ganha realce o confronto desta experiência com a visão de fronteira que os continentais têm do mar: «o limite insuperável no qual as estradas encontram o seu ponto terminal»<sup>24</sup>. Curiosamente, deparamos com esta mesma experiência em Raul Brandão quando, a 13 de julho, nas Flores, para o lado da Fazenda, descreve a caminhada despreocupada que faz, seguindo «pela estrada que vai dar à Ribeira, e de repente a terra falta a meus pés numa fenda aberta até ao mar entre muros a pique»<sup>25</sup>.

Certamente que o oceano impõe obstáculos e adversidades que também limitam e oprimem os ilhéus, mas é «um limite que abre o olhar para um longínquo sem limite [...], que tem apenas um horizonte sempre pronto para recuar à medida que nos queremos aproximar dele»<sup>26</sup>. Compreende-se assim o fascínio da viagem pelo mar fora, que inscreveu a emigração no fundo da alma dos ilhéus, levando-os para o outro lado do Atlântico, em sentido oposto à emigração que no continente conduzia as pessoas por terras dentro, para o centro e norte da Europa:

«Aquilo que para um continental é separação, como se as águas constituíssem um obstáculo à viagem e à deslocação, é visto, nos Açores como uma oportunidade, a sorte de poder traçar livremente múltiplos caminhos nas águas. O mar é então não tanto uma barreira, mas uma relação, um elo de ligação entre continentes e entre culturas diferentes»<sup>27</sup>.

O mar atrai como promessa que redime a condenação a um futuro de sujeição e sem saída, que prende tanta gente a um cruel destino que também caiu em sorte aos dois companheiros da aventura de *O Barco e o Sonho*, que Manuel Ferreira contou num estilo repleto de pitoresco, mas mortificado por vivências de trabalho intenso e de pobreza persistente. Para fugir ao infortúnio de uma vida escassa onde só cresciam as bocas para

«sentar à mesa pelo menos duas vezes por dia [...]. Afora a renda da casa, água e luz, de obrigação certa, ao fim de cada mês, sem falar na

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 238.

<sup>25</sup> BRANDÃO, R. *As Ilhas Desconhecidas*, p. 132.

<sup>26</sup> RENAUD, M. «O próximo e o longínquo: A vivência na Açorianidade», p. 238.

<sup>27</sup> *Ibidem*.



conta da farmácia, a que se não podia fugir, e no rol da mercearia, já a virar folhas ao caderno, sem uma descarga capaz, entre desculpas e mais desculpas, de semana para semana»<sup>28</sup>,

o mar foi o refúgio único de um sonho sempre negado por um sem número de passos dados em vão para melhorar de vida. A embarcação que construíram, aos poucos, pela noite dentro, haveria de os conduzir a um futuro auspicioso que as terras da América prometiam, do outro lado do mar. O *Diário dos Açores* dá notícia, a 31 de julho de 1951 da «deserção» dos dois homens que, confiando na sorte dos ventos, assoprando na vela do pequeno barco que os próprios construíram, trocaram «o certo pelo incerto, o pouco pelo nada, na atração pelo desconhecido, num anseio de anos, à procura de outra vida e de outro mundo [...], do outro lado do mar, traduzido na própria bandeira por uma chuva de dólares e de estrelas»<sup>29</sup>. O radicalismo deste episódio não faz a regra da emigração dos Açores, mas tem o mérito de mostrar a força irresistível do apelo para tomar «a rota do Sol, a natural e que traz felicidade»<sup>30</sup>, como observou Gustavo de Fraga, recordando o incentivo que teria também recebido na juventude de familiares seus que tinham emigrado das Flores e viviam em Boston.

#### 4. O sonho da viagem

O mar com o vulcanismo, o vento ameno e a sua fúria são elementos dominantes da paisagem açoriana e muito constante na inspiração dos poetas insulares que deixaram «versos cheios de maresia»<sup>31</sup>. Vitorino Nemésio associa à presença permanente do mar na vida dos ilhéus – «o feitiço do mar» – ao fascínio que eles experimentam pelas terras distantes e a tendência irresistível para a emigração «em demanda das metrópoles

<sup>28</sup> FERREIRA, M. *O Barco e o Sonho. Contos Açorianos* [1979], Ponta Delgada, 3.<sup>a</sup> ed., 1989, p. 32.

<sup>29</sup> *Ibidem*, pp. 59-60.

<sup>30</sup> FRAGA, G. «Emigração e atlantismo», em *Insulana. Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: 1994, p. 162.

<sup>31</sup> RIBEIRO, L. S. «Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», em *Obras II. História*, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira e SREC, 1983, p. 553. Cf. *ibidem*, pp. 543-556, e «O mar e o vento nos poetas açorianos», *ibidem*, pp. 499-514.

carregadas de sedução»<sup>32</sup>. Esta não constitui apenas a forma de responder à necessidade imperiosa de melhorar as condições de vida, mas responde muitas vezes a um impulso natural de fugir ao isolamento em que as ilhas se fecham, e procurar fora delas o que nelas se não encontra. As ilhas não constituíram apenas um ponto de chegada que condenou ao degredo os seus primeiros habitantes, segundo a visão deprimente traçada por Arruda Furtado. Desde o início que há notícia da ligação dos ilhéus com o exterior, desde logo, Gaspar Frutuoso, no século XVI, que saiu da sua ilha com destino a Salamanca, em cuja Universidade fez estudos, tendo tido também, segundo o seu principal biógrafo, a companhia de Gaspar Gonçalves que foi depois médico na Ribeira Grande onde Frutuoso também viveu como vigário e pregador da respetiva matriz. Também há notícia que Francisco Furtado e Inácio da Costa saíram da ilha do Faial para missionarem na China, ambos no século XVII, tendo o primeiro traduzido para mandarim obras de Aristóteles e do Curso Conimbricense e o segundo traduziu para latim os livros de Confúcio<sup>33</sup>. António Cordeiro, natural de Angra, é um exemplo de determinação não só pelas condições que envolveram a sua saída dos Açores, mas por toda a sua vida. Com apenas 15 anos de idade, viajou com destino a Coimbra, tendo enfrentado as hostilidades das armadas castelhana e inglesa que o fizeram desembarcar em Cádiz, na Andaluzia, de onde seguiu para Portugal. Após diversas peripécias, que atrasaram a sua chegada ao destino, seguiu para Coimbra, onde cursou no Colégio das Artes, tendo ingressado no noviciado em 1657 e iniciado o magistério da Filosofia em 1676<sup>34</sup>. João Batista Machado e Bento de Góis saíram das suas ilhas com destino a Portugal e depois para o Oriente, onde consagraram a vida à evangelização que, no primeiro caso terminou no martírio no Japão. Bartolomeu do Quental, fundador da Congregação do Oratório, em Portugal, partiu de Ponta Delgada para tomar o grau de mestre em Artes, na Universidade de Évora, ainda antes de atingir 21 anos de idade, acabando por viver em Lisboa onde foi nomeado confessor e pregador da capela real e confessor da casa real, com apenas 27 anos de idade.

<sup>32</sup> NEMÉSIO, V. «O açoriano e os Açores», em *Sob os Signos de Agora* [1932], Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 98.

<sup>33</sup> Cf. FERREIRA, P. E. «Estudos filosóficos nos Açores – Esboço histórico», separata de *Petrus Nonius*, Lisboa: 1940, p. 2.

<sup>34</sup> Cf. *ibidem*, pp. 3-4; MORAES, M. *Cartesianismo em Portugal – António Cordeiro*, Braga: Livraria Cruz, 1966, pp. 13-25; GOMES, P. *Os Conimbricenses*, Lisboa: Guimarães Editores, 2005, pp. 199-221.

No século XVIII, Damião Rodrigues encontra 28 bacharéis e licenciados ligados às governanças da ilha de S. Miguel, tendo apurado que «os detentores de um curso de Cânones suplantavam de longe os que haviam cursado Medicina»<sup>35</sup>. Esta situação, que é idêntica à que já havia encontrado no século anterior, não contabiliza os possuidores de formação universitária que exerciam a sua atividade por conta própria. Embora circunscritos apenas a uma ilha, os dados comprovam que o isolamento da ilha não constituía impedimento para as famílias com recursos enviarem os filhos ou pelo menos alguns deles para a Universidade. A tormenta das viagens, demoradas e no meio de tempestades, não dissuadia os que decidiam qualificar-se pelos estudos ou tentar a sorte noutras paragens. A obtenção dum diploma universitário trazia reconhecimento e assegurava a promoção social, mas também a emigração para o sul do Brasil ou para a América, em barcos baleeiros, era uma via aberta para melhorar de vida. O transporte marítimo era demorado e as condições da viagem nem sempre eram as melhores. A vinda dos Bullar, em 1838, a partir da Inglaterra para Ponta Delgada, num veleiro que fazia o comércio da laranja, foi feita em «vinte e três dias de tormentosa viagem». Catherine Green Hickling, que viajou para Ponta Delgada, onde seu pai Thomas Hickling se encontrava desde 1769, escreve no diário da sua estadia na ilha de S. Miguel que saiu de Boston a 13 de janeiro de 1786 e só chegou «ao porto desejado» um mês depois, ou seja, na manhã do dia 13 de fevereiro. A 4 de fevereiro foi o dia do ansiado anúncio do avistamento de terra, com a vista da ilha do Pico e mais ao longe o Faial e S. Jorge. Mas, por mais de uma semana, continuaram «às voltas por entre as ilhas», por causa dos ventos contrários e das calmarias<sup>36</sup>, o que parece algo de exagerado, já que essas viagens entrelhas se faziam em regra em muitíssimo menos tempo.

A partir do século XIX, é extensa a lista dos que saíam dos Açores principalmente para estudarem na universidade, em Coimbra e no estrangeiro, nomeadamente, Espanha, França, Holanda, Bélgica e Alemanha. Ganha assim sentido a visão que Vitorino Nemésio deu dos Açores, numa conferência que proferiu na Associação Académica de Coimbra, ao apresentá-los como um «Portugal requintado». Tomando em consideração,

<sup>35</sup> RODRIGUES, J. D. *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, v. I, p. 446. Cf. Idem, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 18-186.

<sup>36</sup> Cf. «Diário de Catherine Green Hickling (1786-1789)», em Henrique de Aguiar O. Rodrigues, *Thomas Hickling. Subsídios para uma Biografia*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2010, pp. 91-92.

ao contrário de Arruda Furtado, não a população rural para uma fundamentação biológica da cultura e da sociedade açoriana, mas antes a capacidade empreendedora e a projeção que as elites locais, «desde os raros exemplares humanos [...] aos primores de vulgaridade», lograram alcançar, Nemésio não vê os Açores a partir do seu isolamento, mas antes como a emanação do país quando este era «uma força em marcha», lembrando ainda que tem vindo a ser «do nateiro insular que têm partido as contribuições de algum preço, quer em metal sonante e a título industrial, predial e sumptuário, quer em carne e osso, ação e pensamento»<sup>37</sup>. Com efeito, o isolamento não faz mergulhar os ilhéus num mar de invencíveis fatalidades, mas tem alimentado antes o combate permanente dos que recusam circunscrever os seus ideais de vida no limite das fronteiras que o mar, os ventos e as tempestades impõem. No início dos anos sessenta do século XIX, Teófilo Braga refere a viagem que o levou a deixar a sua ilha para estudar direito, em Coimbra, a qual durou cinco dias e meio de «mar e céu», sempre com ventos contrários e mar proceloso. Mas, a persistência de procurar no exterior o que a ilha lhe não podia dar embalou o sonho do jovem Teófilo que não se deixou vencer pelas dificuldades duma viagem, como «passageiro de proa», e pela escassez de recursos para se manter. Foi uma viagem sem regresso, que Teófilo recusou ostensivamente, pois, entre outras razões, conforme confidenciou em entrevista concedida no final da vida ao *Correio dos Açores*, nunca padeceu da «doença do Açoriano, o apego ferrenho às ilhas que raramente deixam de sentir os que dela se afastam»<sup>38</sup>. Desta enfermidade teria padecido Nemésio, que no depoimento que escreveu para a *Insulana* de 1932, e que intitulou «Açorianidade», chegou a alimentar o sonho, que acabou por não realizar, de regressar às origens. Esmiçar a consciência de ilhéu dos Açores teria de o trazer ao lugar próprio, mas isso só mais lá para diante: «Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida». Sorte bem diferente coube a José Artur Drumonde, do *Arquipélago* de Joel Neto, que regressou à terra da sua infância e, à mistura com os apertos que os retornos sempre fazem nascer na alma, foi saboreando pequenas delícias que a terra lhe ia dispensando, aos poucos.

<sup>37</sup> NEMÉSIO, V. «O açoriano e os Açores», pp. 99-100.

<sup>38</sup> Entrevista a Gaspar Read Henriques, publicada no *Correio dos Açores* de 13 de Julho de 1922, em Carlos Cordeiro (org.), *Na Senda da Identidade Açoriana (Antologia de Textos do Correio dos Açores)*, Ponta Delgada: Gráfica Açoreana, Lda., 1995, p. 88.

## 5. Uma centralidade atlântica

Apesar da morosidade dos transportes e dos constrangimentos das tempestades que ameaçavam seriamente o tráfego marítimo, os Açores estiveram sempre no centro da navegação do Atlântico, o que de algum modo os subtraía aos prejuízos do isolamento. Os recursos em cereais, gado, água e população tornavam os Açores, nos séculos XVI e XVII, ponto de escalas regulares de navios que, pela ação dos ventos alíseos de NE, regressavam da Carreira das Índias, bem como da costa africana, do Brasil e de outros países da América do Sul. Como Artur Teodoro de Matos salienta, barcos de diferentes tipologias asseguravam as ligações entre Lisboa e as principais ilhas dos Açores, transportando bens e pessoas. Nalgumas épocas do ano a ligação efetuava-se mais de uma vez por mês e demorava em média 7 a 10 dias<sup>39</sup>. Mesmo após o declínio do comércio com o Oriente, em que essa relevância teria diminuído, Avelino de Meneses refere que, a partir do século XVIII, a expansão do comércio para o continente americano, em conjugação com «a pressão das nascentes teorias liberais», trouxe aos portos dos Açores muitos navios portugueses e também ingleses. Este movimento portuário animou as exportações e fomentou a prática do contrabando, «que transforma as ilhas em relevante eixo de articulação dos impérios ultramarinos de Portugal e da Europa»<sup>40</sup>. Por força desta centralidade, o isolamento dos Açores não constituía um dado absoluto intransponível e a braveza do mar não impedia de colocar os ilhéus nas rotas que ligavam os continentes. Nesta dialética, as ilhas foram ao mesmo tempo um polo de saída, que a emigração mantém ativo, e um porto de abrigo dos que cruzavam o mar. Plataforma das armadas e do corso que fustigava o sossego dos ilhéus, mas também do comércio e do contrabando, da exploração do mar e da observação de aves, do estudo da Terra e do seu clima, ou ainda de fruição da natureza, da sua gente e cultura. Mercê do vaivém destas encruzilhadas, o ser ilhéu dos Açores foi sucessivamente ganhando novos sulcos e relevos que a erosão do tempo cavou e o pulsar da terra formou «em terra em que os montes são vivos, e comem, e se sustentam das suas próprias entranhas», no

<sup>39</sup> Cf. MATOS, A. T. *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980, pp. 457-469. A navegação a vapor começou a realizar-se em 1821, como primeira tentativa para assegurar mensalmente o transporte do correio, mas a «1.ª carreira regular de navegação a vapor entre o continente e os Açores ocorre em julho de 1857» (*Ibidem*, p. 462).

<sup>40</sup> MENESES, A. F. *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770) – II Economia*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995, p. 191, cf. *ibidem*, pp. 147-221.

expressivo dizer do P. António Vieira, no sermão que pregou, em outubro de 1654, na igreja do Colégio da Companhia de Jesus, da Ilha de S. Miguel, onde esteve, na sequência do naufrágio que sofreu, ao largo do Corvo, em viagem do Brasil em direção ao reino, após dois meses de travessia do Atlântico<sup>41</sup>.

O mar e o isolamento são para o ser ilhéu dos Açores, simultaneamente, a cicatriz duma ferida que periodicamente se abre e o desafio singular que torna os ilhéus resistentes e permeáveis a ideias e projetos mobilizadores, trazidos pelo fluxo de diversas formas de comunicação e pela abertura ao convívio com povos de muitas proveniências. No século XX, a utilização dos Açores no apoio militar nos grandes conflitos mundiais e no suporte à aviação que começava a atravessar o Atlântico conferiu uma relevância estratégica que foi decrescendo com o tempo. Porém, foi a implantação do regime autonómico que, apesar das hesitações de que tem padecido, trouxe à condição de ilhéus patamares de desenvolvimento e de bem-estar que melhoraram decisivamente as condições de vida. A este propósito, é elucidativo evocar, pelo contraste que o passar dos anos faz sobressair, as impressões sobre os Açores que Willard Van Orman Quine (1908-2000), filósofo norte-americano dos mais reconhecidos e influentes, deixou na sua autobiografia *The Time of my Life*, publicada em 1985 pelo MIT Press. Onésimo Teotónio Almeida resgatou recentemente a memória do tempo que o filósofo viveu em Ponta Delgada, de agosto de 1938 a janeiro de 1939, ao recuperar um texto seu que havia escrito aquando da publicação da referida obra. Quine viajou com a família, no *Satúrnica*, durante cinco dias, para uma ilha que, na síntese de Onésimo, oferecia clima ameno e saudável para os filhos ainda bebés, baixo custo e isolamento suficiente para trabalhar. Aprendeu português e chegou mesmo a escrever na nossa língua o livro *O Sentido da Nova Lógica*, na sequência duma estadia na Universidade de São Paulo, onde lecionou em português. Na sua autobiografia, deixou registo da forma como ocupava o dia a dia, assim como várias impressões sobre a vida da cidade e a sua integração na sociedade local, em que surgem referenciadas algumas personalidades e famílias do meio. Depois desta primeira estadia, voltou mais duas vezes aos Açores, mas apenas de passagem: em 1960, esteve em Santa Maria, que percorreu

<sup>41</sup> Cf. MATOS, A. T. «As viagens de Portugal ao Brasil no tempo do Padre António Vieira», em Aníbal Pinto de Castro e Artur Teodoro de Matos (coord.), *O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa*, Lisboa: CEPCEP/EPAL, Universidade Católica Portuguesa, 2008, pp. 83-89; Maria do Céu Fraga «Antologia» em Maria do Céu Fraga e José Luís Brandão da Luz, *Os Açores na Rota do Padre António Vieira. Estudos e Antologia*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2010, pp. 185-242.

no dia em que lá pernoitou, mostrando-se impressionado com a beleza da paisagem e o casario, por entre o arvoredo, e a tranquilidade que envolvia o viver da sua gente; em 1978, nos alvares do regime autonómico, visitou de novo Ponta Delgada, e de avião, onde encontra uma cidade profundamente alterada pelo progresso que entretanto se operara. No dizer do ilustre articulista: «Ficou desapontado. As ruas estreitas estavam infestadas de carros, obrigando os peões a um salve-se-quem-puder. Uma larga estrada agora contorna a beira-mar. Camiões de beterraba substituíam as carroças na rua da Misericórdia. Enfim, o progresso cobrava o seu imposto»<sup>42</sup>.

## 6. O isolamento do esquecimento

No olhar distanciado de quem nos visita e observa, as marcas do isolamento vão cedendo ao fulgor do tempo, embora numa atmosfera em que ainda se preserva um estilo de vida tranquilo e um ambiente protegido, aspetos que a Quine não passaram despercebidos. A transformação das ilhas foi, no entanto, muito mais acentuada nos anos que se seguiram à última visita do filósofo norte-americano, graças à gestão de um governo próprio e ao suporte que a integração europeia permitiu. Hoje, o isolamento parece ter sido vencido! A rede de aeroportos permite em poucas horas galgar distâncias que, noutro tempo, levavam dias e mais atrás ainda demoravam meses a efetuar. As comunicações para qualquer parte do mundo põem as pessoas cara-a-cara, longe do tempo em que somente se faziam por carta ou por telefone fixo que operava à força do rodar da manivela e das cavilhas do PBX, numa luta sem tréguas para vencer a saturação das poucas linhas disponíveis. Os telegramas, que chegavam sem demora a casa de cada um, levados em mão por mensageiros velozes, têm hoje ao dispor circuitos eletrónicos que não deixam tempos vazios na comunicação. As distâncias desapareceram entre as pessoas e os lugares, e a proximidade mostra sinais duma estreita contiguidade. Todavia, vêm ao de cima formas antigas de isolamento que tinham permanecido soterradas pelos queixumes que as longas distâncias de então faziam soltar: é o esquecimento que leva a fazer pouco caso ou nenhum de quem está longe da vista e com acesso descontinuado das instâncias que põem e dispõem das nossas vidas. O futuro parece fugir das opções e diligências que são tomadas no interior do horizonte próximo das nossas fronteiras.

<sup>42</sup> ALMEIDA, O. T. «Willard V. O. Quine e William F. Buckley sobre os Açores», em *Minima Azorica. O meu Mundo é deste Reino*, Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2014, p. 207.

Continuar a pensar que as ilhas se ganham pela gestão dos recursos, que tiram mais aqui para dar mais acolá, cria certamente a ilusão de que estamos a dispor do nosso destino, e fará certamente embalar a cadência das lamentações que cruzam um espaço público, muito saturado por interesses de diversas ordens. Os acontecimentos que fazem as notícias não encontram espaço para fazerem perdurar causas e protestos para além dos momentos que um tempo escasso lhes poderá dispensar. Num ambiente social sem poder para fazer perdurar seja o que for, o protesto serve cada vez mais o consumo interno, mas não parece fazer face ao isolamento que nos põe longe do olhar de quem decide. O isolamento antigo que o mar impunha e a falta de comunicações agravava parece revestir hoje um novo rosto que desafia os ilhéus a olharem mais para si mas a partir de fora, ou seja, a procurarem ganhar presença nos foros onde se joga o destino dos povos.







NO RASTO DE ASTÉRIA  
– PARA UMA METAFÍSICA  
E ALQUIMIA DA INSULARIDADE

MIGUEL SANTOS

Este é um ensaio a um mesmo tempo profundamente metafísico e pessoal; porque a realidade radical da experiência humana é-o sempre que as entranhas do Ser emergem coerentemente à luz de um discurso autêntico.

O grande filósofo alemão Martin Heidegger, na sua célebre entrevista à televisão da, então, RFA, em 1969, meditando sobre os possíveis modos de agir autenticamente no mundo, afirmou que «... a representação do mundo só é possível se o mundo for suficientemente e adequadamente interpretado.»

Desse modo, e acreditando que a uma escala espaço-temporal, o mais ampla e ontológica possível, não existem identidades fixas, sendo também essa a realidade experiencial da natureza, onde nada se perde mas tudo continuamente se transforma, a única interpretação verdadeiramente dialéctica do Cosmos é a de ordem simbólica.

A Metafísica, através das suas codificações simbólicas, explica a Física muito para além do seu nível superficial, instrumental e mensurável de interpretação. A metafísica, com a Filosofia e a Poesia, seus pilares, sobrepõe-se à Política, e à Economia e à Técnica (quando esta última perde a profundidade da *Techné* grega), porque está processualmente e interiormente mais próxima da realidade da *Physis*, como a perceberam autenticamente os Pré-Socráticos. Esta configura um «desvelar» poético, «auto-poiético»: que se desdobra e «Faz-se» de dentro para fora, sem nunca se degradar numa mera dimensão utilitária ôntica, de «ente»/«coisa» fixo, preso nessa fixidez identitária, e disponível para as manipulações e objectificações anti-éticas da História, entendida como a retirada e o encoberimento do Ser em relação à sua morada (*ethos*) original e originária,

deixando como sombra entes fixos, como meros itens grosseiros numa Natureza então degradada à condição de «armazém» de matéria bruta e recursos utilitários...

A Ilha desvela-se como Forma Primordial cósmica a partir dos abismos primevos e caosmáticos do Oceano supra-inteligível. Um pouco por todo o mundo, nas cosmogonias fundadoras do habitar cultural humano sobre a Terra (e note-se que o «Syn-bolos» é o que «une», o que integra supremamente, nos antípodas do «Dia-bolos»: o que divide e fragmenta) um Monte Primordial emerge das águas do Início para dar Forma arquetípica à manifestação ontológica, servindo de altar e plataforma à experiência senciante humana.

Ao mesmo tempo que se mostra, a Ilha mantém em si uma manifestação interior, uma reserva ontológica de si para si, um pé no *Orbis Alium*, no «Além-Mundo» «in-Consciente» de uma Temporalidade fundacional não linear, e não submetida às contingências da existência diacrónica e «diabólica»...

O filósofo helénico Platão, ao narrar simbolicamente a Ilha-Experiência da Atlântida, refere significativamente que seria através da anamnese da «Reminiscência» que se poderia ascender de volta às dimensões onde as Verdadeiras Vida e Existência acontecem. A anamnese seria necessária, porque, enredada nos labirintos do tempo linear superficial a Ilha arquetípica teria decaído a um estado diacrónico, simbolicamente inferior à sua categoria cósmica essencial de emergência formalmente pura e paradigmática.

Como Carl Gustav Jung demonstrou ao longo de toda a sua obra, os referentes simbólicos e arquetípicos profundos da disciplina hermética e filosófica da Alquimia, são extremamente consonantes como «ferramentas» metafóricas para lidar de forma orgânica com as características in-Conscientes que guiam a Evolução da experiência senciante no seio desta esfera de Manifestação.

O Hermetismo configurou, na Alexandria, capital intelectual e mística do mundo antigo, uma abissal Grande Síntese da filosofia e mistagogia egípcia, oriental e helénica. Foi nesse cadinho inclusivo que emergiu a Grande Arte alquímica.

A Alquimia constrói as suas simbólicas meditações operativas em torno de três estados-qualidades essenciais: o do «Nigredo»: um estado caosmático e nocturno de «mistura» e «descida» aos «Abismos» indiferenciados e transformais do Ante-Tempo e do Ante-Espaço; o do «Albedo»: um estado de purificação e refinação sobre a mistura intrincada do estado anterior, o trazer à Luz clarificadora e a um nível de ordem mais intrínseco

e cósmico; e o de «Rubedo»: um estado de «incineração» simbólica, de exaltação transfiguradora profunda, na fronteira de uma transcendência a ocorrer já próxima da infabilidade.

Nesse sentido radical, a Ilha, especialmente a ilha vulcânica, assume, de forma integral, a qualidade-lugar de «Atanor»: o forno alquímico operador da transmutação dos três estádios-graus da Grande Obra de Manifestação e do seu transcender evolutivo.

Não é por acaso (no domínio ontológico dos símbolos, nada é por acaso), as cores arquitectónicas que permeariam a civilização atlante seriam, precisamente, o negro, o branco, e o vermelho; sendo o enigmático oricalco uma emergência concreta de um estado alquímico híbrido, uma espécie de «Entre-Ser» entre «idades metálicas» mitogenéticas...

Na mesma dimensão arquetípica basilar, encontramos na sempre sem-fundo mitologia grega, fundadora da nossa egrégora simbólica e cultural, o mito da ilha de Delos/Astéria. Aí, compreendemos abissalmente como a Ilha é o mitema quintessencial da Manifestação formal e da própria consciência/noetização da experiência senciente.

Um mitema configura um mito não estático. Um mito que se transmuta continuamente sem nunca se fixar «instrumentalmente». Isto é, configura um ser vivo poético, auto-poiético de modo quase biológico, que evolui, move-se e cria espaço e tempo...

O poeta/profeta da Demanda lusíada, Luís Vaz de Camões, revisita o episódio mítico do «parto de Latona», onde a ilha em estado volátil de Astéria é a prefiguração da ilha sagrada e apolínea de Delos. Camões opera essa revisita décadas antes do aparecer do *Mutus Liber: o Livro Mudo*, considerado uma das obras mais importantes da Alquimia europeia, e onde a ilha de Delos é representada como o espelho simbólico essencial da Grande Obra alquímica.

Astéria era a deusa titânica das estrelas móveis, e da oneiromancia: das artes divinatórias nocturnas pelas estrelas e pelos sonhos. Era também reputada como a mãe de Hécate: deusa das artes teúrgicas supra-inteligíveis. Depois da titanomaquia e correspondente queda dos titãs, Zeus persegue Astéria através das expansões urânicas, mas ela consegue escapar transformando-se numa ave, caindo ao oceano e cristalizando-se na ilha de Delos, onde a sua irmã Latona dará posteriormente luz a Apolo.

Um dos cognomes gregos arcaicos de Astéria/Delos era «Brizos», referente à doação de sonhos proféticos...

Astéria, a «das estrelas», ou «a da Luz nocturna das estrelas», estava intimamente relacionada com a Grande Mãe longínqua Nix: a «Noite primeva» só escura face à escuridão da consciência superficial humana, dimensão

das realidades supra-inteligíveis às quais os homens só acedem superando a Razão instrumental que os cega para a liberdade do Deixar-Ser incondicionado...

Relacionada com Nyx, Astéria é mãe de Hécate e avó de Thanatos e de Hypnos, da «morte» e do «sono». Daí o calcificar-se de todas as ilhas em limiares, em realidade finistérrea, nunca verdadeiramente fixa e sempre aberta ao Desconhecido de todas as transcendências...

«Delos» significa «emergir das águas». Uma designação arcaica para Delos era a, muito hecatiana, de *Cynethus*, ilha canária, ou do Cão, e *Piriypilé*: ilha de fogo. Ambas as denominações referem-se simbolicamente aos ritos funerários de acompanhamento da alma desde a dimensão física aos reinos pós-morte. O cão é o animal psicopompo (facilitador e protector da alma após o desencarnar) por excelência; e o fogo constitui o meio purificador que facilita o desencarnar e a viagem da alma para longe da canga material...

Astéria/Delos era também apelidada de «Brizos», como vimos, o que a ligava profundamente ao oráculo de Delfos, e à sua matriz apolínea e estelar luminífera.

A irmã gémea de Astéria, Latona, a velada, era «obscura» no mesmo sentido em que Astéria seria claramente e visivelmente «brilhante» e resplandecente. A manifestação da Luz e o seu velar, fazem ambos parte do mesmo rito intemporal que guia enigmaticamente todos os que buscam o ponto de singularidade da Gnose metacósmica...

Radicalmente, Astéria é a Luz astral concentrada em pedra e em rocha, na Ilha mítica que é o objectivo eterno da Demanda de todos os buscadores. Ela é, significacionalmente, a *Lapsit Exilis* grálica, sempre verde como a «Tábua de Esmeralda» hermética, e como as ilhas atlânticas da juventude eterna e eternos sonhos dos mitos pré-celtas e celtas dos nossos antepassados; e como a estrela da manhã, Vénus luciferina portadora da Luz, e veladora de segredos arcanos inacessíveis face à profanidade superficial das multidões...

O conceito de margem é profundamente afim à ontologia insular. A Ilha é uma realidade feita só de margens. E às ilhas vêm ter, conduzidas por todas as ondas da História, por todas as migrações e demandas, todas as margens dos povos insatisfeitos, perseguidos e sedentos de forma e raiz...

A ilha é o lugar paradigmático de exílio, de morte simbólica e de desterro. Também o lugar perfeito de santuário, de descanso, de amor (e «dos amores», como na ilha homónima da gnose camoniana). A Ilha é

a plataforma essencial de uma iniciação, a mais antiga e profunda delas: a iniciação num outro domínio de espacialidade e temporalidade...

A palavra grega antiga *Kairós* designava uma noção de temporalidade muito diferente da de *Cronos*. Denominava um Tempo dado, de certo modo significacional, de uma só vez. Um «eterno agora» sem a fragmentação de passado, presente, e futuro, do tempo linear diacrónico.

A omnitemporalidade do *Kairós* define uma temporalidade sincronística que trespassa como Ilha todas as linearidades perspectivais. Ela configura também uma omniespacialidade que é saliência singular e oportuna de manifestação do mais autêntico da experiência senciente num eterno agora irrepitível.

O *Kairós* prolonga-se em espiral numa intensidade de abismos existenciais, através de saltos qualitativos vertiginosos sobre os nadas da imaginação formal.

A Ilha e o ilhéu nunca estão satisfeitos. Têm sede de outras margens, desejo ardente de outras ilhas e de longínquo.

Voltemos a Astéria, a Ilha Eterna, que voga sobre as ondas do tempo sem nunca se fixar significativamente. Astéria e sua irmã gémea Latona eram as duas face da profecia, ligadas ao oráculo de Delfos e a Apolo o deus do Logos criador e clarificador primeiro transmitido pela Poesia.

A Vida é na realidade um Abismo supra-inteligível feito de momentos singulares no seio de uma espiral metacósmica, na expansão infinita e indissolúvel de uma Noite absoluta onde reside uma Luz inefável.

A Noite só nos parece escura devido à nossa Escuridão cósmica. Ela na verdade é Luz sem nome nem possibilidade de descrição, a Mãe da Luz, o Silêncio criativo absoluto, a Mãe de *Phanes Protogonos*: o ovo primordial de explosão luminosa na origem de todos os universos na antiga mitologia órfica.

No mar, como no Tempo Inteiro dado de uma só vez, e que transcende integralmente o pequeno tempo linear, o Homem e a humanidade não conseguem deixar marcas...

A Ilha, como Astéria, é mar solidificado. Fogo exaltado e extático entre as águas caóticas de baixo e as águas etéricas de cima. Artefacto ante-cósmico de ascensão qualitativa; pedra finistérrea...

A Ilha é o limiar finistérreo de todas as mitologias. O Fim relativo dos suportes materiais, do Conhecido e do Familiar. Ela é Grande Abertura, e Grande Fenda dos universos, Porta do Além-Mundo...

*Finisterrae* é um altar ao Sol, Trono de Apolo, uma *Ara Solis* que celebra o desaparecer, o velar-se, do Sol no Ocidente, e o seu renascer contínuo a partir do Oriente. A noção finistérrea está directamente ligada

à de Extremo – Ocidente. A palavra «Ocidente» está conectada ao latim *occidere*, morrer, o local onde o Sol mergulha como se fosse morrer nos abismos atlânticos.

A Ilha é o espelho arquetípico no qual o ser humano vê a sua cósmica cristalização existencial.

A Ilha é radicalmente feminina. É o desejo/imagem da *Sophia* demiúrgica; resiste às ondas do tempo e é espaço integral de iniciação.

A iniciação é sempre uma morte simbólica. Mais derradeira que qualquer morte física...

A Ilha exige sempre de nós os paroxismos de uma alma singular corajosa frente à Grande Morte, ao seu desconhecido, e à sua promessa de renascimento; e uma solidão muito particular...

Trata-se de uma solidão metafísica necessária à fundação do Mundo e dos universos. Uma solidão salvadora e libertadora, quando acompanhada de uma radical Consciência clarificadora de Destino.

Nasci numa ilha, de uma mãe nascida numa ilha. Abri os olhos no mar; e dei os primeiros passos, pelas doces mãos maternas guiado, numa praia então sem fim...

A minha mãe morreu num solstício de Verão, num dia de um Sol tão quente que parecia negro e eterno. Nesse dia, ao debruçar-me sobre o profundo mar da ilha de sempre, pensei em morrer; senti, então, essa solidão metafísica e iniciática que é a raiz do que quer que seja que me habita há milhões de anos; como a senti no dia, também ilhéu e solarengo, de Inverno em que soube da sua doença terminal; ou no dia mais absoluto e solitário ainda em que espalhei as suas cinzas no mar amado do Porto Santo, ilha dos meus avós...

Um dia, ao partir, farei simbolicamente de toda a minha vida um dia ilhéu à beira mar, com os olhos embebidos de azul, cegos e felizes de horizontes letárgicos. Um dia absoluto de praia, ali nascido e ali transmutado em labirinto de Luz a caminho de outra praia deveras mais longínqua.

A via iniciática é a via de uma morte branca, a caminho do fogo rubro do interior invisível de todas as ilhas, e do nada cheio de pensamento do fluir denso em redor delas...

Como portal verde para o Além-Mundo, a Ilha baralha o tempo linear diacrónico, é espiral de pedra e ar, altar-túmulo de acesso original e final ao Sagrado.

Umás núpcias elementais e alquímicas podem dar-se quer num altar, quer num túmulo. Ambos podem ser umbrais de transcendência. Ambos partem de uma melancolia criativa e trágica na sua grandeza de alma calcificada em Tempo.

Todas as ilhas têm cais de pedra. Onde despedidas contínuas transfiguram os seus corpos de memória na assunção plena da Saudade; essa inteireza vertiginosa e leve, em que tudo fica por dizer, porque se compreende por dentro que tudo é indizível e inexorável.

### **Bibliografia de referência:**

- HEIDEGGER, M. in *Gesprach*, Verlag Alber, Munique; tradução de BRANDÃO, A. J., in QUADROS, A. *Memórias das Origens, Saudades do Futuro*, Mem Martins, Publicações Europa/América, 1992.
- ANES, J. M. *Um outro Olhar – A Face Esotérica da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ésquilo, 2008.
- SOREL, R. *Les Cosmogonies Grècques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994.
- SANTOS, M. *O Outro Lado do Tempo – A Gnose do Extremo-Occidente*, Funchal, Pico Vermelho Editora, 2016.







JOSÉ ENES  
E A CONDIÇÃO DE ILHÉU  
EM ESPAÇO AÇORIANO

MARIA FERNANDA DINIZ TEIXEIRA ENES

Trazer à consciência perceptiva a «condição de ilhéu», numa sociedade globalizada e num tempo planetário, parece uma contradição. Efetivamente, estamos a viver uma época em que a situação geográfica de nascença dos indivíduos tende a não condicionar a formação, a aprendizagem dos saberes e a inserção no mundo. Em tempos de maximização dos meios e das ciências e modos de comunicação facilitadoras da mobilidade física, mental, psico-social e cultural, bem assim do conhecimento instantâneo do acontecer global, aparentemente, a relação do homem com o seu meio ambiente vai-se esbatendo progressivamente porquanto a sua consciência é impelida muito para além do horizonte visual relativo ao espaço vital de nascença.

Se a nossa circunstância histórica nos lança no espaço global, ela implicará que a relação do indivíduo com a sua matriz genética deixará de o marcar na forma como encara e como vive essa mesma circunstância? E tratando-se de uma matriz insular, em que o horizonte visual o isola na sua ínsula em extrema vulnerabilidade, que a natureza vulcânica comporta como é o caso dos Açores – ilhas dispersas, cristas de uma cordilheira vulcânica em pleno oceano onde as placas tectónicas dos continentes americano, europeu e africano se encaixam<sup>1</sup> –, então essa matriz insular, telúrica, tenderá a atenuar-se naqueles que nela nascem e vivem? Ou,

---

Desenho: *Ilba do Pico*.

<sup>1</sup> «As ilhas dos Açores, numa perspectiva geomorfológica e geofísica, são montanhas levantadas acima das águas do oceano por cordilheiras submarinas que formam gigantescos edifícios vulcânicos. As próprias ilhas, portanto, são partes activas de tais edifícios. Erguem-se numa plataforma da crista central do Atlântico Norte na qual se confinam e dinamicamente se ajustam as três placas da crosta terrestre – a europeia, a americana e a africana – que formam o leito e as margens do Atlântico. As zonas de fratura daquelas placas alimentam uma actividade geomórfica permanente e poderosa.» In ENES, J. *Por-*

apesar de tudo, não continuará a deixar a sua marca indelével? A «condição de ilhéu», perdendo, embora, a força do isolamento não deixará de induzir, assim creio, uma mundividência específica com que o ilhéu olha e entende o Mundo.

José Enes é uma das personalidades nascidas em território insular – nado na ilha do Pico, filho de mãe jorgense e de pai picoense – que, não apenas, revelou ao longo de todo o seu percurso existencial a profunda ligação à sua «pátria» açoriana como, também, procurou a apercepção reflexa da influência que a insularidade açórica – açorianidade – exerce sobre os indivíduos e a sociedade.<sup>2</sup> A condição de ilhéu em José Enes manifesta-se tanto ao nível da expressão poética e do discurso literário e filosófico como ao da intervenção cultural e social. Escreveu e muito mais pensou sobre os Açores, a sua idiossincrasia, a sua função no contexto português e no da civilização ocidental, enquanto espaço de centralidade da «comunidade atlântica»; contudo, a sua própria escrita reflete a «dedada indelével» da naturalidade insular no seu modo de ser.

Vivi com José Enes dezassete anos nos Açores mas partilhei a sua alma de ilhéu durante mais de quatro décadas. No seu íntimo sentir, no quotidiano, no pensar a estrutura do Homem – *ser que tenta o acesso ao Ser* como expressão transcendental – e a inserção no mundo como *homo Viator* em coabitação, o filósofo empenhado no destino da sua ecúmena<sup>3</sup> viveu profundamente a «condição de ilhéu» cujo percurso acompanhei.

---

*tugal Atlântico*, Lajes, Companhia das Ilhas, 2015, p. 85 (segundo estudo policopiado de autoria de Vítor Hugo Forjaz e citado pelo autor).

- 2 Não obstante a distância a que estamos da geo-história, caminhos percorridos pelos precursores da *Nouvelle Histoire*, e mesmo dentro desta corrente historiográfica com *Lucien Febvre* e Ferdinand Braudel, esta influência mantém-se como realidade na complexa trama de múltiplos e variados fatores que condicionam e marcam os indivíduos e as sociedades que se foram instalando e dominando os diferentes espaços do nosso mundo.
- 3 A reflexão antropológica de José Enes é a este propósito bem explícita no trecho que deixa em texto sobre «Atlantidade e interação dos sistemas sociais no processo autonómico» inserto em *Portugal Atlântico*, Lajes do Pico, Companhia das Ilhas, pp. 195-202. «Ora, toda a sociedade humana habita uma parte da *ecúmena*, quer dizer, da superfície habitada do planeta Terra. O povo latino viu nesta matriz terrestre a reciprocidade congénita do homem e do seu planeta. Deu-lhe o nome de terra porque o pode pisar com a planta dos seus pés, manter-se erecto sobre ele e percorrê-lo e, porque só nele é que pode nascer, viver, alimentar-se, morrer e sepultar-se, lhe chamou *húmus*. Terrenos húmosos são aqueles que possuem a composição idónea para alimentar os viventes. De tal étimo o povo latino derivou o nome da espécie viva a que pertence – *homo*, o *homem*, a *espécie humana*. Esta base terrestre constitui o *sistema geofísico* que torna possível a vida do homem enquanto *homem*, a sua habitação e coabitação num dado

Esta é a motivação que me leva a refletir sobre tal condição apoiando-me naquela experiência; se eu mesma a vivi, ela foi mediada pela experiência do filósofo que viveu os Açores como unidade arquipelágica amando-os, sofrendo os seus problemas e tentando encontrar os caminhos do progresso moral, cultural, social e económico. Por tal motivo o meu testemunho organiza-se em torno do seu sentir, pensar e agir. Assim, o meu discurso visará explicitar a sua «alma de ilhéu» e, apenas, será utilizado com o fito de estabelecer ligações na «fala» de José Enes.

### A marca e vivência da insularidade

Em estudo escrito na década de oitenta, recentemente publicado na *Nova Águia*<sup>4</sup>, o autor reflete sobre a natureza da insularidade. Nesse estudo ele tenta explicitar não apenas o conhecer do fenómeno mas captá-lo na dimensão identitária do indivíduo. O pretexto patente na titulação: «Insularidade como Matriz de Identificação Literária» não constitui apenas um critério para aferir o conceito de pertença a uma literatura mas, antes, para aperceber a *matriz* que se projeta e se desvela na literatura. Dito de outra forma, trata-se de uma reflexão sobre a idiosincrasia do indivíduo que se «construiu» na complexa trama da hereditariedade genética, antropológica, cultural mas também telúrica, *na sua condição*.

Vejamos como ele próprio inicia essa sua reflexão:

«O presente estudo tenta a teorização das *literaturas insulares* a partir do conceito de *matriz de identificação*. É uma noção de naturalidade biológica e antropológica, aplicável em estudos de hereditariedade, onde assume a forma de *matriz genética*. Na medida em que o meio físico desempenha funções similares, pode outrossim denominar-se *matriz telúrica*. A insularidade é, assim, uma *matriz literária* que como as genéticas *marcam* os indivíduos e, através deles e a longo prazo, as espécies viventes a que pertencem. A cultura humana está ela mesma sob o influxo de *matrizes*, de tal modo que também as *matrizes cultu-*

---

sítio da Terra. A polimórfica e variada combinação dos factores geofísicos gera a formação de múltiplos e numerosíssimos sistemas geofísicos: a *terra firme* compacta, sólida e enorme dos continentes ou a exiguidade territorial das ilhas, a lonjura adensada dos interiores continentais ou a abertura marítima dos litorais, a proximidade costeira ou a distância oceânica das ilhas, a áspera altura das montanhas ou a amplitude das planícies, os climas quentes ou frios, húmidos ou secos, gélidos ou tropicais, as diversas floras e faunas que tais conjuntos condicionam.» Citação pp. 197 e s.

<sup>4</sup> *Nova Águia* – Revista de cultura para o século XXI, n.º 16 – 2.º Semestre 2015, pp. 262-269.

*rais* são por elas modalizáveis e estruturalmente determináveis. As *matrizes literárias* são passíveis de receber, do influxo da insularidade, uma caracterização temática e modal».5

Ora a análise da matriz, conduz José Enes à afirmação de uma *identidade compósita* do indivíduo, válida para todos mas de forma singular para o que habita a ínsula:

«A identidade vem de nascença. Donde o homem nasce aí recebe a *idiosincrasia*, ou seja, *a combinação de genes que lhe dá consistência e o singulariza*. E esse onde o vivente é gerado é a *matriz*. O útero da mãe dos mamíferos e a *matéria*, de que se faz e cresce o tronco principal das árvores, e da qual brotam as *estirpes*.

A função *matricial* cumpre-se ao dar ao novo ser a configuração genética que o define e ao fomentar a maturação da unidade indivisa em que ele próprio a assume e se separa dos outros.

1. O núcleo dialético do discurso deste breve ensaio é a noção de *matriz de identificação* aplicada à obra literária. As *matrizes* mais determinantes da configuração da identidade inconfundível de indivíduo de qualquer espécie e, no caso do homem, da pessoa singular, concreta, existente, são de natureza biológica, genética e hereditária. Além destas, porém, as geofísicas, que formam o *habitat*. De todas elas, porém, aquela exterior fornece-lhe a matéria e a energia, afeiçoa-as e modaliza-as, a todas integra, unifica e singulariza.6 Outras, ainda, também exteriores e interiorizáveis, mas já não únicas e não generalizáveis, produzidas pelo espírito do homem, são as matrizes culturais: a língua, os costumes, as leis e as artes. De todas elas, porém, aquela que a todas integra, unifica e singulariza, assinando-as com a marca única, incomunicável, não generalizável, é a *mesmidade de si mesmo*. O homem não tem palavras para a definir e *identificar*. Esta irreduzível identidade de si mesmo, o homem apenas a pode indicar, indigitando-se ao dizer *eu* quando está no uso da palavra, na conversação da sociabilidade.

2. É neste momento que o homem, ao atingir o reduto intransponível da sua singularidade consuma a perfeita identidade consigo mesmo, imprimindo-a como matriz intransmissível na unidade compósita de todos os elementos emanados de todas as matrizes que o geraram e fizeram crescer».7

5 *Ibidem*, p. 262.

6 Sublinhado nosso.

7 *Ibidem*, p. 263.

Esta ideia aqui expressa retirando, embora, o determinismo à *matriz telúrica*<sup>8</sup> e a cada uma delas em separado, aponta para a complexa trama que subjaz a cada indivíduo e, conseqüentemente, à *mesmidade* de cada singular. No entanto, deixa claro que ninguém se pode furtar às influências que a diversidade de fatores exerce, a seu modo, sobre cada um. Efetivamente, a sua matriz telúrica onde as matrizes genéticas se combinam no difícil jogo das interações hereditárias e culturais modalizam os indivíduos, embora não os determinando.

Esta teoria aplicada ao caso específico de José Enes, de naturalidade picoense, terra onde nasceu mas onde não permaneceu além dos sete anos de idade, deixou uma tal marca que esta ilha constituía uma espécie de mola vital do seu ser. José Enes na sua infância e adolescência viveu mais tempo em São Jorge que no Pico; de tal permanência – ilha postada em face do Pico –, legou-nos belos e poderosos registos na sua poética<sup>9</sup>; conviveu e formou-se no seio do tronco familiar jorgense cujo apelido adotou como gesto de gratidão, mas em criança sentiu-se nela desterrado e o seu anseio era regressar ao seu torrão natal. Conservou até ao fim dos seus dias essa miragem; seria o regresso ao mais íntimo de si mesmo, à sua matriz genética e telúrica<sup>10</sup>

Em homenagem que ele presta ao Pico e às suas gentes<sup>11</sup> em agradecimento de outra a ele prestada pelo Município das Lajes – sua terra natal –, caracteriza a idiossincrasia dos picarotos naquela interação a que nenhum nado se pode furtar totalmente. E tenta essa caracterização em exercício introspetivo; é em si mesmo e na memorização das suas experiências que encontra os vetores dessa idiossincrasia. Expressa-a assim:

«Mas a homenagem que então visionei não era a evocação histórica quer dos grandes homens que povoaram esta ilha e deram vida, organização e progresso à sociedade picoense, quer dos memoráveis feitos e acontecimentos que durante cinco séculos veem tecendo a sua história. Nem eu poderia, em tempo tão breve, recorrer aos diversos estudos sobre os

<sup>8</sup> Questão que Onésimo T. Almeida trata no seu estudo «José Enes – a geografia (a montanha do Pico) e o seu percurso histórico» in *Actas do Colóquio Faial e a Periferia Açoriana*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2014.

<sup>9</sup> Como Onésimo T. Almeida deixa claro no artigo acima referido, transcrevendo o *Rondó de Verão*. Há outros temas em *Água do Céu e do Mar*, que recordam a Fajã de São João, onde passava com a sua família as férias de verão.

<sup>10</sup> A terminar os seus dias a ideia de ir ao Pico constituía uma espécie de energia vital que o fazia lutar contra o fim eminente.

<sup>11</sup> «Homenagem da Câmara Municipal das Lages do Pico», discurso publicado em *Anexos* In ENES, J. *Portugal Atlântico*, pp. 303-312.

Açores para deles haurir um discurso científico e literariamente dignificante, sobre um tema picoense. O que [...] relampejou ao meu intuito foi a evocação vivencial do que devo ao Pico e às suas gentes no que sou e no que tenho feito.

É uma perspectiva biográfica e subjetiva, a partir das minhas próprias vivências, sugerida pela reflexão memorizante, que subjaz e domina a consciência humana como processo constituinte da identidade pessoal de cada indivíduo. [...] Ora escrevi um diário desde os meus treze anos, motivado em grande parte pelo tremendo choque do internato seminário, através do qual, instintivamente, procurei defender a minha interioridade das pressões despersonalizantes do rigor comunitário. Mas era também a exigência reflexiva de me conhecer a mim mesmo em confronto com os outros. [...] Esta longa convivência, travada na intimidade comunitária, ora amiga ora imposta, ora confidente ora devassadora, com alunos e colegas, naturais de todas as ilhas, ofereceu-me a experiência perceptiva e crítica, dos complexos comportamentais, originados pelas heranças étnicas, pelo meio insular e pelo acontecer histórico de cada uma das sociedades insulares.

Este conhecimento vivencial, intensamente vivido com a vontade de compreender, iluminou a minha actuação de educador e foi guia precioso na acção social e cultural das *Semanas de Estudo* e no movimento promotor do planeamento regional. Naqueles alunos e colegas que eram, como eu, naturais da ilha do Pico, era mais visível o influxo do meio físico. Naturalmente porque eu o sentia mais ao vivo e o entendia mais claramente em mim próprio.

Esta minha experiência confessa o seu próprio carácter subjetivo e ao mesmo tempo reconhece a evidente realidade daquilo que experimenta: há uma certa insularidade singular, própria da Ilha do Pico, e essa singularidade insular reflete-se na personalidade e no comportamento dos seus naturais». <sup>12</sup>

Traçando as linhas meteorológicas da influência da Montanha no sentir e viver das gentes, e na sua complexa relação com o mar, afirma ainda:

«O Contra Almirante Sarmiento Rodrigues<sup>13</sup> expõe com rigor científico e beleza literária os fatores de insularidade do Pico que mais fortemente agem sobre os comportamentos quotidianos dos seus habitantes. Por

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp. 303 e s.

<sup>13</sup> RODRIGUES, M. M. S. *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1970 (1.<sup>a</sup> ed. 1942 – capitão tenente).

esta razão, dos três capítulos que versam a ilha do Pico, preferi o que se intitula *A meteorologia da Ilha do Pico* porque nele se esboçam os traços mais estruturantes e ostensivos da insularidade e sobre ele desenvolveu o dinamismo meteorológico. Exordia assim: “*entre todas as ilhas dos Açores uma delas ocupa lugar de destaque que é devido pelo menos à sua grande altitude: é o Pico, o formoso vulcão que repousa, quase sempre envolto em nuvens que incessantemente o revestem, variadas na cor, no feitio, nas dimensões*”.

A dinâmica meteorológica está nas nuvens, mas a energia dos ventos que as movimentam é estimulada e modelada pela altitude e pela configuração do cone vulcânico. A sua mole gigantesca a erguer-se das águas do mar em faldas de suave inclinação ascendente, faz montanha a ilha toda, e guinda-a em titânica espiral à altura de 2 351m. E quando da banda leste, as faldas desfazem o declive em lombo planáltico, o cone esguia-se em grito a chamar a ilha toda para si. E lá se aguenta, firme, em vector dinâmico do espaço infinito, que nos outros quadrantes ultrapassa os horizontes da Ilha; para o sul, trespassa a linha do mar e do céu; para o este passa por cima do Faial; para o Norte e nordeste, para além de São Jorge, atinge a Graciosa e a Terceira.

Foi esta função de espaço que Chateaubriand, o genial apologeta do Génio do Cristianismo, divisou fundeado na baía de Santa Cruz da Graciosa em 1791, durante a sua viagem para os Estados Unidos da América. Rematando a descrição da paisagem insular escreve: “*ao fundo do quadro, o cone do vulcão do Pico, plantado sobre uma cúpula de nuvens, para além da Graciosa lançava a perspectiva aérea*”<sup>14</sup>. No ano seguinte estará na Horta e virá passar alguns dias na Areia Larga, e então contemplará com pasmo a magnitude e beleza do Pico que desde o mar se ergue montanha até à altitude de perspectiva aérea.

Ora, este gigantesco, belo e dinâmico perfil do cone vulcânico, exerce uma irresistível e constante atração que tem uma tonalidade sentimental de sacro e misterioso, a que não é estranho o pensamento e o receio de potenciais erupções. É natural que para além de tal atração psíquica a energia magmática da montanha exerça uma atração geofísica e magnética sobre o organismo dos habitantes da Ilha em proporção com a proximidade e duração».<sup>15</sup>

<sup>14</sup> *Mémoires d'autre Tombe*, III, 25.7.

<sup>15</sup> ENES, J. *O.c.*, pp. 305 e s.



Neste trecho fica bem patente o influxo que a Montanha exerceu sobre o seu modo de ser. A vivência pessoal de José Enes com a Montanha e o mar era, efetivamente, muito profunda, marcando-o indelevelmente. Contava frequentemente que em criança repetia uma experiência simultaneamente angustiada e deslumbrante. Subia a encosta do Pico e, repentinamente, virava-se para trás para contemplar o mar, então ele levantava-se numa mole imensa de água transformando-se em autêntico muro que enclausurava a ilha. Tratava-se de uma ilusão ótica que lhe provocava uma sinestesia ímpar, a insularidade tornava-se total e a terra fazia-se mar.

As frequentes viagens, desde tenra idade<sup>16</sup>, em frágeis embarcações de variada dimensão, embora, e as muitas outras que foi obrigado a fazer durante a adolescência e vida adulta não podiam ter deixado de contribuir para o poderoso influxo da montanha no seu modo de ser. Apercebi-me disso ao ver fotografias que o Onésimo tirou em viagem da Terceira para o Pico, nos iates que em período de verão fazem as ligações inter-ilhas. A aproximação a São Jorge desvela o dorso longo desta ilha e a esmagadora visão da Montanha que parece dominar o próprio mar. Nessa perspectiva, toda a ilha se torna Montanha, ou antes, a Montanha é a mesma a ilha.

É esta relação que traduz poeticamente, como ele diz:

«Eu tenho o sentimento de que o influxo da montanha possui um poder destinante. E foi este sentimento que poeticamente exprimi na canção que o maestro e inspirado compositor Manuel Emílio Porto musicou. [...] O dinamismo meteorológico da Montanha era e continua a ser um dos mais fortes laços de cativação obsessiva com que ela prendia a si as populações picarotas. É como que um complexo comportamental em que se implicam também os receios e as fobias sísmicas e vulcânicas. Era natural que os escritores picoenses tematizassem literariamente tais padrões comportamentais».<sup>17</sup>

Além do poema – *Montanha do meu destino* –,<sup>18</sup> num frio inverno e numa altura em que regressara ao Pico por necessidade de recuperar forças, escreve:

«Álgida Montanha  
Álgida Montanha, a montanha nevada  
Perfura o céu com o gume metálico.

<sup>16</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 308 e s.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>18</sup> Escrito em Roma em 1946, com o título *Pico*.

Três dias há que ventava e nevava.  
(Abre agora esta visão fantástica.)  
Cá em baixo a neve flui apenas chuva,  
O vento despiu as faias do mato  
No jardim nem uma pétala que o cubra  
Tudo nu, tudo cinzento e queimado.  
A pele fresca dum azul sem mácula,  
Para onde  
Foram as pétalas multicolores?  
  
Estava sentado na cama  
Pendiam anos sobre o livro  
Onde os lábios a Deus falavam». <sup>19</sup>

Efetivamente, como ele diz no citado texto, «Insularidade como matriz de identificação literária», a expressão literária desvela a natureza íntima do indivíduo. Nas suas palavras: «A intencionalidade da criação artística, mais especificamente das artes da palavra, tende para a descoberta e para a experimentação catártica desta *auto-identificação destinal*.»<sup>20</sup> É também nela que a sua alma de ilhéu melhor se desvela e não apenas em relação ao Pico, mas aos Açores como um todo. E nesta relação a presença constante do mar torna-se um fator poderosíssimo que domina o seu espírito. Longe, na sua moradia vendo a serra de Sintra e já perto do ocaso dos seus dias, escreve:

«Para além do monte adivinho o mar  
Se para o mesmo lado o sol se põe  
A saudade é a ponte  
Por onde me translado  
À terra onde nasci  
Cresci e vivi  
Aonde está o mar  
Aonde o sol se põe». <sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Manuscrito em ficha solta, sem data, em Diário de 1961.

<sup>20</sup> P. 266, 2.<sup>a</sup> col.

<sup>21</sup> Poema datado de 2004 que abre o livro *Portugal Atlântico*.

## A açorianidade

Estes testemunhos do seu sentir apenas confirmam o que a consciência reflexa apercebe. Retomamos a sua reflexão sobre as matrizes da insularidade, que ele designa mesmo como «condições de vida». Nas suas palavras:

«*Matriz* é a *mãe* – madre, mater – fecundada que *nutre* o *feto*. Esta é a ideia geratriz de noção. Daí que *matriz* – *matrix* – tenha dois sinónimos: *genetriz* e *nutriz*. São as duas funções *matriciais*: gerar e alimentar. A primeira é a função originária, que erige a segunda. A *matriz*, enquanto *genetriz*, possui e transmite o *código genético*; enquanto *nutriz*, faz crescer o *novo indivíduo* desenvolvendo nele as potencialidades vitais da espécie segundo as instruções ou programas inscritos naquele código.

O modelo estruturante da mensagem codificada identifica-o com a *espécie* e a *estirpe*. Mas o novo indivíduo é o destinatário desta *mensagem* e enquanto tal não é apenas um herdeiro da estrutura essencial da espécie. A *mensagem* vem-lhe dirigida e é portadora de instruções que na eventualidade do acontecer só a ele dizem respeito e não a qualquer outro. E aí, nessa exclusividade do que lhe é cometido geneticamente, se radica a singularidade incomensurável da sua individualidade ou a *identificação consigo mesmo*.

Ora todos os seres vivos *habitam* um *meio físico*. Este forma o seu *habitat* onde os factores telúricos, atmosféricos, climáticos e os recursos naturais constituem as “**condições de vida**”. Estas ditam os processos de adaptação dos indivíduos ao meio que assim os influencia e determina. A curto prazo marcam os limites da duração da vida deles e ao longo dos séculos e milénios induzem as alterações orgânicas com as populações de outros *habitats*. Cada *habitat* é, portanto, um sistema ecológico que possibilitando ou dificultando a sobrevivência dos viventes constitui para eles uma *matriz*. É a *matriz telúrica*».<sup>22</sup>

Mas esta matriz apenas subsume as demais enquanto lhes propicia a construção de um modo de ser próprio. Assim, ele continua:

«O espaço e o tempo são componentes da função identificadora de ambas as matrizes. Mas o espaço é mais constituinte da *matriz telúrica*. Nascer num lugar do espaço e residir nesse ou noutro lugar do espaço são determinantes da identificação do indivíduo. A *matriz genética* dá a

<sup>22</sup> «Insularidade como Matriz de Identificação Literária» in *O.C.*, pp. 265 e s.

*filiação. Filiação, naturalidade e residência* constituem a *identificação civil*, registada documentalmente pelas sociedades da civilização escrita. A sua validade identificadora, porém, só vigora com a chancela do tempo: data de nascimento e actualidade de residência.

Ora esta *identificação civil* não é mais do que a organização societal de salvaguarda da identidade de cada homem, tomado na unicidade incomensurável e irrepetível, insubstituível e inviolável da pessoa. Neste reduto irreduzível da sua mesmidade, cada homem detém a matriz única de si mesmo, com a qual assume a marca de propriedade intransmissível tudo quanto nele traz marcas de outras matrizes. Dono de si mesmo, esta é a sua incomensurável valia da sua historicidade, da sua necessidade histórica. Por esta raiz de liberdade, mergulhada na partilha comunitária, o homem tem a responsabilidade e o compadecimento do seu destino».

Mas há particularidades e especificidades relativas à *insularidade*, e socorrendo-se de aporções de especialistas da geo-história:

«As “ilhas”, por serem partes integrantes da superfície da terra, são naturalmente objecto das ciências geográficas. E pelas particularidades, que afectam as populações bióticas e humanas que as habitam, também o têm sido das ciências biológicas e das humanas. Os estudos insulares veem-se multiplicando, sob o patrocínio da UNESCO, em vista dos problemas sociais que inferiorizam e afligem as populações das ilhas.

Nestes estudos, porém, em vão se procurará contribuições para a clarificação e o aprofundamento do conceito de *insularidade*. Mesmo nos de geografia humana como os de Jean Brunhes<sup>23</sup>, E. Aubert de la Rüe<sup>24</sup>, Lucien Febvre<sup>25</sup>, J. Blache<sup>26</sup> as ilhas são perspectivadas como sociedades em cuja caracterização se atende aos efeitos da *insularidade*, dando relevo à pequenez e ao isolamento. Brunhes fala em *ilhas do mar*, *ilhas do deserto* e de *ilhas da montanha*.<sup>27</sup> Aubert de la Rüe conclui o seu tão reeditado livrinho com o desespero de não ter apurado a existência de uma característica comum às ilhas que pudesse denominar-se *insularidade*. Os estudos, no entanto, de ecologia e biologia insulares apontam

<sup>23</sup> BRUNHES, J *Geografia Humana*, abreviada e actualizada por M. Muriel Jean-Brunhes Delamarre e Pierre Deffontaines, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958.

<sup>24</sup> *L'Homme et les îles*, Paris, 1956 (11 ed.).

<sup>25</sup> *La Terre et la évolution Humaine*, Paris, 1959.

<sup>26</sup> «Les particularités géographiques des îles», in *Pages géographiques*, GAP (1963), pp. 187-208.

<sup>27</sup> O.C., pp. 54 e 352s.

preciosas ajudas para a sua compreensão, como *Island populations* de Mark Williamson.<sup>28</sup>

Façamos uma abordagem hermenêutica a partir do *De significatione verborum* de Festo:

«*Insulae dictae proprie, quae non fugentur communibus parietibus cum vicinis; circuituque publico, ant privato cinguntur a aimilitudine videlicet earum terrarum, que fluminibus, ac mari eminente, suntque in salo positae*»<sup>29</sup>

«Ilhas são ditas com propriedade aquelas (casas) que não são unidas com as vizinhas, mas são rodeadas por um passeio público ou privado, à semelhança precisamente daquelas terras que emergem nos rios e no mar, e estão postas *in salo* – nas salsas ondas.» (trad.)

*Insula* era para os romanos a *domus* ou *moradia isolada*, separada das outras; mas por extensão se usava como nome comum aplicando-se a todas as casas. Festo repunha a propriedade da linguagem referindo o fundamento da metáfora.

*Salum* significava as águas do mar em movimento tanto junto ao cais como no alto.<sup>30</sup> Nós também usamos *salseiro com o mesmo significado*. *Insula* é a terra situada no meio do mar – *terrae quae in salo sunt positae*. A fórmula grega para definir nesos – ilha – era também: *a que está no meio do mar*.

Como já no latim romano *insula* passava a significação de *casa separada*, assim no italiano de *isola* se formou *isolare* e os seus derivados que todas as línguas românicas, o inglês e até o alemão importaram.

Generalizou-se, assim, a ideia de que *isolamento* é o efeito formal da *insularidade*, ou seja, de que constitui a condição específica de uma sociedade insular. É a partir deste pressuposto que em geografia humana se fala, como citei, de *ilhas do deserto* e *ilhas de montanha*, as quais por vezes são ditas mais verdadeiramente ilhas do que as ilhas do mar por terem maior isolamento. A tal ponto se entranhou tal uso linguístico que se obliterou a origem etimológica de *isolamento*, e, por via culta, se recorreu ao *insular*, para significar o *isolamento da ilha*.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> Oxford, University Press, 1981.

<sup>29</sup> Sexti Pompei Festi, *De Significatione Verborum*...

<sup>30</sup> EMONT, A.; AMEILLET, A. *Dictionnaire Etymologique de la Langue latine*, 4.<sup>a</sup> ed., Paris, Librairie G. Klincksieck, 1959, p. 591.

<sup>31</sup> «Insularidade como Matriz de Identificação Literária» in *O.C.*, pp. 265-267.

O Conceito de *insularidade* aplicado a «ilhas no meio do mar», como José Enes demonstra, não acentua o fator isolamento. Retomemos a sua fala:

«A verdade, porém, é que a experiência humana que a estrutura semântica de *insula* e de *nêsos* exprime não é de *isolamento* enquanto separação e fechamento do *habitat insular*.

O constitutivo formal da ilha como espaço habitacional ou, dito mais em conformidade com a conceptualidade assumida, os elementos constitutivos da *insularidade* como *matriz telúrica é habitat terrestre no meio do mar*. Mais abreviadamente, *terra no meio do mar*. O elemento mais definidor é *no meio do mar – in salo*. A diversa proporção, com que estes dois elementos se combinam dá diversas espécies de ilhas e diversos graus de insularidade.

A extensão de terra é determinante da diferença em relação aos continentes. A dimensão da Ilha deve ser tal que só por si ostente a privação de continência consistente e continuada da amplitude continental. A enormidade da dimensão do continente ostenta a solidez da *terra firme*. As ilhas, pelo contrário, só pela sua pequenez sugerem não ter *firmeza telúrica* de solo compacto, assente em alicerces rochosos e profundos. [...] A dimensão insular é, assim, uma componente básica da insularidade como *habitat* de viventes, há um limiar da superfície exigida pela organização dos sistemas de vida e, no caso do homem, de organização funcional da sociedade. Este limiar depende, como é evidente, de variáveis geológicas e climáticas, mas permanece em composição fixa e proporção variável, como o outro elemento constitutivo da insularidade – o mar: *Uma ilha é tanto mais ilha quanto mais longo for o mar que a rodeia, e quanto menos extensa for a terra que a forma*.

A conjugação destas duas proporções leva à definição do limiar que assegura o *habitat* a espécies organicamente inferiores aos mamíferos.<sup>32</sup> Na terminologia biológica são estas as *ilhas oceânicas*. Nas suas opostas, as continentais. Com superfícies iguais, até a espécie humana pode ser endémica».<sup>33</sup>

Nas ilhas dos Açores é esta insularidade que está em causa: ilhas afastadas dos continentes, postadas em mar alto. Ilhas oceânicas, apenas

<sup>32</sup> WILLIANSO, M. O.C.

<sup>33</sup> «Insularidade...», pp. 267-268.

povoadas na época moderna com fins específicos no quadro da expansão ultramarina portuguesa – Expansão Europeia. As sociedades humanas que nelas se fixaram há perto de seis séculos foram-se também elas modalizando pela complexa trama matricial onde a matriz telúrica adquiriu uma força que a vulnerabilidade vulcânica das ilhas acentuou. Mas se o mar aparentemente as enclausura, apresenta-se como o meio propiciador da salvaguarda, a abertura ao mundo, a outros espaços. Assim, a insularidade açórica (terminologia de Francisco Carreiro da Costa) – a açorianidade (conceito Nemesiano) –, que se aplica ao «ser açoriano», atribui ao elemento mar força, também ela, matricial.

Retomemos o texto de José Enes:

«Ora as ilhas atlânticas, que nos séculos XIV e XV os portugueses descobriram e povoaram, eram e são *ilhas oceânicas* no sentido biológico. E de todas elas, como já no século XVIII frisara António Cordeiro, esmerando-se em medições comparativas da superfície e da distância das suas ilhas açorianas com o continente e outras partes do império português e a Europa, os Açores são as mais oceânicas. No dizer do quinhentista Gaspar Frutuoso: “*pequenas e neste grande mar postas*.”<sup>34</sup> Elas possuem, no mais alto grau, uma insularidade oceânica. É uma *insularidade extrema*».<sup>35</sup>

Contudo, Enes considerando essa máxima insularidade quanto à matriz telúrica, modal na identidade açórica, acentuando a influência do mar coloca-a como fator determinante na açorianidade, mas de forma alguma lhe atribui uma função de isolacionismo, antes pelo contrário, o que não significa que a tal matriz telúrica específica não se faça sentir no modo de ser açoriano. Em texto datado de 1954 escreveu:

«O Atlântico das ilhas não é como o que banha o litoral do Continente. Ele constitui para estas montanhas pequenas, que emergem da amplitude das águas, a moldura, sempre variada é certo, mas sempre constante, que tolhe ao habitante a evasão e ao mesmo tempo que lhe abre a perspectiva para dimensões ilimitadas».<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> O.C., p. 301

<sup>35</sup> «Insularidade...», p. 268.

<sup>36</sup> ENES, J. «A originalidade de Roberto de Mesquita» in ALMEIDA, O. T. *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo, SREC, 1983, p. 38.

Esta dicotomia, aporia insanável entre o fechamento e a abertura ao mundo, está no modo de ser açoriano; que o faz querer ir e ficar em simultâneo. Como diz Vitorino Nemésio citado por Enes:

«Quisera poder enfaixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar. [...] Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como logos, na água.»<sup>37</sup>

Se a situação geográfica dos Açores em mar alto, exterior, poderia apontar para a referida «insularidade extrema», não obstante o apelo à abertura e à sua função histórica, Enes apropriando-se de estudos, recentes à época da redação de «Insularidade...», escreve:

«Aprofundemos um pouco mais a caracterização da sua pureza paradigmática, [...], aproveitando recentes e esclarecedores estudos sobre a insularidade das ilhas gregas do mar Egeu, o arquipélago – o mar principal – por ser *mar interior das ilhas* que lhe davam rotas seguras para as vias continentais».<sup>38</sup>

Esta é, porém, uma leitura que José Enes faz sobretudo ao nível da identidade; enquanto característica modal do «ser-se» açoriano; enquanto «experimentação catártica da *auto-identificação destinante*», como acima se referiu. Mas esta *auto-identificação destinante*, esta idiossincrasia expressa na açorianidade, também se construiu numa historicidade – «necessidade histórica», não mera contingência – que coloca os Açores e os açorianos no centro da «comunidade atlântica». A temporalidade histórica dos indivíduos e das culturas – historicidade – funciona também ela, tanto quanto a matriz telúrica e a identidade idiossincrática, como outro vector da vida dos indivíduos e das sociedades.

Afirma em texto produzido em 1995 – «Atlantidade e interacção dos sistemas sociais no processo autonómico»:<sup>39</sup>

<sup>37</sup> In «Insularidade como Matriz de Identificação Literária», p. 268.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> «Atlantidade e interacção dos sistemas sociais no processo autonómico» in *Portugal Atlântico*, p. 198.



«Foi a partir destes sistemas geofísicos que as comunidades humanas elaboraram laboriosamente os sistemas culturais, construindo, aperfeiçoando, embelezando, fortificando e defendendo os seus sistemas ecológicos ou habitacionais com a mira de usufruí-los gostosamente em paz e segurança e com a garantia do crescimento constante da qualidade de vida. As labutas e as lutas, com que os homens têm perseguido este objectivo, abriram e percorreram os caminhos da História».

### **Açorianidade e abertura**

Na busca que José Enes foi fazendo ao longo do seu próprio percurso existencial sobre o destino dos Açores e das suas gentes, no sentido de encontrar formas de superação dos problemas que se foram colocando ao viver insular, encontrou vetores específicos no destino coletivo onde se pode vislumbrar a via da superação. O seu sentir e pensar foi direcionado para a possibilidade de um agir que, não poderia nem deveria ser individual, mas terá de ser coletivo. A açorianidade só terá sentido se for redentora e, não apenas, do arquipélago mas de Portugal na sua totalidade territorial atlântica. De resto, ele considera que Portugal só foi grande quando a assumiu na sua integralidade.

É este o sentido de textos recém-publicados, postumamente, em *Portugal Atlântico*, de modo mais incisivo nos capítulos «A atlanticidade de Portugal e os Açores»<sup>40</sup>, onde Enes explicita e fundamenta a sua teoria da centralidade dos Açores no contexto do novo mundo que a Expansão Europeia abriu, acentuando a abertura destas ilhas atlânticas ao espaço global.

Vai ainda mais longe, em outro texto – «Prospecção Histórica de Portugal: Estado Atlântico?»<sup>41</sup>–, buscando uma estratégia para a afirmação de Portugal no mundo, inclusivamente no quadro da inserção europeia.

Nestes estudos, bem assim em outros que integram aquela obra, José Enes expende a sua teoria arquipelágica para Portugal. Em carta a Francisco Lucas Pires, que a ela havia aludido na sua publicação *A Hora Europeia*, refere-se ao momento fundador da tal teoria, nos seguintes termos:

«O Atlântico foi para a planetização da civilização europeia o que o Mar Egeu foi para o seu nascimento. A este os gregos chamaram “mar principal” – archipélagos – pela importância das suas ilhas no sistema

<sup>40</sup> Pp. 121-140.

<sup>41</sup> *Ibidem*, pp. 11-120.

de comunicações. Os arquipélagos, que hoje integram o território português, constituíram o núcleo originário do sistema de comunicações que viabilizam a expansão planetária da civilização europeia. Portugal foi pioneiro, à compita com Castela, no estabelecimento da primeira economia mundo». <sup>42</sup>

A tentativa de reencontrar caminhos que pudessem conduzir os Açores e os açorianos ao reencontro com a sua história, para dela haurir os vetores de futuração, como ele dizia, levou-o a integrar-se na «corrente» dos grandes pensadores e homens de ação que procuravam a superação dos atavismos insularizantes. É neste âmbito que surge a força dinamizadora que leva à fundação da Universidade. No discurso que faz no 1.º aniversário do então Instituto Universitário dos Açores<sup>43</sup>, traça uma resenha histórica da vitalidade cultural e científica da vida açoriana cujas linhas de força resume deste modo:

«Quando em Outubro de 1975 começámos a trabalhar, pela experiência que temos da vida açoriana desde a década de 50 e pelo estudo histórico que fizemos, tomámos a consciência de que iríamos continuar uma tentativa encetada há mais de século e meio, pelas gerações que nos precederam.[...] Esta resenha histórica está muito longe de dar uma ideia compreensiva sobre a vida cultural do Arquipélago desde aos começos do século XIX. Ela apenas pretende detetar as linhas de força que conduziram à criação do Instituto Universitário dos Açores, [...] Aquelas linhas de força apresentam-se com as seguintes características:

- a) Nota-se uma tendência para cientificar o conhecimento dos recursos naturais do Arquipélago, orientada para a agricultura, pecuária, pescas e indústrias alimentares;
- b) A investigação científica mantém-se até 1928 dentro dos limites da iniciativa individual e da ilha em que vivem os cientistas, sem organização que a tornasse permanente e a estendesse ao Arquipélago como um todo;
- c) As estruturas oficiais, criadas naquela data, para a investigação aplicada, não permitiram ultrapassar os limites dos Distritos Autónomos e continuaram até aos nossos dias a serem usadas para uma investigação predominantemente circunscrita às ilhas onde estão instaladas;

---

<sup>42</sup> Carta a Francisco Lucas Pires em 1987.

<sup>43</sup> Texto policopiado, de 15 páginas, lido a 9 de Janeiro de 1977.

- d) A triplicação de tais estruturas não tomou em conta a recíproca complementaridade em ordem ao aprofundamento especializado e à sistematização global;
- e) A tendência para a sistematização global, surgida em 1960, não logrou, mesmo com as estruturas criadas em 1969, ultrapassar a pontualidade de estudos parcelares, desatualizáveis a curto prazo;
- f) Surgem com frequência tentativas de instauração de formas de ensino médio e superior para a formação profissional dos quadros indispensáveis à satisfação das necessidades básicas das populações, sobretudo nos sectores da instrução, da tecnologia agrária e da saúde pública;
- g) É manifesta a crescente objetividade na descoberta dos objetivos a prosseguir pela investigação e pelo ensino em ordem à solução dos problemas que estrangulam o desenvolvimento económico da região;
- h) Todo este labor, apesar de tender intencionalmente e com pertinência para a solução daqueles problemas, não chegou a ganhar a metodologia da investigação de desenvolvimento que, pela inovação tecnológica industrial, estimulada e completada pela atualização de inovação da gestão empresarial e da comercialização, se orientasse para a elaboração de opções suficientemente sistematizadas e justificadas;
- i) Esta carência deve-se manifestamente à falta de quadros humanos científica e tecnologicamente preparados e de infraestruturas laboratoriais adequadamente equipadas».

E continua, dando o fundamento para a fundação da Universidade, fator determinante na cientificação da sociedade açoriana:

«São identificáveis as causas de tais características. A mais fundamental e que condiciona todas as outras é a distância. A distância que separa as ilhas açorianas dos centros universitários continentais e a distância que as separa umas das outras. Não é à distância de 700 milhas de mar que se podem efetuar formas de investigação de desenvolvimento, metódica e sistematicamente organizadas e executadas, para a prossecução dos objetivos de um desenvolvimento regional. Semelhante tarefa nem é possível a distâncias menores para regiões ligadas pela continuidade continental. Tal impossibilidade resulta da natureza da inserção social das instituições científicas como órgãos permanentes de crescimento cultural da sociedade que servem. Resulta até da natureza das próprias operações científicas cuja validade, em muitos casos, não consente a demora implicada pelas distâncias entre laboratórios e campos de trabalho.

Outras causas evidentes são, por outro lado, a ausência de estruturas científicas permanentes e adequadas e, por outro ainda, a falta de idoneidade metodológica na formação recebida pelos técnicos e cientistas açorianos nas universidades do continente português e, conseqüentemente, de uma correta sensibilização aos problemas específicos de uma região de insularidade dispersa. Estas, as causas dos aspetos negativos. Na luta contra elas tornou-se também evidente a causa positiva principal das dimensões daquelas linhas de força: a vontade das populações insulares de viverem e de melhorarem as suas condições de vida nas ilhas onde nasceram e onde habitam; vontade que teima em recusar, como única hipótese viável, a fuga emigratória.

Este facto açoriano possui uma evidência histórica tão clara e um significado sociológico implicativo de conseqüências políticas tão inevitáveis que seria uma irracionalidade indesculpável não o reconhecer e aceitar».

Em textos de fundamentação para o planeamento da organização do ensino universitário, José Enes debruça-se sobre um aspeto fulcral do viver insular açoriano: a dispersão dos Açores em nove ilhas. Esta, segundo a sua perspectiva, tem constituído um fator inibitivo à formação de uma «comunidade» capaz de superar os seus atavismos e de encontrar as vias de racionalização dos problemas que se lhes colocam ao progresso humano e social.<sup>44</sup> Daí que a investigação científica – fundamento necessário do ensino – na Universidade dos Açores, na 1.<sup>a</sup> fase designada por imperativo da limitação da primeira orgânica Instituto Universitário<sup>45</sup>, deve privilegiar os seguintes domínios:

- a) a solução dos problemas científicos e tecnológicos inerentes aos processos do desenvolvimento regional dos Açores;
- b) o conhecimento científico da sociedade açoriana e das características e recursos naturais do arquipélago;
- c) o progresso científico e tecnológico nas áreas em que o arquipélago dos Açores apresenta uma vocação específica peculiar em virtude da sua situação geográfica, do seu sistema geo-ecológico, da sua história ou do seu sistema sócio-cultural;
- d) a indução dos hábitos científicos através do ensino ministrado no IUA e a correta orientação pedagógica de tal ensino quando orientado para o exercício de profissões na sociedade açoriana».

<sup>44</sup> «Proposta de Modelo Institucional do IUA», Fevereiro de 1979. (inédito de 8 páginas).

<sup>45</sup> «Propostas para o Planeamento do Instituto Universitário dos Açores», 17 de Janeiro de 1976. (inédito de 47 páginas).

Mas o seu pensamento é dominado por aquela condição insular, acima aludida, decorrente do enclausuramento de cada ilha sobre si mesma. Também este problema está conscientemente abordado no planeamento universitário em vista a uma tentativa racional de superação. De resto, no seu entender a complexidade dos problemas inerentes à geo-ecologia dos Açores é de tal ordem que não poderá ser mitigada senão por processos científicos, desenvolvidos por quem conheça e viva apercebida e racionalmente a condição insular específica de nove ilhas separadas por tanto mar e constituídas por tão pouca terra.

No texto que vimos referindo de planeamento, aquando se ocupa da localização das unidades da Universidade, afirma:

«Nada de novo se introduz em qualquer ilha do Arquipélago, com uma finalidade de serviço ou de utilidade pública, muito particularmente nos sectores da administração, do governo, da cultura e do ensino, que não tenha, logo de início, o problema melindroso da sua localização, multiplicação ou extensão nas ou às restantes ilhas.

É uma condição de insularidade, muito típico dos Açores, não muito diferente do que acontece entre cidades rivais nos continentes, quanto à caracterização conflituosa do fenómeno, mas muito particular quanto à sua agudeza psicológica, quanto às suas causas ecológicas e históricas e quanto ao número, complexidade e melindre dos problemas que levanta.

A distância do mar, que separa as ilhas, e a dificuldade, a demora, o incómodo e os custos dos transportes marítimos e, neste século, também aéreos foram e são fatores que levam as populações a lutarem pelo acesso aos bens que vêem nos vizinhos da outra ou das outras ilhas. A situação, resultante da conjugação destes fatores, se pode identificar, totalmente, com a que se trava entre os bairrismos famosos, torna-se realidade dramática para quem vive nestas ilhas tão afastadas como as dos Açores.

Esta fundamentação ecológica permanece ativa na vivência social dos bairristas insulares. Não se trata somente de pretender possuir o que a outra ilha tem ou de ter acesso ao uso desse bem; mas é que a distância encarece de tal forma este acesso que o bem deixa de o ser permanecendo na outra ilha».

Mas a questão não se limita ao nível do material, ela é analisada mais profundamente, porquanto embrincada nesta situação geo-ecológica está a consciência de «comunidade açórica». E, no seu pensamento, se as soluções dos problemas não responderem a essa realidade não atingirão

o objetivo para o qual foram projetadas nem ao nível do progresso económico e social mas, sobretudo, do humano, da identidade do homem como ser que só se realiza na coabitação comunitária. E continua:

«A distância sem comunicação provoca a solidão e a solidão provocada é incompatível com a comunidade. No fundo da problemática da existência e da formação de uma autêntica comunidade açoriana, lateja tragicamente uma problemática da comunicação; e esta é, na configuração geográfica das ilhas e no sistema de relações sociais das populações nelas residentes, uma problemática de circulação. Circulação de pessoas, de mensagens, serviços, de bens, de matérias-primas, de produtos, de moeda, de maneiras de pensar, de ideias, de costumes, de tecnologias, de interesses, de meios e de estilos de vida. Sem tal circulação, não há comunicação, e sem comunicação não há a comum-união essencial à comunidade.

Quer isto dizer que, ao cabo de quinhentos anos de residência nos Açores, as populações, que aqui se estabeleceram, continuam sem o domínio das tecnologias capazes de adaptarem as estruturas e processos de convivência social às condições ecológicas do meio físico. Esta carência é evidente na administração, na economia, no ensino, na urbanização, na arquitetura, nas tecnologias da pecuária, da agricultura e da pesca, na maneira de ser dos açorianos, na composição profissional, na simbologia cultural, em todo o sistema societal, que tinham no Continente, e nós, ao fim de meio século de residência insular, continuamos a ser continentais. E aqui reside a maior tragédia da sociedade açoriana: ciente de que os seus sistemas de organização social não se adaptam às realidades ecológicas do Arquipélago, não consegue libertar-se deles e substituí-los por outros, descobertos e organizados em contacto com aquelas realidades. Tem-nos faltado a capacidade criativa de inovação e de invenção para o domínio das condições naturais da nossa vida».

Depois debruça-se, como é seu jeito, reflexivamente sobre a historicidade para nela encontrar o impulso para a ação que aquele momento histórico, Janeiro de 1976, vivia entusiasticamente:

«As causas históricas são contemporâneas do povoamento das ilhas, em fins do século XV e princípios do século XVI, e mantiveram-se até aos nossos dias. Começaram no regime das Capitânias Gerais, que repartiu e dividiu administrativamente as ilhas, centralizando o Governo em Lisboa; continuaram no primeiro regime de Governo Central, único para todas as ilhas, durante a dominação filipina; prolongaram-se durante o

segundo regime das Capitánias Gerais depois de 1640; mantiveram-se durante o segundo regime do Governo-Geral desde Marquês de Pombal até à Revolução Liberal; acentuaram-se com o Regime das Prefeituras e agravaram-se com os regimes dos Distritos Autónomos. Os regimes do Governo-Geral tentaram evitar os inconvenientes da divisão e do isolamento das ilhas. Os outros regimes tentaram dar, a cada uma, aquilo que era impossível dar ao conjunto do Arquipélago. Mas todas elas participaram do mesmo erro de base: aplicar estruturas, que não tinham sido encontradas pelos habitantes das ilhas na solução dos problemas levantados pelo meio físico, à organização social da vida.

No momento atual, parece haver um assomo de consciência deste erro e a procura de uma solução racional para aqueles problemas. Talvez só agora, a ciência e a tecnologia dos países evoluídos ofereçam possibilidade de encontrar a solução para eles».

Na cientificação dos procedimentos e na indução de hábitos científicos alargados ao maior número possível de açorianos (esperava que a escolaridade superior atingisse os 50%), veiculada pela instituição universitária, José Enes tinha a convicção, a esperança, e porque não dizer a fé de que a comunidade açoriana ganhasse a sua identidade açórica e ao mesmo tempo fosse encontrando a chave de superação dos atavismos insulares mais trágicos.

Vejamos como ele coloca a questão:

«É neste contexto histórico que surge o IUA e os mesmos problemas, os mesmos desafios à capacidade invenção e de inovação lhe são levantados e dirigidos pelas realidades físicas e sociais do Arquipélago.

Terão os homens, que vão criar as estruturas do IUA, poder criativo e inovador para encontrar a solução dos problemas que constituem a tragicidade da nossa vida insular?

A verdade é que a missão histórica do IUA consistirá em funcionar como órgão de racionalização e, conseqüentemente, de humanização das estruturas físicas, sociais, económicas e políticas dos Açores».

Creio que fica claro que, em José Enes, a açorianidade não é apenas um conceito literário, a matriz de um modo de ser, é também uma busca no acerto das soluções para a superação comunitária dos problemas colocados à insularidade. E se como ele diz, o órgão de cientificação desses processos – a Universidade – «tem de ser comunitária, ou não é», ela cumprirá a sua missão se descortinar os «vectores de futuração» inscritos na

historicidade açórica e por meio deles, em cooperação com a diáspora, for capaz de responder aos desafios de cada tempo histórico. Em entrevista à RTP/A, em finais da 1.<sup>a</sup> década deste século, à pergunta se os contactos efetuados nos EUA e no Brasil, nos inícios da Universidade, visavam a internacionalização, ele respondeu: «não minha Senhora, a açorianidade».

Nas suas palavras: «ajudei a criar e vivi esta pequena universidade insular, a mais ocidental da Europa, pela urgência histórica de dar à terra onde nasci a condição mais essencial de um destino humano.»<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Carta ao poeta Silva Carvalho, ao tempo leitor na Universidade de Santa Bárbara na Califórnia, EUA em 1988.







## DA CONDIÇÃO INSULAR

VICTOR RUI DORES

«Açores, território e realidade singular no espaço de raiz e invenção portuguesas, a que os séculos, a distância e os homens imprimem uma identidade particular.»

Eduardo Lourenço

No princípio era o vulcão.

O magma solidificou-se e, durante séculos, as ilhas ficaram desertas e aquietadas.

Depois, possivelmente a partir de 1427, vieram gentes de diversos pontos de Portugal e de vários países da Europa. As esperanças numa vida melhor e diferente originaram essa aventura de povoar um grupo de ilhas.

Diz-se, com ironia, que o açoriano resulta do tal português povoador que passou tão mal de viagem que não teve coragem de voltar para trás...

O que é indiscutível é que esse primeiro povoador é um outro Robinson Crusoe, ou seja, é um outro náufrago que vai lutar pela sua sobrevivência e pela sua subsistência. É um homem despojado que tem de refazer a sua vida a partir do nada.

Não nos esqueçamos que o início do povoamento das ilhas açorianas foi extraordinariamente penoso e difícil. Quando cá chegaram, os primeiros povoadores apenas encontraram mato cerrado e milhafres, em rigor, aves de asa redonda (o açor nunca terá existido nos Açores). Foi preciso fazer queimadas, desbravar o solo, ensaiar as primeiras culturas, garantir as subsistências. Foi também necessário reagir às tempestades, às intempéries ciclónicas, aos sismos e a muitos outros perigos. E tal só

foi conseguido com um grande espírito de entreatajuda e de solidariedade entre as populações.

É, por conseguinte, este povoador (e não colonizador: nos Açores houve um fenómeno de povoamento e não de colonização, pela simples razão de que não havia cá ninguém para ser colonizado) que, fortemente marcado pela Geografia, dará origem ao açoriano.

## I. Da açorianidade

Mais de cinco séculos de contacto permanente com o mar e de isolamento físico, a que se juntou uma religiosidade que foi gerada no terror sagrado de sismos, vulcões e tempestades, são fatores que marcaram e moldaram a maneira de ser, estar, pensar e agir das populações açorianas. Foi esta influência do meio geográfico no espírito dos açorianos que levou Nemésio a criar, em 1932, o conceito da «açorianidade» (por decalque de *hispanidad*, criado por Miguel de Unamuno) e que segundo ele, é «esse amor elementar que não conhece razões, mas impulsos»<sup>1</sup>. Aliás, ficamos a dever ao autor de *Mau Tempo no Canal* a emblemática frase: «Para nós, açorianos, a Geografia vale outro tanto como a História».

Mas, antes de Nemésio, já Luís da Silva Ribeiro, também terceirense, pretendendo caracterizar a personalidade do homem açoriano, avançava com os seguintes traços identificadores: «O vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilando entre estreitos limites, a pressão atmosférica, os vendavais e tempestades, a diferença entre ilhas e o continente pelo que respeita às condições geográficas e da paisagem, qualidades morais comuns a todos os ilhéus, a sua religiosidade profunda, espírito de submissão, indolência, imaginação criadora, sentido de perfeição e de pormenor, espírito satírico, certo grau de saudosismos, etc.»<sup>2</sup>.

Entendamo-nos: os Açores são de Portugal e a sua cultura é inseparável e indissociável de dois milénios e meio de civilização europeia, nove séculos de história portuguesa e mais de cinco séculos de vivências nestas ilhas. Mas a verdade é que passado todo este tempo, e como muito bem lembra Pedro da Silveira, «o açoriano já não é mais o minhoto ou o alente-

<sup>1</sup> NEMÉSIO, V. «A Açorianidade», in revista *Insula*, n.º 7, Ponta Delgada, 1932.

<sup>2</sup> RIBEIRO, L. S. *Subsídios para um Ensaio sobre Açorianidade*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.

jano que para cá veio nas naus do povoamento. Não é mais o berbere ou o flamengo – é, sim, a mistura do fidalgo lusitano com o escravo moiro; do judeu tornado cristão-novo com o artesão da Flandres; do espanhol conquistador com o aventureiro sem eira nem beira e, também, o descendente accidental do corsário inglês ou argelino»<sup>3</sup>.

É esta riqueza de influências que faz com que o povo açoriano seja um povo historicamente definido, dotado de um imaginário e de uma memória, possuidor de uma cultura e de uma identidade próprias.

## II. Errância açoriana

As gentes açorianas presenciaram as viagens dos Descobrimentos, uma vez que estas ilhas eram marco obrigatório das rotas utilizadas. Tidas como interposto natural das viagens de longo curso, era nelas que se procedia a reabastecimentos e se retemperavam energias. Por isso os açorianos tinham conhecimento privilegiado dessas terras distantes – terras que, povoadas por gentes com linguajares e comportamentos diferentes, ofereciam riquezas fáceis, a par de perigos que se tinham por naturais ou decorrentes de agressões gananciosas.

Porque longe das preocupações dos governos de Lisboa, as populações das ilhas enfrentavam situações de vera pobreza, nascendo daí, o desejo legítimo de experimentar aventuras rentáveis, ousando viajar para o desconhecido.

Depois de algumas partidas sem significado estatístico, surge, no século XVIII, a primeira emigração, em massa e legalizada, com destino ao sul do Brasil. E este país haveria de ser destino dos açorianos até às primeiras décadas do século XX.

Entretanto surgiram apetites que foram satisfeitos noutros destinos. Hawai, Estados Unidos da América, Bermuda, Canadá e, com pouco significado, África. Do barco ao avião, os açorianos não temeram atravessar oceanos, por vezes em condições sub-humanas ou sob o estatuto da clandestinidade, como os que utilizaram os navios baleeiros, no século XIX.

Divulgados que estão os números, sabe-se que, nas décadas 60 e 70 do século passado, os Açores perderam quase metade da sua população. Porém, agora que a emigração esvaziou de número, é importante saber-se que os que partiram, na sua maioria classificados como «mão de obra

---

<sup>3</sup> SILVEIRA, P. Prefácio à *Antologia de Poesia Açoriana (do século XVII a 1975)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

indiferenciada», souberam adaptar-se, com heróica facilidade, a terras de climas e línguas diferentes, apostando a sua energia e a sua maleabilidade em todo o tipo de profissões. Souberam, simultaneamente, impor a sua personalidade, continuando, nemesianamente, com «os ossos mergulhados no mar», mantendo-se fiéis às suas raízes, quer através dos afectos quer das manifestações mais genuínas da cultura popular.

Atualmente os açorianos estão em todos os cantos do Mundo. Se, no Brasil, os séculos originaram já, em quase todos os pontos de fixação, uma miscigenação mais que natural, mas sempre detentora de elos respeitáveis às origens, é nos Estados Unidos da América e Canadá que pulsam comunidades de açorianos que, ultrapassando as fases de integração e aculturação, dão testemunho de uma açorianidade consciente, porque fundamentada em valores culturais e históricos.

Apesar das muitas consequências que a diáspora açoriana trouxe aos que partiram e aos que ficaram, a verdade é que, entre perdas e ganhos, a açorianidade ultrapassou as fronteiras do nosso entendimento do Mundo. E, muito justificadamente, o açoriano ganhou o estatuto de cidadão universal.

### III. Uma identidade cultural

«Os Açores são um porta-aviões de 600 Km, tantos quantos separam Santa Maria do Corvo», segundo Nemésio<sup>4</sup>. Nos dias que correm, as ilhas açorianas continuam a ser valorizados pela sua vocação atlântica e pela sua importância geoestratégica. Mas estas ilhas não são apenas o umbigo do Atlântico, ou a sentinela avançada da Europa no meio do Atlântico. É verdade que somos um cais aberto ao mundo. Mas é preciso entender os Açores como uma fronteira cultural, um espaço de cultura e de culturas, até porque este arquipélago constitui hoje um dos últimos redutos do medievalismo português e europeu. Em nenhuma outra parte da Europa existirá um território tão pequeno e com tão elevados índices culturais. Recorde-se que o povo açoriano é herdeiro de uma tradição cultural que começa por ser poética e musical (poesia trovadoresca, cantares de gesta medievais, cantigas de amigo e cantigas de escárnio e maldizer, plasmados no Cancioneiro Geral dos Açores) e que, depois, é histórica, sociológica e mítica.

---

<sup>4</sup> Nemésio, V. *Corsário das Ilhas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1956.

O isolamento das ilhas trouxe a solidão e esta, por sua vez, gerou a necessidade de convívio. Desde muito cedo sentiram os açorianos a urgência de quebrar silêncios e distâncias. E isto fez-se através da música, do teatro e, sobretudo, da leitura. Através desta, os açorianos cultivaram o espírito e tornaram-se cultos e sábios.

Para que tal acontecesse muito ficamos a dever a dois agentes culturais: o padre e o mestre-escola (posteriormente professor primário, hoje professor do primeiro ciclo do ensino básico) os quais, sobretudo a partir dos finais do século XIX até meados do século XX, deram contributos decisivos para a alfabetização e para o desenvolvimento cultural das nossas gentes. Quer um quer outro não se limitaram a ensinar a ler, a escrever, a contar e a rezar, foram também responsáveis pela criação de jornais, filarmónicas, grupos corais, grupos de teatro, grupos folclóricos, tunas, agremiações desportivas e até atividades científicas. Lembro aqui, a título de exemplo, o padre Manuel José de Ávila (1851-1923), faialense, que foi reputado meteorologista.

Sim, devemos muito ao clero, e logo desde os primórdios do povoamento: primeiro com os frades franciscanos e carmelitas e, mais tarde, com os jesuítas e capuchinhos que, para além da instrução e da religião, nos deixaram outras marcas; por exemplo, com eles aprendemos os segredos de como produzir o bom vinho, as boas angelicas e as boas aguardentes – o que é também uma outra forma de cultura. Tal como ficamos a dever às freiras a nossa melhor doçaria conventual.

A religião católica impôs aos açorianos o pecado e a vergonha e, para o bem e para o mal, ensinou-os a amar o próximo, a ajudar os outros, a ser complacentes, compassivos e misericordiosos. Foram educados na honra, no crédito, no respeito pelas autoridades. Aprenderam a ser francos, hospitaleiros, laboriosos, fortes e resolutos. E isto deixou inevitavelmente marcas em nós, nestas ilhas nascidos. Proibiram-nos de ser egoístas, logo o outro tem peso, não nos é indiferente. Até porque vivemos em sociedades pequenas, o que permite um maior conhecimento e uma ligação mais próxima entre as populações.

#### **IV. Uma criatividade popular açoriana**

Um estudo, mais ou menos atento do Romancelheiro, do Cancioneiro, do Adagiário e da Fraseologia dos Açores, levar-nos-á a concluir que mais do que uma cultura açoriana, existe uma criatividade popular açoriana.

De todas as partes do território nacional, logo a seguir a Trás-os-Montes, tem sido nos Açores onde melhores e mais abundantes recolhas de temas romancísticos têm sido efectuadas. Isto só pode significar que oralidade e arcaísmo sempre foram duas características fundamentais da cultura insular. E porquê? Porque os Açores, desde o século XV, constituíram sempre território (ultra)periférico relativamente ao Continente português, à Europa e às Américas; ou seja estas ilhas foram sempre um espaço fechado e, como tal, não muito permeável a influências linguísticas exteriores. Resultado: este fechamento das ilhas e este secular isolamento físico foram fatores determinantes no sentido de, nestas ilhas, se armazenar e preservar a expressão portuguesa mais pura, mais autêntica e mais genuína.

Com efeito, muita da linguagem popular dos Açores é um exemplo da expressão arcaica, quer nos termos utilizados, quer na fonia dominante, pois não é difícil encontrar, nos falares açorianos, palavra e expressões muito próximas da escrita dos nossos cronistas de Quinhentos. E posso aqui dar uma achega. Conheço uma idosa da ilha Graciosa que ainda hoje diz *tôdolos* e *tôdolas*, em vez de *todos* e *todas*, à boa maneira das crónicas de Fernão Lopes.

Esta criatividade popular açoriana está também patente na diversidade das variantes dialectais dos Açores, sendo que em todas as ilhas há um traço comum: a preservação da estrutura arcaica. Os povoadores, vindos do norte, centro e sul de Portugal, ao fixarem-se em diferentes ilhas, deram origem a diferentes sotaques, havendo a considerar este dado inapelável: as pronúncias dos Açores variam não só de ilha para ilha, como também, dentro de cada ilha, de freguesia para freguesia e de lugar para lugar. Há mais de 30 anos que me dedico ao estudo deste fenómeno linguístico e, a título de exemplo, posso aqui referir que, só na ilha do Pico, já recolhi 47 variantes dialectais.

## V. Tradição literária

Os Açores são, hoje, um espaço de criação, de cultura, de ciência e biodiversidade. A Geografia tornou o açoriano sentimental, contemplativo e místico. Daí resulta uma particularidade que o caracteriza e que se prende com uma manifesta necessidade de comunicação e expressão.

Do imaginário açoriano resulta toda uma literatura que surge integrada em movimentos culturais, sobretudo no século XIX, numa altura em que uma miríade de jornais, gazetas e folhas volantes, veiculando as

novas ideias liberais e anti-absolutistas, criaram uma verdadeira imprensa de opinião, funcionando como núcleos aglutinadores e motivadores de ação individual e colectiva.

A literatura de expressão açoriana vai muito para além de Antero de Quental, Teófilo Braga, Roberto de Mesquita, Manuel Garcia Monteiro, Florêncio Terra, Armando Côrtes-Rodrigues, Vitorino Nemésio, Natália Correia, Pedro da Silveira ou Dias de Melo. Eu próprio elaborei uma lista com mais de 500 autores que, hoje, escrevem Açores nas áreas da poesia e ficção narrativa<sup>5</sup>. Avanço aqui apenas com alguns nomes com obra consistente: Álamo Oliveira, Almeida Firmino, Borges Martins, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Eduardo Bettencourt Pinto, Eduíno de Jesus, Emanuel Félix, Emanuel Jorge Botelho, João de Melo, José Martins Garcia, Manuel Ferreira, Maria Luísa Soares, Urbano Bettencourt, Vasco Pereira da Costa, entre outros. Recorde-se que, na diarística e na crónica, temos dois autores que ombreiam com o que de melhor existe a nível nacional: Fernando Aires e Onésimo Teotónio Almeida, respectivamente.

## VI. Tradição musical

É grande a riqueza do Cancioneiro dos Açores, que, como atrás referido, resulta da melhor poesia trovadoresca que chega a estas ilhas com os primeiros povoadores. Tal Cancioneiro é inseparável e indissociável do Cancioneiro Nacional, mas por efeitos de vivências e realidades muito específicas, acabaria por sofrer os inevitáveis fenómenos da adopção, adaptação, alteração e da criação local. Esta diferenciação está bem patente, por exemplo, na qualidade e na diversidade da música tradicional dos Açores – música que se poderá caracterizar, *lato sensu*, por possuir mais melodia e harmonia e menos energia rítmica, marca da dolência nostálgica da alma açoriana.

Importa perceber que a riqueza (melódica, harmónica e rítmica) da música tradicional dos Açores reside precisamente na sua qualidade e diversidade. Para além de uma matriz marcadamente portuguesa, a música açoriana denota influências várias e variadas: espanhola (pela declinação chamada cadência frígia da «Charamba», «Meu Bem», «O Bravo» e «O Sol», da ilha Terceira, e a que não são alheios os 60 anos de ocupação filipina), brasileira («Saudade»), africana («Bela Aurora»), flamenga («As Vacas», do

---

<sup>5</sup> DORES, V. R. «Tanta gente a escrever Açores», *Açoriano Oriental*, 7 de Nov. de 2007.



Faial e Pico), americana («Santiana», da ilha das Flores) e hispano-árabe (as toadas dos Foliões açorianos, cantadas de forma monótona e arrastada).<sup>6</sup>

Com efeito, estas ilhas são um espaço de criação musical, até porque o açoriano se habituou a seguir o ritmo cadenciado das ondas e foi embaçado pela música das marés. Tal experiência de alguma forma explica o facto de o povo açoriano ser bastante musical, já que dados oficiais confirmam que 15% da população açoriana canta e toca música em público e para o público. Esta situação fica a dever-se àquelas que são as duas grandes escolas de formação musical nos Açores: em primeiro lugar, e seguindo a cronologia, temos os grupos corais (as «capelas», na designação popular) e, por outro, as 102 filarmónicas presentemente em actividade e assim distribuídas geograficamente: Corvo, 1; Flores, 1; Faial, 8; Pico, 13; S. Jorge, 15; Graciosa, 4; Terceira, 23; S. Miguel, 35; Santa Maria, 1.<sup>7</sup>

A música pede dança e, nos dias que correm, temos no arquipélago 68 grupos folclóricos: Santa Maria, 1; São Miguel, 24; Terceira, 16; Graciosa, 2; São Jorge, 2; Pico, 12; Faial, 5; Flores, 4; Corvo, 1.

No que ao teatro diz respeito, existem atualmente nos Açores 43 grupos amadores, sendo que a ilha Terceira regista, por via das suas Danças de Entrudo (os aclamados «Bailinhos»), a maior manifestação de teatro popular em Portugal.

Mas não nos ficamos por aqui. Existem, nas ilhas açorianas, quatro Academias Musicais, três Conservatórios (dois dos quais agora com a designação de Ensino Artístico Integrado) e um número indeterminado de agrupamentos musicais, que vai dos grupos de cantares às tunas, dos ranchos de matança, de Reis e de Natal aos grupos musicais de baile de salão.

É óbvio que, nesta matéria, a quantidade nem sempre rima com qualidade, mas convenhamos que temos, nestas ilhas, muita gente a cantar, a tocar, a bailar e a representar.

Tudo isto me leva a concluir que teremos atualmente nos Açores a maior concentração de músicos e cantores por km<sup>2</sup> a nível nacional. E dou aqui apenas o exemplo das nossas filarmónicas. Em Portugal Continental, para uma população de 10,6 milhões de habitantes, existem cerca de 700 filarmónicas. Pois bem. Nos Açores, para uma população que hoje não atinge os 245.000 habitantes, temos as já referidas 102 filarmónicas que, na sua maioria, são centenárias.

<sup>6</sup> DIAS, F. J. (tenente), *Cantigas do Povo dos Açores*, Angra do Heroísmo, I.A.C., 1981.

<sup>7</sup> DÓRES, V. R. «Filarmónicas – um património a preservar», *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 2009.

Por conseguinte, o açoriano é portador de cultura, fazedor de cultura e, em tempo de globalização e massificação, será no plano cultural onde poderemos continuar a marcar a diferença.

## VII. Brevíssima perspectiva futura

Os Açores possuem um dos mais ricos ecossistemas do mundo, o que significa um capital que não deverá ser desperdiçado. Estas ilhas são um apetecido e apetecível destino de natureza e, por conseguinte, interessa promover e defender um (eco)turismo, sustentável e de qualidade, que traz benefícios nos sectores dos transportes, hotelaria, restauração e dinamização do comércio local.

Mas, na minha opinião, o futuro dos Açores não passa apenas pelo turismo, agro-pecuária e agricultura biológica, esta última já praticada entre nós. O futuro estará necessariamente ligado à biodiversidade e à geodiversidade. E também às energias renováveis (a geotérmica e a eólica), às telecomunicações (a instalação de estações de rastreio de satélites é já uma realidade nas ilhas de Santa Maria e Graciosa), à biotecnologia...

Termino com uma brevíssima história que nos alerta para os perigos de uma possível massificação turística dos Açores.

O falecido Ti Pedro Cepo, ancião da ilha do Corvo, deu, em 1997, uma entrevista a um jornalista lisboeta que, para o efeito, se deslocou propositalmente àquela ilha. Terminada a entrevista, o Ti Pedro Cepo virou-se para o jornalista e disse-lhe, em *off*:

– O senhor agora não vá para o seu jornal dizer mal da gente. Mas também não diga muito bem, porque a gente gosta muito de estar aqui sossegados...

Aprendamos com a sabedoria do Ti Pedro Cepo. E sejamos universais a partir destas ilhas.





## CONDIÇÃO DE ILHÉU

VERA DUARTE

A ilha é um universo cosmogónico que sempre me habitou. Paradoxalmente eu também sempre habitei a ilha. Desde São Vicente com a sua baía deslumbrante, aberta ao mundo, abraçada pela marginal e eternamente vigiada pelo Monte Cara, a Santiago berço da nação, depositária da ancestralidade e também possuidora de uma portentosa marginal, passando por Santo Antão rebelde, a sábia São Nicolau, Sal de praias paradisíacas, as salinas do Maio, Brava de belas flores, a turística Boavista e Fogo do vulcão incandescente.

Sou filha destas ilhas e por todas elas passei por tempos mais ou menos longos. Por isso já descrevi assim São Vicente, a ilha onde o meu umbigo se perdeu:

«O Porto Grande de São Vicente foi o berço incontestável de uma aventura magnífica que deu notoriedade a estas dez pequenas ilhas espalhadas pelo oceano Atlântico.

Elevada à categoria de vila e sede de concelho por alvará régio de 23 de Agosto de 1774, São Vicente ficou à espera de descobrir a sua vocação de porto de escala nas viagens entre o norte das Europas e o sul das Américas, para se revelar a si e ao mundo. Primeiro de forma incipiente, mas logo em seguida de forma clamorosa, a baía do Mindelo ostentou a sua vocação de porto de chegada e de partida.

E foi em 1851 que o vapor TAVIOT proveniente de Londres e com destino a Argentina chegou ao Porto Grande. Começava assim a grande aventura que tornaria este porto e a sua cidade do Mindelo no ponto nevrálgico do desenvolvimento do arquipélago. Nessa altura São Vicente tinha uma população de duas mil e cem almas sendo cem escravizadas.

Em 1888 regista-se a passagem por Mindelo de 169.440 passageiros, sobretudo italianos, o que demonstra a vitalidade do seu porto grande. A São Vicente passaram então a convergir os trabalhadores das ilhas rurais de Santo Antão e São Nicolau, fugindo dos maus anos agrícolas. E a volta do Porto Grande consolidou-se a vocação de São Vicente como ilha urbana.

Mindelo, a cidade talássica, tornou-se assim na cidade porto por excelência, na cidade luz, na cidade das oportunidades.

Quotidianamente aportavam a Mindelo os ingleses do carvão do *Miller's and Corys*, os italianos da Marconi e do Italcable, os portugueses da tropa colonial, os japoneses da pesca do atum, os senegaleses e nigerianos que vendiam peças de artesanato pelas ruas da cidade, toda a casta de gente, europeus, asiáticos, africanos e americanos.

Ao longo de um passeio pela Avenida Marginal, ainda hoje podem ouvir-se os passantes a falarem inglês, francês, coreano, wolof e por aí vai.

Foi este o chão em que nasci. Filha de Santo Antão e São Nicolau numa ilha que quase não conheceu a escravatura, pois foi povoada já no finalzinho dessa era de triste memória. Numa ilha não de camponeses apreensivos e angustiados à espera de chuva, mas sim de trabalhadores seguros de receberem o seu salário no final da semana ou do mês. Numa ilha em que sempre floresceram as tocatinas e as serenatas e que foi berço de vários movimentos literários com especial destaque para o movimento *Claridoso*. Berço também de compositores e cantores como B. Leza e Cesária Évora».

Esta é a ilha em que nasci. Mas como a maioria dos habitantes de São Vicente do século XX, a minha mãe vinha de Santo Antão. A esta ilha, por onde desfilou o sangue dos meus antepassados oriundos da Europa, chamo de terra *mater* e assim a descrevo:

«A viagem de São Vicente para Santo Antão durava horas, com o mar fustigando de forma inclemente a frágil embarcação que se dava pelo nome de Gavião dos Mares. Mas só quando fundeávamos ao largo do Paul, é que se via que a viagem, afinal, tinha sido boa.

Tudo porque nos aguardava o espetáculo mais insólito que me foi dado viver em criança. Assim que fundeávamos, pequenos botes, conduzidos a remo por possantes homens do mar, encostavam-se ao maltratado casco do Gavião e mediante uma escada de corda, lá íamos descendo completamente trôpegos, mulheres, crianças, homens e mercadorias, para as pequenas embarcações que pareciam autênticas cascas de nozes a boiar num mar azul-escuro, denso e revoltoso.

Mal instalados nos botes, molhados por ondas alterosas, entre «ais» e «uis», lá conseguíamos chegar ao cais de pedra do Passo. Parecia que tínhamos chegado à boca do inferno e nada podia fazer-nos acreditar que escaparíamos da fúria do mar batendo no cais.

É que uma vez o bote amarrado ao cais, os homens do remo iam ajudando os passageiros a saltarem para a terra, isso quando eles literalmente não nos atiravam para os braços robustos dos homens que nos recolhiam no cais.

A viagem de regresso era mais pavorosa, pois às pessoas juntavam-se os animais (cabras, porcos, galinhas) que iam enriquecer os mercados do Mindelo. O vômito e os choros das crianças rolavam soltos pelo convés e a cada onda mais violenta eram invocados os nomes da virgem Maria e do nosso senhor Jesus Cristo para nos ajudarem naquela travessia mais que dificultosa.

Esta autêntica via-sacra repetia-se ano após ano, durante as férias escolares que começavam em julho e terminavam em setembro.

Mas por aí se quedavam as nossas angústias, pois desde o primeiro instante em que pisávamos terra firme a alegria mais radiosa e ruidosa tomava conta de nós.

A partir daquele momento iríamos desfrutar da enorme liberdade que só o campo proporciona e só as crianças conseguem gozar.

Começava mesmo ali pertinho na propriedade da tia Mariazinha, que tinha o trapiche mais emblemático e mais cheio de estórias da ilha.

Aí *trapichava* o boi Napoleão, para nós o símbolo de *Blimundo*, pois era forte, negro e de olhar ternurento. Soube depois que *trapichou* por vinte e cinco anos, um recorde nunca atingido por nenhum outro boi.

A seguir à propriedade da tia Mariazinha, vinha a boniteza da casa e da propriedade do tio Júlio, que era administrador do Concelho; lá comíamos bolos sofisticados e bebíamos limonadas frescas saídas de um enorme frigorífico a petróleo; finalmente, chegávamos a Fornalha, o lugar mais lindo que já vi. Atravessávamos a ribeira verdadeiramente de águas cantantes nas bananeiras, passávamos pelas levadas para chegar ao pátio imenso onde imperava um magnífico e secular pé de fruta-pão, para nos entregarmos à ternura da minha linda e meiga mãe Gugú e do austero, mas simpático, pá Jansen.

A partir daí eram só delícias: ir pelo canavial adentro chupar cana, comer mangas debaixo das mangueiras, subir aos pés de araçá e de goiaba, furtar a deliciosa e preciosa banana prata ou então ir aos *galpões* beber calda de cana que fermentava em barris enormes. Isto para além de tudo o resto, saltar os *plares*, nadar nos tanques e ribeiras, apanhar

camarões e *fidalgas* que assávamos na brasa e aí ao cair da noite ouvir as assombrosas estórias de *gongons*, *capotonas*, *canelinhas* e das bruxas que anualmente se reuniam no Curral da Russa, lá nos confins de Lagoa. A ilha era ainda os longos passeios de várias horas entre mulas e cavalos, as deslocações a Povoação e à Ponta do Sol verdadeiramente deslumbrante, o calor abrasador de Porto Novo, tudo misturado com as muitas brincadeiras e traquinices que eu e meus irmãos juntos com uma data de primos fazíamos ao longo das férias.

Santo Antão é a terra da minha mãe e de toda a minha família materna. Lá aprendi a admirar a natureza e a ela dedico o meu amor mais arraigado e profundo».

Também como a maioria dos meus conterrâneos, o meu pai vinha de São Nicolau. Esta é portanto a minha ilha *pater*, por onde passaram os meus ascendentes vindos do continente africano e assim externo os meus sentimentos em relação a ela:

«O fascínio mais conhecido vem-lhe de ser o berço da intelectualidade cabo-verdiana. Mas o verdadeiro fascínio reside no anoitecer sereno na vila da Ribeira Brava, a famosa *Stantcha* cercada por montanhas que lhe dão um ar misterioso de cidadezinha medieval.

Já foi uma ilha verde e nos seus portos também ancoraram navios piratas em busca das suas riquezas. O Seminário Liceu de São Nicolau, datado do século XIX, foi o foco incontestável de onde saíram homens que ajudaram a transformar o futuro das ilhas.

Nos tempos idos da minha infância, adorava tomar banho no *tantchon*, um grande tanque da propriedade do primo Hermano, médico conceituado casado com a prima Aninhas, uma beleza que, reza a história, ele roubou da casa dos seus pais na ilha da Brava e a quem ofereceu o mais belo poema de amor de *nhô* Eugénio: *Ca tem nada nes' bida mas grande qui amor*.

O tanque ficava perdido no meio de um imenso canavial e fazia as delícias das nossas férias escolares, para onde também íamos por ser a terra do nosso pai.

Quando anos mais tarde a seca veio, o matagal desapareceu, o tanque seco e degradado assemelhava-se a uma desdentada carnadura numa terra reduzida a pó.

Hoje é diferente. A ilha alindou, enverdeceu de novo e até Queimadas, onde está o umbigo do meu pai, já possui estrada de penetração. É verdade que aos espaços verdes sucedem-se extensas terras não cultivadas, mas a impressão que fica é que o verde está a ganhar terreno.

E uma subida ao parque natural do Monte Gordo justifica tudo, pois é absolutamente ímpar a paisagem que do pico mais alto se desfruta: por um autêntico passe de mágica as ilhas todas, de Santo Antão a Brava, se oferecem aos nossos olhos deslumbrados, dispersas num mar magnífico azul e denso. Apetece dizer: Deus existe.

De Queimadas o meu pai foi para a ilha do Sal, o natural prolongamento urbano da ilha rural de São Nicolau. Levou consigo uma vontade férrea de vencer e um gosto inextinguível pela música. Fez-se marceneiro, esculpiu santinhos em pedaços de talisca e com sorte e perseverança tornou-se um dos primeiros comerciantes da ilha.

Foi tão bem sucedido que do Sal partiu à conquista de São Vicente onde definitivamente se fixou e onde eu vim a nascer.

De São Nicolau vem-me com certeza esta inquietação cultural que, sem desfalecer me acompanha cada dia da minha vida».

E como vivo em Santiago desde tempos imemoriais e sobretudo daqueles de que guardo a memória recente, esta é sem dúvida a minha casa transitiva.

Na minha narrativa assim a vejo:

«Santiago a primeira ilha onde os navegadores aportaram, a ilha que abriga a cidade do mais antigo nome, a Cidade Velha, berço da nacionalidade. Foi pensando nela que António Nunes nos ofereceu um dos mais belos poemas do nosso património cultural: “Sonho que um dia estas leiras de terras quer sejam Mato Engenho Dacabalaio ou Santana filhos do nosso esforço frutos do nosso suor serão nossas.”».

Cumpriram-se os versos premonitórios. Hoje Cabo Verde é um país independente e Praia, a sua orgulhosa capital. E é nesta ilha de Santiago, sem limites e sem fronteiras, que convergem os povos das ilhas, os emigrantes africanos e os expatriados dos quatro cantos do planeta.

Praia, a capital que cresceu desordenadamente por bairros clandestinos e pomposas zonas residenciais, humaniza-se e embeleza-se. Hoje ela é palco central da política e da economia do país.

E para nós, os habitantes da cidade, que já levamos mais tempo de Praia do que nas nossas ilhas de origem, é curioso notar como da desordem que sucedeu à estagnada ordem inicial, uma nova ordem se está construindo mais aberta, mais humana e mais equitável.

Praia, cidade de todos, está se tornando cidade para todos.

Mas Santiago não é só Praia. Ela se estende, como disse o poeta, de Mato Engenho a Santana; estende-se pelo planalto interior e demanda



Santa Catarina das revoltas de *Rubon Manel*; sobe pela Serra da Malagueta para se espriar pelo Tarrafal de memórias de resistência; desce para a Cidade Velha, lembrando o vergonhoso tráfico de homens e mulheres escravizados; e sobe pelo vale verdejante de São Jorge dos Órgãos, lembrando coloridas festas religiosas.

Esta é a Santiago em que vivemos. Uma ilha que guarda em si a memória de quando o primeiro navegador, descendo do seu escaler, pisou terra firme e se projeta desassombadamente para um terceiro milénio feito de barragens e correção torrencial, de PDM's e casas para todos, de energias renováveis e programas *mundu novu*.

E nos ares sempre o som do batuque, tabanca e funaná hoje acompanhados da morna e coladeira, os afro-djazzs e todos os sons que a modernidade e a abertura nos vêm oferecendo.

À sombra de uma mangueira e ao som de uma ribeira de águas límpidas, aqui construí a minha casa transitiva.

Estas as raízes que fazem de mim um produto das ilhas.

Mas foi da janela da minha casa que aprendi a olhar para os horizontes infinitos e foi do cais acostável, destino inevitável dos passeios dos domingos da minha infância, que um dia parti para o mundo, sem nunca deixar o meu banquinho na Avenida Marginal plantado.

Em todas as ilhas me delicieei com a paisagem sempre bela e majestosa do mar ora de um azul celeste a confundir-se com o céu d'anil ora de um azul denso e profundo trazendo lembranças das estórias trágico-marítimas.

Mas sempre mar, sempre céu a servir-nos de chão e teto, a embalar nossos sonhos, desde o ventre materno até ao baixar à terra.

Por isso venho auscultando em mim, perplexa e incrédula, um sentimento que há já algum tempo, sorrateiramente, começou a habitar-me e de que eu me fiz de desentendida.

Mas que pouco a pouco e cada vez com mais força vem se impondo ao longo dos meus dias: saudades do continente e de amplas paisagens sem mar por perto; de estradas infindáveis que vão dar a lugar nenhum, mas jamais a uma súbita costa feita de falésias curiosas ou praias a espraíarem-se mar adentro. É aquilo que o povo chama de saudades de terra longe e os poetas recriam nas suas diversas Pasárgadas.

Eu venho sentindo como que uma subtil saudade do futuro.

E pouco a pouco, por intuição e reflexões, tenho vindo a construir uma teoria sobre os ilhéus que, como nós cabo-verdianos, vêm de uma ancestralidade continental: a saudade do continente está ínsita na condição de ilhéu.

Senão vejamos:

Os caboverdianos descendem do cruzamento verificado nestas ilhas, forçado, sem dúvida, entre gente vinda das europas e gente vinda das áfrias. Como tão impressivamente diz Luíz Silva «Cabo Verde nasce do cruzamento de exílios, resultantes de deportações e escravatura». Aqui todos passaram a viver, num ecossistema em tudo diferente e hostil daquele donde provinham, experimentando enormes dificuldades o que gerou a necessidade de se apoiarem mutuamente para escaparem às difíceis condições existentes e para não parecerem.

Descobertas desabitadas e desertas em 1460 por navegadores europeus (António da Noli e Diogo Gomes) ao serviço d'El rei de Portugal D. Afonso V, as ilhas, devido à sua excelente localização geoestratégica, começaram logo a ser povoadas. Duas cartas fundadoras iriam determinar a configuração da sociedade escravocrata que se formou no arquipélago. A carta régia de 12 de junho de 1466 dando privilégios para habitar e que, segundo Iva Cabral, «pelos privilégios que concedia atraiu os brancos a arriscar-se a viver por tempo indeterminado nos trópicos». E a carta de 8 de fevereiro de 1472 que obrigava a povoar e produzir e na perspectiva da autora citada «conduziu a fixação dos africanos e a criação da primeira sociedade escravocrata de produção no atlântico».

Desde então e devido à sua formidável localização estratégica entre o norte das Europas e o sul das Américas, as ilhas de Cabo Verde passaram a desempenhar uma notável condição de entreposto para o abastecimento e a querenagem dos navios que vinham da Europa para a América e vice-versa e de placa giratória de compra, venda e ladinização de homens e mulheres que na condição de escravizados, foram trazidos do continente africano.

Por conta disso as ilhas ganharam rapidamente fama e notoriedade sendo que por elas passaram os grandes navegadores e piratas do século XV e XVI. Acredito mesmo que elas tiveram ainda mais relevância da que normalmente se lhes atribui. E a minha convicção funda-se no facto de que o segundo *globo mundi* que foi construído e retrata o mundo conhecido no século XVII representa, erroneamente, é claro, *a insulla de Capo Verde e o mare de Capo Verde*, com uma grande dimensão, maior mesmo que todo o continente africano a que pertence.

Já Cristovão Colombo tinha estado pelo menos na ilha de Santiago e muito provavelmente na de Boavista onde a praia de «João Criston» deve-lhe o nome. Colombo viajava sempre acompanhado do irmão que desenhava mapas e isso talvez explique a existência no globo supracitado no Museo Dell'Accademia Etrusca – Cortona em Itália, que visitei.

Mas a verdade é que as ilhas tiveram uma grande projeção nos séculos XV e XVI e muitas embarcações por aqui passaram, pela rota traçada ou por força de tempestades e «enganos». Muitos ocupantes dessas embarcações foram ficando, além dos que para aqui foram trazidos. E na reduzida dimensão destas ilhas passaram a viver e a se reproduzir. Mas a ancestralidade nunca deixou de ser continental.

Por isso também quase desde o início do povoamento destas ilhas se começou a verificar um movimento de diáspora em direção aos continentes, sendo hoje grandes as colónias cabo-verdianas nos continentes europeu, africano e americano.

E é esse o sentimento que vem crescendo em mim: saudades do futuro continental que seria o meu se os meus antepassados não tivessem deixado seus continentes de origem para se fixarem e povoar estas ilhas africanas.

Se tivessem permanecido nos seus continentes de origem eu viveria num continente. Esse seria o meu futuro que deixou de o ser a partir do momento em que, livres ou escravizados, os meus antepassados se lançaram ou se viram forçados a participar na aventura de construir um mundo novo, de mestiçagem, nas ilhas crioulas de Cabo Verde.

E essa subtil saudade do futuro vem-se acentuando à medida que o fulgor realizador da juventude cede o passo à maturidade das reflexões, à medida que o exigente quotidiano de construção de um país novo, afirmação profissional, criação da família, cuidado dos filhos e intenso ativismo social cede o passo a momentos de observação, de recolhimento, de introspeção, ao culto das memórias e acarinhar dos netos.

Sinto uma saudade fina do futuro que deixou de ser meu.

E quero partir para espaços continentais onde não haja sempre o mar a encerrar-nos na sua prisão.

Eu que sempre vi o mar como uma estrada para todos os rumos hoje vejo nele o obstáculo a ultrapassar para atingir outras paragens mais desejadas.

E acredito agora que, paradoxalmente, a dimensão continental está insita na condição de ilhéu. Pois se é verdade que quero partir para a aventura continental também é verdade que nunca o faria se não fosse na perspectiva do regresso.

É essa certeza de retorno às ilhas que torna a viagem continental tão apelativa. Aliás aonde eu for a ilha irá comigo pois ela vive em mim.

E compreendo enfim muitos posicionamentos que em algum momento me encheram de perplexidade como sejam os versos lapidários de Eugénio Tavares na *Morna de despedida*:

«Hora de bai,	Se no marrê
Hora de dor,	Na despedida,
Ja'n q'ré	Nhor Des na volta
Pa el ca manchê!	Ta dano bida.
De cada bez	Dicham chorâ
Que 'n ta lembrâ,	Destino de home:
Ma'n q'ré	Es dor
Ficâ 'n marrê!	Que ca tem nome:
Hora de bai,	Dor de crecheu,
Hora de dor!	Dor de sodade
Amor,	De alguem
Dixa'n chorâ!	Que'n q'ré, que q'rem...
Corpo catibo,	Dicham chorâ
Bá bo que é escrabo!	Destino de home,
Ó alma bibo,	Oh Dor
Quem que al lebado?	Que ca tem nome!
Se bem é doce,	Sofrí na vista
Bai é maguado;	Se tem certeza,
Mas, se ca bado,	Morrê na ausencia,
Ca ta birado!	Na bo tristeza!»

Também o binómico dialético que dilacera a alma cabo-verdiana do querer partir e ter que ficar e o querer ficar e ter de partir tão bem plasmada no poema do mar de Jorge Barbosa:

«O Mar!  
 cercando  
 prendendo as nossa Ilhas!  
 Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,  
 Roncando nas areias das nossas praias,  
 Batendo a sua voz de encontro aos montes,  
 baloiçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...

O Mar!  
 pondo rezas nos lábios,  
 deixando nos olhos dos que ficaram  
 a nostalgia resignada de países distantes  
 que chegam até nós nas estampas das ilustrações  
 nas fitas de cinema  
 e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros  
 quando desembarcam para ver a pobreza da terra!

O Mar!

a esperança na carta de longe  
que talvez não chegue mais!

O Mar!

Saudades dos velhos marinheiros contando histórias de tempos passados,  
Histórias da baleia que uma vez virou canoa...  
de bebedeiras, de rixas, de mulheres,  
nos portos estrangeiros...

O Mar!

dentro de nós todos,  
no canto da Morna,\*  
no corpo das raparigas morenas,  
nas coxas ágeis das pretas,  
no desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!

Este convite de toda a hora  
que o Mar nos faz para a evasão!

Este desespero de querer partir  
e ter que ficar!»

Ainda o pasargadismo dos Claridosos e tantos outros escritores que buscam em outras latitudes a total liberdade para extravasamento da sua criatividade magistralmente expresso por Baltasar Lopes no poema *Saudade Fina de Pasárgada*.

«Saudade fina de Pasárgada...

Em Pasárgada eu saberia

Onde é que Deus tinha depositado

O meu destino...

E na altura em que tudo morre...

(cavalinhos de Nosso Senhor correm no céu;

a vizinha acalenta o sono do filho rezingão;

Tói Mulato foge a bordo de um vapor;

O comerciante tirou a menina de casa;

Os mocinhos de minha rua cantam

Indo eu, indo eu,

A caminho de Vizeu...)

Na hora em que tudo morre,

Essa saudade fina de Pasárgada

É um veneno gostoso dentro do meu coração».

A fuga para o estrangeiro dos nacionalistas que o poeta Gabriel Mariano nos relata no seu poema *Carta de longe*:

«Carta de longe lembrando  
a dispersão dolorosa.  
Carta de Boston América  
de Jorge Pedro Barbosa  
Eram quarenta e só quatro  
Em Cabo Verde ficaram.  
Tinha Brasil Argentina  
tinha Dakar-Senegal.  
América vinha primeiro  
já nos obscuros caminhos.  
Já nos obscuros caminhos  
da encruzilhada inicial  
Já insinuando por perto  
Brasil Dakar-Senegal.  
Tinha Guiné Moçambique  
Angola veio e depois  
Macau Timor Venezuela  
Goa Brasil São Tomé  
e dos quarenta só quatro  
Em Cabo Verde ficaram;  
Caminhos brandos para quem  
os pés já sangram doridos  
ainda os meninos os pés  
os pés já sangram doridos.  
Ô meus destinos inquietos  
no inquieto mapa do mundo,  
Eram quarenta e só quatro  
Em Cabo Verde ficaram».

Luíz Silva fala-nos da busca constante das terras da emigração para ganhar a vida, para ganhar a liberdade, para ganhar a dignidade, para ganhar o pão, conforme retrata no seu texto *Os exílios na literatura cabo-verdiana* «Os caboverdianos assumem a responsabilidade de organizar as suas próprias viagens, construindo os seus barcos, formando os seus capitães e marinheiros, o que traduz desde já o desejo de autonomia dos caboverdianos. Já o facto de partir constituía um acto de libertação».

É verdade!

Sou a mais impenitente habitante da ilha pois ela vive em mim desde o momento em que divisei o mar e o céu da janela do meu quarto, quando ainda nem sabia que existia.

Desde então eu sou esse complexo líquido e azul, que me circula nas veias, me habita a alma e cadencia os passos.

Por isso posso demandar os continentes e saciar essa finíssima saudade do futuro que me atormenta.

A ilha irá sempre comigo pois essa é fundamental condição de ilhéu: ser ilha cercada de mar ainda que no continente.

Transportarei comigo a ansiedade que me espreita a alma, o marulhar do mar, a noite de eterna lua cheia e as sombras fantasmagóricas das montanhas que a noite projeta no coração dos meninos e lhes fazem dormir abraçados à mãe, com medo que os *gongons* lhes venham beber o sangue.

Mas, juro, partirei para o continente em busca do eco distante da minha ancestralidade que ficou aprisionada entre um navio negreiro e o espanto aliviado do navegador pisando terra firme, após inumeráveis dias e noites ao sabor das ondas de um mar nem sempre amigável.

E é assim que me sinto plenamente ilhéu.



## O MITO E O CONTRAMITO DAS ILHAS NA CULTURA UNIVERSAL E EM CABO-VERDE

WŁODZIMIERZ J. SZYMANIAK\*

### **Mitografias universais**

Os mitos universais, embora geralmente coincidam na parte axiológica, não se manifestam sempre da mesma maneira. A confrontação da realização do mito nos cenários diferentes, abre uma série de problemas de natureza semântica, histórica, axiológica e estética. As ilhas atlânticas, que não são muitas, constituem ainda um espaço pouco conhecido em termos históricos e culturais. Na nossa aproximação às ilhas não devemos esquecer que antigamente a navegação no Atlântico era difícil (grandes distâncias, mar aberto e imprevisível, poucas ilhas), além de os instrumentos de navegação serem imperfeitos, e embarcações frágeis. O cenário ficava ainda mais assustador se tomarmos em conta que os ventos dificultavam a navegação para o norte durante a viagem de retorno do navegador, mas ao mesmo tempo o perigo fomentava a imaginação. Como exemplo podemos indicar a metáfora retida pela língua crioula de Cabo Verde no verbo *norostia*<sup>1</sup>, («demorar», «perder tempo») que invoca dificuldades de navegação para noroeste. Se tomarmos ainda em conta a grande dimensão do oceano Atlântico, a isotropia e a inexatidão dos mapas, as ilhas surgiam, quase automaticamente, como espaços privilegiados por excelência, correspondendo ao arquétipo do paraíso terrestre, que existe, mas só pode ser alcançado por alguns que dessem provas de coragem. O mito das ilhas, sempre misteriosas, fascinou muitos escritores e parece que foi particularmente produtivo no século XIX. Como exemplo pode-

---

Desenho: *Cidade Velha, Santiago*.

\* Universidade Jean Piaget. Membro da Academia de Ciências e Humanidades de Cabo Verde.

<sup>1</sup> de português *norostear*.



mos citar *A Ilha do Tesouro* de Robert Louis Stevenson, cujo cenário mais provável se aproxima à ilha Roume<sup>2</sup>. Outro exemplo notável são poemas de Charles Baudelaire. O poeta francês é particularmente interessante devido à riqueza do mundo simbólico e algumas analogias com a estética crioula. Sem dúvida o fascínio de Baudelaire pelo mundo insular deve-se à viagem até ao Oceano Índico, com passagem por Cabo Verde, realizada em 1841. Nos textos dele encontramos não tanto o fascínio do europeu pelo exótico misterioso, mas antes de tudo uma inquietude e predileção pelas metáforas inesperadas. Como exemplo da realização poética do mito das ilhas, podemos citar poemas de Charles Baudelaire tais como *A uma dama creoula* ou o *Perfume exótico*.

Vejamos exemplos

«A uma dama creoula<sup>3</sup>

No país perfumado, a um sol de fogo e pena,  
 Conheci sob dossel de árvores purpurado,  
 E de palmas de onde o ócio ao nosso olhar acena,  
 Uma dama creoula de encanto ignorado».

O soneto, cujo início apresentamos, caracteriza-se por uma certa ingenuidade formal, mas penso que no caso de Baudelaire podemos arriscar a hipótese que o poeta queria aproximar-se à maneira local de expressão. Também as mornas cabo-verdianas se caracterizam por uma certa ingenuidade temática e formal. E como observou Claude Delarue, para Baudelaire «toutes les femmes sont créoles, c'est-à-dire «étrangères», à la fois d'ici et d'autre part; davantage encore quand [...] elles sont nées sur une île»<sup>4</sup>. (Delarue, 1997, p. 86).

Outro exemplo:

«Perfume exótico<sup>5</sup>

Um éden terreal, uma indolente ilha  
 Com plantas tropicais e frutos saborosos;  
 Onde há homens gentis, fortes e vigorosos,  
 E mulheres cujo olhar honesto maravilha».

Nos fragmentos citados vemos claramente a imagem mitificada da ilha exótica, fascinante para o mundo europeu. Mas a aventura crioula de

<sup>2</sup> Atualmente pertencente à Guiné Conacri.

<sup>3</sup> Tradução de Delfim Guimarães.

<sup>4</sup> C. Delarue, *op.cit.* p. 86.

<sup>5</sup> Tradução Delfim Guimarães.

Baudelaire não termina nos poemas imagéticos e prolonga-se através de metáforas inesperadas dos *Épaves*<sup>6</sup> («barcos naufragados») que rompem definitivamente com o mito do retorno feliz. Em Cabo Verde encontramos a partilha da mesma estética, incluindo metáforas semelhantes, na poesia de B. Leza<sup>7</sup>, poeta e músico cabo-verdiano que encaixa perfeitamente no arquétipo do *poète maudit*. Nomeadamente, na sua morna *Miss Perfumado*, immortalizada pela Cesária Évora, encontramos ecos da lírica baudelairiana como, por exemplo na estrofe «na sombra di bo odjo magoado»<sup>8</sup>. Não vamos especular aqui se B. Leza, autor de *Flores Murchas*, conhecia as *Flores do Mal* de Baudelaire; preferimos antes pensar que fora o Baudelaire quem, graças às suas viagens, leituras e sensibilidade, ganhara o passaporte para o mundo insular e crioulo. Ou talvez alguma musa lhe tivesse sussurrado palavras de amor em *sa douce langue natale d'un pays parfumé*.



Ilha de Santo Antão

© W. Szymaniak

<sup>6</sup> Fr. *épave* «barco naufragado».

<sup>7</sup> Pseudónimo de Francisco Xavier da Cruz (1905 – 1958) músico e poeta mindelense.

<sup>8</sup> Em português: «Na sombra do teu olho magoado».

## Barroco insular acrioulado

O fascínio do Charles Baudelaire pela sensibilidade crioula parece evidente. Igualmente, interessante é ver as possíveis bases estéticas que o motivam. Assim, examinando a relação de Baudelaire com o mundo insular, observámos facilmente que a predileção pela estética barroca constitui um denominador comum para os dois mundos poéticos. Talvez seja assim porque as ilhas geralmente costumam estar mais ancoradas nalgum passado obscuro, e dificilmente aceitam regras ou normas, de uma metrópole longínqua. O barroco, por seu lado, oferece não só a maior riqueza e exuberância, mas também uma rutura com cânones classicistas. Eventualmente podemos lembrar aqui que o termo *barroco* provavelmente se cristalizou no contexto colonial português. Penso nomeadamente nos trabalhos de Garcia de Orta, médico, naturalista e amigo pessoal de Camões. O Doutor Garcia de Orta, vivia no século XVI, na Índia portuguesa e utilizava o termo *barroco* para designar pérolas de forma irregular (*pérola barroca*). Desde o ponto de vista etimológico, o vocábulo assemelha-se aos raros empréstimos hindis ao latim. A palavra foi rapidamente «expor-



Igreja Matriz na ilha de Maio

© W. Szymaniak

tada» do português para outras línguas indo-europeias. Podemos sublinhar que durante muito tempo o termo *barroco* tinha uma conotação negativa, e com frequência era utilizado como antónimo do *clássico*. Assim, na carta dirigida a bela Emmelina, que inspirara o soneto *A une dame créole*, o jovem poeta declara «je vous forcerais à m'aimer et à me trouver un peu moins *baroque* que je n'en ai l'air» (Baudelaire, 1975, p. 942).

No caso de Cabo Verde facilmente podemos observar alguma predileção pela estética barroca, visível na música, poesia, arquitetura ou até no vestuário e nas joias utilizadas. Se tomarmos o exemplo da arquitetura, basta fazermos uma visita à Igreja Matriz em Porto Inglês na ilha de Maio, que embora construída no fim do século XIX, guarda algumas características de templos barrocos. Os elementos arquitetónicos mais visíveis são os orelhões ou volutas do frontão, que eram características das igrejas dos jesuítas.

Como possível explicação podemos aceitar a hipótese formulada por Leslie Allen (1997, p. 8) que o isolamento das ilhas provoca a prolongação, a extensão do passado sobre o presente.

Facto que explica a vivência estética e histórica do barroco nas ilhas muito além dos seus marcos cronológicos na Europa.

### Mitos de carácter aberto

Obviamente, o mito das ilhas não se realiza exclusivamente na literatura, mas está presente em vários campos da cultura e da vida. A historiografia cabo-verdiana, (por exemplo Senna Barcelos 1892, ou Chelmicki 1841), retoma o mito clássico das Ilhas Afortunadas e das Gorgónidas<sup>9</sup> com alguma reserva, mas conservando o lado aberto do mito (*tertium datur*). Assim, Christiano de Senna Barcelos no livro *Roteiro do Arquipélago de Cabo Verde* (1892, *Introdução*, sp.) fala de uma ilha «que por ali deveria ter existido [...], ou que existia, mas que não era povoada, nem descoberta, da parte do Sul». A observação de Senna Barcelos, que aparece já no início do livro, faz-nos pensar que o ilhéu nunca abandonou a lógica modal, a lógica do terceiro incluído, onde as incertezas ocupam um lugar à frente das evidências. Em consequência, repararemos que o mito das ilhas (felizes) e do mar desafiador já não se atualiza no ilhário<sup>10</sup> de Cabo Verde.

<sup>9</sup> Situadas na tradição clássica ao Sul das ilhas Afortunadas.

<sup>10</sup> Retomamos o conceito de ilhário de acordo com a definição de Faria, M. I. Perição, M. G. (2008, p. 635): «Ilhário – descrição das ilhas de um mar, nação ou continente; mapa em que essas ilhas estão representadas».

## O contramito de ilhas mágicas

Como observou António Correia e Silva, a história de Cabo Verde é «de grande potencialidade ficcional». (Correia e Silva, 1999, p. 109) Confrontando a história de Cabo Verde com a sua imagem na literatura, verificamos que os dois mundos não são impermeáveis, embora não haja uma relação mimética privilegiada entre os acontecimentos históricos relevantes e a imagem deles na literatura.

Contudo, muitas vezes surge o contramito com todas as suas evidências. Como exemplo propomos o poema de Arménio Vieira<sup>11</sup> que incluímos na íntegra:

«Mar! Mar!  
Mar! Mar!  
Quem sentiu mar?  
Não o mar azul  
de caravelas ao largo  
e marinheiros valentes  
Não o mar de todos os ruídos  
de ondas que estalam na praia  
Não o mar salgado  
dos pássaros marinhos  
de conchas  
areias e algas do mar  
Mar!  
Raiva-angústia  
de revolta contida  
Mar!  
Silêncio – espuma  
de lábios sangrados  
e dentes partidos  
Mar!  
do não-repartido  
e do sonho afrontado  
Mar!  
Quem sentiu mar?»

---

<sup>11</sup> SILVA, A. A. V. e (1941) poeta cabo-verdiano, pertenceu ao movimento Seló nos anos sessenta. Em 2009 recebeu o Prémio Camões.

A leitura do poema evidencia claramente a contradição de perspectivas. Enquanto na tradição romântica europeia, até um certo ponto visível em Baudelaire, o mar é um desafio de liberdade, e quando vencido, oferece ao marinheiro valente o paraíso terrestre nas ilhas exóticas. No poema de Arménio Viera encontramos o mar como uma maldição incontornável, e a ilha como uma prisão, um destino fatal, ou uma condena. O sonho é partir, mas o mar constitui a fronteira invencível. O mesmo tópico, também se evidencia na *Canção* de Manuel Serra onde o mar é ainda mais desastroso:

«Ó mar largo carcereiro  
Ó mar largo que rodeias  
As pobres ilhas cadeias  
Que nos isolam do mundo».



Ilha de Santiago, Baía do Inferno

© W. Szymaniak

Posturas parecidas formam um arquétipo na cultura cabo-verdiana, como podemos ver também no poema de Albertino Martins *O mar a nossa dor comum*:

«O mar abraça-te  
E chora contigo  
A tua dor».

Reparemos que até o título enfatiza o mar como «desgraça comum» dos ilhéus que sonham em partir na busca de vida melhor. A desconfiança perante o mar é notória e manifesta-se em várias obras de cultura cabo-verdiana. Como outro exemplo, podemos citar o romance *Ana Désir* de J. Y. Loude: «São Filipe<sup>12</sup> n'attend rien de bon de l'océan, s'est toujours préservée, au sommet d'une orgueilleuse falaise, de tout ce que ses eaux apportaient.» (Loude, 1999, p. 129).

Por outro lado, não é paradoxo que as ilhas, embora aparentemente isoladas, sempre foram ponto de encontro de várias culturas. Geralmente também os navegantes vindos de fora tinham tendência a idealizar, mitificando ou mistificando os arquipélagos longínquos, enquanto os ilhéus enfatizavam o isolamento<sup>13</sup> como maldição. Uma possível confrontação com a obra de Joseph Conrad permite dar-nos conta que o mar pode ser visto como caminho de liberdade, principalmente por aqueles que veem as ilhas como um lugar de passagem, um esconderijo na vida aventureira e cosmopolita. Eventualmente podemos lembrar que Joseph Conrad se destacou na literatura universal por oferecer um contraponto crítico às visões ingênuas de bravos marinheiros ao serviço do império colonial. Para os marinheiros e piratas conradianos o mar é libertação, uma espécie de catarse moral, mas o preço é muito alto. A novela *An Outcast of the Islands* (1896) oferece exemplos de posturas declaradas de forma explícita. Vejamos exemplos: «there's only one place for an honest man. The sea, my boy, the sea!» (part I chapter four). O navegador procura nas ilhas longínquas o paraíso terrestre, mas rara vez vai encontrá-lo. Ao contrário dos protagonistas dos romances de Rudyard Kipling, o homem do mar de Conrad não está encarregue de nenhuma missão civilizadora dos povos colonizados, mais, passando pela aculturação insular, torna-se semelhante aos indígenas: «A man of the sea – even as we are. A true Orang Laut» (part I chapter five). Reparemos que Conrad recorre à língua malaia, idioma insular por excelência, apreciado principalmente pela eufonia e musicalidade da fonética. A palavra *orang laut*, literalmente «homem de mar» refere-se não só aos marinheiros, mas também às comunidades de nómadas insulares que viviam permanentemente em pequenas embarcações. A aceitação pelos indígenas constitui quase uma confirmação da liberdade do marinheiro cosmopolita europeu que utiliza a bandeira de forma completamente instrumental conforme às vantagens do momento. Observamos posturas diametralmente diferentes nos intelectuais cabo-verdianos, cujas inquietudes foram transcritas por

<sup>12</sup> Cidade principal na ilha do Fogo.

<sup>13</sup> As palavras *ilha* e *isolamento* provém da mesma raiz latina *insula*.

Manuel Ferreira. Cito: «livrar-me daquele pesadelo do mar *brabo* e cheio de tubarão» (Ferreira, 1967, p. 71). E enquanto protagonistas de Conrad, navegando pelas ilhas, nem sempre afortunadas, chegavam *ad absurdum* na busca da liberdade, os cabo-verdianos construía a sua identidade distanciando-se dos *indígenas* da África vizinha (cf. Tchernó Djaló e Armindo Ferreira) e separando-se do mar por uma barreira invisível. No caso de marinheiros a *indigenização* não lhes abria portas do paraíso terrestre, e da mesma maneira, a emigração não levava o cabo-verdiano à terra prometida. Reparemos que igualmente no caso de aventureiros (*outcasts* e *outlaws*) de Conrad, e, no caso de emigrantes cabo-verdianos, tão bem retratados por Armindo Ferreira (2015) ou por Teixeira de Sousa (2005) a única certeza era a imprevisibilidade do rumo da vida. É curioso também que os baleeiros cabo-verdianos, conhecidos como primeiro núcleo da emigração cabo-verdiana em New Bedford, nunca chegaram a criar um *ethos* explorado pela literatura. Talvez por estarem muito afastados dos mitos românticos europeus, considerando *ab initio* o embarcadicho não como uma aventura, um desafio, mas antes como uma fuga para vida melhor no outro lado do oceano.

Em Cabo Verde no caso das ilhas de Santiago ou Brava e Fogo o pavor do mar pode ser explicado, em parte, pelos ataques frequentes de



Baía de Santa Maria vista da Achada Grade (Praia- Santiago)



piratas que nos séculos passados constituíam um verdadeiro flagelo. Por isso, algumas cidades insulares, como por exemplo São Filipe na ilha do Fogo, Nova Sintra (ilha Brava) ou Praia (Santiago) parecem estar como de costas voltadas para o oceano, como se quisessem esquecer a sua existência. O caso da cidade da Praia é mais emblemático porque mesmo nos dias de hoje a planificação citadina valoriza pouco a presença do mar na paisagem urbana.

Como exemplo basta citar encostas das numerosas colinas, com vista marítima privilegiada, mas deixadas ao abandono e ocupadas principalmente pelas construções clandestinas. Situação evidente nos promontórios rochosos do bairro Achada Grande, que formando miradouros naturais, oferecem o panorama deslumbrante da baía de Santa Maria (incluindo Farol Maria Pia, ilhéu e o porto). Mesmo assim, e apesar do evidente valor paisagístico, as zonas mencionadas encontram-se no esquecimento quase total. Podemos acrescentar, que no bairro Achada Grande vivem muitos pescadores e paradoxalmente a vista esplêndida parece, de alguma maneira, pretender compensar a ausência de infraestruturas de qualidade. É um dos paradoxos de Cabo Verde porque, por um lado, o pescado constitui a principal fonte de proteínas na dieta cabo-verdiana, mas por outro lado, os pescadores são a camada social mais desfavorecida. O estereótipo do pescador na sociedade assemelha-se a uma pessoa quase marginal, violenta e frequentemente viciada em álcool. Por outro lado, podemos sublinhar que o desprezo do trabalho de pescador não é um problema recente. Já em 1817 Manuel Roiz Lucas de Senna escreveu (edição de António Carreira de 1987, p. 59): «O mar que cerca aquelas ilhas não é escasso em peixe, porém não há pescadores, e por isso que há pouco em proporção de que devia haver se o pescassem». Em relação à pesca os testemunhos que encontrámos quase cem anos depois da dissertação de Manuel Roiz de Senna não apresentam nenhuma evolução positiva do problema. Permito-me citar o colunista do jornal *O Futuro de Cabo Verde* (1914, p. 1): «gente da ilha de S. Thiago mostra a maior repugnância para o mar». O autor do mesmo artigo batalha também pela criação da formação para os pescadores, lamentando que «não existe escola profissional de pesca» (idem). Hoje, em 2015, cem anos após a publicação no *Futuro de Cabo Verde* e quase duzentos anos após a dissertação do Manuel Roiz de Senna reparamos que pouco mudou e pescadores continuam tendo a experiência ancestral como a única forma de aprendizagem, já que não existem escolas profissionais de pesca em nenhuma das ilhas do arquipélago. Desta maneira fica confirmada a observação de Leslie Allen (op. cit.) sobre o prolongamento do passado no tempo presente das ilhas.

Recapitulando as nossas observações podemos afirmar que o imaginário insular do arquipélago de Cabo Verde se destaca pela sua autonomia quer em relação à cultura europeia (substrato dominante) quer às culturas africanas. A imaginação fértil do homem das ilhas atlânticas, por um lado, facilita-lhe a orientação no mundo minado pelas incertezas, mas por outro lado cria também resistências perante riscos desnecessários. Em consequência, vemos que a cultura cabo-verdiana constitui um contínuo do passado e do presente, onde podemos deparar com muitas surpresas e com muitos tesouros escondidos.

## Bibliografia

- ALLEN, L. (in) Buxton Jane H. (ed.) (1997). *Islands lost in Time*. London: National Geographic Society.
- BAUDELAIRE, C. (1975). *Œuvres Complètes*. Bibliothèque de la Pléiade (texte établi et présenté par Claude Pichois). Paris: Gallimard.
- CHELMICKI, J. C., VARNHAGEN, F. A. (1841). *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição geographico-histórica da Província de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Typographia da L.C. Cunha.
- CONRAD, J. (1896). *An Outcast of the Islands*. (várias edições).
- CORREIA e SILVA, A. (1998). *Prefácio*, (in) Barreno, Maria Isabel, *O Senhor das Ilhas*, Mindelo: Centro Cultural Português.
- DELARUE, C. (1997). *Baudelaire l'enfant idiot*. Paris: Belfond.
- DJALÓ, T. (2012). *O Mestiço e o Poder*. Lisboa: Veiga.
- FARIA, M. I., PERIÇÃO, M. G. (2008). *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina.
- FERREIRA, A. (2015). *Mulheres de Pano Preto*. Praia: edição do autor.
- FERREIRA, M. (1967). *Morna*, Lisboa: Início.
- Futuro de Cabo Verde, edição de 16 de julho de 1914, «A pesca em Cabo Verde». Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- LOUDE, J.-Y. (1999). *Ana Désir*. Vénissieux: Éditions la Passe du Vent.
- SENNA BARCELOS, C. (1892). *Roteiro do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Typographia do Jornal Colónias Portuguezas.
- SENNA ROIZ, M. L. de (1818). *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde*. (1818, re-edição em 1987). Lisboa: edição de António Carreira.
- SELÓ – Página dos Novíssimos (edição fac-similada). Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1990.
- TEIXEIRA DE SOUSA, H. (2005). *Ob! mar de tórbidas vagas*. Mindelo: Ilhéu Editora.



IV

HISTÓRIA – O PESO DA GEOGRAFIA





## DO MUTIRÃO SOCIAL ÀS FRENTE PARA A CONQUISTA DO PODER

ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

Nas ilhas de Cabo Verde, a reunião de sinergias para a consecução de objectivos comuns é uma estratégia antiga. Ganhou expressão mediática quando chegou ao campo político, mas o fenómeno é quase tão antigo quanto a Nação cabo-verdiana.

Para melhor compreensão do fenómeno recorrente de recurso a frentes e movimentos para a formação de maiorias políticas, importará conhecer um pouco de história e da nossa relação com o associativismo, enquanto estratégia de sucesso no processo de enfrentamento de encruzilhadas.

### **1. O *djunta-mon* na lavoura, a entreaajuda para a construção e a reconstrução de moradias e as associações mutualistas**

Desde muito cedo que o povo das ilhas aprendeu o valor da dinâmica de grupo para a resolução de problemas que o afectam.

Forçados a granjear suplementos alimentares para colmatar a dieta paupérrima a que eram submetidos na degradante situação de escravos, mal se viram livres dos grillhões (pela via da fuga das sanzalas ou, mais tarde, quando alforriados) tomaram consciência de que sem alfaias agrícolas e contando, cada um, apenas com os respectivos braços, acabariam morrendo de inanição.

Em consequência, sentiram-se compelidos a praticar a entreaajuda na preparação dos terrenos para a sementeira, na sementeira, na monda e na colheita. Todos juntos atacavam as tarefas no pedaço de chão do vizinho, somando forças, experiência e coragem para produzir alimentos.

Da mesma forma se comportaram quando a questão foi a construção de abrigos colectivos e/ou individuais para se protegerem das intempéries,

em um processo de *djunta-mon* que multiplica a força de trabalho da comunidade.

Esse tipo de associações perdura até aos nossos dias, tendo-se desenvolvido e atingido patamares mui interessantes no campo do mutualismo. Há comunidades que tratam os seus doentes e enterram os seus mortos sem que, na hora, a família tenha de fazer qualquer desembolso, recorrendo aos fundos acumulados e provenientes de contribuições dos membros da associação.

## **2. Os movimentos sociais e políticos da primeira metade do séc. XX**

Na primeira metade do século XX as associações já tinham galgado a pirâmide das necessidades. Protecção, alimentação e outras necessidades básicas já equacionadas, o povo das ilhas passou a organizar-se para fazer reivindicações e demandas viradas para a solução de necessidades mais elevadas. Educação, saúde, equipamentos sociais e infraestruturas económicas começaram a mobilizar as pessoas, levando à constituição de verdadeiros movimentos sociais.

Verdade seja dita que os movimentos sociais, apesar de algumas vitórias, cedo começaram a dar de si, mercê da crónica ausência de uma liderança bem preparada.

Fornadas sucessivas de intelectuais, oriundos dos liceus da Província e das Universidades da Metrópole e comprometidos com as suas origens e com as suas gentes, forneceram aos movimentos sociais as lideranças de que careciam.

E o impacto foi tão grande que o povo das ilhas alargou seu portefólio de reivindicações, começando a falar de autodeterminação e independência. É o advento dos movimentos políticos.

Uma incursão ao historial dos movimentos sociais e políticos mostramos a amálgama racial e ideológica que eram, subjugando as diferenças e exaltando as semelhanças. Afinal, era mais forte o que os unia do que o que os separava.

## **3. O movimento de libertação e a conquista da autodeterminação e independência**

Para o grande sonho de um Cabo Verde livre e independente todos os indivíduos disponíveis eram poucos. Pequenos grupos reivindicando a separação do Império Colonial Português estariam votados ao fracasso.

O povo das ilhas cedo entendeu isso. Pondo de lado diferenças ideológicas, por vezes abissais, lá se foram organizando para o bom combate, deixando para o futuro o apuramento ideológico.

Amílcar Lopes Cabral, brilhante estratega, preferiu dar um salto no escuro. Criou desde logo um Partido Político, sem passar pela fase de movimento político, cuidando poder, assim, resolver mais rapidamente a questão da conformidade ideológica.

O PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde – lutaria, simultaneamente, pela independência da Guiné e de Cabo Verde, trazendo para as suas fileiras todos quantos, guineenses e cabo-verdianos, estivessem de acordo com as respectivas independências, devendo todos estar de acordo com aquilo a que Cabral chamou de Programa Maior do PAIGC. Conquistada a independência, dar-se-ia a depuração e no Partido ficariam apenas aqueles que jurassem fidelidade ao Programa Mínimo do PAIGC.

Era uma solução artificial para camuflar o carácter frentista do PAIGC. Estava registado como Partido, mas, na verdade, era uma Frente anti-colonial para a autodeterminação e independência da Guiné e de Cabo Verde. Mais um *djunta-mon* para se chegar a um objectivo que interessava a todos.

#### **4. A Frente Ampla de 1974**

O PAIGC declara, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973.

Amílcar Cabral tinha sido assassinado oito meses antes em Conacry, em condições ainda hoje por esclarecer, mas que terão muito a ver com a manta de retalhos étnicos que integrava a Frente de que ele era Secretário-Geral.

Com o golpe de estado perpetrado em Portugal, na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), liderada pelos Capitães de Abril, catalisa-se o processo de independência das ilhas de Cabo Verde.

Diante da atitude simpática dos representantes do MFA em relação à independência de Cabo Verde (contrastando, não raras vezes, com posições do próprio Conselho da Revolução), forma-se no país um grupo de jovens (na sua maioria oriunda das células clandestinas, locais e de Portugal, do PAIGC) animadas pelas mais diversas ideologias (estalinistas, trotskistas, maoístas, etc.), que se organiza para receber os combatentes que iriam regressar do *maquis* da Guiné. É a chamada Frente Ampla, a



qual viria a ter um papel preponderante, tanto na exclusão das correntes anti-independentistas e anti-unidade Guiné-Cabo Verde, como na rápida instalação do PAIGC como único interlocutor das autoridades portuguesas nas negociações para a independência.

A Frente Ampla, ao conseguir aumentar a expressão daqueles que estavam agregados à volta do Programa Maior do PAIGC, reivindica um lugar ao Sol na instalação do poder pós-independência. Contudo, a grande amálgama ideológica chocava com os direitos de conquistador reclamados pelos combatentes do *maquis*, na sua maioria empedernidos estalinistas.

## 5. O PAIGC e o Programa Mínimo

Declarada a independência, em 5 de Julho de 1975, o PAIGC aproveita a dinâmica revolucionária do período de transição e avança para o Programa Mínimo, idealizado por Cabral, sem se desembaraçar do recheio frentista que ditara o seu sucesso. Passa de Frente anticolonial a Frente Nacional para a (re)construção nacional, naturalmente anti-imperialista, mas continua com a designação de Partido. Não se dá o salto qualitativo preconizado por Cabral: conquistada a independência, haveria um processo depurativo, ficando o partido organizado à volta do programa mínimo do PAIGC, portanto, necessariamente, mais coeso e menos diversificado ideologicamente.

A solução ensaiada foi catalogar os militantes como os MELHORES FILHOS DE CABO VERDE. Assim, quantos se considerassem ou se sentissem os MELHORES FILHOS tinham lugar no Partido. Imagine-se o movimento oportunista que se desencadeou! Mais tarde, com a aprovação da primeira Constituição, consagrou-se o PAIGC como a força política dirigente da Sociedade e do Estado (Art.º 4.º da Constituição de 80).

Quem ousaria desafiar um tal *status quo*, autoexcluindo-se do grupo dos MELHORES FILHOS, sem hipótese de filiação em qualquer outro grupo político (cuja existência nem era permitida)?

## 6. A sina frentista e os cismas do PAI

### 6.1. *Caem os Trotskyistas, ficam os Estalinistas e os Maoístas*

Decorridos menos de cinco anos sobre a declaração da independência, as fracturas começaram a manifestar-se. A arrogância e a impreparação dos combatentes (estalinistas, na sua quase totalidade), a grande

qualidade das intervenções dos *trotskyistas* e a conquista de posições privilegiadas nos Ministérios da Saúde, Finanças e Negócios Estrangeiros e mesmo na Chefia Política do Governo, e os ciúmes dos maoístas, relegados a um plano marginal, longe das luzes da ribalta e das benesses do poder, criaram a mistura certa que explodiria em um avassalador cisma. Os maoístas ajudam a empurrar os *trotskyistas* para fora das estruturas do poder (partido e estado, que se confundiam), mas continuam de fora, por não merecerem a confiança dos estalinistas de serviço.

Deixou o PAIGC de ser um partido frentista?

### **6.2. Cai a Guiné-Bissau**

O (primeiro) cisma do PAIGC acontece em 1979. Em 1980 (14 de Novembro), João Bernardo Vieira «NINO», comanda o movimento reajustador e dá mais uma machadada na integridade do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde.

Na verdade, Nino comanda um golpe de estado militar, depõe o Chefe de Estado Luís Cabral (irmão de Amílcar e Secretário-Geral Adjunto do PAIGC) e assume os destinos da Guiné-Bissau. O PAIGC perde o «G» ou perde o «C»?

Nino, entendendo que o partido é guineense e que mantém a sua matriz de conquistador da independência dos dois países, mantém o «C» na sigla do partido. Aparentemente, nada muda. Aristides Pereira (Secretário-Geral do PAIGC, cabo-verdiano) e Pedro Pires (Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC) mantêm a herança de Cabral, mas deixam cair o «G», ficando ambos à frente do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).

Estamos diante de mais um cisma (o segundo). Mas o Partido perde o carácter frentista?

### **6.3. As facções F e J**

O PAICV parece não ter espaço para outro cisma, embora as fortes clivagens que têm vindo ao conhecimento do grande público (O PAICV já não é aquele guardador de segredos de antigamente) deixam a ideia de que os cimentos que mantêm o grupo unido são apenas Amílcar Cabral e... o MpD.

Quando os ânimos se exaltam e vêm à tona acusações seriíssimas e são colocados rótulos claramente segregadores, só o recurso ao Pensamento de Cabral e o desejo ardente de manter o MpD na travessia do deserto vão mantendo a paz podre e a unidade virtual. Hoje o PAI aglutina

os adoradores de Amílcar Cabral e os ferrenhos anti-Mpd. Tais cimentos retiram o carácter frentista? Antes pelo contrário. É uma frente para a preservação do pensamento de Cabral e para travar o MpD (com gente de esquerda, do centro e até de direita).

#### **6.4. O primeiro triunvirato**

E não é por acaso que José Maria Neves (JMN – o sucessor de Pedro Pires) ensaiou um triunvirato (o primeiro) para governar, primeiro o partido e depois o Estado.

Quando Pires anuncia que não seria candidato a Primeiro-Ministro nas eleições de Janeiro de 2001, JMN – apesar da promessa feita aos munícipes em Santa Catarina, na campanha para a sua eleição a Presidente de Câmara Municipal local, de que se manteria à frente dos destinos do Município – lança-se na corrida para a sucessão de Pires. Ciente de que, *de per si*, não tinha fôlego para tão alto voo e tendo consciência de que Pires partia mas deixava a sua claque inteira e fiel, JMN combina com Basílio Mosso Ramos (BMR) (coordenador das ilhas razas) e Manuel Inocêncio Sousa (MIS) (coordenador da região Noroeste) um triunvirato para levar de vencida os fiéis piristas, primeiro, e, de seguida, retirar o poder ao MpD.

Se bem o pensou, melhor o fez. JMN elegeu-se, pela lista J, Presidente do PAICV, tendo como vices exactamente Basílio Ramos e Manuel Inocêncio Sousa. A 14 de Janeiro de 2001 tornava-se no 3.º Primeiro-ministro de Cabo Verde, na sequência da vitória sobre o MpD, comandado por um fragilizado GUALBERTO DO ROSÁRIO.

Dez anos depois, tenta transpor o triunvirato do Partido para o Estado. Reelegeu-se Primeiro-ministro em Fevereiro de 2011, garantiu a eleição de Basílio Ramos para Presidente da Assembleia Nacional (a 2.ª figura do Estado) e, contra tudo e todos, lançou a candidatura de Manuel Inocêncio Sousa à Presidência da República (1.ª figura do Estado). O partido reagiu e as clivagens vieram ao de cima. A lista F, que não se desmobilizara depois da derrota frente à lista J, alia-se aos tecnocratas do partido e lança uma candidatura alternativa. Divididos, foram presa fácil para Jorge Carlos Fonseca (apoiado pelo MpD, jovens intelectuais e cidadãos que não se revêm em partidos políticos), que se elege como o 4.º Presidente da República de Cabo Verde. Falha o triunvirato para o domínio total do poder do Estado por JMN.

#### **6.5. O segundo triunvirato**

Depois de três Legislaturas à frente de Governos do PAI, JMN tomou a decisão de deixar a liderança do partido, deixando a ideia de que gostaria de passar a liderança a Cristina Fontes, sua Adjunta no Governo.

No entanto, as convulsões por que fizera o partido passar por ocasião da eleição para Presidente da República, deixaram-no fragilizado, não conseguindo, por isso, travar outras candidaturas.

Felisberto Vieira posiciona-se para concorrer à liderança e de dentro da Lista J (de JMN), para além da candidatura do delfim de JMN, Cristina Fontes, sai, desafiando o líder, uma outra candidata, jovem e mulher – Janira Hopffer Almada. A candidata de JMN sai severamente derrotada e a jovem Janira Hopffer Almada vence Felisberto Vieira, na segunda ronda, com folgada margem.

As clivagens voltam a dar o ar de sua graça. JMN encastela-se no Governo e fica impermeável à influência da nova líder do partido; Felisberto Vieira, líder do Grupo Parlamentar do PAI, passa a agir de *motu proprio*, tornando-se refractário às instruções da nova líder; Janira Almada vê-se obrigada a bater com a mão na mesa para se fazer ouvir. Assim, e para apaziguar as hostes, nasce um novo triunvirato (o segundo) desta feita, para dirigir o partido, a bancada parlamentar e o Governo, a partir de encontros semanais regulares.

A divisão é clara. Só a necessidade de barrar o regresso do MpD ao poder, em 2016, consegue dar uma aparência de unidade. Manter-se-á a frente unida em caso de derrota nas eleições gerais de 2016?

## 7. O Movimento para a Democracia (MpD);

A *perestroika*, a *glasnost*, as pressões dos *bayeurs de fonds* e dos intelectuais nacionais (nas ilhas e na diáspora) levaram o PAI de Aristides Pereira e Pedro Pires a encarar a abertura ao multipartidarismo.

Ensaçada timidamente – a ideia inicial era apenas permitir que grupos de cidadãos se pudessem candidatar às eleições locais e a algumas cadeiras no parlamento nacional – cedo se viu sob fortes pressões internas exercidas por grupos de cidadãos que se federaram à volta de um núcleo da capital do país, formando uma ampla frente contra o partido único.

A primeira grande reunião constitutiva juntou, na sede do *Citi-Habitat* na Achada de Santo António (ASA), o grupo da ASA (liderada por Jacinto Abreu dos Santos e António Espírito Santo Fonseca) e o grupo que se reunia no IPAJ e no escritório do Arq.º Jorge Teixeira (liderada por este e por José Manuel Pinto Monteiro). Eurico Correia Monteiro, Arnaldo Silva e Alfredo Teixeira – que participavam dos encontros de ambos os grupos de reflexão – foram os promotores do encontro de unificação no *Citi-Habitat*.

De vitória, em vitória, cedo a federação de grupos de cidadãos começou a ganhar identidade própria, vindo a se registar como «Movimento para a Democracia», com a sigla MpD.

A força dos grupos de cidadãos conglomerados no MpD levou à queda do artigo 4.º da Constituição – o tal que definia o PAI como a força política dirigente da Sociedade e do Estado – e à subsequente aprovação da Lei que permite a criação e o registo de outros partidos políticos. São as conquistas mais sonantes do período.

## **8. A sina frentista e os cismas do MpD**

Mas o MpD sofria do mal endémico das frentes/movimentos montados para um determinado fim e que decidem deixar-se ir na inércia, como se de um partido consolidado se tratasse.

No MpD – tal como se verificava no quadro do Programa Maior do PAIGC – cabia tudo. Gente com ideologias que iam da extrema-esquerda à extrema-direita. *Trotskyistas*, socialistas, sociais-democratas, cristãos-democratas e até estalinistas ressabiados. Verdade seja dita, só os maoístas não se fizeram representar na Frente pelo fim do partido único e pela democracia. Estes, cedo verificaram que seus inimigos fidalgais (os *trotskyistas*) estavam liderando a frente, tendo-se autoexcluído do movimento e chegando mesmo a atacá-lo.

### **8.1. O primeiro cisma**

Daí até ao primeiro cisma foi um passo. Três anos depois da criação da frente e pouco mais de dois sobre o triunfo sobre o PAI (nas memoráveis eleições de 13 de Janeiro de 1991) com uma maioria rondando os 70%, começaram os problemas.

A radicalização dos cristãos-novos (leia-se, estalinistas recalçados), a divisão dentro do grupo dos *trotskyistas*, a romagem dos democratas-cristãos para a UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática) e o escândalo do Embaixador-estrela (Eugénio Pinto Inocêncio) ditaram o primeiro movimento depurativo na frente pela democracia e contra o partido único. O primeiro cisma é inevitável.

O primeiro cisma dita a saída do Governo e do MpD de figuras de proa como Jorge Carlos Fonseca e Eurico Correia Monteiro e companhia, afinal a nata dos generais de campanha, como ficaram sendo conhecidos. A estes dissidentes viriam a se juntar figuras da sociedade civil, intelectuais e tecnocratas para a formação do PCD – Partido da Convergência Democrática.

Este, também e como o próprio nome indica, nasce sob o signo frentista. São democratas desavindos de Veiga e seus asseclas e/ou desiludidos com a forma como a maioria qualificada se comportava. Pontificavam aí gente da extrema-esquerda ao centro-direita, pontilhando o programa do novel partido de minúcias que mais não fazem que sublinhar o carácter frentista do «partido».

### **8.2. O segundo cisma**

Depois do primeiro cisma, o Presidente do MpD diz que o partido ficou mais coeso e muito mais forte. Talvez fosse verdade que o MpD se tivesse tornado mais coeso e mais forte. Mas ainda não era um partido, na verdadeira acepção do termo. Ideologicamente, continuava sendo uma manta de retalhos e o cimento que os unia era a liquidação ternurenta do PAI.

As repercussões do primeiro cisma, as amizades que se desfizeram na ocasião, a rarefação da qualidade das intervenções dos dirigentes que ficaram, enfim, um mundo de coisas ditaram a decisão de Carlos Veiga em reforçar o seu poder pessoal. Nesse processo, puxa para mais perto de si o pessoal que não fazia parte do núcleo inicial e recrutado, principalmente, nas primeiras digressões a S. Vicente e a Portugal e no processo de recenseamento para a Convenção Extraordinária em que se confirmou a saída dos dissidentes dos órgãos nacionais do MpD.

Os dirigentes oriundos do grupo de reflexão da ASA (Jacinto Santos, António Espírito Santo e comandita) começam a questionar, em reuniões fechadas, a linha política do Movimento. E quando Veiga põe de pé o estratagema de organizar a lista da Comissão Política por ordem alfabética, colocando António Gualberto do Rosário à frente de Jacinto Santos, tido – depois da saída de Eurico Monteiro – como o número dois do partido, as posições radicalizam-se. Estavam criadas as condições para uma nova rotura. Acontece o segundo cisma. E nasce o PRD.

### **8.3. O regresso dos dissidentes do PCD**

Nada mais falso do que o reforço da coesão interna. Gualberto do Rosário (o novo número 2, depois da saída de Jacinto Santos) conduz o partido nas eleições de 14 de Janeiro de 2001, averbando uma estrondosa derrota frente ao PAI, já sob a liderança de José Maria Neves (JMN) e, em consequência, é severamente contestado dentro do MpD, acabando por ter de deixar a liderança. Mas, estaria o MpD mais perto de se transformar em partido?

Os apelos constantes para o retorno ao MpD de 1991, com Jorge Carlos Fonseca, Eurico Monteiro e outros generais, principalmente depois

da derrota de 2006, mostram que o MpD só se sente suficientemente forte quando agrupa no seu seio uma frente, a mais ampla possível, com uma motivação a mais mobilizadora.

O recurso a Jorge Santos (ex PCD) para a liderança do «partido»; o convite a Eurico Monteiro e a outros «filhos pródigos» (no dizer de Austelino Correia) para integrar as listas do MpD em lugares elegíveis; o recurso a independentes, não na óptica de abertura à sociedade, mas na esperança de recrutamento de novos militantes, sem exigências de conformação ideológica; confirmam a mobilização de uma nova frente, sempre pró-democracia, e novamente virada para o desalojamento do PAI do poder.

O regresso, em bloco, de um grupo de 40 (quarenta) militantes do PCD, na sequência da extinção de mais este partido frentista, sublinha a manutenção do carácter frentista do «partido» de Carlos Veiga.

Diante da dificuldade em desalojar o PAI com um aparelho resultante de uma afinação ideológica (são três derrotas sucessivas em outras tantas eleições gerais) o recurso a uma frente de democratas contra a hegemonia do PAI foi a solução encontrada. Dará resultados positivos?

#### **8.4. A liderança de UCS**

Nas eleições gerais de 2011 – aquelas em que Carlos Veiga se viu obrigado a regressar, dez anos volvidos – a frente não resultou.

Nas eleições para a Presidência da República, em que o MpD apoiou o candidato Jorge Carlos Fonseca, e funcionando este como catalisador, já averbou uma saborosa vitória.

Significa isso que quando o MpD é mais frente e menos partido é mais eficaz? Para derrotar o PAI em 2016, a liderança de Ulisses Correia e Silva (UCS) insistirá em uma frente de democratas ou apostará na depuração ideológica e na afirmação como partido, com algumas abertas à sociedade? Que tipo de organização lidera neste momento?

##### **8.4.1. O suporte dos retornados**

Passados vinte e cinco anos, continua o MpD sendo animado pela necessidade recorrente de desalojar o PAI do poder.

A liderança de UCS terá menos questões de foro ideológico a administrar, mas as clivagens, podendo não ser ideológicas, são fortemente fracturantes por instalarem uma clara dicotomia opcional entre o passado (Carlos Veiga) e o presente (UCS), entre os que nunca deixaram o seu posto e os retornados/filhos pródigos, tecnocratas e neófitos.

No momento, UCS assegura a liderança com o apoio de um grupo que integra retornados, tecnocratas e jovens quadros.

#### 8.4.2. A contestação dos veiguistas

Terá UCS forças suficientes para resistir aos veiguistas em caso de insucesso nas eleições gerais de 2016? Sobreviverá para comandar as hostes nas eleições locais e para a Presidência da República? O que separa seus apoiantes de seus silenciosos contestatários é de foro ideológico? E se for, pode ser gerido como simples questão de sensibilidades ou como frente democrática onde a coabitação é ditada por um objectivo mobilizador?

De todo o modo, uma frente para a conquista do poder não tem nada de mais. É até natural. Aliás, conhecida a nossa apetência por *djunta-mon*, entreajudada, mutirão e outras formas de associação para resolução de problemas comunitários, porque não recorrer a essa estratégia para a conquista do poder?

### 9. Novas alianças para os enfrentamentos de 2016?

Nos grandes momentos da história do povo destas ilhas, os afins sempre se deram as mãos para levar de vencida forças que contavam com forte repúdio popular. Foi assim com o PAIGC de Amílcar Cabral (Frente anticolonialista e anti-imperialista para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), foi assim com a Frente Ampla (Frente para garantir a hegemonia do PAIGC, em Cabo Verde, no pós 25 de Abril) e foi assim com o MpD – Movimento para a Democracia (Frente contra o partido único e pela Democracia).

A mobilização para a luta (Programa Maior do PAI), a estratégia dos melhores filhos da nossa terra (e a consagração do PAI como força política dirigente da Sociedade e do Estado) e o Manifesto do MpD (conclamando à união dos democratas contra o regime do partido único) são documentos que atestam que os grandes momentos da nossa história (Largada da luta armada de libertação nacional, Declaração da Independência e Abertura Política de 90/91) foram protagonizados por frentes heterogêneas, encaradas como garantias do sucesso das acções a empreender.

Chegados à encruzilhada em que nos encontramos, 25 anos depois das primeiras eleições verdadeiramente livres, que postura se espera dos Independentistas e dos Democratas em 2016, ano de todas as eleições? Cogitará o MpD a abertura da frente (que ainda é) para tentar apear o PAI do poder? O triunvirato que dirige o PAI tentará alguma aliança para ampliar a frente de combate ao MpD, garantindo que este continue a fazer a sua travessia do deserto por, pelo menos, mais 5 anos? Comportar-se-ão os dois partidos do arco do poder como no passado ou inventam uma solução inédita?







# A POLITIZAÇÃO DO SER SÃO-TOMENSE E DA SANTOMENSIDADE

AUGUSTO NASCIMENTO\*

## Introdução

Com a independência, e dada a insularidade, a identidade nacional são-tomense pareceu imediatamente adquirida. Foi já anos após 1975 que essa identidade começou a ser equacionada, suscitando pronunciamentos de intelectuais islenhos. Desde os anos 90, estes tenderam a valorizar a africanidade, isto é, a situar as raízes das cosmovisões, dos sentimentos e do quotidiano no continente africano. Porém, tais pronunciamentos não se afiguram consensuais, porquanto, para parte dos ilhéus, a aproximação ao continente e a permeabilidade da terra aos costumes dos migrantes daí chegados corrói os valores tradicionais são-tomenses, costumeiramente ditos *os nossos valores*, adiante-se, uma evocação algo equivocada da previsibilidade da vida de antanho. Nalguma medida, as lucubrações sobre a identidade vieram preencher o espaço deixado pela falência da ideologia na determinação de um futuro previsível e regulado.

Devido quer à disjunção social ditada pelas *roças*, quer aos constrangimentos da ditadura colonial de 1926 a 1974, antes da independência não se discutia a sociedade criada nas ilhas. Conforme a vulgata luso-tropicalista, o arquipélago era uma criação da metrópole colonial. Hegemónico, este bordão não era liminarmente rejeitado pelo comum dos ilhéus, até porque o apego à terra não colidiria necessariamente com a celebrada pertença à nação portuguesa. Os ilhéus desfrutavam de uma cidadania amputada, mas, algo similarmente, também aos colonos se cerceavam direitos políticos efectivos. A amputação dessa cidadania, até aos anos 50 inspirada por um subliminar mas operante racismo, tendeu a ser mitigada no ocaso do colonialismo.

---

Desenho: *A roça*.

\* Universidade de Lisboa, Centro de História.

A noção do arquipélago como uma extensão de Portugal feneceu em 1974. Já depois da independência, foram várias as atitudes dos são-tomenses face à mestiçagem e aos referentes que orbitam em torno dessa noção (por exemplo, o de *sociedade crioula*). Em todo o caso, dada a premência da construção do país, para os políticos independentistas tal questão não era prioritária. Por um lado, não tendo de lidar com a heterogeneidade cultural e social corriqueira noutros contextos africanos, por outro, enquanto portadores de um projecto voluntarista, os novos dirigentes perpetuaram o ambiente de debate ralo e de pobreza cultural legado pelo colonialismo. Em suma, nenhuma questão de índole cultural, presumidamente ociosa, sobrepujava a premência da construção política e socialmente homogeneizadora, traduzida, desde logo, na demanda de uma empenhada prestação laboral a cada são-tomense em prol do bem colectivo. A ausência de debate diminuiu a pertinência das questões de identificação sócio-cultural, mormente do cotejo dessas questões com a projectada transformação social e cultural, isto é, da índole dos ilhéus.

Ao longo de séculos de soberania mais ou menos efectiva de Portugal, o arquipélago esteve inserido em sucessivos complexos históricos e conheceu várias arquitecturas políticas. Nestas circunstâncias, geraram-se sucessivas levas de mestiçagem condicionadas por diferentes relações de poder. Logo, malgrado a exiguidade territorial, a compósita herança desse passado afigura-se complexa, o que demanda rigor teórico e metodológico na caracterização do arquipélago.

Aos escolhos teóricos acrescem os de cariz político: a dificuldade de caracterização da(s) identidade(s) são-tomense(s) também advém das conotações políticas das várias noções – mestiça, crioula, africana – ou das interpretações da formação da sociedade insular, malquistas ou benquistas consoante as conjunturas políticas. Por exemplo, durante anos, a ideia de criouliidade foi adoptada pacificamente, mesmo se lhe subjazia uma velada desvalorização dos contributos africanos. Recentemente, passou-se ao extremo oposto, valorizando-se de forma indiscriminada o que se afigura ser uma contribuição negra, não se a enquadrando nas relações de poder à luz das quais a interacção dos vários grupos e sujeitos se processou (e processa) no arquipélago.

Importa, pois, mapear os significados políticos dos processos de identificação ou das representações sociais – no caso, da troca de uma europeização não assumida ou de uma criouliidade esbatida pelo percurso para a africanização e, concretamente, para a *são-tomensidade* ou *santo-mensidade* –, ponderando, simultaneamente, as mudanças sociais e as de condutas e valores relacionadas com tais representações. Justamente, a

mutação das representações dos ilhéus denota o seu carácter instrumental, sugerindo novas perguntas acerca da identidade são-tomense. Durante anos, os ilhéus julgaram o seu modo de ser perene. Hoje, conformados com a corrosão de uma imaginada matriz comportamental islenha, não duvidarão de uma identidade são-tomense entendida como perene e singular e, desejariam alguns, apartada de África?

### **O rasto histórico**

Durante séculos, o poder e a violência foram cruciais: de permeio com sucessivos conflitos, a sociedade são-tomense construiu-se pela superação de clivagens de cariz étnico e racial, primeiro, de mestiços contra brancos, depois, de negros contra mestiços, ultimamente, de *filhos da terra* versus *gabões* e outros *filhos das roças*.

A miscigenação não respeitou somente ao intercurso entre diversos grupos, decorreu também da influência das instituições. Sem embargo da miscigenação africana prevalecente durante séculos, as instituições que pautaram a vida local – mormente, a igreja e a câmara – eram de matriz europeia. Era nestas instituições e na trama de poder e de relações sociais a elas subjacentes que os grupos eram enquadrados, como foi nessas instituições que sujeitos encontraram hipóteses de ascensão social. A maior ou menor integração nas instituições induzia a miscigenação cultural, contribuindo, dessa forma, para a mutação social, também determinada pelas inserções nos sucessivos complexos históricos (por exemplo, a recolonização em oitocentos trouxe um corte de relações com o entorno geográfico e com o Brasil e a proximidade com a metrópole).

Após a recolonização, traduzida numa renovada subordinação aos portugueses, as instituições impeliam os ilhéus à adesão a leis e a ideários do colonizador (parte da adesão ao catolicismo resultava do poder da Igreja Católica). Porém, servindo para cimentar o poder dos colonos, tais instituições deixaram de se empenhar, malgrado a propaganda colonialista, na europeização dos colonizados. Afinal, a prevalência de um fosso cultural era um pilar da supremacia dos *brancos*. Produto da dominação acentuada em novecentos, a discriminação racial no ralo meio urbano e, em particular, na administração abria caminho ao ressentimento dos ilhéus contra os colonos. Todavia, tal não invalidava alguma miscigenação cultural.

As condições ecológicas propícias à implantação das roças e de uma agricultura de renda revelaram-se, para além de atrofiadoras dos interesses da terra, um factor adverso à miscigenação, porquanto a apropriação pelos

roceiros do poderio e dos factores de enriquecimento tendeu a apartar os grupos, não só colonos de são-tomenses, mas também estes dos serviços originários de outras colónias. Por isso, em vista quer da disjunção social de recorte racial, quer da escassa diversificação económica, o número de mestiços permaneceu relativamente diminuto até ao fim do colonialismo.

A outro nível, acentuada com o Estado Novo, a contenção policial ajudou a imprimir à sociedade insular uma imagem de coesão social e de convivência pacífica entre vários grupos, na verdade, ambas igualmente tributárias do imobilismo económico e social. Posteriormente, a coesão social, baseada na promoção dos colonizados, foi deliberadamente procurada pelo poder colonial. Nos seus derradeiros anos, tentou-se forjar uma paz social que constituísse como que uma prova da pertença portuguesa dos ilhéus.

Após 1975, as fissuras entre são-tomenses e ex-serviçais – ao tempo, encaradas como produto da alienação colonial – foram cerzidas pela almejada superação das diferenças raciais ou étnicas, proposta voluntarista assente em promessas de bem-estar para todos e, também, numa contenção policial e política, tão ou mais constrangedora do que a vigente nos derradeiros anos do colonialismo.

Por si só, os intentos políticos atidos à celebrada irmandade africana e anti-colonial não apagavam as diferenças entre os ilhéus e os ex-serviçais e respectivos descendentes (parte deles já nascida nas roças). Mas o novel poder fez por as aplanar, pelo menos, através de medidas de efeito simbólico. Por exemplo, aludiu-se à cidadania dos ex-serviçais - oponível à anterior condição de colonizados e materializada em direitos sociais - medida que, não outorgando qualquer parcela de decisão individual, não eliminava as diferenças sociais.

Atendo-nos tanto à era colonial quanto ao período pós-independência, cabe perguntar se devemos referir a mutante identidade são-tomense à condição insular ou, diversamente, à evolução política. Para os tempos recentes, prontamente se asseverará que, no arquipélago, a construção da identidade nacional sucedeu à erecção de um Estado<sup>1</sup>. Antagónica-mente, dir-se-á que se enveredou por uma senda, a um tempo redutora

---

<sup>1</sup> Segundo MAINO, a identidade são-tomense formou-se pelo impulso de um Estado que consolidou o projecto de nação, unificando – ou, da minha perspectiva menos condescendente, abafando – a pluralidade de referências individuais e grupais, cf. 1999: 135 e 137. À visão de MAINO opor-se-á também a de são-tomenses, para quem a actuação do Estado após a independência gerou «resultados muito nefastos» na consolidação de São Tomé e Príncipe como nação. Por exemplo, é dito que, sem embargo das metas políticas e da criação de símbolos nacionais, a incapacidade de os impor na prática, a corrosão institucional e a degradação económica impediram o «desenvolvimento da identidade

e essencialista, em parte associada ao primarismo da ideologia e, bem assim, à consciência velada da (violenta) imposição de uma identidade à população, na sua maioria, distante do socialismo e, ao cabo de poucos anos, do governo do MLSTP. À construção de uma identidade nacional composta pela pluralidade dos contributos culturais, preferiu-se a edificação do Estado monolítico, controlador e homogeneizador da vida colectiva e, no limite, da dita *cultura* são-tomense<sup>2</sup>. A par da sagração do trabalho, os políticos desvalorizaram as manifestações culturais ditas tradicionais, decerto por as julgarem arcaísmos retrógrados, derivados do obscurantismo colonial, e adversos ao progresso. Por força da prevalência da ideologia de inspiração marxista-leninista e da ênfase nos planos económicos, a preocupação identitária não era premente. Num certo sentido, era até malquista porque de indagações acerca de identidades grupais e de práticas culturais decerto só adviriam questões impertinentes para a construção do *homem novo*<sup>3</sup>.

Embora partindo do resgate da humanidade, dita africana, dos são-tomenses da ignominiosa opressão colonialista, a política do *homem novo* afastava-se da africanidade. Dado o veio eurocêntrico do projecto de matiz socialista, aqui e além, as elaborações de são-tomenses referiam-nos como crioulos, tal também uma aparente evidência da história. Por esse tempo, não se valorizava (como viria a suceder posteriormente com a exaltação da cultura africana) a miscigenação intra-africana.

A falência do regime monopartidário e o impasse do país nos anos 80 levaram a repensar o lugar do arquipélago. Expressões de desilusão com a independência coexistiam com a percepção de que tal corte fora irreversível, de pouco valendo a ideia de partilha cultural com o ex-colonizador. Nos anos 90, a descoberta de petróleo devolveu a esperança aos são-tomenses que, também por isso, revigoraram o seu nacionalismo com a redescoberta das suas raízes africanas, afinal, evidentes para uma geração mais nova que crescia sem ter conhecido o colonialismo.

Assim, desde há décadas, a ideia da miscigenação intra-africana combina com a africanização do quotidiano e a assunção da *santomensidade*.

---

cultural» como requisito imprescindível à «identificação com a nossa terra no quadro da universalidade», cf. BARBOSA 2001: 25.

<sup>2</sup> Após a independência, os políticos não duvidaram do acerto do seu desígnio de mudar a *natureza* dos conterrâneos. Porém, a realidade revelou-se mais resiliente do que o voluntarismo triunfante em 1975.

<sup>3</sup> A meta de um *homem novo* obstava à valorização de traços culturais que, intuía-se, continham vectores avessos ao ideário socialista. Acerca da dimensão política do *homem novo*, veja-se NASCIMENTO 2014.

Vai-se afirmando uma identificação de base racial, da qual se presumirá, como outrora se inferiu da mestiçagem biológica, um apagamento das clivagens sociais e políticas entre os vários grupos nas ilhas. Diga-se, tal idealização não representará toda a história... nem parece ter especial valia para desenhar um cenário credível para o futuro do arquipélago.

### **Os ventos políticos e a difícil caracterização da sociedade são-tomense**

Tracemos uma breve resenha dos retratos da sociedade são-tomense. Nos anos 50, ao rever a história do arquipélago, Francisco Tenreiro realçou os elementos de integração que urgia repor numa sociedade que, pela desvirtuação da arrogada tradição colonizadora portuguesa em razão da cedência aos interesses dos roceiros, se tornara mais dicotômica, denegando, nomeadamente, os propósitos do Portugal civilizador.

Para Tenreiro, mais do que a religião ou a língua, a mestiçagem constituíra-se num harmonizador das relações sociais e num elo de ligação relevante na compósita sociedade insular<sup>4</sup>, onde, avente-se, a integração se referia, sobretudo, aos elementos culturais e institucionais transportados pelos portugueses.

Após 1975, não se rejeitou o legado europeu. Aparte a exaltação política induzida pela independência, dir-se-á, por um lado, que o modelo independentista parecia respeitar o grosso do ordenamento institucional e social legado pelo colonialismo e, por outro, que se rejeitava a dominação colonial, isto é, o *colono*, mas não o seu legado. Os políticos aproveitaram várias das práticas dos colonizadores<sup>5</sup>, mormente enquanto a deliquescência institucional não as relativizou e abriu lugar à crescente entropia, primeiro, contida pelo medo, depois, crescente e, nessa medida, induzindo nos ilhéus um sentimento de perda de referências.

Durante anos, autores são-tomenses foram assinalando a sua condição crioula: embora africanos, eram diferentes dos do continente. Em 1989, Carlos Neves retomou uma ideia consensual a seguir à independência, a saber, o caldeamento de sucessivos grupos étnicos teria resultado numa população mestiça, acima de tudo, no plano cultural<sup>6</sup>. Repise-se, tal formulação parecia consensual, mais não fosse pela ausência de outros alvitre sobre a etnogénese são-tomense. Em todo o caso, tais caracterizações tinham um impacto social muitíssimo reduzido, quando não irrelevante.

<sup>4</sup> Ver TENREIRO 1961: 199-200.

<sup>5</sup> Cf. NASCIMENTO 2013.

<sup>6</sup> Consulte-se NEVES 1989: 150.

Recentemente, a análise da sociedade são-tomense tendeu à valorização da componente africana. Será duvidoso filiar essa mudança em motivações político-económicas, mormente, as ligadas ao aparecimento do petróleo, mas é difícil não situar a concomitância dessa abordagem com a da africanização da vida e com as propostas de conformar a arquitectura política e institucional nas ilhas com a ideia de uma autêntica democracia africana ou com a invocada (e pressuposta) *tradição* africana, segundo a qual se preza a figura do *chefe*. Ainda assim, uma proposta de revisão constitucional de teor presidencialista foi recusada, até por correligionários do presidente proponente. Porém, a africanização da política – diluição das estruturas formais de decisão, peso de vínculos familiares e de proximidade, fulanização do poder e subordinação da estrutura estatal a interesses clientelares – segue infrene. Apesar disso, a africanização do quotidiano não é bem aceite por são-tomenses que lamentam a perda de valores culturais e éticos, citando-a como causa da degradação do ambiente social e político.

Previsivelmente, a valorização da componente africana chegou da diáspora. Inocência Mata considerou que, embora historicamente de formação crioula, São Tomé e Príncipe seria etnoculturalmente produto de uma mestiçagem inter-africana<sup>7</sup>.

Foi igualmente no estrangeiro que uma espécie de resgate da africanidade recalcada se transmutou num desvendar dos conflitos entre classes sociais com diferentes responsabilidades políticas na história recente. Izi-quiél de Sousa releu dados da cultura insular com base no pressuposto de que nela transparecem as clivagens económicas e sociais do passado entre os são-tomenses<sup>8</sup>.

À margem de controversas valorações da *natureza* dos são-tomenses<sup>9</sup>, Carlos E. Santo e Francisco C. Alegre, privilegiando descrições de cariz etnográfico, inventariaram particularismos culturais, como que conferindo substância à *santomensidade*. Em todo o caso, pondere-se que, conquanto os particularismos culturais possam não ter consequências políticas, já o destino de costumes da terra em tempo de célere mutação tem de ser sopesado para aferir a arrogada singularidade da cultura local.

A (difícil) caracterização da sociedade são-tomense pelos estudiosos é menos decisiva para os são-tomenses do que o é, decerto, a auto-percepção como povo, à qual ligam o seu futuro e, mais comumente, a

<sup>7</sup> Cf. MATA 1993: 76.

<sup>8</sup> Ver SOUSA 2004.

<sup>9</sup> Ver os textos de Armindo Espírito SANTO 2008, 2009 e 2013.



governança. Afinal, antes da proliferação de opiniões sobre a cultura do arquipélago, já na *rua* se previa uma trajectória de perda económico-social, fundada – dir-se-ia, equivocadamente – na racialização da sua própria *natureza* de são-tomenses.

Em meados dos anos 80, a par do agravamento das dificuldades económicas, o voluntarismo do MLSTP começou a ceder. À medida que os *slogans* políticos perdiam capacidade galvanizadora, a cultura passou a concitar a atenção de intelectuais são-tomenses. Também em resultado da reformulação da noção de desenvolvimento, que passou a compreender a dimensão humana, o apego à cultura da terra ganhou utilidade e a instância cultural – incluindo a dimensão religiosa – tornou-se refúgio quer do discurso político, quer do saber social.

Incapaz de informar a acção política e a condução social, o rarefeito saber social passou a centrar-se na consensual exaltação da cultura são-tomense. Afinal, tal propósito ajustava-se à procura global de bens culturais sem, por isso, deixar de se revestir de um subliminar conteúdo político, de modo algum despiciendo para a perseguida coesão social nas ilhas.

### **Do inventário da *santomensidade* à politização do veio identitário**

No tocante ao tempo colonial, a ausência de elaboração cultural e de uma mensagem nacionalista alicerçada numa dada cultura dos ilhéus não desmente a existência de traços culturais específicos nem de vínculos afectivos em relação à terra. Em todo o caso, a reivindicação de independência não remetia para uma especificidade cultural irreduzível e avessa ao colonialismo.

Ainda que actualmente se pretexe que, na impossibilidade de outro tipo de resistência, a luta contra o colonizador se desenrolou no plano cultural, a valorização política da cultura chegou depois da independência política. Mais precisamente, emergiu quando o falhanço do desígnio socialista evidenciou a vacuidade das ideologias, mormente do voluntarismo de inspiração marxista. Quando, após a transição para a democracia, a indeterminação se apoderou da evolução política e social, a vertente cultural tornou-se um objecto dos discursos políticos.

As mutações económicas e sociais e as influências externas também impeliram à descrição (e à criação) de uma tessitura cultural são-tomense, a *são-tomensidade* ou *santomensidade*, uma noção que, recém-chegada à montra social, afirma a intrínseca singularidade cultural dos são-tomenses.

Relativizando a exaltação dessa individualidade cultural, dir-se-á, primeiro, que, em São Tomé e Príncipe, o louvor de uma identidade própria se afigura estritamente vinculado à insularidade. Por causa da quase inexistência de migração dos ilhéus até há décadas, a insularidade foi experienciada sem cotejo com visões de fora, excepto a dos colonos (já às dos ex-serviçais, mesmo se relevantes, não se conferia visibilidade). Segundo, a ideia da cultura são-tomense como uma reelaboração distinta dos elementos de origem aplica-se ao comum dos processos culturais. Presentemente, nas ilhas, tal reelaboração revigorou-se dadas a maior relação com o mundo e a presença de migrantes do continente, que tornam o arquipélago um palco de incessante mutação cultural e social. Por exemplo, aí se ancora o rejuvenescimento religioso pautado pela crescente afirmação de novas igrejas, entre elas, africanas e carismáticas.

Pautada pela implícita afirmação de africanidade e pela procura de autenticidade, dir-se-ia que com a *santomensidade* se pretende insuflar uma maior identificação afectiva com a *terra*. O intuito politicamente pacificador inerente à *santomensidade* evidencia-se na abstenção de reflexão sobre as tentativas de modelação da cultura são-tomense no pós-independência. Por exemplo, parte do que agora se arrola como *tradição* esteve proibido ou como que empurrado para o limbo da vida social durante até aos anos 80 por imposição implícita do MLSTP.

Ao ensaiar-se a descrição e a tipificação de uma individualidade cultural, incorre-se no risco de, à luz de visões idealistas e, quiçá, enviesadas da vida social, se contribuir para uma abordagem normativa da identidade cultural e de se estabelecer crivos potencialmente redutores e excludentes de manifestações culturais. Em bom rigor, este é um risco menor, designadamente por o discurso sobre a *santomensidade* ser fragmentário e não concitar as pulsões hegemónicas de outrora, por, ademais, ter prescindido de servir directamente a intervenção política e social.

O resgate da dimensão africana recalcada durante séculos caminha de par com a africanização de que paulatinamente se vem revestindo a vida colectiva. Desde há anos, esboça-se uma reacção contra a africanização, porque esta passou a estar associada à entropia política, à desregulação social, às dificuldades quotidianas, em suma, a um trajecto de perda económica inimaginável à época da independência, que os ilhéus anteviam como a preservação do seu modo de vida conjugada com a supressão do laço colonial.

Face aos sinais de ruptura dos laços sociais – mais evidentes desde a adopção da democracia representativa, conquanto ela remonte ao empobrecimento iniciado nos anos 80 –, opera, porventura, a convicção de que não será possível pensar-se num ser colectivo – materializado na

solidariedade e, mais especificamente, na maior regulação social – sem um processo de sedimentação identitária e um (re)conhecimento da pertença comum baseada na recuperação de valores da terra. Logo, a relevância do propósito recenseador do sedimento cultural são-tomense reside no seu (equivocadamente) imaginado potencial de argamassa social na presente época de ruptura social e política.

De certo modo, perante a deliquescência do Estado e a lassidão dos laços sociais, a valorização da cultura popular, subjacente à ideia de *santomensidade*, poderia servir para a interpelação do poder a partir da ligação entre ética política e cultura da terra e do povo. Assim se interpretará a idealização de Inocência Mata acerca do povo como um fiel depositário de valores, que ela presume serem eticamente fiáveis e inspiradores das boas práticas políticas. Note-se, é difícil crer na regeneração da acção política a partir da influência das condutas prevalecentes entre o dito povo (depreende-se, menos contaminado pelas circunstâncias políticas desvirtuadoras dos sentimentos são-tomenses), assim como o é imaginar a construção da coesão social com base nos valores da cultura popular de antanho.

Independentemente da imaterialidade arrolada – costumes, gostos, hábitos, crenças, etc., de diferente proveniência –, a *santomensidade* como que convoca os são-tomenses a uma indeclinável fidelidade aos valores da terra, conquanto estes não estejam arrolados e não se possa afirmar a sua utilidade para a condução política da sociedade, aliás, mais propensa a ceder à fulanização da política e à personalização do poder. Seja como for, pode aventar-se que a mensagem política subjacente ao inventário cultural incluso na *santomensidade* visa a pacificação social e política da sociedade são-tomense.

Como outrora, este tipo de desiderato político sugere uma idealização da cultura da terra. Além de remeter para um núcleo de supostas *tradições* de um povo, a *santomensidade* atém-se a um conjunto de características perenes? A crer nas laudas dos intelectuais são-tomenses, dir-se-ia que *santomensidade* aglutina um conjunto de valores imperecíveis. Ora, uma vez arredados idealismos e intentos políticos, nada haverá de mais ilusório.

No limite, replicando centrações de outrora, a *santomensidade* pode tornar-se um mero discurso celebratório e, nessa medida, escorar um discurso nacionalista de contornos essencialistas. A ser assim, a celebração do facto cultural poderia, involuntariamente embora, empecer a reflexão crítica acerca das consequências políticas e éticas de vectores culturais são-tomenses. Se, em detrimento de uma perspectiva histórica e relacional da trajectória política e da decantação cultural em curso, se sacralizar os vectores culturais são-tomenses, decerto se alienará o contributo da análise dos processos culturais para a interpretação do momento presente no arquipélago.

## Anotações finais

Por entre a indeterminação da construção social nas ilhas, é difícil destacar um veio identitário no arquipélago. Tal dado não dá apenas conta da complexa diversidade da tessitura cultural são-tomense, indicia também os óbices ao propósito de investimento na politização da cultura, mormente para a composição das clivagens sociais.

Diferentemente do sucedido nos primórdios da independência, quando a pertença nacional foi definida em termos coincidentes com o alinhamento (com o seu quê de forçoso) com a condução política do MLSTP, hoje, as motivações e as premissas da afirmação da pertença são-tomense são as mais diversas, como o são igualmente os sentimentos dessa pertença ou a condição dos vários sujeitos, desde os detentores de poder político até aos filhos da pobreza nas antigas roças.

A *santomensidade* é coetânea da erecção da cultura em faceta da luta anti-colonial. Esta leitura como que força a realidade porquanto, *a posteriori*, dota de intencionalidade política os costumes e as práticas, que, compondo as vivências locais, não eram necessariamente politizados. Por outras palavras, o plasma cultural são-tomense não era anti-colonial. Indubitavelmente, certos hábitos apartavam os ilhéus dos colonos. Mas, inversamente, outros aproximavam-nos.

Para além da referida luta anti-colonial, insinua-se uma outra politização da *santomensidade*. Em contexto de crise, a *santomensidade* responde, mais do que a demandas relativas a identidades, a nostalgias de um passado mais ou menos mítico. Para outros, a *santomensidade* caminha de par com a ideia de que as dificuldades do dia-a-dia provêm da perversão do seu modo de vida pelos padrões de vida ocidentais. Nesse sentido, a *santomensidade* comporta uma mitificação da terra e do povo. Refiram-se, por exemplo, a qualificação da alma popular como democrática ou a alusão à eficácia dos mecanismos populares de composição de conflitos. Em todo o caso, estes deixaram de funcionar e a corrosão da democracia, imputável às dificuldades económicas, não deixa de ter um sujeito, os políticos e o dito povo.

Resgatando o povo são-tomense (dos resquícios) da ignomínia colonial, essa mitificação tenderá à exaltação da africanidade, inexoravelmente vertida na *santomensidade*. Actualmente, esse propósito será política e, sobretudo, retoricamente consensual. Todavia, uma construção voluntarista, que substitua propósitos analíticos por intentos políticos ou propagandísticos, poderá baquear, por exemplo, perante sentimentos reactivos

produzidos pela imigração «desregrada», para alguns, uma consequência indesejada da (alegada) vocação africana de São Tomé e Príncipe.

Presentemente, alude-se ao papel da imigração e da diáspora na reconfiguração cultural dos são-tomenses. No respeitante à imigração – aumentada após a liberalização política e, sobretudo, depois do achamento do petróleo – vários estudiosos lembram as dificuldades do país na integração de imigrantes, conquanto, ao longo de séculos, o arquipélago tenha funcionado, com intensidade e em moldes variados de acordo com as conjunturas históricas, como uma plataforma de recriação de influências exteriores. Por si só, esta constatação histórica não apazigua todos os ilhéus, também por, em função da acelerada mudança social – de que se realça a violência nas ruas, algo de inconcebível nos anos imediatamente antes e depois da independência –, o futuro se ter tornado demasiadamente incerto.

Por entre a instabilidade e a crispação política, a imigração divide os são-tomenses: os que têm noção do passado e da sua etnogénese, aceitam-na em abstracto, como que se acomodando a algo de inevitável. Já outros apontam não só as dificuldades económicas e sociais derivadas de um fluxo imigratório sem controlo, como também os riscos de «desestruturação populacional são-tomense» e de «desestruturação sócio-antropológica», inclusive, pondo em risco a sua independência cultural<sup>10</sup>. Em todo o caso, qualquer visão essencialista do povo são-tomense debater-se-á não apenas com as mudanças sociais no arquipélago, como também com a interacção com o mundo, uma poderosa alavanca de mutação social.

No tocante ao rumo do compósito cultural são-tomense, as consequências da diáspora e da globalização poderão revelar-se menos compagináveis com um discurso laudatório da *santomensidade*. Sobre o peso da globalização na mutação dos comportamentos parecem restar poucas dúvidas. Já quanto ao papel da diáspora na valorização da cultura são-tomense cumpre ser menos assertivo, porquanto a formação e institucionalização dessa diáspora – que tanto pode vincar as *tradições* como alterá-las – está no seu início. Sem prejuízo da acrimoniosa relação da diáspora com a *terra*<sup>11</sup> – após décadas de recriminações mútuas, prevê-se agora o voto dos emigrantes –, a diáspora pode promover a divulgação de vectores culturais são-tomenses no mercado global.

A construção de um discurso identitário, comparável ao de outros países, parece ter o fito de escorar o orgulho pela condição de *nacional* insular, um sentimento oponível à trajectória de perda nos derradeiros

<sup>10</sup> Ver MENEZES 2002: 52 e 117.

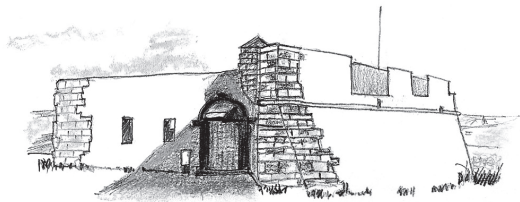
<sup>11</sup> Cf. NASCIMENTO 2007b.

decénios. Todavia, do imaginado plasma cultural não se deverá esperar retirar soluções ou, tão pouco, o alento preciso para a concertação dos diferendos políticos. Mais, uma tal expectativa, em detrimento da análise fria dos factores conducentes às dificuldades económicas – e, também, à dita crise de valores – do país, estará certamente em contramão com as aspirações populares. Entre estas, a tão famigerada quanto indefinida *mudança*, a qual, apesar de incessantemente defraudada por sucessivos governos, permanece um lema politicamente operante, tal o indício de que corresponde a um anseio de parte da população. Afinal, diferentemente do sucedido no passado, os são-tomenses já não olham só para a terra, também miram o mundo.

## Bibliografia

- ALEGRE, F. C. 2005. *Santomensidade*, UNEAS.
- BARBOSA, J. G. 2001. *Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL.
- CALDEIRA, A. M. 1999. *Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CHABAL, P. 2002. *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres, Hurst & Co.
- EYZAGUIRRE, P. 1986. *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- FEIO, J. A. 2008. *De étnicos a 'étnicos': uma abordagem aos 'Angolares' de São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- MAINO, E. 1999. «A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão» in *Africana Studia* n.º 2, Porto, CEAUP.
- MATA, I. 1993, *Emergência e existência de uma literatura. O caso santomense*, Lisboa, ALAC.
- \_\_\_\_\_. 2004. *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri.
- MENEZES, A. B. 2002. *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL.
- NASCIMENTO, A. 2001. «Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense» in *Política Internacional* n.º 24, volume 3, Lisboa.
- \_\_\_\_\_. 2003. «Os são-tomenses e as mudanças sociais na sua história recente» in *Africana Studia* n.º 6, Porto, CEAUP.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, São Tomé, UNEAS.

- \_\_\_\_\_. 2007a. *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte* in <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf> (acesso: 1 de Dezembro de 2013).
- \_\_\_\_\_. 2007b. «Diáspora são-tomense e política na terra» in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758> (acesso: 1 de Dezembro de 2013).
- \_\_\_\_\_. 2011a. «Apontamentos sobre a cultura portuguesa em São Tomé e Príncipe: em torno das politizações dos dados culturais» in *Academia Internacional da Língua Portuguesa. Boletim* n.º 38, Lisboa, pp. 11-31.
- \_\_\_\_\_. 2011b. «O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses» in *RILP. Revista Internacional em Língua Portuguesa*, III Série, n.º 24, Lisboa, AULP, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp. 257-280, in [http://aulp.org/images/stories/documents/livro\\_migracoes.pdf](http://aulp.org/images/stories/documents/livro_migracoes.pdf) (acesso: 6 de Julho de 2014).
- \_\_\_\_\_. 2012. «O associativismo feminino são-tomense em Lisboa: uma questão de género?» in *Cadernos de Estudos Africanos* n.º 24, Lisboa, CEA do ISCTE-IUL, pp. 117-139, <http://cea.revues.org/650> DOI : 10.4000/cea.650 (acesso: 27 de Janeiro de 2014).
- \_\_\_\_\_. 2013. «Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe» in PIMENTEL, Irene e REZOLA, Maria Inácia (orgs.), 2013, *Democracia, dívida. Memória e justiça política*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 259-282.
- \_\_\_\_\_. 2014. «São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra» in *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 1: 133-163 in [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202014\\_I/SaoTomeePrincipe.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202014_I/SaoTomeePrincipe.pdf) (acesso: 8 de Agosto de 2015).
- NEVES, C. A. 1989. *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar.
- SANTO, A. C. E. 2008. *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_. 2009. *S. Tomé e Príncipe. Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_. 2013. *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Empresariado como fator de desenvolvimento e transformação social. Outros olhares sobre a economia*, Lisboa, Gradiva.
- SANTO, C. E. 1998. *A coroa do mar*, Lisboa, Cooperação.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação.
- SEIBERT, G. 1999. *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Universidade de Leiden.
- SOUSA, I. B. 2004. *D'un mussandá traditionnel à Magodinho moderne. Le nouveau monde métisse de Francisco Costa Alegre*, S. Tomé, UNEAS.
- TENREIRO, F. 1961. *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- \_\_\_\_\_. 1964. «Relações humanas: estrutura, movimentos da população; assimilação e mestiçagem» in *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra.



## O ILHÉU DOS AÇORES

AVELINO DE FREITAS DE MENESES\*

Neste momento, nas discussões académicas e nos ecos da comunicação social, avulta a omnipresença da globalização, que preenche o pensamento de todos os espíritos, na revelação de um monopólio aparentemente incontestável. Assim, quase tudo gravita em redor da padronização do conhecimento e dos raciocínios gerais. Por outras palavras, quase tudo consiste no esbatimento de especificidades muito genuínas e na imposição de uma uniformidade muito artificial. Nestas circunstâncias, o senso comum admite a escassez de oportunidades para o tratamento da individualidade, que sobrepõe o singular ao universal. Porém, um tanto estranhamente, este é também o tempo da descoberta, da caracterização e da defesa de todas as identidades. Antes de mais porque, no mundo da descaracterização, o resgate e a preservação de uma identidade constituem uma mais-valia, que reverte em superioridade moral e progresso material.

Por acréscimo, na Europa, Portugal é uma das nações mais antigas e melhor unificadas. A história do país é um processo de esbatimento de diferenças e de consolidação de afinidades, que evolui até à atual uniformização. Assim, a interiorização do sentimento de unidade nacional inviabiliza a regionalização, por falta de tradição histórica e por escassez de adesão popular, e converte a união dos portugueses em património inestimável, numa garantia de paz, oxalá de prosperidade. Apesar de tudo, mesmo depois da descolonização, que amputa a nação dos territórios mais longínquos e de recorte civilizacional mais diverso, ainda descortinamos individualização nas regiões mais próximas e de semblante mais aconchegado à matriz europeia.

---

Desenho: *Terceira, Forte de Santa Catarina, Cabo.*

\* Universidade dos Açores. Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar das Universidades Nova de Lisboa e Açores.



No Portugal de hoje, como bem reconhece Eduardo Lourenço, o arquipélago dos Açores equivale ao território e à realidade mais singulares, efetivamente sem par nas diversas, mesmo nas recônditas, parcelas do continente. Por isso, na dimensão política, enquanto para as partes metropolitanas se reivindica ocasionalmente uma regionalização, de todo questionável, as ilhas desfrutam constitucionalmente de uma autonomia, de todo justificável. Apenas o trauma histórico do fim do império, que inculca na consciência nacional um sentimento de perda, e o tradicional predomínio do centralismo, que nega e esconde todas as especificidades, tolhem um maior reconhecimento da identidade açoriana na comunidade portuguesa.

A sucessão dos séculos e a influência da distância, em duas palavras, a história e a geografia, transmutam a lusitanidade de quatrocentos, embora temperada por uma porção de estrangeirismo, na açorianidade de agora, pela primeira vez, definida em 1932 por Vitorino Nemésio, aquele mesmo poeta que muito justamente assevera que só o mar é eterno e necessário. No entanto, se a atlanticidade ainda evidencia muito a raiz portuguesa, certo é que o fenómeno prima nas ilhas por maior apuro e por maior predominância, somente dissimulados por uma estranha vivência dos humanos, bastas vezes de costas voltadas para o oceano infinito.

A açorianidade conquista reconhecimento nas lides internas, mas sobretudo nos areópagos externos. Com efeito, contra a cegueira dos naturais, que nunca deixaram de ser residentes, de fora, brota um quadro mais cristalino dos ambientes físicos e dos convívios humanos insulares. Um quadro talvez só acessível àqueles que partem, e que mais nitidamente vislumbram a ilha de longe, de todo vedado àqueles que ficam, e que não enxergam a ilha que se lhes confunde com as próprias entranhas. Por isso, embora à custa de alguma segregação, Vitorino Nemésio destaca as vantagens do desterro, que vincam o âmago e os limites da identidade açoriana.

Posto isto, é já tempo do esboço de uma definição, mesmo de uma caracterização, da açorianidade. Os poetas evocam muito o afastamento do Mundo e a descontinuidade do território, que convertem os Açores em agente da cristalização dos comportamentos, ou seja, em sinónimo de isolamento. Os historiadores destacam muito o posicionamento privilegiado no Atlântico Norte, favorecido pelo determinismo do mar e pelas condições da navegação, primeiro a marítima, depois a aérea, que transforma os Açores em meio de aproximação dos continentes, ou seja, em sinónimo de universalidade. Neste contexto, a mundividência também constitui uma importante faceta da açorianidade, que comunga e acentua o carácter universalista da cultura portuguesa. Em suma, a identidade dos Açores equivale ao desfecho de uma vivência de mais de cinco séculos

num ambiente diverso do continental, resultante de uma evolução peculiar da história, porque demasiado condicionada pelo carácter da geografia.

Aqui chegados, difícil é não concordar com o investigador micaelense José Torres que, desde meados do século XIX, identifica nos Açores uma sociedade portuguesa especial «[...] com sombras e claros seus, com paixões e tradições suas, que dão à sua história civil, política e religiosa um certo grau de interessante originalidade». Porém, não causa espanto que a identidade açoriana sobressaia pela complexidade, jamais pela simplicidade, também fruto de uma herança problemática, a atrapalhar sempre a construção da unidade.

Os Açores foram descobertos ao longo de 25 anos, entre o achamento de Santa Maria, em 1427, e o das Flores e do Corvo, em 1452. Logo na altura, consideradas as distâncias, se pensou que as ilhas constituiriam dois arquipélagos, o dos Açores, com os grupos oriental e central, e o das Flores ou Corvinas, com o ocidental. Depois, sobreveio a rivalidade entre a primazia política da Terceira e a preponderância económica de S. Miguel, agravada com discórdias resultantes da assunção de partidos diferentes na união ibérica (a Terceira pelo Prior do Crato e S. Miguel por Filipe II) e na disputa entre centralização e descentralização no liberalismo (a Terceira, em defesa da continuidade da capital em Angra, e S. Miguel, em prol da emancipação de Ponta Delgada). Além disso, a Autonomia é filha de uma administração distrital, que não enxerga a totalidade das ilhas. Com efeito, nasce em S. Miguel, obtendo aplicabilidade no distrito de Ponta Delgada, em 1896, no de Angra do Heroísmo, em 1898, mas excluindo o da Horta. E, em 1932, já depois do 2.º movimento autonomista, Faria e Maia ainda advoga uma ampla autonomia administrativa para S. Miguel, ficando o alargamento a todo o arquipélago dependente da manifestação de um eco forte.

Bem vistas as coisas, de lá para cá, os progressos foram extraordinários. Porém, na prática, a conciliação da unidade que desejamos com a diversidade que somos exige um esforço hercúleo, pois não se cinge ao reconhecimento da proclamada tripolaridade, quiçá um passo atrás, até ao espartilho distrital de 1836, que apenas distingue Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Nesta luta sem tréguas, travada em torno da união dos açorianos, tudo correrá pelo melhor, se atentarmos em princípios essenciais. Nos Açores, independentemente das justificações, não se pode cometer o erro da criação de um só centro, que albergue a decisão política, a planificação económica, a iniciativa social e a produção cultural. Nos Açores, independentemente das justificações, não se pode cometer o erro de reduzir a generalidade das ilhas à condição de periferia. Se tudo isso acontecer, traímos o passado e comprometemos o futuro.

Nos Açores, apenas a Igreja seguiu o princípio e a prática da unidade. Aliás, por erro crasso, até tentou a conciliação do inconciliável. Em 1534, grosso modo, o diploma de criação da diocese determina a sua instalação na cidade de Angra da ilha de S. Miguel. Nada de mais acertado! A nova circunscrição deveria ficar na principal cidade da principal ilha. Não foi possível! A geografia não deixou!

Mesmo assim, admitimos o uso da expressão povo dos Açores, com a naturalidade com que utilizamos a expressão povo de Portugal. Neste caso, nem sequer buscamos refúgio na escapatória da dificuldade, amiudadamente invocada por políticos e intelectuais, ante a problemática da caracterização. Em concreto, o povo açoriano é o resultado da colonização dos séculos XV e XVI, efetuada maioritariamente por portugueses de todas as províncias, também por madeirenses de origem continental, por alguns estrangeiros, sobretudo flamengos, e em menor percentagem por minorias: degredados, mouriscos, judeus e negros. Mais, o povo dos Açores é também obra de si próprio. Perante a exaustão do País, foram os habitantes do grupo central, principalmente da Terceira, que propiciaram a ocupação das Flores e do Corvo. Muito mais do que os portugueses puros de quatrocentos, no meio do mar resistentes às corruptelas externas, conforme definição de Luís da Silva Ribeiro, compreensivelmente esboçada nas refregas regionalistas da década de 1920, o povo açoriano deriva sobretudo de uma mescla de gentes, durante meio milénio, em ambiente diverso do continental. Comparativamente ao passado, é de crer que uma maior distinção, fruto do afastamento dos forasteiros e da descompartimentação do território, ceda a vez a uma maior indistinção, por força da uniformidade da civilização de hoje, que esbate todas as fronteiras. Apesar de tudo, subsistem marcos de uma evidente diferenciação.

Estranhamente, o reconhecimento do povo açoriano coexiste com a dificuldade da individualização do homem açoriano, talvez uma prova de que a influência do ambiente não modela de todo o comportamento dos humanos. Reconhecemo-lo hoje. Antes de nós, com maior clarividência, reconheceu-o Gaspar Frutuoso, no crepúsculo do século XVI. Nas *Saudades da Terra*, destaca a participação dos ilhéus, de todos eles, na evolução das dinâmicas do Atlântico, embora no desempenho de funções bem diferenciadas. Por acréscimo, também secundado pelo insigne historiador francês, já do século XX, Fernand Braudel individualiza a relativa identidade dos insulares da Macaronésia, apesar da diversidade cultural e rácica. No entanto, nos Açores, não deixa de identificar a diferenciação das gentes, resultante das incidências do tempo, ainda mais da repartição do espaço.



## A CONDIÇÃO DO ILHÉU AO LONGO DO TEMPO – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

CARLOS NEVES

O ser humano tem uma única definição, que é universal, independentemente da cor da sua pele ou grupo étnico, sendo as suas características essenciais comuns, não importando o local do seu nascimento. O que os distingue, a maioria das vezes, são as suas crenças, o seu modo de olhar o mundo e de interagir com o mesmo, em suma a sua cultura *lato senso*. Pode-se seguramente afirmar que os homens são, acima de tudo, um produto do meio onde vivem, e o ilhéu, por maioria de razão, é ainda mais limitado nos seus horizontes pelo espaço fechado onde está inserido.

As suas diferenças, o modo de perceber o mundo envolvente podem explicar-se, entre outras coisas, pela sua história, pela forma como desenvolveram as suas ideias no contexto da sua estruturação económica e social e como inventaram os mecanismos e os instrumentos para garantir a sua sobrevivência, numa permanente interação com a natureza envolvente, no seu relacionamento com os povos circundantes, enfim, como interagiram culturalmente com o resto do mundo ao longo do tempo.

As ilhas do Atlântico têm em comum, salvo raras exceções, o facto de serem de povoamento relativamente recente, pois começaram a ser colonizadas no século XV. Esse facto condicionou o seu desenvolvimento socioeconómico e cultural, que se estruturou na base da transladação de diferentes povos de varias origens, com matrizes culturais bastante diversas, que compulsivamente as foram povoar, gerando um contexto que moldou as suas populações em função dos mecanismos adotados para assegurar a sobrevivência dos seus habitantes.

A primeira característica que distingue os ilhéus dos povos de outras paragens é o seu isolamento, que nem sempre o passar dos séculos consegue anular. Esse facto confere ao ilhéu uma outra dimensão do mundo

circundante e uma forma bem diferenciada de olhar o resto do planeta. A este fenómeno podemos apelidar de «síndrome da insularidade».

Neste quadro de referências vejamos em traços gerais algumas passagens da história das ilhas de S. Tomé e do Príncipe, caracterizada por três aspetos essenciais, os quais assumem uma grande importância para os seus habitantes: a terra, que lhes fornecia uma parte dos alimentos, o mar que também lhes garantia o sustento e lhes permitia o comércio de escravos e o céu que enformava as suas crenças e práticas religiosas.

### **Passagens da história**

O arquipélago de S. Tomé e Príncipe começou a ser povoado por volta de 1485, quando a ilha de S. Tomé foi doada, pela primeira vez, a um ilustre fidalgo da Casa Real portuguesa, João de Paiva, com a incumbência de a povoar e desenvolver através do aproveitamento da terra. Em 1493 a mesma ilha volta a ser doada a um outro fidalgo, Álvaro de Caminha, que verdadeiramente inicia o processo de colonização da ilha de S. Tomé. Esse processo implicava que se procedesse ao desbravamento das florestas e à introdução de uma cultura rica, que tivesse mercados que a pudessem absorver. Na época, essa cultura era a cana-de-açúcar. A produção açucareira foi assim o principal incentivo ao processo de ocupação e de exploração da ilha de S. Tomé nos primórdios do séc. XVI, como a cultura do cacau seria o fator estimulante das grandes alterações que se operaram a partir da 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX e no século seguinte.

Com Álvaro de Caminha, seguiram alguns agentes da coroa, comerciantes, degredados e referem os documentos cerca de 2000 crianças judias arrancadas à força a seus pais, pelos reis católicos de Espanha, para que fossem evangelizadas segundo os ritos católicos. Todavia, essa população deslocada da Europa para colonizar a ilha era só parte da solução do problema. S. Tomé carecia de uma enorme força de trabalho que só poderia ser deslocada das zonas mais próximas do continente africano. Foram assim passados alvarás e cartas régias permitindo aos colonos que pudessem resgatar escravos na costa vizinha e com eles povoar as ilhas. A fim de garantir o desenvolvimento do processo de colonização, foram implementadas, de imediato, duas formas de exploração económica, a saber:

1.º – Um tipo de economia de grande rendimento assente no tráfico de escravos e, sobretudo, na produção de açúcar. O tráfico fazia-se, de início, entre o Congo e S. Jorge da Mina através de S. Tomé e do Príncipe e, posteriormente, com o continente americano. A plantação da cana começa

a ser feita, talvez, já nos últimos anos do séc. XV, e com ela fazia-se o açúcar e também algum melaço;

2.º – Outro tipo de economia que visava a autossuficiência alimentar da população, e que levou à introdução e utilização de numerosas plantas alimentares. Entre as culturas com significado comercial no abastecimento dos navios e na alimentação da população contavam-se: a cana sacarina, o arroz, o milho, a mandioca, o inhame, a banana, a palmeira e os citrinos; o arroz era exportado numa média de dois navios por ano, quer do Príncipe, quer de S. Tomé; o azeite era empregue na alimentação dos escravos e adquirido também pelos navios negreiros. Com ele fabricava-se o sabão que era depois exportado em grande para a Costa da Mina e para o Brasil. O algodão, cuja produção atingia, em S. Tomé, cerca de 1000 quintais em 1607 é assinalado desde os finais do séc. XVI como produto de exportação. Era utilizado na fiação e com ele produziam-se artigos de uso doméstico.

O produto mais importante foi, sem dúvida, a cana sacarina. Introduzida, supõe-se, com os primeiros povoadores, já nos finais do séc. XV se iniciam os preparativos para a construção dos primeiros engenhos. Porém, só é referida a existência de engenhos em laboração a partir de 1517, e já em 1522 se apontam seis, que naquele ano terão produzido 5 852 arrobas. A ilha de S. Tomé tornou-se ao longo do séc. XVI um dos maiores produtores mundiais de açúcar, tendo-se assinalado, na 2.ª metade do referido século, a existência de cerca de 360 engenhos movidos a água, com uma produção que rondaria as 450 000 arrobas.

Perdida a importância da produção açucareira ao longo do séc. XVII, a economia das ilhas de S. Tomé e Príncipe basear-se-ia, no século seguinte, essencialmente no tráfico de escravos. Na realidade, o tráfico foi o principal sustentáculo da economia de S. Tomé e Príncipe, dele dependendo todas as outras estruturas da sociedade. Era o comércio de escravos que dava impulso à pequena agricultura, fornecendo géneros alimentícios aos navios do tráfico; que permitia a troca com outros produtos originários da Europa, África e da América; que fornecia dividendos económicos e financeiros aos moradores e à fazenda real.

Sem o escravo não teria havido a produção de diversos géneros agrícolas que garantiam a subsistência de S. Tomé e Príncipe, e cujo excedente era comercializado com os numerosos navios que demandavam aquelas paragens. Sem o escravo não teria sido possível a troca com produtos de outros continentes, que permitiam aos moradores a obtenção de merca-

dorias que lhes eram essenciais. Sem o escravo a fazenda real não teria cobrado os direitos e dízimos necessários à manutenção das instituições da colónia.

Nas primeiras décadas do séc. XIX, S. Tomé e Príncipe permaneciam ainda afastadas dos circuitos comerciais internacionais, salvo no que respeitava ao contrabando de escravos que por aí se continuava a fazer. Entretanto, dois produtos agrícolas de enorme importância começavam a conquistar o seu espaço nos mercados mundiais: tratava-se do café e do cacau, que transformaram o referido século numa época marcante da história das ilhas, e em que se deram duas verdadeiras revoluções:

**Revolução agrária** – porque a suceder a um período de um relativo abandono da exploração agrícola, em que a economia se baseou fundamentalmente no tráfico de escravos, verifica-se uma tentativa de aproveitamento de culturas de exportação, tais como a canela (desde o séc. XVIII), a quina, a cola, o café e o cacau, com mercados externos assegurados. A exploração do café e do cacau, que apresentou um maior sucesso, conduziu a uma profunda alteração da estrutura fundiária, tanto no que respeita aos limites das roças até então existentes, como também no que respeita aos seus proprietários. A tentativa de obtenção de maiores lucros, obrigou a que os proprietários agrícolas procedessem a sucessivas desflorestações para o alargamento das áreas de cultivo, e também das suas propriedades. Se nos primórdios do séc. XIX se assinalava em S. Tomé a existência de 102 roças importantes e 199 rocinhas, verificamos em 1919, que as citadas roças e rocinhas haviam dado lugar a 108 roças importantes, sendo que, cerca de uma dúzia, ocupava uma larga percentagem dos terrenos aproveitáveis para a agricultura.

E foram essas roças e rocinhas, sobretudo as de grandes dimensões, que foram a causa e o palco das grandes movimentações que provocaram profundas alterações na estrutura fundiária quando assimilaram facilmente as duas principais culturas de rendimento da época, o café e o cacau. O café, que ao que tudo indica foi introduzido nas ilhas nos finais do séc. XVIII (cerca de 1787). O cacau, que por muito tempo se assumiu ter sido introduzido em 1822 na ilha do Príncipe, parece todavia, ter sido introduzido antes dessa data, provavelmente pelo capitão-mor, João Baptista e Silva, governador das ilhas entre os anos de 1799 e 1802.

Na transição para o séc. XIX, época em que o aproveitamento das duas grandes culturas, o café e o cacau, era ainda incipiente, a agricultura era pouco desenvolvida. O principal sustentáculo da economia das ilhas continuava a ser o tráfico de escravos, desempenhando a agricultura um

papel meramente subsidiário. Não sabemos ao certo qual era o conhecimento técnico utilizado na agricultura, embora seja lícito admitir que não era elevado. O rendimento agrícola resultava mais das capacidades produtivas do solo e da numerosa escravaria, do que de qualquer outro fator. Pode-se afirmar com segurança, que eram muito reduzidas as zonas agrícolas aproveitadas. É provável que em S. Tomé essa área não excedesse o quadrante nordeste e no Príncipe se limitasse a algumas regiões litorais, embora em maior percentagem que em S. Tomé. A propriedade da terra encontrava-se bastante repartida, pois como referimos anteriormente havia numerosas roças e rocinhas tanto em S. Tomé, como no Príncipe, em resultado da decadência da produção açucareira ocorrida a partir dos finais do séc. XVII e ao abandono da ilha por grande parte da população branca, seguida da ocupação da terra pelos mestiços e negros.

Porém, a grande procura do café e mais tarde do cacau nos mercados internacionais e a sua alta cotação, sobretudo a partir da 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX, levou os agricultores a aferrarem-se à terra e a procurar ampliar as suas roças através de todos os métodos possíveis, como nos refere Francisco Tenreiro: «Os novos proprietários, na grande maioria europeia, começam por comprar importantes tratos de terreno, que os naturais vendiam de início a preço conveniente e sem dificuldades. Quando, porém, estes procuravam resistir à tentação da venda e eles próprios se arvoraram em cultivadores de produtos ricos, inicia-se a luta. Pela calada da noite mudam-se divisórias e marcos; atraem-se os proprietários a festas a pretexto de «papas e bolos», enquanto homens hábeis lhes mudam de sítio as frágeis casas de madeira. Outros recorrem à violência; juntam homens armados e dizem simplesmente: «vou rumar de tantos quilómetros para leste de tal ponto». E assim se desestrutura o antigo regime de propriedade e se constituem as grandes plantações que tornam rendíveis as culturas do cacau e do café.

**Revolução social** – porque o processo de recolonização e modernização de S. Tomé e Príncipe durante o séc. XIX, com a exploração de algumas culturas de rendimento (o café e o cacau), provocou alterações na estrutura fundiária, com a transferência das roças de uns proprietários para outros, e teve como consequência a alteração das estruturas sociais. Para além disso, desde os finais do séc. XVIII que se vinha impondo a ideia da abolição da escravatura e do tráfico de escravos, num momento em que se procedia ao arroteamento de novas terras e ao constante alargamento das áreas de cultivo do café e posteriormente do cacau, o que exigia uma grande quantidade de mão-de-obra, situação cada vez mais difícil.



Já o tratado de 1842, celebrado entre Portugal e a Inglaterra sobre a abolição do tráfico de escravos, que autorizava os navios ingleses a procederem à fiscalização dos navios portugueses, a fim de verificarem o transporte de escravos, havia sido um grande golpe na angariação de mão-de-obra para S. Tomé e Príncipe. Francisco Mantero escreveu a esse respeito que «até então os trabalhadores ruraes, conduzidos espontaneamente ou compelidos à introdução nas ilhas segundo os costumes do tempo e as leis que os regulavam, ainda entravam em contingentes apreciáveis, posto que insuficientes para os trabalhos da agricultura; mas, d'ahi em diante, a pretexto de transgressão do tratado, as hostilidades dos ingleses contra o engajamento dos trabalhadores e seu transporte, com destino às propriedades das ilhas, foram de tal natureza que os obstáculos levantados à imigração eram insuperáveis, cauzando prejuízos de toda a sorte aos colonizadores, e a agricultura, em cuja promettedora prosperidade os proprietários confiavam, estacionava, se não retrocedia, à falta de braços e de recursos indispensáveis ao grangeio das terras».

Em 1888, o rei D. Pedro V, decretou que todos os escravos se tornariam livres 20 anos após aquela data. Porém, o fim da escravatura em S. Tomé e Príncipe dar-se-ia, formalmente, em 1875 durante o tempo do Governador Gregório José Ribeiro. Esse facto levou ao abandono de inúmeros escravos das plantações, que foram concentrar-se na cidade de S. Tomé, exigindo a abolição total e imediata do antigo regime; instalou-se uma crise, com a perda da produção e a conseqüente ruína de muitos agricultores, tendo então sido decretado o regime do trabalho por contrato, que seria supervisionado pelo Curador Geral dos Serviçais e Colonos. A crescente necessidade de mão-de-obra para suprir as necessidades das plantações de café e sobretudo do cacau a partir do 3.º quartel do séc. XIX, levou ao recrutamento de trabalhadores em diferentes paragens do continente africano, como do antigo Daomé, os Krumanos, de Ibo e de Ajudá. Mas seria Angola o grande fornecedor dos primeiros serviçais.

A questão da mão-de-obra, seria daí por diante o calcanhar de Aquiles das plantações de cacau e do café. Francisco Mantero subdivide a história da moderna agricultura em S. Tomé e Príncipe em duas etapas importantes, uma que se inicia em 1855 e termina em 1875, e a segunda etapa que foi entre 1876 e o primeiro decénio do séc. XX, e assinala com veemência a questão crucial da mão-de-obra para o desenvolvimento da agricultura em S. Tomé e Príncipe e das tentativas de obtenção de trabalhadores nas regiões da Costa do Kru (Libéria), bem como as pressões dos ingleses que acusavam as autoridades portuguesas de manterem o tráfico de escravos. A fim de regular e acompanhar a situação dos contratados, as autoridades

coloniais criaram em 1862 a Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos, cujo responsável era descrito no Regulamento de Serviçais nas províncias da África Portuguesa, de 1878, «como o protector nato dos serviçais e colonos que se contratarem».

Apesar de todas essas vicissitudes, nas derradeiras décadas do séc. XIX, a cultura do cacau ganha uma maior expressão sobre a do café. De acordo com Tenreiro, «o sucesso desta cultura, se, por um lado resultou da iniciativa de homens da têmpera do Barão de Água Izé, enquadra-se, por outro lado, perfeitamente numa conjuntura económica mundial que começava a dar preferência a este produto rico e nutritivo. Foram os mercados, principalmente os europeus, que asseguraram a prosperidade da ilha, não obstante as perturbações que uma revolução agrária concomitante trouxera para a ilha». Para este geógrafo tomando como ponto de partida o ano de 1898 (em que a produção das ilhas portuguesas toma significado nos mercados mundiais), verifica-se que então a província era não só o primeiro produtor de cacau em África como lhe cabiam 11,5% da produção mundial.

É por esta altura que, redimensionadas as roças e rocinhas do séc. XVIII, recompostos os seus proprietários, se constituem as grandes e prósperas roças que conhecemos no séc. XX, algumas integrando importantes sociedades como foram os casos da Sociedade Agrícola Valle Flor, da Companhia Agrícola Ultramarina, da Sociedade Agrícola Terras de Monte café, da Companhia Agrícola da Ilha do Príncipe, da Companhia Agrícola Porto Real e Bela Vista, da Companhia Agrícola das Neves e Colónia Açoriana, Lda., Sociedade Agrícola das Roças Plateau e Milagrosa, Sociedade Agrícola Ribeira Funda, Companhia Roça Vista Alegre, Companhia Roça Porto Alegre, entre outras. É também nessa época de crescimento económico que o Banco Nacional Ultramarino, já estabelecido em S. Tomé passa a desempenhar um papel de grande importância na concessão de créditos e empréstimos a longo prazo. Inicia-se a publicação do *Boletim Oficial da província de S. Tomé e Príncipe*, que não só publica os despachos oficiais, como contribui para a divulgação dos sistemas e práticas agrícolas relativas às novas culturas e promove-se, a partir de 1858, a ligação entre as ilhas e a metrópole através do estabelecimento de carreiras regulares de navios que garantem o escoamento dos produtos agrícolas.

Entretanto, as poucas terras não pertencentes às grandes roças, ainda nas mãos dos forros, iam-se mantendo com culturas de subsistência, como as bananeiras, as palmeiras e as árvores de fruto, sendo reduzidas as que se dedicavam ao cultivo do cacau ou do café. Este facto devia-se, não só à exiguidade dos terrenos e da falta de capitais dos seus proprietários, como

também a um justificado desinteresse pelo trabalho agrícola, o que levou F. Tenreiro a afirmar que «o forro, uma vez liberto, ganhou um sentimento de repulsa por qualquer espécie de trabalho na roça».

A pouca racionalidade na utilização dos solos através da sua ocupação de acordo com as suas potencialidades, a crise permanente na obtenção da mão-de-obra contratada, as doenças que foram afetando as plantações, como o rubrocinto, e a forte concorrência de outros países produtores a nível mundial, provocaram um decréscimo da produção do cacau em S. Tomé e Príncipe, a partir dos finais dos anos vinte do século XX, que se foi mantendo até a independência das ilhas, ocorrida em 1975.

### **As estruturas sociais e os conflitos**

É difícil determinar-se com precisão, no contexto atual, a origem da população africana que foi povoar S. Tomé e Príncipe, embora se possa delimitar as áreas mais prováveis da sua aquisição, tendo em conta as zonas de maior tráfico com destino àquelas ilhas. Durante os séculos XVI e XVII, o Congo e Angola; assinala-se também o direito dos moradores poderem resgatar escravos desde o «Rio Real e ilha de Fernam de Poo, atee toda a terra de Maniconguo». Dos finais do séc. XVII e ao longo do séc. XVIII, com o incremento do tráfico na região da Costa da Mina, muitos dos escravos entrados em S. Tomé e Príncipe passaram a ser oriundos dos portos daquela costa, principalmente do Daomé. Quanto à sua origem social, e de acordo com o que Frédéric Mauro afirma em relação ao Brasil, é de se admitir que muitos fossem oriundos de famílias nobres, submetidos à escravidão em resultado das variadas lutas internas por questões de sucessão e outras.

Os escravos fixados em S. Tomé e Príncipe miscigenavam-se entre si e também com os moradores livres, na medida em que muitos senhores tomavam as escravas para suas mulheres, cujos filhos eram livres e engrossavam a população mestiça. Do caldear constante das diversas raças e grupos étnicos, terá resultado uma população bastante mestiçada, não só no plano étnico, mas acima de tudo cultural. Em relação aos mulatos (filhos de brancos com escravas negras) cujo número deve ter crescido significativamente ao longo do séc. XVI, o seu papel parece ter sido de enorme importância em todo o processo de colonização, não obstante desconhecer-se o seu peso demográfico.

Os angolares, um outro grupo étnico, constituíam uma população distinta da restante, e durante séculos viveram quase completamente isola-

dos. Atribuem-se as suas origens a um naufrágio ocorrido a sul da ilha de S. Tomé, quando um navio carregado de escravos provenientes de Angola se dirigia para o Brasil. Este facto ter-se-ia dado por volta de 1544, e os angolares teriam feito a sua primeira aparição em 1574, quando atacaram e destruíram numerosos engenhos de açúcar.

Entre a população branca não havia uniformidade de interesses, podendo referir-se três subgrupos:

1.º – Afeto ao poder político, composto pelos representantes da coroa, cuja autoridade assentava no poder régio; 2.º- constituído pelo clero e cujo poder dimanava das leis divinas e do seu múnus apostólico; 3.º – composto pelos senhores de engenhos que se apoiavam na sua riqueza e nos seus numerosos escravos, verdadeiros exércitos. O seu fácil acesso aos cargos camarários também lhes permitia o exercício do poder.

Havia também entre a população negra dois subgrupos: o dos escravos e o dos negros livres. Este último, começara a constituir-se com a aplicação do diploma régio de 1515 que dera liberdade às escravas dos primeiros povoadores, bem como a toda a sua descendência. Dois anos mais tarde seriam também libertos os escravos varões e seus filhos.

Sublinhe-se a existência de um grupo humano, na maior parte dos casos política e socialmente bem definido, constituído pelos mestiços. Fruto do relacionamento entre os senhores e suas escravas, rapidamente começa a ganhar projeção na vida económica, política e social da colónia. Desde 1520 que serviam nos ofícios da câmara e, em 1546, foi-lhes confirmado o direito a preencherem cargos públicos. Lentamente e à medida que foram herdando os bens dos seus progenitores, os mestiços foram-se tornando numa importante força social que ora se aliava ora rivalizava, quer com os brancos quer com os negros.

Se durante a primeira fase da colonização de S. Tomé e Príncipe, no séc. XVI, a sociedade se estruturara em torno da produção do açúcar, extinta essa base económica, ela reorganiza-se, entre os finais do séc. XVII e sensivelmente os meados do séc. XIX, à volta do comércio, principalmente o comércio de escravos. A passagem da economia açucareira para um sistema dependente de um comércio essencialmente voltado para o exterior, que não estimulava a produção local, agrícola ou manufatureira, teve como consequências a quebra da população branca tanto em S. Tomé como no Príncipe, o aumento do número de libertos e a ascensão dos mestiços e pretos a cargos de responsabilidade governativa. Esse fenómeno estimulou os preconceitos raciais, não permitindo, por vezes, que se possa estabelecer as fronteiras entre os conflitos étnicos e os gerados pela luta para o preenchimento dos cargos de maior importância.

Nos séculos anteriores, os dois grupos sociais mais importantes continuam a ser, no séc. XVIII e grande parte do séc. XIX, o dos moradores livres e, por outro, o dos escravos. Porém, a análise dos grupos sociais exige que se tenha também em consideração os fatores de natureza étnica, fazendo-se a devida distinção entre brancos, mestiços e pretos. A população livre, cuja percentagem média não atingia os 30% da população geral das duas ilhas, era composta essencialmente por mestiços e pretos. Os brancos, grupo mais privilegiado entre os moradores, ocupavam os principais cargos da governação. O preenchimento pelos europeus do nível hierárquico mais elevado do poder civil, eclesiástico e militar, conferia-lhes o controlo do aparelho político e administrativo e, conseqüentemente, do sistema económico. De notar que, a maior parte das vezes, era o poder económico que permitia a ascensão a cargos importantes, principalmente na estrutura militar ou no senado da câmara. O senado da câmara, sendo um órgão eletivo, só os mais ricos podiam, com mais facilidade, garantir a sua eleição, em virtude dos benefícios que prometiam aos eleitores.

Muitos dos cargos eclesiásticos de maior importância eram ocupados por brancos até ao séc. XVIII, altura a partir da qual os mestiços e pretos começam a ter uma posição dominante. Os mestiços também ocupavam cargos cimeiros da administração, embora abaixo dos brancos. Eram proprietários de muitas roças, herdadas dos seus progenitores, e constituíam, pensamos, o grupo qualitativamente mais significativo entre os proprietários de terras.

No último escalão dos moradores estavam os pretos forros, cuja ascendência remontava ao séc. XVI. O seu número e importância aumentou significativamente ao longo dos séculos, em resultado da concessão de variadas cartas de alforria, bem como da diminuição sistemática da população branca, representando nos finais do séc. XVIII, cerca de 95% da população livre. Os forros tinham-se tornado proprietários de terras, participavam no pequeno comércio interno, no comércio de escravos com a costa africana e ocupavam cargos no senado da câmara e no aparelho judicial, servindo como juizes eleitos.

Por fim, encontravam-se os escravos, um grupo populacional constantemente renovado. Podiam ser oferecidos ou livremente transacionados nas ilhas ou para fora delas. A sua percentagem rondava, durante o séc. XVIII, em média, os 70% da população.

## **Os conflitos sociais**

A convivência entre os diferentes grupos sociais e étnicos não era fácil, pois, assentando o seu relacionamento em numerosos interesses contraditórios, esse facto provocava uma rivalidade permanente. A amálgama de grupos tão díspares só podia originar uma sociedade em constantes convulsões. Dois importantes fatores contribuía para essa situação: os conflitos institucionais resultantes das frequentes discórdias entre os diferentes centros de poder e as muitas e variadas revoltas de escravos. Aliás, a desorganização política e social provocada pelos conflitos institucionais propiciava este ambiente de constante agitação, que terminava, não raras vezes, em atos de sublevação.

A existência, em exíguo espaço territorial, de milhares de escravos, se permitia uma rentabilização económica mais intensa, ocasionava, por outro, o eclodir de numerosas revoltas, facilitadas pelo clima de instabilidade política e institucional. A partir da segunda década de quinhentos, começam a dar-se as fugas de grande número de escravos para o mato. Aí, organizavam-se em grupos que se guerreavam e atacavam as plantações de açúcar, tornando-se necessário fazer-lhes guerra, a fim de os manter afastados.

Em 1594 degrada-se o frágil equilíbrio institucional que então se vivia em S. Tomé, devido a um facto aparentemente simples, resultante da definição de competências entre o tesoureiro dos defuntos e ausentes e o provedor da Santa Casa. O estado de conflitualidade entre estas autoridades manteve-se por longo tempo, até que em Julho de 1595, Amador, um dos escravos afetos ao partido do bispo, tirando proveito da agitação social reinante, decide liderar uma revolta de escravos. Essa revolta foi, sem dúvida, de todas a mais violenta, de maiores proporções e cujas consequências marcaram indelevelmente o ponto de viragem de uma economia ainda florescente, fundada na produção açucareira.

Um facto de enorme importância a ser referido é que, ao longo dos três primeiros séculos de colonização havia-se constituído uma população negra de homens livres, originária dos escravos que foram sendo libertados em virtude das cartas de alforria, concedidas a partir de 1515. Essa população negra e mestiça que havia ascendido a cargos importantes da administração e do poder eclesiástico, preenchendo o vazio deixado pelos brancos que já não encontravam na exploração agrícola uma base sustentável para permanecerem nas ilhas, havia-se tornado ela própria traficante de escravos, negociados na costa africana graças ao tabaco de

contrabando, proveniente da Baía, sendo também detentora de muitas propriedades agrícolas repartidas por dezenas de roças e rocinhas.

### **As crenças**

Para uma melhor compreensão do relacionamento social então desenvolvido, torna-se necessário inserir o papel das crenças religiosas no complexo fenómeno da convivência em S. Tomé e Príncipe. Com efeito, a igreja nasceu nas referidas ilhas com a formação da própria sociedade, e nela participando a nível de todas as estruturas; a igreja era um elemento indispensável na tomada das decisões políticas e administrativas; era parte ativa do sistema produtivo; e era o polo catalisador de grande parte dos conflitos sociais, quer os de natureza classista, quer os de origem racial.

A segunda metade do séc. XVIII conhece, com muito maior evidência, um fenómeno que se caracterizava por uma luta permanente entre os clérigos pretos e mestiços contra os clérigos brancos, pela posse dos lugares cimeiros da hierarquia religiosa em S. Tomé e Príncipe. Por outro lado, o acentuar da decadência económica da colónia, bem como das suas variadas instituições, refletia-se com grande clareza no estado da igreja. À medida que se aproximava o final do século, e se reduzia a navegação que escalava as ilhas de S. Tomé e Príncipe, introduzia-se o vício, a corrupção e a libertinagem no seio da própria igreja, cujo comportamento se afastava dos seus preceitos espirituais. Com o acentuar da decadência da igreja, o número e o nível dos seus ministros tendia a baixar. Cada vez mais aumentava a confusão entre os objetivos espirituais da igreja e os seus interesses temporais. Com isso reduzia-se o estado de assistência religiosa aos fiéis e os próprios templos se ressentiam, entrando em acelerada degradação.

Era convicção entre os brancos que a existência de cónegos pretos na sé era bastante negativa, visto que aqueles mal atingiam tais cargos ficavam tão exaltados que se atribuíam a si a competência do vigário-geral. O risco era tão grande, que podia suceder que cada cónego se sentisse como um bispo, sem que o vigário-geral nada conseguisse evitar, não os podendo repreender nem castigar, porque sendo naturais, tinham o apoio dos seus parentes. Não faltavam acusações contra os padres de S. Tomé e Príncipe de levarem uma vida dissoluta, cercados de amantes e filhos, com quem viviam abertamente e de forma escandalosa, propondo-se que, de futuro, não se admitissem os naturais ao sacerdócio, salvo se passassem num rigoroso exame de religião, latim e moral.

Era também sentimento prevalecente entre os brancos que os padres pretos tinham um «intranhável ódio» aos brancos, o que dava lugar a repetidos confrontos, que em muito contribuíam para a ruína de S. Tomé e Príncipe. É provável que por detrás de muitos conflitos se escondesse apenas uma luta pelo poder, da qual não é fácil isolarem-se os aspetos ráticos, quando o confronto se travava entre pretos e brancos.

### **Os costumes**

Não são abundantes as informações contidas nos documentos a respeito dos hábitos da população. O modo de preenchimento do seu tempo, as suas técnicas de trabalho, o seu nível cultural, bem como outras manifestações dos habitantes de S. Tomé e Príncipe raramente são referidos nos documentos respeitantes aos primeiros séculos da história das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Sabe-se, todavia, que tais hábitos e práticas se enraízam nos diferentes povos e culturas que estiveram na base do povoamento inicial das ilhas e daqueles que posteriormente as foram habitar, principalmente os escravos. Por essa razão, muitas das manifestações culturais da população de S. Tomé e Príncipe são a resultante de um processo de convivência dos diversos povos com os seus diferentes modos de estar e de sentir, que ora se entrecrocavam, ora se fundiam, na busca constante de um equilíbrio.

A tendência da população para se concentrar nas cidades e seus arredores era mais que evidente na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVIII. Pelos censos populacionais de 1770 e 1777, verifica-se que, em média, 60 % da população de S. Tomé vivia nas freguesias da Sé e Conceição, correspondentes à cidade de S. Tomé, revelando tendência para o aumento. É evidente que os dados dos censos eram demasiado incompletos relativamente ao número de escravos que viviam, numa elevada percentagem, nas zonas rurais. Permitem-nos, todavia, concluir, face aos números conhecidos, que a maior parte dos moradores livres se concentravam na cidade de S. Tomé e seus arredores, sucedendo o mesmo no Príncipe, embora em menor escala.

A cidade de S. Tomé, fundada por alvará de D. João III datado de 1535, e que fora durante séculos capital das colónias portuguesas do golfo da Guiné, cede esse lugar, em 1753, à cidade de S. António, na ilha do Príncipe. O monarca fundamentou a sua decisão na elevada mortalidade dos governadores, ouvidores, bispos e outros moradores brancos em S. Tomé, motivado pelo seu clima mais insalubre que o do Príncipe.



Segundo ele, S. António encontrava-se encravada num vale cercado de altas montanhas e espesso arvoredado, entre dois rios, não tendo de modo algum melhor clima que o da cidade de S. Tomé. Por outro lado, o Príncipe apresentava muitos inconvenientes relativamente à ilha de S. Tomé, pela sua menor dimensão, fertilidade, e abundância de frutos, gado e outros géneros alimentícios. Porém, o Príncipe apresentava a vantagem de possuir mais escravos, na sua maioria sob um maior controlo, bem como os seus habitantes terem um comportamento menos agitado e libertino que os de S. Tomé, passando mais tempo nas suas roças.

Nas cidades, centro do comércio e de intercâmbio com os navios do tráfico, os moradores, ao que parece, levavam uma vida de grande ociosidade, «onde todos pugnavam pela obtenção de lucros rápidos e fáceis». Se tivermos em consideração a extrema desorganização administrativa de S. Tomé e do Príncipe, as rivalidades e os conflitos institucionais entre os diferentes órgãos do poder, os vícios e o contrabando que se haviam instalado no comércio, facilmente se poderá imaginar a vida de libertinagem e ociosidade de muitos moradores, principalmente nos centros urbanos.

Tais hábitos, aliados ao luxo entre os mais abastados que normalmente se instalam nas sociedades escravocratas, conduzia a uma ostentação não alicerçada no trabalho, mas fruto, principalmente do comércio ilícito e do contrabando. Esse modo de estar refletia-se negativamente na produção agrícola, facilitava a redução do trabalho dos escravos e até a sua fuga para o mato. Dizia-se dos moradores de S. Tomé e Príncipe, que eram «summamente preguiçosos», porque dispoendo de terrenos férteis onde podiam colher duas vezes por ano, eram quase todos pobres, o que causava grandes conflitos. Acrescentava-se que os forros não queriam trabalhar, e que vivendo em contínua libertinagem, só iam ao campo para roubar; que nem os escravos trabalhavam, porque os «senhores com os officios, (que a mayor parte servem) e com o pequeno negócio com os navios, que entrão neste porto, abandonão o cuidado da cultura, os poucos que cuidão nella, os abandonão os escravos».

Os moradores livres e de posses de S. Tomé e do Príncipe vestiam-se, habitualmente à moda da Europa, com roupas de seda, bordadas a ouro e prata, fazendo-se transportar pelas ruas em redes carregadas por dois escravos, ou debaixo de grandes chapéus de sol levados a muito custo por um escravo. As mulheres de posses nunca saíam sem serem transportadas em redes, acompanhadas de numerosas escravas que sobre as suas senhoras mantinham um enorme toldo. Muitos homens de condição social inferior usavam camisas sem mangas e calções confeccionados com panos

da vizinha costa africana. As mulheres da sua condição social «envolviam-se em panos à moda da Guiné».

Entre a população de S. Tomé e do Príncipe, muito poucos sabiam ler e escrever, embora Cunha Matos, refira no primeiro quartel do séc. XIX, que os rapazes da cidade «todos lêem e escrevem mal: alguns aprendem tanto latim que basta para entender uma lição do Breviário». A língua principal de comunicação era, certamente, o português, não obstante existirem em pleno uso os crioulos de S. Tomé e do Príncipe. Segundo Gaspar Pinheiro da Câmara, os naturais tinham a sua própria «língua e completa, com pronúncia labial, embora todos soubessem falar o português», com exceção dos «negros do mato, ou novamente resgatados», além de muitos que falavam a língua franca, pelo menos o suficiente para realizarem o comércio com os estrangeiros.

O povoamento nas zonas rurais concentrava-se nas vilas, sedes das paróquias, e roças mais importantes. A organização das roças, que permaneceu, no essencial, até aos nossos dias, era idêntica à do Brasil. As povoações rurais, pelo menos no Príncipe, eram as roças dos particulares, nas quais «se ajuntavam os pretos de ambos os sexos, estabelecendo-se famílias, que viviam em redor de uma larga praça denominada o terreiro da roça». Ao conjunto da referida praça e das casas dos escravos chamava-se sanzala, que era dirigida pelo capataz, um negro cativo escolhido dentre os outros do mesmo senhor, a quem se conferiam amplos poderes, segundo a vontade do senhor, que na roça era a única lei. O proprietário da roça tinha poderes para tudo, considerando-se, por vezes independente até do poder eclesiástico.

## **O sentimento nacionalista**

Os naturais da África colonial portuguesa residentes em Lisboa não se contentavam com a situação prevalecente nas suas terras nos começos do séc. XX, com as populações transformadas em *bestas* e sujeitas ao trabalho forçado, deportadas de umas colónias para as outras sem esperanças de repatriamento e, no caso de S. Tomé, espoliadas das suas terras ancestralmente herdadas e constantemente ameaçadas pelo trabalho contratado. Afirma, a esse respeito, Mário Pinto de Andrade «[...] que a dinâmica associativa é nos seus primórdios, obra dos nativos de S. Tomé e Príncipe que sobreviveram economicamente à luta implacável pela posse de terra, desencadeada no decurso do séc. XX, após a abolição das relações escravagistas de trabalho e organização de uma estrutura económica

baseada no capital [...] Originários da camada social de proprietários agrícolas, filhos de funcionários e comerciantes, alguns dos membros viriam a exercer profissões liberais e a ocupar funções administrativas no espaço colonial e igualmente em Portugal. Trata-se da elite representativa de uma pequena burguesia embrionária (urbana e rural) não homogênea, cuja vocação natural declarada é a direcção do poder autónomo ou regionalista, no seu próprio método. São os letrados do sistema» que tomaram sobre si a missão de contestar e de defender seus irmãos de raça. O ardor da mocidade e a contestação própria que lhe é inerente fez desde logo destacar jovens santomenses como Ayres de Meneses e José Cunha Lisboa, na altura estudantes da Faculdade de Medicina e de Engenharia; «teriam sido estes os promotores da Associação dos Estudantes Negros e da Liga Académica Internacional dos Negros; por essa altura (Outubro de 1900) foi constituído o Centro Colonial vocacionado para a defesa dos assuntos respeitantes à agricultura e economia em S. Tomé e Príncipe [...]».

A proclamação da República em 1910 criaria perspectivas para a expansão e articulação das associações, que trocariam informações mais profundas entre si. Criaram-se assim em S. Tomé *A Liga dos Interesses Indígenas* (1910), o *Grémio de S. Tomé* (1906) e a *Caixa Económica de S. Tomé* (1905), todas com o objetivo de promover o desenvolvimento moral e intelectual dos sócios. A Caixa Económica de São Tomé, por exemplo, tinha como objetivo capitalizar o dinheiro depositado pelos seus sócios numa atitude até certo ponto ameaçadora para as autoridades, pois que contribuía para reforçar o poder económico dos naturais.

Foram criados outros jornais de denúncia com os santomenses em lugares cimeiros de redação, nomeadamente, *A Voz de África*, *O Progresso*, *Tribuna de África*, *O Negro*, entre outros. Salientamos, por exemplo, as ações de denúncia da *Voz de África* que puseram à tona um problema delicado que se prendia com o recrutamento da mão-de-obra, baseada na acusação dos angolanos ao governo português sobre a continuidade da escravatura, agora praticada de forma encapotada com o nome de trabalho servil: «[...] compra-se e vende-se gente, exactamente como se vendem e compram animais», continuando ainda a ser transportados em más condições em situação que fazia lembrar a situação anterior do comércio atlântico de escravos.

Salustino da Graça do Espírito Santo que deu uma grande contribuição à *Sociedade Comercial Africana* aproveita para mostrar aos nativos das ilhas, seus compatriotas, que o seu futuro não está garantido com a sua participação no funcionalismo público, conforme apregoa o poder, mas na luta pela elevação dos valores da educação e de independência eco-

nómica; «[...] É lá que o indígena tem de procurar a Estrela de libertação, devendo os africanos orientar todos os seus esforços para a agricultura» numa clara atitude de desafio à ordem então imposta.

A crise da mão-de-obra nas roças do cacau agudizava-se à medida que passava o tempo e aumentavam as dificuldades de angariação de serviçais nas outras colónias. Essa situação era várias vezes mencionada nos relatórios dos governadores e administradores do concelho da então província, pois não conseguiam submeter a população nativa aos trabalhos agrícolas. Veja-se, por exemplo o que dizia o capitão Salgueiro Rego sobre o assunto: «[...] os roceiros, faltando-lhes os homens para o trabalho, procuravam lançar mãos aos nativos».

Nos finais de 1952 e princípios de 1953, época dos chamados melhoramentos públicos da cidade de S. Tomé, numerosos nativos foram presos sob acusação de uma «conspiração comunista» na base da qual estava o recrutamento, inclusive, dos funcionários públicos nativos para o trabalho das roças, o que culminou no massacre de 1953 que marcou, no dizer de João Medina, «[...] o início da badalada da descolonização [...] [com] os primeiros incidentes sangrentos que tinham oposto os colonizadores portugueses às populações africanas [...]». Tal massacre marcou o início da tomada de consciência para a necessidade da luta organizada com vista à autodeterminação política face à crueldade de atuação das autoridades coloniais nas ilhas.

As ideias propaladas pelos nacionalistas africanos e santomenses, em particular, nos supracitados jornais não poderiam agradar ao Governador Carlos Gorgulho e ao poder vigente por porem em causa os interesses dos colonos nas províncias ultramarinas e, obviamente, nas ilhas, rotulando Salustino Graça, Tomé Agostinho das Neves, José Pedronho e outros de serem «[...] membros de uma perigosa seita política», por estarem a exercer uma influência nociva junto dos seus compatriotas. Gorgulho teve de se confrontar com a presença dos mesmos nas ilhas durante a sua governação (com exceção de Tomé Agostinho das Neves, que trabalhava em Angola), tendo tudo feito para os perseguir por serem considerados elementos perigosos.

A esse propósito escreve Mário Pinto de Andrade: «[...] Ao nível colectivo, as gerações vindouras vão reter a vontade de organização e o espírito unitário [...] A sobrevivência de personalidades notáveis pela sua coerência vertical entre os seus actos e as ideias nativistas, emancipadoras, fá-los-á designar pelo poder colonial como elementos potencialmente subversivos. Tal é entre outros casos, o do engenheiro agrónomo Salustino Graça Espírito Santo, que será implicado pelo governador Carlos Gorgulho

na direcção da resistência do povo de São Tomé ao recrutamento forçado para o trabalho das plantações, resistência esmagada aquando dos massacres de 3 e 4 de Fevereiro de 1953».

Desiludido com o clima de violência que se gerou com os acontecimentos de Fevereiro de 1953 e que as autoridades portuguesas nada faziam para pôr cobro, alguns santomenses começaram a fazer denúncias no exterior através de amigos e familiares. Escreve por exemplo Salustino Graça ao advogado Palma Carlos, que posteriormente iria às ilhas em defesa dos injustamente presos nesses acontecimentos: «[...] Ao mesmo tempo que o Governador, sem consciência, se queixava de mim a toda a gente da sua casta, detratando-me, sem base, por todos os sítios, onde tinha acesso, mandava-me emissários para conseguir a minha colaboração, queixando-se simultaneamente de que eu não queria colaborar com ele [...] Manobras tenebrosas foram esses fingimentos! Mas, por outro lado, como a consciência não me acusava de ter produzido dano ao senhor Governador deixava-me ficar no remanso da minha casa, nunca tomando parte em qualquer manifestação, nunca aplaudindo ou reprovando a sua obra, apesar de que ele bem sabia que eu não podia aplaudir uma obra alicerçada em sangue, rusgas constantes, pancadaria e mortes produzidas nas brigadas de trabalho escravo, capitaneado por facínoras [...]»

O ano de 1953, em que se deu o «Massacre de Batepá» pode assim ser considerado o momento da rutura entre o desejo incontido de uma emancipação, edificada ao longo de séculos no seio de uma sociedade encerrada em profundas contradições e ruturas e o desabrochar de um novo capítulo da história dos naturais de S. Tomé e do Príncipe, com a tomada de uma consciência sólida da necessidade de desencadear uma luta política organizada, capaz de conduzir à conquista da independência nacional, que seria o culminar de um sonho de gerações de homens e mulheres unidos pelo desejo de liberdade.

### **Considerações finais**

Cinco séculos após o início do povoamento das ilhas de S. Tomé e do Príncipe, cuja breve síntese procurei apresentar, pode-se concluir que uma enorme alteração se foi efetuando ao longo do tempo nas características comportamentais dos seus habitantes, guardando, todavia o que de mais característico e essencial existe no seu modo de ser, dando razão aos que afirmam que o ADN dos povos não se altera. Ainda hoje os ilhéus de S. Tomé e do Príncipe continuam encarcerados nas sombras dos fantas-

mas do seu passado, isto é, limitados nos seus horizontes, não obstante algumas mudanças impostas pela massificação das novas tecnologias de comunicação e de informação que penetram em todas as fronteiras.

Explica-nos a história que as mentalidades são movimentos de longa duração e que por isso teimam em perdurar, com consequências profundas nos tempos modernos de um mundo globalizado e acelerado, em que a luta pela sobrevivência económica dos países vai muito para além das suas fronteiras físicas. Os naturais de S. Tomé e do Príncipe poucas vezes se dão conta que não são o centro do mundo, que para além do mar que vem morrer junto às suas praias, há outros mundos, outros povos, outras culturas, há um desenvolvimento para lá das suas fronteiras que eles não conseguem imaginar, continuando envoltos nos seus conflitos ancestrais e estéreis, disputando o nada.

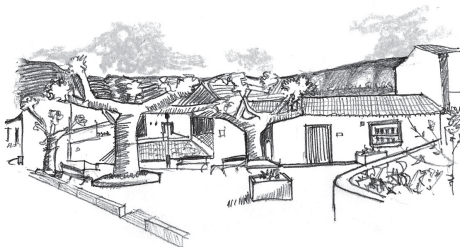
Nos finais do século XIX e começos e nas primeiras décadas do século seguinte, os naturais de Tomé e Príncipe que viviam no exterior absorveram as correntes emancipalistas do pan-africanismo e da negritude e lançaram gritos de liberdade, mas os residentes nas ilhas continuaram dependentes do seu passado no que respeita às questões do desenvolvimento.

Os ilhéus das referidas ilhas do equador, em pleno século XXI continuam sobrevivendo daquilo que a terra e o mar, de forma facilitada lhes fornecem, sempre com a esperança, escusando-se a fazer as necessárias ruturas com o passado, que a magia dos céus lhes traga melhores dias.

## Bibliografia

- ANDRADE, M. P. *As Origens do Nacionalismo Africano*, D. Quixote, Lisboa, 1997.
- AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal económico: Esboços de história*, 4.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1978.
- BOXER, C. *O império colonial português*, Lisboa, Edições 70, 1969.
- BRANCO, F. C. «O comércio externo de S. Tomé no séc. XVIII», *Studia*, n.º 24, Lisboa, C.E.H.U., 1968.
- BRASIO, A. «Estado religioso de S. Tomé e Príncipe em meados do séc. XVIII», *Portugal em África: Revista de Cultura Missionária*. 2.ª série, Ano 111, n.º 14 (Março-Abril), 1946.
- CALDAS, J. A. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, Edição fac-similar, Bahia, Tipografia Beneditina Lda., 1951.
- CAMPOS, V. «Os dias de descobrimento das ilhas de S. Tomé e Príncipe», *Elementos de história da ilha de S. Tomé*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1971.

- História de Portugal*, dir. de Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, vol. VI, 1934.
- LIMA, J. J. L. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na África occidental e oriental, na Ásia occidental, na China e na Oceania*, Liv. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- LOPES, E. C. *A escravatura (subsídios para a sua história)*, Lisboa, A.G.U., 1944.
- MATOS, R. J. C. *Corografia histórica das ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernão do Pó*, 4.<sup>a</sup> ed., S. Tomé, Imprensa Nacional, 1916.
- NEVES, C. A. *S. Tomé e Príncipe na 2.<sup>a</sup> Metade do Séc. XVIII*, Lisboa.
- NEVES, C. A.; CEITA, M. N. *Breve Síntese da História de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé.
- PINTO, M. R. *Relação do descobrimento da ilha de Sam Thomé, série dos sereníssimos reys de Portugal, desde o tempo que a dita ilha foy descuberta the o presente, catalogo dos bispos e governadores, cazos e sucessos que nella tem havido, com as noticias que pode descobrir Manoel do Rozário Pinto, natural da mesma ilha*.
- SALGUEIRO REGO (Capitão), *Memórias de um Ajudante de Campo e Comandante da Polícia*, Ed. do Autor, Lisboa, 1955.
- TENREIRO, F. «Aspectos da colonização da ilha de S. Tomé», *XVII<sup>o</sup> Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 5.<sup>a</sup> secção, Ciências Sociais, Lisboa, 1950.
- \_\_\_\_\_. *A ilha de S. Tomé*, J.I.U., Lisboa, 1961.
- VERGER, P. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Benin et Babia de Todos os Santos: du XVII<sup>ème</sup> siecle*, Paris, Mouton, 1968.



## MARCAS DE UM TEMPO EM QUE O CAMINHO ERA O MAR

CONCEIÇÃO CASTRO RAMOS

Testemunho de vivências na Ilha das Flores – Açores. Notas breves sobre a insularidade nas dimensões geo-histórica, sócio-económica, cultural e existencial.

Pertenço à geração daqueles, poucos, que saíram das Flores para estudar noutras ilhas.

Em cada ilha onde vivi, me encontro como fui – como sou hoje, neste voltar a casa: açoriana de várias ilhas, porque em todas aprendi crescendo.

Neste testemunho sobre a condição de ilhéu, tenho dois caminhos para uma viagem de regresso à Ilha sem sair de Lisboa, onde escrevo.

Um é recordar aspectos significativos do meu percurso pessoal reparado pelas ilhas entre o estudo e o trabalho. Percepções e representações de factos e acontecimentos singulares em contextos diferentes que são marcas de insularidade<sup>1</sup>.

---

Desenho: *Ilha das Flores, Fajazinha*.

<sup>1</sup> Por exemplo: a erupção do vulcão dos Capelinhos (de Setembro de 1957 a Maio de 1958). Nessa altura frequentava o Colégio de Santo António, na Horta. Acompanhei e vivi a incerteza, a angústia, o medo e até o deslumbramento em algumas fases da sua evolução. A mais amarga das viagens de então foi a que fiz, por este motivo, na *Espalamarca*, para S. Jorge onde a comunidade de religiosas e as alunas das Flores se refugiaram na Urzelina durante algumas semanas, até a situação se normalizar e conseguirmos embarcar para as Flores; a noção da diferença (social, económica e cultural) à chegada a S. Miguel (1962); a vinda de Lisboa para a Terceira (1981-1985) e a inesquecível vivência de um tempo forte feito de dificuldades e coragem na reconstrução da cidade, mobilizador de entusiasmo e entrega na construção da Autonomia em que tive o privilégio e o gosto de participar.

E se no desempenho das minhas funções, quando preparava ou tomava a decisão política, as minhas origens e condição estavam sempre presentes como critério importante, não foi menos importante a consciência que então adquirei de açorianidade no sentido que lhe deu Nemésio (Nemésio, 1975: 36).



O outro é contar aquilo que anda ligado à minha experiência, às pessoas e às coisas tocadas pelo sopro da sobrevivência. Retratos da condição humana na ilha em que nasci, sinalizando formas de ser e de estar de um tempo humano que a minha memória desenha do passado.

Vou por aqui, consciente de que situar a memória num lugar que nos pertence e a que pertencemos tem riscos. Oferecer o que se passou (nas décadas de 1950-60) como se ainda existisse não é um acto neutro. As vivências deixam marcas na leitura selectiva de factos e acontecimentos. A regressão constitutiva da memória desperta sentimentos e emoções que salpicando a visão da realidade espelham o modo como percebemos o mundo e o modo como existimos.

Mas talvez valha a pena correr o risco para tornar visíveis alguns traços do lado pouco conhecido de uma ilha solitária que persiste em ser referenciada por todos como paisagem paradisíaca, mas onde, paradoxalmente, ninguém quer lá viver para sempre.

Já em 1886, o Conde Vargas de Bedemar observava a este propósito que a ilha «merece bem o bello nome que os primeiros navegadores lhe puzeram». Contudo, este «Camarista d'El-Rei de Dinamarca, Director do Museu Real da História Natural e Socio da Academia Real das Sciencias em Compenhagen» não deixou de explicitar esta observação:

«[...] a braveza da sua costa, as rajadas de vento, o resto do *Gulfstream* (corrente d'agua vinda do golfo do Mexico) que passa entre o Corvo e as Flores, tornam este pequeno paraizo inacessível durante alguns mezes, e no resto do ano acessível sómente para as barcas» (Grosse, 1982: 10, 296).

Mas é sobretudo pelo olhar fascinado de Raul Brandão (1998) com a beleza da ilha que esta se transforma numa paisagem literária no momento em que é descrita como um paraíso, apresentada e adjetivada como «Floresta adormecida».

Ao ver a paisagem e as gentes na sua relação com o mundo, o autor terá percebido a ausência insuperável de um espaço social e concluiu de forma lapidar o perfil traçado com o desabafo: «uma vida inteira sem poder fugir senão para a morte, uma vida, outra vida, outra geração sem aventuras nem sonhos» (Brandão, 1998: 28).

Marcada pela inacessibilidade e pelo isolamento, pertença de muitos Senhores, «Os repetidos contractos a que se referem as Cartas regias de 1475, 1503, 1504 e 1528, mostram bem a pouca importancia que os donatarios ligavam, a estes solitários penhascos!» (Canto, 1879: 251).

E talvez, por isso, não haja muito que contar sobre o seu papel histórico e cultural, apesar de simbolicamente no mapa se situar no Atlântico entre o Velho e o Novo Mundo.

Excluída do convívio com as outras ilhas do Arquipélago, com o Continente e com o mundo, pela geografia e pela distância, entregue a si própria, porque votada ao esquecimento pelos Governos, a ilha das Flores não terá marcado presença na História Nacional e Açoriana<sup>2</sup> e foi certamente alheia à sua história aquando da celebração do Acordo Luso-Francês<sup>3</sup> (1961) em Lisboa, com consequências no património arquitectónico e sociocultural.

Isolada, pobre e ignorada perdeu o seu lugar na História. A audácia da fuga clandestina para a América em barcas que na sua rota rondavam a costa pela calada da noite, continuada mais tarde de forma legal pelas «cartas de chamada» dos primeiros emigrantes, a intrepidez na caça à baleia ou a luta inglória de amanhar a terra num clima adverso de humidade oceânica e ventos fortes que varriam a ilha constituíam gestos heróicos que a abordagem histórica no Estado Novo não valorizava.

Os sujeitos da História eram os descobridores do Arquipélago como um todo, deixando na irrelevância dos factos a descoberta e a colonização tardias desta ilha.

Contudo a temática do descobrimento e povoamento das Ilhas das Flores e do Corvo tem sido aprofundada e desenvolvida em vários estudos de investigação histórica nas últimas décadas, em obras de referência dos historiadores Artur Teodoro de Matos (2008) e José Guilherme Reis Leite (2012: 109-140).

É no contexto deste enquadramento determinado e determinante que o conceito de insularidade aqui se densifica pela sobreposição progressiva

---

<sup>2</sup> Por exemplo, nas lutas liberais e no 1.º movimento autonomista ligado a personalidades como Aristides da Mota (1855-1942) e Montalverne de Sequeira (1859-1939), descontentes relativamente à situação económica e político-administrativa que se fazia sentir; ou, mais recentemente (1958), alheada do sobressalto político com a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

<sup>3</sup> Se é certo que este Acordo sobre a instalação de uma base de telemetria lhe abria uma outra porta e lhe dava acesso a conviver de perto com gente de outra cultura, também lhe desfigurava a Vila naquilo que ela tinha de harmonioso: o ordenamento das suas ruas em relação ao Monte das Cruzes. A destruição de uma das mais simbólicas ruas com o nome da Vila e a demolição das casas que marcavam uma época. Casas com história: a casa da Sra. D. Helena e do Sr. Mendonça, a casa *grande* do Vitorino América, única na Vila, revestida a azulejos azuis e brancos, sobre a qual existia a crença de que era assombrada, a do Sr. Camacho e outras, substituídas pela faixa negra de alcatrão do aeroporto em nome do «progresso» de uma base estrangeira. Com elas morreu a alegria das pessoas que as habitavam, e o cais perdeu o protagonismo mencionado.

de uma insularidade geo-histórica que, por sua vez, induz uma insularidade sócio-cultural e existencial que o seguinte apontamento pretende ilustrar.

### **Um olhar sobre o passado à distância de muitos anos...**

Sempre que pretendo encontrar um ponto de partida para descrever os anos da minha infância, a primeira recordação em que tropeço é o dia de «S. Vapor», na Vila de Santa Cruz. Desconheço se este acontecimento teve igual relevância nas ilhas de Baixo. Nas Flores e no Corvo marcava o ritmo de vida, de mês a mês quando as condições do mar o permitiam.

Naquele dia, logo ao amanhecer respirava-se a alegria de ressuscitar da mornaça e do silêncio que habitualmente pairavam sobre a ilha. Um corrupio de gente de todas as freguesias e um sair de casa dos da Vila para a chegada do vapor.

Tudo se passava entre a praça e o cais.

A praça é o centro da Vila que se desenvolveu no sopé do Monte das Cruzes – uma pequena elevação de lavas escoadas numa ilha em que os vulcões adormeceram desde 1799.

À praça chegam duas ruas que fazem a ligação com o lado oriental e ocidental da ilha. Dele partem todas as outras que vão dar ao cais das Poças e ao cais do Porto.

De longe e de perto, os Florentinos passavam na minha rua em grupos de dois ou três, apressados numa atitude de quem sabe o que vai fazer e tem um encontro marcado.

E o gado não ficava «em casa». Caminhava noutro passo ao lado dos donos, indiferente ao estímulo da aguilhada, na sua lentidão obediente e silenciosa ignorando o seu destino num qualquer matadouro de Lisboa.

Os transeuntes vinham endomingados nos seus fatos de luto cerrado – que em alguns casos havia de ser o traje de toda a vida, ou exibindo roupas de cores garridas que parentes ou amigos tinham enviado da América em sacos de lona branca, onde uma caligrafia desenhara a preceito e a tinta-da-china o endereço, fazendo sobressair no remetente a traço grosso a origem: USA.

E as autoridades marítimas (o Cabo do Mar e o Guarda-Fiscal) estugavam também o passo para chegar antes do *Carvalho Araújo* ou do *Cedros*, cuja partida do Corvo fora anunciada pelo telégrafo e o binóculo pessoal avistara já a meio canal.

Era um dia especial marcado pela divisão entre o trabalho e o lazer, visto que no comércio, na Capitania e nos Correios o trabalho não dava

tréguas. E acontecia ser mesmo dia santo na Escola, quando o Senhor Bispo ou alguma autoridade visitava a ilha.

No Açucareiro, um terraço sobranceiro ao Cais das Poças e nos dois lances de escadas que lhe dão acesso, de pé apoiados «na sombrinha» – acessório obrigatório em todas as estações, ou encostados ao murete, todos procuravam tomar lugar na primeira fila.

Evitavam assim ter de espreitar o movimento de embarque e desembarque de passageiros que as «gasolinas» *Aida*, a *Maria Palmira* ou a *lancha do Zé Augusto* num vaivém coordenado traziam e levavam para bordo.

Murmurava-se em surdina a vida de cada um: fulano ia a S. Miguel tratar dos papéis para a América, este ia consultar médico na Terceira e aquele outro de visita à filha que casara no Pico. Lamentava-se que sicrano ia para S. Rafael na Terceira, porque «pegara de cabeça» de tanto cismar, acrescentando de imediato e mudando de tom os porquês da doença.

Os parentes que vinham de visita da América e haviam de trazer no baú pequenas *lembranças* para distribuir pela freguesia eram reconhecidos com exclamações espontâneas de alegria e admiração.

Os comentários sobre seminaristas e estudantes eram de outra natureza. Dizia-se abençoado o dinheiro que os Pais ou a Madrinha empregavam nos seus estudos. O critério de análise era o mesmo para os estudantes, socialmente avaliados com a expressão «boas cabeças», que davam valor aos sacrifícios dos Pais, que tinham pedido dinheiro emprestado, vendido um cerrado ou embarcado uma rês para os mandar estudar lá fora.

Os estudos representavam uma outra forma de fugir à condição adversa de viver na ilha. Obter um diploma do Curso Geral dos Liceus ou do Magistério Primário era uma espécie de apólice de seguro para uma vida melhor.

Esta visão da educação, enquanto valor e via de ascendência social, traduzia, de certa forma na sabedoria intuída daquela gente, a noção de que «É a Educação que faz a diferença entre os homens» (Locke, 1693).

Os caixeiros-viajantes, outros passageiros frequentes por altura do verão, que a única pensão da Vila acolhia familiarmente, traziam com eles, num falar desenvolto de quem pertence a outro meio, as novidades de «lá de fora» e as tendências da moda, com algum atraso, claro.

Enfim, aquele cais de pedra sem idade – porta da ilha para o mundo – era também um palco, onde os diferentes actores sociais desfilavam histórias de vida, revelando a sua mundividência.

Havia um outro lado do cais reservado às mercadorias para exportação (lacticínios ou produtos transformados da baleia: o óleo e a farinha) que não se confundiam com os bens que desembarcavam: o açúcar, a farinha de trigo, o azeite, sacos de amendoins, caixas de sabão, seiras de figos passados e tabaco.

Uns e outros eram indicadores de posses e necessidades de uma economia precária de subsistência.

Quando horas depois – a meio da tarde, o navio levantava ferro, desaparecendo lentamente para oeste em direcção à Vila das Lajes, desvanecia-se com ele o bulício do dia.

A Vila retomava o seu ritmo de sempre – fechada em casa – não sem antes cumprir o ritual de esperar o carteiro. Assomava-se à janela ou ao portão para receber as cartas que, a par das notícias, haviam de trazer um dólar ou dois e o anúncio de uma encomenda.

Até ao próximo vapor, vivia-se a condição de cativos do tempo (do milho, do peixe, da baleia, do sargaço) e do desejo de partir.

Nas Flores, não se vivia, o mesmo ritmo do tempo. Gente de muitas gerações submetidas ao modelo de vida habitual repetitivo, o horizonte omnipresente do mar exercia nelas o fascínio do sonho com outras terras que cumpririam a resposta a todas as carências sentidas.

A monotonia dos dias só se quebrava quando no Monte das Cruzes a bomba rebentava na vigia, anunciando baleia à vista, que os panos brancos estendidos na relva iam indicando a posição e a orientação seguida, ou pelo pregão de peixe fresco (enfiadas de moreias pintadas, cherne e congro), peixe do fundo que no verão era muito apreciado, substituindo a comida de todos os dias: sopas de leite, pão com café, carne de porco ou bonito salgado.

O peixe miúdo não se vendia, excluindo a sardinha que a Floripes das Lajes trazia num burro carregado com dois cestos de vime, depois de ter feito a pé o caminho entre os Terreiros e Santa Cruz.

As mulheres de Caveira, essas batiam às portas para vender um prato de amoras ou um molho de agriões por *dois* (escudos) e *meio* e, por encomenda, cestos de flores de miolo de hortênsia que simbolicamente eram enviadas para a América ou para Lisboa como recordação da ilha, retribuindo alguma atenção recebida.

Este tempo prosaico e profano era pontuado pelas festas religiosas (as coroações do Espírito Santo, a festa do Mato, de Santa Filomena nos Mosteiros – padroeira dos estudantes, de Nossa Senhora dos Milagres no Corvo, que incluía a tosquia das ovelhas, entre outras).

A sociedade era ordenada sem grandes diferenças de riqueza ou de autoridade (o Juiz-delegado, os Professores, o Médico, o Oficial de Dili-gências...) e os ofícios tradicionais passavam de pais a filhos.

O sentimento de igualdade era regra geral. E quando era o caso, nas relações de trabalho entre patrão e empregado, a subalternidade não se vivia. Não me lembro de pobres de pedir. Talvez um sentimento de

dignidade os levasse a conter a satisfação das necessidades pela limitação dos recursos.

O pequeno comércio a retalho adaptara-se a um regime de crédito – misto de confiança entre gente que se conhece e a necessidade de gente que, tendo posses, precisa de pedir fiado, já que as sociedades importadoras de Lisboa tardavam sempre em pagar o dinheiro das soldadas da faina da baleia ou do gado e dos lacticínios exportados, o que gerava situações penosas e embaraçantes<sup>4</sup>.

Se tomarmos em conta os indicadores sociais normalmente utilizados para contrastar entre os dois mundos em que a ilha se situava ou mesmo até entre esta e a ilha de S. Miguel (classes sociais e estratificação social, relações capital/trabalho, estatísticas sociais, padrões de consumo ou de reprodução social, etc.) conclui-se facilmente que as Flores não se enquadrava em nenhum deles. Também aqui era inconfundivelmente periférica e irrelevante.

### **Uma condição tecida entre a solidão e o sonho de partir**

O apontamento da memória anteriormente descrito, porque centrado num dia singular e ao contrário de todos os outros, não pode expor de modo explícito a «forma do costume» de uma vida contínua entre a solidão e o sonho que Pedro da Silveira (1952) e Alfred Lewis (2010) retrataram de forma tão expressiva e que neste ponto devo referir.

Embora em géneros literários diferentes e sobre gerações anteriores à minha, há um traço de continuidade e consonância nas várias dimensões da insularidade e das suas causas na leitura sociológica destes autores.

A visão de uma ilha repartida entre dois mundos coexistentes, simultaneamente reais e psicológicos: por um lado a ilha e a América, e, por outro lado, um sentimento de «solidão atlântica» (Nemésio, 1997), alimentando a esperança e o mito de que transpondo o mar se alcançaria, na outra margem, uma terra de prosperidade que se deseja e o horizonte esconde.

Um traço comum de identidade que em tese define a ilha como um «ser-relação», entre dois referentes: o confronto entre a realidade marcada pela pobreza, pelo imobilismo e pela ausência de futuro e o mito da América tecida geração a geração – sobre o que existe para além da realidade imediata.

---

<sup>4</sup> Lembro-me do Francisquinho da Loja do Senhor Flores atrás do balcão, com o lápis atrás da orelha, com o rol aberto e um olhar por cima dos óculos, dar o aval ao montante que podia ser gasto.

«Ilha  
Só isto:  
O céu fechado, uma ganhoa  
Pairando. Mar. E um barco na distância:  
Olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,  
Califórnia perdidas de abundância.» (Silveira, 1952: 17)

No quadro sensível deste poema Pedro da Silveira, para além de mencionar os axiomas da insularidade, faz-lhe um retrato a corpo inteiro. Marca-lhe os limites com um círculo traçado em volta para captar e isolar a realidade da Ilha, ao mesmo tempo que lhe desvenda a alma.

E se em Pedro da Silveira (1952) a função poética é mais sugestiva do que descritiva, em *Minha casa, minha ilha*, Alfred Lewis (2010) tornou compreensível essa visão. Não acrescenta nada de substancialmente estranho à visão já descrita, sublinhando tão-só mais energeticamente aquilo que Pedro da Silveira dera a conhecer.

Num discurso e diegese cativantes, porque genuínos, este açoriano que emigrou para a América e lá viveu sem voltar a casa, aborda o quase solipsismo da ilha imersa na luta pela sobrevivência em várias dimensões (socio-histórica, sociocultural, existencial...) tornando presentes os sons, os sabores, as crenças e as atitudes. É um olhar situado no tempo em contraponto ao pensamento e cultura americanos.

Uma visão mítica da América alimentada por histórias de antepassados ou testemunhos familiares de lá regressados que colonizavam o desejo e o imperativo de partir.

Poder-se-á dizer que o mito se sustenta da tensão entre a racionalidade e a utopia, porque a ilha continha em si uma realidade territorial básica, ao mesmo tempo limitada e aberta, quadro em que a América é vista por uns como uma nuvem e terra alheia onde a identidade se perde:

A América é como uma nuvem, está longe do alcance e aqueles que a alcançam não encontram lá cerrados de milho como os que vês aqui... Lá serás um estrangeiro entre estrangeiros (Lewis, 2010: 12).

E por outros como terra de prosperidade «[...] onde até os muito pobres podem por açúcar no café e comer pão de trigo todos os dias [...]» (Lewis, 2010: 13).

Uma ilha parada no tempo *versus* a grandeza e o desenvolvimento de um continente, como evidencia a seguinte expressão: «Olhe para a nossa ilha! Descoberta há séculos e, no entanto, mudámos muito desde então?» (Lewis, 2010: 13).

A obsessão pela América é ainda sublinhada pelo confronto histórico-cultural como, por exemplo, na alusão à inscrição A.D. 1776 na placa de pedra por cima da porta de Igreja, que esta expressão regista:

Claro! A data da independência americana, era isso. Que contraste! Numa pobre ilha esquecida nos Açores, uma igreja feita de pedra e argamassa; cinzenta, rodeada de ciprestes; imutável, eterna, ou assim parecia [...] (Lewis, 2010: 14).

Esta é a visão da realidade de um tempo em que o caminho era o mar e o sentimento mais profundo de insularidade se traduzia na incapacidade de sair do isolamento e na tensão dilemática que se vivia entre o querer partir tendo de ficar e o querer ficar tendo de partir.

### **Novos tempos, outras dimensões de insularidade**

A opção por este testemunho da ilha parte do pressuposto de que as coisas essenciais nos homens são as que eles possuem em comum e não separadamente.

Pensei-as de forma «pré-consciente» antes de as poder escrever e senti-as antes que as pudesse pensar.

Talvez não exista uma condição de ilhéu, entendida como forma de vida que o Homem impõe a si mesmo para sobreviver (Arendt, 2001).

Em meu entender haverá, porventura, tantas quantas as ilhas, os tempos (histórico-sociais e familiares) de vivências colectivas e individuais de várias gerações que partiram, que ficaram e das que levaram a ilha consigo para o mundo.

A ilha não se deve confundir com o discurso que a descreve. E, contudo, entre eles há uma relação. Se a ilha é nomeada e descrita como uma «Floresta Adormecida» para significar a sua beleza e encanto, compreende-se neste discurso, que é um espaço isolado de silêncio e solidão. Se se referem os condicionalismos geográficos e humanos, estes não deixam de evocar a pobreza, provocar inquietação e convocar o sonho de partir em busca da abundância.

É que a solidão e o sonho não habitam a ilha, mas o Homem confrontado com os seus limites. E é precisamente quando sabe que está só que se torna livre da solidão, porque é um ser limitado mas não determinado.

Desaparecidos os condicionalismos do espaço e do tempo – a Floresta adormecida, presenteada ao nascer com todas as dádivas da natureza, mas amaldiçoada por um sono de morte –, terá finalmente despertado com as novas realidades e transformações do mundo contemporâneo.



O seu «mundo» no estatuto de ilha adjacente mudou no último quartel do século XX. Como também mudaram as referências geopolíticas com a pertença à União Europeia e à Região Autónoma dos Açores.

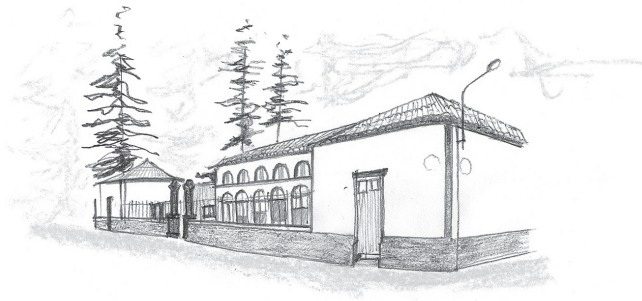
O estatuto de parte integrante de uma Região Autónoma – ultraperiférica embora, dá-lhe outras coordenadas num contexto de interação comunicacional, permitindo a sua inscrição no fenómeno da globalização que marca o século XXI e com ele a complexidade existencial que o caracteriza.

Nos novos contextos e novos tempos que certamente introduziram uma dimensão dinâmica no conceito de condição insular, até que ponto ou em que medida ainda habita nesta Ilha a solidão e o imperativo da partida?

Esta questão exigiria uma outra abordagem que não cabe na natureza e simplicidade do registo que me propus.

## Bibliografia

- ARENDDT, H. (2001). *A condição humana*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GROSSE, C. (*alias* Conde Vargas de Bedemar) (1889). Resumo de Observações Geológicas feitas em uma viagem às ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos annos de 1835 e 1836. *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 10, 289-296. <https://archive.org/details/archivosdaore10pont>.
- BRANDÃO, R. (1998). *Ilhas desconhecidas*. Lisboa: Vega.
- CANTO, E. (1879). Considerações sobre a descoberta das ilhas das Flores e do Corvo. *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1, 249-251. <https://archive.org/details/archivosdaore01pont>.
- LEWIS, A. (2010). *Minha Ilha, minha casa*. Lisboa: Edel.
- LEITE, J.G.R. (2012). *Sete ensaios sobre o povoamento dos Açores*. Angra do Heroísmo: BLU Edições.
- LOCKE, J. (1693). *Some thoughts concerning education*. London: A. and J. Churchill. [https://books.google.pt/books?id=OCUCAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0](https://books.google.pt/books?id=OCUCAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0).
- MATOS, A.T.; MENESES, A.F.; LEITE, J.G.R. (2008). *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MATOS, A.T. (1989). Povoamento e colonização dos Açores. In L. Albuquerque (dir), *Portugal no Mundo*, Lisboa: Alfa, 1, 176-188.
- NEMÉSIO, V. (1975). Açores: de onde sopram os ventos. In V. Nemésio e J. Afonso, *Açores – actualidade e destinos*. Angra do Heroísmo: Edições Atlântida.
- NEMÉSIO, V. (1997). O Poeta e o Isolamento: Roberto de Mesquita. In V. Nemésio, *Conhecimento de Poesia*. Lisboa, IN-CM.
- SILVEIRA, P. (1952). *A Ilha e o mundo: poemas*. Lisboa, Centro Bibliográfico.



# SAÍDAS, PARTIDAS E REGRESSOS: (IN)EXPERIÊNCIAS DE (E)MIGRAÇÕES

GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA\*

## Introdução

Uma das vivências mais identificadoras das regiões insulares é, sem dúvida, a das migrações, em particular da emigração, (King, 2010; Fonseca, (2010), temas a que temos dedicado especial atenção nos últimos anos no que respeita aos Açores. É, no entanto, um conhecimento sustentado fundamentalmente na investigação e que só pontualmente se transforma em vida vivida, mais concretamente se considerarmos neste caso, e no âmbito da mobilidade interna, a experiência de estudante universitária em Lisboa. Cremos, no entanto, que esta não foi uma partida, apenas um conjunto de saídas e entradas, que apesar disso influenciaram todo um percurso de vida. A emigração é uma exceção na nossa condição de ilhéu, que marca, porventura, a forma como a temos vindo a trabalhar: com o gosto e o interesse de quem a sente mais no sentir coletivo do ser açoriana do que na experiência individual. Ou seja, um olhar de quem analisa o fenómeno e a sua influência na sociedade de pertença que é condicionado pela sua (in)experiência de (e)migrante.

Procuraremos, assim, neste texto dar conta não de experiências individuais, próprias ou mesmo alheias, sobre partidas e chegadas, que configuram a vida de grande parte dos açorianos, mas sim de alguns resultados dos estudos que efetuámos sobre a mobilidade nos Açores, designadamente sobre a emigração e o regresso. Identificaremos três grandes tipos de consequências nos territórios de origem: as demográficas, as económicas e as sociais, todas elas enquadradas por mudanças nas perspetivas políticas e até culturais que abarcam um tempo longo de migrações. A condição

---

Desenho: *A diáspora – Museu da Emigração, Ribeira Grande.*

\* Universidade dos Açores.

de partida do ilhéu e as consequentes mudanças sociais observadas nos territórios dos ilhéus.

Tendo-se assistido no início deste século a uma viragem de tendência, com uma entrada de imigrantes que quebrou o fluxo secular de saída de açorianos para o estrangeiro e alterou relações sociais e de conjugalidade dos residentes no arquipélago (Rocha, Medeiros e Ferreira, 2010; Tomás, 2011; Mendes, 2015), a crise económica sentida neste segundo decénio do século XXI interrompeu a atratividade da Região como mercado de trabalho, ainda que não a de local de repouso e lazer para uma vida pós-ativa. Apesar da sua importância para a sociedade açoriana, não iremos aqui abordar esta vertente da mobilidade, como também não consideraremos a que se realiza no interior do País.

Mas a crise económica também fez aparecer de novo a ideia de emigração como solução para o desemprego. Às razões económicas que hoje, tal como no passado, justificam grande parte das saídas pela emigração, deve acrescentar-se ainda a entrada de açorianos de regresso à sua terra de origem, de forma voluntária ou compulsiva, mais idosos ou ainda jovens, que dão conta de experiências passadas, vividas em terras longínquas, como adultos ou ainda crianças, com sentidos de pertença bem distintos, fundados deste como do outro lado do mar.

Nestes giros de gentes encontrámos ao longo dos tempos diversos grupos populacionais e sociais que se apresentam distintos nas saídas, como nas entradas, reconfigurando as sociedades de origem, os Açores, as suas estruturas económicas, sociais e culturais, que assim se veem e reveem em múltiplos olhares: dos que nunca saíram, dos que escolheram terras mais próximas ou mais distantes e lá permanecem e também dos que delas regressam.

## **Emigração**

Em termos demográficos, as saídas contribuíram para uma diminuição significativa da população açoriana, para o seu envelhecimento, antecipando um fenómeno que resulta habitualmente do processo de transição para a modernidade, que caracteriza a atual contemporaneidade do mundo economicamente mais desenvolvido e que tem vindo a generalizar-se a outros territórios.

Entendemos que o declínio da natalidade nos Açores começou por ser uma consequência da diminuição da população em idade fecunda e não do controlo dos nascimentos e do planeamento familiar, o que só vem a

acontecer uns anos mais tarde. A precocidade da diminuição dos nascimentos resultante da emigração é ainda desigual entre as ilhas, tal como foram os ritmos e os momentos de saída da população, como também a intensidade com que estes estancaram principalmente ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nestas diferenças encontramos muitos dos fundamentos para a afirmação que temos defendido sobre diversidade demográfica regional e identificação dos Açores como região plural (Rocha, 1991; 2008; 2010; 2013).

Se as lacunas de informação estatística condicionam um conhecimento mais aprofundado sobre as características dos fluxos emigratórios do passado, no presente ela é quase inexistente. Não há dados fiáveis no que respeita à saída de açorianos nos anos mais recentes, pelo que a análise deste fenómeno nos remete para outras fontes de informação existentes no estrangeiro, quando existem com o grau de pormenorização desejável, ou para a aplicação de metodologias de análise, distintas das que anteriormente realizámos, centradas em inquéritos sobre intenções e aspirações de saída a residentes ou entrevistas a açorianos já emigrados.

Em qualquer dos casos, com maior ou menor intensidade, e considerando ou não grupos sociais distintos, porque respeitam preponderantemente a uma população jovem, ou já em idade adulta, as consequências demográficas serão idênticas às anteriormente referidas – diminuição e envelhecimento da população, isto é, a reafirmação da perspectiva eminentemente pessimista que a Demografia tem dos movimentos de saída quando analisa os territórios de origem dos migrantes (Teitelbaum, 2008). E hoje, mais do que no passado, as razões demográficas são justificação acrescida para contestar as vantagens da emigração, facto que decorre também da maior importância e visibilidade social que esta ciência tem atualmente, dado o acentuado e generalizado declínio da natalidade e o consequente envelhecimento da população não só no curto, como no médio e longo prazo.

A Demografia mas não outras áreas científicas, que são, em alguns casos, mais otimistas no que respeita à emigração, como é o caso da Economia, apresenta diferenças de perspectiva consoante o quadro ideológico que sustenta os vários objetivos e práticas políticas. Para nos situarmos somente no caso português, durante o Estado Novo a emigração foi entendida como positiva, sendo os Açores uma das regiões claramente identificadas nas vantagens desta solução, baseada no elevado ritmo de crescimento da sua população e na exiguidade do seu território insular (Cândido, 1952). Uma visão não muito distinta foi defendida mais recentemente por um governo em Portugal, ainda que esta não se tivesse dirigido

especificamente aos Açores, ou a outra região em particular, mas sim ao País no seu conjunto. Quer se explicitasse ou não as suas vantagens, se sustentasse a sua defesa com argumentos mais ou menos benévolos, ou até uma séria preocupação com o bem-estar das populações, designadamente a açoriana (Ribeiro, 1983), pretende-se com esta solução política fundamentalmente uma diminuição do desemprego e da contestação e conflitualidade social que ele gera. Distinta é a posição de outros quadros ideológicos, que sempre contestaram as referidas vantagens, ainda que a veemência ou a amplitude dos argumentos seja diferente consoante as épocas e os lugares.

Em termos económicos, mais precisamente financeiros, a principal consequência, ou pelo menos a mais conhecida, ou propagandeada, respeitante às remessas dos emigrantes e a sua contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos. Mas se esta questão é plenamente assumida num passado mais recuado, como suporte a uma política do Estado Novo, não é menos importante nos dias de hoje quando a privatização de bancos se fundamente, pelo menos em parte, na confiança que se pretende manter nos portugueses da Diáspora e na continuidade dos seus depósitos bancários, como aconteceu ainda recentemente. Releve-se ainda o apoio financeiro a particulares, em especial às famílias por parte dos emigrantes que com as suas ajudas em dinheiro ou em géneros foram para os Açores um suporte imprescindível para minimizar situações de acentuada precariedade e até pobreza.

No entanto, a perspetiva económica e social relativamente à emigração tem na atualidade ainda outros contornos, principalmente quando está em causa a importância e a contribuição dos Jovens e da Educação para o desenvolvimento sustentado dos vários territórios na concorrência internacional de um mundo globalizado.

Nos Açores têm sido definidas e implementadas Políticas Públicas de Educação e Formação, mas também de Ciência e Inovação, que são consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento da Região. Os resultados são já visíveis nas gerações mais jovens, apesar dos baixos níveis de educação que os Açores ainda apresentam em relação a outros países, designadamente da União Europeia, o espaço político que nos configura. Contrapondo uma visão sincrónica a uma diacrónica, que sobreleva as acentuadas melhorias nos níveis de formação registados nas últimas décadas, verifica-se que as diferenças face a outros países e regiões são ainda muito significativas pelo que dificilmente a Região Açoriana cumprirá nos tempos mais próximos os objetivos de convergência europeia. Com efeito, e de acordo com os dados do Censo de 2011, verifica-se que, do conjunto

da população residente nos Açores com mais de 15 anos de idade, apenas 10% detém o ensino superior – valor que ainda assim contrasta com o registado em 2001 (5,2%) e, principalmente, com os quantitativos observados em 1981 (1,1%).

Neste sentido, a emigração de população mais jovem e mais qualificada é entendida como negativa ao desenvolvimento económico e social que se deseja e que se planeou com esforço financeiro nas referidas Políticas Públicas em matéria de Formação e de Ciência. Desconhecendo-se a atual intensidade de fluxos de saída de jovens qualificados, por falta de informação estatística, como acima referimos, há por parte da generalidade da população, como também do poder político dos Açores, o reconhecimento da existência, ou pelo menos da possibilidade de recrudescimento, deste fenómeno como consequência da crise financeira mundial iniciada em 2008 e que na Região se faz sentir em especial a partir de 2011, quando sobem significativamente as taxas de desemprego, particularmente do desemprego jovem. As melhorias entretanto observadas não são suficientes, pelo menos por enquanto, para que se abandone a possibilidade de uma nova vaga de emigração.

Devido à falta de dados a questão pode então ser colocada ao nível das aspirações: se há vontade ou necessidade de os açorianos emigrarem, ou pelo menos de saírem da Região, em especial os mais jovens e mais qualificados; se estão em perspectiva saídas definitivas ou temporárias; se estas se dirigem para destinos tradicionais ou para outras paragens, em especial para os países da UE.

Com este objetivo iniciámos um projeto de investigação sobre a intenção de saída da Região por parte dos estudantes da Universidade dos Açores. Assim se compreende também que em 2014, no âmbito de atividade da ALRAA, tenha sido elaborado um projeto de resolução com o objetivo de conhecer não propriamente a emigração mas os jovens açorianos qualificados na Região e fora dela, considerando que todos eles poderiam dar um contributo relevante para o desenvolvimento dos Açores. Isto implicaria conhecer não só os que residem permanentemente nas várias ilhas do arquipélago, as suas aspirações de mobilidade, como conhecer aqueles que estão no ensino superior em outras Regiões do País, como no estrangeiro, a que poderemos acrescentar aqueles jovens que já estão no exercício de uma atividade profissional, ou seja, que saíram dos Açores por via da emigração ou da mobilidade interna. Conhecer não só os determinantes da saída, as condições de vida nos países de acolhimento mas também, e principalmente, a possibilidade de regressarem aos Açores, aplicando no seu território de origem os saberes aprendidos em outras terras.

Com a informação já trabalhada no referido inquérito aos estudantes da Universidade dos Açores, constata-se que a ideia de partida é uma opção para uma parte significativa dos estudantes, cerca de metade dos inquiridos; que a preferência pelo estrangeiro não é muito distinta da referida para outras regiões do País; que as razões associadas ao desemprego dos últimos anos, mas também às carreiras profissionais são determinantes, o que não os diferencia muito dos habituais e dos anteriores determinantes da emigração – as razões de ordem económica. Tratam-se, no entanto, de jovens pertencentes a grupos sociais mais qualificados, contrariamente ao que anteriormente se verificava. Por comparação com o passado, vemos também alterarem-se alguns destinos, sendo que certos países da UE registam uma preferência que não existia há uns anos e que os destinos tradicionais – os EUA e o Canadá, são largamente ultrapassados, por exemplo, pelo Reino Unido.

Se as consequências demográficas para os Açores estão mais associadas à intensidade dos fluxos de saída e as económicas aos grupos sociais de pertença e ao desenvolvimento económico, já os novos destinos podem configurar outras influências, sociais, mas sobretudo culturais, que apesar de saírem um pouco do âmbito desta nossa reflexão não podemos deixar de assinalar. À medida que a Diáspora norte-americana se concentra cada vez mais na segunda e terceira geração, com uma primeira geração cada vez mais reduzida e envelhecida, podemos vir a assistir num futuro próximo a uma Diáspora europeia mais jovem e mais qualificada.

## **Regresso**

Sobre esta vertente da mobilidade devemos distinguir desde já o regresso voluntário do regresso compulsivo, ou seja, do designado repatriamento ou deportação, pois as suas consequências são bastante distintas, tanto em termos demográficos, como económicos e sociais (Rocha, 2015).

Tanto quanto sabemos o regresso voluntário não teve nos Açores a mesma importância que em outras regiões do País, em especial do Continente, facto bem compreensível por neste ter sido significativa a emigração de cariz individual, em princípio mais do sexo masculino, enquanto que nos Açores, principalmente desde o início do século XX, se assistiu a uma emigração de tipo familiar. Não estando em causa um reagrupamento familiar e conseguidos os objetivos de ordem económica que conduziram à saída, o regresso, sempre desejado no momento da partida, tem mais condições para se efetivar. Esta é uma questão que não tem sido muito

estudada nos Açores pelas Ciências Sociais, em especial pela Demografia, até pelas dificuldades de informação estatística, apesar de ser visível em outros ramos do saber de pendor Humanístico, como a Literatura ou a História.

Podemos conhecer e alguns casos inferir o regresso de emigrantes açorianos nas primeiras décadas do século XX através da imprensa, como de entradas de população em algumas ilhas dos Açores durante os anos da Grande Depressão nos Estados Unidos da América, que contribuíram para acentuar a diversidade demográfica das ilhas açorianas (Rocha, 1991). Mais recentemente, em 2007 e 2008, temos algumas informações obtidas através de um levantamento e um inquérito levado a cabo pela Direção Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, analisado por equipa do então Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (Rocha, Ferreira e Mendes, 2011).

Em qualquer das épocas os regressados não são jovens, nem mesmo ativos mais novos, mas sim indivíduos em idade adulta mais velha ou mesmo idosos. Em termos demográficos a entrada de população idosa contribuiu para acentuar os níveis de envelhecimento, embora no caso dos Açores o seu reduzido número, ou pelo menos aquele que é conhecido, só tem uma pequena interferência nas ilhas de dimensão populacional mais reduzida.

Em termos económicos consta-se que a maioria está aposentada e não exerce qualquer atividade profissional, embora por vezes se verifique a sua participação em pequenos negócios associados, fundamentalmente, à restauração. Ou seja, não considerando possíveis vantagens financeiras em depósitos bancários ou outras aplicações, que não são abordadas no referido estudo, não encontramos, como aconteceu em outras regiões do continente português, uma influência do regresso de emigrantes no que respeita a mudanças na estrutura económica e empresarial das terras de origem ou até a alterações relevantes nos territórios pela aquisição de terras agrícolas ou habitações. Existe uma pequena exceção se considerarmos a emigração temporária para a Bermuda, que tem um maior peso relativo a partir de meados dos anos 80 do século passado decorrente do declínio da emigração para os países da América do Norte.

Ainda que sejam significativas as mudanças sociais que entretanto se operaram nos Açores, a participação cívica, insipiente para a generalidade da população açoriana, é praticamente inexistente nos emigrantes regressados, traduzindo a sua pertença geracional a um passado que em ambos os lados do Atlântico ultrapassava em pouco as barreiras das práticas já conhecidas e reconhecidas, como a Família e a Igreja. A convivência no



regresso surge relativamente fechada, restrita aos familiares e à vizinhança de pequenos núcleos, como que a salvaguardar os tempos anteriores à partida, porventura na altura não desejada. De realçar, no entanto, a existência de alguma forma de associativismo, precisamente a dos emigrantes regressados, que encontram numa associação própria uma diferença face a outros açorianos e que lhes dá uma identidade firmada na pertença e vivência nos países de acolhimento.

Bem distinta é a população que tem um regresso compulsivo: mais jovem, mais qualificada e com um sentido de pertença a outros locais que não os Açores, precisamente os países do continente norte-americano – Estados Unidos e Canadá – onde cresceram, trabalharam e não raras vezes constituíram família e dos quais foram expulsos: A ilha é um espaço estranho e exíguo que não é desejado e que apenas lhes indica um local de nascença onde não se reveem.

Em termos demográficos a sua entrada é positiva pois pode contribuir para um rejuvenescimento da população, embora o seu quantitativo não seja relevante para que se espere mudanças visíveis. Já em termos económicos e sociais o benefício próprio e do território onde vivem está muito dependente do grau de aceitação e integração na sociedade açoriana, pois as qualificações e os saberes aprendidos nos países de acolhimento nem sempre são postos em prática, quer porque esta já não existia antes da deportação, quer porque a rejeição individual ou da sociedade o dificulta ou impeça. Devem ser analisados na ótica da problemática migratória da segunda geração ou mais precisamente da geração 1,5, contrariamente aos dos regressados voluntários, de pertença por inteiro a uma primeira geração.

Em qualquer dos casos, ou seja, com integração bem conseguida ou sem ela, estes regressados compulsivamente são também um dos rostos da emigração açoriana, e de um território ilhéu, ainda que por vezes não se revejam e se sintam pertença de terras mais vastas, continentais, de países que iniciaram uma política securitária que cada vez se generaliza a outros territórios e que configura a atual questão migratória europeia e até mundial centrada nos refugiados.

Região de partidas e chegadas, realizadas em tempos e intensidades distintas, os Açores e sua população estão dependentes da fragilidade da sua estrutura económica e social, mas também de políticas internas e externas, e abrem-se com facilidade ao mundo. Mundo que os acolhe ou até os rejeita mas que amplia a sua condição e o seu território ilhéu.

## Bibliografia

- CÂNDIDO, A. (1952). *O problema dos excedentes demográficos*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- FONSECA, M. L. (2010). «Introdução» in *Conferência Internacional – Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 7-16.
- KING R. (2010). «A geografia, as ilhas e as migrações» in *Conferência Internacional – Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 27-62.
- MENDES, D. (2015). *Percursos e práticas conjugais dos imigrantes em contexto insular*, Berlim, Novas Edições Acadêmicas.
- RIBEIRO, L. S. (1983). *Obras 111-Vária*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira/Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- ROCHA, G. P. N. (2015). «Do outro lado do mar: pertenças geracionais da emigração açoriana» in *Emigracion e Exílio nos Estados Unidos da América: experiencias de Galicia e Azores*, Consello de Cultura Galega/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 39-68.
- ROCHA, G. P. N. (2013). «Concentração demográfica em espaço insular: os Açores, 1864-2011» in Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos (coord.) *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 297-323.
- ROCHA, G. P. N.; FERREIRA, E.; MENDES, D. (2011). *Entre dois mundos – emigração e regresso aos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores – Direcção Regional das Comunidades/Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. (2010). «Migrações, Crescimento e Envelhecimento Demográfico nos Açores», in Lucinda Fonseca (org.) *Conferência Internacional – Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 139-154.
- ROCHA, G. P. N.; MEDEIROS, O.; FERREIRA, E. (2010). *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores – Direcção Regional das Comunidades/Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. (2008). «Crescimento da população e os novos destinos da Emigração – 1895-1976» in Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Menezes, José Guilherme Reis Leite, (dir. científica) *História dos Açores*, Cap. V, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 265-305.
- ROCHA, G. P. N. (1991). *Dinâmica Populacional dos Açores no séc. XX – Unidade – Permanência – Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- TOMÁS, L. (2011). *Diagnóstico da População Imigrante no Concelho de Ponta Delgada*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- TEITELBAUM, M. S. (2008). «Demographic Analysis of International Migration» in Caroline B. Brettell e James F. Hollifield (Ed.) *Migration Theory*, NY, Routledge, pp. 51-62.





## ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO CABO-VERDIANO

JOÃO LOPES FILHO\*

### 1. O mito fundador do arquipélago cabo-verdiano

Os mitos fazem parte da cultura dos povos, interferindo na formação das identidades e alguns são apresentados como uma tentativa de explicar as origens do respectivo território.

A sua apresentação e divulgação é geralmente feita oralmente (através de estórias e narrativas) para transmitir às gerações mais jovens a compreensão do tempo originário e dar-lhes a conhecer usos e tradições, não só no intuito de entenderem o passado, como possibilitando-lhe imaginar a ambiência dos acontecimentos narrados e contribuir para o fortalecimento da Identidade Cultural.

Por vezes a ligação do mito a um carácter sagrado confere-lhe uma dimensão intangível, mas com significado e dando consistência à reflexão filosófica. Essa tradição milenar em determinadas sociedades comprova a sua força, ao mesmo tempo que estabelece a relação identitária do Homem com as suas raízes, tentando explicar a existência da respectiva sociedade.

Acontece que a necessidade de decifrar certos fenómenos faz com que o Homem busque no mito a justificação para suprir o desconhecido, pois garante a sistematização e a ordenação da realidade social no tempo e no espaço, bem como a reinterpretação dos factos históricos.

No pensamento grego (por exemplo) o passado mítico tinha raízes históricas factuais e os seus protagonistas eram vistos como um elo entre os mortais e o mundo divino, referendando assim actos sociais, políticos e morais em função do mito fundador.

Como quase todos os povos possuem o respectivo «mito fundador», na circunstância de Cabo Verde tal ocorre no imaginário simbólico, na

---

Desenho: *Ribeira Grande, Santo Antão.*

\* Universidade de Cabo Verde.

medida em que alguns estudiosos relacionam a origem do arquipélago com a misteriosa Atlântida, lenda narrada em diálogos escritos por volta de 350 aC, a partir do relato feito pelo filósofo grego Platão (428-347 a.C.) a dois dos seus discípulos (Timeu e Crítias), no qual conta que Sólon, no curso das suas viagens pelo Egipto, ao questionar um sacerdote que vivia em Saís, no delta do Nilo, este lhe falara de tradições ancestrais relacionadas com uma guerra perdida no tempo, entre os atenienses e o povo atlante. Segundo o sacerdote, os residentes da Atlântida viviam numa ilha localizada para além dos pilares de Héracles, onde o Mediterrâneo termina e o Atlântico começa. Quando os deuses helénicos partilharam a terra, conta o mesmo que a cidade de Atenas ficou para Atena e Hefesto, enquanto Atlântida tornou-se parte do reino de Posídon, deus dos mares.

Nas montanhas que ficavam no centro da Atlântida vivia uma jovem de nome Clito. Segundo o mito, Posídon ter-se-ia apaixonado por ela e, para poder livremente coabitar com a amada, teria erguido uma barreira constituída por uma série de muralhas e fossos aquíferos em volta da morada da sua amada. Desta relação nasceram cinco pares de gémeos, razão porque dividiu a ilha em dez áreas circulares e concedeu supremacia a Atlas, um dos seus filhos, destinando-lhe a montanha de onde se dominava o resto da ilha.

Nos anéis terrestres ou cinturões, reinavam os descendentes de Clito e Posídon, que reuniam-se anualmente no palácio central com os seus muros cobertos de ouro que brilhavam ao sol. Este encontro marcava o início de um ritual em que cada um dos monarcas se dispunha a caçar um touro. O caçador beberia o sangue do touro e todos comiam da sua carne, enquanto saudações eram trocadas à luz do luar.

Acrescenta a tradição que Atlântida era de extrema riqueza vegetal e mineral, por ser prolífera em depósitos de ouro, prata, cobre e ainda de oricalco, um metal que brilhava como fogo. Por isso, os imperadores de Atlântida construíram inúmeras pontes, canais e passagens fortificadas ligando os seus cinturões, protegidos com muros revestidos de bronze no exterior e estanho interiormente, no intuito de os tornarem inexpugnáveis e defenderem tanta riqueza.

Pouco mais se conta da Atlântida, mas segundo o mito foi destruída por um desastre natural (possivelmente um terremoto). Para Roger Paranhos, a Atlântida foi destruída por um cometa, teoria possivelmente corroborada pela hipótese do Cometa Clóvis, cuja explosão aérea com o impacto de um ou mais objectos sobre a Terra, terá atingido o continente perdido e/ou submergido.

Assim, o imaginário cabo-verdiano retomou o mito do «paraíso perdido», ao considerar os «fragmentos» emersos (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) como correspondendo às «Ilhas Afortunadas» que integram a lendária Macaronésia (derivado do vocábulo grego *makaron*, com o significado de feliz). Entroncado neste contexto está o mito hesperitano ou arsinário, que vai retomar a lenda das Hespérides, território onde existiria o «Jardim dos Deuses» ou «Jardim das Hespérides».

Afamado por usufruir um clima ameno, onde se produziam deliciosos frutos, de entre as quais também existiam maçãs de ouro (atributos que fizeram com que fosse confundido com o Paraíso) e motivo porque era guardado por Lódon, dragão de sete cabeças.

Entretanto, no contexto dos «Doze trabalhos de Hércules» se insere a lenda que uma dessas tarefas era justamente ter sido incumbido por Euristeu de ir buscar maçãs de ouro nas Hespérides. Para tanto persuadiu Atlas (que conhecia o jardim) a lá ir colher três maçãs de ouro, enquanto ele se incumbiria de suportar o céu no seu lugar, o qual, efectivamente, conseguiu dominar Lódon e retirar as maçãs.

Este acontecimento está também presente no imaginário cabo-verdiano, pois o sangue derramado por Lódon no Jardim da Hespérides deu origem ao Dragoeiro (*Dracaena draco*), cuja seiva é conhecida nas ilhas por «sangue do dragão», árvore que está em extinção, mas que encontrou neste arquipélago o seu *habitat* natural e onde se reproduz espontaneamente, mesmo em sítios quase inacessíveis. Saliente-se, a propósito, que uma das mais altas condecorações do Estado de Cabo Verde é precisamente a «Ordem do Dragoeiro».

Do mesmo modo, o mágico Jardim das Hespérides alimentou a imaginação criativa de escritores cabo-verdianos, servindo de inspiração a poetas que recorreram ao mito arsinário ou hesperitano (associando-o à ideia de pátria), casos de José Lopes da Silva (*Hesperitanas*, 1928 e *Hespérides*, 1929) e de Pedro Cardoso (*Jardim das Hespérides*, 1926, e *Hespérides*, 1930) que interpretam a origem das ilhas no Hespério, que abrigava jardins repletos de pomos de ouro, guardados pelo dragão de sete cabeças, morto por Hércules/Atlas, ou então encaradas por Jorge Barbosa como afortunadas «ilhas perdidas no meio do mar» no seu antológico *Arquipélago* (1935) e antes já eram identificados por Camões, em *Os Lusíadas* (Canto V) como Cabo Arsinário.

Aqueles poetas cabo-verdianos recorreram ao «paraíso perdido» da Atlântida como uma maneira de acalento da situação em que o arquipélago se encontrava ao tempo, face à miséria resultante das condições climáticas adversas à agricultura nas ilhas, embora aqueles escritores ainda

apresentem uma visão política indefinida, pois ora assumem a pátria lusitana, ora almejam pela livre «terra onde nascemos».

Daí depreender-se que este recurso ao «mito hesperitano» tenta propor uma alternativa à autonomia da terra-mãe, renegando a pátria portuguesa. Mas patenteia uma preocupação daquilo que é vivenciado, pois o mesmo sentimento está presente no movimento literário surgido com a revista *Claridade* (1936), que ao abordar a evasão imposta como solução aos problemas de sobrevivência, ficou conhecido por alguns analistas como «Pasargadismo».

Deduz-se, portanto, que a afirmação identitária na literatura cabo-verdiana se foi desenvolvendo ao longo do tempo num percurso partilhado entre a «transpátria lusa», o resgate do mito hesperitano como pátria/terra-mãe e a evasão através do «pasargadismo» na incansável busca da própria identidade, até chegar à actual produção divulgando um país livre e soberano.

## 2. Povoamento das ilhas

Localizado a cerca de 500 Km do cabo da costa ocidental da África que lhe deu o nome, o arquipélago de Cabo Verde situa-se no Oceano Atlântico, numa posição geoestratégica – no cruzamento das principais rotas marítimas, o que ao longo dos tempos lhe concedeu uma grande importância enquanto ponto de ligação entre continentes.

Quando após o seu achamento no século XV os portugueses perspectivaram o povoamento dessas ilhas encontradas desabitadas, o principal interesse residia em ocupá-las para servirem como escala da navegação na altura da expansão marítima europeia.

Por isso, apesar de apresentar condicionalismos adversos à exploração económica do arquipélago, nomeadamente a falta de riquezas naturais, a sua posição no meio do Atlântico viria a favorecer os contactos comerciais com a costa da África e o Brasil, porque as ilhas serviram como centro de reconhecimento e exploração da faixa costeira ocidental africana e do Atlântico sul<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> BALENO, I. C. «Povoamento e formação da sociedade» in ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisboa), Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde (Praia), 1991, vol. I, p. 130.

O povoamento de Cabo Verde começou pela ilha de Santiago, em 1462, que nos primeiros tempos não oferecia condições atractivas e só depois de concedidas facilidades comerciais é que se dinamizou a sua efectiva ocupação e passou a ser demandada pela navegação, seguindo-se a ocupação do Fogo e só posteriormente as restantes ilhas.

Entretanto, para atrair gente e garantir sucesso, a Coroa portuguesa concedeu incentivos aos moradores de Santiago, pela Carta Régia<sup>2</sup> de 1466, privilégios que constituíram um marco decisivo para o arquipélago e para a estruturação da sociedade que se encontrava ainda formação, na medida em que o comércio de escravos na costa da Guiné com carácter de exclusividade para os habitantes de Santiago lançou as bases da sua exploração económica<sup>3</sup>.

Neste seguimento muitos mercadores e armadores fixaram-se em Santiago para se dedicarem à actividade comercial, mas rapidamente foram confrontados com as limitações impostas pela Carta Régia de 1472, nomeadamente que deveriam utilizar nos resgates apenas produtos originários das ilhas e que os navios deveriam ser armados em Santiago, aspecto que, entretanto, dinamizou a Ribeira Grande.

A partir dessa altura ganharam importância os proprietários rurais, a quem cabia fornecer produtos para abastecer os barcos que demandavam o porto da Ribeira Grande, sustento da população e alimentação dos escravos, incentivado o desenvolvimento da agro-pecuária e promovendo a ocupação do interior da ilha.

Contudo, desde os primórdios do povoamento até ao século XVIII, a sociedade local desenvolveu-se em torno da dinâmica actividade escravocrata, que potenciou uma indústria de «tipo familiar» da panaria utilizada como moeda de troca na aquisição de escravos.

No que respeita à estrutura social, numa primeira fase existiam apenas dois grupos, ou seja os senhores brancos europeus e os escravos negros africanos<sup>4</sup>. Porém a ligação do senhor branco com a escrava negra deu origem aos mestiços, que posteriormente viriam a tornar-se os elementos

---

<sup>2</sup> BRÁSIO, Pe. A. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1342-1499)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958. Vol. I, 2.<sup>a</sup> Série, pp. 431-435 (Carta régia aos habitantes de Santiago de 12 de Junho de 1466).

<sup>3</sup> TEIXEIRA, A. «A economia – o comércio: do resgate no litoral africano ao comércio transatlântico. A recollecção, a pecuária e a agricultura. A tributação e as finanças» in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dir.). MATOS, Artur Teodoro de, *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. Vol. III – Tomo 2, p. 85.

<sup>4</sup> BALENO, I. C. «O povoamento...», *ob. cit.*, p. 157.



predominantes<sup>5</sup> da sociedade cabo-verdiana, porque passaram a ocupar lugares de destaque nesta sociedade heterogénea, mas estratificada consoante a condição social e o poder económico.

Todavia, durante os primeiros tempos do povoamento, alguns dos moradores-armadores que se instalaram na Ribeira Grande na esperança de enriquecimento rápido através da actividade mercantil, terão procurado ocupar lugar de destaque nas estruturas locais. Posteriormente, com a obrigatoriedade de transacionarem com produtos da terra, alguns passaram a controlar também a economia interna, transformando-se em proprietários rurais<sup>6</sup>, constituindo a agricultura um complemento ao comércio<sup>7</sup>.

Do mesmo modo, moradores-armadores desempenharam cargos públicos, sobretudo camarários<sup>8</sup>, principalmente alguns que já gozavam do estatuto de morador-vizinho, foram titulares de pequenos cargos régios ou camarários (escrivães, carcereiros, meirinhos), mestres de ofícios (pedreiros, serralheiros, calafates, alfaiates), lojistas e pequenos proprietários<sup>9</sup>.

Saliente-se que durante a fase da expansão marítima europeia, Santiago foi uma das mais importantes escalas dos navegadores, levando a que para a Ribeira Grande convergissem diferentes «nações de gente», propiciando que fossem evoluindo os contactos entre diversos povos e culturas, porque «com a intensificação do comércio escravocrata em virtude da sua utilização, para colonização dos novos espaços descobertos, bem como braços para as culturas extensivas fornecedoras de matérias-primas para a indústria, pelo facto de ser periférico à África, o arquipélago tomou-se num dos vértices do comércio triangular de escravos – África, Cabo Verde e América, importante pelo volume do tráfico dessa «mercadoria humana» circulando entre continentes»<sup>10</sup>.

Aconteceu, também, que com o aparecimento da navegação a vapor, este novo tipo de energia necessitava do regular reabastecimento dos navios devido ao obstáculo que representava o grande espaço ocupado

---

<sup>5</sup> GONÇALVES, N. S. *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*. Lisboa: Brotéria, 1996, p. 25.

<sup>6</sup> TEIXEIRA, A. «A Sociedade» in SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. O. (dir.), MATOS, A. T. *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. III – Tomo 2, 2005, pp. 173-203.

<sup>7</sup> Ver *Idem*, p. 185.

<sup>8</sup> Ver *Idem*, p. 185.

<sup>9</sup> SANTOS, M. M. «Elites e poderes locais em Cabo Verde (séculos XV-XVII)», XXXI Encontro da APHES (18-19 de Novembro de 2011), p. 5.

<sup>10</sup> LOPES FILHO, J. «Cabo Verde: Insularidade e Periferia». *Atlântico Expresso. História/Cultura*, Açores, 1 de Março de 1999, p. 15.

pelo combustível, roubando lugar às mercadorias. Para contornar a situação tornou-se necessário arranjar postos de provisionamento nas escalas das viagens, procurando assim rentabilizar o transporte marítimo. Nestas circunstâncias, foram instalados, em 1838, depósitos de carvão no Porto Grande (ilha de S. Vicente) que se tomou um importante posto de reabastecimento da navegação no Oceano Atlântico na época da navegação a carvão, actividade que continuou quando aquele combustível foi substituído pelo fuelóleo, voltando Cabo Verde a desempenhar a tradição de ponto de encontro de culturas.

Acresce que, a partir de 1874, Cabo Verde acumulou uma nova vertente na sua condição de arquipélago-escala, ao servir como local de «amarração» dos cabos submarinos, servindo de estação intermediária nas ligações telegráficas entre a Europa e a América.

Este conjunto de acontecimentos ajuda a compreender a importância da localização geográfica do arquipélago e o papel que desempenhou no estabelecimento de contactos entre povos e culturas diferentes, quase se atrevendo a considerar Cabo Verde pioneiro no tão falado sistema da globalização mundial.

### **3. Construção da sociedade cabo-verdiana**

A sociedade cabo-verdiana resultou da miscigenação entre europeus e africanos num espaço com características muito próprias que contribuíram para um forte relacionamento e interpenetração dos diferentes elementos dos diversos povoadores, ao mesmo tempo que se ia construindo um povo aberto às diferentes influências socioculturais.

Sucedeu que a mestiçagem processou-se em Cabo Verde favorecida e impulsionada por circunstâncias como a carência de mulheres brancas e estimulada pela facilidade de relações sexuais de senhores brancos com escravas negras, que depois se desenvolveu em maior larga escala a partir dos cruzamentos entre mestiços e negros.

De qualquer forma, a conquista de posições sociais pelo mestiço conhecido por «branco da terra» foi de tal forma decisiva, que o termo «branco» significa em Cabo Verde não o indivíduo de pele branca, mas antes aquele que na escala socioeconómica ocupa uma posição destacada, pouco importando a sua cor. O conteúdo étnico esvaziou-se para dar lugar ao conteúdo social, pelo que se poderá dizer que o social expulsou o étnico através da mobilidade vertical do mestiço cabo-verdiano.

É possível que a componente económica também tenha dado um empurrão considerável a essa ascensão, mas a aristocratização socio-intelectual é que viria a conferir ao mulato um decisivo triunfo.

Portanto, no processo de ocupação humana das ilhas o mestiço movimentou com relativa facilidade na paisagem social e económica de Cabo Verde, num tempo, pelo menos aparentemente, nada favoráveis na disputa de lugares ao branco-reinol entufado pelo poder e pela aristocracia dos morgadios e dos sobrados.

Esta questão pode ser vista de três ângulos ou em três momentos: a propagação meramente material ou biológica do mestiço, cujo veículo seria basicamente o sexo; a instalação do «branco da terra» em áreas de preponderância social, cujo veículo teria sido a actividade mercantil dos primeiros cabo-verdianos; a conquista de posições e a transmutação de poderes, acompanhada do prestígio sociocultural do mestiço.

Por conseguinte, verificou-se o alastramento, a insinuação do mestiço nos diversos estratos sociais ou económicos, como descendentes de fidalgos, comerciantes, funcionários régios, filhos de padres ou de militares, entre outros, quase se podendo afirmar que não houve representante de classe social dominante que não tivesse dormido com uma negra ou com uma mulata. Entretanto, paralelamente à movimentação do escravo/negro (escravo boçal, escravo ladino, escravo de quintal) que de início se aprestara com o labéu de mercadoria, desenvolveu-se o fenómeno da mestiçagem com profundas repercussões na unidade étnica, espiritual e harmonização de estilos de vida.

Assim, em Cabo Verde, a vocação niveladora do mestiço contaminou todas as classes sociais ou culturais, não só pela amálgama de sangues, como principalmente pela fusão de sensibilidades, mescla cultural, mistura de comportamentos e ajustamento espontâneo de padrões sociais.

Junte-se a estas circunstâncias democratizantes, a sua capacidade de alisar arestas destoantes e de integrar os valores essenciais à expressão comum, teremos uma explicação da fisionomia homogénea da sociedade cabo-verdiana, unitária nas expressões mais intemporais mas diversificada em suas particularidades ou diferenciações insulares.

O papel do mestiço na expressão consonante da sociedade cabo-verdiana corresponde à estabilização social, unidade de cultura, de sensibilidade, identidade, de procedimentos e de solicitações. Significa, igualmente, inexistência de grupos étnicos e de classes sociais ou culturais herméticas em compartimentos estanques. Representa, ainda, democracia essencial, cultural e social, porque o mestiço foi sempre um elemento de ligação, porque não só aproximou, como aglutinou, ao integrar elemen-

tos de diferentes etnias numa mesma paisagem sociocultural e dissolveu quaisquer resquícios de natureza rácica, na medida em que a mestiçagem insinuou-se não apenas na miscigenação como, similarmente, no cultural e nos esquemas comportamentais.

Conclui-se, pois, que o mestiço cabo-verdiano revelou-se não só um elemento catalisador e estabilizador, mas essencialmente inovador e flexível, daí a fundamental comunhão de sentimentos, motivações e condutas verificáveis numa sociedade sem qualquer diferenciação que não seja a posição socioeconómica livremente alcançada por qualquer cidadão.

#### **4. Cultura e Identidade**

As características do meio ambiente influenciaram os processos de exploração económica no arquipélago e estes actuaram significativamente não só na miscigenação, como na estabilização social e construção cultural, aspectos da maior importância para um arquipélago parco em recursos, com a pobreza máxima do subsolo, pequenez quase familiar das ilhas e a irregularidade pluviométrica, importante para um povo que antes dependia da agro-pecuária.

Contudo, em Cabo Verde as particularidades mesológicas (insularidade) e também humanas (diversidade étnica) potenciaram a formação de uma sociedade em que a progressão espontânea das diversas componentes, orientadas por circunstâncias específicas, viria a constituir-se num povo com características específicas.

Conquanto detentor do poder, o branco reinol encontrava-se em minoria, mas determinava a prossecução da sua cultura, então considerada «superior». Porém, com o progressivo aumento do mestiço, a interpenetração cultural aos poucos se foi impondo, facilitada pela adaptação conjunta ao novo contexto social de diversos hábitos, usos e tradições, que conduziu a uma sociedade compósita.

Por certo, neste processo também se operou alguma africanização do europeu, propiciada pela acomodação aos condicionalismos locais e a determinados estilos vivenciais das etnias africanas em contacto, adaptando-se a essas mesmas peculiaridades por influência da ascensão do mestiço, que renovador e detentor da capacidade de contaminar, assimilar, suscitar combinações e transmitir apropriações, tanto aos residentes dos sobrados como do terreiro, favoreceu a emergência da cultura cabo-verdiana.

Igualmente, as influências advindas do factor insularidade, adicionados à diversidade dos sistemas envolvidos no processo de povoamento que ocorreu com estoques de diferentes conjuntos humanos para cada ilha, por força das conjunturas, «os grupos em presença foram obrigados a conviver no mesmo espaço e o isolamento levou a adaptações de hábitos da vivência quotidiana às características do meio, disso resultando recriações alimentares, sincretismos religiosos, interpenetrações culturais e a criação de um sistema de comunicação, que evoluiria até à actual língua cabo-verdiana»<sup>11</sup>.

Assim, inerente àquelas circunstâncias está o facto de cada ilha construir uma variante própria da língua cabo-verdiana, devido não só às características do processo de povoamento do arquipélago, mas sobretudo incentivada pelo relativo isolamento. Deste modo são, igualmente, notórias as diferenças a outros níveis que não apenas o linguístico, resultantes da evolução particular de cada um dos espaços, como «será por exemplo o caso da morna, canção típica cabo-verdiana, que devido a aspectos de ordem mesológica, pode apresentar especificidades de ilha para ilha»<sup>12</sup>.

Ao se encarar o arquipélago de Cabo Verde como uma unidade de carácter cultural, há que abster a consciência da pluralidade diferencial inter-ilhas (pelo menos numa primeira fase) e procurar atentar principalmente na solidariedade interna, a partir das «linhas de força» comuns, interpretadas como um processo de interacção no mesmo contexto socio-cultural, suporte básico da cultura cabo-verdiana que coincide com o sentimento de Identidade Nacional.

Portanto, factor exemplificativo dessa fecunda elaboração cultural é a plasticidade da língua cabo-verdiana, que constituiu o suporte da nova tradição oral, em boa parte resultante da oratura característica dos povos africanos e também o veículo das letras dos vários géneros musicais cabo-verdianos, bem como da literatura que utiliza este plástico instrumento da criação.

No que concerne ao aparecimento de uma literatura (dita erudita) de raiz tipicamente cabo-verdiana, embora se detectem muito antes tentativas do desenvolvimento de uma produção específica por parte dos escritores cabo-verdianos, foi com o chamado «Movimento Claridoso» que a mesma surgiu com o propósito de materializar uma escrita com «os pés bem fincados no chão das ilhas», a qual parcialmente se inspirou nalgumas obras de conhecidos escritores do Nordeste Brasileiro.

Deste modo a literatura cabo-verdiana começou a ganhar um sentido próprio, forma e a força que traduzem os sentimentos do seu povo, carac-

---

<sup>11</sup> Idem, p. 16.

<sup>12</sup> Idem, p. 16.

terísticas iniciadas com o livro *Arquipélago* de Jorge Barbosa, publicado em 1935, que rompe com a tradicional dependência dos modelos europeus. Contudo, seria a revista *Claridade* que começou a ser publicada em 1936, no Mindelo (S. Vicente), que deu origem à modernidade literária cabo-verdiana.

Saliente-se, no entanto, que os trabalhos publicados na revista *Claridade* ultrapassam o cariz literário, porque muitos deles apresentam uma visão sociocultural e análises etnográficas, numa esteira da afirmação dos verdadeiros valores culturais cabo-verdianos, factores que contribuíram para o surgimento de uma escrita debruçada sobre a realidade do arquipélago e mesmo denunciando as condições sociais, económicas e políticas da época.

Esta inovação temática influenciou momentos/fases posteriores, marcando de tal modo a literatura em Cabo Verde, que a partir daí as manifestações literárias nunca mais foram as mesmas, para além de indicar uma dominância da narrativa local no estudo e projecção da causa da *res insularis*.

Entre muitos outros temas, os «claridosos» debruçaram-se sobre o problema das migrações, a que o cabo-verdiano esteve sujeito desde o povoamento do arquipélago, acrescido da circunstância de o isolamento provocar ou excitar a ânsia de contactos e intercâmbios, motivos fulcrais dos estilos de vida insulares e a expressão da necessidade de convivência ou mesmo de um instrumento que satisfizesse essa carência.

Neste sentido, vejamos o problema das migrações no imaginário cabo-verdiano, porque a temática da evasão demonstra quanto lhe é doloroso o corte com as raízes, a interrupção do diálogo amistoso, a fuga ao convívio familiar, amplamente abordadas naquela fase da literatura cabo-verdiana.

Na tradição oral este ilhéu encarava o mar como o caminho para o triunfo, no plano de materializar sonhos, mas enfrentava a indecisão de deixar a terra a que se sente umbilicalmente ligado. Surge assim o dilema:

## SONHO

- «Querer partir e ter de ficar»
- «Mar é morada di sodadi»
- (Mar é a morada da saudade– Viajar)

## REALIDADE

- «Querer ficar e ter de partir»
- «Pê ku gana bai, kaminho ka tem»
- (Pés com vontade de ir, mas não há caminho).

Consequentemente:

- Desafio
- Aventura
- Perigo
- Tristeza.

Porque:

- «Si bem ê doce, bai ê magoado» (Se regressar é doce, partir é amargo).

Verifica-se, desta feição, que além do imaginário, «o cabo-verdiano possui uma fortíssima identidade cultural, que foi revigorada após o acto libertador da sua independência, para desenvolver, em plenitude, a dimensão de uma complexa sociocultura, que desde os seus primórdios esteve ligada a migrações populacionais»<sup>13</sup>.

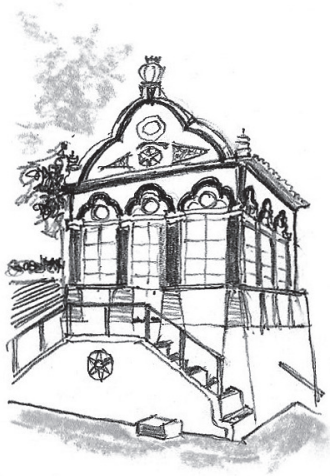
Precisamente por resultar da interpenetração de diferentes etnias que se reajustaram, a cultura cabo-verdiana possui características dinâmicas e uma capacidade de instintivamente seleccionar motivos básicos e/ou adaptáveis às suas origens e, como tal, favoráveis ao estabelecimento de uma convivência harmoniosa e contemporizadora.

Constata-se, pois, que a construção em Cabo Verde de uma sociedade de base étnica diferenciada e mestiça em seus fundamentos mais íntimos e dinâmicos, bem visíveis nas raízes do seu imaginário, moldável língua, dinâmico sincretismo religioso, rica tradição oral (estórias, mitos, lendas, provérbios, sentenças, adivinhas), característica literatura (romance, novelística e poesia), aprazível música tradicional (diferentes estilos), apetitosa gastronomia (conjugação de requintes portugueses com africanos), entre outros aspectos, demonstram claramente a especificidade da cultura cabo-verdiana.

**Nota:** O Autor não utiliza o novo acordo ortográfico

---

<sup>13</sup> LOPES FILHO, J. «Entre a Terra Mãe e a Terra Longe» in *Suplemento Açoriano de Cultura*. Açores: n.º 96, 8 de Julho de 1999, p. 1



## NA ILHA DE NEMÉSIO, INVADIDA PELOS AMERICANOS\*

JOSÉ HENRIQUE SILVEIRA DE BRITO\*\*

O Dicionário da *Academia das Ciências de Lisboa*, na segunda entrada do termo, primeiro sentido, apresenta esta definição de «ilhéu»: «Natural ou habitante de uma ilha» (2001: 2025), definição naturalmente universal que, por isso mesmo, querendo abarcar tudo pouco ou nada diz; como ensina a lógica aristotélica, quanto maior é a extensão de um conceito, menor a sua compreensão. Vitorino Nemésio, por sua vez, no primeiro texto do segundo curso do *Corsário das Ilhas*, vai mais além quando afirma: «[s] ou ilhéu; e tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados. Vivemos de peixe, da hora da maré e a ver navios... Na infância e na adolescência era o meu mais belo espectáculo» (Nemésio, 1998: 167). Mas ainda estamos perante algo bastante abrangente. De facto, para além do que se lê no *Dicionário da Academia* e na definição de Nemésio, o modo de se ser ilhéu depende da ilha e do tempo histórico em que se nasceu. Não se é ilhéu da mesma maneira se se vem ao mundo na Inglaterra, numa ilha do Havai, em Cabo Verde, na Madeira ou nos Açores, como também, sendo açoriano, ser micalense, faialense ou corvino não é a mesma coisa. Ter nascido no Faial antes ou depois da erupção do vulcão dos Capelinhos, não é indiferente. Tendo em consideração o terceirense, verifica-se que não é idêntico ter nascido em Angra do Heroísmo ou na Praia da Vitória, antes ou depois da Segunda Guerra. Ser ilhéu é ter nascido e sido criado numa ilha, é verdade; mas não se pode deixar de reconhecer que cada ilha modela quem lá nasce e vive de modos diferentes e essas diferenças têm como uma das suas principais raízes o tempo histórico que coube a cada um viver.

---

Desenho: *Praia da Vitória, Império Espírito Santo Quatro Ribeiras*.

\* Este título foi-me sugerido pelo Professor Onésimo Teotónio Almeida, amigo que muito prezo.

\*\* Universidade Católica, Braga.



Com este texto pretendo fazer uma descrição/reflexão sobre o impacto que a Base das Lajes teve no modo de ser ilhéu dos terceirenses e, de um modo especial, dos da Praia da Vitória. Para isso terei em conta a experiência dos nascidos a meados dos anos 40 do século passado e os textos de Vitorino Nemésio sobre a ilha Terceira e, de um modo especial, sobre a Praia, porque o autor teve uma vivência intensa da, na altura, Vila, antes e depois da instalação da Base americana e do impacto que ela teve no modo de viver das populações<sup>1</sup>.

Diz-se que o ser humano é 100% natureza e 100% cultura (Almeida, 2009: 36). De facto a natureza é uma realidade que não se pode apagar; a sua presença é constante e não se manifesta apenas como algo que encontramos, mas que nos constitui. Não temos uma natureza; somos natureza. Contudo, se é verdade que não podemos negar que nos confrontamos com a natureza e somos natureza, ela não nos determina, porque não é a única realidade com que nos confrontamos e nos modela; a Natureza não determina; condiciona.

Para além da natureza, e por certo tão importante como ela naquilo que o ser humano é, temos a cultura. Criamos a cultura na nossa luta contra a natureza, construindo o nosso modo de viver (Almeida, 2012: 206). Contudo nem a natureza nem a cultura determinam o ser humano. É por isso que vários pensadores contemporâneos preferem a expressão «condição humana» a «natureza humana», porque este último conceito sugere um essencialismo fixista bem contrário à experiência vivida de uma mudança constante e acelerada em que parece nada existir que seja estável, fixo, mesmo o ser humano enquanto humano, enquanto vive a sua humanidade.

No caso dos Açores, quem descreveu a influência da natureza, do meio físico, no modo de ser dos seus naturais, de um modo especial a

---

<sup>1</sup> De Nemésio ter-se-á em especial consideração os livros: *Corsário das Ilbas*, *Festa Redonda*, e os textos «Açorianidade» e «O Açoriano e os Açores». O *Corsário das Ilbas* é um livro fundamental para o meu objectivo, porque os seus textos, como diz António Machado Pires, no prefácio que escreveu ao livro para a edição publicada pela Bertrand em 1983, incluído na edição das obras completas publicadas pela IN-CM (p. 11): «resultam de duas viagens de Nemésio aos Açores: uma de navio, em 1946, outra de avião militar, em 1955». Não citaremos o romance *Mau Tempo no Canal*, porque é obra de ficção, embora se possa dizer, como afirmou Nuno de Sampaio numa crítica: nele «estão os Açores todos» (*apud* Nemésio, 1980: 25-26). A leitura dos livros *Açores*, *Açorianos*, *Açorianidade* e *Minima Azorica*. *O meu mundo é deste Reino* de Onésimo Teotónio Almeida foi fundamental para a reflexão que este texto pretende fazer e estão por demais presentes nele para serem citados.

geografia, foi Vitorino Nemésio; basta pensar no *Corsário das Ilhas*, em que descreve esse impacto no modo de ser do açoriano: a influência do clima – o céu cinzento, a humidade (o *Azorean torpor* na expressão inglesa que popularizou), a chuva, o nevoeiro, ou melhor, e nos seus próprios termos: os «blocos de névoas. [...] Uma massa de vapor de água [...] compoendo de repente uma espécie de campânula [...]. Essa tampa de terrina [que] tanto pode abafar-nos por uns dias como pode durar apenas uma manhã ou uma tarde» (Nemésio, 1998: 167) –, dos vulcões e sismos, que não deixam em paz quem lá vive, a descontinuidade geográfica que faz do ilhéu um embarcadiço. O estar perdido no meio do Atlântico, habitando ilhas vulcânicas com actividade sísmica muito frequente, fez o açoriano ter uma experiência profundíssima da precariedade e vulnerabilidade humanas que lhe modelou a alma de um modo indelével; na expressão de Nemésio: marcado pelo aparato telúrico das suas ilhas, os açorianos «tiram dele apenas o cenário majestoso do seu solo e um certo instinto do “mistério” e do carácter precário da sua existência» (Nemésio, 1998: 50). Por isso o autor afirmou: «a geografia, para nós [açorianos], vale outro tanto como a história» (Nemésio, 1932). Por certo nenhum português terá tão apurado o sentido da precariedade da vida como o açoriano. Nascer numa ilha no meio do Atlântico era e é uma experiência especialíssima, pois, como diz Nemésio falando da Terceira: «Ali nascíamos, ali vivíamos – ali estávamos. E “estar” é muito mais verbo para ilhéu do que “viver”» (Nemésio, 1998: 62). E ilhas com actividade vulcânica constante, ciclicamente com crises intensas, em que os sismos, os abalos de terra, são experiência frequente. No *Corsário das ilhas*, ao descrever os Açores, o autor refere-se a vários fenómenos sísmicos de grande gravidade (Nemésio, 1998: 50-51). E mais recentemente, para lá da erupção vulcânica dos Capelinhos, no Faial, em 1957, é de ter em especial atenção o terramoto que arrasou quase por completo Angra do Heroísmo no dia 1 de Janeiro de 1980<sup>2</sup>. É por isso que o autor, depois de afirmar a importância da geografia na maneira de ser do açoriano, acrescenta: «e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes» (Nemésio, 1932). Nessas crises sísmicas, quando sente o abalo de terra, o

---

<sup>2</sup> No dia 26 de Setembro de 2008, no IX Seminário de Ética promovido pela Ordem dos Enfermeiros, em que fiz a «Conferência Inicial», e em que, como habitualmente acontece, foi referido na minha apresentação que era terceirense, fui abordado por uma participante que me contou que, no dia 1 de Janeiro de 1980, estava a passear no Monte Brasil a olhar para Angra, e, na sua formulação: «eu estava a olhar para a Cidade e, de repente, ela caiu-me aos pés! É uma imagem que nunca mais pude esquecer!»

açoriano olha para o abanar dos candeeiros do teto, ou de outros objectos que estejam pendurados, para ver se é preciso fugir ou se não vale a pena.

Viver numa ilha é ter diariamente a presença do mar – «a alma do ilhéu exprime-se pelo mar» (Nemésio, 1995: 101), «[a] atitude do ilhéu é chegar à porta de casa e interrogar o mar» (Nemésio, 1998: 62) – que se entranha de tal modo na maneira de ser do açoriano que leva o escritor terceirense a afirmar: «como as sereias temos dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar» (Nemésio, 1932). Esta presença permanente e obsidiante do oceano, origina uma experiência paradoxal. Por um lado, como diz Vitorino Nemésio, no texto «Açorianidade», o açoriano nasce não apenas junto ao mar, mas «no próprio seio e infinidade do mar, como as medusas e os peixes» (Nemésio, 1932), e, na sua relação com a ilha, com uma consciência marcada pelo «apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; – e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar» (Nemésio, 1932). Este fechamento faz o ilhéu olhar o mar como uma barreira, como limite da ilha. Mas, por outro lado, ao olhar esse mar, a imaginação do açoriano desperta e o sonho da partida assalta-o: «os continentes exercem sobre ele uma fascinação singular» (Nemésio, 1995: 98). A estreiteza da terra firme não o encarcera; como diz o autor: «a verdade é que ninguém mais do que o ilhéu, a não ser talvez o homem da planície, possui o instinto da amplidão. É com os olhos que tiramos do mar a terra que nos faltou» (Nemésio, 1998: 62). A experiência do mar é, como disse, paradoxal: de fechamento e abertura, isolamento e comunicação. Antigamente, quando as ilhas dependiam quase exclusivamente de comunicações por via marítima, com todas as suas dificuldades<sup>3</sup>, a experiência do isolamento era intensíssima: «uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os actos de todo o ilhéu», disse Nemésio (1932). Essas dificuldades de comunicação ensinavam aos habitantes do Arquipélago a virtude da espera, esperar pela carta que trazia a boa notícia que alimentava a alegria ou a má nova que originava a dor vivida intensamente porque olhar o mar acentuava a solidão que agravava o sofrimento; até os ilhéus apareciam como *estátuas à solidão*, como disse Nemésio, referindo-se ao Ilhéu das Cabras (1998: 59):

---

<sup>3</sup> Ainda a meados do século passado, durante o Inverno a ilha do Corvo chegava a estar dois, três meses sem que algum barco fizesse escala, por isso o corvino tinha de saber subsistir com a falta de abastecimentos; dizia-se que até sabão sabia fabricar. Mesmo em ilhas maiores, como a Terceira, os navios da *Empresa Insulana de Navegação* tinham, por vezes, de esperar dias até poderem fazer serviço.

«Era a prova provada do nosso emparedamento num vasto calhau atlântico: por assim dizer, a estátua da nossa solidão arrancada das nossas entranhas e ali posta, junto ao Porto Judeu, como o símbolo de um destino e o padrão de uma vida interior».

Se o pouco espaço físico limitou o açoriano em termos de grandes viagens pedonais ou de transportes terrestres, muito o incentivou a imaginá-las; quer através da leitura quer através da escrita, ele sempre sonhou o que poderia estar para lá da linha do horizonte; a terra estreita nunca lhe limitou o sonho. Até se poderá considerar que a forte actividade cultural da Região era e é fruto da pequenez das ilhas. Há que alargar horizontes: já que não se pode alargar as ilhas, faz-se crescer a vida pela imaginação, pela criação cultural.

Se é verdade que a geografia marca a mundividência do açoriano, por outro lado não se pode esquecer a cultura com que os povoadores chegaram às ilhas. Nas palavras de Nemésio em «Açorianidade»: «Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra» (Nemésio, 1932). Discute-se muito a sua origem geográfica, mas não há dúvida nenhuma que a maioria dos povoadores era de Portugal, com alguns vindos da Flandres e talvez de França, provavelmente da região da Bretanha. No *Corsário das ilhas* o autor afirma: «o povo dos Açores formou-se à custa de sucessivas levas de colonos continentais e madeirenses e de alguns capitães-mercadores oriundos da Flandres» (Nemésio, 1998: 47). Em termos culturais eram, na sua larguíssima maioria, portugueses, portanto. Na conferência pronunciada em Coimbra em 1928 «O Açoriano e os Açores», afirma que ao falar do «natural dos Açores verdadeiramente típico [...], teremos de concluir por um exemplar aproximado do português da segunda metade de quatrocentos, introduzidos os coeficientes de correcção que o viveiro insular elaborou» (Nemésio, 1995: 91), isto é, os povoadores tinham uma cultura portuguesa a sair da Idade Média – estávamos no século XV –, ainda não contaminada, segundo Nemésio, pela «epopeia marítima» cujas raízes mergulhariam numa «surda e quixotesca propensão para as maravilhas e os perigos» (Nemésio, 1995: 91). Pensar a cultura açoriana exige, portanto, ter em grande consideração o «pré-açoriano [que] foi o português dos Descobrimentos» (Nemésio, 1995: 91).

Até bastante tarde as ilhas ficaram fechadas sobre si, porque durante a maior parte do ano o mar dificultava as deslocações. Para ilustrar este

fechamento, o Dr. Francisco Maduro-Dias costuma chamar a atenção para o modo como Angra se construiu de costas para o mar e refugiando-se em terra<sup>4</sup>. E naquela cultura marcadamente cristã fechada sobre si, especificamente católica, a presença da Igreja era avassaladora e compreende-se que essa presença atingisse a população no mais profundo do seu ser. Os povoadores tiveram a experiência intensa do que é viver em ilhas, e ilhas vulcânicas, «tipos vulcânicos» lhe chama Nemésio (Nemésio, 1932), em que o chão não oferece uma segurança que permita minimizar o sentimento de vulnerabilidade constitutivo do ser humano. No meio de um ambiente natural que acentuava a insegurança própria de seres vulneráveis, a Igreja fazia a mediação com o Transcendente e pregava a Sua fidelidade contra ventos e marés. Deus era certo e seguro, e a Igreja, sempre presente, pregava-O e, por mandamento desse mesmo Deus, acudia nas dificuldades. Ela era o ponto de encontro e um apoio que dava o viático para viver na incerteza. Os povoadores, imbuídos de uma religiosidade marcadamente medieval, expostos a uma natureza que podia ser muito agreste<sup>5</sup>, respondiam vivendo intensamente a sua religiosidade. Há que ter presente que o povoamento foi no século XV, como disse, época em que a secularização nem em sonhos era concebível (Taylor). Os povoadores eram pessoas profundamente crentes e «com razões para isso»: o mar era incerto, os ventos podiam levar tudo à frente, as nuvens pareciam tampas sobre as ilhas durante dias a fio, a terra era insegura porque os abalos de terra podiam arrasar as povoações; só Deus os podia socorrer e salvar e a Igreja, medianeira entre o Transcendente e o povo, respondia às solicitações com a ajuda possível, espiritual e material – as Irmandades da Santa Casa da Misericórdia surgem nos Açores bastante cedo<sup>6</sup>. Diz Nemésio: «os Açores são de facto um Portugal requintado porque receberam dele a forma e o pensamento quando Portugal na verdade era uma força em marcha» (Nemésio, 1995: 99).

A exposição da população açoriana a outras culturas, outras maneiras de viver e pensar, foi muito diminuta. Tomando como exemplo Angra do Heroísmo e a Ilha Terceira. O seu porto era escala para aguada das Arma-

<sup>4</sup> Numa visita a Angra de Heroísmo em 14 de Março de 2004, tive a felicidade de ter como cicerone num passeio pela cidade o Dr. Francisco Maduro-Dias.

<sup>5</sup> Para uma informação sobre as erupções vulcânicas da Região cf. <http://www.cvarg.azores.gov.pt/geologia-cores/erupcoes-vulcanicas-historicas/Paginas/default.aspx>. Acedido em 20-04-2016.

<sup>6</sup> Por exemplo, na Memória Histórica da Misericórdia da Praia da Vitória, refere-se que no testamento do capitão Pedro Álvares da Câmara, firmado a 2 de Março de 1499, é deixado um legado pio à Misericórdia (Mota: 27).

das da Índia e das que iam e vinham do Brasil, mas era um contacto muito breve e a cultura de quem viajava nestas armadas era substancialmente semelhante à dos que tinham povoado a Ilha. A chegada dos espanhóis em 1582 não significou o encontro com uma cultura significativamente diferente: foi uma Espanha católica que reinou em Portugal e nas Ilhas, embora, como refere Nemésio, a cultura espanhola tenha deixado marcas na Terceira (Nemésio, 1995: 95). Nas Lutas Liberais, as forças que apoiaram Dom Pedro IV concentraram-se na ilha e de lá partiram para o Mindelo, mas o contacto foi relativamente breve e a influência escassa<sup>7</sup>. A actividade económica, quer ligada à exploração do pastel, quer a da época da laranja, nunca implicou uma exposição intensa a uma cultura significativamente diferente daquela que os povoadores tinham trazido. O recrutamento de açorianos pelos barcos baleeiros americanos nos séculos XIX e XX<sup>8</sup>, e que deu origem à actividade baleeira nas diferentes ilhas, também não significou um contacto que tivesse impacto social notório<sup>9</sup>. A emigração também não teve neste capítulo grande significado. Embora o açoriano quando emigra tenha a ideia de voltar, mesmo hoje nas ilhas há poucos torna-viagem. Os açorianos que foram para o Brasil, logo nos fins do século XVIII, e os que emigraram para a América do Norte levaram os seus costumes e maneiras de ser e, nas novas terras, não abandonaram a sua cultura; limitaram-se a incorporar nela alguns elementos daquela que encontraram. Na sua larguíssima maioria chegaram à nova terra, instalaram-se, adaptaram-se e ficaram, embora vivendo a experiência de «O Filho Pródigo» magistralmente retratada por Nemésio num texto com aquele título incluído no *Corsário das Ilhas* (1989: 185-187).

No início da II Guerra Mundial, o Governo do país enviou para os Açores unidades militares do Continente (1941-1942) que tiveram um certo impacto nas populações, mas nada comparável com a chegada à Terceira dos ingleses, a 8 de Outubro 1943, e dos americanos, a 9 de Janeiro de 1944<sup>10</sup>. A vinda em tão grande número dos militares ingleses, e principalmente americanos, cuja permanência dura até hoje, teve um impacto profundíssimo no ser e viver da população das ilhas, sobretudo nos tercei-

<sup>7</sup> Sobre a presença dos liberais em Angra, cf. «A Terceira durante a Regência (1830-1832)» (Nemésio, 1995: 31-49).

<sup>8</sup> Cf. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Balea%C3%A7%C3%A3o#A.C3.A7ores>. Acedido em 20-04-2016.

<sup>9</sup> Sobre este tema *Mau Tempo no Canal* tem informação interessante.

<sup>10</sup> Para uma panorâmica histórica sobre a construção da Base das Lajes e sua importância geoestratégica, cf. o artigo de Avelino de Freitas Meneses «As Lajes e o Domínio do Atlântico».

renses e, de um modo especial, nos praienses. É por isso que os nascidos na Praia da Vitória a meados da década de 40 são «ilhéus» de um modo diferente do dos seus antepassados. Disse Ortega y Gasset «Eu sou eu e a minha circunstância», o que é evidentiíssimo ao olharmos para o impacto da Base das Lajes no viver da população da Praia.

A Vila da Praia da Vitória mudou profundamente quer em termos físicos quer no modo de viver dos seus habitantes com a construção da Base das Lajes. E de passagem vale lembrar que não só os Açores sentiram o impacto da Base; o país inteiro foi afectado. Basta lembrar as suas repercussões na Política do país. Para não entrar em pormenores, tenha-se em conta, por exemplo, o uso que os Estados Unidos fizeram da Base durante a Guerra Fria. Na década de 50 os americanos faziam várias vezes exercícios de transporte de tropas dos Estados Unidos para a Europa em que, em relativamente poucas horas, passavam pela Base mais de 250.000 militares. Diz Nemésio em *Festa Redonda* (1989: 314)<sup>11</sup>:

«Eram quinhentos queimados  
Voando por trás da Serra,  
Dando nicões de aço fino,  
Traques de fogo de guerra».

Em todas as Guerras do Médio Oriente a Base teve papel importante no abastecimento.

Como disse, deve reconhecer-se que a Terceira e, em especial o Conselho da Praia da Vitória foram particularmente afectados. Pode dizer-se que há, claramente, uma Praia antes da Base e outra depois. Nada, portanto, mais natural, que os praienses, e mesmo os restantes açorianos que nasceram naquele período, tenham sido profundamente modelados por esse novo ambiente. Como sugerem as citações feitas, quem muito pensou e escreveu sobre esta profunda mudança foi Vitorino Nemésio, quer em prosa, leia-se o *Corsário das Ilhas*, quer em verso. Sintomaticamente em *Festa Redonda*, nas «Cantigas à Ilha Terceira, à cidade, à Praia, e aos montes», na volta à ilha que as quadras fazem, está assinalada esta grande mudança quando o poeta canta (Nemésio, 1989: 278):

«As Lajes era pão alvo,  
Agora é “Olha o Balão!”  
E toiradas, “coisa braba!”  
Com favica pelo chão».

<sup>11</sup> O título completo do livro é *Festa Redonda. Décimas & Cantigas de Terreiro Oferecidas ao Povo da Ilha Terceira por Vitorino Nemésio natural da dita Ilha* (Nemésio, 1989: 267-404).

Ou seja, o celeiro da ilha foi transformado numa enorme base militar, com tudo quanto isto significou. Esta transformação teve um impacto tremendo em tudo, paisagem e pessoas. Nas «Cantigas ao Campo das Lajes», o poeta volta à transformação do celeiro (Nemésio, 1989: 313):

«A moda da gasolina  
Secou o trigo do Chão;  
Fez das Lajes um terreiro,  
Oh que dor de coração!».

E ainda sobre o pão e o trigo (Nemésio, 1989: 313):

«Tanto caga-fogo de alto!  
Tanto Bidom, tanto prigo!  
Cimento não dá pão alvo  
Como dava o nosso trigo».

As descrições que o autor praiense nos deixou da Praia da sua meninice e juventude e as memórias da Vila dos que lá nasceram à volta de 1940-45 e depois, apesar do muito que têm em comum, são evidentemente bastantes diferenças. Aliás, no *Corsário das Ilhas*, num texto do segundo curso, datado de 31 de Maio de 1955, titulado «A Volta à Ilha» o autor refere o muito que mudou, mas também o muito que permaneceu (Nemésio, 1998: 175-177). Na conferência, «O açoriano e os Açores», falando do terceirense, diz Nemésio que consagra «a sua actividade à pesca, à agricultura e principalmente à pecuária» (Nemésio, 1995: 95). No que se refere aos praienses, ao caracterizar os irmãos dos diferentes Impérios do Senhor Espírito Santo, destrinça: «os da terra» pertenciam ao Império da Rua do Rego, «uma irmandade ligeiramente burguesa» (Nemésio, 1998: 132); o Império do Rossio era «estamento de mesterais, e o do bodo da Caridade [...], domínio dos lavradores e carreiros do sainte da sede do concelho» (Nemésio, 1998: 132). Para além destes três Impérios, refere o dos pescadores, com «[m]ais consciência de clã» que falavam de si em termos de «Ribeira Mar» (Nemésio, 1998: 132), gente que morava principalmente na Rua de Baixo e na Rua de Cima.

Os nascidos na Praia da Vitória durante a Guerra têm na memória todas estas gentes, que continuaram a existir, embora nalguns casos com uma actividade que se alterou bastante. Mas com a chegada dos americanos apareceu um novo grupo, os que trabalhavam no «Campo», nome que muitos continuavam a dar à Base das Lajes ainda no fim da década de 50; Nemésio faz uma breve referência a esta alteração no *Corsário das Ilhas* (1998: 194). Surge, portanto, um novo grupo social com trabalhos



muito diferentes dos tradicionais, que vive grande parte do seu dia num ambiente completamente novo e «estrangeiro». Para os praienses, e para todos os terceirenses, a América deixou de estar lá longe, para onde tinha emigrado alguém da família ou vizinho e de onde chegavam pelo correio cartas e sacas de roupa<sup>12</sup>. A América passou a estar ali ao lado, onde muitos trabalhavam e recebiam quinzenalmente um ordenado certo e bastante bom para os padrões da terra, apesar do controlo do regime político da época sobre esta matéria.

Entre os trabalhadores portugueses, havia quem conseguisse comprar produtos americanos. Neste capítulo havia um nome com um magnetismo irresistível: o «PX». Era uma espécie de grande armazém onde havia de tudo, desde electrodomésticos, roupa, perfumaria e cremes, como o *Pond's*. Por certo foram lá compradas as primeiras pastas dentífricas *Colgate* utilizadas nos Açores<sup>13</sup>. As compras no «PX», contudo, eram feitas um pouco a medo, normalmente coisas pequenas, porque havia que passar pelo *Posto 1*, uma espécie de porta de armas da Base.

Os terrenos adstritos à estrutura militar estavam cercados por uma rede de arame devidamente vigiada. As entradas e saídas eram obrigatoriamente feitas pelo *Posto 1*, que abre para o Juncal. Faziam o controlo de entradas e saídas militares americanos e portugueses. Só podiam passar os detentores de um cartão de identidade próprio, cuja apresentação era indispensável. As outras pessoas que pretendessem entrar, teriam que obter uma autorização, cuja concessão era bastante dificultada. Só uma vez por ano esse controlo era suspenso, no chamado «Dia da Entrada Geral», em que, embora dentro de trajectos condicionados, toda a gente que quisesse podia entrar e visitar as exposições preparadas pelos americanos e da Força Aérea Portuguesa, exposições que iam desde painéis com fotografias, informação vária e aviões. Nesse dia havia sempre uma enorme enchente de visitantes portugueses. As pessoas tinham normalmente uma grande atracção pelos aviões que diariamente passavam por cima das suas cabeças e naquele dia estavam ali para serem vistos e tocados; em vários

---

<sup>12</sup> Em Nemésio não conheço nenhuma referência a estas sacas de roupa vindas da América, mas é um tema bastante explorado por Cristóvão de Aguiar em *Raiz Comovida*. Há várias referências a essas sacas nas crónicas reunidas em *Bendito*; *Bendito*. Pessoalmente assisti muitas vezes ao levantamento destas sacas de roupas, quando a Estação do Correio da Praia da Vitória era na Rua Alexandre Ramos, na esquina com a Rua dos Remédios.

<sup>13</sup> Numa das suas *Relação de Bordo* Cristóvão de Aguiar faz referência à oferta que o pai lhe fez de um caneta de tinta permanente Parker, comprada no «PX», quando esteve na Terceira a trabalhar na Base.

era possível entrar, noutros, como os caças, apenas era permitido subir uma escada e espreitar lá para dentro. Nesse dia os visitantes podiam comprar alguns produtos à venda na Base, como chocolates, refrigerantes, pipocas. Era uma experiência que favorecia a aproximação dos habitantes da Ilha e aquela enorme estrutura onde viviam tantos americanos, militares e civis, onde estava instalada a Base 4 da Força Aérea Portuguesa e trabalhava um significativo número de portugueses.

Para além dos postos de trabalho criados na Base, e devido ao impacto desta, a actividade económica da ilha teve grande incremento, com o consequente aumento do emprego. O comércio, a restauração e similares teve um desenvolvimento bastante notório na Praia da Vitória e arredores. Para um exemplo concreto, basta pensar nos transportes. Nemésio, ao recordar o seu tempo de criança e adolescência, fala das idas de carroça a Angra. Por aquilo que ouvi aos mais velhos, quando os ingleses chegaram, o número de carroças de aluguer cresceu bastante respondendo à procura, por isso na *Festa Redonda* diz Nemésio (1989: 313):

«As carrocinhas da Praia,  
Que andavam ao peixe e aos ovos,  
Agora, que tudo avoa,  
Só levam rapazes novos».

Ora, na década de 50, exceptuando do Char-a-ban da Aqualva, as carroças tinham sido substituídas por táxis e camionetas, a «Companhia Verde» e a «Companhia Vermelha». Inicialmente os trabalhadores portugueses iam para a Base a pé, de bicicleta ou em transportes oferecidos pelos americanos. A meados da referida década, a *Empresa de Viação Terceirense*, que resultou da fusão das referidas companhias, criou um serviço de transportes colectivos com partidas de meia em meia hora que ligava a Praia da Vitória à Base, era a chamada «Carreira Urbana»; as bicicletas praticamente desapareceram.

As tascas e botequins que existiam viram crescer um número significativo de cafés, não só frequentados por portugueses, mas também por muitos americanos. Na «Cantiga ao Campo das Lajes» escreve Nemésio (1989: 313):

«Olha a Praia de hoje em dia  
Com cafés de porta em porta!  
Vou dar o sim a um inglês,  
Que minha mãe nã se importa».

Era fácil para os habitantes da Praia da Vitória aperceberem-se da data em que os militares americanos recebiam, o célebre *Payday*, porque nesses dias, melhor, noites os cafés estavam cheios. Entre todos, talvez o mais famoso fosse o «Café Rosa», porque tinha sempre uma festa animada, barulhenta e com muitos copos. Nesses dias era frequente estar lá o Manuel «Calhoiço» que, não sabendo uma nota de música, tinha uma habilidade extraordinária e tocava piano de ouvido. O «Calhoiço», ao piano, animava a farra até às tantas da noite; para ajudar à festa, o empregado do bar, também ele Manuel, um jorgense que a Base tinha atraído à Terceira, respondia aos pedidos dos empregados de mesa e, nos curtos momentos da pausa, acompanhava o piano, fazendo das garrafas das prateleiras «xilofone».

Referindo-se ao porto da Praia do tempo da sua meninice, Nemésio conta que «[t]odos os anos vinha um navio de sal» (Nemésio, 1998: 167), coisa que se manteve ainda nos inícios da década de 50, e «[u]m lagosteiro francês [...] que] fazia estação na nossa baía, onde hoje [1954] molham, a diário, poderosos petroleiros e até cruzadores de batalha» (Nemésio, 1998: 167). Efectivamente a chegada da Base mudou por completo o porto. O cais cresceu, um quebra-mar foi construído junto ao Forte do Espírito Santo, na ponta do Facho, onde quase permanentemente estava um petroleiro a descarregar através de *pipelines* que seguiam junto à Estrada Militar, que foi construída ladeando o Paúl, e ligavam os tanques dos navios aos enormes depósitos montados perto do antigo lazareto de São Lázaro e no Pico Celeiro, alguns descobertos e outros enterrados. Surgiram as «barcaças» para a descarga de material transportado para a ilha por grandes cargueiros; em algumas épocas às «barcaças» juntavam-se caminhões anfíbios que, depois de irem junto aos navios carregar, seguiam directamente para a Base. Algumas vezes vieram desembarcar material navios que vinham junto à borda de água e abriam a proa como se fosse uma grande porta por onde entravam os caminhões. Todos os trabalhadores do porto eram portugueses, desde os operadores de guindastes aos tripulantes das «barcaças», alguns deles antigos pescadores dos tradicionais barcos de boca aberta.

Um dos impactos mais visíveis da Base verificou-se na construção civil, que alterou por completo a Praia da Vitória e arredores. Muitos dos militares americanos chegavam acompanhados das famílias e dentro da Base não havia habitação suficiente, pelo que cresceu a procura de casas nos arredores. Em poucos anos construiu-se muito, estradas que quase não tinham uma habitação transformaram-se em ruas com casas seguidas, sendo talvez o melhor exemplo a estrada que vai da Praia da Vitória para

Santa Luzia; em poucos anos ficou cheia de casas de um lado e outro. Motivo de muita conversa sobre este crescimento foi a construção por um só promotor, dir-se-ia na linguagem de hoje, de 24 casas para alugar aos americanos, em dois blocos de 12. Muitos praienses viram neste mercado de arrendamento uma excelente oportunidade. Na época em média uma casa alugada a uma família americana rendia mil escudos por mês, que na altura era dinheiro. Muitos investiram as suas economias ou aventuraram-se a contrair empréstimos para entrar neste negócio, porque a renda da casa permitia refazer o pé-de-meia ou amortizar o empréstimo em pouco tempo.

Em termos económicos, o impacto da Base na ilha pode também ser avaliado pelo abastecimento de peixe e carne. Naquele tempo os pescadores da Praia da Vitória utilizavam apenas barcos de boca aberta, mas não era o peixe pescado nessas embarcações que abastecia a Base americana. O abastecimento de pescado fresco para consumo das Forças Militares dos Estados Unidos estacionadas na Terceira estava entregue a uma traineira, a única existente no porto da Praia, contratada para o efeito. A carne fresca, por sua vez, vinha de gado criado pela agropecuária da ilha e abatido no matadouro de Praia da Vitória, habitualmente cinco bois por dia, cuja carne, depois de inspeccionada pelas autoridades sanitárias americanas, seguia para a Base. Este abastecimento de carne aparecia como alternativa ao embarque de gado para o Continente.

A presença dos americanos na Praia e freguesias limites originou um fenómeno curioso no que respeita à moeda circulante. O dólar era utilizado no comércio terceirense, vendas, cafés, botequins e restaurantes, com o mesmo à vontade que o escudo. O câmbio tinha umas contas simples: um dólar valia 28 escudos; meio dólar, 14; o quarto, 7, e os 25 cêntimos, 3,5; as duas moedas circulavam com a mesma facilidade, pagava-se e recebia-se o troco nas duas sem qualquer objecção. Os praienses só se apercebiam deste facto quando iam a outra ilha e o comércio não aceitava a moeda americana.

A chegada dos americanos teve também um grande impacto nos costumes. Efectivamente os militares faziam uma vida bastante virada para a sua própria comunidade e, nas ruas da Praia, a convivência deles com os portugueses não era significativa; exceptuando os que trabalhavam na Base, poucos habitantes da Praia falavam inglês. Mas se as relações entre as duas comunidades não era íntima, as pessoas viam como os americanos viviam. Os militares e civis americanos que viviam fora da Base tinham carro; muitos contratavam portuguesas para tratar das casas e tomar conta dos filhos. Estas pessoas, passando grande parte do seu tempo convivendo

com um estilo de vida diferente, iam assumindo alguns dos hábitos. Como já disse, os americanos andavam bastante pelas ruas da Praia, muitas vezes fazendo coisas estranhas para os hábitos da terra como, por exemplo, comer hortaliça crua, concretamente repolho, e fantasiando-se no fim de Outubro, celebrando o dia do Halloween, que os praienses diziam ser «o carnaval americano». Essa convivência dava origem a choques culturais, alguns insignificantes, mas outros relativamente grandes. Imagine-se, por exemplo, nos inícios da década de 50, em pleno Verão, ver, por um lado, as americanas vestidas com uns mini *shortes* a passear nas ruas da Praia, e, por outro, o Cabo-do-Mar, no exercício de vigilância à praia frequentada pelos portugueses, a exigir que os homens usassem fato de banho com peito «em defesa da moral e dos bons costumes».

Na Praia e arredores viviam apenas os americanos que estavam acompanhados das famílias. Os solteiros, ou sem a família, viviam dentro da Base. Talvez por isso os casamentos entre americanos e raparigas da Ilha não foram muitos (Nemésio, 1998: 146). Em *Festa Redonda* Nemésio dá eco deste facto quando diz (Nemésio, 1989: 314):

«Um americano que avoa  
Falou-me em casamento:  
Galinha não quer queimado  
Que a leve para alumento!».

Embora sempre motivando grande curiosidade, foram raríssimos os casamentos de raparigas da ilha com americanos. Foi num desses casamentos realizado na Matriz, em que o militar era protestante, que pela primeira vez os praienses viram com algum espanto o cerimonial próprio de um casamento misto.

A transformação dos campos de cultivo da freguesia das Lajes numa estrutura militar com grande dimensão, criou muitos postos de trabalho. Houve que construir as pistas, as infra-estruturas de água, luz e saneamento, edifícios de todo o género: prédios de habitação, mas também para a instalação de serviços, como estação de rádio e televisão, escolas, comércio, clubes, etc. Tudo isto levou anos a pôr de pé e as empresas encarregadas das obras contratavam portugueses. Para além destes postos de trabalho ligados à instalação e desenvolvimento da Base, surgiram outros ligados ao funcionamento de um complexo daquela grandeza em que, embora sendo uma estrutura militar, nem tudo era necessariamente entregue a militares. Havia alguns civis americanos contratados nos Estados Unidos a trabalhar na Base da Lajes, mas eram poucos, pelo que quase todos os postos de trabalho que podiam ser entregues a civis foram ocupados por mão-de-obra portuguesa.

Assim muitos praienses e lajenses foram trabalhar para os americanos em diversíssimas áreas, como os serviços de apoio aos alojamentos destinados aos militares que não levavam a família, as oficinas, bares, comércio, como o já referido «PX», serviços de apoio às tripulações em trânsito, clubes – havia três: o dos oficiais, o dos sargentos e o das praças.

A presença de portugueses neste tipo de trabalhos era tão significativa que vários desses serviços tinham uma estrutura organizativa que tinha em grande conta o bi-linguismo e as diferenças culturais entre americanos e portugueses. Nos serviços com mão-de-obra portuguesa mais numerosa era frequente haver o que na gíria se designava o «patrão americano» e o «patrão português». Era o caso do «PX», o *supervisor* português, para além do excelente salário, a partir de determinada altura passou a ter um carro americano atribuído.

Do ponto de vista humano a Praia da Vitória mudou imenso; primeiro, com a chegada dos estrangeiros e, depois, com a vinda de açorianos de todas as ilhas, e mesmo do Continente, atraídos pelo mercado de trabalho a que a Base deu origem. Na Praia e arredores havia marienses, muitos micalenses, e das restantes quatro ilhas do grupo central, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial. Só os florentinos e corvinos eram raros. Um bom indício de que a Base atraía gente das diferentes ilhas era a Filarmónica União Praiense que, sendo maioritariamente composta por músicos da Praia, tinha executantes de quase todas as ilhas. No início dos anos 60, esta filarmónica viveu uma situação invulgar, decorrente da presença da Base americana: teve como regente Miss Zabilka, na altura professora de música na *High School* da Base. A maestrina trouxe repertório novo e estilo americano à Filarmónica; não descurava a boa execução, mas, com a noção do espectáculo tipicamente americana, cuidava de encenar um pouco os concertos. Foi assim que, numa peça escrita para trombone de vara e filarmónica, pôs o solista a tocar de pé, junto à regente, como vemos nos concertos para um instrumento solista, coisa que as pessoas nunca tinham visto ao vivo nas ilhas. Em termos de estilo, quando tocadas à estante, imprimia às marchas um andamento mais vivo, como se costuma ver nas bandas militares americanas. Incluiu no repertório algumas marchas como *The Stars and Stripes Forever* e *The Washington Post* de John Philip Sousa, curiosamente americano de origem jorgense pelo lado do pai, e peças como «Nos Jardins de um Mosteiro», de Albert Ketelbey. Quando a Filarmónica se deslocou ao Pico em 1962, para tocar na Festa do Bom Jesus, em São Mateus, e também visitou a cidade da Horta, no Faial, e as Velas, em São Jorge, os concertos deram brado e muito pelo repertório e pela noção de espectáculo da regente.

A presença dos americanos na Base das Lajes manifestou-se no apoio às populações e instituições da sociedade civil da Terceira. Nos inícios dos anos 50, pelo Natal, era costume as crianças das escolas primárias da Praia receberem prendas oferecidas pelo Comando americano. Eram as chamadas «meias», porque tinham esse aspecto, cheias de guloseimas e brinquedos. Em 1957 abriu em São Lázaro, em instalações provisórias, o Seminário Padre Damião, da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, dirigido por holandeses que rapidamente encontraram na comunidade católica da Base americana um grupo de benfeitores que muito os ajudou com os seus donativos, que iam deste pão (quando avariava o sistema de frio da padaria, o pão sobranete era oferecido ao Seminário), outra alimentação, principalmente enlatados, mobiliário, roupa, etc. Um dos modos que encontraram para apoiar o Seminário foi bastante engenhoso. Os diversos clubes existentes na Base tinham nos seus orçamentos verbas para contratação de músicos para espectáculos. Ora na época do Natal o coro do Seminário era contratado para acompanhar com cânticos portugueses alusivos à quadra os jantares típicos da época que se realizavam nos clubes; o mesmo coro ia quase todos os anos cantar à televisão americana. Quando o Seminário mudou de São Lázaro para as novas instalações construídas na Canada da Saúde, foram os americanos a dar a grande ajuda em camiões e voluntários, de modo que praticamente todos os que ajudaram com trabalho braçal eram americanos. No início dos anos 60, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Praia recebeu um aparelho de Raio X oferecido pelo Comando da Base americana (Mota, 127-129).

A Base das Lajes teve, portanto, um enorme impacto nos Açores, nomeadamente na Terceira e, particularmente, na Praia da Vitória. Depois disso só a entrada de Portugal na União Europeia teve um impacto da mesma natureza mas, sem dúvida, maior e mais profundo porque, quase na mesma proporção, afectou todas as ilhas. Ao viajar hoje na Região esse impacto é evidentíssimo. Há pouco tempo, numa série de programas feitos pela RTPAçores, o Professor Reis Leite referia a estranheza com que os membros do Governo Regional reagiram quando, pela primeira vez, foi abordado o tema da adesão de Portugal à Comunidade Europeia. A Região estava tradicionalmente virada para a América, pelo que a adesão à Europa surgia como uma possibilidade que quase não fazia parte da rosa-dos-ventos açoriana. O que é certo é que a adesão se fez e o impacto foi muitíssimo maior do que o verificado com o aparecimento da Base; só a entrada do país na União Europeia e o estatuto concedido aos Açores de Região Ultraperiférica permitem compreender o desenvolvimento

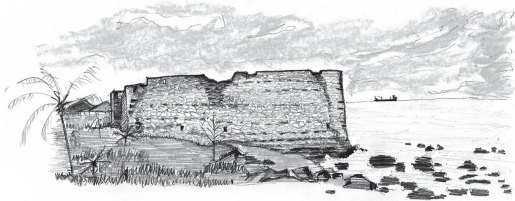
verificado nos últimos 30 anos. O país, pelo menos a opinião pública publicada, queixa-se imenso da Europa, mas sem ela nunca teria sido possível em pouco tempo atingir o actual patamar de desenvolvimento, e os Açores são bem a prova disso. Em contrapartida, a Base das Lajes perdeu a importância que teve; hoje, por exemplo, o número de militares americanos e de mão-de-obra portuguesa que nela trabalha é residual. Esta redução vai implicar consequências duradouras e imprevisíveis, e algumas delas bastante graves; basta pensar nos problemas de poluição que a Base criou. Parece ser impossível encontrar alternativa à Base, e surge a pergunta angustiante: o que é que o futuro nos reserva? Ninguém sabe dar uma resposta minimamente credível; aliás algumas que se ouvem são verdadeiramente delirantes. Contudo os açorianos continuarão a ser ilhéus, ficando na Região ou emigrando; mas quer fiquem quer saiam, e parafraseando Nemésio, continuarão a ser «um rodeio de mar por todos os lados» e a viver «de peixe, da hora da maré e a *ver navios*», mas de um modo inimaginável na hora presente.

## Bibliografia

- AGUIAR, C. (2003). *Raiz Comovida*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ALMEIDA, O. T. (2009). *De Marx a Darwin. A desconfiança das ideologias*. Lisboa: Gradiva.
- ALMEIDA, O. T. (2011). *Açores, Açorianos, Açorianidade*. 2.ª edição aumentada. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- ALMEIDA, O. T.; BRÁS, J. M. (2012). *Utopia em Dói Menor – Conversas Transatlânticas com Onésimo*. Prefácio de Carlos Fiolhais, Posfácio José Eduardo Franco. Lisboa: Gradiva.
- ALMEIDA, O. T. (2014). *Minima Azorica. O meu mundo é deste Reino*. Lisboa: Companhia das Ilhas.
- BENDITO, J. C.; BENDITO, J. M. (2015). *A Loja do Ti Bailbão*. San José (Califórnia): Bridge Books, Inc.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- MENESES, A. F. (2006). «As Lajes e o Domínio do Atlântico». VV. AA. *Praia da Vitória*. 2.ª ed., Ponta Delgada: Publiçor, pp. 61-70.
- MOTA, V. (2011). *Misericórdia da Praia da Vitória. Memória Histórica 1498-1998*. 2.ª Edição. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.
- NEMÉSIO, V. (1932). «Açorianidade». *Ínsula*, n.º 7-8, Julho-Agosto, p. 59.
- NEMÉSIO, V. (1980). *Mau Tempo no Canal*. Introdução de David Mourão-Ferreira. Lisboa: Livraria Bertrand.



- NEMÉSIO, V. (1989). *Obras Completas*. Vol. I *Poesia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NEMÉSIO, V. (1994). *Obras Completas*, Vol. VIII. *Mau Tempo no Canal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NEMÉSIO, V. (1995). *Obras Completas*, Vol. XIII. *Sob os Signos de Agora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NEMÉSIO, V. (1998). *Obras Completas*. Vol. XVI. *Corsário das Ilbas. Jornal de Vitorino Nemésio 3*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- TAYLOR, C. (2007). *A secular Age*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.



A CONDIÇÃO DO ILHÉU:  
ENTRE PERMANÊNCIAS  
E ERRÂNCIAS.  
DIMENSÕES DA ALTERIDADE  
NA CULTURA SÃO-TOMENSE\*

INOCÊNCIA MATA\*\*

«Conhecer o imprevisível é sincronizar-se com o presente, com o presente que vivemos, mas de uma outra maneira, não mais empírica nem sistemática, mas sim poética».

Édouard Glissant

**1. Razões de uma interrogação: «partir para o sul» ou o mar como ligação**

Quem inicia os seus estudos sobre a literatura são-tomense pela poesia considerada fundadora deste sistema literário, aquela dos poetas da Casa dos Estudantes do Império (a saber: Francisco José Tenreiro, Alda Espírito Santo, Maria Manuela Margarido, Tomás Medeiros e mesmo Marcelo da Veiga que, não tendo sido da CEI, é contemporâneo dessoutros) tende a concluir que a insularidade são-tomense é marcada por uma intensa dimensão telúrica, em que o mar é um signo ausente na configuração identitária são-tomense.

Devo dizer que esta foi a minha primeira percepção. Com efeito, quando iniciei as minhas pesquisas sobre a literatura colonial, num trabalho académico que pretendi saturado (razão pela qual optei pela literatura

---

Desenho: *Fortaleza de S. Jerónimo*.

\* Esta reflexão persegue uma interrogação muito antiga, resgatada dos escaninhos do meu disco rígido. Foi apresentada no Colóquio sobre ilhas em «Permanência e Errância», organizado pela Câmara Municipal do Funchal (1-3 de Maio de 1999). Julgo, no entanto, que essas interrogações ainda mantêm alguma actualidade em termos de informação sobre São Tomé e Príncipe, sobretudo tendo em conta que existe uma lacuna sobre os meandros da contemporaneidade sociocultural são-tomense.

\*\* UMac/ULisboa.

são-tomense precisamente porque me permitia abarcar a totalidade de um *corpus* literário colonial)<sup>1</sup>, defendi que um dos parâmetros definidores dos dois discursos (colonial e nacional) era a expressão do espaço e, em particular, do mar. A minha «experiência» de são-tomense emigrante em Angola (onde nem sequer me pensava imigrante, dado o facto de ter também ascendência angolana) teria influenciado essa rasura de sentimento de deslocamento, de percepção do mar como separação.

Em outro lugar, «O *Mar* e a originalidade da literatura são-tomense»<sup>2</sup>, persegui essa ideia afirmando que «o ilhéu são-tomense [parece] continuar a manter com a *terra-matriz* relações (antropológicas) umbilicais [...] pela vinculação telúrica que o homem mantém com uma terra que, em rigor, o domina pela sua generosa fertilidade» (Mata, 1998, p. 74). Para corroborar essa pressuposição, percorri os textos literários, objecto primeiro do meu trabalho de investigação, perscrutando essa percepção do espaço (o mar e a natureza) em textos de épocas diferentes e autores de proveniências diversas, naturais do arquipélago e metropolitanos, e de ideologias antagónicas, para chegar à conclusão de que «o enquadramento geográfico e vivencial do ilhéu não parece ser sentido pela consciência colectiva como isolamento» (Mata, *ibidem*): de Costa Alegre, no século XIX, a Hugo Rocha e a Francisco José Tenreiro ou a Tomás Medeiros, na poesia; de Fernando Reis a Sum Marky ou a Alves Preto, na ficção narrativa, encontrei exemplos da dicotomia *ser e estar insular*, o que terá permitido desvelar denominadores comuns, categorias enformadoras de diferentes percepções desse elemento da geografia que seria constituinte da identidade insular.

No entanto, embora essa «informação» não tenha sido tomada em consideração, uma tal pressuposição seria desfeita se se observasse o fascínio do Angolar pelo mar, de que a literatura também é manifestação, mesmo a literatura nacionalista em que a presença do Angolar, tal como a do contratado, é pontual e não constitui categoria identitária no bojo da «comunidade imaginada» são-tomense. Na verdade, essa presença é actualizada exclusivamente na dimensão socioeconómica e política nessa literatura, portanto em ambos os casos a partir de uma associação ao trabalho e não à sociocultura e à identidade cultural. Com efeito, o

---

<sup>1</sup> Refiro-me à minha dissertação de Mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Expressão Portuguesa (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), de que resultou o livro *Emergência e Existência de uma Literatura (o Caso Santomense)*. Linda-a-Velha: Editora ALAC, 1993.

<sup>2</sup> Publicada na *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 41/1991, AULP, Lisboa. O mesmo texto foi reescrito e incluído em *Diálogo com as Ilbas (sobre Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

olhar do ilhéu considerado «nativo» imperava como marcador identitário da nação são-tomense. E será apenas nos anos 80 do século XX – com Fernando de Macedo (*Anguéne*, 1989; *Mar e Mágoa*, 1994) e, depois, já no rescaldo da pós-independência (e aqui poderemos falar em período pós-colonial), com Conceição Lima (*No Útero da Casa*, 2004; *A Dolorosa Raiz do Micondó*, 2006; *O País de Akendenguê*, 2011) – é que aqueles dois segmentos da geografia humana são-tomense, o Angolar e o contratado, começariam a participar do relato da nação. Muitos exemplos poderiam ilustrar esse deslocamento discursivo da nação com vista a uma cosmogonia mais inclusiva, mas denunciando uma desigual relação «colonial» de poder entre os diferentes segmentos etnoculturais e uma discriminação de classe, como no poema de Conceição Lima «Raúl Kwata vira Ngwya Tira Ponha»:

«Nos passos carregava um arsenal  
De Histórias vivas, passadas  
E tinha o poder de despoletar gargalhadas.  
Sabia os nomes de todas as roças -  
Em nenhuma ficava a sua aldeia.  
Morreu pária na ex-colónia.  
Está enterrado na ilha.  
Não reparou na nova bandeira».

(*A Dolorosa Raiz do Micondó*, 2006)

Outrossim, nesses meus deslocamentos de perspectivas, vali-me do conhecimento empírico de que se faz a sagesa popular. E um dos elementos mais incontornáveis veio-me da percepção que o próprio ilhéu actualiza na sua relação com o mar e, por conseguinte, com o continente africano. Não é, pois, despidendo o facto de, até há pouco tempo, o são-tomense se referir a Angola como, simplesmente, o «sul»: «Ê bá súlu»<sup>3</sup> era a resposta à pergunta sobre para onde alguém emigrara, necessariamente para Angola, e não «Ele foi para Angola» – enquanto Portugal era referido como «metrópole» ou mesmo Portugal. Tal relação com o «sul», então único destino de emigração, foi-se modificando porque São Tomé e Príncipe, país onde a emigração não era tradição (só se tornando uma realidade depois da independência, mais precisamente a partir dos anos '80 do século XX, então mais por razões políticas do que socioeconómicas), é hoje um país onde a emigração se tem vindo a constituir como uma opção natural, sobretudo desde finais dos anos 1990, quer para países da costa

<sup>3</sup> Expressão do crioulo forro, da ilha de São Tomé, que significa «Ele foi para o Sul [Angola]».

africana quer para Portugal (e daí para outros países do Ocidente, com relevância para o Reino Unido).

Assim, quando em finais dos anos '90 do século XX reanalisei as implicações dessa mudança na sociocultura, com reflexos na literatura, tive de rever a minha leitura sobre o lugar do mar na literatura de/sobre/em São Tomé e Príncipe, e dessa releitura resultou o seguinte equacionamento:

«Agora [de 1990 a 1998] estou convencida de que, rastreando a história da **cultura literária são-tomense**, há a concluir que Mar e Terra fornecem ao génio literário são-tomense os valores simbólicos da sua actualização: a Terra, como fundadora de uma **insularidade africanamente telúrica** (raiz, húmus, pátria); o Mar (e os seus elementos metonímicos: o barco, a nau, a vela, a gávea, as ondas, a maresia, a sereia) como contraponto diferencial de uma insularidade que, cada vez mais, vem afirmando, através da sua peculiaridade histórica, uma **ambivalente insularidade**: mestiça, crioula, mas profundamente africana.» (Mata, 1998, p. 84)

O que se terá passado a nível da sociocultura e do imaginário histórico do são-tomense? Como tem vindo o ilhéu são-tomense a assimilar as marcas da (nova) errância que o seu novo estatuto de emigrante lhe proporciona? Como se tem o país visto como destino imigrante? Como tem conciliado a nação são-tomense os códigos da sua tradicional permanência e as imposições de novas relações com o continente?

## **2. A invenção<sup>4</sup> contínua de uma nação**

Cultura mestiça de formação colonial, a cultura são-tomense, no cruzamento das rotas do Atlântico, sempre se caracterizou por um contínuo processo transculturativo, uma contínua assimilação (e exímia gestão dessa assimilação) do *Outro*, num equilíbrio, porventura hoje precário, entre permanência e errância dos seus «marcadores», os elementos que conformam as suas especificidades culturais e sociais. E aqui recorro à imagem de Toni Negri para referir a dimensão «monstruosa» do processo de criouliização, no sentido da sua capacidade disruptiva e imprevisível, como essa possibilidade de criar monstros que são corpos que nascem por fora da autonomia do sujeito genético, e que podem ser modificados

---

<sup>4</sup> *Invenção* foi o termo utilizado por Isabel Castro Henriques no seu ensaio sobre a formação social de São Tomé e Príncipe: *A Invenção Social de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega, 2000.

ou corrigidos de acordo com as suas necessidades. (Negri, 2008, p. 42) – porque não existe qualquer possibilidade de, sobre esse processo, exercer qualquer biopoder.

E se os contratados foram considerados como «elementos flutuantes» (Tenreiro, 1961), como se verá, só o seriam em termos de indivíduos e não propriamente culturais ou civilizacionais, pelo que esses elementos foram injectando na cultura «nativa» outros signos que foram sendo reelaborados e integrados no complexo cultural tido como «original» e/ou «autêntico». Pelo menos até à independência.

Com efeito, se a insularidade foi uma mais-valia porque funcionava como filtro de um processo de transculturação, o período pós-colonial, imediatamente pós-independência, ainda com o suporte da ideologia nacionalista, de que emergiu um regime de tendência marxista, é sobretudo caracterizado por uma visão unitarista, diria até jacobina, de cultura. E se o país parecia ter enveredado, pelo menos discursivamente, por um rumo normativo, como resultado dessa experiência, foi-se assistindo a um fenómeno de «flexibilização» (a que alguns chamariam descaracterização) nos padrões da cultura social no âmbito do que se poderia considerar normas de civilidade, processo aqui entendido como desvanecimento de valores, gestos (verbais também), padrões considerados burgueses ou coloniais. Por outro lado, a esse processo também não era alheia a ausência de uma política cultural, gerando-se uma situação que, em certa medida, foi sendo conveniente à *nomenklatura* que se instalou no poder, e às elites a quem conviria desvanecer o seu desenraizamento psicossocial em relação à «comunidade imaginada» de que se declaravam emanadas.

Mas comecemos pelo princípio: o princípio de uma *invenção*, a de São Tomé e Príncipe, uma nação que se tem equilibrado entre a permanência das suas matrizes mestiças e a errância dos seus elementos substanciais.

E no princípio as ilhas seriam desabitadas. Situadas a 300 Km da costa do Gabão, em pleno Golfo da Guiné, as duas ilhas totalizam pouco mais de 1000 Km<sup>2</sup>: a ilha de São Tomé com uma área de 857Km<sup>2</sup> e a ilha do Príncipe com 114 Km<sup>2</sup>, para além de ilhéus. De origem vulcânica, ambas as ilhas pertencem a um alinhamento vulcânico de que fazem parte também as outras ilhas do Golfo da Guiné, a saber, as ilhas de Fernando Pó (Bioko) e de Ano Bom (Bigalu). Esse conjunto de ilhas, embora próximas, mantêm entre elas uma distância suficiente para que cada uma tenha as suas particularidades climáticas que condicionam a diversidade das suas cores e das suas paisagens (Tenreiro, 1961, p. 15).

No princípio, já o disse, seriam as ilhas desabitadas. Com efeito, é consensual a ideia de que nas ilhas não haveria presença humana quando os

portugueses João de Santarém e Pero Escobar as aportaram, respectivamente em 21 de Dezembro de 1470 e 17 de Janeiro de 1471. Os nomes santos das ilhas – Tomé e primitivamente António –, elas devem-nos aos santos celebrados nesses respectivos dias. Posteriormente, a ilha de Santo António passa a chamar-se do Príncipe, em homenagem ao Príncipe D. João, futuro III, a quem eram destinadas as rendas do comércio do açúcar da ilha. O povoamento das ilhas começou logo depois, entre 1485 e 1493, sob o impulso de Álvaro de Caminha, o segundo donatário. Mas já a João de Paiva, o primeiro, fora concedido o direito de resgate da mão-de-obra escrava nas costas africanas e aos moradores das ilhas «uma escrava para dela a ter e se dela servir havendo o principal respeito a se a dita ilha povoar». Assim, o primeiro núcleo de população nativa será biológica e culturalmente mestiço: de uma **mestiçagem luso-africana** (filhos dos donos dos engenhos com as escravas negras, de que resultará a elite luso-descendente, governante do território após a queda do «ciclo do açúcar» e os séculos do «Grande Pousio») e **inter-africana** (inter-etnocultural, porque os homens e mulheres que eram capturados e escravizados no interior africano tinham várias proveniências). E essa miscigenação é intensa desde muito cedo, portanto desde os primórdios da sociedade são-tomense, em que predomina a economia do engenho – como o demonstram as sucessivas Cartas Régias de alforria aos luso-descendentes e algumas de suas mães escravas desde os princípios do século XVI.

Pode dizer-se que o perfil sociocultural das ilhas começa a delinear-se através de uma intensa e diversa miscigenação – luso-africana e inter-africana. Com efeito, a partir de 1529 começa a desenvolver-se a agro-indústria da cana sacarina e o comércio do açúcar, a primeira actividade económica do arquipélago, tendo a economia do engenho favorecido o aumento da importância do território no âmbito imperial. Paralelamente, as ilhas eram também um importante entreposto de escravos destinados aos mercados da Europa e da América. A partir dos finais do século XVI, os conflitos entre o poder civil e a autoridade religiosa nas ilhas, as invasões vindas do exterior (os piratas e os corsários) e do interior (as contínuas revoltas dos escravos e, para alguns historiadores, também as investidas dos Angolares, de cuja existência a população dos engenhos não se teria apercebido até então)<sup>5</sup> provocaram o êxodo dos principais produtores e donos de engenho para outros lugares, nomeadamente o nordeste brasi-

---

<sup>5</sup> A origem os Angolares, um tema controverso que ainda divide os historiadores, não cabe no âmbito desta reflexão.

leiro, onde continuariam a actividade económica então muito rendível: o comércio do açúcar, utilizando a mão-de-obra escrava.

Inicia-se um período de «grande pousio», de cerca de 300 anos, até ao século XIX, período que se pode caracterizar também como sendo de novas configurações de trânsitos mestiços. É que, se o primeiro natural das ilhas é, então, um **mestiço cultural**, depois da queda do açúcar em finais do século XVI, esse processo de mestiçagem de que já resultara um núcleo considerável de população nativa, mestiça, consolidar-se-á durante os séculos do «grande pousio», como lhes chamou Francisco Tenreiro, em que São Tomé e Príncipe foi entreposto de escravos e porto de escala aonde chegavam – e donde irradiavam também – grupos de migração do além-mar, aglutinando elementos de cultura variada (africanos, portugueses e americanos, do Brasil fundamentalmente) e já miscigenados. Recentemente Albertino Bragança veria nessa multiplicidade de origens uma razão para as «idiossincrasias» da sociedade ao afirmar:

«Estamos, pois, perante uma sociedade profundamente heterogénea, constituída por povos das mais diversas proveniências e origens e, por isso marcada, desde as suas origens, por duas grandes características: a diversidade e a conflitualidade, que fizeram sempre do arquipélago um verdadeiro caldeirão de instabilidade política e social». (Bragança, 2011)

Parecem-me temerárias estas considerações quando aplicadas ao presente (como parece ter sido uma das leituras destas palavras). Porém, talvez façam sentido se se pensar nas relações de poder dessa altura. Se esse compósito humano, de que resultará uma «aristocracia de mestiços», continuou na senda de um caldeamento não interrompido no século XIX, também dele resultou uma beligerante «consciência» de poder sobre as ilhas. É verdade que para Lopes de Lima e António de Almada Negreiros era o tempo do «ritmo periclitante da *população parda*», enquanto estudiosos como Fernando Reis, Victor Manuel Braga Paixão e José Brandão Pereira de Melo falam de uma elite de mestiços luso-descendentes que herdara escravos, engenhos e terras, citando casos, *sóias* e *contáji* de mulatos e crioulos ricos e poderosos que se envolviam em grandes disputas na Câmara, com a Coroa, com os colonos e até com o clérigo, pelo poder civil e pelo monopólio do comércio de escravos: tais são os casos, por exemplo, de um João Álvares de Caminha, morador na roça Praia Melão, conhecido por João Melão, a quem a Câmara nomeou governador interino de São Tomé, tendo-se mantido no cargo durante três anos, de 1685 a 1688 (Reis, 1965); ou dessoutra crioula, D. Simoa Godinho, «portuguesa de nação, nativa de São Tomé, negra por sua raça, dona de cerca de 700 foros de açúcar, mui-



tos escravos e fazendas» (Paixão, 1964), que viveu em Lisboa na segunda metade do século XVI; ou ainda da lendária Maria Correia Salema Ferreira, a quem José Brandão Pereira de Melo um dia chamou «princesa negra» e cuja riqueza e poder provinham do tráfico de escravos (Mello, 1944). Carlos Neves, por seu turno, sintetiza do seguinte modo esse comportamento social dessa elite luso-descendente já na 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII:

«Perdido o interesse pela exploração da terra, que dá lugar ao comércio e ao contrabando, cria-se uma outra mentalidade, mais virada para a negociata, o roubo, o uso do poder institucionalizado para um mais rápido enriquecimento.

A aparência do fausto e o luxo conduzem ao abandono das roças e à concentração da população nos principais centros urbanos, favorecendo a ociosidade e acarretando a quebra da produção agrícola e o consequente empobrecimento das ilhas. A ostentação torna-se uma norma de conduta social e convida à corrupção, à especulação com os cargos públicos e à delapidação do erário régio». (Neves, 1989, p. 191)

Após 300 anos em que os brancos estiveram arredados da colónia, já no século XIX, a economia da colónia conheceria um novo impulso com a introdução das culturas do cacau e do café. Instaura-se, então, um novo regime socioeconómico, o da *roça* (grandes latifúndios onde se praticava a monocultura do cacau e do café). Esse regime de exploração económica coincide com a abolição da escravatura dando, por isso, origem a um outro período caracterizado por uma dupla errância: primeiro, os fluxos de trabalhadores assalariados das colónias britânicas (a Nigéria, a Serra Leoa, a Costa do Ouro, hoje Gana, os Camarões e mesmo a Libéria, os chamados «inglês preto») que contribuiriam para o cadinho de miscigenação, com «novos» ingredientes culturais, e, depois, os contratados. Estes elementos darão início a outro ciclo doloroso da história das ilhas: o do contrato – que, malgrado a distinção traçada por Francisco Tenreiro (1961) entre escravatura e servidão, da escravatura só diferia na designação – com a introdução, entre 1800-1822, do café e do cacau, de que um dos promotores foi João Maria de Sousa e Almeida (1816-1869), mestiço de origem brasileira a quem o rei concederia «o título de Barão de Água-Izé», nome da sua propriedade em São Tomé. E como essas culturas já haviam sido ensaiadas com êxito em possessões do ultramar espanhol, em São Tomé e Príncipe arrastariam um novo fluxo de colonos instituindo-se, desta feita, a *roça* como unidade económica e sociocultural.

### 3. Tenso diálogo a preto e branco

Iniciar-se-ia, portanto, um outro ciclo de exploração na história das ilhas – o da monocultura, escopo da «2.<sup>a</sup> colonização» – ou uma recolonização, como também é conhecido esse período. Com ela, uma nova mestiçagem, porque novos actores culturais (de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde) entram em cena e desconstroem o «esquema de uma evolução conjunta» que São Tomé e Príncipe partilharia com Cabo Verde, segundo Francisco Tenreiro – para quem «a história sociológica dos dois arquipélagos, embora levemente desfasada, apresentaria aspectos e vicissitudes idênticas até meados do século XIX» (1956, p. 11)<sup>6</sup>.

Em todo o caso, o próprio Francisco Tenreiro, eminente geógrafo e sociólogo são-tomense, que afirmara no ensaio supracitado, que essa outra população – a dos contratados – iria modificar a paisagem humana das ilhas porque contribuiria para a africanização dos padrões culturais (aliada ao facto de a actividade genésica lusa ter diminuído durante os anos do «grande pousio»), afirmaria em 1961 não existirem «em São Tomé e Príncipe formas nítidas de sincretismo religioso, antes se tendendo para um catolicismo autêntico, mesmo quando eivado de certa ingenuidade por parte dos crioulos de São Tomé, [com] situações sociológicas que fogem da ética de um catolicismo ortodoxo, é certo, mas que não afastam essa população do comum da gente gregária de Portugal» (Tenreiro, 1961, p. 198), para concluir:

«No conjunto dos padrões do seu [homem são-tomense] estilo de vida não se descobrem elementos que o oponham ao estilo de vida europeu. E isso porque é o resultado de profunda aculturação, de um contacto que a história da colonização estabeleceu em vários séculos e, embora em alguns aspectos *sobrevivam elementos de civilizações africanas*, na maioria das expressões e atitudes encontramos os paradigmas de uma influência europeia». (Tenreiro, 1961, p. 211. Sublinhado meu)

É que Francisco Tenreiro considera, como atrás já foi referido, a presença desses novos actores como de «população flutuante», que não inter-

<sup>6</sup> Mais adiante, Tenreiro explicaria essa diferença na estruturação social dos dois arquipélagos: «Em Cabo Verde, domínio da policultura de subsistência sobre as culturas altamente rendosas; domínio da pequena propriedade em oposição à propriedade gigante (a Roça) das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Em Cabo Verde a estrutura contemporânea assenta em bases que evoluíram do século XVI até à actualidade – o campo das ilhas é uma réplica do português; em S. Tomé, criou-se a «plantação», algo de original e artificial – nem português nem africano» (Tenreiro, 1956, p. 15).

feriria na matriz luso-africana que o geógrafo considera como sendo a base da mestiçagem são-tomense. Porém, tal «flutuação» só o será em termos de indivíduos e não em termos de entidade cultural, como também já se disse. A tendência para a desvalorização da componente africana parece ser uma constante no estudo das sociedades crioulas, como já havia notado o haitiano René Depestre em *Bonjour et Adieu à la Négritude*<sup>7</sup>, referindo-se às sociedades insulares das Américas e do Caribe. Por isso, torna-se significativa a afirmação de Isabel Castro Henriques, na contramão dessa mitificação empreendida por Francisco Tenreiro quanto à prevalência da componente portuguesa no complexo cultural são-tomense:

«[...] se as relações euro-africanas constituem o motor da transformação dessas ilhas desabitadas em espaços socialmente organizados, são contudo os homens e os valores africanos que impõem o ritmo e consagram a africanização de São Tomé e Príncipe». (Henriques, 2000, p. 13)

Na verdade, já em 1895, em *História etnográfica da ilha de S. Tomé*, uma (quase) completa descrição de António Lobo de Almada Negreiros sobre as populações da ilha de São Tomé, o autor refere as enormes percentagens das populações vindas de África, muito mais altas em relação à população luso-descendente, os forros. Também Carlos Neves afirma que «a escassez de brancos faz recear um excessivo predomínio dos pretos e mestiços no controlo das diversas instituições. Estes, substituindo-se aos brancos que escasseavam, tornavam-se também herdeiros da sua mentalidade escravagista» (Neves, 1989, p. 191). Por outro lado, há duas ocorrências que serão fundamentais para a predominância da componente africana: é que o perfil social das ilhas, de imanência predominantemente económica, terá consequências estruturais que determinarão irreversivelmente tanto a estratificação social quanto o perfil antropocultural de São Tomé e Príncipe.

De facto, com a introdução dessas culturas reacendem-se as dissensões sociais e étnicas na medida em que «no início da recolonização, a maior parte das terras estava nas mãos dos forros, ou por título de posse ou por usufruto habitual» (Seibert, 2015, p. 110). Isto é, as terras, de que era proprietária a elite auto-considerada nativa, crioulos luso-descendentes, começam a ser expropriadas, processo a que os proprietários ainda resistem por algum tempo – e que ficou conhecido por «vinho, papas e bolos»

---

<sup>7</sup> DEPESTRE, R. *Bonjour et Adieu à la Négritude* (suivi de travaux d' Identité). Essais, Paris, Éditions Robert Laffont, S.A., 1980.

(Tenreiro, 1961); espoliados, aproximar-se-ão dos «forros gregorianos»<sup>8</sup>, os escravos recém-alforriados no século XIX e que se mantinham à margem da actividade produtiva (por se terem recusado a permanecer nas plantações) e que, integrados no grupo da população crioula, constituirão com ela os forros (São Tomé) e os minuiês<sup>9</sup> (Príncipe) o segmento negro-africano das ilhas. Este grupo, doravante marginalizado em situação de *marronage* économique (René Depestre), manterá com os «novos» colonos uma relação conflitual típica de colonizados/colonizadores e que perdurará até 1975 e que, como grupo etnocultural maioritário, predominará no novo ciclo de reelaboração e de *reinterpretação* transculturativa – na acepção em que Julie Lirus, em *Identité Antillaise*, utiliza o conceito aplicando-o à análise das sociedades do Caribe (Lirus, 1979, p. 50 e ss).

Todo esse rastreio de contínuas configurações sociais de São Tomé e Príncipe visa tornar visíveis as outras componentes que são subvalorizadas nesse processo de *invenção social*. Mais recentemente considerou Albertino Bragança que «vivemos como que atormentados por uma luta surda entre os factores determinantes da nossa idiossincrasia crioula, em que os traços negro-africanos tendem a ser subalternizados a favor da sua componente mestiça, como que forjando em nós um angustiante estado de alienação» (Bragança, 2011). É que a ênfase exclusiva da componente portuguesa, que só por ignorância se contestaria, como elemento estruturante, minoriza o papel dos diferentes elementos africanos no processo recreativo, reinterpretativo e aculturativo realizado pelo grupo etnocultural maioritário na enformação de uma síntese cultural e do novo imaginário na configuração da identidade, no plano da expressão mundivivencial. Por exemplo, numa altura em que a actividade genésica dos portugueses não seria já muito significativa, outro elemento será muito importante na formação social das ilhas: o americano, mais precisamente brasileiro. Embora na gastronomia reinem os sabores e os ingredientes africanos (por exemplo, o óleo de palma, que o ilhéu chama de «azeite de palma», é a gordura mais usada na confecção dos pratos), a ligação com o Brasil é, neste âmbito e noutro do vestuário, fundamental, denunciando os elementos de uma migratória relação Brasil/São Tomé. A este propósito, diz Gilberto Freyre:

---

<sup>8</sup> Assim chamados porque foram alforriados pelo governador Gregório Ribeiro (1873-1876), em 29 de Abril de 1875, data da abolição da escravatura em São Tomé e Príncipe.

<sup>9</sup> Em lunguiê «filhos da ilha».

«No tempo da escravatura, São Tomé esteve mais em contacto com o Brasil do que com Portugal. Talvez mais em contacto com o Brasil do que com o próprio continente africano.

Conta-se ter havido negreiros brasileiros que tinham duas famílias mestiças: uma no Brasil, outra em São Tomé ou na Guiné. Daí o lenço e a saia de folhos de “baiana” terem-se tornado características também do traje da mestiça de São Tomé. Daí encontrarem-se mulatos em São Tomé que são sobrevivência das capoeiras, quase desaparecidos do Rio e da Bahia, com suas violas e suas facas de ponta». (Freyre, 1953, p. 391)

Todavia, o caso mais harmonioso de miscigenação cultural e de um produtivo equilíbrio no agenciamento das dimensões de alteridade talvez se manifeste nas diferentes expressões linguísticas. Num país tão pequeno – caracterizado por fortes culturas regionais (como a principense e a angolar) – falam-se cinco idiomas: o português, os dois crioulos (de base portuguesa originais) da ilha de Tomé (o forro) e da ilha do Príncipe (o lunguiê), para além do anguené, a língua angolar, e o crioulo cabo-verdiano, a terceira língua mais falada no país, uma realidade de que os são-tomenses parece não se terem ainda apercebido...

Esse processo de transculturação e posterior amalgamento das múltiplas configurações também se manifesta na religião, com uma expressão sincrética peculiar: o cristianismo, mormente o catolicismo, é a religião da maioria esmagadora dos são-tomenses com deuses e rituais que dialogam harmoniosamente com entidades sagradas e rituais das religiões tradicionais africanas, (apesar de aquelas não se terem acastanhado como, segundo Gilberto Freyre, terá acontecido no Brasil!). Na expressão folclórica, o Danço Congo perfilha-se ao lado do Tchiloli (ou Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno) e do Auto de Floripes (para o povo o São Lourenço<sup>10</sup>), enquanto a puíta (de origem mais recente, de *vindos*<sup>11</sup>) e o quiná (de origem angolar) se juntam à ússua, ao socopé (danças da ilha de São Tomé) e à dêxa (na ilha do Príncipe), sendo estas três últimas diferentes manifestações de danças de salão; por seu turno, o vindes-menino (passeatas de boas-vindas a Jesus, mas realizadas no dia do Ano Novo) e o bôcado (ritual decorrente da Quarta-feira de Cinzas, celebrado segundo uma ritualística totalmente africana, de comunhão familiar

<sup>10</sup> O São Lourenço é celebrado na ilha do Príncipe a 15 de Agosto (e não a 10 de Agosto, que é o dia em que a Igreja celebra esse santo).

<sup>11</sup> Designação com que os forros se referiam a elementos de origem continental – particularmente os descendentes de contratados: gente *vinda* do continente, os *vindos*.

com os antepassados)<sup>12</sup> coexistem com o djambí (ritual de xamanismo que consiste na expulsão dos espíritos malignos que apoquentam o doente): essas existências dialogantes são, na sua origem, o resultado de uma contínua reinterpretação de elementos culturais africanos e europeus<sup>13</sup>.

Mais recentemente, essa capacidade semiósica é bem notória **no complexo cultural são-tomense**. Ritmos, danças e pratos que hoje fazem parte da cultura são-tomense são bem recentes, datando do período do contrato (portanto, a partir dos anos 30-40 do século XX), como, por exemplo: a puíta e a semba, que terão sido levados às ilhas pelos contratados angolanos, mais parecem versões insulares da puíta e da massemba angolanas; a mascumanga, versão insular da marrabenta moçambicana; e que dizer do bulawê, um ritmo de invulgar desenvolvimento e desdobramentos, que há menos de três décadas não era sequer listado entre as manifestações rítmicas das ilhas? Por outro lado, também a culinária tem passado por reinterpretações, como são os casos, entre muitos outros, do kizacá, de origem angolana, ou a cachupa e o pintado, que já fazem parte da gastronomia são-tomense: são pratos levados às ilhas por contratados, angolanos e cabo-verdianos, respectivamente – sendo que estes últimos constituem o mais recente grupo étnico são-tomense, sobretudo na ilha do Príncipe onde os seus descendentes são uma parte tão significativa que o crioulo cabo-verdiano é já a segunda língua mais falada na ilha, depois do português, ultrapassando, portanto, o crioulo lunguiê, língua «autóctone» dos naturais desta ilha.

#### **4. Uma nação em permanente errância: afinal, «Não há fronteira que não se possa atravessar»<sup>14</sup>...**

Há uma crença popular em São Tomé e Príncipe (que o são-tomense repete entre o jocoso e o sério) segundo a qual o estrangeiro que se atreva a comer o safu, nunca mais conseguirá deixar as ilhas! Ilhas caracterizadas por um clima generoso, em que pontuam a diversidade das suas

<sup>12</sup> Ver também: MATA, I. «A cultura são-tomense na rota da convergência atlântica» e «Algumas tradições etnoculturais da ilha do Príncipe». in *Polifonias Insulares: Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

<sup>13</sup> A obra *Povô Flogá* [O povo brinca], de Fernando Reis, embora não contemple as mais recentes manifestações folclóricas, é um incontornável acervo de registo etnográfico da ilha de São Tomé (São Tomé: Câmara Municipal de São Tomé, 1969).

<sup>14</sup> Título de um artigo de Glissant publicado em *Le Monde Diplomatique*, «Il n'est frontière qu'on n'outrepasse». Outubro 2006, pp. 16-17.

paisagens (que vai de floresta densa a uma paisagem semi-árida, a NE), a exuberância da vegetação – em que o verde reina em regime absoluto –, diversas formas de relevo que chegam a atingir mais de 2000 metros (de «pães-de açúcar» e «torres de penedo» a morros, terraços e serranias), extensas praias de areia (dourada, branca, preta), orladas de coqueiros e tamarindos, uma riqueza de pequenos cursos de água, uma variedade ornitológica (em que se contam espécies endêmicas de pássaros), flores (entre as quais variedades únicas de orquídeas) – toda a Natureza quis fazer daquelas ilhas um prodigioso espaço paradisíaco! E se tal nem sempre aconteceu é porque a São Tomé e Príncipe também se pode aplicar a máxima: *Deus põe e o Homem dispõe*. E contando ainda com cerca de uma dezena de ilhéus, potenciais pontos de atracção turística, como são os casos dos ilhéus das Cabras e das Rolas, na ilha de São Tomé, e o Bombom, na ilha do Príncipe, e com um futuro que pretende explorar o turismo (cultural, espera-se) e a potenciação dos recursos humanos (técnicos), preconizando, por exemplo, um regime de prestação de serviços no Golfo da Guiné, com particular ênfase para a zona franca, começaríamos então pelo princípio, um novo ciclo de errâncias? E a contribuição dos *torna-viagem*, sobretudo de Portugal, de Angola, do Gabão, da Guiné-Equatorial e dos Camarões, como irá a cultura são-tomense agenciá-la? E o que dizer da imigração africana (nigerianos mormente) cada vez mais integrados nos luchans mais recônditos da ilha de São Tomé? Creio que esses fenómenos têm de ser considerados a partir de uma «poética da relação», que desconstrua o «sagrado mito da raiz» pois, lembra Édouard Glissant, «conhecer o imprevisível é sincronizar-se com o presente, com o presente que vivemos, mas de uma outra maneira, não mais empírica nem sistemática, mas sim poética» (2005, p. 107).

Por enquanto, o que se vem verificando é uma inquietação decorrente de um larvar preconceito em relação aos imigrantes continentais, manifesto numa visão segundo a qual os padrões culturais (nas relações sociais e nos usos e costumes) vêm passando por uma (nova) africanização – o que é normalmente entendido como um retrocesso cultural. Esta pressuposição tem provocado um debate, até agora apenas nas redes sociais. Com efeito, embora este tema não tenha ainda merecido a atenção de políticos e cientistas sociais (creio que neste caso por razões políticas), vale a pena assinalar reflexões, mais opinativas do que ensaísticas é verdade, como a da jornalista São Deus Lima (a poetisa Conceição Lima) que, em artigo publicado num grupo de discussão sobre São Tomé e Príncipe (YahooGroups), manifesta a sua perplexidade face à «sugestão de superior-

ridade implícita na tónica de alguns compatriotas quando se referem aos continentais<sup>15</sup>. Nesse artigo a jornalista afirma:

«A sugestão de que se tem assistido nos últimos tempos à africanização de São Tomé e Príncipe, afigura-se-me redundante, porque radica no pressuposto de que São Tomé e Príncipe não é África. Sendo um país afro-insular, uma sociedade crioula que foi buscar à África uma das suas matrizes fundamentais, africanizar-se seria tornar-se naquilo que, com todos os seus particularismos e especificidades, já é. E sociedades crioulas existem também no continente, sem que por isso deixem de ser africanas.

[...]

Quando repudiamos visceralmente o intercâmbio com os países do golfo, sob o argumento de que não há afinidades históricas, não só estamos esquecidos dos nossos muitos ancestrais idos do Gabão, como estamos a rasurar uma das consequências de quase trinta anos de independência dos Cinco [países africanos de língua oficial portuguesa]. Refiro-me a um reposicionamento regional que, no caso dos países continentais, tem passado pelo reatamento e reconstituição de dinâmicas pré-coloniais e no caso dos insulares, por uma maior permeabilidade ao continente». (Lima, 2004)

Interessante é o «resgate» da visão sobre a «incivilidade» dos continentais e a antinomia entre insulares e continentais (já não angolanos e moçambicanos, mas *outros* africanos), que está na base ideológica do «Estatuto do indígena». Porque no mesmo espaço, e não apenas como turistas, há a assinalar presença de europeus (portugueses sobretudo, porém também espanhóis e franceses) e de libaneses (cujo número, por razões políticas, é convenientemente desconhecido) e, no entanto, não parece existir qualquer inquietação em reacção a essa presença...

Em todo o caso, perante esses (novos) desafios de novas configurações de multiculturalidade, manda a prudência analítica que se espere por novos sinais que os textos literários me derem. Sinais de que a obra de então «novos» escritores e, particularmente, a de Fernando de Macedo foram dando e que outros realmente mais novos, como Conceição Lima, confirmaram. Então talvez se possa começar a falar de um quarto ciclo da história das ilhas, porventura o do turismo – sim, que não seja o do

---

<sup>15</sup> LIMA, C. «A propósito de africanização, nigerianização, sudanização, invasão – uma opinião» (08 de Junho de 2004. Ver: <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/7807> (Acesso: 30 de Agosto de 2016).



petróleo (que esse, em África e nas Arábias, não tem trazido felicidade ao povo). Já Glissant alertara, na sua *Poética da Relação* (1990), para as «singularidades da Relação» e para o falhanço da ideologia em confiscar e regrar os refluxos dos ecos da multiplicidade das expressões culturais em contexto de globalização. Termino, assim, com o lapidar início do supracitado artigo de Glissant sobre fronteiras e identidade, sob o ponto de vista da «poética da Relação»:

«Habituaamo-nos a fronteiras não como símbolos e factores do impossível, mas como lugares de passagem e de transformação. Na Relação, a influência mútua das identidades, individuais e colectivas, requer uma autonomia real de cada uma dessas identidades. A Relação não é confusão ou diluição. Posso mudar em intercâmbio com o outro, sem me perder nem me desnaturalizar. É por isso que temos necessidade de fronteiras, não mais para nos deter, mas para exercer essa livre passagem para o outro, para enfatizar a maravilha do aqui-lá»<sup>16</sup>. (Glissant, 2006, p. 16)

## Bibliografia

- BRAGANÇA, A. «Identidade cultural e santomensidade». Comunicação apresentada no *I Fórum Nacional da Cultura*, na Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe (22 de Novembro de 2011). Reprografado.
- FREYRE, G. F. *Aventura e Rotina* (sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção). RJ, Livraria José Olympio, 1953.
- GLISSANT, É. «Il n'est frontière qu'on n'outrepasse». in *Le Monde Diplomatique*, Octobre 2006, pp. 16-17.
- GLISSANT, É. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Trad. Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- HENRIQUES, I. C. *São Tomé e Príncipe: a Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- LIMA, C. *A Dolorosa Raiz do Micondó*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

<sup>16</sup> Tradução livre do seguinte trecho: «Nous fréquentons les frontières, non pas comme signes et facteurs de l'impossible, mais comme lieux du passage et de la transformation. Dans la Relation, l'influence mutuelle des identités, individuelles et collectives, requiert une autonomie réelle de chacune de ces identités. La Relation n'est pas confusion ou dilution. Je peux changer en échangeant avec l'autre, sans me perdre pourtant ni me dénaturer. C'est pourquoi nous avons besoin des frontières, non plus pour nous arrêter, mais pour exercer ce libre passage du même à l'autre, pour souligner la merveille de l'ici-là».

- LIMA, C. «A propósito de africanização, nigerianização, sudanização, invasão – uma opinião», <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/7807>, 08 de Junho de 2004 (Acesso: 30 de Agosto de 2016).
- LIRUS, J. *Identité Antillaise* (contribution à la connaissance psychologique et anthropologique des guadeloupéens et martiniquais). Paris: Éditions Caribéennes, 1979.
- MATA, I. *Polifonias Insulares: Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- MATA, I. *Diálogo com as Ilhas: sobre Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- NEGREIROS, A. L. A., *Historia Ethnographica da Ilha de S. Tomé*. Lisboa: 1895.
- NEGRI, T. «Le monstre politique. Vie nue et puissance». in Revista *Multitudes*, 2/2008 (n.º 33). pp. 37-52.
- NEVES, C. A. S. *Tomé e Príncipe na Segunda metade do Séc. XVIII*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989.
- REIS, F. *Estruturação Social de São Tomé e Príncipe*. S. Tomé: Imprensa Nacional, 1965.
- PAIXÃO, V. M. B. *Dona Negra de Alma Branca*. Comunicação apresentada à classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa em sessão de 11 de Junho de 1964.
- MELLO, J. B. P. *Maria Correia – A Princesa Negra do Príncipe* (1788 – 1861). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.
- SEIBERT, G. «Colonialismo em São Tomé e Príncipe». in *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2: 99-120.
- TENREIRO, F. *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Esquema de uma Evolução Conjunta*. Praia: Imprensa Nacional, 1956.
- TENREIRO, F. *A Ilha de São Tomé*. Lisboa: Memória da Junta de Investigações do Ultramar/24, 1961.





# GASTRONOMIA, MÚSICA E DANÇA NO CICLO DE VIDA DO HOMEM CABO-VERDIANO

MANUEL BRITO-SEMEDO

«[...] Daí finalmente o aparecimento em Cabo Verde de uma cultura diferenciada, mestiça em seus motivos mais íntimos e mais dinâmicos.

Cultura mestiça ao nosso folclore na novelística, na poesia e na música populares; nas adivinhas; na culinária, na arte doceira».

Gabriel Mariano (1958),  
*A Mestiçagem: seu papel na formação da sociedade caboverdiana*

## **Introdução**

Os sentidos, não menos o do gosto, são o mote da vida do homem crioulo. Isto é-lhe intrínseco e está presente em todo o ciclo da sua vida, acompanhando-o em todas as suas manifestações culturais, do nascimento à morte, indo das festividades do nascimento, do guarda-cabeça e do baptizado, passando pelo casamento e outras celebrações, até aos ritos fúnebres. Sempre celebrando a alegria e a festa da vida e, também, o choro e a tristeza da morte, tudo à roda de grandes panelas, muita música e alguma dança.

Este capítulo tem como propósito explicitar a interacção existente entre as manifestações da cultura mestiça e a gastronomia, a música e a dança na vida do homem das ilhas e seguirá a ordem e a lógica das principais técnicas de preparação de um prato *gourmet*: a preparação dos temperos de base, ou seja, o conhecimento histórico e cultural do homem das ilhas; os ingredientes e os condimentos trazidos de várias latitudes do planeta e que se adaptaram no Arquipélago; os sabores, os sons e os

ritmos crioulos que caracterizam e dão sentido à vida do homem cabo-verdiano; o tempero final.

Como acompanhamento, acrescenta-se, no fim do capítulo, uma pequena mostra de textos literários sobre gastronomia e música de Cabo Verde.

A abordagem metodológica adoptada é a da Antropologia Interpretativa, de Clifford Geertz, de análise da prática simbólica no facto antropológico.

Uma vez que o tema deste capítulo é indissociável do contexto histórico e cultural das Ilhas, dele depende e dentro dele se processa, tomou-se este contexto como ponto de partida e trabalhou-se sobre ele no sentido da sua descrição, ainda que de forma sumária.

## **O tempero de base**

### ***Uma resenha geo-histórica***

Situadas no Oceano Atlântico, entre o Trópico de Câncer e o Equador, nos paralelos 14° 12' e 14° 48' de latitude N e os meridianos 22° 44' e 25° 25' de longitude WG15, ao largo da costa ocidental do continente africano e a 500 km do promontório que lhes deu o nome – o Cabo Verde – dez ilhas e cinco principais ilhotas constituem a República de Cabo Verde, independente desde 5 de Julho de 1975.

Postadas entre três continentes – Europa, África e América – as ilhas, que ocupam três graus de Norte a Sul e cinquenta e três léguas marinhas de Leste a Oeste, acham-se distribuídas em forma de meia-lua, cujo lado convexo é voltado para o continente africano.

Encontrando-se na continuação do Deserto do Saara, no percurso dos ventos alísios, é costume dividir o arquipélago em dois grupos: Barlavento – constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista – e Sotavento – integrado pelas ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava. A ambos chega, com irregularidades próprias da sua posição marginal, a convergência intertropical (cf. Brito-Semedo, 2006).

Segundo os autores da *História Geral de Cabo Verde* (1991), o achamento das ilhas orientais do arquipélago – Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal – deu-se em 1460 e foi obra de uma flotilha de duas caravelas comandadas por António da Noli e por Fernão Gomes, ao serviço da coroa portuguesa.

Esse «Prelúdio» recuado e desconhecido da História das Ilhas é assim recriado poeticamente por Jorge Barbosa (Barbosa, 2002: 99-100):

«Quando o descobridor chegou à primeira ilha  
nem homens nus  
nem mulheres nuas  
espreitando  
inocentes e medrosos  
de trás da vegetação.

Nem setas venenosas vindas no ar  
nem gritos de alarme e de guerra  
ecoando pelos montes.

Havia somente  
as aves de rapina  
de garras afiadas  
as aves marítimas  
de voo largo  
as aves canoras  
assobiando inéditas melodias».

Com a morte do Infante, ocorrida a 13 de Novembro de 1460, D. Afonso V, «o Africano» (1438-1481), doou, por Carta Régia de 3 de Dezembro desse ano, as ilhas do arquipélago de Cabo Verde a seu irmão, o Infante D. Fernando, herdeiro universal dos bens daquele, doação esta que se tornou perpétua e irrevogável por carta do mesmo D. Afonso V, datada de 19 de Setembro de 1462, para as «cinco ilhas descobertas nos dias do Infante D. Henrique por António de Noli, bem como as restantes sete achadas pelo dito Infante meu irmão [D. Fernando]» – Brava, São Nicolau, São Vicente, Santo Antão, Santa Luzia, e ilhéus Branco e Raso.

Em 1462, começou a tarefa do povoamento das ilhas – a primeira ilha a ser povoada foi Santiago e a segunda, a ilha do Fogo, entre 1480 e 1493 – como forma de fazer delas um ponto de apoio à navegação e de assegurar a continuidade das descobertas mais para o sul e do comércio na costa; mas, «por ser tão alongada de nossos regnos a gente não quer em ela [Santiago] ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesa sua». Por isso, e a pedido do Infante D. Fernando, concedeu o rei que «os moradores da dita ilha que daqui em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prover poderem ir com navios a tratar e resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné» (Ribeiro, 1955: 95).

O Infante D. Fernando e El-Rei D. Afonso V mandaram para ali algumas famílias do Alentejo e do Algarve, que se estabeleceram nas ilhas de

Santiago e do Fogo. A estes primeiros colonos seguiram-se portugueses que «abandonavam a sua pátria procurando ali maiores interesses» e os degredados que para ali eram enviados para expiar os seus crimes, para além de uma grande quantidade de escravos negros levados da costa da Guiné (Chelmicki e Varnhagen, 1841).

Em navios do resgate, logo vieram escravos cativos para o povoamento das ilhas. A primeira leva é assim imaginada e recriada poética e dramaticamente pelo mesmo Jorge Barbosa (Barbosa, 2002: 420-423):

«Era antigamente  
a primeira nau de escravos  
no rumo do Arquipélago  
rápida navegando  
sob o impulso dos alísios.  
.....  
Ora pela viagem  
um dia de repente  
o céu e o mar escureceram  
.....  
Depois que afinal  
amainou a fúria  
dos ventos e das vagas  
abriram ao ar e ao sol  
a boca de escotilha.  
Ao odor que havia  
juntou-se e veio ao cimo  
outro mais nauseante  
dos corpos dos negros que morreram  
de pânico sede e asfixia  
nos três dias e três noites da tormenta.  
.....  
E o capitão ordenou  
a baldeação sem demora  
do porão e dos escravos  
em grupos vigiados  
ao longo do convés.  
.....  
Assim aportou  
a primeira leva  
que vinha cativa  
para o povoamento das ilhas».

### ***As condições naturais***

Com uma superfície aproximada de 4.033 km<sup>2</sup>, Cabo Verde tem um clima caracterizado pelo contraste de duas estações perfeitamente marcadas: a das «águas», a mais quente, de Agosto a Novembro, de chuvas intimamente ligadas à deslocação setentrional da convergência intertropical; e a das «brisas», de Dezembro a Junho, mais fresca e seca, em que predomina a acção dos alísios, que tempera muito um clima que no continente é mais penoso. As chuvas, quando abundantes e bem distribuídas, asseguram a agricultura, base da subsistência e de toda a economia; a escassez delas origina crises de miséria e de fome (Amaral, 1964).

Cada ilha, contudo, é dotada de um aspecto diferenciado. Se os condicionalismos geológico e histórico são diferentes, as ilhas, ao longo dos séculos de povoamento, ganharam características que por vezes chegam quase a individualizá-las. A sua posição no mar, a sua superfície arável, as possibilidades industriais, a abundância ou escassez das suas águas, o povoamento mais ou menos antigo, o grau diverso dos cruzamentos da população e a emigração deram a cada uma fisionomia própria.

São Vicente foi o porto na encruzilhada de duas grandes rotas oceânicas, o estrangeiro instalado na exploração do porto e a formação de uma cidade parasitária deste. Santiago fora a posse pelos donatários e a ocupação pelo escravo. O Fogo foi o povoamento agrícola. Santo Antão foi a ocupação agrícola. São Nicolau foi a ocupação agrícola e eclesiástica. Ao Sal e ao Maio, a indústria salineira. Boa Vista e Maio a pecuária. A Brava, a ocupação agrícola e a emigração.

Com uma economia essencialmente agrária, as ilhas atravessaram, ao longo dos tempos, grandes calamidades devidas a estiagens. Quase sempre aparecem as primeiras chuvas em fins de Julho e duram até Novembro, quando cessam por completo. Assim, em grande parte do ano não há cultura, pois, além das sementeiras de milho, feijão e batatas, que se fazem na estação pluviosa, existem apenas mais algumas cultivadas nos vales, que são sustentadas pelas fracas nascentes de água (Brito-Semedo, 2006).

### **Os ingredientes e os condimentos trazidos de várias latitudes**

Com a chegada do branco e do negro às Ilhas de Cabo Verde, confrontando as duas culturas em presença no mesmo espaço limitado e de convivência, terá ocorrido em ambos os grupos um duplo processo de desintegração e de nova organização das suas identidades culturais. Para além disso, todo esse ambiente terá proporcionado ao mestiço nascido



desse cruzamento, ainda sem uma identidade étnica definida, o confronto entre as diferenças culturais dos seus progenitores – a europeia do pai e a africana da mãe, na sua generalidade – e criar uma identidade cultural própria, a cultura crioula, que se caracterizava essencialmente por um sentimento de diferença como resultado da mistura das duas.

Nesse processo de aculturação ou de contacto de culturas, operaram simultaneamente forças que terão actuado em direcções opostas, umas tendendo para a manutenção de particularismos, outras agindo no sentido da convergência e da afinidade. Referindo-se a Santiago, o geógrafo português Ilídio Amaral (Amaral, 1964) explica que, de uma ilha que encontrou deserta, o homem criou uma ilha crioula, marcando-a com um traço original:

«Para a sua ocupação e povoamento foi preciso introduzir tudo: homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia. Nela se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo humano, um novo tipo de mentalidade e até de linguagem: o crioulo [...]. Por toda a parte ainda são bem nítidos os traços originais desses cruzamentos: o pilão africano e a mó de pedra metropolitana; o batuque, tipicamente africano, muitas vezes acompanhado com ferrinhos de Portugal; o banco de ouri [jogo africano], que toda a gente joga; as culturas de subsistência, com base no milho introduzido no Brasil, exploradas por métodos africanos, mas em campos cuja arrumação recorda os da Metrópole; etc. Verdadeiro laboratório, plataforma rolante para todo o mundo, dela saíram os homens e os produtos da colonização das outras ilhas do arquipélago; dela partiram os primeiros gados para o Brasil, e o milho para a África» (*op. cit.*, p. 19).

Apesar de vários trabalhos já realizados por especialistas na matéria, nomeadamente, A. Chevalier (1935), Teixeira e Barbosa (1958) e Barbosa (1961), está ainda por fazer a história do povoamento botânico das ilhas. Todavia, o Padre Brásio (1962) mantém como certo que as plantas úteis do arquipélago não são indígenas, mas importadas. Estão neste caso, o milho, a mandioca (América), a mangueira (Ásia), o abacateiro (América), a jaca (Malásia), a amendoeira índica (Índia), a purgueira, a papaia, o amendoim, o algodão, o tabaco, o sisal (América), o tamarindeiro (África tropical e Índia), o café (Abissínia e Angola).

Ao lado de costumes e hábitos de importação europeia, encontram-se na sociedade cabo-verdiana reminiscências de formas sociais, costumes e processos negro-africanos; amalgamando-se com pratos de cozinha puramente portuguesa, existem formas de alimentação de origem ou influência

negro-africana; ao lado da família monogâmica, detecta-se uma acentuada tendência poligâmica; a par da canção portuguesa ou ocidental, ondulam pelo ar a morna, o batuque, a finaçon (Duarte, 1999).<sup>1</sup>

O sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, depois de uma visita meteórica às ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, entre 19 e 29 de Outubro de 1951, concluíra, em *Aventura e Rotina* (Freyre, 1953), tratar-se Cabo Verde de um caso de predominância de cultura africana, caracterizando-o por uma confrangedora pobreza de *apports* etnoculturais, para além de não esconder o desdém e a repulsa que o crioulo lhe causara, enquanto «dialecto que nenhum português ou brasileiro é capaz de compreender senão depois de iniciado nos seus segredos» (*op. cit.*, p. 240).

Baltasar Lopes (Lopes, 1956), para contestar o autor de *Casa Grande & Senzala* (1933), o «Messias» que os tinha desiludido, e menozar a componente africana do composto crioulo, inventariou e sistematizou o carácter regional (europeu) das ilhas. Assim: a culinária, o artesanato, o folclore novelístico, o folclore dos provérbios e das adivinhas, os jogos infantis, a música popular e sua instrumentação, as festas populares (a Santa Cruz, o Santo António, o S. João, o S. Pedro, o Santo André, a Nossa Senhora da Lapa e da Luz, a matança do galo no dia de Pascoela) e, a dominar tudo, o facto importantíssimo de o arquipélago dispor de um instrumento de comunicação, a língua crioula.

Procurando explicar as causas que teriam propiciado em Cabo Verde um povo culturalmente individualizado, Gabriel Mariano (Mariano, 1991) apresentou a hipótese de as características do meio físico terem influído nos processos de exploração económica e estes, por sua vez, terem actuado poderosamente tanto na mestiçagem como na sua estabilização social e cultural.

### **Os sabores, os sons e os ritmos crioulos dão sentido à vida**

À gastronomia cabo-verdiana juntam-se as manifestações musicais e as danças tradicionais, constituindo-se num triângulo em equilíbrio perfeito para celebrar a fertilidade, o sustento e a alegria ou a tristeza, festejando a vida – o nascimento, o casamento, as datas comemorativas – e também o choro e a consternação da morte.

---

<sup>1</sup> Uma das componentes do batuque, que consiste no canto por uma solista, improvisado ao sabor da fantasia e de um bater de palmas por um grupo, que faz um coro de fundo.

### **Os sabores**

Desde o final do século XX, vem sendo criticado o estilo de vida estressante do homem moderno, que o leva ao consumo de refeições *fast food*, que podem ser preparadas e servidas num intervalo pequeno de tempo. Em contraposição, surgiu em Itália, em 1986, um movimento chamado *slow food*, com o objectivo de promover a cultura da comida e do vinho, e que actualmente também defende a biodiversidade alimentar e agrícola no mundo inteiro.

Na verdade, a comida em Cabo Verde é feita, por grande parte da população, de forma ainda tradicional, com tempo, em fogão ou caldeirão de ferro, cozido à lenha e em lume brando, o que lhe dá um sabor muito mais apurado, cabendo na categoria de *slow food*. Enquadram-se neste grupo os almoços de fim-de-semana, que começam a ser confeccionados de manhã muito cedo, ou mesmo de madrugada, são servidos tardiamente e arrastam-se por muitas horas, às vezes até à noite, ou os almoços de casamento tradicionais, onde são servidos vários pratos, podendo ir até sete, como acontece em São Nicolau.

Usando os recursos e a produção locais, a dieta alimentar cabo-verdiana é na base do milho e de feijões com carne de porco, «bode capado»<sup>2</sup> e galinha (nas zonas rurais) ou peixe, principalmente atum, chicharro e cavala, em vez de carne (nas zonas litorais). A doçaria é feita com a fruta existente e em maior abundância na maior parte do ano, como a banana e a papaia, recorrendo também ao milho, à batata-doce, à mandioca, ao coco e ao queijo de cabra.

Para além dos pratos nacionais – a *cachupa*,<sup>3</sup> a *papa-de-milho*, o *cuscuz*<sup>4</sup>, a *camoca*<sup>5</sup> ou o *caldo-de-peixe* – existem outros pratos típicos regionais, como o *xerém* (ilhas de Santiago, Fogo e Brava),<sup>6</sup> a *djagacida* (ilhas do Fogo e da Brava)<sup>7</sup>, o *guisado de Manuel António*<sup>8</sup> e o *molho de*

---

2 «Bode capado», caprino macho castrado, criado para a engorda.

3 Prato cujo ingrediente-base é o milho, misturado com uma variedade de feijões, hortaliças, carne de galinha e de porco e enchidos.

4 Uma espécie de bolo de farinha de milho cozido ao vapor. Come-se cortado às fatias e barradas com manteiga ou mel-de-cana.

5 Farinha de milho integral torrado, usada para pôr no leite.

6 Xerém-de-festa (milho «cochido», partido ao meio), xerém com leite de coco (farinha grossa de milho com leite de coco), xerém com capa (farinha grossa e fina de milho moldada em forma de espiga forrada, com capa).

7 Farinha de milho grossa cozida a vapor, em camadas alternadas com feijão (feijão-pedra, feijão-figueira ou fava cozida).

8 Um guisado de batata, mandioca, inhame, abóbora e banana verde, sem qualquer carne.

*São Nicolau*<sup>9</sup> (ilha de São Nicolau), o *totoco*<sup>10</sup> (ilha Brava) e a *batanca*<sup>11</sup> (ilha do Fogo) (cf. Receitas em Chantre, 1993).

Confeccionam-se ainda pratos apropriados para a ocasião das festas religiosas e de romaria, pelo casamento e, mesmo, pela morte. A *trutchida*<sup>12</sup> e o *cozido de peixe-seco* acompanhado de mandioca, batata-doce, banana verde, couve e repolho, servido com xerém com leite-de-coco (ilha de Santiago), pelo Dia de Cinzas; a *cachupa de milho-em-grão* (ilha de São Vicente)<sup>13</sup>, pela Festa do Colá San Jôn; o *xerém-de-festa* e o *guisado de carne*, pelas Festas da Bandeira (ilha do Fogo) e dos Santos Padroeiros (ilhas de Santiago e Fogo)<sup>14</sup>; o *feijão-pedra com xerém* e *guisado de carne*, pelo Casamento; o *feijão-pedra com xerém*, pela Festa da Morte.

### **Os sons e os ritmos crioulos**

Os sons e os ritmos acompanham a vida do homem das ilhas nos seus afazeres, nos seus momentos de ócio ou de brincadeira e, também, nos momentos de celebração religiosa, revelando-se nas cantigas de trabalho, de ninar, de *curcutiçan* e nos cânticos litúrgicos, nas suas mais diversas formas.

As *cantigas de trabalho*, próprias das ilhas agrícolas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava, segundo Oswaldo Osório (Osório, 1980), são de dois tipos. O primeiro, as cantigas agrícolas, produto do meio rural tradicional agro-pastoril, por determinantes de natureza geoeconómica e com utilização em épocas precisas, tais como as cantigas de *guardas-de-sementeiras*, de *curral-de-trapiche*<sup>15</sup>, também conhecidas por *colá boi*<sup>16</sup>, e as de monda; e o segundo, as cantigas marítimas, surgidas de actividades ligadas ao mar, de pescadores e de marinheiros, todas adstritas aos aspectos práticos decorrentes das actividades económicas do povo das Ilhas.

<sup>9</sup> Em tudo semelhante ao molho de Manuel António, mas com carne de capado ou de galinha.

<sup>10</sup> Massa de milho em formato de rolinhos, para integrar o guisado.

<sup>11</sup> Massa de farinha de milho espalmada, cozida numa grelha sobre brasas.

<sup>12</sup> «Trutchida», uma espécie de sopa espessa de feijão-pedra seco e sem casca.

<sup>13</sup> Milho verde em grão.

<sup>14</sup> É parte integrante das Festas da Bandeira o ritual do «Pilão», para a preparação do xerém, e a «Matança» de animais, para o guisado dos almoços dos festeiros.

<sup>15</sup> Curral-de-trapiche é o terreiro onde os bois fazem girar o trapiche para moer a cana. As cantigas ali entoadas são também conhecidas por «colá boi», significando o termo «colá» cantar, falar em voz alta.

<sup>16</sup> Cantiga do camponês de Santo Antão, que tem por finalidade acalmar o boi e prepará-lo para iniciar a faina do trapiche.

As *cantigas de ninar* são cantilenas que, entoadas no compasso binário, servem para embalar as crianças. Elas revelam crenças ancestrais e têm o propósito de esconjurar o mal e proteger o menino durante o sono. Um exemplo disso é a morna «Ná, ó menino ná...» («Não, ó menino não...»), de Eugénio Tavares (Tavares, 1996:112):

«Ó rosto doce de ojo maguado,  
 Es bo cuidado  
 Botal pa traz!  
 Nhor Des ta dano um bida de paz,  
 Ó nha Pecado  
 De ojo maguado!  
 Ná, ó menino ná,  
 Sombra rum fugi di li!  
 Ná, ó menino ná,  
 Dixa nha fijo dormi...  
 Sono de bida, sonho de amor,  
 Ou graça, ou dor...  
 És é nós sorte...  
 Se Deus, más logo, mandano morte,  
 Quem que tem medo  
 Ta morrê cedo.  
 Toma nha ombro, encosta cabeça,  
 Já'n dabo peto,  
 Amá rapaz!  
 Ó espírito doce, ca bo tem pressa:  
 Deta co geto,  
 Dormi na paz...»<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Ó rosto doce de olhos magoados  
 As tuas preocupações?  
 Deita-os para trás!  
 Senhor Deus dar-nos-á uma vida de paz  
 Ó meu Pecado  
 De olhos magoados!  
 Não, ó menino não,  
 Sombra ruim foge para bem longe!  
 Não, ó menino não,  
 Deixa em paz o meu filho, para que durma...  
 O sono da vida, sonho de amor,  
 Ó graça, ó dor...  
 Esta é a nossa sorte...

Teixeira de Sousa (Sousa, 1936) explica que, na ilha do Fogo, após um dia inteiro de trabalho, os camponeses reúnem-se à noite para espairecer. Cantam mornas, dançam, contam histórias, «botam adivinhas».

Quando as lendas ou as adivinhas não agradam, um dos assistentes cai sobre o narrador de histórias ou do «botador» de adivinhas, ridicularizando-o com versos os mais mordazes possíveis (o *curcuti*). Aponta-lhe as qualidades vis e os defeitos físicos, compara-o a um tipo de homem (ou de mulher) abjecto, já conhecido; considera-o um «não-sabe-nada», um «zé-ninguém».

O atingido, porém, ouve com calma a injúria e responde, em seguida, com versos improvisados, com toda a paixão, com todo o frémito. Esses versos provocam o riso a quem os escuta, porque são combinações de expressões grotescas de efeito muito cómico.

Esta veia poética, que se terá mantido através de séculos desde os antigos trovadores portugueses, revela-se nas cantigas de *curcutiçan*, que evocam as cantigas de maldizer da literatura medieval portuguesa.

Também podem ser consideradas cantigas de trabalho os pregões das peixeiras e dos miúdos que vendem água ou *fresquinha* (gelado), anunciando com cânticos os seus produtos.

Os *cânticos religiosos* – as divinas (cânticos oratórios para salvação das almas do purgatório)<sup>18</sup> – acontecem em épocas específicas e são cantadas «à capela» por mulheres e homens, às vezes a três vozes em uníssono, e em solo, ao qual responde o coro, acompanhado pelo povo fora das igrejas – e as rezas (as ladainhas e a Salve Rainha),<sup>19</sup> ligadas às práticas fúnebres que derivam da tradição da esteira (cf., Gonçalves, 2006)<sup>20</sup>.

---

Se Deus depois nos mandar a morte  
Quem tem medo  
É que morre depressa.

Toma o meu ombro, encosta a tua cabeça,  
Já te dei o meu peito,  
Bem como o regaço!  
Ó espírito doce, não tenhas pressa:  
Deita-te com jeito,  
Dorme em paz...

<sup>18</sup> O Cântico da Divina só existe em São Nicolau.

<sup>19</sup> Persiste ainda hoje, mas só em Santiago e em algumas localidades, principalmente do interior, ou em comunidades como a dos Rabelados.

<sup>20</sup> Período de oito dias em que a família do morto deve permanecer sentada na esteira. Na noite do oitavo dia, há a «véspera», um conjunto de rezas e hinos entoados em coro, em que tomam parte numerosas pessoas.

### ***As Formas Musicais e as Danças Tradicionais***

Ao longo dos tempos, estiveram em voga, na maior parte das ilhas de Cabo Verde, várias formas musicais das mais diversas origens, como o maxixe, o tango, o galope, a contradança, o bolero, a mazurca, a valsa, a polca, o *foxtrot* e o samba, que eram utilizadas nos bailes. Contudo, constitui música popular genuinamente cabo-verdiana, tocada e dançada nos bailes, a *morna*, a *coladeira* e o *funaná*.

A *morna*, na opinião do Maestro Alves dos Reis (Reis, 1984: 9), «nasceu do povo que a criou, banhando-a com as lágrimas das suas mortificações, resignações e sofrimentos, e [...] essas melodias não são outra coisa senão a exaltação ou o queixume eterno da alma caboverdiana, no que ela tem de mais comovente, de mais extravagante e de mais tumultuoso». Assim sendo, a sua fina emotividade informa, segundo Teixeira de Sousa (Sousa, 1958: 9), a «encruzilhada conflitual de duas realidades antagónicas: dum lado a terra, a mãe, a cretteu (a noiva); do outro, a nostalgia dos países distantes».

Considerando as linhas de incidência cultural nas três áreas – Portugal, Brasil e Cabo Verde – não é de estranhar a possibilidade de haver formas de semelhança entre o fado e a morna. Contudo, está-se em crer que esta, ao que tudo indica, mais antiga do que aquele, é uma expressão da maneira de ser e de estar do homem cabo-verdiano e da sua cabo-verdianidade, a expressão do sentimento popular dos amores infelizes e da saudade da amada e da terra querida (Martins, 1989).

A *coladeira* é um género de música mais moderna e com um ritmo mais rápido, com a sua origem na morna e noutros ritmos existentes em Cabo Verde. Segundo Manuel Ferreira (Ferreira, 1985), a coladeira teria surgido em S. Vicente no segundo lustro de cinquenta, tendo-se rapidamente espalhado pelo Arquipélago. Contudo, sabe-se que a primeira coladeira poderá ter sido «Abissínia», de autoria de António Silva Ramos, «Antône Tchitche», composta em 1935, na sequência da ocupação da Etiópia pela Itália fascista de Mussolini (Brito-Semedo, 2006).

De acordo com o Maestro Jorge Monteiro, «Jotamont» (Monteiro, 1987), na sua explicação teórica sobre a origem da coladeira, trocando-se o compasso quaternário para binário, obtém-se na morna – pelo menos nas mais antigas – um ritmo rápido semelhante à coladeira.

Esta forma de expressão musical, que funciona como sátira social e entronca no processo de escárnio e maldizer da literatura medieval portuguesa, crítica, com sarcasmo e humor refinado, a sociedade mindelense.

O *funaná* é uma música em compasso binário, com andamento duplo, lento-médio e rápido, inicialmente presente apenas no interior de Santiago, que passou para a cidade no período a seguir à independência nacional, em

1975, com algumas mudanças no campo instrumental. Dança-se aos pares com movimentos do quadril cadenciados, sensuais e vivos (Brito, 1998).

Só nos anos oitenta, este almejado terceiro género musical consegue impor-se na sua plenitude em todas as ilhas como música nacional, em pé de igualdade com a morna e a coladeira, graças ao esforço do conjunto musical «Bulimundo», sob orientação de Carlos Alberto Martins, «Catchás», que retoma o princípio do «retorno às fontes», seguido por Norberto Santos Tavares.

Na opinião de Carlos Gonçalves (Gonçalves, 2006: 71), «o Funaná transformou-se numa das maiores conquistas no domínio da música, no Pós-Independência de Cabo Verde».

Até antes da República (1910), segundo Célia Reis (Reis, 2001), dançava-se em todas as ilhas o *Landum* (ou *lundum*), tornando-se raro a partir de então, sendo hoje praticamente inexistente, sobrevivendo apenas na ilha da Boa Vista, onde é tocada especialmente por ocasião das festas de casamento.

Nas décadas de setenta e oitenta do século XX, surgiu em Cabo Verde o género *balada*, com conteúdo marcadamente revolucionário, reivindicativo e de denúncia social (cf. Brito-Semedo, 1999).

Existe ainda o *batuque*, a única ilha onde é celebrado é Santiago, de origem africana e constituído pelo batuque propriamente dito – canto com uso da cimbô<sup>21</sup> e batimentos vigorosos e em ritmo acelerado das mãos sobre um chumaço de panos colocado entre as pernas (a *tchabêta*) e dança ritmada das ancas (o torno) – e pela finaçom, canto por uma solista, improvisado ao sabor da fantasia e bater de palmas por um grupo de mulheres que faz «baixão» ou coro de fundo, marca presença obrigatória nas festas de casamento do interior de Santiago (cf. Lopes, 1949). Toda esta magnificência de sons, ritmos, dança sensual e êxtase, simbolizando o acto sexual, funciona como uma preparação para a primeira relação sexual da noiva. A abundância da comida, por sua vez, remete para a fertilidade.

As *festas da bandeira*, celebradas na ilha do Fogo, por ocasião do 1.º de Maio, dia de S. Filipe, e no mês de Junho, nos dias de S. João e S. Pedro, são aqui trazidas pelo exemplo perfeito dessa inter-relação entre a gastronomia, a música (tocar do tambor e canto) e a dança.

---

<sup>21</sup> O «cimbó» ou a «cimbôa» é um instrumento musical de construção rudimentar. Tem um bojo de cabaça forrado de pele como tambor (o reflector dos sons), um braço de madeira terminado por uma caravelha (o nome mais comum é «cavelha»), um cavalete e um arco, tendido por crinas untadas de breu (ou pez), como de crinas também é a sua única corda vibrátil. Pedro Cardoso, in *Folclore Caboverdeano*, Porto, 1933.



A festa começa com o «pilão» – o pilar do milho para o xerém-de-festa – com três mulheres ou raparigas a trabalhar em simultâneo em cada pilão, ao som e no ritmo de canções apropriadas, operação essa que é dirigida por uma mulher idosa. Em paralelo à actividade do «pilão», há a matança das reses para a festa, também acompanhada de danças e cânticos.

A *festa do colá San Jôn*, ou de São João Baptista, celebrada a 24 de Junho é uma das principais festas populares nas ilhas de Barlavento (Santo Antão, São Vicente e São Nicolau) e na Brava, pelas suas características distintas e originais na sua componente da música e da dança, é igualmente relevante para o nosso estudo.

Em São Vicente, a festa decorre na Ribeira de Julião, localidade que dista poucos quilómetros da cidade do Mindelo. Mesquitela Lima (Lima, 1992) descreve-a como uma espécie de romaria, onde há de tudo: missa, comer, beber e dança, acompanhada de tambores e de apitos. A dança é a umbigada<sup>22</sup>, denominada *colá San Jôn*, sobretudo praticada entre mulheres, mas também entre homem e mulher. Os tambores, cuja forma é de origem portuguesa, são tocados com bagnetes, porém num ritmo sincopado nitidamente africano. Tambores e apitos dirigem as dançarinas, que aceleram as umbigadas consoante o toque.

Jorge Barbosa (*op. cit.*, pp. 263-267) descreve a festa em forma de versos:

«Vai o povo também  
vai seguindo e dançando  
a dança alucinada  
do choque  
violento dos abdómens  
  
entre apitos  
gritos  
e delírios  
ao compasso da toada  
guerreira dos tambores.  
  
Segui depois tocadores  
com os vossos tambores a rufar  
com o povo a dançar  
entre gritos e apitos  
segui pela estrada  
da Ribeira do Julião.  
.....»

<sup>22</sup> Um movimento ritmado em que os pares chocam os umbigos.

## **O tempero final**

Fazendo um remate final em síntese, compondo e enfeitando o prato, celebrando, com o lento ritual do tempo, o prazer de comer bem, acompanhado por um bom vinho do Fogo, música da terra e muita dança. São dois os recursos de Cabo Verde: a sua latitude e a sua longitude, ou seja, a sua posição geográfica. Foi essa posição geográfica – situada entre três continentes, a Europa a África e a América – que determinou o seu povoamento, como forma de apoiar os descobrimentos e comercializar com a costa.

A forma de povoamento, por sua vez, criou o tipo crioulo, como fusão das duas correntes imigratórias: o branco e o negro. As condições naturais, por seu lado, condicionaram a economia e a demografia do território e determinaram a sua História.

A expressão do espírito do homem cabo-verdiano, a identidade e a especificidade da sua cultura, em suma, a criouldade, é visível na língua cabo-verdiana, na manifestação da cultura popular (literatura oral, música, festas tradicionais, gastronomia, etc.) e nas formas cultas da sua literatura.

Procurou-se destacar, ao longo deste capítulo, a importância que a gastronomia, a música e a dança têm em todo o ciclo de vida do homem cabo-verdiano, do nascimento à morte, e como o caracterizam e lhe dão sentido à vida.

É assim que se deu a conhecer a gastronomia local, apresentando os pratos nacionais, os pratos típicos regionais e os pratos próprios para a ocasião das festas religiosas e de romaria, pelo casamento e, mesmo, pela morte.

A nível dos sons e dos ritmos cabo-verdianos, apresentou-se as cantigas de trabalho, de ninar e de «curcutiçan» e, mesmo, os cânticos religiosos. Foram também objecto de análise as formas musicais e as danças tradicionais.

Conclui-se que o homem das ilhas celebra a alegria e a festa da vida e, também, o choro e a tristeza da morte, tudo à roda de grandes panelas, muita música e alguma dança. E o que caracteriza o cabo-verdiano e o distingue enquanto povo é a sua cultura crioula, resultado da sua mestiçagem, factor fundamental nessa interacção existente entre a gastronomia, as manifestações musicais e as danças tradicionais.

## Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, L.; SANTOS, M. E. M. (Coordenação). *História Geral de Cabo Verde* (Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991). Volume I.
- ALMEIDA, G. *O Mar na Lajinba* (Mindelo: Ilhéu Editora, 2004).
- AMARAL, I. *Em Torno dos Nacionalismos Africanos. Memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)* (Lisboa: Granito Editores e Livresiros, 2000).
- BARBOSA, J. *Obra Poética por Jorge Barbosa* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002).
- BARBOSA, L. A. G. *Subsídios para um Dicionário Utilitário e Glossário dos Nomes Vernáculos das Plantas do Arquipélago de Cabo Verde* (Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961).
- BRITO, M. *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde* (Praia-Mindelo: Centro Cultural Português, 1998).
- BRITO-SEMEDO, M. *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975* (Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006).
- . *A Morna-Balada. O Legado de Renato Cardoso*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008), 2.<sup>a</sup> Edição: 1999.
- CARDOSO, P. M. *Folclore Cabo-verdiano* (Porto: Edições Maranus, 1933).
- CHANTRE, M. L. *Cozinha de Cabo Verde* (Lisboa: Editorial Presença, 1993). 1.<sup>a</sup> Edição: 1979.
- CHELMICKI, J. C. C.; VARNHAGEN, F. A. *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné* (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, (1841), Tomo I e Tomo II.
- CHEVALIER, A. *Les îles du Cap Vert. Flore de l'Archipel* (Paris: Laboratoire d'Agronomie Coloniale, 1935).
- DUARTE, M. *Caboverdianidade, Africanidade, e outros textos* (Praia: Spleen-Edições, 1999).
- FERREIRA, M. *A Aventura Crioula* (Lisboa: Plátano Editora, 1985). 1.<sup>a</sup> Edição: 1987.
- FREYRE, G. *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. (Lisboa: Livros do Brasil, Limitada, 1953).
- . *Casa-Grande & Senzala*. (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, (1987), 1.<sup>a</sup> Edição: 1933.
- GONÇALVES, C. F. *Kab Verd Band* (Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2006).
- LIMA, A. M. *A Poética de Sérgio Frusoni. Uma Leitura Antropológica* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992).
- LOPES, B. *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre. Apontamentos Lidos ao Microfone de Rádio Barlavento* (Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde – Divisão de Propaganda, 1956).
- . «O Folclore Poético da Ilha de S. Tiago», pp. 43-51, in *Claridade – revista de arte e letras*, N.º 7 (São Vicente: Sociedade de Tipografia e Publicidade, 1949).

- LOPES, M. *Chuva Braba* (Lisboa: Edições Caminho, 2001). 1.<sup>a</sup> Edição: 1956.
- MARIANO, G. *Cultura Caboverdeana – Ensaio* (Lisboa: Editora Veja, 1991).
- «A Mestiçagem: seu papel na formação da sociedade caboverdiana», pp. 11-24, in Suplemento Cultural N.º 1 ao *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação* (Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1958).
- MARTINS, V. *A Música Tradicional Caboverdeana – I (A Morna)* (Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989).
- MONTEIRO, J. *Mornas e contratempos: coladeras de Cabo Verde* (Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1987).
- OSÓRIO, O. *Cantigas de Trabalho, Tradições Orais de Cabo Verde* (Praia: Comissão Nacional para as Comemorações do 5.º Aniversário da Independência de Cabo Verde – Sub-Comissão para a Cultura, 1980).
- REIS, C. «Cabo Verde», pp. 95-144, in *O Império Africano (1890-1930), Nova História da Expansão Portuguesa*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques e direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 2001). Vol. XI.
- REIS, J. A. «Subsídios para o estudo da Morna», pp. 9-18, in *Raízes*, N.º 21 (Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1984).
- RIBEIRO, O. «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde», pp. 92-122, in *Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*. (1955) (Lisboa: Faculdade de Letras). Tomo XXI – 2.<sup>a</sup> Série, N.º 1.
- SOUSA, H. T. *Ilhéu de Contenda* (Lisboa: Europa-América, 1983). 1.<sup>a</sup> Edição: 1978.
- «Cabo Verde e a sua Gente», in *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, N.º 109 (Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1958).
- «“Curcutiçã” (Recolhas Folclóricas)», in *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, N.º 63 (Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1954).
- TAVARES, E. *Eugénio Tavares – Poesias, Conto, Teatro* (Praia: Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1996).
- TEIXEIRA, A. J. S.; BARBOSA, L. A. G. *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde. Cartas Agrícolas. Problemas Agrários* (Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1958).

## Adenda

Jorge Barbosa  
 «A Terra»  
 In *Obra Poética por Jorge Barbosa*, 2002  
 «Terra fértil  
 Das bananeiras, das laranjeiras,  
 Dos acajus,  
 Dos cafeeiros, das uvas, dos batatais;  
 Do milho que dá cachupa, o cuscuz,  
 A batanca, o gufongo;  
 Das canas  
 Que dão grogue e mel...  
 Terra fértil  
 – das oleaginosas,  
 Das acácias, dos cardeais,  
 Das roseiras,  
 Dos marmeleiros, das goiabeiras,  
 Das árvores resinosas,  
 Das árvores de fruta.  
 Das árvores de sombra...  
 Terra fértil  
 Do queijo sadio!...  
 Terra fértil!...  
 Se não cai a chuva,  
 – o desalento  
 A tragédia da estiagem! –  
 .....»

Manuel Lopes  
*Chuva Braba*, 1956

«O almoço tinha sido fraco. Estavam ambos esfomeados. Não havia para o jantar fritos nem outros disfarces. Cachupa só, mas abundante e sobretudo apurada e «com todos os matadores». Maria Lé serviu-lhes primeiro o caldo, apanhado à tona da panela, gorduroso e substancial. Pousou no centro da mesa com toda a cautela, porque vinha a transbordar, um travessão com a cachupa fumegante e cheirando bem. «Cheirando a cachupa mesmo» – comentou Joquinha.

– Assim mesmo é que recomendei. Nha Maria Lé sabe do ofício, fez exactamente como eu queria. Tudo caldeado. Não concordo nada com duas travessas, uma de cachupa só e outra de cozido. Cachupa para mim é tudo o que sai da mesma panela.

... Joquinha sorveu mais colheradas.

Uma panela só é o que eu dizia ao André. Não gosto de separação. Não é, há Maria Lé? Casados é na mesma cama.

– Olá, se é, Nho Joquinha, respondeu Maria Lé com a boca torcida de satisfação, e esfregando as mãos no avental. A gente faz separação por grandeza. É mesma coisa na comida. Também p'rá dar ideia de muitos pratos, como se fossem os olhos a comer e não a boca. P'ra mim isso é uma falsidade.

O prato, apesar de bastante largo e fundo, transbordava. Joquinha sorveu umas colheradas de caldo. Quando o conteúdo desceu ao nível conveniente, deitou-lhe dentro a cachupa, um naco de carne de porco, talhadas de batata doce e de mandioca, uma porçãozinha de couve, uma banana verde, uma racha de abóbora já a desfazer-se».

Vinício (Manuel Ribeiro de Almeida)

«Nha Maria Clara»

In *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*

«– Laurinda, vamos arranjar uma janta desenfastiosa para o pai. Quando repousares o almoço e tiveres tratado da loiça, vais ao «pelourinho» (1) e trazes: de peixes «palombetas» e «olhos largos», uma bananinha verde, mandioca, batata doce, batata inglesa (2) e um bom raminho de coentros; malagueta ainda temos em casa. Passas pelo Matias e tomas meio quarto de «azeite doce». Com estes ingredientes e mais uns dentinhos de alhos, fazemos aí um esplêndido caldo de peixe de comer e chorar por mais. Engrossas o caldo assim bem adubado com um pouco de “farinha de pau”».

Félix Monteiro

«As Bandeiras da Ilha do Fogo. O Senhor e o Escravo Divertem-se»,

In *Claridade – revista de arte e letras*, N.º 8, Maio de 1959, p. 11.

«É uma simples tarefa caseira – pilar milho para xerém-de-festa que se transforma em espectáculo, pois é executada ao som e no ritmo de canções apropriadas, com o nome genérico de «brial» de pilão. Canções do trabalho, na aparência, mas possivelmente parte do ritual preparatório de repasto comum, porque o

xerém assim preparado destina-se à chamada «ceia de canisade» na qual tomam parte todos os componentes do grupo que festeja a Bandeira no quintal da casa do festeiro.

A operação é geralmente dirigida por uma mulher idosa, que tem a seu cargo a distribuição de milho e água pelos pilões e a recolha do xerém quando o considera devidamente preparado, depois de passar por bandejas ou «balaios de tenter», para o que fiscaliza com atenção todas as fases da tarefa, sem contudo deixar de cantar e bater as palmas cadencialmente, como fazem as outras mulheres e raparigas que tomam parte na festa, e se agrupam ao lado dos tambores ou dos pilões.

Em cada pilão trabalham três mulheres ou raparigas, cada uma com o seu respectivo pau-de-pilão, que maneja com habilidade e desenvoltura, em movimentos graciosos e bem marcados – três pancadas em, dois tempos – ao som dos tambores, das cantigas de pilão, do bater das palmas, dos *paus-de-colêxa*, um compasso binário, tudo combinado num ritmo brilhante, certo mecânico, dir-se-ia que numa sugestão instintiva da regularidade rítmica das máquinas, com que nem sequer sonhavam os antigos escravos a quem se deve a introdução deste número no programa das Bandeiras.

As canções variam, sucedem-se uma à outra, à medida que se rendem as *cuchideiras*, o que se faz no meio de grande alarido, sobretudo quando estas se aguentam com firmeza e entusiasmo sob o estímulo das cantadeiras, mas o ritmo mantem-se inalterável, vivo, na marcação segura dos *paus-de-colêxa*, em ançadas secas vibradas com frenesi nas bordas do pilão ou tocadores acorados entre as pilandeiras.

Com a recolha da última porção de xerém preparado com esse cerimonial termina a tarefa, que pode continuar no dia seguinte, quando necessário, mas sempre de forma que o último «pilão» preceda a antevéspera do dia do Santo festejado, reservada a outras cerimónias».

Teixeira de Sousa

*Ilhéu de Contenda*, 1978

«Junto ao portão do jardim os homens estacaram em semicírculo, os cabos das enxadas encostados aos peitos suados. Escorria-lhes suor pela cara abaixo, as camisas podiam-se torcer de encharcadas. Caía uma chuvinha miúda como urina de mosca. Afrouxaram os chapéus, olharam para o céu donde pingava fatura. Das gargantas intumescidas jorrou um Salve-Rainha sentido. O solista esganiçava notas que o coro abafava com acordes graves. Os borrifos persistiam, refrescando os rostos encalorados».

Germano Almeida

*O Mar na Lajinha*, 2004

«A Maribel mora no Alto da Cruz de Espia, mas religiosamente está na Lajinha todos os dias por volta das seis e meia da manhã, é ela quem fornece o pequeno-almoço a grande número dos trabalhadores da EMPA e também a muitos estivadores da ENAPOR: um pão de trigo tipo brindeira que abre ao meio com uma enorme faca de cozinha e depois lambuza por dentro com um espesso doce de goiaba ou de marmelo que com uma colher de pau retira de um grande frasco de vidro, daqueles que antigamente se viam nas lojas cheios de drops ou pirinha das ilhas, e uma caneca de alumínio de café com leite que leva já preparado de casa dentro de um enorme termo marca giramagic que a Pantcha lhe trouxe de Dakar já lá vão muitos anos mas que continua a funcionar muito bem, a manter o calor como se fosse novo em folha, bem entendido que em grande parte graças à própria Maribel que o conserva com mimos de bebé, costuma dizer que se é verdade que a pobreza deve comprar bem para não comprar duas vezes, também é certo que o olho do dono engorda o cavalo. De modo que mesmo em casa é ela quem pessoalmente cuida dos objectos de mais valor ou responsabilidade como é o caso do giromagic ou do frasco para doces.

Não são todos os clientes da Bel que vão no café com leite matinal, alguns preferem «aquecer» o estômago com uma cervejinha gelada ou uma supirinha, e há até aqueles que optam por começar o dia com um meio quartinho de grogue que depois abafam com dois ou três fonguinhos ou então pastéis de milho. E é por isso que a Bel compra o grogue que revende apenas em produtores de confiança, prefere ganhar pouco a envenenar os filhos de parida com qualquer mixórdia feita à base de pilhas secas, carrapate ou uma outra porcaria.

Noutros tempos ela também vendia pão de milho, pão de trança, barão, rebuçado simples, rebuçado de mancarra, pirinha das ilhas, sucrinha de leite de coco, e em geral todas as miudezas de fabrico caseiro e consumo popular. Mas infelizmente essas coisas acabaram quase todas por sair de moda, substituídas que foram por artigos de importação, e assim ela prefere não empatar dinheiro em mercadorias de saída reduzida, optando por pacotinhos de bolacha tipo Maria ou em forma de sanduíche com cremes de sabores diversos e que vende por unidades, talqualmente aliás os cigarros, sejam domésticos ou de importação».







## NO REGRESSO À ILHA, OLHAR A TERRA E AS GENTES

MARIA NORBERTA AMORIM\*

Como açoriana, estarei sempre algo perdida num mar de desafios. Porque saí dos Açores, porque estudei e me especializei, não chego a atingir a sabedoria que norteou a vida de meu pai. Procuo tardiamente aproximar-me da minha terra e das minhas raízes, usando os recursos entretanto adquiridos numa longa vida de estudo, mas tenho que lidar com as inabilidades que essa especialização e a ausência prolongada me provocam.

O Pico que me recebeu de regresso tinha-se afastado do Pico onde cresci e, como historiadora, senti-me impelida a segurar memórias desse Pico enquanto ilha sem pão e pujante de vida. Enfrento assim o meu maior desafio científico e emocional: situando-me nos finais do século XIX, *visitar* cada uma das casas de cada uma das freguesias da ilha, identificando cada um dos seus residentes pela trajetória de vida, pela inserção na Família e no Meio.

Iniciei este projeto em 2004 pela minha freguesia de origem, a freguesia de São João, decidida a «contribuir para preservar memórias e o enraizamento, como fatores de recreação cultural e equilíbrio emocional».

Nessa altura escrevia:

«Numa comunidade como São João, as gerações mais antigas recebiam e interiorizavam uma herança cultural que lhes permitia sobreviver nessa terra muito bonita, mas muito dura. Nessas gerações identificava-se pelo nome cada pesqueiro da costa, cada área de cultivo, cada pedaço de chão. Sabia-se olhar o Pico e esperar a chuva ou o vento, distinguir a bondade da terra, das árvores, dos animais, das pessoas.

---

Desenho: *Império do Divino Espírito Santo de S. João.*

\* CITCEM.

Não seguramos mais essa riquíssima herança cultural feita de relação com os outros e de esforço próprio, mas poderemos recordar aqueles que, ao longo das gerações, trabalharam, amaram e sofreram para existir e, com eles, a sua terra existir, nós existirmos. Poderemos recordar aqueles que construíram casas, ergueram a Igreja, traçaram veredas, furaram poços, amontoaram as pedras nos maroiços, cavaram o chão, desbravaram matos, plantaram árvores, criaram animais, sulcaram o mar. Poderemos recordar os casais que criaram os filhos que Deus lhes deu, como aquelas mães solteiras que, assumindo o seu amor, foram humilhadas na família e na terra. Poderemos recordar os emigrantes de sucesso que valorizaram a sua terra, como aqueles que tiveram força e coragem para regressar quase tão pobres como saíram».

Depois de São João, num ritmo certo, foram publicadas mais outras sete monografias desta série, que designei de **As Famílias**: Santo Amaro (2005), São Caetano (2006), Lajes (1.<sup>a</sup> Parte) (2007), São Mateus (2008), Lajes (2.<sup>a</sup> Parte) (2009), Prainha (2009), e Candelária (2011). A nona monografia sobre Santa Luzia surgiu, com maior desfasamento, neste ano de 2016.

Parto da disciplina da minha aplicação académica, a Demografia Histórica, cruzo fontes escritas diversas e memórias orais, formando, para o dia 1 de Janeiro de 1883, bases de dados de residentes à volta das quais as monografias se articulam.

## **1. Demografia Histórica – importância da evolução metodológica**

Nos últimos anos da década de 1960 iniciei um percurso que viria a pautar toda a minha longa vida como investigadora. Nessa altura, vivendo em Bragança, para a preparação da dissertação de licenciatura em História, na Universidade do Porto, parecia indicado optar por um trabalho sobre fontes locais e, na esteira de Maria de Lourdes Akola Neto (1959), os registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos pareciam um boa opção. Um pouco ao acaso, descobri no cartório paroquial de Rebordãos, nos arredores daquela cidade, registos de batizados e casamentos relativos ao séculos XVII e XVIII e, mais tarde, os correspondentes registos de óbitos no Arquivo do Registo Civil respetivo.

Iniciei-me na leitura desses documentos, passando para fichas normalizadas, na linha de Henry (Fleury-Henry, 1956), que me haviam sido fornecidas, os dados dos assentos, enfrentando as dificuldades habituais com as abreviaturas, lentamente ultrapassadas.

Em breve as fichas normalizadas de que dispunha esgotaram-se e o encadeamento dos eventos tornou-se um fascinante desafio. Optei por abandonar essas fichas e preparar em papel branco de alguma resistência as fichas de ato e, para o cruzamento de dados, organizar cadernos alfabetados em função do nome próprio do pai de cada família. A não transmissão linear de apelidos para a esposa e filhos aconselhava a esse procedimento.

Desse esforço resultou a apresentação na Universidade do Porto em 1971 de *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, publicado em 1973 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda e que constitui o primeiro trabalho em Portugal de análise de comportamentos demográficos de Antigo Regime.

O que distinguiu a minha metodologia da metodologia clássica de *reconstituição de famílias* de Henry, era a incidência no **indivíduo**, com acompanhamento de trajetórias de vida em **cadeia genealógica**. De facto, o meu objetivo não havia sido tão só a reconstituição do percurso de vida dos casais com vista à análise da Fecundidade legítima, na linha de Henry, mas o estudo da evolução das comunidades a partir da trajetória de vida, em cadeia, de cada um dos residentes.

Depois de Rebordãos, trabalhei Cardanha (1980) e S. Pedro de Poiães (1983-1984), duas outras paróquias transmontanas.

Ainda com tratamento manual, em 1985, concluí, num penoso e irrepetível esforço, um novo projeto académico, reconstituindo 10 paróquias de Guimarães, quatro urbanas, duas suburbanas e quatro rurais, entre 1580 e 1819, com cruzamentos interparoquiais sistemáticos. Depois da reconstituição por paróquia, procedia ao cruzamento, família a família, no contexto das 10 paróquias, passando para uma ficha única as informações geograficamente dispersas (Amorim, 1987).

Em 1986, em coautoria com o informático Luís Lima, publicava no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira *Demografia Histórica e Microinformática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana*, neste caso concreto sobre a minha freguesia de naturalidade.

A reconstituição era feita manualmente, eram depois lançados os dados num ficheiro DBase III de FAMÍLIAS, reproduzindo a ficha manual, que gerava um ficheiro de INDIVÍDUOS *arrastando* a informação sobre os filhos de cada família, depois de tentar a identificação nas restantes fichas de Família em que eventualmente os mesmos indivíduos poderiam figurar como pais. Os indivíduos das primeiras gerações eram lançados diretamente no ficheiro de Indivíduos, assim como aqueles que não tinham relações familiares conhecidas na comunidade.

Na publicação de 1987, em anexo, introduzindo o texto de uma comunicação apresentada nesse mesmo ano em Braga, escrevia:

«Na altura em que revejo as provas deste trabalho académico não designaria de «reconstituição de famílias» a metodologia usada para levantamento e cruzamento dos dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, nem trataria manualmente uma centena de milhar desses dados».

Falava então de um «método informático de reconstituição paroquial», sem dissociação à metodologia manual.

Nos anos seguintes, na relação com colegas informáticos, foram-se apurando procedimentos e em 1991 publiquei na Universidade do Minho *Uma Metodologia de Reconstituição de paróquias*, que também saiu em Boletim ADEH (Amorim, 1991, IX-1), preparando a primeira de uma longa série de monografias de investigadores do Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho (NEPS), hoje Grupo de História das Populações da Universidade do Porto (GHP). Trabalhava então, no espaço de 3 séculos, entre 1680 e 1980, três comunidades do Pico, São João, São Mateus e São Caetano, com informação cruzada. (Amorim, 1992).

Nessa monografia, acompanhava o percurso de vida de cada indivíduo nessa dimensão interparoquial, do nascimento à morte, e, a partir do momento em que se tornou sistemático o registo de mortalidade infantil, foi marcado um fim de observação, *fechando* na base de dados cada ficha individual. Tornou-se assim possível um maior aprofundamento das variáveis demográficas, Nupcialidade, Fecundidade, e principalmente da Mobilidade e Mortalidade e, através do cruzamento entre as mesmas, atingir uma nova compreensão sobre o ritmo atípico de evolução dessas populações no espaço plurissecular. Abandonava-se definitivamente uma Demografia Histórica acantonada no Antigo Regime a ceder o passo à Demografia Contemporânea decorrente da informação censitária. Os recursos da Demografia Histórica permitiam um novo aprofundamento do período da transição demográfica e da própria contemporaneidade.

Em 2004, usando outros recursos informáticos, Fernanda Faria preparou o SRP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) que viria a suportar e a facilitar a nossa posterior investigação.

A partir de então abandonou-se o cruzamento manual. A reconstituição passou a ser feita inserindo num ficheiro de INDIVÍDUOS os dados pessoais que eram transpostos automaticamente para o ficheiro de FAMÍLIAS, base de articulação e encadeamento dos dados individuais. Neste último ficheiro era inserida diretamente a situação de família legítima ou ilegítima, a data de casamento, as idades ao casamento, o estado civil dos

cônjuges, ou a classificação da família para efeito de estudos de Fecundidade.

Por objetivos específicos ou por protocolos firmados com autarquias, temos vindo a pontuar o país com *paróquias reconstituídas*, mas é sobre os concelhos contíguos de Fafe-Guimarães e as ilhas do Pico e Faial que a mancha de reconstituição se encontra mais alargada.

Assim, sem alterar a sua essência, a abordagem clássica da Demografia Histórica em Portugal foi passando do cruzamento em fichas de papel de batizados, casamentos e óbitos de uma pequena paróquia rural transmontana dos séculos XVII e XVIII, somando menos de 5000 fichas de ato para o mesmo trabalho de cruzamento de informação em bases de dados envolvendo mais de um milhão de registos, com conjuntos de algumas dezenas de paróquias integradas, do século XVI ao XX (Amorim, 2013; 2015), perspetivando o Repositório Genealógico ([www.genealog.uminho.pt](http://www.genealog.uminho.pt)).

O Repositório Genealógico Nacional (RGN) é uma base de dados central sediada na Universidade do Minho cuja ambição é integrar toda a informação organizada dos registos paroquiais caídos em domínio público (no caso português – séculos XVI a 1911), acompanhando, em cadeia genealógica, os percursos vitais dentro e fora dos territórios de origem, sem se deter nas fronteiras políticas.

A construção dessa base só se torna possível com a evolução técnica, permitindo o tratamento simultâneo por diferentes investigadores de várias paróquias distintas, acompanhando-se as trajetórias de vida em áreas geográficas sucessivamente alargadas.

Em trabalhos anteriores, não se utilizando essa tecnologia, impunha-se, depois da reconstituição de cada paróquia, o cruzamento entre paróquias, pese embora a sua grande morosidade. O meu interesse pela Demografia Urbana levou-me a incidir sobre a cidade da Horta e a atração que exercia sobre as outras freguesias do Faial e Pico (Amorim, 2015). Para facilitar o cruzamento nesse contexto geográfico, foram agregadas as bases paroquiais de todas as freguesias reconstituídas, a comportar inevitavelmente indivíduos de trânsito residencial em duas ou mais freguesias da área. Incidindo nas três freguesias urbanas, um a um, para os indivíduos não naturais, houve que procurar esse percurso residencial e enriquecer uma das fichas com todos os dados conhecidos, eliminando as restantes fichas, num processo não automatizado.

O acompanhamento de percursos vitais na base de dados central às duas ilhas, já conta com o trabalho de cruzamento interparoquial para

as cinco freguesias do concelho de São Roque e para a freguesia de São João, além do desenvolvido sobre as três freguesias da cidade da Horta.

A preparação de uma nova monografia sobre as freguesias dos concelhos de Lajes e Madalena implicará, naturalmente, esse trabalho prévio.

## 2. Fontes motivadoras

Além dos registos de batizados, casamentos e óbitos, alicerces do trabalho, e dos registos de passaportes, as fontes que despoletaram o projeto de *As Famílias* foram as matrizes prediais elaboradas à volta do ano de 1883 e os róis de confessados, para esse mesmo ano, que encontrara em São João e que viria a encontrar ainda em Santo Amaro e Lajes.

As Matrizes Prediais das diferentes freguesias da ilha do Pico, que se elaboraram à volta do ano de 1883, encontram-se em arquivo morto nas Repartições de Finanças dos concelhos de São Roque e Madalena e ainda em função no concelho das Lajes.

Trata-se de volumosas encadernações, somando perto de uma dezena de livros nas freguesias maiores, e que numeram todos os prédios da freguesia, segundo uma ordem determinada, cuja lógica se depreende com maior facilidade nos concelhos das Lajes e Madalena do que no de São Roque. Cada prédio é identificado com a denominação do sítio, com o nome do proprietário, por vezes com a residência do mesmo, com a dimensão, cultura ou culturas e rendimentos coletáveis respetivos, com maior especificação nas freguesias do concelho das Lajes.

Agilizámos o processo de formação de uma base de dados com a informação das matrizes no caso de Santa Luzia utilizando primeiro um *Mappa organizado na conformidade do artigo 108.º do regulamento de 23 de Agosto de 1881, contendo por ordem alfabética os nomes e moradas dos contribuintes inscriptos na matriz predial d'esta freguesia de Santa Luzia e o rendimento collectavel total dos predios que cada um n'ella possui*, mapa datado de 1885 publicado pela Imprensa Nacional<sup>1</sup>. Neste caso de Santa Luzia, a freguesia com menor número de prédios que até agora estudei, uma vez atribuídos os 5917 artigos aos respetivos proprietários, referidos pelo nome e local de residência, tornou-se mais fácil ordenar sequencialmente a base pelos números matriciais, já com esses nomes e residências,

---

<sup>1</sup> Um livro que inclui cada uma das freguesias do ex-distrito da Horta é pertença do Sr. Manuel Machado Oliveira a quem agradeço o acesso.

e preencher o sítio onde cada artigo se localizava, sua dimensão em braças ou alqueires, produções, categoria e rendimento coletável.

No caso de São João, a lógica de numeração dos prédios era mais evidente. Os agentes identificaram cinco faixas de terreno, paralelas à costa, cada uma com o seu tipo de produtividade, duas delas com inserção urbana, e seguiram cada uma dessas faixas de uma ponta da freguesia à outra ponta, trabalhando em ziguezague. Numa primeira faixa, identificaram as casas do caminho paralelo à costa, algumas vinhas e terrenos de cultivo, seguindo depois para a zona seguinte, a zona de povoamento das canadas que vêm cruzar com o caminho, onde a cultura do milho dominava. Uma terceira faixa, já sem casas, ainda com alguma cultura de milho, inclui arvoredos, com frutos variados. A quarta faixa é de terras de lenha e inhames, com algumas árvores de fruto. A última faixa é a das pastagens, que nesta freguesia tomam a maior extensão.

Na maioria das freguesias já estudadas, apenas identificamos quatro faixas de terreno, paralelas à costa. No caso de Santa Luzia, encontramos uma faixa litoral de figueiras e arvoredos, com algumas vinhas e bravios e escasso povoamento; uma segunda faixa de mais intenso povoamento ainda com figueiras e arvoredos, mas onde dominam as hortas e as pobres terras de milho; depois, a faixa de encosta, já sem casas, com algum arvoredos, inhames, lenhas e pastagens pobres; por fim, a zona de pastagens do alto. No entanto, a ordenação na Matriz Predial dos prédios de Santa Luzia não reflete essa ordenação do terreno. Iniciando-se a numeração pela entrada da freguesia para quem se desloca da Madalena para São Roque, de ocidente para oriente, não segue depois na linha de costa. Sobe para as pastagens, para retomar, repetidas vezes, a numeração do litoral ou da zona de casas, traçando bolsas de terreno de grande irregularidade. A numeração de alguns sítios é frequentemente interrompida e nem sempre segue o sentido do litoral para o interior.

Encontrei, para São João, uma série quase contínua de róis de confessados que se inicia em 1799 e se prolongava até à década de 1960. Infelizmente os róis do século XX foram destruídos já nos anos de 1980 em *limpezas* na Igreja. No caso de Santo Amaro, encontramos outra importante série ainda a abranger a primeira metade do século XX. Das outras freguesias estudadas, na Candelária, em S. Mateus, em S. Caetano e nas Lajes encontrámos um ou outro exemplar, mas apenas no caso das Lajes os exemplares conhecidos cobriam o ano de 1883.

Dentro dos objetivos do projeto a identificação no dia 1 de Janeiro de 1883 de todos os residentes em cada freguesia, casa a casa, os róis de confessados fornece-nos diretamente e informação sobre nomes e a



estrutura familiar, rua a rua, canada a canada. Trata-se depois de enriquecer essa informação, usando a base de dados demográfico-genealógica, as matrizes prediais, os passaportes, eventualmente outras fontes escritas, como os róis de eleitores, e os elementos decorrentes do trabalho de campo.

Para São João, Santo Amaro e Lajes usufruí facilmente desse recurso. No caso de São Caetano, a terceira monografia, a anterioridade do rol existente, relativamente às matrizes prediais, perturbou a investigação e a solução encontrada não foi a mais feliz. Incidi sobre o rol, perdendo em parte a possibilidade de conhecer de perto como cada família se articulava com a propriedade urbana e rústica. Em São Mateus, o curto desfasamento do rol em relação a 1883, permitiu estabelecer pontes, numa relação conseguida entre família e propriedade.

O embate surgiu com o trabalho sobre a Prainha, em que o suporte de um rol de confessados não existia. A base de dados permitia identificar os residentes, embora em aproximação (no caso de indivíduos que se ausentaram sem passaporte e sem residência documentada em outra freguesia da área, não poderia saber exatamente se estariam ou não presentes nesse dia 1 de Janeiro de 1883). Por outro lado, as matrizes prediais situavam as casas no espaço e referiam o nome dos proprietários. Assim, na sua maior parte, o local de residência de cada família não oferecia dúvidas. Também se depreendia que famílias jovens coabitariam com as gerações mais idosas, sendo estas as detentoras da propriedade. Restava relacionar as habitações das quais não sabia os ocupantes e as famílias residentes nesses mesmos locais não proprietárias de casa. Surgindo dúvidas, as famílias foram posicionadas no local em seguimento às famílias com casa identificada.

A não existência de róis de confessados para o ano em causa estende-se à Candelária e a Santa Luzia e pensamos também ser o caso das freguesias ainda não estudadas.

No que respeita à documentação sobre passaportes, dispõe-se já, *on line*, dos *registos de passaportes*, a envolver a emigração legal pelo porto da Horta, desde o ano de 1836. No entanto, não se torna fácil a identificação por esses registos. Só a partir de 1859 há indicação das naturalidades dos emigrantes, a nível de freguesia, e só a partir de 1933 há indicação da filiação dos mesmos. Tratando-se de indivíduos casados ou viúvos com passaporte individual, ou de indivíduos com dependentes, em passaporte coletivo, se se sabe a freguesia de origem, a identificação fica facilitada, dado que podemos dispor de nomes completos e, no caso de passaporte coletivo, de relações familiares. O mesmo não sucede em relação aos indi-

víduos solteiros com passaporte individual, sabendo-se que ao batizado apenas são referidos os nomes próprios.

Os *processos de passaporte*, com a identificação por naturalidade e filiação dos requerentes, dar-nos-ia a informação desejada, mas a fase atual de tratamento arquivístico não nos permite ainda essa cobertura. Em relação a Santa Luzia já envidei esforços para obter a informação mais completa possível.

Outras fontes utilizadas foram as listas de residentes entre 1832 e 1838. No caso de Santa Luzia dispomos de listas de 1832, de 1835 e de 1838, mas essa situação não é extensiva a todas as freguesias.

Um mapa de formulário impresso, referente ao ano de 1835, pode encontrar-se para as diferentes freguesias. Comporta 27 colunas. A primeira coluna indica os nomes dos residentes, nome próprio e apelidos se se trata de chefe de família, cônjuge ou dependente da geração anterior, só nome próprio se se trata de dependente de geração mais jovem, mas sem compartimentar as famílias, indicar a hierarquia familiar ou referi-las ao espaço. As cinco colunas seguintes indicam o sexo (masculino ou feminino) e o estado (casado, viúvo ou solteiro). As idades são distribuídas por 11 grupos: até um ano; 1 a 5; 5 a 10; 10 a 15; 15 a 20; 20 a 30; 30 a 40; 40 a 50; 50 a 60; 60 a 70; mais de 70. Seguem-se duas colunas com a distinção dos chefes de família em proprietários ou não proprietários. As 4 colunas seguintes distinguem 4 categorias socioprofissionais: *Que vivem unicamente das rendas das suas propriedades*; *Salariados de qualquer maneira pelo Estado, excepto militar*; *Que vivem unicamente do seu trabalho Mecânico ou Indústria*; *Que reúnem ao seu trabalho alguma outra renda ou ordenado*. Os mendigos são classificados de *fixos* ou *ambulantes*. As duas últimas colunas, mais largas, são destinadas à indicação da profissão e observações.

Outros mapas dessa década de 1830, sem formulário impresso, foram elaborados pelos párocos, nomeando sequencialmente os residentes, agregados por fogos, com idades exatas e com as relações de dependência entre o chefe do fogo e os outros membros do agregado. Indicam frequentemente as profissões masculinas e, por vezes, as femininas.

Nos fundos do Governo Civil no Arquivo da Horta encontra-se outra documentação pertinente ainda em tratamento arquivístico, como estatísticas de população e de produções e consumos, com desagregação às freguesias, em sequência tendencialmente anual. Róis de eleitores à volta do ano de 1883 ajudam a sedimentar a incidência da observação.

O trabalho de campo tornou-se essencial para a preparação das monografias. Só podia aproximar-me das feições de uma ilha tão diversificada

observando o espaço, calcorreando as ruas e lugares e aproximando-me da cultura de informantes privilegiados. Foi o acaso que me propiciou encontros felizes em Santo Amaro como em Santa Luzia. Depois de São João, que conhecia mais de perto, em Santo Amaro, a segunda monografia, movimentava-me em terreno desconhecido. Depois de decidir procurar a casa mais longínqua da Terra Alta, fui encontrar na mesma um precioso esteio. Essa casa encontrava-se desabitada e o seu proprietário, que viria a ser o meu informante privilegiado, a ela só se deslocava naquele dia da semana e àquela hora. Em Santa Luzia, depois de abordagens inconstantes, foi por um acaso feliz que encontrei na *mesa redonda* junto ao porto do Lajido a melhor entrada na aproximação pretendida.

### 3. Plano de trabalho

Dividi cada monografia em duas Partes, seguindo um mesmo modelo.

A 2.<sup>a</sup> Parte, porque serve de apoio à 1.<sup>a</sup> Parte, é a primeira a ser montada. Acompanhamos tendencialmente os percursos de vida de todos os indivíduos que sabemos ou admitimos como residentes no dia 1 de Janeiro de 1883, seguindo a ordem geográfica da residência. Nas últimas monografias publicadas, sobre cada chefe de família e respetivo cônjuge, vivo ou falecido, é indicada a ascendência, se conhecida, no mínimo até aos bisavós (no caso de se tratar de um chefe de família com um progenitor ou ambos os progenitores residentes, a ascendência é referida a estes últimos, o que atinge os trisavós do primeiro). No caso de se tratar de um chefe de família com um irmão ou irmãos residentes, é sobre o primeiro referido que se indica a ascendência. Pais, filhos e irmãos são sempre relacionados pela residência e pela numeração da família que lhes é própria, caso a caso.

Depois da identificação dos residentes da família, referimos, em quadro, os artigos da matriz predial dos quais o chefe de família e, eventualmente, algum dos dependentes, é proprietário, com toda a informação recolhida. O rendimento coletável global para a Família diretamente colhido do *Mapa das Matrizes*, a valorização atribuída à casa de habitação, a frequência maior ou menor de terrenos aráveis, de vinhas, arvoredos ou pastagens, a par da referência a profissões, dá margem a considerações sobre a forma de vida de cada um dos agregados.

O apoio dos informantes e a adesão das comunidades a este projeto vem permitindo enriquecer a história das famílias, embora de forma diferenciada de freguesia para freguesia. Nas primeiras monografias foi ainda

fácil identificar as casas onde grande parte das famílias habitava, algumas sem terem sofrido grandes modificações, outras em ruínas, sendo o caso mais saliente o da freguesia de Santo Amaro. Os processos de restauro e de venda de habitações dos últimos anos só esporadicamente permitem segurar essa memória. Outras fontes documentais e outras memórias se vão perdendo, como é o caso de fotografias. Nas primeiras monografias era mais fácil recolher fotografias de finais do século XIX e primeira metade do XX de jovens residentes em 1883, porque haviam emigrado e as haviam remetido do Brasil ou Estados Unidos, ou porque sobreviveram até se tornarem mais habituais as fotografias de família. No trabalho mais recente sobre Santa Luzia, tornaram-se mais escassos os casos em que essa memória sobreviveu, achando pertinente incluir algumas fotografias de descendentes diretos das famílias identificadas.

O enriquecimento da história de cada família permanece em aberto. O meu trabalho, com o apoio dos meus colaboradores, serve apenas de suporte para o interesse que essa história possa despertar em cada um dos picoenses ou de seus descendentes em outros países.

Na 1.<sup>a</sup> parte das monografias, depois de uma Introdução onde são identificadas as fontes e as metodologias, estudo o Espaço, os Comportamentos Demográficos e a Reprodução Social. Termina com uma Abordagem Cultural na direção de uma referência fundamental ou de uma dimensão que me pareça característica da freguesia.

Recorri às matrizes prediais para o estudo do Espaço. Começando pela propriedade urbana, sua distribuição por ruas e canadas e seu valor relativo, para continuar pela propriedade rústica, identificando os sítios das diferentes produções, com a respetiva dimensão em alqueires ou braças e o valor coletável atribuído.

Depois de uma recolha de dados publicados sobre a evolução da população ou decorrentes das informações dos róis de confessados, cingime, no que respeita aos Comportamentos Demográficos, aos indicadores clássicos para a análise da Nupcialidade, Fecundidade, Mobilidade ou Mortalidade, explorando a base de dados demográfico-genealógica de cada freguesia e comparando resultados entre freguesias.

Na abordagem da Sociedade, aproveitei as informações dos registos paroquiais, particularmente dos registos de óbitos (informações sobre mortalha, acompanhamento ou legados pios) para ir caracterizando a freguesia. Baseei-me depois nas listas de residentes da década de 1830, a indicar a situação de cada agregado, para avaliar, em 1883, sobre a reprodução social de cada família nesse meio século de grandes perturbações.

A Abordagem Cultural a cada freguesia é subjetiva, decorrendo quase sempre das suas referências fundamentais, como é o caso do culto ao Bom Jesus na freguesia de São Mateus, as figuras do Cardeal Costa Nunes e Manuel de Arriaga na Candelária, da *mulher da fruta* em Santa Luzia ou da baleação nas Lajes. No caso da Prainha, as *expressões de religiosidade* decorreram do património religioso construído, mas principalmente do invulgar número de sacerdotes nascidos na freguesia.

#### **4. Diversidade da ilha – contrastes**

A ilha do Pico, geologicamente a mais jovem dos Açores é também a mais diversificada. Na sua metade oriental podem encontrar-se bons terrenos de sementeira, cortados por ribeiras, a cativar os primeiros povoadores. A parte ocidental é de terra ardida, onde as vinhas e as figueiras só mais tarde se viriam a impor na economia da ilha.

Das oito freguesias até agora estudadas (recorde-se que a freguesia das Lajes foi apresentada em dois tomos), encontrei o maior contraste entre freguesias de um mesmo concelho: uma de terreno historicamente rico, a freguesia da Prainha, e outra de terreno historicamente pobre, a freguesia de Santa Luzia, ambas do concelho de São Roque, no Norte da Ilha.

##### ***4.1. Contraste na ocupação e exploração do Espaço***

Prainha e Santa Luzia, separadas entre si pelas freguesias de São Roque e de Santo António, comportam áreas aproximadas, de 27,90 km<sup>2</sup> e 30,69 km<sup>2</sup>, respetivamente, mas sem correspondência ao rendimento coletável calculado na década de 1880: 8.485\$720 reis, na Prainha; 5.380\$514 em Santa Luzia. Considere-se que o valor da propriedade era calculado com base nesse rendimento coletável multiplicado por 20.

Se, através das matrizes prediais de meados da década de 1880, começarmos por observar a propriedade urbana de uma e outra freguesia, logo se evidenciam os contrastes. Enquanto o valor médio de uma casa habitada na Prainha se situava nos 2\$000 réis, em Santa Luzia pouco ultrapassava os \$700 réis. Nesta última freguesia, 82% das casas habitadas tinham valor inferior a 1\$000 réis, com 35% abaixo dos \$500 réis, o que poderia supor uma casa muito pequena, possivelmente com cobertura de palha.

As cisternas para recolha de água das chuvas, os *tanques*, sinal de poder económico, também eram em número muito reduzido em Santa Luzia, apenas 4 em toda a freguesia, enquanto na Prainha se contavam já 84. Considere-se a inexistência de fontes e a necessidade de recorrer a

poços de maré, por vezes a meia hora a pé das casas mais afastadas, que as mulheres percorriam com o pote de água à cabeça.

No que respeita à propriedade rústica, situando-se Santa Luzia na zona do Pico de formação mais recente, tendo sido afetadas as videiras em meados do século, eram principalmente as culturas de figueiras e de árvores de caroço, aquelas a que recorriam os residentes na freguesia nesses finais do século XIX. No entanto, a pressão demográfica obrigava a explorar todos os espaços, mesmo bravios, em que a cultura do milho se tornasse minimamente possível e a não desaproveitar qualquer terreno de encosta em que os inhames se pudessem desenvolver ou onde o gado miúdo pudesse sobreviver. As pastagens do alto eram apenas usufruídas por alguns. Em contraste, na Prainha, as culturas cerealíferas atingiam rendimento apreciável, sendo o seu principal sustentáculo.

Vejam, em quadro, as principais produções de uma e outra freguesia:

Quadro I. Comparação entre as principais produções. Prainha e Santa Luzia (1883-1885)

Tipo de cultura	Área (alqueires)		Rendimento coletável por alqueire (réis)	
	Prainha	Santa Luzia	Prainha	Santa Luzia
Vinha	331	628	312	214
Figueiras		3239		194
Frutas diversas		873		111
Semeadura	1871	2773	705	169
Inhames	637	1319	117	123
Pastagens	7500	6429	61	69

Reparamos primeiro que a área de semeadura em Santa Luzia era bem mais extensa, mas o rendimento por alqueire não chegava a um quarto do rendimento que se encontrava na Prainha. Em Santa Luzia os artigos são quase sempre referidos como de *semeadura e inculto*, as *restevras*, como eram conhecidos. Os inhames também ocupavam maiores extensões em Santa Luzia, uma muito importante alternativa ao escasso bolo de milho.

A maior riqueza de Santa Luzia encontrava-se nas figueiras e nas vinhas, mas só uma percentagem reduzida da sua propriedade pertencia a residentes. No caso das figueiras, 30%, no caso das vinhas, apenas 9%. A maioria dos proprietários das vinhas e figueiras eram residentes na cidade da Horta e tinham grandes casas de veraneio na costa. O arvoredo percorria a freguesia e era predominantemente pertença dos residentes, sendo identificados damasqueiros e pessegueiros, mas haveria também nesperei-

ras e ameixieiras cuja produção as *mulheres da fruta* vendiam nas zonas urbanas do Pico e Faial.

Os residentes de Santa Luzia eram proprietários de 81% do terreno de pastagens da sua freguesia, sendo os outros proprietários predominantemente da vizinha freguesia de Santo António.

Note-se que na Prainha só 3% de todo o valor do espaço urbano ou rural pertencia a pessoas de fora.

## ***4.2 Dinâmica demográfica diferenciada***

### **4.2.1. Dados globais**

Embora os modernos recenseamentos gerais da população portuguesa se iniciem em 1864, para a segunda metade do século XVIII dispomos para a população açoriana de contagens da população mandadas elaborar pelo Governador Geral e, a partir da década de 1830, pelo Governo Liberal.

Pesem embora as deficiências nas estatísticas, os valores atribuídos à Prainha em 1776 distanciam-se muito dos atribuídos a Santa Luzia na mesma data. Na Prainha foram então contados 2097 habitantes, o valor mais elevado entre todos os valores conhecidos que à freguesia se referem. Para Santa Luzia são apenas contados nessa data 758 habitantes. O crescimento de Santa Luzia é depois expressivo até à entrada da década de 1840, aproximando-se dos valores da Prainha. Em 1799, a Prainha tinha descido para os 1732 habitantes, enquanto Santa Luzia atingira os 961. A segunda e a terceira década do século XIX foram de crescimento nas duas comunidades, atingindo a Prainha os 1890 habitantes e Santa Luzia os 1465. A partir de então, a exaustão do espaço produtivo para uma população saudável, a crise das vinhas e a própria dinâmica emigratória foram fazendo baixar sucessivamente os valores da população, mais intensamente em Santa Luzia. Em 1900 a Prainha contava 1418 habitantes e Santa Luzia 986. Passado um século, em 2001, os valores colocavam-se, respetivamente em 612 e 472.

Para períodos anteriores ao último quartel do século XVIII, com uma fecundidade próxima da natural e não atingindo ainda a emigração os níveis de desequilíbrio que viria a conhecer, uma aproximação ao ritmo evolutivo da população pode ser procurada no próprio ritmo evolutivo dos batizados.

O gráfico (médias móveis de 9 anos) da evolução dos batizados nas duas comunidades é expressivo. Nos finais do século XVII nasciam na Prainha mais do dobro das crianças que nasciam em Santa Luzia. Passado um século nasceram mais crianças em Santa Luzia do que na Prainha, mas a crise afetou mais rápida e intensamente Santa Luzia, que começa a ver nascer menos crianças já na segunda década do século XIX.

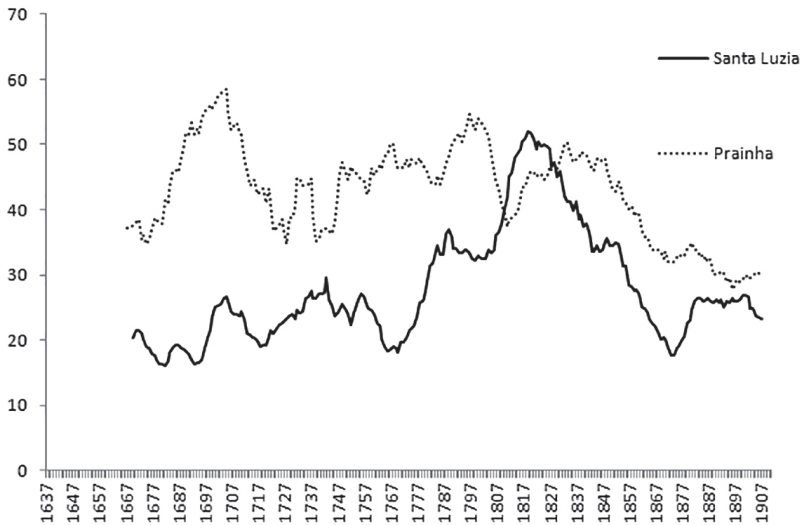


Gráfico I. Evolução dos batizados. Comparação entre Prainha e Santa Luzia (Médias móveis de 9 anos)

Observando mais detalhadamente o gráfico, verificamos que as crises frumentárias de meados do século XVIII afetaram claramente Santa Luzia, empurrando uma população faminta para outras ilhas e para o Brasil, sem que se note o mesmo efeito na Prainha.

Seguindo António Lourenço da Silveira Macedo:

«As inundações de 1744 desolaram estas ilhas ocasionando no ano seguinte um esterilidade geral nos campos resultando daí a fome que em 1746 em todas elas se sentiu; mas em maior grau na ilha do Pico, onde o povo recorreu a soccas e raízes para manter a vida e faltando-lhe esse mesmo mísero alimento emigrou para as mais ilhas, e com preferência para o Fayal, agravando a crise que já aqui se sofria; valendo contudo de muito uma porção de tremoço que ainda havia, que o povo curtiu para se alimentar e ultimamente recorreu a socas e raízes, resultando deste alimento nocivo mortíferas doenças que dizimaram a população.

Publicou-se neste anno um alvará régio convidando os casaes que quisessem emigrar para o Brasil franqueando-lhes o governo navios e dando-lhes lá terrenos para cultivarem. Alistaram-se 230 casaes de todas estas ilhas com suas famílias que completaram 1600 pessoas» (Macedo, 1981, I volume: 225).



Embora para a Prainha não tenhamos conhecimento da mortalidade infanto-juvenil para o período, a mortalidade gravosa de adultos na segunda década do século XVIII e em meados do mesmo século poderão ter contribuído para a retração dos nascimentos, sem excluir a emigração, persistente na freguesia.

Nos finais da década de 1770, assistimos em Santa Luzia a um crescimento exponencial do volume de batizados, a contraciclo da Prainha, passando, no espaço de meio século, de 20 para 50 batizados por ano. Atingido que terá sido o ponto de rutura em relação aos recursos disponíveis, as persistentes saídas de gente jovem condicionaram a queda acelerada do volume de nascimentos, encontrando-se na década de 1870 os mesmos valores de um século atrás. Na Prainha a queda pronunciada do volume de nascimentos, comum a todas as freguesias, protelou-se até à década de 1840.

#### 4.2.2. Dados sobre a Nupcialidade

Antes do controlo eficaz de nascimentos que o século XX foi conhecendo, a idade ao casamento e o celibato definitivo, particularmente no que respeita ao sexo feminino, condicionavam fortemente o crescimento das populações.

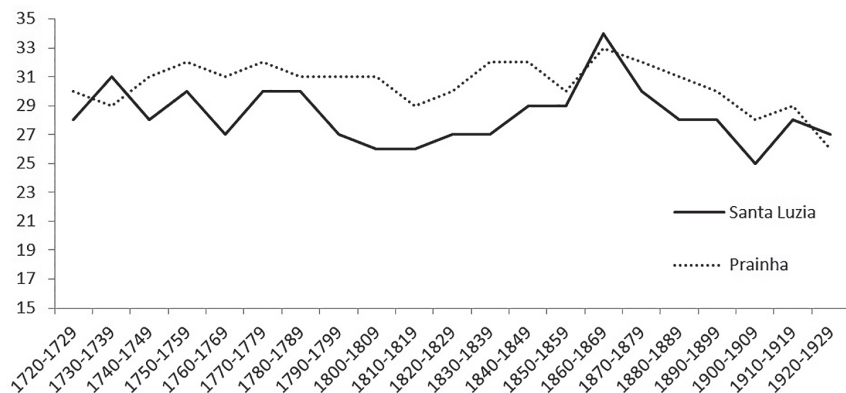


Gráfico II. Idade Média ao primeiro casamento masculino  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha

Antes do século XX os homens da Prainha casavam em média acima dos 30 anos, com uma situação mais favorável apenas na década de 1740 e nas duas primeiras décadas do século XIX, com diferenças bem marcadas em relação a Santa Luzia. Neste última paróquia a maior dificuldade em casar vai encontrar-se na década de 1860, altura de decréscimo acelerado do volume de nascimentos.

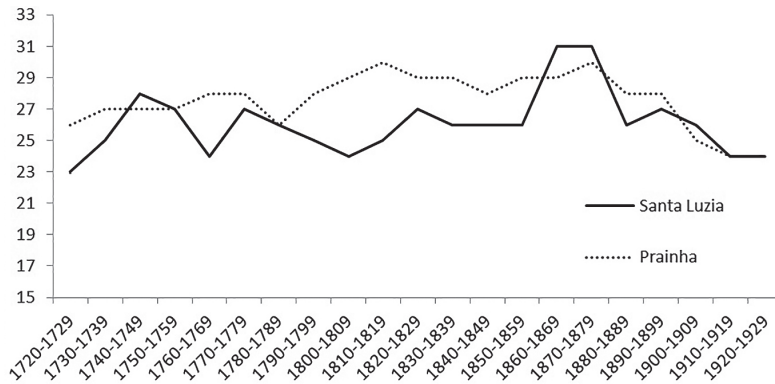


Gráfico III. Idade Média ao primeiro casamento feminino  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha

No que respeita ao sexo feminino, o crescimento acelerado do número de nascimentos em Santa Luzia nos finais do século XVIII e inícios do XIX, comparativamente à Prainha, poderá ser em parte explicado pelo desfazamento nas duas comunidades da idade ao casar. A regressão mais rápida dos batizados em Santa Luzia neste último século está em sintonia com os níveis muito altos da idade ao casamento das mulheres.

O comportamento na Prainha, com idades ao primeiro casamento feminino sempre superiores a 27 anos entre 1730 e 1900, chegando, em algumas décadas, a atingir os 30 anos, sugere estratégias de reprodução social, no sentido de manter na comunidade níveis de equilíbrio. Em Santa Luzia parece ter existido uma relação estreita entre dificuldades de sobrevivência e idade ao casamento.

#### 4.2.3. Celibato definitivo

Avaliei o celibato definitivo em observação transversal, pela percentagem de indivíduos de um e outro sexo que morreram em idade igual ou superior aos 50 anos sem terem chegado a casar, relativamente a todos os falecidos nesse grupo etário.

O quadro aponta para as perturbações que a emigração massiva da segunda metade do século XIX e início do XX terá tido em todo o fenómeno de acesso ao casamento. Casou-se mais tarde ou não se chegou a casar, particularmente no caso das mulheres.

Quadro II. Celibato definitivo. Comparação entre Santa Luzia e Prainha

Períodos	Santa Luzia		Prainha	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1740-1779	5	8	2	2
1780-1819	7	14	5	11
1820-1859	7	7	14	26
1860-1899	12	28	15	31
1900-1939	18	40	18	36
1940-1959	16	26	16	31

O celibato definitivo em Santa Luzia atinge valores muito altos para as gerações que vieram a falecer nos cem anos que se seguem a 1860, com particular incidência no período de 1900 a 1939. Essas gerações terão atingido a idade núbil a partir da década de 1830, sendo afetadas pelos desequilíbrios na estrutura da população decorrentes da emigração massiva. Repare-se que nesta paróquia, para os falecidos entre 1900 e 1939, 18% de homens e 40% de mulheres não chegaram a casar. No caso da Prainha, o celibato definitivo terá afetado mais longamente a freguesia. Já entre 1820 e 1859 a percentagem de indivíduos a falecer solteiros, relativamente ao conjunto dos falecidos desse grupo etário, foi, para os homens, da ordem dos 14%, e para as mulheres da ordem dos 26%.

#### 4.2.4. Dados sobre a Fecundidade

No sentido de comparar Prainha e Santa Luzia, fiz incidir a análise da Fecundidade para os séculos XVIII e XIX na medida em que, nesta última paróquia, apenas observei os batizados caídos em domínio público, anteriores a 1911.

Embora já tenha detetado alguns indícios de controlo de natalidade para os finais do século XIX nas outras freguesias estudadas, em marcada anterioridade relativamente ao que se passava no Continente português (Bandeira, 1996: 208), é certamente no século XX que esse controlo se apresenta mais eficaz.

Incidindo assim sobre um período em que a fecundidade se aproximava da natural, comecei por calcular a fecundidade fora do casamento para depois analisar a fecundidade dentro do casamento.

#### 4.2.5. Filhos legítimos, ilegítimos e expostos

A observação do quadro da evolução do comportamento, com uma periodização em trinténios, de 1770 a 1890, dá-nos conta de grandes alterações ao longo do tempo.

Quadro III. Filhos legítimos, ilegítimos e expostos. Comparação entre Santa Luzia e Prainha

Períodos	Santa Luzia		Prainha	
	Ilegítimos	Expostos	Ilegítimos	Expostos
1664-1769	7,38	0,13	4,01	0,11
1770-1799	4,90	4,53	5,82	0,42
1800-1829	4,93	9,63	10,84	1,88
1830-1859	5,26	10,00	11,18	1,37
1860-1889	9,27	4,99	6,82	0,51
1890-1919	7,30	0,89	5,79	0,00

É interessante verificar as diferenças marcantes entre Santa Luzia e Prainha no que respeita à filiação fora do casamento e abandono de crianças. No caso da Prainha o abandono manteve-se sempre um fenómeno residual, apenas com maior acuidade na primeira metade do século XIX. Em Santa Luzia, nos últimos 30 anos do século XVIII, o volume de expostos sobe significativamente, aproximando-se dos 5% do total de batizados, enquanto, em correspondência, a percentagem de filhos ilegítimos passa de um valor superior a 7% para um valor abaixo de 5%. Nas primeiras três décadas do século XIX a percentagem do abandono continua a subir, aproximando-se dos 10%, sem grande alteração na percentagem de filhos ilegítimos. O período de maior acuidade de crianças batizadas não integradas em famílias conjugais foi o de 1830 a 1859, com a percentagem de filhos ilegítimos a ultrapassar os 5% e os expostos a atingirem os 10%. Nos 30 anos que se seguem a 1860 a percentagem de expostos coloca-se nos 5%, enquanto os filhos nascidos fora do casamento de mãe conhecida ultrapassam os 9%. É de admitir algum efeito das campanhas levadas a cabo pelo Governador Civil do distrito autónomo da Horta, António José Vieira Santa Rita, subsidiando as mães sem marido, no sentido de reduzir o abandono de crianças. No último período observado, o fenómeno do abandono vê-se dominado, com algum decréscimo também da filiação ilegítima, embora não se descarte a hipótese de algum controlo nos nascimentos, possivelmente mais intenso no caso de uniões não conjugais.

#### 4.2.6. Concepções pré-nupciais

O volume comparado das concepções pré-nupciais pode expressar por si situações sociais e hábitos culturais diferenciados, havendo uma relação clara com os nascimentos fora do casamento.

Quadro IV. Concepções pré-nupciais. Comparação entre Santa Luzia e Prainha

Períodos	Sta. Luzia	Prainha
1664-1769	9,2	12,4
1770-1799	9,3	17,2
1800-1829	8,4	16,6
1830-1859	10,7	13,5
1860-1889	20,0	12,4
1890-1919 <sup>a)</sup>	6,3	12

a) Para Santa Luzia o período é de 1890 a 1910

No que respeita às mulheres que foram grávidas para o casamento, como seria de esperar, encontramos diferenças comportamentais importantes entre as duas comunidades. No longo período que vai da segunda metade do século XVII até 1830, mantendo-se os comportamentos relativamente estáveis em cada comunidade, marca-se a diferenciação entre elas.

As concepções pré-nupciais foram bastante mais frequentes na Prainha, a apontar para o constrangimento ao casamento quando uma relação íntima se tornava evidente. Chegando-se a 1830 dá-se uma aproximação no comportamento entre as duas comunidades, como se a desorganização provocada pela emigração fizesse relaxar nas famílias da Prainha a imposição de casamento para uma filha *desonrada*. O efeito é o aumento dos nascimentos fora do casamento. Sendo difícil explicar o avolumar de concepções pré-nupciais em Santa Luzia entre 1860 e 1889, verifica-se depois um abaixamento nas percentagens nesta paróquia a que pode não ser alheio algum controlo mais eficaz nessas concepções.

#### 4.2.7. Fecundidade dentro do casamento

O primeiro indicador usado para a análise da fecundidade dentro do casamento foi a taxa de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, ou seja o número de filhos nascidos em cada ano, por 1000 mulheres, em função do grupo de idades em que foram mães. Considerei depois a descendência teórica, o número de filhos que cada mulher teria se a convivência conjugal se prolongasse dos 15 aos 49 anos e a descendência real, os filhos que efetivamente nasceram. Foram analisados os

casamentos realizados no século XVIII e no século XIX, acompanhando todo o período fecundo de famílias que iniciaram a sua convivência conjugal num e noutro período.

Quadro V. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. Santa Luzia e Prainha. 1000 mulheres

Santa Luzia								
PERÍODO	15-19	20-24	25-29	35-39	40-44	45-49	OBS	D.T.
1700-1799	289	359	316	263	174	30	240	8,7
1800-1899	330	371	357	267	155	22	317	9,1
Prainha								
PERÍODO	15-19	20-24	25-29	35-39	40-44	45-49	OBS	D.T.
1700-1799	331	344	318	261	152	25	602	8,7
1800-1899	290	406	364	270	149	17	668	9,2

Reparamos na semelhança de comportamentos entre Santa Luzia e Prainha para o século XVIII. A descendência teórica coloca-se no mesmo nível, 8,7 filhos por mulher, e os valores para as idades acima dos 25 anos estão muito próximas. A maior divergência encontra-se para as mulheres menores de 20 anos, o que pode ser apenas efeito da escassez de efetivos, dada a já verificada idade tardia ao casamento, particularmente na Prainha.

Para o século XIX, encontramos a quase coincidência das curvas entre Santa Luzia e Prainha, para as mulheres com 25 ou mais anos e a maior divergência para as idades mais jovens que continuamos a atribuir à fraca representatividade estatística nessas idades.

Embora as taxas de fecundidade se possam aproximar, trata-se apenas de um resultado teórico sobre a capacidade de procriar, tentando isolá-la da influência da idade ao casamento. Dadas as idades muito elevadas ao casamento feminino na Prainha, nasceram de facto, nessa freguesia, no século XVIII, apenas 3,6 filhos por família fecunda, reduzindo para 3,1 se incluirmos as famílias estéreis. Em Santa Luzia esses valores colocavam-se, respetivamente, nos 3,9 e 3,5. No século XIX passamos, na Prainha, para 3,8 por família fecunda e para 3,1, incluindo as estéreis, enquanto em Santa Luzia a correspondência é de 4,4 e 3,9, respetivamente. Na longa duração, a freguesia mais pobre viu nascer significativamente mais crianças em cada família.

A idade média do nascimento do último filho em *famílias completas*, aquelas famílias em que a convivência conjugal ultrapassou os 45 anos de idade da mulher, mostra um comportamento similar nas duas comunidades, o que está de acordo com uma fecundidade próxima da natural,

notando-se uma incipiente alteração no último período. Em Santa Luzia a idade média da mulher foi de 41,3 anos no século XVIII, reduzindo para 40,3 no século XIX. Na Prainha encontramos, paralelamente, os 41 anos para o século XVIII e os 40,4 para o XIX.

Seria necessário esperar pelo século XX para que o comportamento milenar de fecundidade se visse drasticamente alterado.

#### 4.2.8. Dados sobre a Mobilidade

O fenómeno da Mobilidade é de análise extremamente complexa. A única documentação direta de que dispomos para o seu estudo é a decorrente dos passaportes e estes referem-se apenas à emigração legal, que pode não ter sido definitiva. Há a considerar a emigração clandestina, não depreciável, e a frequente mobilidade entre as diferentes freguesias da ilha e inter-ilhas, particularmente entre a vizinha ilha do Faial. No processo em curso de integração numa única base de dados das bases paroquiais do Pico e Faial damos mais um passo de aproximação ao fenómeno, identificando nesse espaço mais alargado indivíduos que vieram a falecer fora da sua localidade de nascimento.

Para uma aproximação indireta à Mobilidade, contabilizei, para os períodos em que o registo de mortalidade infantil se me afigura sistemático, os indivíduos que nasceram na comunidade e que não foram identificados ao óbito em qualquer uma das outras freguesias do Pico ou Faial. Recorde-se que, no caso de Santa Luzia, os percursos de vida dos nascidos na comunidade foram acompanhados no contexto das duas ilhas, pelo que a mobilidade estimada se refere predominantemente a saídas definitivas de longa distância.

Assim, em procedimento corrente (Amorim, 1992: 188), considerei os nascidos num determinado período e, acompanhados que foram os percursos de vida entre o Pico e o Faial, identifiquei aqueles que, pela investigação atual, não chegaram a falecer em nenhuma das duas ilhas. Impõe-se depois a marcação de uma data de afastamento.

No que respeita à mobilidade familiar, marcamos, convencionalmente, por defeito, como data de ausência, para todos os membros do agregado, a data do último evento familiar conhecido, seja o casamento, o batismo ou óbito de um filho, ou ainda, eventualmente, o casamento de um outro em que se documente a presença da família. Para indivíduos saídos da observação integrados em famílias estáveis, sem outra observação posterior ao nascimento, foi marcado o seu vigésimo aniversário como data de ausência, embora tenha consciência da variação no tempo da média de idades dos jovens que saíam isolados. Para outros indivíduos que saíram

isolados, mas cujo percurso de vida foi documentado depois de terem perfeito 20 anos, foi marcada a última data de residência conhecida.

Em Santa Luzia, o registo sistemático de mortalidade infantil permitenos uma observação em muito longa duração. Considerei períodos vintennais posteriores a 1720, com distinção de sexos.

Quadro VI. Aproximação indireta à Mobilidade. Grupos de gerações. Santa Luzia. %

Períodos	M	F	MF
1720-1739	46,3	39,3	42,6
1740-1759	36,9	37,2	37,1
1760-1779	39,8	26,2	33,2
1780-1799	45,3	31,0	38,1
1800-1819	38,8	30,0	34,3
1820-1839	46,3	32,4	39,3
1840-1859	49,6	38,2	43,8
1860-1879	37,7	35,9	36,8
1880-1899	68,0	64,0	66,0
1900-1910	46,3	55,6	50,9

Poderemos afirmar que mais de um terço dos nascidos em Santa Luzia do primeiro quartel do século XVIII ao último quartel do XIX emigraram para longa distância. As gerações mais afetadas terão sido as nascidas entre 1720 e 1739, o que está em relação com a crise de meados do século XVIII, e as de 1840 a 1859, quando o excesso de população e a crise das vinhas se abatiam sobre a comunidade.

Os valores respeitantes às gerações nascidas entre 1880 e 1910, não têm o mesmo significado dos anteriores. Na medida em que só até finais do século XIX foram trabalhados os registos paroquiais para a cidade da Horta, e para São Roque, e só até 1911 para a freguesia contígua de Santo António, zonas de importante atração da freguesia de Santa Luzia, só podemos afirmar que mais de metade dos indivíduos dessas gerações, nascidos em Santa Luzia, não chegaram a falecer na sua freguesia de naturalidade.

Se, para a Prainha, observássemos os valores para as saídas definitivas, verificaríamos que são globalmente mais modestos, embora mostrem uma maior incidência de adolescentes e jovens adultos. Dos indivíduos nascidos na Prainha entre 1810 e 1870, cerca de 45% saíram definitivamente da sua terra, na sua grande maioria antes de constituírem família, o que nos leva a perceber melhor as dificuldades de renovação das gerações (Amorim, 2009: 47).



#### 4.2.9. Dados sobre a Mortalidade

Desde 1992, com *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, que venho tomando consciência da excepcional suavidade da morte na ilha, situação que o ilustrado Governador Santa Rita já dera conta no seu Relatório de 1861:

«Felizmente para os habitantes do distrito da Horta a sua condição higiénica é excelente [...]. Se a análise descer a cada uma das ilhas de que o distrito se compõe (Pico, Faial, Flores e Corvo), observa-se entre elas uma grande diferença, e a do Pico é aquela aonde proporcionalmente morre um menor número de pessoas».

#### 4.2.10. Esperança de vida

Para Santa Luzia temos a vantagem de se dispor, em continuidade, do registo de óbito de todos os falecidos, adultos e crianças, a partir do início do século XVIII, a permitir-nos calcular, de forma direta, a esperança de vida das gerações nascidas entre 1720 e 1911. Marquei um *fim de observação*, de forma convencional ou através dos registos de passaportes, para todos os indivíduos nascidos em Santa Luzia e não identificados ao óbito nas duas ilhas, Pico e Faial. Considerarei, enquanto presentes, os que viriam a ausentar-se e o percurso de vida completo dos que morreram no espaço observado.

Delimitei quatro períodos de observação para os cálculos da esperança de vida: gerações nascidas entre 1720-1789; 1790-1829; 1830-1869; 1870-1910.

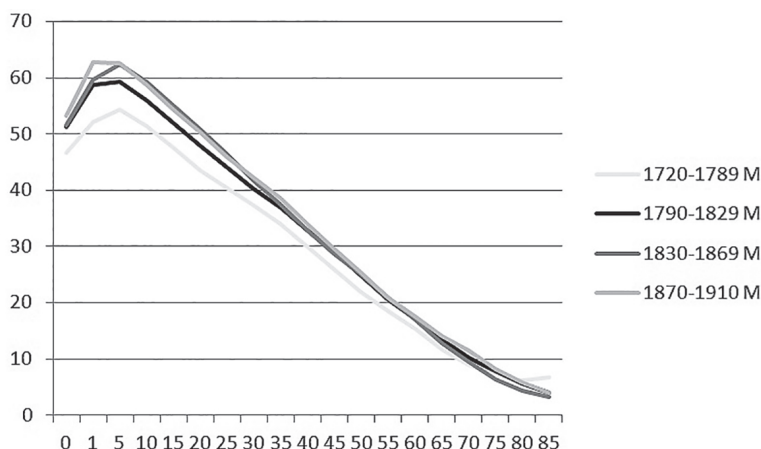


Gráfico X. Evolução da esperança de vida em Santa Luzia.  
(Gerações nascidas entre 1720 e 1910) Sexos reunidos

Uma esperança de vida de 47 anos para gerações nascidas no século XVIII é absolutamente excepcional. Embora com metodologias diferentes, estimou-se para Inglaterra, nesse mesmo século, valores entre os 33,5 e os 37 anos, valores bem mais favoráveis do que em França onde esses valores se situariam entre 24,8 e 31,1 (Lici-Bacci, 1987: 114).

Verificamos depois o ganho de 5 anos na esperança de vida dos que nasceram em Santa Luzia entre 1790 e 1829. No período seguinte (nascidos entre 1830 e 1869), a esperança de vida baixa um ano, para tender depois, no último período (nascidos entre 1870 e 1910), para os 55 anos.

Se comparássemos depois o comportamento por sexos (Amorim, 2016: 63), verificaríamos que para o primeiro período (gerações nascidas entre 1720 e 1789), não se evidenciam diferenças significativas no que respeita à esperança de vida de homens e mulheres. Há uma ligeira vantagem das mulheres nas idades mais jovens, anulada nas idades médias, o que decorre principalmente dos acidentes de maternidade, com oscilações maiores nas idades mais elevadas.

Considerando o segundo período de observação (nascidos entre 1790 e 1929) a situação altera-se. As mulheres passam a sobreviver cerca de 2 anos mais do que os homens e a vantagem mantém-se em todas as idades.

No terceiro período (gerações nascidas entre 1830 e 1869) as mulheres só ganham vantagem nas idades médias, vantagem que vão manter até às idades mais elevadas.

Finalmente, no último período observado (nascidos entre 1870 e 1910), a aproximação do comportamento entre homens e mulheres é clara, com ligeira vantagem para o sexo feminino nas primeiras idades e a partir dos 45 anos.

Na Prainha não dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil senão a partir de 1790, o que nos restringe as observações.

A comparação entre Santa Luzia e Prainha para os nascidos entre 1790 e 1829 evidencia a sobreposição dos comportamentos para os maiores de 5 anos. Não posso afirmar, com total segurança, que a maior vantagem encontrada para a sobrevivência das crianças na Prainha não se possa dever a um registo mais deficitário de óbito de menores.

Para o último período (gerações nascidas entre 1830 e 1910 – sexos reunidos), verificamos, no gráfico, a mesma sobreposição das curvas para as idades superiores a 5 anos. Persiste a dúvida sobre o registo na Prainha de todas as crianças falecidas nos primeiros tempos de vida.

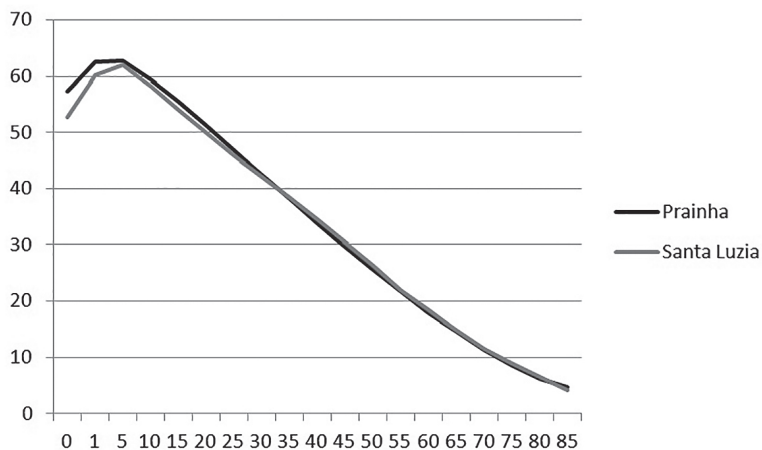


Gráfico XI. Esperança de vida. Sexos reunidos (Gerações nascidas entre 1790 e 1829)  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha

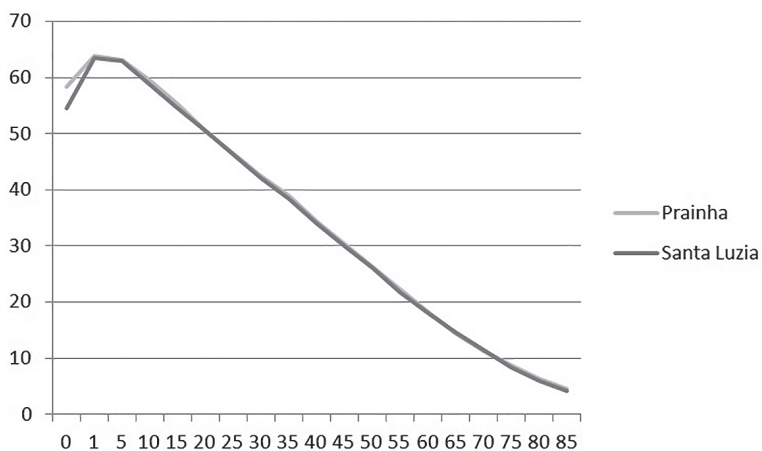


Gráfico XII. Esperança de vida. Sexos reunidos (Gerações nascidas entre 1830 e 1910)  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha

#### 4.2.11. Suavidade na morte das crianças e uma velhice muito prolongada

Para os quatro períodos analisados, não parece ter havido alteração significativa na mortalidade das crianças de menos de um ano em Santa Luzia. São valores muito favoráveis, se considerarmos o quadro europeu. Livi-Bacci (1987: 119), para a segunda metade do século XVIII, para Inglaterra, refere 165 crianças falecidas no primeiro ano de vida por cada mil nados vivos, enquanto para França esse valor atingiria os 273 por mil.

Quadro VII. Mortalidade infantil. Santa Luzia

Períodos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos reunidos
1720-1789	124	118	121
1790-1829	142	143	143
1830-1869	151	161	156
1870-1910	166	146	145

Fica-nos a dúvida em relação aos valores encontrados em Santa Luzia respeitantes ao período de 1720 a 1789, por demasiado favoráveis. No caso da Prainha, os valores correspondentes encontrados para os períodos de 1790-1829 e depois de 1830-1869, são ainda marcadamente mais baixos, situando-se, respetivamente nos 102 e 101 óbitos por mil nascidos.

Um dos aspetos que mais me impressionou ao acompanhar o percurso de vida dos residentes no dia 1 de 1883, em cada uma das freguesias, foi o peso de indivíduos que viriam a falecer octogenários e mesmo nonagenários. Para ver mais de perto a situação, considereei, dos residentes naquela data, aqueles que tinham nascido antes de 1 de Janeiro de 1850 e procedi a uma distribuição da idade à morte em grupos quinquenais, por sexos, iniciando com o grupo dos 33 aos 39 anos.

A grande longevidade mostrou-se expressiva em todas as freguesias estudadas. Comparando Santa Luzia e Prainha há algum favorecimento para a primeira (Amorim, 2016: 69).

No caso dos homens residentes em Santa Luzia em 1 de Janeiro de 1883, nascidos antes de 1850 e que viriam a falecer na freguesia, 71% tinham na altura do óbito, 75 ou mais anos. Na Prainha, a falecer nesse grupo etário encontramos 65%.

No caso das mulheres residentes em Santa Luzia a falecer com 75 ou mais anos, a percentagem seria de 72%, enquanto na Prainha, seria de 69%.

Se virmos depois os homens que faleceram com 85 ou mais anos, encontramos em Santa Luzia uma percentagem de 20% e na Prainha, de 24%. Para as mulheres, encontramos, para essa longa velhice, 34% em Santa Luzia e 33% na Prainha.

Estes dados lançam o repto para estudos transdisciplinares sobre a relação entre a sobrevivência e as condições de vida. Há que justificar a precocidade da modernidade demográfica na ilha do Pico e particularmente numa terra tão pobre como Santa Luzia.

### 4.3. Dados sobre a sociedade

A clivagem entre a sociedade atual e os seus antepassados de há século e meio atrás não pode ser mais evidente, particularmente no que diz respeito a Santa Luzia. O conforto de casas novas e de grande dimensão, a mesa farta pelas compras do hipermercado, o acesso à escolaridade secundária e superior e aos serviços de saúde, a movimentação fácil na ilha, inter-ilhas, para o Continente português e para o estrangeiro, fazem esquecer esses tempos em que de uma terra ingrata se impunha extrair o essencial da sobrevivência. No entanto, nesses tempos de um quotidiano quase impensável para os homens de hoje, os créditos de uma grande força reprodutiva espalharam-se por continentes, créditos que o futuro não parece assegurar.

Irei incidir primeiro sobre os mapas do *Estado da População* de Santa Luzia (1835) e Prainha (1836), em que se indica os proprietários e não proprietários, distinguindo depois aqueles que vivem unicamente de rendas, aqueles que juntam à renda trabalho, aqueles que vivem só de trabalho e ainda os assalariados e os mendigos.

Quadro VIII. Proprietários e não proprietários  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha

	Santa Luzia (1835)		Prainha (1836)	
	N.º	%	N.º	%
Proprietários – só renda	36	16	6	2
Proprietários – renda + trabalho	78	35	312	89
Total de proprietários	114	51	318	91
Não proprietários	108	49	33	9
Mendigos fixos	1	0	1	0
Total Geral	223	100	352	100

Não é seguro que tenha sido usado o mesmo critério classificativo nas duas freguesias para todas as categorias constantes do Mapa. Admito que, no que respeita à distinção entre proprietários e não proprietários, se possa aceitar um critério similar, o que pode não ser o caso para a classificação dos proprietários que viviam só de renda. Admito que, no caso de Santa Luzia tenham sido integrados nesta categoria os proprietários que viviam do trabalho nas suas propriedades sem necessidade de trabalhar para outrem, enquanto na Prainha seriam só aqueles que não necessitavam mesmo de trabalhar para sobreviver.

Considerando apenas os proprietários e não proprietários nas duas paróquias, verificamos profundas diferenças. Enquanto na Prainha 91% dos chefes de família do sexo masculino seriam proprietários, em Santa Luzia não se ultrapassaria os 51%.

A *Relação da População* de 1838 para cada uma das freguesias, indica, por sua vez, a profissão dos ativos masculinos, sendo ou não chefes de família. Aqui também não temos a certeza se se usou o mesmo critério classificativo. Admitimos que a classificação de lavrador, com o significado de proprietário, tenha sido mais generosamente atribuída em Santa Luzia. Note-se que em Santa Luzia, neste documento, se usa o termo *camponês* com o significado de trabalhador rural.

Quadro IX. Atividades laborais  
Comparação entre Santa Luzia e Prainha (1838)

Atividades laborais	Santa Luzia		Prainha	
	N.º	%	N.º	%
Lavrador	50	15	146	25
Trabalhador	247	76	270	46
Marítimo	0	0	46	8
Artífice	18	6	45	8
Outros	6	2	14	2
Sem atividade	4	1	67	11

Neste critério classificativo usado em 1838, as diferenças entre as duas comunidades continuam vincadas. Menos de metade dos ativos masculinos na Prainha são classificados como trabalhadores, enquanto em Santa Luzia ultrapassariam os 75%.

Repare-se que não encontramos atribuída a profissão de marítimo em Santa Luzia. Não quer dizer que a população não beneficiasse da *pesca de pedra*, para complemento alimentar, mas não haveria quem se dedicasse predominantemente a essa atividade. A freguesia era virada a Norte, sem ilha fronteira que abrigasse dos ventos. Apesar disso, a atividade sazonal de exportação de vinho ou aguardente servia-se, em parte, dos portos locais.

Aproveitei depois, para meados da década de 1880, o Mapa das Matrizes Prediais que nos dá, como vimos, informação do rendimento coletável de cada família.

Quadro X. Rendimento coletável dos agregados em meados da década de 1880

Rendimento coletável (réis)	Santa Luzia		Prainha	
	N.º	%	N.º	%
20\$000 ou mais	11	4	27	7
15\$000 a 19\$999	11	4	26	6
10\$000 a 14\$999	26	9	45	11
5\$000 a 9\$999	54	19	124	30
1\$000 a 4\$999	123	44	139	34
Menos de 1\$000	58	21	49	12
Total	279	101	410	100

Como se verifica pelo quadro, 21% das famílias de Santa Luzia não tinha propriedade ou não chegava aos 1\$000 réis o seu rendimento coletável, enquanto na Prainha seria 12%. Essa situação reflete antes de mais a diferente apropriação do espaço da Prainha. Em Santa Luzia os terrenos com produtos de maior rentabilidade, como o vinho e a aguardente, eram, como vimos, maioritariamente detidos por proprietários não residentes.

Ao longo do século XIX, em Santa Luzia, não terá sido fácil reproduzir o estatuto de proprietário. Mais de metade dos residentes em 1883 que descendiam dos lavradores identificados em 1832, seriam pobres. Essa pobreza podia resultar da crise das vinhas, do número de filhos, das estratégias matrimoniais, da condição feminina ou de ações pessoais. Não podemos distinguir esses motivos.

Podemos constatar que, nos casos de sobrevivência em 1883 do próprio lavrador identificado cinquenta anos antes, os rendimentos atribuídos são, em regra, reduzidos, sem que tenhamos a certeza se a classificação de lavrador se deve à conservação social do estatuto de partida ou se, pela idade avançada, alguma propriedade tenha sido doada a filhos ativos ou ainda se a crise das vinhas os afetou. Com as viúvas dos lavradores, torna-se claro que são os filhos ou genros que detêm a propriedade. Trata-se naturalmente de mulheres idosas, mas se considerarmos a geração das filhas, continuamos a verificar que a propriedade atribuída às mulheres é sempre muito escassa.

Considerando os proprietários e os lavradores na lista de eleitores de 1884 de Santa Luzia, identificados na 2.<sup>a</sup> Parte, verificamos que só metade deles (13 dos 26) eram descendentes, ou casados com mulheres descendentes, dos lavradores referidos em 1832. Uma emigração bem sucedida estará na origem do estatuto adquirido de boa parte dos restantes, como se comprova através dos passaportes para o Brasil e Estados Unidos. Nos

casos em que não conhecemos passaporte, o casamento tardio aponta nesse sentido.

Na Prainha verifiquei que os maiores proprietários em 1883 tinham, na sua generalidade, ascendência nos capitães de milícias dos séculos anteriores, os pais ou sogros haviam sido identificados em 1838 como lavradores, com o sentido de proprietários, embora parte da afirmação pessoal fosse resultante de uma emigração bem sucedida ou de um negócio. As famílias da Prainha, à custa de restrições e estratégias no campo da Nupcialidade tentaram reproduzir situações de partida, mas mantiveram-se abertas a outras oportunidades que o século XIX, mais do que os séculos anteriores, lhes poderia trazer.

#### **4.4. Notas finais**

Como nota final da monografia da Prainha escrevi: «a generosidade de uma terra que dava pão fez crescer desde cedo uma população forte que procurou reproduzir-se socialmente. Muitos casaram tarde, muitos emigraram, muitos ficaram solteiros, muitos foram sacerdotes, reforçando as expressões de religiosidade que enriquecem o património da freguesia» (Amorim, 2009: 89).

Como nota final da monografia de Santa Luzia escrevi: «tendo nascido na mesma ilha, foi com continuada surpresa que nos fomos aproximando das vivências da freguesia de Santa Luzia, que se nos apresentam como o maior hino à capacidade das gentes do Pico de sobreviver, crescer e ser feliz numa terra ingrata» (Amorim, 2016: 102).

Não sei se a vida me dará oportunidade de tornar realidade o sonho de avançar neste projeto, para mim fonte de um enorme conforto científico e emocional.

#### **Bibliografia citada:**

- AMORIM, M. N. (1973). *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII (Estudo Demográfico)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- AMORIM, M. N. (1980). *Método de exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- AMORIM, M. N. (1983 e 1984). *S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830*, Brigantia.
- AMORIM, M. N. (1987). *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC.



- AMORIM, M. N. (1991). *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga e Boletim de la Asociación de Demografia Historica, IX(1): 7-25.
- AMORIM, M. N. (1992). *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, ICS, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. N. (2004). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo I – As famílias de S. João nos finais do século XIX*, Município das Lajes do Pico –NEPS.
- AMORIM, M. N. (2005). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo II – As famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX*, Município de São Roque do Pico–NEPS.
- AMORIM, M. N. (2006). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo III – As famílias de S. Caetano nos finais do século XIX*, Município da Madalena–NEPS.
- AMORIM, M. N. (2007). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo IV – As famílias das Lajes (1.ª Parte) nos finais do século XIX*, Município das Lajes–NEPS.
- AMORIM, M. N. (2008). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo VII – As famílias de S. Mateus nos finais do século XIX*, Município da Madalena–NEPS.
- AMORIM, M. N. (2009). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo V – As famílias das Lajes (2.ª Parte) nos finais do século XIX*, Município das Lajes– CITCEM.
- AMORIM, M. N. (2009). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo VI – As famílias da Prainha nos finais do século XIX*, Município de São Roque-CITCEM
- AMORIM, M. N. (2011). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo X – As famílias da Candelária nos finais do século XIX*, Município da Madalena- CITCEM.
- AMORIM, M. N. (2012). Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX, *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, vol I: 83-111.
- AMORIM, M. N. (2015). A atração para a Horta das gentes do Pico. O caso do concelho da Madalena (séculos XVII a XX). In *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, pp. 247-272. Núcleo Cultural da Horta, Horta.
- AMORIM, M. N. (2016). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. I – As Famílias. Tomo IX – As famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX*, CITCEM- Desafios da Montanha CRL.
- AMORIM, M. N.; LIMA, L. (1986). *Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana*, Angra do Heroísmo, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLIV.
- BANDEIRA, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- FARIA, F.; HENRIQUES, P. R. (2004). Análise espacial de BD Paroquiais: antes e depois da fusão. in *Sistemas informáticos para análise de dados demográficos*, Cadernos NEPS, pp. 21-47. NEPS -UM, Guimarães.
- FLEURY, M.; HENRY, L. (1965). *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris.

- LIVI-BACCI, M. (1987). *Poblacion y alimentacion*, Editorial Ariel, Barcelona.
- MACEDO, A. L. S. (1981). *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, Região Autónoma dos Açores, S.R.E.C, D.R.A.C, reimpressão fac-similada da edição de 1871, III Volume.
- NETO, M. L. A. (1959). *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1.º quartel do século XVIII*, Lisboa.
- RELATÓRIO do Governador Civil do Distrito Autónomo da Horta*, António José Vieira Santa Rita (1867).
- [www.genealog.uminho.pt](http://www.genealog.uminho.pt).





## AS INSULARIDADES E A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELOS ESTUDANTES DAS GERAÇÕES DE 50 E 60 DO LICEU NACIONAL DA HORTA

RICARDO MANUEL MADRUGA DA COSTA

Entre as circunstâncias mais adequadamente propiciadoras de uma reflexão sobre o significado da insularidade, contar-se-á provavelmente a experiência vivencial das gerações dos estudantes que frequentaram os liceus das capitais dos antigos distritos autónomos dos Açores nos anos 50 e 60 do século passado, com destaque para os que passaram pelos bancos do Liceu Nacional da Horta. Associada a essa experiência que para muitos terminava com a conclusão do 2.º ou do 3.º Ciclo, ganhava então alguma dimensão a ida de uns quantos mais bafejados pela fortuna rumo às universidades portuguesas. Naturalmente que a condição do ser ilhéu não se restringe a um dado período ou a um dado grupo; cada açoriano vive essa condição de forma mais ou menos profunda independentemente do lugar ou da época em que decorre a sua existência. A essência do ser ilhéu é intemporal e é apercebida de modo mais ou menos intenso, mesmo quando não somos capazes de o exprimir. Na verdade, para uma boa parte da gente das ilhas, a insularidade não se aprende; simplesmente interioriza-se num processo que se desenvolve de par com a existência de cada pessoa. Quando a evolução social e intelectual capacita uma dada pessoa para apreender esse fenómeno, então sim, é possível elaborar em torno do conceito segundo perspectivas que cada qual contemplará segundo a vertente que se lhe deparar como mais interessante e em que as condições que modelam a sua sensibilidade e o seu pensamento certamente pesarão. Entretanto, sendo este um texto de natureza meramente evocativa e não de índole ensaística, passaremos ao lado de qualquer exercício de análise conceptual. Todavia, torna-se inevitável fazer algumas considerações relativamente ao que podemos entender sobre a ideia de «insularidade» para que o texto se torne compreensível. Com esta finali-

dade, recordarei a ideia que em tempo formulei em conferência promovida pela «Associação dos Antigos Alunos do Liceu Nacional da Horta», apresentada na «Casa dos Açores» em Lisboa. Sobre o entendimento da insularidade expus então o que aqui fica citado:

«[...] a insularidade define uma circunstância inerente à condição do ser ilhéu, como criatura isolada, marcando psicologicamente a sua personalidade e dando lugar a uma visão peculiar ao nível da própria percepção do mundo e da realidade envolvente, porque apercebida com o distanciamento que aquela condição implica. Esta condição pode, eventualmente, mas não necessariamente, dar lugar a um estado de espírito associado a um certo sentido de perda quando em situações de afastamento e, não raro, pode estimular um certo pendor nostálgico».

Acrescentámos na ocasião que

«Vista desta forma, a insularidade não se confunde com a *açorianidade* de Nemésio. Nesta, a complexidade e a variedade dos elementos caracterizadores abarca a própria insularidade. Sem esta, obviamente, o desenvolvimento do conceito não seria inteligível. Porém, a insularidade, num sentido estrito, associar-se-ia, muito simplesmente, à consciência de ser ilhéu. Naturalmente, quando passamos às implicações dessa pertença geográfica específica, o campo da análise alarga-se e a reflexão leva-nos a fazer intervir factores que se cruzam com essa ideia mais abrangente que é a da *açorianidade*».

Após estes considerandos essenciais para situarmos a narrativa que o título escolhido sugere, importa dar conta do enquadramento para que nos remetem estas «memorações» quer em termos do espaço geográfico e dos locais concretos em que se movem as gerações visadas, quer no plano temporal que nos fornece as coordenadas que ajudam a situar o quadro social e cultural que define a época.

Ao delimitar-se o campo de análise a um segmento específico de açorianos na verdura dos anos ou na afirmação mais precoce da sua juventude enquanto estudantes, pretendemos, não apenas reflectir sobre a sua própria experiência, mas igualmente ter em consideração a variedade dos constrangimentos que pesavam sobre essa juventude, que determinavam uma ambiência e um contexto que se revela quase como tendo um interesse «laboratorial» para identificarmos os traços que definem essa experiência da insularidade. Por outro lado, a dimensão espaço-temporal nos termos que acima mencionámos, justifica o destaque que damos ao Liceu Nacional da Horta – a que deverá juntar-se o Colégio de Santo

António para muitas raparigas vindas de outras ilhas – e privilegiamos as décadas que decorrem entre 1950 e 1960 por constituírem a época com que melhor nos identificamos. Escolhas, afinal, que permitem emprestar credibilidade testemunhal ao que fica registado.

O Liceu Nacional da Horta constitui de facto um local singular do ponto de vista que pretendemos tratar e, nos anos que elegemos para uma visão da experiência da insularidade, apresenta-se na verdade como que uma espécie de *case study* diferenciado dos demais estabelecimentos congéneres do arquipélago. Aquela instituição constituiria um verdadeiro microcosmo proporcionando excepcionais possibilidades de observação de fenómenos ímpares. Aqui confluíam jovens vindos das ilhas mais Ocidentais das Flores e do Corvo, de São Jorge, em menor número, da mais longínqua Graciosa e, por fim, em invulgar contingente que a proximidade explica, os jovens da vizinha ilha do Pico. Na perspectiva desta evocação e do que está em causa relativamente à experiência da insularidade, não pode ser negligenciada a afluência à cidade da Horta para entrar no ensino secundário, de faialenses provenientes de algumas freguesias rurais cuja vivência, nalguns casos, os colocava em situação idêntica aos demais «imigrados» das ilhas que referenciamos. A instituição liceal, neste caldear de jovens açorianos vindos de parcelas tão diversas, para além de uma oportunidade de prosseguimento de estudos, era um espaço de «aculturação insular», como já designei, propiciadora de um conhecimento amplo sobre a identidade de «próximos» que, por vezes, tão diversos se revelavam na sua diferença idiossincrática, dando lugar à apreensão de uma riqueza humana tão densa de valores que foram forjando amizades, solidariedade em actos de partilha, não só material, mas no plano das angústias, receios, dificuldades e desilusões. Tudo isto, experienciado num tempo arrastado numa pachorrenta morosidade, inculcava marcas indeléveis que, paulatinamente, iam moldando sensibilidades e afinando a generosidade de espíritos tornados receptivos e propensos ao acolhimento dos que chegavam inquietos e ansiosos, mas também cheios de esperança e entusiasmo.

Em cada findar de Setembro, anunciando a proximidade do ano lectivo, chegavam à Horta animando as ruas da cidade, o emblemático Largo do Infante e os seus cafés, com destaque para o *Volga* e, não muito afastada, a *Acção Católica*. Assim se designava o imóvel e quinta albergando os campos de futebol e o de *croquet* e voleibol, onde em tempo fora a residência da família Arriaga, em que pontificava o popular P.e Correia da Rosa que a par do sacerdócio e do exercício de professor de Religião e Moral no liceu, liderava a casa paroquial e a actividade das salas anexas

destinadas à realização de actividades no quadro da pastoral da Matriz da Horta, então muito marcada pelo movimento da *Acção Católica*. Do ponto de vista religioso a JEC – Juventude Estudantil Católica, exerceu forte influência na formação religiosa e humana de gerações. O desfrutar dos campos e da sala de pingue-pongue ou da sala de jogos no último andar para os mais dados ao dominó, damas e cartas, surgia como uma espécie de contrapartida à participação nas reuniões que o P.e Correia dirigia e animava. A *Acção Católica*, na sua mistura de vertentes em que o religioso e o profano coexistiam com espantosa naturalidade sob a observação tolerante e, por vezes, com a própria participação activa do P.e Correia, terá sido, porventura, a mais influente instituição gravitando na órbita do Liceu da Horta como se uma fosse a extensão natural da outra. Era uma presença fortíssima na sociedade local, mas era no sector estudantil que as suas marcas mais intensamente perduraram na formação do carácter de gerações sucessivas onde se anulavam diferenças, estatutos, antagonismos. A acção católica revelou-se um estímulo eficaz na aproximação de gerações de jovens, sendo seguro afirmar que a memória desse tempo permanece na sua mente como uma das mais gratas recordações. Foi, de facto, uma escola de vida e de valores e um contributo para se ser feliz num tempo em que, sê-lo, fazia parte da própria natureza do que era ser jovem.

A cidade da Horta nesta época não era certamente uma metrópole agitada e desenvolvida. Para os olhares menos tolerantes ofereceria mesmo a imagem de provinciana pacatez e de obsidiante monotonia.

Porém, de par com a sua modesta dimensão e na graciosidade e leveza do seu traçado, a espriar-se suavemente pela encosta circundando a ampla baía e canal, seria, porventura, a mais insular das cidades dos Açores. A dimensão da insularidade ganha força particular devido a uma acidental circunstância ditada pelos caprichos da geografia. O Faial e a sua cidade, delimita de forma privilegiada esta parcela de excelência do arquipélago que a majestade do Pico e a extensão alongada de São Jorge, ajudam a compor como em arranjo intencional. Este conjunto, que observado da elevação do Monte Carneiro alcança uma grandiosidade inultrapassável, proporciona também, do modo mais eloquente e emocionante, o sentido do que é a insularidade. Mas a Horta ainda na época que nos ocupa mantinha a sua feição de cidade portuária em que o inesperado ou o insólito podia ocorrer da forma mais inopinada. Cidade da beira de água atraía para os limites circundantes da sua baía a curiosidade dos que desejavam gozar da animação de tripulantes de passagem e da

marinhagem da terra no seu desfiar de histórias. O *Café Volga* do Senhor Branquinho e o *Café Sport* do Senhor Henrique Janeiro, não esgotando a lista dos espaços com préstimo para a convivialidade estudantil, acolhiam uns quantos jovens que timidamente se acomodavam escutando essas histórias com sabor a mar e a aventura, por vezes num crescendo de fantasia que as repetidas rodadas para molhar a garganta muito estimulavam. E não faltavam «trancadores» de baleia deslumbrando quantos olhavam o vigor do braço forte imaginando malabarismos de habilidade no manejar certo do arpão lançado de encontro ao dorso lúcido de um cetáceo grande como uma montanha. E as escalas dos *clippers* da *Pan American Airways* ainda estavam muito presentes na memória dos faialenses, convidando a saudosistas recordações das escalas de gente grada entre industriais, militares de alta patente, estrelas de cinema e, até, uma espia ornamentada com título nobiliárquico, talvez daqueles de fazer de conta; como presentes estavam as recordações dos navios mercantes e de guerra cruzando entre os EUA e a Europa que o aconchego das águas da baía da Horta acolhia em pausa propiciadora de contrabandos que a gíria local baptizou de «comida apanhada». Era o tempo em que pontificavam, ora a horas matinais no «mata-bicho» ora já a desoras convidando a alguns desmandos e desavenças, em que sobressaíam Pexita, Catita, Cigano, Vicente e Charuto ou, mais pacificamente, Mestre Chicharrinho e tantos mais como o Manafão, de estatura imponente e esforçado tocador na filarmónica das Angústias, a dar conta de sucessos trazidos do recanto das suas recordações de «homens da baía». E na liberdade discursiva que a distância dos anos autorizava sem risco de desmentido, contavam-se aventuras do tempo da guerra – submarinos alemães furtivamente abastecidos na escuridão do Porto Pim, ou a suspeita de que um «cabografista» da companhia alemã teria um transmissor para facultar informação aos submarinos da *Kriegsmarine* dando conta dos pontos relevantes da base naval da Horta. E estava ainda viva a impressionante visão do navio *Saint Eclair* «entalado» entre o cais e o plano da Doca ostentando o enorme rombo causado por um torpedo inimigo. E o racionamento também se sentara à mesa da casa dos meus pais. E os flutuadores da rede de protecção submarina para fechar a boca da doca não fosse algum submarino mais afoito entrar por ali adentro, em repouso ferrugento, acomodados de encosto ao Monte Queimado. Muitos dos estudantes das gerações que este texto contempla respiraram ainda este sopro de reminiscências e, muitos entre os mais velhos, viveram na sua meninice os acontecimentos desse período conturbado em que a Horta figurava no mapa da estratégia internacional e, apesar de tudo, não isento de um certo fascínio e mistério que



fazia da Horta uma comunidade única. Junte-se a este quadro a presença activa de comunidades estrangeiras residentes em virtude da instalação das companhias de telecomunicações por cabo submarino. Sem cuidarmos de origens e de estatutos, emprestavam à Horta a marca cosmopolita e coloriam a vida colectiva com o seu aspecto de estranha aparência, integrando-se na chamada elite local frequentadora da «Sociedade Amor da Pátria» que a generalidade dos locais olhava com algum despeito. Formavam um segmento específico da elite faialense mas numa existência algo distante e aureolada por um estilo de vida a que a opulência das suas residências conferia marca distintiva. Viviam nas «colónias»... com um estilo de vida próprio e que a horas religiosamente observadas, em cada manhã, em marcha compassada, desciam a Cônsul Dabney em direcção ao *Café Internacional*, como que replicando um ritual que apenas os detentores dos altos cargos da administração faialense e os médicos locais cumpriam de modo privilegiado.

No avançar dos anos, o diluir de recordações não anulou o estatuto que a Horta detinha de cidade portuária e de centro internacional de telecomunicações de relevância mundial; veio então a época dos rebocadores holandeses com longas permanências de ancoragem na «bóia de dentro» na espera paciente de um SOS, deixando as meninas faialenses num sobresalto contemplativo à vista dos jovens loiros que aos seus olhos surgiam como afoitos lobos-do-mar arrostando com a violência da maresia mais inclemente do Atlântico na busca de navios em risco. E era cada vez mais frequente a entrada de embarcações de recreio – os «aventureiros» – deixando em alvoroço o *Café Sport* e recobrando de bandeiras e galhardetes cada centímetro de parede. Gente diversa e exótica povoando a imaginação da malta que se acercava das imediações do celebrado bar; barcos de segurança duvidosa a suscitarem especulações sobre o estado de sanidade mental dos que neles embarcavam; e o Ben Carlin entrando de rompante pela baía, navegando a direito, rampa acima, numa embarcação que afinal tinha rodas e se chamava «jeep anfíbio». E a reedição da velha história a que Marcelino Lima deu forma de livro, narrando a fuga da «freira que pecou», lá nos idos de 1810 aliciada por oficial de Sua Majestade Britânica, desta feita, de novo à vela mar fora mas em *yacht*, levando donzela faialense, certamente animada de um espírito afoito que a ausência de votos, religiosos ou outros, levou à aventura. Como é que a juventude destas gerações, sobretudo a masculina, porque os tempos ainda deixavam muito no recato as estudantes, não haveria de construir uma imagem muito sua e especial, de um mundo que, estando para lá do horizonte fechado que os cercava, era imaginado e sonhado com o forte desejo de uma libertação que tar-

dava? Por isso cada entrada quinzenal do *Lima* ou do *Carvalho Araújo* despertava mais agudamente a imaginação das raparigas e dos rapazes que postados junto da muralha do Largo do Infante iam urdindo partidas aventurosas rumo à sonhada e inacessível Lisboa, aonde se ia em geral por motivo de força maior ou a expensas do erário público.

Pensar a insularidade experienciada por esta gente obriga, naturalmente, a apreender o quadro de época onde se formou o seu carácter mas, também, o seu imaginário.

Do outro lado do canal, tendo a Vila da Madalena como nó essencial da ligação entre o Pico e o Faial, a simplicidade da maneira de viver contrastava. Mas as duas comunidades não eram estranhas e o intercâmbio de gentes era uma realidade com raízes profundas que os laços afectivos e as necessidades mútuas impunham. Na época que nos importa observar, as lanchas *Calbeta* e *Espalamaca* – e com assiduidade irregular e menor utilidade, embarcações de proveniência mais para Sul da ilha – cumpriam com persistente regularidade, várias vezes ao dia, a ligação quase umbilical que Faial e Pico se habituaram a partilhar. Dito assim, pareceria que a relação entre as duas ilhas se processaria na mansidão de águas sempre calmas a proporcionar um intercâmbio em que o vai e vem constituiria uma rotina sem atropelos nem receios. Todavia, estas viagens efectuadas em embarcações acanhadas sulcando um mar muitas vezes tempestuoso que desencorajaria qualquer iniciativa para que se fizessem ao mar, eram um veículo fundamental no relacionamento das duas ilhas, obrigando, não poucas vezes, a uma atitude de mera passividade conformada perante algo que se aceitava apenas porque «tinha de ser». O «vamos à conta de Deus» era o sentimento que muitos interiorizavam na hora de saltar a distância que separava o degrau da escadeira para o portaló de acesso às profundezas recônditas da lancha na busca de um assento desconfortável. Cruzar o canal também se tornou estrada obrigatória da caminhada de inúmeros jovens de ambos os sexos que demandavam, com enorme e insuspeitado sacrifício das famílias, a ilha do Faial e o seu liceu na busca esperançosa de um futuro mais promissor e que a permanência na sua ilha não permitia perspectivar. E quando se trata de falar do transporte marítimo assegurado pela «Empresa Lanchas do Pico», ocorre imediatamente a lembrança de Mestre Guilherme, de Mestre Simão, e de muitos outros que inscreveram o seu nome na lista dos bravos que se notabilizaram como hábeis e denodados marinheiros levando a bom porto pessoas e bens nas mais inacreditáveis condições. Só quem viu uma lancha desta dimensão «surfear» a vaga da «meia broa» ou só quem presenciou – a bordo ou sobre o cais –

o deslizar vertiginoso de uma lancha, cavalgando a crista altaneira de uma gigantesca e impetuosa vaga de mar, parecendo tornar-se inevitável que a lancha fosse arremessada contra as pedras do varadouro a poucos metros de distância, e no último segundo ser sustida pelas voltas enrodilhadas de um cabo tenso como um tronco, manejado com a precisão exacta em torno de um cabeço que a força do tempo desgastara deixando polido rasto causado pelo atrito, pode avaliar algo que roçava o épico. E, espantosamente, toda esta manobra hercúlea e, literalmente, vital, resultava da articulação entre um mestre hábil segurando com firmeza a roda de leme mantendo a lancha junto ao cais e executando, no segundo próprio, movimentos de marcha à ré ou à vante, em perfeita conjugação com a perícia que um só homem sobre o cais, ostentando uma serenidade olímpica, executava no aliviar ou conter do cabo enrolado em torno do cabeço. Este domínio do controle da tensão exercida sobre o cabo à volta do cabeço, sustendo na força de um braço o desmesurado impulso da embarcação e a segurança de centenas de passageiros, dependia de um único e insubstituível personagem da chamada «comunidade do canal»: seu nome era Gilberto Mariano. Personagem quase lendária caminhando altivo sobre um par de «albarcas» calçadas à moda do Pico e vestindo habitualmente a sua «froca» de cotim cor de cinza e a cabeça coberta pelo tradicional chapéu de palha de abas reviradas em volteio característico da gente da «fronteira». Uma figura, dir-se-ia, arrancada às páginas de uma história de ficção que, para além dos méritos de homem do mar, se tornou familiar de gerações de estudantes assegurando uma função logística de utilidade e de proporções extraordinárias. Com muita frequência, por vezes diariamente, atravessava o canal trazendo à sua conta uma imensidão de volumes, cestos, malas e malotes, mais envelopes, recados e sacos e mais uma infindável variedade de coisas que a ocasião e a necessidade faziam variar. Tudo isto, como se fora mercadoria destinada à montagem de bricabraque, desembarcava da lancha da manhã após chegada ao cais de Santa Cruz no porto da Horta, sendo transferida para a «carroça do Gilberto». Colecção inumerável de objectos que o Gilberto – sem ter frequentado escola que lhe facilitasse a identificação do que transportava, retendo tudo de memória – iniciava o seu trajecto pela cidade deixando nos locais certos, cabazes, cestas e caixas, mais pacotes e correspondência que fregueses vários, mas sobretudo pais de estudantes, lhe confiavam para assegurar o sustento dos filhos. Comida em que predominaria a «molha de carne» e a linguiça e os torresmos da matança do Natal, mais os inhames cultivados no quintal da casa paterna. A isto se juntava o queijo apetitoso e a «massa de milho» para durar enquanto o bolor não chegasse em inoportuna visita obrigando a

cortar fatia que só aos ratos poderia interessar, ou, outras vezes, quando lá por casa sobrava excepcionalmente o «pão alvo», vinham umas fatias douradas que a necessidade reduzia a prato principal na parca ementa. Na volta, o Gilberto levava os cestos e cabazes vazios mais um ou outro saco cheio de roupa para lavar e «corar» no eirado da casa dos pais. E esta rotina renovava-se na roda dos dias e das semanas enquanto o ano lectivo durava. Por vezes um bilheteinho a implorar pequenas quantias para necessidades inadiáveis que eram um desafio doloroso à generosidade dos pais. Ou «dois e meio» para ir ver uma fita dos Três Estarolas, ou do Totó ou para derramar envergonhadamente umas lágrimas com o Marcelino Pão e Vinho... ou, sabe-se lá! encher a noite de sonhos inconfessáveis a recordar a sensual Sarita Montiel com o seu belo rosto e a opulência das formas...

A parcimónia dos hábitos que esta espécie de mercado ambulante consignado ao Gilberto fazia adivinhar, tinha correspondência num outro aspecto que caracterizava o modo de vida dos jovens e das jovens vindas do Pico – o seu alojamento. Em quartos, muitas vezes de reduzido conforto, ou em sótãos e dependências improvisadas de duvidosa higiene, acomodavam-se em estóica e resignada aceitação improvisando condições para estudo e arrumação dos parques haveres. A esta sumaríssima maneira de viver juntavam-se os estudantes vindos de S. Jorge e das Flores e Corvo. Para alguns, o acolhimento na casa de parentes e amigos mitigava a precariedade da estadia. Nalguns casos improvisavam-se verdadeiras «repúblicas» onde se amontoava a rapaziada, imperando a barafunda e o privilegiar da amenidade do convívio com os amigos «de fora». Mesas de «Sete e Meio» ou de «Truque», substituíam amiúde os seus afazeres e tarefas em manifesto prejuízo do seu aproveitamento. A somar a esta turba derramada pela cidade ocupando tudo quanto havia de espaço disponível e que as famílias, em prejuízo da privacidade, usavam para reforço dos magros orçamentos, vinham rapazes e raparigas de algumas das freguesias rurais mais afastadas porque a dificuldade e irregularidade dos horários das camionetas não permitia vir e regressar no mesmo dia. O seu estatuto, enquanto jovens forçados a um desenraizamento do meio familiar, ainda que residindo na própria ilha, assemelhava-se à situação dos «pica-rotos» igualmente sujeitos às condicionantes dos meios de transporte. No caso dos estudantes do Pico, aqueles que eram provenientes da zona da «fronteira» podiam beneficiar de algumas deslocações de fim-de-semana, outros, vindos das freguesias do Sul acertavam a sua vida e a sua forçada ausência ao ritmo espaçado das férias para regressarem ao convívio da família como se estivessem em lados opostos do planeta. Para os de

S. Jorge e das ilhas da margem do «Canal da América», a realidade era também a da ausência prolongada.

Em cada manhã, na corrida apressada a caminho das aulas, desde o alto da Conceição e de Santo Amaro ou vindos dos confins do Pasteleiro ou das bandas da Feteira – estes pedalando energeticamente uma bicicleta – a cidade animava-se com estes bandos de jovens carregando pastas e sacos. A rotina era sempre a mesma com dois períodos de aulas separados com um espaço para almoço. Esporadicamente um «furo» convidando a uma breve ida ao Largo do Infante, numa digressão destinada a namoriscar ou, para os caloiros, ensaiar as primeiras baforadas de um cigarro baratinho – o Triunfo e o Santa Justa de rolo eram as marcas populares – já que a presença tutelar dos contínuos de serviço não permitia fazê-lo nos recreios. E esgotado o tempo destes pequenos prazeres com o inebriante sabor a fruto proibido, lá voltavam de regresso às aulas encaminhando-se para as salas percorrendo a escada dos rapazes – para eles – e a escada das raparigas – para elas – porquanto as misturas eram pedagogicamente desaconselhadas e julgadas um estímulo à permissividade. Para os mais velhos, dando ares de veteranos a impor respeito, os tempos livres eram dedicados a coisas mais subversivas. Talvez uma escapadela até ao areal próximo; um «traçadinho» de aguardente e mel na tasca do Graciosa; uma fugida até algum recanto menos exposto para uma intimidade mais aconchegada com a jovem eleita, aprofundando um namoro porventura iniciado nalgum bailarico associativo. E não seria raro um secreto conclave dos mais afoitos a congeminar visita nocturna – os chamados «assaltos» – à sala do Arquivo na busca de alguma folha de ponto deixada descuidadamente no cesto de papéis e que poderia assegurar os bons resultados no exercício do dia seguinte.

Entre Outubro e o ansiado 10 de Junho, data que marcava o termo do ano lectivo – o dia da raça –, o tempo decorria num remanso apenas interrompido por uma esporádica oportunidade de visita a pais e familiares para matar a saudade. A quietude, a espaços largos, era sacudida por alguma tempestade trazida pela invernica Atlântica arremessando a força do mar contra as costas das ilhas, incitando a uma incursão pela Rua do Mar a testar o atrevimento dos mais aventureiros no intervalo incerto entre duas vagas atiradas sobre a muralha. Ou então, como elemento que alguma habituação sempre assustadora, tornava familiar, um sismo mais agressivo a lembrar de onde brotaram estas terras no meio do oceano. E no Setembro de 57 a terra estremeceu mais furiosa fazendo brotar das

profundezas o vulcão dos Capelinhos, a lembrar que uma ilha, além de um fragmento insignificante de terra rodeada de mar por todos os lados, podia subitamente ficar com um dos lados – o de cima – recoberta pelo negrume de uma nuvem de cinzas. Este, certamente, um dos acontecimentos de maior impacto social e económico na história da comunidade faialense com repercussões de enorme alcance na vida quotidiana, desde logo pela perda de mais de um terço da sua população na primeira leva prodigalizada pelo senhor John Kennedy. E de novo, para animar os que ficavam, o cintilante aviso de cor amarela que o carteiro dos CTT deixava em inúmeros lares a anunciar a chegada de uma olorosa «saca da América» que punha em alvoroço a família inteira a comprovar a metafórica afirmação de Pedro da Silveira com as suas «Califórnicas perdidas de abundância». Na debandada da emigração muitos jovens estudantes do Liceu da Horta, e não só faialenses, se apartaram das ilhas de nascimento, deixando saudade, mas, sobretudo, o sonho melancólico dos que permaneceram congeminando desejos e aspirações e imaginando um mundo que a enorme distância do mar não permitia alcançar.

E a irrequietude própria dos jovens deste tempo, pelo menos para um número crescente deles, colocados como que em lista de espera organizada ao ritmo das sucessivas matrículas, a aguardar data e oportunidade para uma tão ambicionada «libertação» rumo ao continente, era finalmente compensada num qualquer Setembro de um qualquer ano, com a acostagem ou ancoragem ao largo de um navio da Empresa Insulana de Navegação. O *Lima* e o *Carvalho Araújo* simbolizavam o momento de viragem e o começo da assunção de uma autonomia pessoal em que cada jovem, sem a tutela de pai e mãe, assumia em suas mãos o próprio destino. Todavia, passada a euforia que a própria viagem proporcionava numa caldeação de caloiros e de veteranos, e passada a fase de instalação em Lisboa, Porto ou Coimbra, chegava o tempo de enfrentar a realidade e de escutar os apelos do coração. O entusiasmo iniciático com rondas pela «ginginha» e pelo «pirata», para os que se ficavam por Lisboa, acabava invariavelmente no café *Paladium* numa romagem para mitigar saudades que a partilha com amigos «ilhéus» ajudava a suavizar. E os dias decorriam entrecortados com passagens do carteiro a deixar, junto com a carta quinzenal dos familiares, um pacotinho de tabaco ou um pequeno atado de jornais que se «devoravam» na mira de saber das últimas notícias em jeito de quem busca alimento anímico para suprir a ausência. Afinal, o desejo de libertação paterna acabava por se revelar coisa efémera, avultando incómodo e perturbador, o sentimento de pertença a uma terra que se agarrara à pele

de forma indelével, despertando apelos a um regresso numas férias que tardavam em chegar.

Fossem os jovens das Flores, ou do Pico ou de S. Jorge trasladados para o Faial; fossem mesmo os do Faial das freguesias mais distantes igualmente forçados a emigrar na própria ilha; fossem ainda os rapazes e raparigas residentes na Horta, mas partilhando desejos comuns a todos os que se encontravam confinados ao espaço fechado de uma ilha que apenas lhes proporcionava a visão adivinhada de um mundo mais vasto – todos, no rolar dos anos e da vida em qualquer lugar de ausência, regressavam em pensamento e desejo às origens, carregando sempre esse sentimento arreigado que só um «ilhéu» é capaz de experimentar. No tema que este texto procura reflectir, estamos em confronto com a vivência da insularidade que, no caso concreto de gente dos Açores, se confunde com a «açorianidade» genialmente concebida por Nemésio. Uma insularidade que é omnipresente independentemente do local em que cada açoriano se encontre, em particular quando desenraizado, como estado natural e existencial, ou como uma essência íntima inerente à sua condição humana específica ditada pela proveniência geográfica que lhe moldou o carácter. Algo que nos impele na procura uns dos outros onde quer que estejamos; a consciência de um forte sentido de pertença que nos move na perseguição da ideia de retorno quando longe das ilhas. Afinal este passado vinhou sobremaneira uma marca identitária própria. Machado Pires explicitou esta ideia em palavras eloquentes ao sublinhar essa busca: «Uma “alma de lugar”, um “eixo do cosmos” que se procura no local de naturalidade, com um alvoroço e uma emoção que podem levar a saudades sublimes como a bairrismos ferozes».

Na tentativa de apreensão deste fenómeno, mesmo um «continental» como Morão Correia, que foi Reitor do Liceu Nacional da Horta na época que nos serve de pano de fundo, foi capaz de exprimir em verso vigoroso, a fechar o seu *Poema do Homem das Ilhas de Bruma* esta «fidelidade à terra»:

«E, se o meu Corpo embarcar  
Para outro Mundo distante,  
A minha Alma há-de sangrar  
Presa aos Castelos de Espuma  
Que eu construí junto ao Mar  
Nas minhas Ilhas de Bruma!...»

No termo desta reflexão, talvez demasiado extensa, desejaria regressar à minha conferência a que já fiz menção, pedindo de empréstimo o remate final ali deixado:

«[...] Julgo, por isso, que é útil regressar a Nemésio. Para que nos demos conta que os vulcões e aquela substância vinda das profundezas que nos penetra, não são nosso exclusivo; que os sismos que transbordam dos relatos e recordações escritas, também não são nosso monopólio. Porém, tudo isso, mais a “ressalga” dos dias de mar ao pé da porta; e a “mornaça” melada e opressiva do “capacete” insistente a fechar o azul do céu; mais a vista da outra ilha além ou a ausência súbita dela; e o saber que somos nove a meia distância de coisa alguma; e os olhares perdidos na linha do horizonte a adivinhar “coisas do arco da velha” – tudo isto, mais as quatro paredes de mar sem porta nem janela que nos valha, talvez seja coisa só nossa e de mais ninguém.

Somos, por isso, uma espécie de elite atlântica onde moram saberes profundos e habitam vivências ímpares que o tempo decantou e que fazem de nós uma estirpe rara».





V

RECONFIGURAÇÕES LITERÁRIAS  
DA ILHA





## O CÉU SOBRE AS ILHAS

ANTÓNIO FOURNIER\*

«Cada homem tem a sua ilha. E alguns, arquipélagos de fumo, em recato, no côncavo das pálpebras».

António Torrado

*Em memória de José António Gonçalves*

A Madeira, como qualquer ilha, sempre teve personagens excêntricas. Os cronistas locais falam de Simão Gonçalves da Câmara, terceiro capitão donatário do Funchal, que terá enviado ao papa Leão X, uma embaixada não tão numerosa como o exército de terracota chinês, mas decididamente mais doce, um conjunto de figuras em tamanho natural feitas de *alfenim*, a pasta de açúcar produzida nos então florescentes engenhos da ilha. Numa terra isolada na costa sul, acessível só por mar, vivia em semi-anonimato outro estranho personagem, que ficou na memória popular com o nome de Henrique Alemão e que, segundo a lenda, não era outro senão o príncipe polaco Ladislau III, rei da Hungria, cavaleiro de Santa Catarina do Monte Sinai, desaparecido na batalha de Varna em 1444 contra os turcos e refugiado na ilha, com o consentimento do príncipe D. Henrique.

De resto, lendas e mitos convivem de perto com o quotidiano deste pequeno arquipélago. O imaginário sebastianista do rei que regressará um dia para restituir a grandeza à pátria perdida, lenda anacrónica por excelência, continua a pairar sobre estas ilhas. No Ilhéu da Cruz, na costa norte da Madeira, diz-se que está enterrada a sua espada. Quando ele voltar para retirá-la da rocha, a ilha afundar-se-á e só quem estiver nas escadas

---

Desenho: *Funchal, Igreja N.ª S.ª Monte.*

\* Università degli Studi di Torino.

da igreja de Nossa Senhora do Monte, bem no alto atrás do Funchal, se salvará. Nas povoações junto à costa, há dias de neblina em que ainda se jura ouvir vozes misteriosas que provêm do mar, da ilha de Arguim, espécie de projecção fantástica da Atlântida, mito que se cruza no imaginário das ilhas com o substracto celta da lenda do rei D. Sebastião, desaparecido em Alcácer Quibir em 1578.

Histórias como estas são frequentes de tal modo que o visitante tem muitas vezes a impressão de que os habitantes destas ilhas vêem a realidade com outros olhos. Parecem viver desfasados do tempo do mundo, numa realidade paralela, cultivando, como D. Quixote, virtudes visionárias, cristalinas. De facto, só o isolamento pode explicar a atitude do faroleiro do Ilhéu de Baixo no Porto Santo em Dezembro de 1916, em plena primeira guerra mundial, ao acenar ingenuamente para a tripulação do *Uboat* que festejava no convés o ataque bem sucedido à baía do Funchal. O submarino alemão tinha acabado de perpetrar a única agressão ao território português europeu durante o conflito, afundando três navios e semeando o pânico na cidade que, despertada da sua habitual sonolência, respondera ao bombardeamento com canhões do tempo de Napoleão.

Com os mesmos canhões os madeirenses tinham brincado até então aos marinheiros, como o capitão Boom em *Mary Poppins*. No princípio do século eram comuns no Funchal as chamadas *esquadras de navegação terrestre*, que se inspiravam nos códigos da marinha de guerra. Homens de todas as idades, com responsabilidades e papéis de maior ou menor relevo na sociedade funchalense, a que correspondiam os graus na «esquadra», brincavam ao faz de conta, desfilando pelas ruas da cidade com farda a rigor e fanfarras militares, e dedicando-se aos fins-de-semana à «navegação à vista» por entre as bananeiras. Os «navios de guerra» a afundar eram as quintas dos arredores do Funchal, típicas propriedades madeirenses, onde as «tropas» prestavam juramento e depois das manobras se reuniam à sombra das árvores para memoráveis banquetes.

## O calendário sonâmbulo

Com o espírito das ilhas a ditar o calendário dos dias, não é de estranhar o aparecimento de uma espécie característica destas paragens, os sonhadores. Que maravilha é ler numa das tantas tardes amenas, *A ilha do tesouro* de Stevenson, *A ilha misteriosa* de Jules Verne ou *La tigre di Mompracem* de Emilio Salgari, e fantasiar sobre esses romances de aventuras que se poderiam passar na ilha em que habitamos. De resto, como ilha do

tesouro, há as desabitadas ilhas Desertas, que se diz guardarem a fortuna do capitão Kidd, dando origem a reivindicações territoriais em nome da promessa do tesouro escondido do galeão espanhol.

Um personagem visionário é ainda hoje lembrado no Funchal. Chamava-se Aníbal Faria e foi o primeiro alienista da cidade. Vivia na Rua da Carreira, uma das mais características vias da cidade. O austero palacete onde morava possuía uma particularidade curiosa: o quarto onde dormia tinha um céu estrelado pintado no tecto. Quando se deitava, o bizarro proprietário gostava de adormecer olhando o céu nocturno. Então, mediante um sistema eléctrico, acendia as constelações a seu belo prazer, como recordou Herberto Helder numa famosa auto-entrevista.

Foi a ele que Helder dedicou originariamente o conto «O quarto» no qual se percebe que o protagonista está a construir uma casa na costa norte da ilha, selvagem e inóspita, com a encosta vertical por detrás e o horizonte à frente, uma casa sem chão, onde ele se irá deitar pela última vez, recuperando o cordão umbilical com a ilha. Chão e tecto da ilha equivalem-se e até há poucos anos era costume dizer-se quando sucedia uma derrocada, que caiu um pedaço de céu velho. O forte enraizamento e o sentimento de pertença a um mundo suspenso entre o mar e as nuvens tornam-se no modelo sensível do mundo de que a ilha é o centro.

Esta história lembra o episódio relatado por Arthur Koestler no início de *Os sonâmbulos* quando ao falar da sua infância, conta que uma vez perguntou ao pai quem era Deus. O pai respondeu-lhe que Deus eram as dançarinas pintadas no tecto do seu quarto de dormir. A partir daquele instante, aquela criança, à noite, olhava o céu do seu quarto, projectando naquelas figuras os seus medos e as suas alegrias. Deus estava ali, ao alcance do olhar, sentia-se segura. Estava mais perto do tecto do universo. Dormia. Sonhava. Com o velho sonho da suspensão silenciosa.

### **O complexo de Peter Pan**

Por isso a infância nas ilhas é algo inesquecível. Vive-se perdido num oásis no meio de uma planície líquida, uma espécie de palácio em que se é príncipe como diz Ernesto Leal. Quando se é criança, tem-se todo o tempo do mundo. Dedicam-se então às virtudes da imaginação. É o complexo de Peter Pan a funcionar em pleno. Tudo é espanto e maravilha e a ilha com os seus bosques predispõe-se a abrir a todo o momento territórios imensos para a aventura, para o contacto com o invisível, esse mundo mágico, simultaneamente assustador e sugestivo de bruxas, feiti-

ceiras e superstições que entra pela cidade, convivendo com ela, numa forma curiosa de realismo mágico insular.

A ilha é, como se sabe, uma concha que nos protege do mundo, provocando aquela espécie de suspensão da incredulidade atrás referida. Nas povoações do interior ou naquelas mais isoladas junto à costa, as luzes acendem-se de noite como se quisessem com isso significar que existem verdadeiramente, como diz Ana Teresa Pereira. Dentro de cada casa, a dois passos da baía cosmopolita onde passam todos os navios do mundo, desce-se ao «inferno interior de cada sossego» como diz António Aragão no romance *Um buraco na boca*. Com as janelas abertas para o mar, como limiares para outra dimensão, projecta-se uma sublimada aspiração da distância, mas com os restantes sentidos ouve-se o pulsar íntimo da ilha, vivendo ao seu ritmo.

Por isso cada despedida é sempre uma despedida da terra da alegria. Parte-se e deixa-se de ser criança. Perde-se a pátria, a infância. Com o passar dos anos os exilados dedicam-se a um exercício de memória poética, inalcançável como um sonho. Cartografam uma paisagem íntima que muitas vezes já não existe na realidade. A consciência amarga desse facto é para alguns uma barreira psicológica intransponível. Recusam-se a regressar à ilha para não se confrontarem com a mudança radical que o progresso trouxe nos últimos anos, destruindo para sempre o palco dos jogos infantis, o lugar do primeiro beijo, das primeiras transgressões e aventuras, como no conto «A raiz e as frondes» de Irene Lucília Andrade. José Agostinho Baptista chamou-lhe «nostalgia dos dias atlânticos», ele que foi durante muitos anos um dos grandes exilados da ilha, nutrindo-se poeticamente dessa distância.

## **O ponto sombra**

Mas há também o outro lado, lunar e obscuro, destas ilhas de fantasia, que pode ajudar a explicar o exílio de muitos. A ilha é como um casulo de magníficas crisálidas. Que permanecendo nela, talvez nunca ultrapassem a condição larvar. Não raro os seus habitantes são esquivos, fechados em si próprios, vivendo num autismo delicioso, como que em permanente hibernação. Enquanto os barcos passam lentos no horizonte, desenvolve-se um lado ensimesmado, misantropo e contemplativo. Inventam-se então passatempos solitários, dedica-se à jardinagem, ao rádio-amadorismo e à columbofilia, faz-se colecções de selos, de moedas, de postais de navios de

que se sabe de cor o nome, formas de sublimar o isolamento, de exorcizar o silêncio de que se é ao mesmo tempo guardião e prisioneiro.

Cresce-se devagar devorados pelas orquídeas, diz José Agostinho Baptista. É porém uma beleza assassina. A natureza exuberante, a temperatura prevalentemente amena e a passagem lenta das horas, fazem com que a vida nas ilhas seja uma espécie de bulimia da beleza. Tudo parece conviver harmoniosamente, tudo parece ser uma apoteose da perfeição, mas dentro de cada habitante vai crescendo muitas vezes uma forma surda de tédio ou frustração que acaba por provocar desequilíbrios e rupturas. A certa altura esta harmonia aparente transforma-se num inferno sufocante que nenhuma memória infantil ou alienação onírica consegue já resgatar.

Uma forma nobre de sublimar esta contingência é, como se sabe, a escrita. Apesar de a natureza particularmente benigna convidar a desfrutar os espaços abertos, a literatura destas ilhas regista histórias de solidão e ambientação interior, a sublinhar a índole tendencialmente associal dos seus habitantes. É a casa isolada no meio da montanha, ou do outro lado da ilha, acessível só depois de atravessar um túnel, como nos cenários fantasmagóricos e obsessivos de Ana Teresa Pereira, é a cabana no cimo da árvore da infância ou a casa de madeira encostada à rocha no fundo do quintal com frutos perfumados como na memória infantil de Ernesto Leal, são as escadas de Jacob que conduzem à casa paterna onde vivem as mães-aranha da ilha, «a norte do silêncio, mergulhadas nas flores enternecidas da solidão e do esquecimento», como diz Vicente Jorge Silva em «O pátio».

As ilhas são as zonas ultra-sensíveis da terra, já o afirmava André Breton. Nas ilhas sente-se muito, pensa-se em excesso, valoriza-se o pormenor, absolutiza-se tudo. Confabula-se, ama-se em silêncio, sofre-se intensamente. Os dramas por mais pequenos que sejam, tornam-se tremendos, insuperáveis. Paralisa-se com o medo de falhar, com a vergonha de ser o alvo das atenções. Cultiva-se então manias, ideias fixas, obsessões, hipcondrias. Tudo em excesso. O talento do absurdo é criar o excesso, diz Herberto Helder. É o enigmático ponto sombra de que fala Ângela Caires no conto «Um belo dia para bordar Wiriamu», aquela porta invisível que dá para um jardim íntimo para onde se entra sozinho e de onde muitas vezes não se volta a sair.

## **O talento do absurdo**

Este mundo encantado acaba por se confrontar com a realidade e o choque é muitas vezes trágico. Porque o outro lado desta vida fantástica



das ilhas – a miséria, o atraso cultural, o regime de colónia, forma cruel de feudalismo que se praticou nestas paragens até anos bem recentes – são cicatrizes dolorosas que custam a passar por mais ilusões de progresso que possa criar. O apelo dos abismos é uma tentação constante. Veja-se o suicídio do personagem de «Um belo dia para bordar Wiriamu», um ex-combatente da guerra colonial, refém da memória do massacre em que participou em 1972, que a beleza da ilha torna ainda mais insuportável. O suicídio aparece também em outros textos como desenlace para histórias que se confrontam com as leis e preceitos da moral católica profundamente enraizada nestas ilhas, apesar de a mesma se exprimir através de uma religiosidade muito peculiar, misto de sagrado e profano. Num mundo extremamente conservador, as paixões, sempre intensas e arrebatadoras, têm muitas vezes o sabor picante do escândalo. A perder é sempre a respeitabilidade da mulher, sublimada nas personagens femininas fortes em contos como «O rapto segundo Teodora» de Helena Marques ou «Regresso a Serendipity» de Laura Moniz.

A literatura toca também o tema da emigração, fenómeno social marcante desde finais do século XIX, quando o Funchal servia de porta aberta para o mundo e âncora de salvação das populações do interior da ilha, que embarcavam em massa nos navios de passagem a caminho de Demerara e da América do Sul. O mais poético texto sobre a emigração é talvez «Romance» de Gualdino Rodrigues, um conto nocturno de quem, afinal, nunca partiu, e o querer partir e o ter de ficar é trágico. O cavalo de Tróia na praia, projecção do desejo de superar a barreira do mar, e finalmente queimado juntamente com os últimos sonhos, é uma imagem lírica de uma derrota inapelável.

Inevitavelmente, o imobilismo intrínseco destas ilhas contribui para a falta de um sentido progressista da História. No oportunismo e covardia do protagonista de «A princesa encantada» de José Viale Moutinho está uma crítica à inércia de uma certa burguesia funchalense que desperdiçou a oportunidade histórica de matar à nascença o regime salazarista. A revolta popular de Abril de 1931 contra o monopólio da farinha que penalizava uma população já flagelada pela fome, foi apoiada por alguns militares em serviço na Madeira e por velhos deputados republicanos, mas não conseguiu reunir consensos junto da população mais abastada.

Como se sabe, a intentona assumiu foros importantes ao ponto de levar à ilha a imprensa europeia do tempo, obrigando Salazar e mandar um imponente corpo expedicionário que acabou por levar os revoltosos à rendição. Mesmo assim, enquanto se assistia ao largo às manobras intimidatórias dos navios de guerra mandados pelo ditador português, com os

navios ingleses por perto prontos a protegerem a sua comunidade, e os aviões governamentais sobrevoando o Funchal e lançando convites à rendição, os madeirenses viveram um hiato onírico de 30 dias de liberdade, que os restantes portugueses não tiveram.

A mesma crítica ao conservadorismo dos madeirenses é feita no conto orweliano «O tubarão», de Luís Ladeira, crítica feroz ao regime jardinista. Nele conta-se como o 25 de Abril de 1974 provocou a queda de todos os tabus e a ruptura dos velhos equilíbrios, mas também como foi rapidamente aproveitado pela casta dos «mutantes», para se apoderarem do poder e em seguida expulsar da ilha a utopia revolucionária. Veja-se finalmente o epílogo violento do conto «Regresso a Serendipity», porque se é poético ouvir no *Ricardo III* de Shakespeare, Poins censurar Falstaff por vender a alma ao diabo por um copo de *Madeira*, bem mais trágico é saber que por muito menos, o destino de muitas famílias destas ilhas ficou indelevelmente marcado pelo flagelo do vinho.

### **Uma poética da sublimação**

Não passará inobservado ao leitor da literatura de temática madeirense, que o mar, por incrível que pareça, está muitas vezes distante ou é mesmo inexistente. Este quase silenciamento do elemento líquido, ao contrário do que se passa nos Açores, faz com que não se possa escrever um livro sobre a Madeira nos mesmos moldes que a *A dona de porto Pim* de Antonio Tabucchi, apesar de os madeirenses se terem dedicado também à epopeia baleeira, como aliás se vê em «Moby Dick», o célebre filme de John Huston, rodado também nos mares da Madeira.

Não há praticamente histórias de baleias no imaginário literário madeirense. Há um conto de Maria Aurora Homem sobre o último arpoador, há uma mulher com cauda de sereia em «Dona Joana Rabo de peixe» de João Carlos Abreu. A única alusão a uma baleia está no grito de morte que sai da casa da «Bruxa da Rocha», conto homónimo de José António Gonçalves que dá a exacta medida da presença do mar nesta literatura: «o risco do horizonte, com as luzinhas brilhantes das lanternas dos pescadores a bailarem como escaravelhos». O mar aparece como paisagem que se contempla à espera de uma qualquer epifania ou novidade, como a chegada dos grandes transatlânticos iluminados como teatros e carregados de turistas que se divertiam a jogar uma moeda para a água e a ver os rapazes pobres exibirem-se mergulhando para recolhê-la.

E se o mar não é palco, também os habitantes destas ilhas não são nele actores. Esta sublimação do elemento líquido constitui uma importante sonda para penetrar no imaginário, sonâmbulo como se disse, da Madeira. Em vez de uma projecção para fora, em direcção ao horizonte líquido, insinua-se na literatura de temática madeirense o movimento inverso, uma irreprimível pulsão ascensional, para o interior, para a fonte, numa procura do coração secreto da ilha. Os velhos que se embrenham nas montanhas, arriscando a vida à beira dos precipícios, só para ver qual é o pinheiro mais alto da ilha, no conto «O pinheiro do França» de Jorge Marques da Silva, é um bom exemplo.

É que o imaginário destas ilhas é volátil e não anfíbio. Daí se explica o céu nocturno de Aníbal Faria, o primeiro indagador dos fantasmas do inconsciente dos madeirenses. É como se se quisesse agarrar ao céu, para não submergir no mar, para não afundar com a ilha. A literatura confirmará que há uma tensão oculta entre o peso da pedra e as asas do sonho, ou seja, uma dialéctica entre petrificar-se e libertar-se. Como nos pesadelos em que os pés pesam toneladas e mal se consegue levantá-los, a prisão insular é expressa através muitas vezes através da isotopia da estátua: é o cavalo de madeira junto à praia, projecção do desejo de fuga, em Gualdino Rodrigues, é a estátua de S. Sebastião que se humaniza para satisfazer a frustração sexual da personagem em Maria de Menezes, é a estátua de uma santa, feita à imagem de uma prostituta venezuelana em Maria Aurora Homem, é o anjo que se petrifica no conto «O teatro» de Margarida Falcão.

A temática do escapismo que esta literatura configura parece pois realizar-se através de uma gramática de sublimação: passa-se do elemento sólido – a pedra, o calhau, a rocha – ao elemento gasoso, saltando o elemento líquido que se evita nomear. E não é preciso ter lido Bachelard para perceber que um pássaro é a imagem invertida de um peixe. A formação de compromisso entre a recusa do cerco do mar e o ponto de fuga constituído pelo céu é conseguida através do imaginário do voo. A síntese perfeita desta pulsão onírica reprimida está no pássaro que o pai traz do interior da ilha na memória poética de José Tolentino Mendonça, ou naquele personagem de *A Corte do Norte* de Agustina Bessa Luís, talvez a melhor autopsia do imaginário madeirense, que «sofria duma anomalia estranha: tinha medo de se transformar num animal bravo, nalguma coisa como um pombo das falésias ou uma arara azul».

Como se vê, há nestas ilhas muita matéria que merece ser contada. Não é fácil, porém, penetrar na intimidade das mesmas. Quem o quiser fazer, basta que se aproxime de coração puro, livre de preconceitos.



## A CONDIÇÃO DE ILHÉU

J. CHRYS CHRYSTELLO

A noção primeira que retive dos açorianos foi a sua inquebrantável relação umbilical à terra, bem distinta da dos transmontanos ou minhotos. Mesmo quando saem da ilha, nela ficando, levam-na na bagagem para qualquer lugar, seja ele o Canadá, EUA, Bermudas ou Havai. Não levam só a ilha mas acarretam com ela séculos de história e de tradições que insistem em transplantar como se elas tivessem raízes que pudessem medrar em solo estrangeiro e torná-lo mais ameno, hospitaleiro, em suma, açoriano.

Há um sentimento de pertença iniludível e sem paralelo nas restantes parcelas do território português por mais semelhanças que se pretendam encontrar. E trata-se de um sentimento único de pertença. Não sei se isto será notório para o comum dos mortais portugueses, mas para mim, que cá vivo há doze anos, não só é visível como é altamente sentido e perceptível. Pode-se estranhar inicialmente, mas depois, como diz o ditado, entranha-se.

Escreveu Onésimo T Almeida:

«Se cada grupo humano não é um mero reproduzidor e imitador do modelo cultural que recebeu, alguns grupos vão mais longe no desenvolvimento de uma ou mais facetas da sua atividade. Nalguns casos, chegam ao ponto de ser originais em relação ao já feito por outras culturas do círculo ou ramo a que pertencem, ou a ser mesmo originais em absoluto».<sup>1</sup>

---

Desenho: *Santa Maria, Trilho da Costa Norte.*

<sup>1</sup> Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural – O caso açoriano como cobaia (1) in *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, pp. 65-89.

Vamberto Freitas define-o assim:

«O estar longe da ilha natal (que Machado Pires nos relembra ter sido a condição de “desterro” que exacerbou o sentimento de açoriano da Terceira no autor de *Mau Tempo no Canal*) só poderia levar, pois, a esse inevitável e melvilleano “choque de reconhecimento” em que nos situamos de imediato com ou no lugar do outro, qualquer outro falando qualquer língua, o nosso território, as nossas origens permanecendo determinantes na definição de quem somos e de onde viemos sem negarmos nunca a universalidade humana para além da geografia e da própria cultura, entendida como sendo a nossa mundividência na diversidade do mosaico das nacionalidades e etnias, na diferença dentro de um todo. ...

... Raul Brandão entendeu-nos com tanta clareza porque reconheceu, ele próprio, a irmandade de alma com os que cá permaneciam escondidos na bruma e na solidão, temerosos e ao mesmo tempo afoitos ante a natureza de ilhas vulcânicas, tendo provavelmente sentido o contrário do dito pessoano: “sou daqui como de toda a parte”».<sup>2</sup>

Quando cá cheguei desconhecia (ou desaprendera) quase tudo sobre o arquipélago, perdido em memórias de estudos liceais há muito obnubilados, em juvenis e vagas lembranças de Vitorino Nemésio numa TV a preto e branco, perorando semanalmente em «Se bem me lembro». Guardara nos arcanos da memória o suicídio de Antero, esse enorme pensador das Conferências do Casino, e a saudável loucura (contagante e – para a época – refrescante) da poeta Natália Correia. Mas rapidamente me apercebi que ser açoriano era ser diferente, por mais que as ilhas evocassem Trás-os-Montes há cinquenta ou mais anos, com as suas estreitas e sinuosas estradas orladas com árvores pintadas a branco, com a ímpia ritualística matança do porco em casa, ao contrário do que as leis da UE prescreviam; com as suas festas de cariz pagão mesclado de catolicismo; com as suas procissões orladas com coloridas colchas à janela; com as suas romarias e romagens e em mais de milhentas características peculiares a este arquipélago.

Afirmando-me como australiano que (também, e sobremodo) sou, cedo entendi que estes açorianos tinham algo que a mim faltava e que nenhum dinheiro do mundo compraria: o tal sentimento de pertença, essa forma idiossincrática de propriedade imaterial que me fez sentir mais

---

<sup>2</sup> PIRES, A. M. B. M. *Páginas sobre Açorianidade*, Letras Lavadas Edições, Ponta Delgada, 2013. Este foi o texto de apresentação do livro na Biblioteca Pública e Arquivo Regional, a 22 de março. Vamberto Freitas.

pobre, mais vazio, mais «incompleto» do que os meus anfitriões açorianos. Sem necessidade de imigrar por razões políticas ou económicas, elegera uma nova pátria por opção (a Indonésia com a sua invasão neocolonial de 7 dezembro de 1975 impedira-me de me tornar timorense, pelo que escolhi a vizinha e afluyente Austrália), não fora refugiado de guerra, sem nunca descartar a memória ancestral da língua e cultura de meus avoengos, mas não encontrara ainda as raízes terrenas (no sentido botânico do termo) como as que ligam os açorianos a cada uma destas ilhas.

Já há muito dizia eu que Sidney (e depois, Bragança) eram a minha base terrena. Não estou na minha pátria. É a pátria deles, dos que têm aquele sentimento de pertença a que aludi. Penso que por mais que me esforce nunca serei um deles nem me aceitarão como um igual, como um par inter-pares. Ou não? Talvez esse dia chegue.

Para melhor se entender a mudança paradigmática que inopinadamente se abateu sobre mim, temos de retroceder a outubro de 2005 quando voltei a Bragança para o 4.º Colóquio da Lusofonia. Nesse regresso, de curta duração, sentia já uma sensação estranha a preencher-me esse vazio interior. Na rua o outonal ar, bem fresco e muito seco daquela cidade, contrastava com a humidade micalense que me impregnava havia três meses. Não chovia, estavam 16 °C e fui a pé até ao restaurante Poças, local privilegiado de almoços e jantares, que agasalhei no baú mítico das memórias desde os anos de 1960, bem antes de ter saído de Portugal rumo aos Orientes exóticos e à Austrália.

Na manhã seguinte caminhei até ao Café Torre da Princesa, porto de abrigo quotidiano durante os meus anos de residência trasmontana. Revi os donos. O meu filho mais novo quis lá ficar com o seu amigo luso-suíço Stefan, antes de este rumar às ilhas para retribuir a visita. Depois, visitei uns primos direitos do meu avô materno, então com 83 anos, satisfeitos por serem lembrados pelos mais novos.

Foi então...

Nesse dia, pela primeira vez, ao sair da casa deles, a escassos metros daquela que fora a minha casa nos últimos anos em Bragança, experimentei um apelo inesquecível. Foi então que me senti trasmontano dos quatro costados, apesar do pouco tempo contabilizado a viver na região. Não sei dizer porquê, mas lembrar-me-ei sempre do instante exato e do calafrio que me percorreu a espinha. Ainda hoje sinto e revivo esse instante. Era já lusco-fusco, quando sofri aquela picada no coração, aquela revigorante dor profunda de mágoa e alegria, em simultâneo. Tinha acabado de encontrar as minhas raízes. Senti os pés pesados a colarem-se ao solo. Uma experiência que se assemelha ao que se sente quando uma

pessoa sabe que está apaixonada e que encontrou a alma gémea para partilhar o resto da vida.

Como alguém disse, em tempos, *a pátria não é o lugar onde nascemos mas o lugar onde o coração habita*. Ali estava bem visível. Descobri-a instantaneamente nas minhas origens e raízes. Bragança mátria. Que disso não restem dúvidas. Jamais sentira um apelo emocional tão forte, em parte alguma. Estava mais apegado àquela terra do que imaginara. Inenarrável sentimento. Não se descreve a quem nunca o experimentou. Sentimentos não se partilham em palavras.

Para os que têm uma só pátria ou sempre pertenceram a um local, de nascimento, trabalho ou necessidade, esta noção não se explica. Para os apátridas e expatriados eternos, sem bússola geográfica a marcar o ritmo de pertença, é fácil entender o que atrás disse. Um dia, tentarei explicar esta afeição através de pensamentos filosóficos que, de momento, não me ocorrem. Não se enuncia nem se define. É inexpressável.

Tal como o meu pai, que dissera sempre ser de Afife (Viana do Castelo) embora nascido no Porto, eu também sempre me afirmara australiano. De nacionalidade, que não de nascimento. Agora, quando me perguntarem donde sou, direi TRANSMONTANO. De Bragança. Cidade, distrito.

Isto que acabo de narrar foi sentido e escrito em 2005 quando por fim encontrava um elo comum com os açorianos, o sentimento de pertença. Tínhamos algo em comum. A partir daí nunca mais deixei de ser australiano, bragançano e açoriano. Sei quão difícil é decifrar para quem nunca viveu pátrias e mátrias diferentes, mesmo quando a língua falada é a mesma e a herança cultural tem traços comuns.

Entretanto, passei doze anos nos Açores dedicados a muita monda literária em prol da divulgação da rica açorianidade literária arquipelágica e hoje sinto-me parte integrante deste povo, tal como exprimi neste poema:

*ser açoriano*, [nos moinhos de porto formoso, 19/8/2013]

«não se é ilhéu  
por nascer numa ilha  
é preciso sentir-lhe a alma  
partilhar raízes e dores  
acartá-la nos partos difíceis  
tratá-la nas enfermidades  
acariciá-la nas alegrias  
plantar, semear e colher seus frutos

alimentar as suas tradições  
preservar a sua identidade  
  
não se é açoriano  
sem amar as suas ilhas  
levá-las ao fim do mundo  
morrer por elas  
com elas  
para elas».

Sinto agora que sempre aqui pertenci mesmo sem o saber. Aqui realizo a plenitude do meu ser ilhéu:

«A ilha para Natália Correia é Mãe-Ilha, para Cristóvão de Aguiar é Marilha, para Daniel de Sá é Ilha-Mãe, para Vasco Pereira da Costa, Ilha Menina, mas para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marilha nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteeda. Para amar sem tocar, ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis».

Afinal, toda a vida fui ilhéu e embora perdesse sotaques nunca malbaratei as ilhas-filhas. Trazia-as sempre a reboque comigo, colar multifacetado de vivências de mundos e culturas distantes. Insular fui sempre. Primeiro em Portugal, ilhota perdida da Europa no Estado Novo; seguidamente em mais um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali; depois na então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco); ulteriormente na imensa ilha-continente chamada Austrália, e, posteriormente, nessa ilhoa esquecida de Bragança no nordeste transmontano, antes de arribar à Atlântida Açores.

Com o tempo constatei o generalizado (e também meu) quase total desconhecimento do arquipélago na Atlântida Açores, a ponta mais ocidental do antigo Império Português, para além do micalense sotaque «de uma falsa sonoridade afrancesada» tão difícil de entender. Cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, no meio do Grande Mar Oceano onde se mantêm (contra tudo e todos) gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, ainda unidas em torno da família nuclear dizimada pelo chamado progresso.

Os políticos distraídos na sua atarefada sobrevivência sempre se distraíram, olvidados da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações, quiçá ainda por descobrir. Graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela, gente houve que aprendeu [mal] algo sobre este mundo à parte, que ora se abre por via



das companhias de aviação de baixo custo (*low-cost*). Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ínsulas, apenas evocadas pelas catástrofes naturais e pelo anticiclone do bom ou mau tempo.

Grandes vultos nasceram nos Açores: **Gaspar Frutuoso** (1522-1591), historiador; o **conde de Ávila**, (Joaquim Thomaz Lobo de Ávila, 1822-1901) marquês e duque de Ávila e Bolama; **Manuel de Arriaga** (Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, 1840-1917) advogado, professor, escritor e presidente da República; **Antero de Quental** (1842-1891) filósofo e poeta; **Teófilo Braga** (1843 -1924), escritor e presidente da República; **Roberto Ivens** (1850-1898) oficial da Armada, administrador colonial e explorador africano; **Thomaz Vaz de Borba** (1867-1950), sacerdote, músico e compositor, mestre de quase todos os melhores compositores portugueses do séc. XX; **Francisco de Lacerda** (Francisco Inácio da Silveira de Sousa Pereira Forjaz de Lacerda, 1869-1934), musicólogo, compositor e maestro; **Canto da Maya** (1890-1981), escultor; **Domingos Rebelo** (1891-1975), pintor; **Vitorino Nemésio** (1901-1978), escritor, e **António Dacosta** (1914 -1990), pintor, para mencionar apenas alguns.

Mas quantos sabem quem são ou quem saberá que eram açorianos? Mesmo aqui há um desconhecimento da enorme abundância de notáveis filhos diletos destas ilhas, enquanto se adia o enriquecimento do currículo escolar regional com factos relevantes da sua cultura e da sua história. No tocante à literatura temos vindo a trabalhar nela, a traduzi-la, estudá-la, divulgá-la nos Colóquios da Lusofonia com a publicação de antologias e a disponibilização gratuita dos Cadernos de Estudos Açorianos<sup>3</sup> com excertos de obras de autores açorianos, na sua maior parte esgotadas ou que raramente se encontram nas bibliotecas. Temos, igualmente, efetuado a tradução de excertos das suas obras em línguas diversas (Francês, Inglês, Italiano, Romeno, Polaco, Búlgaro, Esloveno, Russo, etc.)

Voltemos assim ao tema que designamos como Açorianidade e que defendo ao longo destes 26 Colóquios da Lusofonia já efetuados (fazemos dois em cada ano desde 2006, 9 edições nos Açores).

Acolho como premissa o conceito de *açorianidade* formulado por **José Martins Garcia** que, «por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura», admite a existência de uma literatura açoriana

---

<sup>3</sup> [www.lusofonias.net](http://www.lusofonias.net) (em <https://www.lusofonias.net/acorianidade/cadernos-acorianos-suplementos.html>).

«enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência»<sup>4</sup>.

**Onésimo de Almeida** escreveu dois livros e coordenou outro sobre o tema: *A Questão da Literatura Açoriana* (1983), *Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço* (1986) e *Açores, Açorianos, Açorianidade* (1989).

Nesses já longínquos anos, falava-se em artesanato, folclore e cultura mas era incómodo falar em literatura açoriana, por razões políticas. Vitorino Nemésio, em 1975, deixara-se instrumentalizar pela FLA – *Frente de Libertação dos Açores* –, movimento independentista, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade de muitos, os separatistas insistiram em usar a literatura como um dos símbolos da identidade nacional açoriana. Isto criou a ilusão de que quem fosse considerado escritor açoriano tinha o selo de qualidade e deu voz a muitos que em nada dignificam a sua enorme riqueza açoriana.

Citando J. Almeida Pavão<sup>5</sup>:

«[...] de Onésimo de Almeida, diríamos que o seu critério, assente na idiosincrasia do homem das Ilhas, nelas nado e criado, nos levanta uma dificuldade: a de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores estranhos que porventura as habitaram, já na idade adulta, como o Almeida Firmino de Narcose ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o já citado caso de Raul Brandão de As Ilhas Desconhecidas. Entendemos, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de insularidade e açorianidade três extractos diversos de idiosincrasias:

– Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;

– O dos insularizados ou “ilhanizados”, adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;

– E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão. [...]»

<sup>4</sup> [http://lusofonia.com.sapo.pt/acoresh/acorianidade\\_pavao\\_1988.htm#\\_ftn11#\\_ftn11](http://lusofonia.com.sapo.pt/acoresh/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11).

<sup>5</sup> «Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana 1988».

Quando falo de AÇORIANIDADE há nomes que me ocorrem naturalmente e que me apresso a indicar aos neófitos aprendizes das letras de matriz açórica:

**Álamo (Oliveira)** é um artesão de palavras, poeta telúrico, eclética voz que se ergue do seu canto no Raminho na Ilha Terceira gritando a sua açorianidade literária, narrador de andanças por terras da Europa, Brasil e das Américas.

**Cristóvão de Aguiar** é um escritor incómodo pois não só se libertou das grillhetas do espaço confinado das ilhas como conseguiu provar com a sua prolífica produção literária aquilo que mais se entretive a negar: a existência de uma literatura açoriana.

**Dias de Melo** era um baleeiro do Pico e arpoava palavras. Escreveu como se da janela da sua «Cabana do Pai Tomás» no Alto da Rocha na Calheta de Nesquim vigiasse os botes da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras.

**Victor Rui Dores** afirma que faz das «suas itinerâncias e peregrinações uma geografia afetiva de lugares, memórias e coisas, atravessadas por olhares, impressões, alusões, afetos e imagens, procurando na viagem não o destino mas a sua própria natureza».

**Vasco Pereira da Costa** é um poeta consumado representativo da universalidade da açorianidade quando escreve

«Quem inventa ilhas apenas cria  
sabidos paraísos e infernos ainda iguais  
às vidas já vividas na agonia  
de ser o menos e almejar o mais.

Quem em ilha nasce logo cedo reconhece  
onde o menos se distende e como o mais fenece».<sup>6</sup>

Tal como **Eduíno de Jesus, Emanuel Félix** está entre os mais representativos autores contemporâneos como facilmente se comprova neste excerto

«Um homem pode amar uma pedra  
uma pedra amada por um homem não é uma pedra  
mas uma pedra amada por um homem»<sup>7</sup>

<sup>6</sup> *Terras*. Porto, Campo das Letras – Editores, S.A., 1997, p. 16.

<sup>7</sup> Pedra-Poema para Henry Moore, [Félix, Emanuel], De O Vendedor De Bichos, 1965.

Tal como Vasco Pereira da Costa que nasceu numa «ilha por cima do mundo» também eu sou um privilegiado por viver neste arquipélago sobre esse mesmo mundo.

Servi-me destes poucos exemplos apenas por absoluta falta de espaço, deixando desnecessária mas aleatoriamente, de fora, dezenas de outros autores maiores e (também alguns menores) que muito admiro como (por ordem aleatória) Fernando Aires, Eduardo Bettencourt Pinto, Urbano Bettencourt, Onésimo T Almeida, Marcolino Candeias, Norberto Ávila, José Martins Garcia, Judite Jorge, Luísa Soares, Madalena Férin, Maria de Fátima Borges, Joana Félix (filha de Emanuel Félix), Roberto Mesquita, Pedro da Silveira, Renata Correia Botelho (filha de Emanuel Jorge Botelho), Tomaz Borba Vieira, e tantos, tantos outros.

Mas convém referir que há uma característica comum à maioria deles. Se não conhecesse a sua matriz bastaria ler extratos das suas obras para neles encontrar traços indeléveis da açorianidade, mesmo quando não escrevem nos Açores ou sobre os Açores. Mesmo que eles o neguem ou chamem redutora a essa minha leitura.

O melhor exemplo disto ocorreu em 2007 enquanto traduzi *O Pastor das Casas Mortas* de Daniel de Sá, alegadamente localizado nas Beiras. Na altura ainda mal conhecia o autor mas vi nas suas descrições uma alegoria às marcantes recordações da infância passada em Vila do Porto (traduzia em simultâneo *Santa Maria, Ilha-Mãe*) e quando visitei a ilha-mãe tirei fotografias a todas casas e ruínas de casas onde ele vivera. Eu «sabia» pela tradução que fizera que as que fotografara eram as mesmas que descrevera na tradução de *O Pastor das Casas Mortas*.

Em 02/06/2010 escrevia o Daniel,

«O Chrys, para além de algum exagero ditado pela amizade, entrou-me na alma como se lhe conhecesse os cantos todos. Não há uma única referência à minha maneira de ser ou de pensar que eu tivesse de corrigir.»

Em 13/09/2010 ao ver fotos das pedras acrescentava:

«Emocionei-me mesmo, corisco adotivo dum raio. Eu sabia que facilmente descobririas a casa da Ribeira do Engenho bem como, mais facilmente ainda, as ruínas da casa do pastor de ovelhas, de cabras e de vacas. Aquela casinha da Ribeira do Engenho mantém-se tal e qual era há sessenta anos, quando nos mudámos para a de Santana, a tal que nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos. Um forte abraço, comovido.

Tenho saudades daquelas pedras. Elas não tinham culpa de não terem qualquer nobreza. Nós demos-lhes a possível. De caráter, claro. Obrigado. Um forte par de abraços. Daniel».

Idênticos casos se passaram com outros autores que traduzi pelo que me arrisco empiricamente a afirmar:

«Se um dia fizermos o inventário do pó dos livros que escreveram verificaremos que, tal como o ar que respiramos, contém 78% do volume em massa de nitrogénio (N<sub>2</sub>), 21% de oxigénio e 1% de outros gases, principalmente o nobre árgon (Ar) com quase 1%, e o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) com cerca de 0,035%, mas tal como a matéria negra contém doses enormes de açorianidade invisível».

Os cientistas sabem que a matéria negra existe e está lá fora, em algum lugar, mas não entendem ainda exatamente o que é. A sua existência é perceptível em função da força gravitacional que exerce nos movimentos de outros objetos (como estrelas e galáxias), mas ela não pode ser vista, pois não emite nenhuma luz e tampouco a absorve. A açorianidade é como a matéria negra e subsiste independentemente de se provar que existe ou é vista. Como Cristóvão de Aguiar escreveu: «Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que conosco carregámos...»<sup>8</sup>

Sobre ele escrevi há anos<sup>9</sup>:

«Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas mas percorre uma viagem tridimensional recheada pelos sentidos que fluem da escrita como lava “pahoe-hoe<sup>10</sup>” de aparência viscosa mas fluida, brilhante e entrançada como cordas prateadas. Outros autores subitamente parecem ser do tipo lava “A a<sup>11</sup>” que é grossa e áspera, um magma de rochas solidificadas que são impelidas. Aqui nada é empurrado embora, por vezes, se assemelhe na descrição e nos contornos emocionais à pedrapomes, o piroclasto dominante das rochas traquíticas. A observação de qualquer pedaço de basalto revela-nos, quase sempre, a existência de vesículas disseminadas na rocha e tais vesículas são de tal modo estanques, que a rocha pode flutuar na água por largos períodos. Resultam de gases separados do magma que, não tendo conseguido escapar para

<sup>8</sup> Relação de Bordo II pp. 199-200).

<sup>9</sup> In *Atas do 14.º Colóquio da Lusofonia* – Bragança – out.º 2010.

<sup>10</sup> Pron. pah hoi hoi.

<sup>11</sup> Pron. ah ah.

a atmosfera, ficaram aprisionados na rocha sob a forma de bolhas onde também ficam retidos ad eternum todos os leitores. A escrita lávica de Cristóvão fica retida a vogar no imaginário. Ela instigara JC a escrever esta lamentação com o frémito ciumento de todos os que não conseguem escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente os Açores. Essa é a sua forma de amar e de gratificar a terra que o viu nascer...Para que a ilha desate as grilhetas que a encarceram no passado e ele [Cristóvão] se desobrigue finalmente da tarefa hercúlea de carregar a ilha como um fardo ou amor não-correspondido, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas. É ele o lídimo representante da mundividência açoriana na escrita contemporânea».

Em 2010, Vasco Pereira da Costa foi um dos convertidos ao espírito dos Colóquios da Lusofonia. Quedemo-nos, doravante, na perspicaz apreciação que faz Cristóvão de Aguiar<sup>12</sup> da sua obra intitulada *Nas Escadas do Império*<sup>13</sup>:

«Não é por acaso que Vasco Pereira da Costa, poeta de mérito, se apresenta no mundo das letras sobraçando uma coletânea de contos. Numa terra onde quase todos sacrificam às (*as*) musas e se tornou quase regra a estreia com um livrinho de poemas, a atitude (*ou opção*) do autor de *Nas Escadas do Império* não deixa de ser de certo modo corajosa como corajosos são os contos que este livro integra. O que abre esta coletânea, *Faia da Terra*, é bem a prova do telurismo ... de que o jovem escritor está imbuído. Não resta a mínima dúvida de que *O Gibicas*, *A Fuga* e outras peças de antologia que aqui figuram vêm contribuir para o enriquecimento do conto português de especificidade e característica açoriana».

Com efeito, não podia deixar de ser mais justo o juízo de valor supracitado.

«Era sexta-feira e a mãe amassava o crescente com a farinha de milho. No forno estalavam a rapa, o eucalipto e o loiro: [...] Lavou depois as folhas de botar pão e veio sentar-se ao pé dos meus socos de milho – bois de veras, espetados com palhitos queimados arremedando os galhos – no estrado do meio-da-casa. Arrumou as galochas no sobrado [...]» (1978: 11).

<sup>12</sup> In *Relação de Bordo, trilogia, Diário ou nem tanto ou talvez muito mais* (1964-1992), edição d'autor, 1999, entrada «Coimbra 27 de setembro de 1978».

<sup>13</sup> *Nas Escadas do Império*, Vasco Pereira da Costa, 1978, Coimbra, Ed. Centelha.

Por vezes, é a loucura insular que faz a sua aparição em cena, na figura do poeta Vicente, «um Côrte-Real impotente, tacanho e degenerescente» (1978: 71), o qual, volvido esse tempo em «que escrevia coisas tão lindas, de tanto sentimento», tem o despautério de acumular guarda-chuvas na falsa e de publicar no jornal da Ilha desairosos alinhavos poéticos:

«[...] Prometeu / Prometeu / Não cumpriu / A promessa / Homessa! [...]»<sup>14</sup>

Cumpre salientar o apurado sentido linguístico, responsável pelo discurso das personagens (direto, indireto e indireto livre) que, caricaturalmente individualizado, se torna emblema de um falso cosmopolitismo insulano, ao qual não é alheio o inevitável açorianismo:

«Os americanos [...] Abancam mesmo rés-minés ao lado dos ingleses.  
Cinco. [...]  
Cham-pa-gne! Cham-pa-gne!  
Everybody drinks!  
Ei, seinhore!  
Today, pay day!  
Ouviste? Olha que o mar não está de lapas! [...] Nove taças na bandeja;  
[...]  
Os ingleses que no thank you; os americanos que yes, que sim senhor;  
os ingleses, dedos a abanar, que nada de caltraçadas, just Porto Wine;  
os americanos, pegadinhos, que O.K. para cima, que O.K. para baixo,  
[...] Nosso Senhor os aparte em bem. Se assim não fora, tínhamos para  
aí camponia».<sup>15</sup>

Em terceiro lugar, e ainda na ótica de Cristóvão de Aguiar, saliente-se a coragem de Vasco Pereira da Costa, que a sátira, nas suas diversas vertentes, revela à saciedade. Assim sendo, atente-se na crítica ao salazarismo, regime repressor, totalitário e punitivo dos que ousam transgredir as regras impostas «Como vim aqui [à ilha] parar? É simples: por ser anarquista e não peitear o Manholas de Santa Comba»<sup>16</sup> e atente-se também na crítica a uma certa «cultura de superioridade» que Mestre Gibicas se apresta a denegar:

«[...] estávamos de língua entre os dentes para sibilar o th. O professor fazia empenho pois [...] era uma vergonha virem por aí abaixo os americanos e nós sem sabermos agradecer. [...]

<sup>14</sup> «A Fuga», 1978, p. 74.

<sup>15</sup> Belmiro & Delmiro, 1978, pp. 42-43.

<sup>16</sup> O Manel d'Arriaga, 1978, p. 31.

Até que foi a tua [Gibicas] vez. [...] Agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, gritaste-lhes alto, como ninguém ainda o fizera: – SANABOBICHAS!<sup>17</sup>

Em asterisco de rodapé, explica o Autor o neologismo: «*Son of a bitch*».

Em quarto lugar, a variedade genológica em que se move o Escritor homenageado, desde o conto e a novela, até à memória e à «crónica» breve, passando pela Poesia. A este propósito, não resistimos à tentação de transcrever o poema «Rose era o nome de Rosa»:

«A mãe disse não mais  
 não mais eu não mais tu filha  
 não mais nomes na pedra do cais  
 não mais o cortinado da ilha

não mais Rosa sejam Rose agora  
 não mais névoas roxos ais  
 não mais a sorte caipora  
 não mais a ilha não mais

Porém Rose o não mais não quis  
 e quis ver a ilha do não mais  
 o cortinado roxo infeliz  
 os nomes na pedra dos cais

Pegou em si e foi-se embora.  
 Não mais Rose. Rosa outra vez agora».<sup>18</sup>

E termino dizendo: «Olha Vasco já to disse e repito. Escrever a açorianidade não é redutor! Na tua escrita não estaremos nós perante a universalidade da açorianidade?»

Nem sequer é preciso ser-se bucólico ou neorrealista. Os pássaros a gorjearem nos telhados, já que árvores havia poucas, recriavam sempre mentalmente uma cena tipicamente retirada dum álbum de memórias de tempos que não vivi. Uma bela vista sobre o mar imenso propenso a nortadas cortantes, o célebre «mata-vacas» de nordeste, motivando sempre o irónico comentário «fecha o frigorífico». É curioso este povo rural que me rodeia que nem se apercebe do chilrear dos pássaros, afadigado na sua

<sup>17</sup> Gibicas, 1978, pp. 137-138-141.

<sup>18</sup> *My Californian Friends*, 1999: p. 25, Vasco Pereira da Costa, Ed Palimage.



labuta de vaqueiros, sete dias em cada semana todo o ano, chova ou faça sol. Enquanto houver vacas e subsídios de Bruxelas.

Ao domingo os homens ficam em amena cavaqueira à porta das igrejas (sem entrarem) ou vão a uma das tabernas e cafés mais próximos. Depois, durante o ano, a gente os vê a pegarem nos andores das inúmeras procissões e a fazerem as suas romagens. O pagão e o tradicional ritual cristão estão de tal forma cruzados que nem se entende onde um começa e outro acaba. Perpetua-se a manutenção de fachadas tradicionais cristãs para os vizinhos verem em trajos domingueiros. Ou aforra-se o ano inteiro para o cerimonial da festa anual da paróquia, como no tempo em que era costume apalavrar-se o casamento das filhas já espigadotas.

Ainda hoje se repetem tais cerimónias adulteradas mas mantendo traços cujas raízes e razões ninguém se dá ao cuidado de recordar. Por outro lado, os «mordomos» dos «Impérios» persistem anualmente na sua compita para serem melhores e maiores do que os antecessores, gastando o que têm e não têm para desfrutarem dessa honra. Tudo isto tem pouco de católico e de cristão. Ritos repetidos que todos reproduzem (em especial nos meios mais rurais) sem se inquirirem. Capazes de afiançar, por alma deste, daquele, e daqueloutro, em nome do Santíssimo, do Divino e do Santo Cristo, que são do mais católico que alguma terra portuguesa já mostrou. Incongruências sobre as quais não convém falar. Menos ainda debater. Aqui ficam registadas para que se saiba.

As mulheres, que não ficam à porta das igrejas e vão à missa, cumprem outros cultos sagrados, como o da procriação, o cuidar da casa, dos filhos e de outras tarefas «de mulher». O casamento era sempre um pacto interfamiliar cujo objetivo único era o da procriação. A inferioridade feminina provinha da própria fragilidade do sexo e da sua fraqueza ante os perigos da carne. Na prática do sexo – sempre com o objetivo de procriação – jamais deveriam mostrar qualquer sensação de prazer. A elas compete continuarem com a sua tarefa de mulheres. Submissas. Ordeiras. Devotas. Tal como as filhas, sempre excluídas da sucessão, a não ser por obrigação da viuvez. Obedientes aos superiores interesses do machismo feudal e eclesiástico. Como aquele que ora se critica nas sociedades muçulmanas. Sem terem voz que se ouça, exceto nas cavaqueiras femininas à volta da mesa do café (ou nas páginas do *Facebook* para as mais progressistas), mas só durante o dia, que à noite essa frequência de cafés e bares está reservada aos homens. Apenas a eles. A eles incumbe a tarefa de serem homens.

Esta ruralidade evoca Portugal em 1950. Há mais carros, televisão, *internet* mas os homens continuam a mandar nestas comunidades rurais

onde as separações e divórcios são (ainda hoje) motivo de falatório prolongado como exceção e não a regra. Por isso tantos expatriados esperam, ainda hoje, pelo verão para virem casar na freguesia natal.

Outra curiosidade insular. No meu primeiro inverno açórico (2006) dei conta que a celebração do carnaval começava com o Jantar dos Amigos. As mulheres em casa e os homens fora, como nos restantes dias do ano. Depois do jantar há *striptease* que ajuda o ego frustrado de tanto macho latino reprimido que aí há. Na semana seguinte é a Noite das Amigas com *striptease* masculino. Para preferências sexuais alternativas ainda não há dia no calendário.

Na semana subsequente é a Noite dos Compadres e depois a das Comadres. Curiosas tradições da ilha, com direito a espaço informativo nas televisões do continente. Lentamente se aprende de que é feita a massa cinzenta e menos cinzenta, destas gentes. Era vê-los em frente às câmaras de televisão, todos lampeiros, saciados, depois de se alambazarem com comida e bebida à espera da «sobremesa». Não sabem que o excesso alimentar e de álcool reduz as capacidades de desempenho sexual? Desconhece-se e ninguém o noticiou, o que os homossexuais fizeram nessa noite mas pode calcular-se.

Reza a tradição que se comiam Búzios e Rosas do Egito. Mas não consta que os contemporâneos os comam. Búzios são uns bolinhos carnavalescos (da ilha de Santa Maria), que estendidos sobre um guardanapo tecido em tear, ficam com umas estrias peculiares. As Rosas do Egito são as Filhós de forma... Serão mais saborosas as meninas do *striptease*? Quando as açorianas saem à rua nesse dia, não se consegue entrar em bares e restaurantes sem reserva antecipada. Todos os anos, as quatro quintas-feiras que antecedem a terça-feira gorda de Carnaval são celebradas com Amigos, Amigas, Compadres e Comadres. Quando começou a tradição, única em todo o País, ninguém sabe. Consta que data do fim do séc. XIX sendo mantida nas comunidades de além-mar.

Para as mulheres, nesta sociedade mais conservadora do que a portuguesa, é a oportunidade de fazer o que «eles» fazem o resto do ano. Isto quer dizer, nas zonas mais rurais, meramente a possibilidade de sair de casa à noite. As jovens, casadas, solteiras ou em qualquer estado de conúbio, juntam-se, jantam e desinibem-se sem olharem para o relógio. Os bares e restaurantes oferecem *strippers*, «caraoque» ou música ao vivo a acompanhar *buffets* de preço reduzido para aumentar o negócio.

Nos últimos anos até o Teatro e o Coliseu Micaelense abriram as portas a sessões especiais com centenas de pessoas. As mulheres todas adornadas, depois da ida obrigatória ao cabeleireiro, que não faz parte das

suas semanais rotinas. A excitação aumenta e consta (mas não se pode comprovar por falta de estatísticas fidedignas) que ao chegarem a casa celebram ruidosamente e nove meses depois dão à luz. Daí o elevado número de nascimentos em outubro. Enfim, um dia simbólico de libertação de grillhetas que se voltam a colocar após aquela data como se esse dia nunca tivesse existido.

Voltemos a temas mais sérios. Há um preço a pagar nesta vida de ilhéu a que voluntariamente me submeto, na costa norte da ilha de São Miguel, num lugar assolado por ventos ciclônicos e nevoeiros de São João o ano inteiro. Há solidões solitárias e multidões ermas. Faltam tertúlias como as que recordo dos anos finais do Liceu e do início do percurso na faculdade. Nos primeiros anos aqui em São Miguel houvera um arremedo de reuniões assim, nas cálidas tardes de verão ou nas longas noites de invernia insular, no bar dos Moinhos de Porto Formoso, do emigrado jornalista açor-canadense José Soares. Nelas participavam os falecidos Manuel Sá Couto e Daniel de Sá, e dentre os vivos, Victor Hugo Forjaz, Teresa e João Nóbrega, o Onésimo, o senador Daniel Ponte dos EUA, o Osvaldo Cabral, o Zé San-Bento, o Moniz (dos Algarves), a Brites Araújo, a Susana Margarido e tantos outros e outras que iam e vinham consoante a chuva, o frio e a humidade ilhoa que desperta essa vontade inaudita de contaminação humana. Todos à deriva neste imenso Mar Oceano. Lá nos Moinhos conheci sempre pessoas diversas, de todos os países e condições, ao longo dos anos, fossem eles micalenses, expatriados ou não, ou meros turistas de ocasião, com as quais mantive diálogos interessantes e memoráveis.

É em ocasiões destas, e em tantas outras que não me apetece evocar, que descoroço em total desespero, ansiando lançar os braços ao mar e nadar para outra ilha.

Noutras ocasiões de excessiva solitude urge fugir para o mítico Pico da Atlântida submersa, cujo magnetismo me fascina ao ponto de desejar, vezes sem conta, mudar de armas e bagagens para esse Triângulo Sagrado onde faria imolações e outros sacrifícios ritualísticos nas aras do destino. Não sendo das Bermudas esse triângulo isósceles, que nunca escaleno nem obsceno, seria ótimo pousio final para as minhas cinzas quando chegar a estação de fazer como as cobras e trocar de pele. Despir a bela capa colorida terrena, de há seis capicuas, e vestir o cinzento das cinzas que sonhei sempre lançar ao Pacífico Oceano. Já o escrevi alhures mas, por ora, contentar-me-ia com este Mar Oceano, derivado líquido da lendária terra dos Atlantes cujos picos habitam. Neste bucolismo ilhéu sentir-me-ia bem com António Feliciano de Castilho, escritor que todo o mundo já

esqueceu. Propício para uma Florbela Espanca poder escrever poesia mais alegre, ou para um António Boto ser menos suicida, mas menos indicado para Cesário Verde ou para o António Nobre se sentir menos «Só». E entretanto resisto a esse chamamento magnético.

Em 2015, mais do que em anos transatos, com a vinda das companhias de aviação de baixo custo (*low cost*), senti que a minha praia favorita dos Moinhos de Porto Formoso, estava cheia de forasteiros. Há um afluxo maior de portugueses, alemães, holandeses, espanhóis e outros. Vai-se a um restaurante e só se ouve o falar lisboetês em destrinça do micalense. Este sentimento de pertença e esta minha aparente repulsa pelos forasteiros mostram vínculos identificadores com o meio circundante, como se dele fizesse eu já parte efetiva.

Serei já açoriano?





# A CONDIÇÃO DA AÇORIANIDADE: A ALMA E A MUNDIVIDÊNCIA DO ILHÉU

ELIZABETH TAVARES ARSÉNIO

## 1. Introdução

Açorianidade, em termos gerais, é o reconhecimento dum identidade cultural que se formou como resultado de condições geográficas, geológicas, meteorológicas e históricas do arquipélago dos Açores. A açorianidade literária – termo que tem sido alvo de uma problemática de discórdia – será subentendida apenas como a vivência insular, criada por escritores açorianos, a viver no arquipélago ou na diáspora espalhada pelo mundo – considerá-la-emos como uma literatura de cariz regional, sem incluirmos o termo literatura açoriana, como identidade *per se*, independente e diversa da literatura portuguesa em geral.

Açorianidade, o termo que os anos e as vivências de mais de meio século modificaram, foi criado por Vitorino Nemésio, que o decalcou de *bispanidad* de Miguel de Unamuno. Transcrevemos as palavras do próprio Nemésio, que o usou num artigo intitulado *Açorianidade*, enviado à *Revista Insula* (número 8, Ponta Delgada, 1932).<sup>1</sup>

«[...] Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar, o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar. [...] E muito mais quando se nasce mais do que junto do mar, no próprio seio e infinitude do mar, como as medusas e os peixes [...].

Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os actos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o *logos* na água [...].»

---

Desenho: *Açores 44, Igreja N.ª S.ª dos Prazeres, Pico da Pedra, São Miguel.*

<sup>1</sup> NEMÉSIO, V. in *Revista Insula*, 1932.

De momento, consideremos, com um pouco mais pormenor – em detalhe – o neologismo Açorianidade, do autor de *Mau Tempo no Canal*. Em 1932, a revista *Insula*, editada em Ponta Delgada, dedicava o número 7-8 (Julho-Agosto) à comemoração do V centenário do descobrimento dos Açores. Nemésio surgia com o seu contributo, nada mais nada menos do que uma pequena colaboração intitulada *Açorianidade*.

Desde então, o termo açorianidade, tem constituído a pedra-angular na qual se baseiam os estudos nemesianos e a açorianidade propriamente dita, a qual se expandiu e trouxe a público uma reflexão sobre a condição insular açoriana. Nemésio, selecciona o termo «consciência de ilhéu», e atribui-lhe a noção de ver e sentir o mundo. Coloca, lado a lado, o contributo da história e da geografia na formação do homem açoriano e da sua mundividência, com a reconhecida afirmação de que «a geografia para nós, vale outro tanto como a história», apesar de, na realidade, o autor se concentrar mais no espaço e na geografia, os quais contribuíram para formar e moldar, diferenciar esse português de Quatrocentos que deixou a casa peninsular para nunca mais regressar o mesmo, como afirmava Eduardo Lourenço. Assim, o que era simplesmente geograficamente regional, transforma-se em universal, através de uma vivência humana.

Podemos expandir este conceito e termo açorianidade, alma de ser-se açoriano, dentro ou fora dos Açores – direi principalmente fora da terra-mãe – e torná-lo inclusivé no seu vulcanismo, nas limitações económicas, na sua dispersão humana, e a sua idiossincracia, na variedade dos seus falares, tudo o que é capaz de conferir identidade.

É curioso verificar que a emigração é um dos exemplos da solidariedade que os açorianos emigrados estabelecem com o arquipélago, particularmente com a ilha de origem. Nota-se, nas comunidades da diáspora, uma fidelidade inegável aos valores de família, às festividades, à religiosidade predominante na ilha-mãe. Existem múltiplos exemplos: Festas do Senhor Santo Cristo, festividades do Espírito Santo, celebrações do Dia de Portugal, paradas e cortejos etnográficos, reuniões de conterrâneos, grupos folclóricos, etc. Na verdade, as tradições da diáspora mantêm fidelidade ao que foram. Conquanto nos Açores de hoje, muito mudou, nas nossas comunidades da diáspora, mantêm-se ainda as tradições imutáveis. A saudade mantém o *status quo* do passado.

## 1. Uma reflexão sobre a açorianidade

Confesso uma certa relutância em expressar a minha noção fidedigna da açorianidade, por me sentir pouco competente nestes assuntos que se

sentem e vivem com intensidade, mas que são muito difíceis de transmitir num texto. Como poderei eu abrir a minha alma açoriana? Serei capaz de tentar partilhar condignamente, como Nemésio, a essência de «ouvir o mar num búzio?»

Recorrerei à literatura de significação açoriana, com o intuito de extrair dela uma mundividência que considero única. Ser-me-ia impossível equiparar-me em competência aos escritores que, capazes de me fazerem sentir parte integrante das suas páginas, só eles puderam elegante e artisticamente exprimir o que constitui o denominador comum da alma açoriana. Expressam, com mestria, uma mundividência que se coaduna, bem de perto, com a minha visão do mundo, da vida, e que – apesar de um percurso diverso – nos irmana como ilhéus.

Considerarei a identidade açoriana, em geral, expressa em trabalhos de autores contemporâneos que considero abrangidos sob o manto comum da insularidade e açorianidade. Esses terão as seguintes características:

- 1) Nasceram e viveram nas ilhas inclusive aqueles que se ausentaram.
- 2) Aqueles que se adaptaram à vida nas ilhas, e que Álamo Oliveira cognomina de ilhanizados ou insularizados.
- 3) O terceiro grupo incluiria os escritores tais como Raúl Brandão, o estudioso fidedigno da índole e cultura açorianas, compendiando-as na sua obra *As Ilhas Desconhecidas*. Recentemente surge-nos Chrys Chrystello<sup>2</sup>. O tema da açorianidade tem constituído um dos tópicos predilectos deste último, muito em particular nos Encontros da Lusofonia, especificamente no terceiro encontro em 2008 subjacente ao tema: «Açores: A Insularidade. O Isolamento e a Preservação da Língua Portuguesa no Mundo».

Abandonando, em princípio, a temática a um tempo problemática que incentivou acesos debates, sobre a existência ou inexistência de uma literatura puramente açoriana, mas admitindo – sem dúvida – a existência de uma literatura de expressão açoriana tanto que: Por um lado, pronunciavam-se os proponentes de uma literatura única de cariz açoriano, por isso mesmo susceptível a aderentes e oponentes dessa noção. No pólo oposto, há os que insistentemente se pronunciaram contra a existência de uma literatura autónoma.

---

<sup>2</sup> A mundividência da açorianidade em autores contemporâneos, por Chris Chrystello, pode ser consultada no seguinte endereço electrónico:  
<https://luis-eg.blogspot.com/2010/06/mundividencia-da-acorianidade-em.html>.



Admitem o cariz açoriano da escrita, mas peremptoriamente denunciam-na como uma literatura portuguesa, de «expressão açoriana», mas nunca autónoma da portuguesa<sup>3</sup>.

Incluirei no primeiro grupo – independentemente da classificação a que essa literatura está subjacente, açoriana ou portuguesa – analisarei os pontos mais marcantes que recolhi dessas leituras, ao longo dos anos. Nesse grupo, incluo Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Dias de Melo e Fernando Aires, Cristóvão de Aguiar e Fernando Aires, dos quais tenho conhecimento pessoal, o contrário acontece com os outros dois escritores.

### ***I. A Açorianidade de Cristóvão de Aguiar***

Cristóvão de Aguiar, meu conterrâneo, com cinquenta anos de vida literária, imortalizou-se primeiro com a sua obra de ficção em três volumes: *A Semente e a Seiva* (1978), *Vindima de Fogo* (1979) e *O Fruto e o Sonho* (1981). A edição conjunta *Raíz Comovida* de 2003 das Publicações D. Quixote, veio cristalizar na minha mente e coração o quadro de um Portugal – e uns Açores – do meu tempo. O caleidoscópio do ambiente da Ilha, as pessoas, as situações, as carências, as desigualdades, as misérias e as grandezas, constituem alguns dos temas dessa trilogia. Um retrato magnífico e fidedigno, direi, da sociedade portuguesa na primeira metade do século XX. Um quadro rico e cheio de humanidade, e graça. Descreve nesta obra – vista pelas retinas de uma criança – e em parte enriquecida por histórias contadas pela família, num leque vivo e específico com expressões que constituem o tecido da nossa açorianidade: as expressões linguísticas, as paisagens açorianas, ódios, incompreensões e afectos.

Se a universalidade deste quadro da cultura portuguesa é aplicável a todo o Portugal, não estou certa, mas... presumo que se poderia projectar as mesmas vivências e preocupações a um nível universal, de aldeia e vila, como palco da vida na mesma época. Li a obra antes de ser integrada num só volume, reli-a depois em conjunto. Lê-la-ei na edição comemorativa dos 50 anos de vida literária, só porque os anos nos modificam a mundividência, oferecendo-nos novas perspectivas que nos impartem melhor compreensão da vida e do mundo. Ultimamente, tenho relido clássicos que li em jovem, colhendo novas perspectivas e explorando novos horizontes que advêm, sem dúvida, ao limar as arestas do idealismo que a

---

<sup>3</sup> ALMEIDA, O. T. *A Questão da Literatura Açoriana* (1983).

———, *Da Literatura Açoriana-Subsídios para Um Balanço* (1986).

———, *Açores, Açorianos e Açorianidade* (1989).

falta de experiência de vida nos conferia na juventude. Agora, aos poucos, desaparecem as ilusões e surgem novas perspectivas.

Hoje vejo um quadro social mais amplo, mais realista e mais completo nas páginas de *Raíz Comovida*. O leque de personalidades, do povo, de artesãos, de pescadores, de trabalhadores rurais, hoje, surgem mais vivos, mais reais, proporcionando-me uma mais ampla capacidade de reflexão. Sou capaz de compreender melhor a complexidade da moralidade, da sexualidade, da repressão, das modalidades da educação daquele tempo. Adicione-se as expressões, os aforismos, a própria vida espiritual e as suas manifestações e expressão. Revejo a interdependência das famílias e da sociedade do nosso meio pequeno, em que predominava, decerto, um ambiente de cooperação e de inter-ajuda.

Se o aforismo, «ninguém é profeta na sua terra», é aplicável, neste caso – sem dúvida – acenta como luva. Cristóvão de Aguiar recebeu manifestações de sucesso na altura em que esta obra surgiu; no entanto, nunca atingiu a classificação de clássico que bem merece. Se as obras de valor nunca recebem o devido e justo apreço na vida do autor, será esta uma delas? A escrita escorreita, as expressões originais, o prazer em lê-la, deveriam inspirar não o silêncio que esta obra de Cristóvão Aguiar tem recebido, mas deveria antes suscitar muito mais valor e apreço. Será que este escritor, um dia, receberá a devida honra e subirá ao panteão dos melhores escritores do século XX? Que assim seja.

A prosseguir, ainda na apreciação da obra de Cristóvão Aguiar, limitar-me-ei à sua escrita diarística, a trilogia *Relação de Bordo*. Se o têm cognominado de permanente *Passageiro em Trânsito*, título de um dos seus livros que não tem inspirado acérrimo criticismo. No entanto, percorre ainda a rota do seu inconformismo. É duro para consigo, exigente para com os seus leitores. Escreve muito bem, mas... não redige conceitos acessíveis a um leitor mal informado, ou pouco preparado para decifrar a fundo, textos que oferecem um léxico que não exija conhecimentos. A sua escrita é densa, penetrante, profunda.

O peso da Ilha de origem, continua sempre a perturbá-lo. Pensa nela – que acarreta às costas, pesada e incompreendida – como um amor que nos apaixonou, mas nunca se concretizou. A dor da rejeição, da perda, do amor que nunca encontrou, permanece imutável. É um sentimento de rejeição, da incompreensão que dói, e constitui um peso de dimensões imensas que apenas a morte solucionará.

O lamento dessa alma que não encontra os valores da infância, nem tampouco, a apreciação e permanência da ilha que lhe serviu de berço e o embalou, empresta-lhe uma análise a um tempo profunda, mas vulcânica

e sem reservas. A ilha mudou, mas a sua pequenez fechou-lhe as portas. As pessoas não mudaram tampouco. Vivem, apesar dos avanços aparentes – no seu entender – enjauladas no seu passado que ainda não as libertou. A sua escrita é profunda, exprime um descontentamento constante. A ilha do Pico, onde vive agora, na sua magia quase erótica, quase bíblica, a servir de tela que varia de cambiantes, é o seu mundo. Aguardo que mais textos originais e profundos nos venham confirmar um dia, num futuro pouco distante, que afinal a terra prometida nos pode aguardar um dia.

## **II. A Açorianidade de Daniel de Sá**

Daniel de Sá, que nunca conheci, mas cuja obra li parcialmente, produziu textos pejados de açorianidade. Distinguiu-se pelo seu apego à Maia, onde viveu os últimos anos da sua vida inesperadamente curta. Apesar de ter saído de S. Miguel, ainda em ciança, com destino a Santa Maria, onde fez parte da instrução primária e parte da secundária. O seu percurso incluiu várias ausências da ilha. Deslocações a Santa Maria, e depois o regresso a S. Miguel. Completou a secundária na Ribeira Grande e o Magistério Primário em Ponta Delgada. Frequentou dois seminários em Espanha, em Valência e Granada. Estudou Teologia e Filosofia. Fez o serviço militar em Portugal continental. A sua obra incluiu vários livros, os mais conhecidos incluem: *Ilha Grande Fechada*, *O Pastor das Casas Mortas*, *E Deus Teve Medo de Ser Homem*, *Santa Maria*, *a Ilha-Mãe*, *O Despovoamento das Ilhas*, etc.

Um dos livros que ecoam, no mais íntimo do meu ser, é sem dúvida, *O Pastor das Casas Mortas*, por ser uma novela de acção e de exploração de sentimentos. Nas páginas deste trabalho, o escritor examina, com perspicácia e humanidade, o processo doloroso da alma humana, perante uma perda profunda: o abandono insuperável, de um amor nunca satisfeito.

O protagonista deste trabalho – Manuel Cordovão – microcosmo de uma aldeia beirã, é pastor de ovelhas e cabras e guardador de casas e memórias. No entanto, nunca o poderíamos considerar um pastor qualquer: tem dotes de inteligência, expressa interesse profundo pela leitura, homem com dotes de oratória, incarna desventuras amorosas.

Maria da Graça, a grande paixão da sua vida, casar-se-á com Joaquim Torre Velha, muito mais velho do que ela.

Nas suas peregrinações interiores, é o sentimento amoroso que simultaneamente o guia e o arruína, por permanecer incompreendido e insatisfeito. Uma narrativa de vidas sonhadas, uma história que capta o espírito do lugar: um país desertificado, degenerado, abandonado e envelhecido.

Como realidade complementar, surge o complexo:

A aldeia nova da serra, a atmosfera opressiva da censura, a Guerra Colonial. O paraíso irremediavelmente perdido da infância, guiar-lhes-á a vida inteira. O quotidiano é penoso e banal. O povo da serra – protótipo de qualquer aldeia pequena e isolada – é um povo resignado e temente a Deus e a todos os poderes instituídos. O isolamento da serra, a ausência de energia eléctrica, a morte de uma criança inocente, que adiciona «mais uma estrela no céu».

O velho Vasco, contador de histórias, constitui um exemplo de rude sabedoria de aldeões. Vive-se a emigração, o sonho da lonjura. A Guerra Civil em Espanha, ecoa na solidão da serra.

A monotonia aldeã interrompe-se apenas com festa religiosa e profana. Os homens jogam à sueca nos prolongados serões, sem a presença da televisão. Os rapazes têm, como diversão única, observarem as lavadeiras, aproveitando-se da actividade laboral das mesmas que, ao inclinarem os corpos para as águas do rio, nessa posição quasi-erótica, vêem satisfazer o despertar da fisicalidade do amor. As casas vão ficando vazias, os relógios cessam de bater, as aranhas tecem malhas de um destino triste e moribundo.

Este microcosmo, isolado e vazio, inspira não só isolamento, mas tédio. Representa, decerto, uma variante da insularidade, característica universal patente nas suas múltiplas manifestações: O tédio, o despovoamento, as desilusões da vida – que a espiritualidade conforta – constituem um quadro vivo de trechos da experiência de vida em Portugal, nos pontos isolados, quer estejam rodeados por mar ou cercados pelos cumes da serra.

Soube Daniel de Sá, ceder – através de um poder de recriação e imaginação criadora – uma altíssima expressão narrativa e poética. Estamos, por conseguinte, perante um livro singular, envolvente e tocante. De plena espessura evocativa e cuidadosa, cede-nos uma viva observação do humano.

### ***III. A Açorianidade de Dias de Melo***

Natural da Calheta de Nesquim, Lajes, Ilha do Pico, nasceu a 8 de abril de 1925. Radicou-se em Ponta Delgada em 1949, onde faleceu a 24 de setembro de 2008. Foi professor do ensino primário e, posteriormente do preparatório. Autor de uma obra vasta e variada, é um escritor açoriano da actualidade com projecção nacional e universal.

Apesar de ter sido um escritor incansável, os seus temas de carácter universal, foram baseados na realidade açoriana. Os seus protagonistas são açorianos, com a bagagem e as respectivas vivências culturais. Documentou, com cuidado e arte, a relação de vida e morte, de presença e

ausência, de amor e ódio, ao mar infinito dos Açores. Descreve, com um estilo soberbo e intenso, a vida dos baleeiros, de escritores e de emigrantes. As suas descrições, com uma frescura de estilo, são fidedignas e autênticas. Recria e actualiza os ecos telúricos, anteriores à colonização das nossas Ilhas, onde se projecta, de acordo com Nemésio, a alma e a espiritualidade açoriana.

A sua obra prima, dentre o seu variado e riquíssimo espólio, será talvez *Pedras Negras* (1964). É nestas páginas que narra a vida, o trabalho duro e a morte de dois heróis trágicos – Francisco Marroco e João Peixe Rei – com um pano de fundo próprio a projectar o que era a vida insular na década de 1960: a pobreza crónica e insuperável das ilhas, notícias de soldados que pereceram nas guerras coloniais, sem se pensar num fim próximo. Houve um surto de emigração para a América, por carta de chamada. A emigração clandestina, nos barcos baleeiros com destino a New Bedford, ou com visto de visita, com destino às leitarias da Califórnia era comum nesse tempo.

Quadro legítimo da açorianidade, *Pedras Negras*, fala-nos da açorianidade picarota, um povo de gente rija que nunca embrandeceu ou enfraqueceu perante a experiência de «fome, secas, ciclones, o fogo de vulcões, terramotos», sobreviventes numa ilha de pedras negras de onde sempre se quis sair (porque «a ilha escorraça a gente»), e à qual se quis regressar, (porque «a ilha chama pela gente»), num relacionamento de opostos: vida e morte, de presença e de ausência, de amor e de ódio, de prosperidade e de falência, de sonho e de pesadelo – com o mar eterno companheiro de todos os dias, porta de abertura aos caminhos do mundo, outras vezes, a sepultura dos sonhos do picaroto, como João Peixe-Rei, que pereceu lá longe em Cabo Horn, momento alto e emocionante da narrativa. O herói desta narrativa é Francisco Marroco, que elevado de uma infância de fome e falta de condições e conforto, no início do século XX, fugira como clandestino num baleeiro americano, percorreu os mares do mundo e no fim de ter explorado as terras da América, a ganhar a vida, depois de enriquecer e regressar com uma fortuna, à terra-mãe e nela morrer. O epílogo da narrativa, resume-se ao triste desfecho de um pai a visitar o filho – no cárcere – porque este denunciara os excessos do capitalismo que começava a destruir a tradicional harmonia de duas profissões complementares: a baleação no mar... e os trabalhos na terra.

O picaroto – homem de dois ofícios – sobressaía também na obra de Dias de Melo. Recolheu na sua obra *par excellence Na Memória das Gentes* (1985-1991), em vários volumes, recolha de narrativas da baleação. Dois dos seus livros *O Autógrafo* (1999), e, sobretudo em, *Milbas Conta-*

das (2002), sobressai o homem íntegro e trabalhador, um homem forte na tradição da ilha-mãe, que se projecta também nas páginas do último, como o herói do mar açoriano – os heróis serão os baleeiros do Pico – e no regresso o herói regressa com uma história do percurso de uma vida para contar aos que permaneceram na ilha.

E, assim, podemos dizer que o escritor, génio da autenticidade e proclamador das virtudes e defeitos das gentes do Pico, conseguiu, com invejável autenticidade, uma das obras mais singulares da literatura portuguesa dos últimos anos. Uma literatura autêntica e universal, a proclamar a nossa açorianidade.

#### **IV. A Açorianidade no diário de Fernando Aires**

Volveram vários anos. Num fim de semana, creio que no outono, recebi um convite para ir a uma sessão de apresentação de um dos livros de Fernando Aires. Creio que não era ainda o diário, no entanto, se era outro, presumo que se tratava talvez de *Memórias da Cidade Cercada. Era Uma Vez o Tempo* de Fernando Aires, meu primeiro professor de história no Liceu, no terceiro ano, surgiu em 1988. Assim começou o primeiro volume. Após esse encontro que se realizou na Brown University, no Departamento de Português, em Providence, iria também a um Restaurante em Fall River, assistir a uma palestra do meu colega do Liceu, Jaime Gama. Foi uma noite muito agradável. Houve oportunidade de dialogar não só com Fernando Aires, mas também com a esposa. Tinha sido aluna do casal no Liceu. No terceiro ano tive o Dr. Fernando Aires, como era conhecido, em História, e a esposa, em francês no quarto, se não estou em erro. Volveram muitos anos desde esse tempo. Conhecia o casal com olhos de menina «de fora da cidade».

O percurso do meu consultório à Brown, àquela hora, foi mais moroso do que o que pensava. Cheguei atrasada. Insisto na pontualidade, mas não me detive sem entrar na sala. Reconheci logo a figura diferente e já marcada pelos anos e pela experiência da vida. A elegância e presença do Dr. Fernando Aires, na sua elegância – séria e de bom gosto – emociou-me. Lia, a meia-voz – no silêncio atento dos presentes – páginas do seu livro. A voz profunda e vincada de um açoriano, ainda ecoa no mais íntimo do meu ser. Anos volveram já, mas... ainda lembro vividamente as frases a imitar a dolência do ambiente, o movimento do mar infinito, a humidade que o escritor achava sufocante e deprimente. Senti-me presa à ilha de origem, mas também, notei com surpresa que a ilha – para alguns dos que lá estavam, cultos e viajados –, era um cativo. Impressionante.

Constituí este encontro, que se prolongou em diálogo em casa do Onésimo e da Leonor Almeida, um estímulo a uma reflexão muito mais profunda. Surpreendeu-me a realidade que me encarava nua e crua: não era apenas saudade o que eu sentia pela Ilha-mãe, não era. Descobri, perante a epifania que me surgiu nessa noite, que a insularidade marcava os verdadeiros açorianos.

Os volumes do diário, *Era Uma Vez o Tempo*, surgiram a intervalos. Li-os sofregamente como o menino guloso que não se poupa a consumir – de uma só vez – os doces que lhe oferecem.

Para Fernando Aires, a insularidade é uma espécie de prisão, que inspira um poeta de verdade, assim se pronuncia numa apreciação que proporciona ao romance *Ciclone de Setembro*, de Cristóvão de Aguiar. Ei-la, na íntegra, transcrita no diário *Relação de Bordo* (1964-1988):

«Publicada no Diário dos Açores, em julho de 1986, que se lê: “Li *Ciclone de Setembro*, assinado por Cristóvão de Aguiar. Gostei. Gostei como se gosta das coisas de arte: com emoção estética, com o entender por dentro de quem germinou no mesmo no mesmo espaço rodeado do oceano. Mesmo que não soubesse de onde, diria: é um ilhéu que se confessa. Um ilhéu para quem não há segredos de ilha de mar sempre em volta. Mar, ilha, Ilha, mar [...]. Dois polos de quinhoadá solidão pelo mundo e suas partes repartida em enraivado silêncio condutada, como tu dizes. Como tu sabes. De um saber de experiência feito. De experiência sofrida. Cozinhada de fome de mais mundo [...]. Fiquei-me preso ao teu jeito de dizer com a cinzenta certeza de que é preciso morar-se numa espécie de prisão para se ser poeta de verdade”» (AGUIAR, 1999: 387).

Sem sombra de dúvida, Fernando Aires manifestou um profundo sentimento de apego e de identificação com a ilha. Assim, não surpreende que a insularidade mantenha uma presença permanente nas páginas de *Era Uma Vez o Tempo*, como ele próprio afirma:

«É assim que a gente, com o tempo se torna diferente, e quando vai para escrever, tem de meter lá tudo isso» (AIRES, 1993:54).

Sempre que se pensa em insularidade, surge-nos sempre à mente, duas realidades que a caracterizam: a morfologia e o clima.

A morfologia dos Açores assume inegável importância no quotidiano dos seus habitantes. Se, do exterior, a ilha seja um local de eleição, para quem a vislumbra, de dentro, o sentimento é totalmente diferente: o ilhéu consciencializa-se de que o espaço por ele ocupado, é finito e está em constante transformação. Essa inconsistência dá azo à angústia do homem

insular, que se consciencializa das limitações dos seus horizontes, sente-se cercado pelo mar, no finito torrão de terra que lhe cabe. Sente-se imprisionado nesse espaço.

A infinita beleza da reduzida superfície da ilha, polvilhada de matizes e cambiantes de cores diversas e belas, nem as lagoas que espelham o céu em dias desprovidos de bruma, nem o verde rico das suas pastagens e a paz de vacas pachorrentas, pacificam a alma de Fernando Aires, consciente e conhecedor do interior geológico da sua ilha, do seu coração telúrico, que... é capaz de destruir a ilha-paraíso, capaz de destruir completamente a vida daqueles que nela habitam.

A actividade sísmica existe e não poupa frequentes manifestações. A apaziguar este estado de espírito, o ilhéu, cedo desenvolve um sentimento de religiosidade e resignação. Perante a actividade sísmica que provocou tremores de terra no norte da ilha, com prenúncios de erupções e outras catástrofes naturais, em janeiro de 1987. Fernando Aires escreve: «A que se deve a teima de estarmos aqui, agarrados como cracas a meia-dúzia de rochedos cercados?» Acaba por concluir, que a razão é simplesmente esta: «o masoquismo de ser ilhéu». Será? Talvez não! Como afirma Fernando Aires posteriormente: «O que vale é que cada ilhéu já nasce armado de carapaça de reflexos como um guerreiro de Esparta.» (AIRES, 1990: 84).

Apesar da sensação de aniquilamento iminente, o açoriano é incapaz de se afastar; no entanto, paga bem cara esta sua ousadia, pois, ao permanecer na ilha permanentemente; paga alto preço por esta ousadia, porque na «ilhíada», o combate processa-se em várias frentes: é o sismo, é o vulcão e é a prisão do mar (*Ibidem*: 43).

A concluir esta reflexão sobre o diário de Fernando Aires, sinto pesar em não poder dizer-lhe, viva-voz, que foi muito feliz ao seleccionar *Era Uma Vez o Tempo* como título do seu diário. Limitar-me-ei a expressar um apreço especial pelas conclusões que a sua escrita nos inspira. Muito em particular, passo a mencionar duas soluções que o escritor nos propõe como reacção a qualquer aprisionado pelo tempo e pelo espaço. É que a insularidade inspira o ilhéu a reagir e a inventar formas de se evadir.

«Esta terra açoriana [...] agiu sobre a alma insular sempre em dois sentidos de fuga opostos: um, na horizontal, de migração para longes terras; outro, na vertical, na direcção da divindade. Expansão e recolhimento interior – dois movimentos antagónicos com a mesma raíz de insula.» (AIRES, 1988: 65).

Neste diário, marcado pela insularidade, encontrei e continuarei a encontrar pedaços do que sou; nestes trechos da vida de ilhéu que orgu-



lhosamente amealho e pretendo continuar a transmitir àqueles que, com as mesmas raízes, se irmanam. Traduzo assim a melhor forma de gratidão ao seu autor, cuja alma derramou nestas páginas.

### ***V. A Açorianidade no meu Percurso de Vida***

Consideraria incompleta esta reflexão sobre a açorianidade, se não enquadrasse como conclusão, o meu percurso de vida. Nasci nos Açores, ilha de S. Miguel, no Pico da Pedra, em junho de 1946. Filha de mãe açoriana e de pai alentejano, saí de S. Miguel em dezembro de 1965, depois de concluir o ensino liceal, em Ponta Delgada. Os anos não tinham amadurecido a minha mente idealista e sonhadora. De personalidade com características de ambos os meus pais, mantinha o amor apaixonado pela leitura tal como o meu pai com quem sou mais parecida. De minha mãe recebi, em certa medida, a nobreza no trato e a doçura dolente do açoriano. Sempre mantive a açorianidade, apesar de idealizar um futuro em Medicina, desde muito nova. Lia muito, convencida de que deveria expandir os meus conhecimentos ao mais alto nível.

Na infância, ouvia histórias complexas e bem contadas pelos lábios da minha avó materna, a única avó que conheci. Apesar de ser uma leitora assídua, confesso que as nossas personalidades eram diversas. A minha avó, ainda jovem, ficou na Ilha com duas crianças pequenas: o meu tio com cinco anos e a minha mãe com dois apenas. O meu avô emigrou para a Venezuela e, posteriormente, de lá para o Brasil. Enviou reduzida correspondência a descrever as agruras do emigrante. Nunca enviou descrições de sucesso ou de grandezas na «Terra Prometida» e, deixou em pouco tempo de se corresponder com a família.

Desde menina, compreendi que a emigração, apesar de ser necessária por vezes, poderia constituir um motivo para o esquecimento total da Ilha, da família, dos próprios filhos. Partilhei também com a minha avó, que relia o maço das cartas do meu avô, aos domingos de tarde. Constituía uma relíquia que guardava carinhosamente embrulhadas e atadas com uma fitinha, fechadas à chave numa gaveta do quarto de dormir do casal, o qual não tinha sido ocupado desde que o marido saíra da Ilha. Nesse museu, nos sentávamos as duas, avó e neta, a reler essa correspondência-relíquia, a única memória que me apresentaram do meu avô, a juntar a duas fotografias desbotadas da sua juventude e a última que tirou antes de partir. Fez 27 anos pelo mar, balbuciava minha avó.

O meu pai nunca abordou a emigração. Natural do Alentejo, contava histórias dos campos, das searas douradas a ondular sob o calor insuportável do verão alentejano. Falava dos olivais, dos sobreiros nús,

depois da extracção da cortiça. Explicava as terras em pousio, descrevia os montes, onde as famílias habitavam. Produto de uma família numerosa, correspondia-se com alguns irmãos. Pelo Natal, recebíamos uma caixa grande dos meus avós alentejanos. Abundavam figos secos, alfarrobas, nozes, marmelada e uma curiosidade: vários pares de meias de lã – em várias cores e tamanhos – tricotadas por uma tia, irmã do meu pai. Com as meias, chegava um bilhete sumário: «Para os meus netinhos açoreanos – assim era a grafia naquele tempo – usarem neste inverno que prometem ser muito rigoroso». Mencionava o nome de nós todos e vinham também beijinhos da família continental. Os avós, os tios – ao todo eram dez – os primos incontáveis.

Mais tarde, comecei a corresponder-me com tios e primos e a partilhar o sonho de os encontrar pessoalmente, quando ingressasse na faculdade de Medicina.

Recebi sempre – em particular da parte do meu pai – promessas a encorajar-me que seria possível estudar Medicina em Portugal, se o aproveitamento assim o permitisse. Embalei-me nessa esperança.

Qual não foi a minha surpresa, quando aos treze anos vi o meu pai partir para o Canadá. Era uma ausência temporária. Regressaria. Mas a minha família materna, apesar de manter laços de amizade e acolhimento ao meu pai, nunca nos poupou a objeção – naquele negativismo de quem sofreu consequências desastrosas da emigração. Não tinha sido o meu avô um homem amoroso e terno? Lembavam à família que... deviam reflectir sobre essa decisão. O meu pai, até então o *ai-jesus* da família, por ser terno, educado e cortês deixou de ser açoriano, passou a ser continental, num sentido pejorativo. Homem bom, mas... «não era como nós». Volveram seis anos. Sempre embalada e incentivada na promessa de que iria para Portugal seguir estudos universitários, recebi uma longa carta do meu pai. Nela, expunha os seus motivos, entre eles salientava que a medicina estava muito mais actualizada no Ontário. Mencionou os horrores da guerra colonial. Tinha, na altura, dois irmãos que possivelmente poderiam ter de se integrar nessa guerra. Como estudara ciências, com os olhos postos em Medicina, o inglês era uma dificuldade.

Compreendi que não poderia ter o apoio familiar para conseguir ir para Lisboa. O motivo dessa decisão, não era somente melhor qualidade de vida, com melhores condições materiais, era tão somente a consciência do meu pai, que não poderia, de modo nenhum dar estudos aos filhos todos, em Portugal. Mas, continuava, que... se via no sagrado dever de proporcionar a todos uma educação. O Canadá facilitava essa possibilidade. Revi essas deli-

berações, quando na segunda vez que regresssei a S. Miguel, encontrei estes versos livres gravados no Restaurante O Emigrante, no Porto Formoso<sup>4</sup>.

Apesar de ter sofrido inicialmente o embate de uma decepção completa, acabei por me convencer de que seria capaz – com sacrifício talvez – de aprender o inglês e estudar no Canadá. Assim foi. Mas o percurso foi longo e árduo. Recebi equivalência do curso secundário. Não me permitiram, por conseguinte, ingressar na secundária. Empreguei-me em bancos e farmácias e fiz um curso nocturno de inglês, antes de ir para a Universidade.

A Medicina era o meu sonho – e digamos vocação – mais tarde especializei-me em Oftalmologia e exerço a profissão há mais de 30 anos nos Estados Unidos.

Os Açores vieram comigo. No entanto, os horários preenchidos inicialmente com emprego e estudos nocturnos de ingles, não incluíam posses suficientes para custear férias ou até mesmo viagens. Recorri desde sempre à comunicação por escrito: correspondência. Ultimamente, a *Internet* facilitou a comunicação da qual tiro vantagem. Regressei a S. Miguel várias vezes. Apesar de custear viagens à Ilha, surgiram as prioridades profissionais. Mais tarde, o meu pai aposentou-se e viveu no seu Alentejo vários anos. Se bem que me tivesse afeiçoado à família paterna, que apenas conheci em adulta, o sentimento de pertença vinca-se no berço e os afectos aprofundam-se de uma maneira mais intensa, quando os bebemos com o leite materno.

Ultimamente decidi voltar a S. Miguel com mais assiduidade. Prometi lá ir todos os anos, porque só lá me sinto em casa, me sinto eu própria. A espiritualidade da juventude regressou com uma intensidade voraz, apesar de a rever com experiência de vida e retinas que se abriram à universalidade do mundo cada vez mais pequeno. No entanto, reconheço algo de inexplicável, revestido de uma ternura tão intensa, que me emociona. A música do nosso folclore, a fé profunda e sincera que leio no rosto das pessoas, os afectos imutáveis da nossa gente acolhedora e meiga, quebram a distância e as barreiras que nunca se construíram, até mesmo ao longo dos 51 anos em que tenho vivido na diáspora.

E... como me enternece ouvir a voz sincera e meiga dos meus familiares e amigos de infância que não mudaram e me abrem os braços com isto: «A Edeme é nossa, será sempre nossa!» E sou!

Nos Estados Unidos, onde vivo e exerço a profissão desde 1981, tenho construído amizades e considero os doentes que se tornaram família...

---

<sup>4</sup> «Emigrar» de José António Moniz. Transcreverei o poema, na íntegra, na bibliografia.

de uma sinceridade sem limites. No entanto, para eles, sou a Dra. Elizabeth Arsénio; para os meus, serei sempre a «nossa Edeme Arsénio, se mo permitem! Cá, sou americana naturalizada, no coração e na alma, sou açoriana com uma costela alentejana. Apesar de ter vivido numa comunidade portuguesa em Toronto, durante dezasseis anos, nunca consegui adquirir a integração total que vivo aqui. Foram anos difíceis, preenchidos de intenso trabalho académico e clínico. Apesar das vivências que me deviam ter universalizado e convertido em cidadã do mundo, permaneço sempre com aquele carimbo da identidade insular, a viver intimamente nas Ilhas de Bruma, especificamente na minha, S. Miguel que me serviu de berço, me acolheu e acolherá sempre.

## Bibliografia

- AGUIAR, C. (1999). *Relação de Bordo* (1964-1988), Porto, Campo de Letras.
- AGUIAR, C. (1999). *Relação de Bordo II* (1989-1992), Porto, Campo de Letras.
- AIRES, F. (1988). *Era Uma Vez o Tempo* [Vol. I], Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- AIRES, F. (1989). *Era Uma Vez o Tempo* [Vol. II], Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- AIRES, F. (1993). *Era Uma Vez o Tempo*, Diário III, Lisboa, Edições Salamandra.
- AIRES, F. (1997). *Era Uma Vez o Tempo*, Diário IV, Lisboa, Edições Salamandra.
- AIRES, F. (1999). *Era Uma Vez o Tempo*, Diário V, Lisboa, Edições Salamandra.
- MELO, J. D. Na maioria, tem as suas obras esgotadas. Li:  
*Pedras Negras* (1964).  
*Milhas Contadas* (2002).  
*O Autógrafo* (1999).
- SÁ, D. (2007). *O Pastor das Casas Mortas*. Ponta Delgada, ed. VerAçor.
- SÁ, D. (2007). *Santa Maria, Ilha-Mãe*. Ponta Delgada ed. VerAçor.

Poema Livre: Moniz, José António

EMIGRAR

Foi dor? Foi vontade?

Foi o destino? Foi ambição?

Não, talvez, por necessidade

Recorreu à emigração

E só Deus, sabe a saudade,

A dor, que pesa no coração  
De um emigrante infeliz  
Que um dia, desgostoso, saiu do seu país.  
Deixou a enxada enferrujar,  
Deixou o remo apodrecer.  
Partiu, e longe foi trabalhar  
Para melhor poder viver.  
O pão longe foi buscar.  
E a terra que o criou? Dormiu sem se aperceber;  
Mãe que abandonou o seu filho sem amor, sem carinho,  
Sem achar solução para deter o seu filhinho.

Oh terra-mãe, que deixaste o teu filho  
Partir e não voltar.  
Emigrante entristecido  
Pois, atrás teve que deixar,  
O pai, a mulher, o filho, o amigo  
E, a ti pátria que nunca conseguiu olvidar  
Dá o pão aos teus filhos, luta, trabalha; não os deixes emigrar,  
Porque o sonho dos que estão longe é um dia poder voltar.



CONDIÇÃO INSULAR  
DA CABOVERDIANIDADE:  
RESISTÊNCIAS E  
RE-EXISTÊNCIAS

FILINTO ELÍSIO CORREIA E SILVA

Quando se olha para Cabo Verde, a primeira realidade que salta à vista é a condição de ilhéu dos cabo-verdianos. Esta condição que se revela nas atitudes e comportamentos dos cabo-verdianos tem raízes antropológicas, históricas e sociológicas, bem como à luz de uma multiplicidade de análises, de que, por opção própria, neste particular, escolheu-se o campo literário para a inferência das resistências e as re-existências deste *ser insular*.

A condição de ilhéu ressalta na importância como os cabo-verdianos ressignificam a dimensão material e simbólica das ilhas/cosmo, enquanto dupla insularidade – a menor do arquipélago e a maior da Diáspora. Numa crónica, feita para o *Jornal Ponto Final* (17 fev 2014), de Macau, teria eu afirmado que talvez só estranhe, sem entranhar ao incauto, seja Cabo Verde um caso *sui generis* de geometria variável (no mínimo, dual) e no espaço – um, da insularidade arquipelágica (ilhas no Atlântico Médio), e, outro, da diasporicidade acentuada (dezenas de comunidades espalhadas pelo Mundo), algo perfeitamente perceptível se acompanharmos a literatura cabo-verdiana.

Rastreando a literatura desde o nascimento da «aventura crioula», como no-la definia o escritor e estudioso Manuel Ferreira, encontra-se na Literatura de Cabo Verde um vasto campo de elementos que podem subsidiar no estudo da *Crioulidade*, traço primordial da identidade cabo-verdiana e matriz que ajuda a compreender a *Caboverdianidade*, enquanto Condição de Ilhéu.

Os intelectuais cabo-verdianos, desde o começo, mas essencialmente os do início do século XX, afrontaram, cada geração à sua maneira, as práticas coloniais da dominação portuguesa. Se uns queriam um estatuto de cidadania no quadro do império colonial português, outros cogitavam a

aproximação à África e às africanidades; havendo, inclusive, aqueles que, assumindo a África e a Europa na identidade cabo-verdiana, reafirmaram pertenças globais e universais como parte da matriz identitária crioula. As posições desses intelectuais consolidaram a ideia de uma identidade cabo-verdiana distinta e plasmada num discurso de uma experiência sócio-histórica própria.

Cabo Verde é um pequeno Estado insular, localizado na Costa Ocidental da África e no Atlântico Médio, faz parte da Macaronésia, como amiúde os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. A sua História tem génese no século XV, com o «achamento das ilhas» pelos portugueses e pelo subsequente povoamento por europeus e africanos, estes últimos na condição de escravos e serviçais, facto que resultou num dos mais bem sucedidos fenómenos de miscigenação conhecido. Aliás, Cabo Verde é tido, pelos historiadores, como a mais antiga sociedade crioula do Atlântico.

O poeta claridoso Jorge Barbosa (1935), através do poema «Povo», remarca a originalidade crioula:

«Conflito numa alma só  
de duas almas contrárias  
buscando-se, amalgamando-se  
numa secular fusão;

conflito num sangue só  
do sangue forte africano  
com o sangue aventureiro  
dos homens da Expansão;

conflito num ser somente

de dois pólos em contacto  
na insistente projecção  
de muitas gerações...»

Prevalece a versão de que os portugueses chegaram ao arquipélago em 1460 e começaram a povoá-lo dois anos depois. Inicialmente, a pretensão dos colonos era de transformá-lo numa «colónia branca», tal como os arquipélagos de Açores e de Madeira. Entretanto, o rigoroso clima da região e a inadequação do solo à agricultura fizeram com que essa iniciativa fracassasse. As ilhas foram povoadas efetivamente quando o rei D. Afonso V, ainda no século XV, autorizou a montagem do fluxo comer-

cial escravocrata no Golfo da Guiné. Assim, Cabo Verde foi povoado por escravos, africanos livres, comerciantes e mercenários.

Para muitos olhares, Cabo Verde foi uma resultante do assentamento de várias migrações e o cabo-verdiano uma resultante inter-racial, intercultural e internacional que se afirma e se consolida doravante pela mestiçagem e pela recriação de uma cultura própria e *sui generis*, desde logo e, entre outros aspetos, pelo seu próprio quadro mental, psicológico e emocional.

O primeiro traço desta mestiçagem é a criação da língua crioula, que até aos fins do século XVIII permaneceu como «língua franca» numa vasta região da Costa da Guiné. O Crioulo de Cabo Verde (com variedades nas ilhas de Barlavento e nas ilhas de Sotavento) é considerado de base portuguesa e da Alta Guiné (como amiúde o da Guiné-Bissau e de Casamansa, no Senegal) e mantém grande vitalidade, apesar de ainda língua não oficial. Refira-se que o *kriolu* de Cabo Verde ou *kauberdianu* é língua materna de todos os cabo-verdianos tanto nas ilhas como na diáspora. Criou-se inicialmente em Santiago e no Fogo, nas primeiras ilhas povoadas e colonizadas com europeus e escravos vindos da costa ocidental de África, mas presentemente afirma-se como língua matricial e primeira de todos os cabo-verdianos, mesmo que em várias e diversas situações de multilinguismo. O poeta cabo-verdiano (de origem italiana, note-se) Sérgio Frusoni (Lima,1992) definia-se nestes termos:

«Quem mi ê? Um fidje de Sanvcênte.  
Nascide, crióde, lá na ponta d' Praia.  
Lá ondê que mar tâ sparajá debóxe de bôte,  
moda barra dum saia.

Cs' ê que m' crê? Cantá nha terra!  
Companhal na sê dor;  
na nôbréza d' sê alma;  
na pobréza d' sê vida!»<sup>1</sup>

<sup>1</sup> «Quem eu sou? Um filho de São Vicente.  
nascido, criado, lá na Ponta da Praia.  
Lá onde o mar se espreguiça debaixo dos botes,  
como a barra dum saia.  
O que eu quero? Cantar a minha terra!  
Acompanhá-la na sua dor;  
na nobreza da sua alma;  
na pobreza da sua vida!»



Outro traço marcante da identidade cabo-verdiana são as fomes que permeiam o cenário da vida ao longo dos tempos. Quase toda a literatura cabo-verdiana, mesmo a científica, traz direta e/ou indiretamente a problemática das fomes que, em certa medida, determinam a insularidade maior dos cabo-verdianos, que é a emigração.

Tanto Christiano José de Senna Barcellos (1904), em *Cabo-Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo-Verde desde 1719 a 1904* como o historiador António Carreira (1984), em *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*, abordam a problemática das fomes como uma centralidade recorrente em todo o processo histórico cabo-verdiano. Aliás, o historiador António Correia e Silva (1996), ao caracterizar a situação geográfica e ecológica de Cabo Verde, descreve-a colocando acento tónico nos fenómenos cíclicos de secas e fomes que ocorrem desde a Descoberta no século XV, cujo impacto não só reduz o primado da economia agro-mercantil e do próprio sistema escravocrata, como vai marcando, pelos tensionamentos que cria, a forma de ser dos cabo-verdianos.

O poeta Gabriel Mariano (1987), em «Capitão Ambrósio», pincela deste modo o quadro de revolta prevaemente entre os cabo-verdianos:

«[...]»

Mãos erguidas  
Em força, duras, erguidas  
Pés marcando a revolta  
O povo marcha na rua.

Vai na frente o Ambrósio  
Mulato Ambrósio guiando  
Leva nas mãos a bandeira.  
Pesada e fria é a noite  
Injusta e amarga é a fome  
Mas vai na frente o Ambrósio  
E há promessas de luz  
para além da negra bandeira  
Novos caminhos de amor  
De trás da negra bandeira  
caminhos novos sorrindo  
Florindo novos destinos  
Certos  
Perfeitos  
Abertos  
Em olhos famintos abrindo  
Destinos claros na frente ...

Em frente marcha o Ambrósio  
Negra bandeira voando  
Voando livre e guiando  
Clara bandeira da fome  
Rota e negra luzindo  
Guiando o povo marchando.  
[...]

A emigração vem ressaltar um traço marcante da condição do ilhéu do cabo-verdiano. De acordo com a economista Marzia Grassi (2007), pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, a necessidade de sobrevivência ou mesmo o desejo de ter uma vida melhor aparecem como principais motivações para um constante fluxo de pessoas. E, segundo essa pesquisadora, a particularidade da diáspora cabo-verdiana é que ocorre uma «interiorização» dos países de destino como se fossem parte do território de Cabo Verde. Existe a percepção de que a Nação não é limitada às ilhas do arquipélago que são suas fronteiras naturais. A pátria cabo-verdiana, tendo o mundo como território, é uma percepção que está ancorada na história do arquipélago e, portanto, vai muito além da perspectiva económica. É sentimento que se presente na poética do nativista cabo-verdiano Eugénio Tavares (1969), em seu soneto «Partindo»:

«Triste, por te deixar, de manhãzinha  
Desci ao porto. E logo, asas ao vento,  
Fomos singrando, sob um céu cinzento,  
Como, num ar de chuva, uma andorinha.

Olhos na Ilha eu vi, amiga minha,  
A pouco e pouco, num decrescimento,  
Fugir o Lar, perder-se num momento  
A montanha em que o nosso amor se aninha.

Nada pergunto; nem quero saber  
Aonde vou: se voltarei sequer;  
Quanto, em ventura ou lágrimas, me espera

Apenas sei, ó minha Primavera,  
Que tu me ficas lagrimosa e triste.  
E que sem ti a Luz já não existe».

O descritivo das várias mobilidades na formação da sociedade cabo-verdiana, de uma antropologia constituída de migrantes e, em certo sentido, fora do lugar, introduz desde os primórdios o conceito de diáspora, como algo intrínseco e extrínseco a Cabo Verde. Composto por dez ilhas e oito ilhéus, com apenas 4.033 km<sup>2</sup>, o arquipélago de Cabo Verde tem uma população residente em cerca de 550.000 habitantes. Estima-se que atualmente o número de cabo-verdianos vivendo na diáspora seja bem maior do que o de habitantes no arquipélago. Calcula-se que atualmente existam comunidades de emigrantes espalhadas por cerca de 40 países diferentes, nos cinco continentes, de modo que alguns autores caracterizam essa dispersão como um exemplo contemporâneo de nação diaspórica.

A emigração tornou-se, desde o século XVIII, um facto tão determinante na vida cabo-verdiana do país que hoje a diáspora é conhecida como a 11.<sup>a</sup> ilha de Cabo Verde e parte da Nação global cabo-verdiana, que se constitui pelos cabo-verdianos nas ilhas e aqueles espalhados pelo mundo.

O Brasil terá recebido os primeiros imigrantes a partir do século XVI. No final do século XVIII inicia-se a emigração para os EUA e ao longo do século XIX formam-se importantes comunidades de imigrantes no país. Neste período, já se conhecem comunidades de imigrantes também na Argentina, no Uruguai e Portugal. Com a abolição da escravatura, milhares de cabo-verdianos são obrigados a partir para novas regiões como Angola e São Tomé e Príncipe.

Segundo António Carreira (1976), no livro *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, só no século XX é possível identificar três grandes fases na emigração cabo-verdiana. Numa primeira fase, que vai de 1900 a 1926, os EUA são o principal destino dos emigrantes, oriundos não somente do arquipélago, mas também de países como Brasil, Argentina, Uruguai, Angola e Moçambique. Numa segunda fase, que compreende o período entre 1927 e 1945, países como Brasil e Argentina começam a ser escolhidos por causa da dificuldade de entrar nos EUA.

Na África, Senegal, Guiné, São Tomé e Angola também recebem muitos emigrantes, além de Portugal que nesta época começa a se destacar como importante destino. E, numa terceira fase, a corresponder ao período entre 1946 e 1973, na qual países da Europa como Holanda, França, Luxemburgo, Itália e Suíça são os principais destinos. Uma característica marcante desta última fase é o aumento significativo do volume de imigrantes, que passa de 10.120 para 135.289. Marzia Grassi (2007) afirma que nas últimas décadas a Europa e os EUA permaneceram como escolha preferencial para emigração, especialmente a partir da década de 80, do século XX.

O que alimenta a essencialidade do cabo-verdiano, para além da insularidade? O que o faz progredir em busca das formatações dos seus modos de ser e de estar? Cabo Verde tem uma dispersão arquipelágica/insular e uma dimensão migrante/diaspórica, que o torna uma Nação com uma geometria que transcende o Estado.

Os reflexos da insularidade e da diasporicidade constituem-lhe resíduos determinantes da sua forma de ser e de estar no mundo. O cabo-verdiano, já no próprio contexto arquipelágico, vive sob a dinâmica da movimentação geográfica, de cariz migratória e, em muitos casos, enfrentando vários elementos de condicionante psicológica, marcados pela perda – família, amizade, posição social e contato com a comunidade.

Uma das evidências que saltam à vista é o posicionamento do ser humano insular e diaspórico em relação ao mar, algo que lhe suscita ambivalência de isolamento e comunicação, estando, na sua forma de ser e estar, ingredientes da permanência, da partida e do regresso como condições de relação com o seu Eu e o Outro. O poema de Jorge Barbosa (1977) di-lo de forma magistral:

«O drama do Mar,  
O desassossego do Mar,  
sempre  
sempre  
dentro de nós!

O Mar!  
cercando  
prendendo as nossas Ilhas,  
desgastando as rochas das nossas Ilhas!  
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,  
roncando nas areias das nossas praias,  
batendo a sua voz de encontro aos montes,  
baloçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...

O Mar!  
pondo rezas nos lábios,  
deixando nos olhos dos que ficaram  
a nostalgia resignada de países distantes  
que chegam até nós nas estampas das ilustrações  
nas fitas de cinema  
e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros  
quando desembarcam para ver a pobreza da terra!

O Mar!  
a esperança na carta de longe  
que talvez não chegue mais!...

O Mar!  
saudades dos velhos marinheiros contando histórias de tempos passados,  
histórias da baleia que uma vez virou a canoa...  
de bebedeiras, de rixas, de mulheres, nos portos estrangeiros...

O Mar! dentro de nós todos,  
no canto da Morna,  
no corpo das raparigas morenas,  
nas coxas ágeis das pretas,  
no desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!

Este convite de toda a hora  
que o Mar nos faz para a evasão!  
Este desespero de querer partir  
e ter que ficar!».

Neste contexto, o enfoque também recairá sobre o fator cultural, mais precisamente o fator mestiçagem que se reflete no quadro linguístico (no caso de Cabo Verde, na sua complexidade do bilinguismo), como elementos do seu universo, corolário de uma Nação mestiça, insular e de diáspora e da necessidade da partilha das línguas portuguesa e crioula com outros países de História comum.

Fará ainda parte do ingrediente de apresentação a relação conflitual, quase de diglossia, que enfrenta o ser cabo-verdiano perante a sua condição de migrante (no universo inter-ilhas e no universo internacional), bem como a estruturação da sua psique perante os seus desafios culturais. Todo o processo migratório comporta múltiplas variáveis, sendo o *stress* a mais evidente e, nalguns casos, capazes de bloquear a capacidade adaptativa, provocando nos migrantes perturbações emocionais.

A insularidade pode incidir de modo negativo no processo de desenvolvimento psíquico dos cabo-verdianos e socioeconómico de Cabo Verde. Assim, a evolução da vida cabo-verdiana está condicionada por características estruturais e debilidades intrínsecas que impõem dificuldades na prossecução de um processo de desenvolvimento consistente e sustentável. O poeta Corsino Fortes (2001) define-o assim, no poema «Emigrante»:

«Vai e planta  
na boca d'Amílcar morto  
Este punhado de agrião  
E solver golo a golo  
uma fonética de frescura  
E com as vírgulas da rua  
com as sílabas de porta em porta  
Varrerás antes da noite  
Os caminhos que vão  
até às escolas noturnas  
Que toda a partida é alfabeto que nasce  
todo o regresso é nação que soletra».

As dinâmicas, resultantes do câmbio e do intercâmbio das formas de permanência, de mobilidade e de errância, nos seus contrapontos de isolamento, de distanciamento e de ausência, bem como de enraizamento e de desenraizamento (tanto em relação à pequenez das ilhas como das suas comunidades-gueto espalhadas pelo mundo), são o ponto nodal das várias formas de resistência (cultural, económica, social e psicológica) que são, ao fim e ao cabo, fenómenos da re-existência cabo-verdiana.

Com mais população fora do que dentro, Cabo Verde é um dos países com mais altas taxas de emigração em todo o mundo. «Perguntar a um cabo-verdiano se tem alguém da família a viver fora torna-se caricato, dizem-nos: é claro que toda a gente o tem», escreve Joana Gorjão Rodrigues (2015), num artigo sobre Cabo Verde, no *Jornal Público*. Em verdade, ao contrário de muitos outros países onde a diáspora se posiciona ou é pensada como «parte anexa», Cabo Verde tem-na como parte integrante, a partir da visão da Nação global e em rede.

Por conseguinte, esta Nação não se confina à territorialidade do Estado, dos 4033 quilómetros quadrados no Atlântico Médio, mas ela abraça o Atlântico de norte a sul, do lado ocidental da Nova Inglaterra à Argentina, do lado oriental, da Suécia à Angola, extravasando-se por outros oceanos e continentes. Portanto essa parte aparentemente excedentária da Nação cabo-verdiana constitui hoje uma dimensão matricial da forma como pensam os cabo-verdianos de si e, conseqüentemente, molda o *Capeverdean Way of Life*.

A poesia e a prosa de ficção, realizando-se pela pontuação estilística e pela intertextualidade, fazem um formidável mergulho na realidade de Cabo Verde e revelam para qualquer estudioso o arquétipo temporal e espacial do seu processo antropológico, cultural, social e histórico. A lite-

ratura permite-nos, com uma dose aceitável de riscos, inferir em como a problematização do eu individual se retempera do eu coletivo e se reconfigura na imagiologia da *Caboverdianidade*.

Em verdade, projeta-se de figurações o percurso identitário e da construção da personalidade, no qual a literatura, ponta do *iceberg* de tais fenômenos, nos permite uma incisão pelas composições, descomposições e recomposições do universo cabo-verdiano. O professor Eduardo Lourenço (1978), em *O Labirinto da Saudade*, defende que a nossa consciência histórica projeta-se de fantasmas, simultaneamente em relação ao passado e ao futuro. Nessa linha, a psique cabo-verdiana está caldeada de figurações e de fantasmas que balizam a sua temporalidade antropológica, histórica e cultural e que estão assentes nestes versos de Osvaldo Alcântara (1991):

«Nicolau, menino, entra.  
Onde estiveste, Nicolau,  
que trazes a arrastar  
o teu brinquedo morto?

Nicolau, menino, entra.  
Vem dizer-me onde foi que tu estiveste  
e a estrela fugiu das tuas mãos.

Tens comigo o teu catre de lona velha.  
Deita-te, Nicolau, o fantasma ficou lá longe.

Dorme sem medo.  
Porão, roça, medos imediatos,  
tudo ficou lá longe.

Quando acordares a jornada será mais longa.

Nicolau, menino,  
onde foi que deixaste  
o corpo que te conheci?  
Deus há-de querer que o sono te venha depressa  
no meu catre».

O contexto de transposição das pessoas, na dinâmica migratória, sobretudo quando em duplicidade e variabilidade da insularidade/diasporicidade pressupõe diversas mudanças vivenciadas durante o processo, como a mudança de língua, de valores e a rutura com as referências (família, sociedade, cultura, etc.). Onésimo Silveira (1962) descreve este sensacionismo, esta sentimentalidade em relação às perdas, em «Tê-têia»:

«Rapazes da “Estrela da Marinha”  
Se vocês ainda se lembram de Têêia  
Aquelel desaforada  
Filha d’Antónha que vendia cuscuz  
Na Porta de Madêral  
E de nhô Piduca  
Que era catraieiro  
– Venham comigo!

Rapazes da “Estrela da Marinha”  
Se vocês ainda se lembram de Têêia  
Bonitona e desaforada  
Que dava que falar pelo Carnaval  
Porque além de bonitona e desaforada  
Era luxênta e dançadêra  
– Venham comigo!

Rapazes da “Estrela da Marinha”  
Se vocês ainda se lembram de Têêia  
Que fez filho com Léla de Bia de Jonzóna  
Que fugiu para a Venezuela  
– Venham comigo!

Venham comigo  
E vamos bradar junto a praia  
(Inconsoladamente – como meninos!...)  
Que não vendemos Têêia...

Vamos levar todas as nossas lágrimas ao mar  
Para que as roças nos devolvam Têêia!».

O migrante é confrontado assim a duas elaborações essenciais que giram em torno da perda e do ganho, permanente e interativo, das referências culturais e da identidade.

A importância para os cabo-verdianos da dimensão material e simbólica das ilhas/cosmo (não há cabo-verdiano que não tenha um familiar lá fora; todo o cabo-verdiano quer um dia partir); a existência coletiva ligada à diáspora, ou seja, o modo como os cabo-verdianos se conectam com quem está lá fora; a consciência histórica da migração e a constatação de que o arquipélago é a marca territorial e simbólica por excelência para os grupos dentro e fora do país; e a identidade individual e coletiva dos cabo-verdianos como amplamente tributária da migração – tudo isso inter-



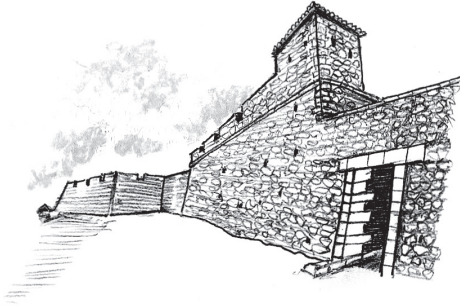
pela à cosmo-visão como nova senão mesmo outra forma de resistência e de re-existência cabo-verdiana.

As permanentes mudanças físicas (novo meio, nova habitação), mudanças biológicas (alimentação), mudanças sociais e familiares, mudanças culturais, políticas e psicológicas (identidade individual e cultural) criam frequentemente desajustamentos psicossociais e culturais; rotulagem e estigmatização.

Apesar de tantos tensionamentos, o cabo-verdiano tem conseguido, mesmo que de forma lenta e debilitada, encontrar estratégias de resiliência e de adaptação, que o permitam minimizar os efeitos negativos da insularidade/diasporicidade e aproveitar, pelas resistências e re-existências, aqueles que constituem oportunidades de desenvolvimento.

## Bibliografia

- ALCÂNTARA, O. (1991). *Cântico da Manhã Futura*. Lisboa: ALAC.
- ANDRADE, M. (1977). *Antologia temática de poesia africana, 1*. Lisboa: Editora Sá da Costa, pp. 21-22.
- BARBOSA, J. (1935). *Arquipélago*. São Vicente: Edições Claridade, pp. 29-30.
- BARCELLOS, C. J. S. (1904). *Cabo-Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo-Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa: Typ. da Cooperativa Militar.
- CARREIRA, A. (1976). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova.
- CARREIRA, A. (1984). *Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.
- FILINTO, E. (2014). Estado por detrás da névoa. *Jornal Ponto Final*, 2933, 17 fev. 2014, p. 3.
- FORTES, C. (2001). *A cabeça calva de Deus*. Lisboa: Dom Quixote, p. 40.
- GRASSI, M. (2007). Cabo Verde pelo Mundo: o Género na Diáspora Cabo-Verdiana. In Grassi, M.; ÉVORA, I. (Eds.) *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-64.
- HENRIQUES, J. G. (2015). O país que tem mais gente fora do que dentro. *Jornal Público*, 5 jul. 2015.
- LIMA, M. (1992). *A poética de Sérgio Frusoni: uma leitura antropológica*. Praia: ICLD.
- LOURENÇO, E. (1978). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Dom Quixote.
- MARIANO, G. (1987). *Capitão Ambrósio*. Lisboa: Casa de Cabo Verde.
- SILVA, A. L. A. C. C. (1996). *Histórias de um Sabel insular*. Praia: Spleen-Edições.
- SILVEIRA, O. (1962). *Hora Grande*: Nova Lisboa, p. 35.
- TAVARES, E. (1969). *Mornas: Cantigas Crioulas*. Luanda: Edição da Liga dos Amigos de Cabo Verde.



## O QUOTIDIANO CABO-VERDIANO NA OBRA DE JORGE BARBOSA

HILARINO CARLOS RODRIGUES DA LUZ\*

Pretendemos, com este artigo, abordar o quotidiano cabo-verdiano presente na produção literária de Jorge Barbosa<sup>1</sup>, visto que foi um autor que abordou uma visão testemunhal sobre ocorrências centrais na vida do arquipélago, mormente a formação do homem cabo-verdiano; a radiodifusão; os acontecimentos desportivos; a literatura; a colonização; a decadência do Porto Grande do Mindelo; a contrariedade das secas e os efeitos daí decorrentes; a emigração forçada para S. Tomé e Príncipe; a prostituição; a insularidade; as profissões humildes; bem como algumas características do património cultural cabo-verdiano. Desse modo, no que se respeita ao processo de formação do homem cabo-verdiano, devemos evidenciar que o arquipélago representa uma das mais maravilhosas experiências de «fusão de almas contrárias», que originou um harmonioso e característico conjunto humano. Para que tal acontecesse, houve a vontade dos portugueses que, ao procurarem solucionar problemas domésticos, aportaram

---

Desenho: *Cidade Velha, Fortaleza de S. Filipe.*

\* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Jorge Vera Cruz Barbosa nasceu na ilha de Santiago, no dia 22 de Maio de 1902 e faleceu em Portugal, na Cova da Piedade, no dia 6 de Janeiro de 1971, vítima de um problema de coração. Era filho mais velho de Simão Barbosa, antigo Reitor do Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente e de Eugénia Vera Cruz Barbosa. Em 1930, casou-se com Ida Barbosa tendo tido com ela cinco filhos: Jorge Pedro Barbosa (viria a ser poeta como o pai), residente nos Estados Unidos, Rita Teresa Feijó Barbosa, casada com um americano, Jorge Eduardo Pereira Barbosa, foi assistente na Universidade de Lovaina, Zilda Teresa Barbosa, casada com Celso Estrela e residente na ilha do Sal, e Maria Solange Barbosa Machado, casada com João Machado. Embora não gostasse de honrarias, em 1955 aceitou o prémio Camilo Pessanha, no valor de 10 contos cabo-verdianos e foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Império Português. Foi o responsável pela introdução do modernismo literário em Cabo Verde, através da publicação do livro *Arquipélago* (1935) e da fundação da revista *Claridade* (1936).

em novos horizontes, adaptando-se a diferentes realidades e contribuindo para a criação de novos povos.

Nessa óptica, Jorge Barbosa abordou a realidade inicial das ilhas, desde a chegada dos colonizadores à formação da «alma» crioula. Em seu entender, tudo adveio do espírito ousado português que, embora tenha encarado enormes tempestades, ampliou de forma epopeica o seu reino, conforme se nota no poema «Expansão», onde o autor enalteceu Portugal devido à sua visão expansionista. Encontramos essa visão enaltecedora no refrão: «Heróico e pequeno / Reino Lusitano» e descreve o «Reino Lusitano» como sendo «heróico», embora tenha sido esmagado por Castela e pelo «mar tenebroso»: «Dir-se-ia esmagado / entre a aguerrida / Castela ardilosa / e a muralha das ondas / do mar tenebroso».<sup>2</sup>

Portanto, valerá a pena referir que o destino do arquipélago se iniciou com a saída de um barco do promontório de Sagres. Transportou os europeus que contribuíram para o povoamento de Cabo Verde, que se encontrava desabitado aquando da chegada dos descobridores. Encontraram apenas «aves de rapina», carnívoras, com bicos recurvados e pontiagudos, garras fortes e visão de longo alcance. Depararam ainda com uma vegetação transportada pelos pássaros aquando de fortes ventanias, como se pode ver no poema «Prelúdio»:

«Quando o descobridor chegou à primeira ilha / nem homens nus / nem mulheres nuas / espreitando / inocentes e medrosos / detrás da vegetação. // Nem setas venenosas vindas no ar / nem gritos de alarme e de guerra / ecoando pelos montes. // Havia somente / as aves de rapina / de garras afiadas / as aves marítimas // [...] / Quando o descobridor chegou // [...] // nessa hora então / nessa hora inicial / começou a cumprir-se / este destino ainda de todos nós».<sup>3</sup>

Já no poema «Panorama» é sugerido que na formação sociocultural do país participaram pessoas de todas as origens e classes sociais, tais como: «marinheiros queimados / corsários, escravos, aventureiros, / condenados, / fidalgos, / negreiros, / donatários das Ilhas, / Capitães-Mores»<sup>4</sup>. Todas terão sido transportadas por uma «nau» que, por influência do tráfico de escravos, o autor denominou de «nau de escravos». Eram transportadas em grande número e amontoadas nos porões, com o objectivo de serem

<sup>2</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 311.

<sup>3</sup> *Idem*, pp. 99-100.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 36.

vendidas e ampliarem o império português. Esse projecto destruiu muitas famílias e sociedades, visto que os escravos eram arrancados do seu país, da sua família e amigos sem liberdade de escolha. Uma parte ficou no arquipélago e participou na formação da sua sociedade, através de uma convivência contínua e permanente.

O primeiro cabo-verdiano nasceu na cidade da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, na ilha de Santiago, em 1462, tendo ocorrido uma expansão posterior ao resto das ilhas. Essa cidade, considerada o berço da Nação Cabo-Verdiana, entrou em declínio devido a ataques frequentes de piratas. A incapacidade dos cabo-verdianos em acertarem nos «ágeis» ladrões, que eram bem preparados, fizeram com que esse importante entreposto comercial entrasse em decadência económica. Originado nessa cidade, o cabo-verdiano resultou de uma união secular «de duas almas contrárias», fruto de um longo e duradouro processo, que gerou um único ser, descendente do «sangue do escravo africano» e o do «aventureiro» europeu, conforme Jorge Barbosa refere no poema «Povo»:

«Conflito numa alma só / de duas almas contrárias / buscando-se,  
amalgamando-se / numa secular fusão; // conflito num sangue só /  
do sangue forte africano / com o sangue aventureiro / dos homens da  
Expansão; // conflito num ser somente / de dois pólos em contacto / na  
insistente projecção / de muitas gerações / [...]».<sup>5</sup>

Essa fusão desencadeou no cabo-verdiano a indecisão sobre se é africano ou europeu, dando a ideia da suposta inexistência de uma identidade cultural, embora o autor a tenha destacado quando mencionou a expressão «alma do povo»: «N'alma do povo ficou / esta ansiedade profunda / – qualquer coisa de indeciso / entre o clima tropical / e o espelho de Portugal».<sup>6</sup>

Essa abordagem engloba, ainda, outros pormenores do quotidiano das ilhas, nomeadamente a radiodifusão na ilha de S. Vicente e na cidade da Praia. Quanto a S. Vicente, testemunha as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que, mesmo com problemas económicos, conseguiram construir pequenas emissoras que se faziam ouvir na ilha, tendo destacado Mário Moutinho e Mendo Barbosa, por serem os primeiros a conseguirem difundir a comunicação pela telefonia, como podemos ver na crónica «Radiodifusão em S. Vicente»:

<sup>5</sup> *Idem*, p. 46.

<sup>6</sup> *Idem*, *ibidem*.

«Nesta ilha também, desde há longos anos, tem havido desses curiosos pertinazes que há em toda a parte e acompanham, num interesse constante, em experiências dispendiosas, os progressos da radiodifusão. [...] Na história do amadorismo radiofónico respeitante a S. Vicente há que destacar a persistente aplicação do falecido Mário Moutinho e de Mendo Barbosa, talvez os primeiros a tentarem e a conseguirem aqui a transmissão da voz pela telefonia, naqueles tempos de técnica ainda pouco desenvolvida. Eram quase brinquedos os seus pequeníssimos postos e todos sabíamos as dificuldades que lhes foi preciso superar para conseguirem a sua construção. Por isso, quando chegavam a nós a palavra e a harmonia da música que irradiavam, o sucesso tinha o sabor a milagre».<sup>7</sup>

Também testemunhou o aparecimento da Rádio Pedro Afonso que, apesar de ter funcionado de forma experimental, cumpriu o propósito de difundir a música e o folclore das ilhas:

«Muito mais tarde aparecia a Rádio Pedro Afonso que pouco a pouco se foi fazendo e crescendo, apoiada na tenacidade e nos dispêndios do seu fundador, até atingir a posição que alcançou e lhe deu jus à nossa simpatia. Apesar de ter sempre funcionado a título provisório e de jamais ter passado, portanto, da fase experimental, a Rádio Pedro Afonso, pode-se afirmá-lo, teve no nosso meio uma actividade que não deixou de ser prestimosa porque com seus programas procurou e soube atingir a finalidade, a que se propunha, de difundir as nossas canções e o nosso folclore».<sup>8</sup>

Quanto à Rádio Clube do Mindelo, inaugurada no dia 28 de Maio de 1947, Jorge Barbosa procura compará-la com a emissora Rádio Clube de Cabo Verde, da cidade da Praia, que, além do seu lado recreativo, divulga a poesia, a música, projectando e valorizando aspectos cabo-verdianos fora do arquipélago. Nessa óptica, reivindica uma rádio para a ilha de S. Vicente que se possa ouvir em Lisboa, Dakar, Angola e América:

«Como sucede na Praia com a emissora do Rádio Clube de Cabo Verde, a qual, diga-se de passagem, vem cumprindo bem a sua missão, dentro desse sentido de que a função da rádio não é só recreativa, mas de alargamento também, levando assim, para fora do arquipélago, a nossa voz, a nossa poesia, a nossa música, projectando e valorizando os variados aspectos da nossa vida e da nossa alma; como sucede na Praia, dizia-o

<sup>7</sup> BARBOSA, J. Radiodifusão em S. Vicente, *Cabo Verde*, Praia, 36 (1952), p. 21.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem.*

eu, Mindelo necessita de uma emissora que se faça ouvir em Lisboa, Guiné, em Dakar, em Angola, na América, além ainda, se for possível, para tornarmos conhecida a nossa existência junto daqueles que não sabem de nós, para que nos façamos lembrados àqueles que se esquecem de nós e para que, lá longe, os nossos patrícios tenham a alegria de nos escutar. [...]».<sup>9</sup>

Testemunhou também alguns acontecimentos desportivos do quotidiano. Assim, em 1952, aborda o regresso da selecção de futebol do grupo de Barlavento que tinha ido jogar à Guiné, sob o comando técnico do professor de educação física Daniel Leite. Embora se tivessem defrontado com rudeza no campo da Fontinha, em S. Vicente, os jogadores fizeram uma boa exibição. Por isso, foram recebidos com muita alegria por parte da população e pelo Vice-presidente da Câmara de S. Vicente, Manuel Rodrigues, como se lê na seguinte passagem da crónica «Acontecimento desportivo»:

«Regressou festivamente da excursão a Guiné o grupo que fora àquela província representar o futebol de Barlavento nas disputas de um campeonato. [...] A gente do Mindelo, em massa compacta e barulhenta, maré cheia que se extravasou ao choque do acontecimento, foi aguardá-los ao cais, com música e alegria. E a Câmara Municipal, compreendendo que o sucesso tinha reflexo e projecção porque era a própria alma da cidade a vibrar e a manifestar-se, também dispensou apoio e estímulo aos nossos jogadores, abrindo-lhes a porta da casa e saudando-os na palavra expressiva do seu vice-presidente, Dr. Manuel Rodrigues. [...]».<sup>10</sup>

Nesta senda da abordagem de acontecimentos do quotidiano, sobretudo da ilha de S. Vicente, Jorge Barbosa faz referência à música e aos músicos dessa ilha. Em seu entender, com excepção da banda musical municipal, composta por crianças com vocação para cantar, os grupos musicais andariam a desvirtuar a música porque lhes faltavam algumas qualidades, como um ritmo quente, o sabor, a cor, o ambiente:

«Nunca a música fez tanto barulho em S. Vicente como agora. Não me refiro à banda municipal que tem o merecimento da simpatia, composta como é por crianças que muito se esforçam por cumprir o seu dever e a sua vocação. Refiro-me sim a esses grupos musicais – há excepções

<sup>9</sup> *Idem*, pp. 21-22.

<sup>10</sup> BARBOSA, J. *Acontecimento desportivo*, Cabo Verde, Praia, 34 (1952), p. 12.

certamente – que se multiplicam pela cidade, primando em tirar estridências dos clarinetes e dos cornetins, em tornar ásperos e enervantes os sons dos cavaquinhos e dos violões, em matraquear pandeiros e tamborins (para só falar de tais instrumentos). Todo este conjunto orquestral, quando se resolve funcionar, não passa de uma batucada que nem chega a ser a verdadeira batucada, porque lhe faltam desta o ritmo quente mas acertado, o sabor, a cor, a violência, o ambiente, o carácter, em suma. [...]».<sup>11</sup>

Na literatura, lamentou, numa carta a José Osório de Oliveira, o facto de Armando Xavier, Augusto Casimiro e José Osório de Oliveira, considerados por ele os três melhores amigos de Cabo Verde, não terem uma rua com os seus nomes:

«Há já algum tempo, a propósito da morte de Armando Xavier da Fonseca, falei dos que eu considerava os três melhores amigos de Cabo Verde, – de Você, dele e de Augusto Casimiro. Foi uma crónica lida ao microfone da Rádio Barlavento. Referi-me a três melhores amigos nossos porque fostes vós que mais nos destes: o interesse do vosso espírito e a vossa amizade compreensiva e solidária. Lastimei então, por conta do futuro, que vós três talvez jamais teríeis nas nossas ilhas uma rua com o vosso nome».<sup>12</sup>

Também mencionou uma homenagem feita no dia 26 de Julho de 1952 ao Governador de Cabo Verde, que se mostrava um amigo dos cabo-verdianos, ao ajudar e estimular iniciativas locais, apoiar os valores culturais cabo-verdianos, ajudar os pobres e ao ter mostrado a sua solidariedade para com a população da ilha do Fogo durante uma erupção vulcânica, numa passagem da crónica «Homenagem ao governador da província»:

«Se a homenagem teve como ponto de partida um aspecto que se prendia na rotina do comportamento protocolar, mas mesmo assim com significado porque se prestou para à roda do seu Governador reunir tanta gente, de mais variadas condições; se ela começou por ser de cortesia, nem por isso deixou de ter derivação na sentida homenagem ao homem que – é justiça reconhecê-lo – se mostra amigo de todos nós, não só pelas palavras de exaltação com que nos tem sabido compreender e apreciar, mas porque, outrossim, vem animando e estimulando as nossas

<sup>11</sup> BARBOSA, J. Música & músicos de S. Vicente, *Cabo Verde*, 37 (1952), p. 2.

<sup>12</sup> Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira, *Colóquio Letras*, 110-111 (1989), p. 119.

iniciativas, apoiando com interesse os valores culturais da nossa terra, desenvolvendo com espírito generoso os meios da protecção à pobreza, encorajando, em suma, com a sua assistência, os nossos momentos de tragédia (relembro agora a sua pronta presença na ilha de Fogo, quando da erupção vulcânica, percorrendo os sítios de maior perigo, alevantando a coragem abalada do povo, naqueles dias angustiosos de pânico em que o vulcão, derramando lavas, aniquilava povoados, sacudia e ameaçava a ilha).<sup>13</sup>

Jorge Barbosa também fez um balanço dos cinco séculos da colonização portuguesa no poema «Meio Milénio», um longo texto escrito em 1959, dividido em cinco partes. Foi escrito devido à influência das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do arquipélago. Desse modo, faz um relato da presença portuguesa desde 1460, ano considerado importante porque coincide com o achamento das ilhas, a mando de D. Afonso V, até 1960, considerado «sétimo no Plano do Fomento»: «1460 / ano histórico / do Achamento / para a glória d'El-Rei Afonso V / e provação de todos nós // 1960 / sétimo / na ordem / do Plano do Fomento.»<sup>14</sup>

Conclui assim que são quinhentos anos sem história mas com muitos sofrimentos para contar: «5 séculos / sem História / mas com muitas / histórias pra contar. // 5 séculos / tristes e lentos / de longa penitência / vincados e sofridos / na alma / atormentada das ilhas / guardados ainda / nos recessos da memória.»<sup>15</sup>

Esse balanço continua de forma irónica, com o autor a criticar o abandono do Porto Grande da ilha de S. Vicente, chegando a mencionar que tinha sido tardiamente recordado, numa altura em que já tinha perdido a sua importância na rota do Atlântico, em detrimento dos Portos de Dakar e Las Palmas, que se encontravam mais bem equipados: «5 séculos / o Porto Grande / (agora / tardiamente lembrado) / desde sempre abandonado / na rota do Atlântico. / Por pouco sentíamos / as sereias dos vapores / os guindastes / os vagons / os rumores mecânicos / do porto vizinho de Dacar.»<sup>16</sup>

O Porto Grande, localizado na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, é, portanto, um dos tópicos recorrentes na obra de Jorge Barbosa. Esse porto, com os seus estabelecimentos de combustíveis e com a instalação

<sup>13</sup> BARBOSA, J. Homenagem ao governador da província, *Cabo Verde*, 36 (1952), p. 21.

<sup>14</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 372.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 376.

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 376-377.



dos depósitos de carvão, marcou os momentos altos e baixos da economia de Cabo Verde. Foi, durante muito tempo, a capital de todas as actividades mais importantes em Cabo Verde, nomeadamente a navegação, devido à sua boa localização geográfica, ao comércio, aos telégrafos e correios, à indústria, à educação e à existência de cabos submarinos.

A abertura do Canal de Suez e a realização de obras de melhoramento efectuadas nos portos vizinhos, a partir das décadas de vinte e trinta do séc. XX, aliada à utilização de outros combustíveis, como o fuel, entrou em decadência, originando uma crise económico-financeira, na ilha de S. Vicente e no arquipélago. Tinha havido, com o declínio do porto, um aumento do desemprego, o que dificultou a vida a muitas famílias. Essa situação agravou-se com a falta de remessas dos emigrantes, atingidos pela crise mundial e, sobretudo, com o fim da emigração para os Estados Unidos da América. Dado o peso que tinha na economia nacional, Jorge Barbosa, assim como outros escritores do arquipélago de Cabo Verde reivindicaram soluções para o porto. Numa crónica intitulada «O Porto Grande: velho tema», o autor chama a atenção para o facto de ter ouvido falar da importância do Porto Grande para a economia da província e reclama a execução das obras projectadas, desde os tempos dos seus avós que, infelizmente, não se concretizam:

«De há muitos anos, com intermitências, mas sempre com entusiasmo, ouço falar, por aqui e por estas ilhas, do Porto Grande, da sua importante contribuição na economia da Província e das obras nele necessárias, aliás já previstas ou visionadas pelos nossos avós, pelos nossos pais, por nós e por nossos filhos também. Quer dizer que de tempo a tempo o assunto volta à baila, animando as conversas, enflorando os artigos dos jornais, inflamando os discursos. Todos retomam e conclamam o velho tema».<sup>17</sup>

Numa outra crónica, «O transatlântico Vera Cruz», testemunha a passagem desse barco pelo arquipélago, na sua viagem inaugural, às 20 horas do dia 20 de Abril de 1952, tendo aí permanecido até o dia seguinte. Com uma lotação de 1.242 passageiros, saiu de Portugal no dia 20 de Março de 1952 e passou por alguns países, como Brasil, Argentina, Uruguai e Cabo Verde. A sua chegada ao arquipélago era muito desejada, razão que explica o contentamento do povo ao vê-lo atracar no Porto Grande do Mindelo:

---

<sup>17</sup> BARBOSA, J. Porto Grande: velho tema, *Cabo Verde*, 31 (1952), p. 9.

«No regresso da tão falada viagem inaugural, em que aproou terras do Brasil, da Argentina e do Uruguai, em rápida e festiva trajectória, ancorou nas águas do Porto Grande, pelas 20 horas da noute de 20 de Abril, o novel mas já celebrado transatlântico “Vera Cruz”, tão ansiosamente esperado por todos». <sup>18</sup>

Aborda também, na crónica «Transatlântico Santa Maria», a tão esperada passagem desse transatlântico pelo porto do Mindelo, no ano de 1953 em direcção ao Brasil. Essa viagem foi considerada a da sua inauguração. Tendo a bordo duas personalidades importantes, o então Ministro da Marinha, Almirante Américo Tomás e o administrador da Companhia Colonial de Navegação (C.C.N), Bernardino Correia, a sua presença afirmou a posição do arquipélago nas rotas marítimas. Numa outra crónica, «Cabo Verde e o plano do fomento», reassumiu a necessidade de haver no arquipélago uma outra empresa de abastecimento de combustível, devido ao número de navios que davam entrada no porto, o que indiciava que a actividade compensava. A sua esperança e a dos cabo-verdianos aumentou, em 1953, quando cinco funcionários da Shell, inclusive o seu gerente em Lisboa, visitaram o arquipélago, embora não tenham revelado o que pretendia à companhia local. Lembra que poderia talvez resultar da visita o aumento das suas instalações, através da construção de mais depósitos de óleo, como se nota na crónica «Funcionários da Shell no Mindelo»:

«Estiveram recentemente de visita à Shell, com alguns dias de demora na cidade, cinco altos funcionários na Companhia, entre os quais o seu gerente em Lisboa. A visita, pela surpresa, pelo número dos componentes que lhe deram relevo, impressionou a população que logo vaticinou algo de importante em curso, com respeito ao Porto Grande. Porém, nada se sabe ao certo. Mas algum optimismo ficou animando o espírito de quantos anseiam por ver a Shell dar impulso à sua actividade como reabastecedora de combustíveis à navegação nesta ilha, o que representaria momentos mais risonhos para a vida económica da Província. [...]». <sup>19</sup>

O quotidiano das ilhas era, igualmente, marcado pelo sofrimento porque era uma «terra um pouco esquecida, de orçamento pobre», castigada por «secas, parciais umas vezes e de pequenas proporções, outras vezes

<sup>18</sup> BARBOSA, J. O transatlântico Vera Cruz, *Cabo Verde*, 3 (1952), p. 11.

<sup>19</sup> BARBOSA, J. Funcionários da Shell no Mindelo, *Cabo Verde*, 43 (1953), p. 12.

gerais e trágicas». <sup>20</sup> O povo das ilhas foi alvo dos condicionalismos climáticos e da incapacidade da administração portuguesa em resolver os problemas de um país, em que quando chovia se conseguia cultivar a banana, a laranja, o acaju, o café, a uva, a batata, o milho, base da cachupa, a batanga, o gufongo, a cana sacarina, base do grogue e do mel, o marmelo, a goiaba, entre outros géneros alimentícios; veja-se o poema «A Terra», dedicado a Manuel Lopes:

«Terra fértil / das bananeiras, das laranjeiras, / dos acajus, / dos cafeeiros, das uvas, dos batatais; / do milho que dá cachupa, o cuscuz, / a batanga, o gufongo; / das canas / que dão o grogue e o mel ...// Terra fértil / – das oleaginosas, / das acácias, dos cardeais, / das roseiras, / dos marmeleiros, das goiabeiras, / das árvores de fruta, / das árvores de sombra... // Terra fértil / do queijo sadio ...»<sup>21</sup>

O meio das ilhas era também um ambiente de secas e estiagens resultantes dos condicionalismos climáticos. No entanto, quando chovia, via-se a água a correr nas ribeiras a caminho ao mar:

«Tem a toada / sibilante do vento / rufos / de tambores / ressonâncias / graves / de vozes / dentro de um túnel / sufocados apelos / de naufragos / vindos em agonia / do fundo do mar / o canto da chuva / a correr indomável / e revoltado nas ribeiras / ou gota / a gota a cair / lenta na folhagem / tem os rangidos / dos mastros e cordame / no balanço dos veleiros».<sup>22</sup>

As crianças eram as piores vítimas dessas tragédias, ao serem atingidas logo à nascença: «Quanta desgraça não fica / nas nossas ilhas desfeita / no começo da vida! // Porque há meninos que morrem / muitos meninos que morrem / no começo da vida.»<sup>23</sup>

Após dois anos de seca, em que mais uma vez não caiu nenhuma gota de água, a crise instalou-se e com ela a falta de alimentos. Mulheres, homens e crianças muito magros saíram do campo, onde outrora houvera fartura, para a cidade para pedir esmola na rua para sobreviver. Comparadas a figuras fúnebres, as crianças, em desespero, chupavam os seios das

<sup>20</sup> BARBOSA, J. *Cabo Verde e o plano do fomento*, Cabo Verde, 5 (1953) p. 3.

<sup>21</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 41.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 257.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 270.

mães, numa triste imagem que fez parte do quotidiano do arquipélago, em vários momentos da sua história, como se nota no poema «Seca»:

«Dois anos de seca / vividos / como / só Deus sabe! / Vagueiam pela cidade / esqueléticas crianças. / Chegaram de fora / dos campos onde outrora / havia / a harmonia / de plantas exuberantes, / a promessa da fatura! // Pedem tostões pelas ruas / as suas / frágeis vozinhas / musicais. // [...] / Parecem bonecos macabros / e causam dó / os petizes de meses com vida só / nos lábios infatigáveis / que chupam vazias tetas maternas, / cada vez mais / com mais sofreguidão... // Os seios secos das mães / amamentam ainda!»<sup>24</sup>

Embora sem forças, o cabo-verdiano tem uma atitude estóica, e mesmo nas piores situações, mantém a esperança e procura resolver os seus problemas, sobretudo porque, nessas alturas, não recebia nenhum apoio, nem da comunidade internacional nem das autoridades portuguesas. Isto porque, segundo o autor, o cabo-verdiano está sempre esperando que a chuva caia para matar a sede da população e permitir a prática da agricultura. Estão sempre à espera, ainda, de um navio, carta, remédios e soluções para os dramas das ilhas, como se pode confirmar no canto sexto do poema «Expectativa»:

«Esperamos / estamos esperando / sempre / a chuva / para a sede dos campos / o navio / a carta / os remédios / o decreto // esperamos / tudo afinal / confiantes / obstinados / patriótico / heróicos / esperamos / a solução urgente / dos nossos problemas / dos nossos temas / dos nossos dilemas. // Paradoxal e trágico / o secular dilema / do povo das ilhas! / Espaços e distâncias / de sobra para todos / mas onde nós todos / somos de mais / para junto vivermos!»<sup>25</sup>

O trágico testemunho das ilhas prossegue no poema «Paisagem», onde Jorge Barbosa classifica de «malditos» os anos de seca. São malditos porque apenas se conseguem ver os campos abandonados e esmagados pelo intenso sol: «Malditos / estes anos de seca! // Mete dó / o silêncio triste / da terra abandonada / esmagada / sob o peso / do sol penetrante!»<sup>26</sup>

Essa situação catastrófica inviabilizava qualquer tipo de cultivo, devido à insuficiência de água, originando a fome. Devido a inexistência do milho, não se ouviam as pessoas a *cochirem* o milho, símbolo de

<sup>24</sup> *Idem*, pp. 66-67.

<sup>25</sup> *Idem*, pp. 182-183.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 59.

comida. Por essa razão, também não se via o fumo nas cozinhas das casas. Simbolizando, igualmente, a existência de refeição, o fumo era causado pela lenha que se utilizava na preparação da comida. As enxadas, usadas para trabalhar a terra, acabavam por ficar esquecidas nos cantos dos quintais onde eram cobertas de poeira e estrume. As árvores ficavam secas:

«Há quanto tempo não rodam / as pedras dos moinhos! / Há quanto não se ouve / o som monótono madrugador / dos pilões cochindo... / – Que é desse ruído anunciador / das refeições do povo? // De dentro das casas / nem fio tenuíssimo / de fumo subindo ... // Pobres enxadas / que não servem mais / esquecidas nos cantos dos quintais, / cobertas / de poeiras e de estrume... / [...] // Árvores pasmadas / sequiosas / com restos ainda / dos ninhos que abrigaram, / deixam rogativas silenciosas / no desolamento da paisagem!// [...] // Em tudo / o cenário dolorosíssimo / da estiagem / – da fome!»<sup>27</sup>

A seca, a estiagem e a fome torturavam os cabo-verdianos, como também se nota no poema «Casebre», um dos poemas mais dramáticos de Jorge Barbosa, ao testemunhar o padecimento do povo das ilhas que morria de fome. Devido a mais uma passagem da estiagem, não se viam sinais de plantas e árvores. Nas casas, apenas se viam as pedras utilizadas na sua construção porque a palha que as cobria fora arrastada pelas fortes ventanias. As portas e janelas ficaram completamente abertas, aumentando a tristeza dos seus habitantes, que já estavam a sofrer:

«Foi a estiagem. // [...] / Nem sinal de planta / nem de restos de árvore / no cenário ressequido da planície. // O casebre apenas / de pedra solta / e uma lembrança aflitiva. // O tecto de palha / levou-o / a fúria do sueste. // Sem batentes / as portas e as janelas / ficaram escancaradas / para aquela desolação // Foi a estiagem que passou.»<sup>28</sup>

Esse cenário de seca, estiagem, fome e morte, não dava descanso aos governadores do arquipélago, que ordenavam o enterro das pessoas que morriam, fazendo o autor lembrar no poema «Questionário»: «nós somos 165.000 mas poderíamos ser mais».<sup>29</sup> Os mortos eram transportados em padiolas, denominadas pelo autor por «padiola mortuária da regedoria». Muitas vezes, as pessoas eram sepultadas vivas, numa triste situação de desespero. Estando de barrigas inchadas, podia pensar-se que morriam

<sup>27</sup> *Idem*, pp. 59-60.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 362.

de fartura: «Nestes tempos / não tem descanso / a padiola mortuária da regedoria. / Levou primeiro / o corpo mirado da mulher / com o filho nu ao lado / de barriga inchada / que se diria / que foi de fartura que morreu. / O homem depois / com os olhos parados / abertos ainda.»<sup>30</sup>

Tratando de um cotidiano dramático, o poeta criticou o desprezo a que as crianças estavam sujeitas por parte das autoridades portuguesas e das instituições internacionais (Organização Mundial da Saúde, Cruz Vermelha, Cáritas) e das mulheres da alta burguesia que ajudavam crianças da Argentina, da China, da Itália e da Hungria. Essa ajuda não chegava porque, ao contrário dos outros países, a administração portuguesa impedia qualquer tentativa de divulgação dos problemas e qualquer pedido de ajuda para o arquipélago, fazendo as tragédias ficarem circunscritas ao meio cabo-verdiano.

Face a esse cenário, Jorge Barbosa sentiu e presenciou a miséria do seu povo, que, sem nada, andava na rua mendigando e pedindo os restos de comida que sobravam das searas e um pouco de dinheiro que havia nos cofres. Sentia-se triste com a situação, mas a sua resolução não dependia dele, como lembra em «Não era para mim», poema dedicado a Marcelo Caetano: «Senti a miséria queixar-se ao meu lado, / gente sem nada pedindo um pouco somente / do muito que sobeja nas searas e nos cofres. / Mas não era para mim a queixa tão repetida / porque não sou eu que tenho a espada e a balança / para fazer a divisão.»<sup>31</sup>

Esse cotidiano dramático criou no imaginário dos cabo-verdianos a necessidade de procurarem alternativas para os seus problemas, usando o mar como via para construírem um caminho diferente para as suas vidas. Na procura ininterrupta de soluções para essas agruras, a governação portuguesa estimulou a emigração forçada para S. Tomé, que só de forma ilusória resolveu os seus problemas.

No entanto, esses cabo-verdianos não tinham alternativa. Ou iam para o trabalho injusto e cansativo ou aguardavam a morte, que ocorria de forma lenta e silenciosa, em consequência da fome. Esse tipo de emigração ganhou peso, quando em 1902, o Capitão-tenente da Armada e então governador do território, Francisco de Paula Cid, determinou que um passaporte passaria a custar 4\$800 réis a cada cabo-verdiano. Essa medida dificultou a vida aos que pretendiam ir para os Estados Unidos. Para Angola e S. Tomé era apenas necessário o bilhete de identidade.

<sup>30</sup> *Idem*, pp. 111-112.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 147.

O ano de 1947 ficou marcado pela saída em massa de muitos emigrantes para trabalhar nas roças, na plantação do cacau, coconote, café e do óleo de rubro das palmeiras, assumindo-se como um outro drama para a população, que acabou por sair de lá mais pobre do que aquando da sua partida e com problemas de saúde. Surgida com a «aparência» de reduzir a carência de emprego em Cabo Verde e a falta de mão-de-obra nas roças de São Tomé, as dificuldades dos que saíam, com o anseio de prosperar economicamente, só aumentavam. Essas complexidades foram explicadas por Jorge Barbosa na crónica «Serviçais». O autor referiu que iam às centenas e que essa partida era marcada por uma enorme tristeza. Achava desnecessário assistir às despedidas porque se sentia incapaz de lhes avivar o optimismo.

Esta temática foi mencionada no poema «Memorial de São Tomé: sueltos poéticos», em resultado da experiência do autor como delegado do Governo de Cabo Verde em acompanhamento aos emigrantes a essa ilha. Isso causou-lhe um certo desagrado porque seria mais fácil celebrar o santo que deu o nome a S. Tomé do que abordar a terrível experiência dos seus «irmãos»: «São Tomé, Santo prudente, / não sois vós que eu celebro / no meu canto desesperado.»<sup>32</sup>

Nesse texto, testemunhou e denunciou a ida dos seus «irmãos anónimos» para esse país na tentativa de dissiparem as dificuldades vividas no arquipélago, mas que acabaram por conceder o seu «suor barato» às mencionadas cultivações porque, embora São Tomé e Príncipe fosse considerado fertilíssimo, a sua riqueza advinha da mão-de-obra dos arquipelágicos. Segundo Elsa dos Santos:

«Apesar de Jorge Barbosa não ter sido o pioneiro do tratamento deste tema (antes dele, fizeram-no Dante Mariano e Osvaldo Alcântara), há, ao nível da linguagem, uma modernidade, onde a função poética jamais se deixa apagar pelo tom de denúncia, por vezes de raiva, instituindo a ironia como processo de distanciamento que lhe permite, com rigor de objectividade, destruir para criar.»<sup>33</sup>

Na óptica do autor, eram os mais pobres, homens, mulheres e crianças, que iam às centenas, em levadas organizadas pela Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe, SOEMI. Inaugurada na ilha de Santiago, em 1903, permitiu que o ganho dos contratadores fosse tanto maior quanto

<sup>32</sup> *Idem*, p. 400.

<sup>33</sup> SANTOS, E. R. (1989). *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Caminho, p. 119.

o número de trabalhadores inscritos para as roças. Os trabalhadores iam seduzidos pela paisagem exótica santomense e por promessas de ganhos. Os seus representantes andavam de ilha em ilha à procura de trabalhadores. Convenciam-nos com ideias fantasiosas, com a doação de abonos, roupas, esteiras, cobertores e com a cedência do bilhete da viagem a par de um adiantamento em dinheiro, sob o argumento de que estavam a tentar salvar o povo da miséria e da fome:

«Soemi tentacular, / os seus agentes se espalham, / eficientes, pelos recantos / das ilhas cabo-verdianas. // Soemi caridosa, distribuindo abonos e roupas, / esteiras e cobertores / aos serviçais na abalada. // Soemi generosa, / ofertando, espontânea, / as passagens nos porões / dos vapores nacionais. // Soemi providencial, / salvando o povo das ilhas / da miséria e da fome. // Soemi magnânima, / Soemi alugando / o povo do Arquipélago». <sup>34</sup>

As dificuldades desses trabalhadores foram diminuídas graças à interferência da ONU. No entanto, os encarregados e governadores continuaram a aplicar-lhes estalos e palmatoadas, como forma de lhes ditar a ordem: «Por causa da Onu / agora é a brandura / paternal e prudente: / o bofetão isolado, / a palmatoada contada / e pouco mais que se diga / Assim se acata a ordem / e o prestígio se impõe / dos capatazes e senhores / administradores das roças.» <sup>35</sup>

Pode ver-se também a censura à crença de que os negros e brancos são irmãos. Essa era, segundo o próprio, uma asserção que tinha como objectivo ludibriar os africanos, que, no entanto, sempre tinham desconfiado dela. Aliás, segundo o seu testemunho, os pretos eram desconsiderados e desvalorizados. Em S. Tomé, tudo era complicado e difícil, desde a lei do indigenato, aos castigos infligidos às pessoas, até à chuva que era constante e abundante. Já em Cabo Verde, os seus «irmãos» sentiam-se cidadãos, ao encontrarem-se inscritos nos cadernos eleitorais:

«A oficializada legenda / impressa e proclamada / com citação em discursos / de flamante retórica / e firme patriotismo, / a oficializada legenda / pretos e brancos são todos / irmãos e portugueses, / foi boato que circulou / pelos recantos do Império / mas em que nunca ninguém / jamais acreditou. // A vida, a lei, as pessoas / são mais severas e hostis. / [...] // Se alguma falta cometem, / se alguma roça se queixa / e ela mesma não

<sup>34</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo Fonseca e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 405-406.

<sup>35</sup> *Idem*, pp. 409-410.



castiga, / o que resulta no mínimo / são as palmatoadas contadas / na  
rígida Curadoria. // Mas aqui se consideram / homens e cidadãos / com  
bilhetes de identidade / e os nomes inscritos / nos cadernos eleitorais.  
// [...] // Terra longe e sombria, / tudo ali é diferente / e a lei para eles  
/ é a lei do indigenato / que em nossas terras não temos.»<sup>36</sup>

Uma outra temática abordada foi a da prostituição. Em Cabo Verde, a sociedade exhibe frequentemente imagens femininas marcadas por dois tipos de mulheres: mães-esposas e mulheres de vida «fácil». No dia-a-dia, uma jovem que namore muito ou que seja frequentadora assídua de festas e bailes ao redor da sua casa corre o risco de ser difamada, chegando, por vezes, a ser comparada a uma prostituta. Nessa óptica, a literatura produzida em Cabo Verde, apresentou a mulher fundamentalmente sob três pontos de vista: a que emigrava e trabalhava dignamente; a que de forma corajosa procurava lutar contra a seca, sendo boa mãe e um pólo de auxílio ao marido na realização das tarefas, e a que se prostituía no Mindelo, Dakar.

Nesse sentido, estando a prostituição presente no quotidiano cabo-verdiano, Jorge Barbosa abordou-a na sua escrita e apresentou-a como sendo o destino das jovens que por força de problemas sociais, não conseguiam manter-se nos padrões de conduta esperados. No poema «Moça Velha», o autor testemunha a vida amoral de uma moça, pobre e humilde, sem um fio de ouro no pescoço, que projecta o sonho de ir a um baile de carnaval. O poeta insinua que conseguirá o seu vestuário através da prostituição e, em consequência dessa vida, terá muitos filhos, sem que haja um pai que os assuma. Esse testemunho inicia-se de forma desesperada e evolui para uma situação de esperança:

«Faz-me pena o teu ar humilde de pobre moça, / com esse pobre vestido de chita surrada, / sem um fio doirado de pôr ao pescoço.../ E adivinho-te o sonho de ires ao baile carnavalesco / que há brevemente no Grupo Flor do mar, / vestida de rainha, / com botinas cor de prata, / uma coroa de sete estrelas... / A túnica de lantejoulas brilhando / com o luar nas águas da baía ... // [...] / Minha pretinha / um moço virá / que te dará o vestido de rainha... // E serás a mais linda do baile carnavalesco! // Minha preta velha, // Deus aliviará mais tarde as dores das tuas varizes...»<sup>37</sup>

O tom de orientação quase paternal empregue pelo autor mostra a sua preocupação com o destino da jovem e com os seus futuros filhos. Ela

<sup>36</sup> *Idem*, pp. 410-411.

<sup>37</sup> *Idem*, pp. 68-69.

deixou de cuidar das regras morais da família, exemplificando assim uma visão estereotipada e machista na representação das prostitutas e das causas que as levaram a seguir esse caminho. A sua vida num país, com uma situação dramática e desesperante, obrigava-a a vender-se como forma de sobrevivência. Não havendo outras opções, acabavam por ser vítimas do seu destino. Consideradas «meretrizes da cidade portuária» prostituíam-se a bordo dos barcos que aportavam na ilha de S. Vicente e na Rua de Lisboa onde, de roupa apertada e seios à mostra andavam num vaivém constante à procura de clientes.

Nem todas as pessoas desconfiavam delas. Por vezes procuravam disfarçar para que algumas pessoas não percebessem. Elas iniciavam essa vida ainda cedo, razão pela qual o autor pergunta onde estão as suas «bonecas feitas de trapos vestidas de cores luzidas». Muito provavelmente nem todas as tinham tido, mas mostravam um jeito pueril ao vaguearem pela cidade à procura de clientes, com um sorriso de ternura e profissional:

«Jovens meretrizes / da cidade portuária / passais com o vosso / passo marchando / como se fosseis / quase a bailar / ao som de um tambor / com as vossas / saias ao alto / as pernas ao léu / a cinta apertada / a blusa cortada / ao longo das espáduas. // Passais e vibraís / os seios incipientes / as coxas esguias / e ágeis de poldra. / [...] / No giro que dais / por aí apurastes / o composto sorriso / profissional. Entretanto ainda / no sorriso flutua / uma infantil / ternura que não podeis esconder.»<sup>38</sup>

Essa actividade permitia-lhes contactar com pessoas de várias nacionalidades, o que lhes facilitava a aprendizagem de várias línguas e o conhecimento de diferentes tipos de moedas. Também ouviam falar de diferentes países e passavam a conhecer os dias e os horários em que os barcos estrangeiros entravam na cidade, guardando na memória imagens de marinheiros de todas as raças e cores:

«Meninas políglotas / dos bordéis / soubestes ali / palavras e pragas / na voz estrangeira / dos marinheiros. // Não nos enganeis / no câmbio e nas contas / das moedas que tomais / em troca do amor. // Aprendestes uma / geografia sumária / nos nomes das nações / dos vapores em trânsito. / Tendes na memória / histórias e tatuagens / e imagens de tantos / estranhos marinheiros / de raças e cores / e portos distantes. / [...]»<sup>39</sup>

<sup>38</sup> *Idem*, pp. 250-251.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 252.

Essa profissão expunha-as ao risco de serem infectadas por diferentes tipos de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, e de terem filhos com homens de vários países que nunca mais voltariam a ver: «Guardais lembranças/ da escala dos navios: / retratos infecções / cicatrizes e até / às vezes um filho...»<sup>40</sup>

Muitos desses homens eram chineses, afro-americanos, holandeses, e deixaram a sua marca na sociedade cabo-verdiana, conforme se lê no poema «Ilhas»: «Todos passaram / – Chineses, Negros, Americanos, Holandeses – / Todos passaram / e deixaram, / por acaso, / a sua raça no ventre das meretrizes do porto.»<sup>41</sup>

Essas mesmas meninas «políglotas dos bordéis» eram submetidas a um jugo moral social e exibidas como exemplos didáticos, através da exaltação de ensinamentos de regras de conduta, de padrões morais da sociedade, ou de papéis sociais femininos idealizados. Por mais engajado que o poeta estivesse na denúncia da condição social dessas prostitutas e das suas carências económicas, ele não deixa de considerar a posição da sociedade ao rejeitá-las. Aquando da morte de prostitutas, apenas as suas colegas de profissão iam aos enterros, feitos sem a presença de um padre. O autor, no entanto, é o único que sente ternura por elas:

«Meninas repudiadas / ninguém se aproxima / de vós nos caminhos / Repudiadas mesmo / na morte quando morre / alguma de vós / só vão as vossas / tristes companheiras / ao enterro sem padre. // Meninas das longas / noites insones / de orgias e rixas / jovens meretrizes da cidade portuária / eu não sei porque / será ternura / que sinto por vós!»<sup>42</sup>

Encontramos a temática da prostituição (principalmente a infantil) em outros poemas de análise social, embora nem sempre essa ideia esteja explícita, como por exemplo em «Momento Suburbano», «Menina», «Destino Ignorado».

A insularidade é uma outra temática retratada por Jorge Barbosa, visto que o arquipélago de Cabo Verde é caracterizado por uma insularidade geográfica, histórica, cultural e económica. É comum, por exemplo, a comunidade cabo-verdiana que se encontra na diáspora organizar-se preservando os hábitos e as tradições do país, o que explica a existência de muitas associações que permitem o contacto com a sua cultura. Não existe em Cabo Verde uma uniformidade, devido à separação das ilhas, à

<sup>40</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>41</sup> *Idem, p. 37.*

<sup>42</sup> *Idem, pp. 252-253.*

especificidade da sua colonização e à existência de deficientes meios de comunicação entre elas. A insularidade manifesta-se no comportamento dos seus habitantes de duas formas: de um lado circunscreve a vida e o convívio local e de outro enquadra o desejo constante de se viajar.

Esses dois comportamentos fazem-nos destacar na obra de Jorge Barbosa a temática da insularidade, uma vez que encontramos nela dois tipos de mar. O primeiro é inimigo, cerca as ilhas, como se fossem grades. Simboliza rotina, tristeza e condiciona a psicologia local. O segundo, considerado favorável, liberta o povo e permite-lhe adquirir o seu sustento. Esse tópico foi muito perscrutado pelo autor, o que nos faz deparar com um espaço fechado, estagnado, imóvel, rodeado pelo mar, limitando movimentações, dando a ideia de um cativo, fazendo Jorge Barbosa referir que no arquipélago nada acontece, a não ser as secas e as desgraças de sempre, e que tudo chega atrasado, apesar de a rádio amenizar as distâncias, como se lê na crónica «Nada aqui acontece»:

«Nós aqui vivemos no fim do mundo. A não serem as secas e as mais os nossos dramas de sempre, nada aqui acontece. [...]. Não há dúvida que nós vivemos no fim do mundo. Nada aqui acontece. Nem aparece por este nosso céu um disco voador ao menos, desses que dizem vir de outros planetas e são coisa hoje tão corriqueira pelos céus da terra. Será que já não temos céu? Ou que lá nos outros planetas não sabem do nosso pobre recanto? E como poderiam saber de nós se este em que vivemos não sabe de nós?»<sup>43</sup>

Habitar num país circundado pelo mar, onde nada ocorre, restringe, pois, os seus ocupantes a um quotidiano enfadonho e estimula-os a uma partida idealizada com o propósito de adquirirem novas experiências e de amenizarem as suas dificuldades económicas. Nesses países há sempre novidades, desde descarrilamento de comboios às notícias de crianças prodígio. Nesse sentido, compara o arquipélago a uma prisão/cadeia/cárcere, visto que além de ser um espaço pequeno, o mar separa e condiciona os contactos entre as ilhas e com o resto do mundo; no poema «Prisão» tudo é visto com um ar de amargura e de sofrimento. Assim, num primeiro momento, o sujeito poético faz-nos uma configuração mais genérica para depois nos conceder uma notação mais específica: «Pobre do que ficou na cadeia, / de olhar resignado, / a ver das grades quem passa na rua! //

<sup>43</sup> BARBOSA, J. Nada aqui acontece, *Cabo Verde*, 38 (1952), pp. 21-22.

Pobre de mim que fiquei detido também / na Ilha tão desolada rodeada do Mar! ... // as grades também da minha prisão.»<sup>44</sup>

Um outro testemunho do quotidiano cabo-verdiano que Jorge Barbosa nos deu foi abordar o património cultural do arquipélago. Portanto, valorizou algumas revelações culturais representativas da voz colectiva cabo-verdiana, como a literatura, bailes e festas de romarias onde se dançavam a morna, o *colá* São João, a cantiga de *finançon*, o batuque (típico da ilha de Santiago), a contradança (típica da ilha de Santo Antão), entre outros ritmos, dançados nas festas realizadas aos fins-de-semana e nas festas profanas e sagradas.

O São João é celebrado no dia 24 de Junho. Integrado nas festas juninas, é uma das principais festas populares nas ilhas de Barlavento: Santo Antão, S. Vicente e S. Nicolau e na Brava (Sotavento). Engloba um conjunto diversificado de actividades: missa, comida, bebidas, *colá*, corrida de cavalo acompanhada de tambores e apitos. O acto de *colá* é feito aos pares, em movimento de recuo e aproximação tocando-se mutuamente com a parte superior da coxa, conforme testemunhou Jorge Barbosa no poema «Tambores de São João», dedicado ao engenheiro Humberto Fonseca:

«Tropel de cavalos velozes / que fogem em pânico / ao longo de planícies ressequidas // rebombos / de nuvens tempestuosas // [...] // são afinal / os tambores de São João / que seguem pela estrada / a caminho / da Ribeira do Julião. // Vai o povo também / vai atrás a dançar / a dança alucinada / do choque / violento dos abdómens // entre apitos / gritos / e delírios / ao compasso da toada apressada / e guerreira dos tambores. // [...]»<sup>45</sup>

O poeta também abordou a morna na sua escrita. Trata-se do género musical que reproduz de forma mais evidente a alma e o lirismo dos cabo-verdianos. Permite cantar as temáticas da melancolia, da ironia, do amor, da saudade, do isolamento, da fé, do afecto. Há nela o predomínio do que na linguagem da terra se chama *crecheu*, que designa aquela pessoa que nós amamos e aqueles que também nos amam e encontra-se retratada com maior frequência nas mornas de temática amorosa, como se nota na «Força de crecheu», de Eugénio Tavares:

«Ca tem nada na es bida / Más grande que amor. / Se Deus ca tem medida, / Amor inda é maior... / Amor inda é maior, / Maior que mar,

<sup>44</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 89.

<sup>45</sup> *Idem*, pp. 263-264.

que céu: / Mas, entre otos crecheu, / De meu inda é maior. // Crecheu  
 más sabe, / É quel que é de meu: / El é que é chabe / que abrim nha  
 céu... / Crecheu mas sabe / É quel / que q'rem.../ Se já'n perdel, /  
 Morte já bem ... / Ó força de crecheu, / Abri'n nha asa em flor! / Dixa'n  
 alcança céu / Pa'n bá pedil semente / De amor como es de meu, / Pa'n  
 bem da todo gente / Pa todo conché céu!»<sup>46</sup>

É de salientar ainda que Jorge Barbosa abordou as profissões humildes como a dos varredores de rua, dos faroleiros, dos pescadores, das carregadeiras de peixe, e dos agricultores. Entendia que os trabalhadores do arquipélago careciam de incentivo, através de uma melhoria salarial, para extirpar alguma indolência que pudesse existir, como se pode certificar na crónica *Indolência cabo-verdiana*: «Na verdade, confesso-o, parece, algumas vezes parece, que essa indolência existe, a avaliar de certos flagrantes de abandono físico e de poupança nos movimentos e nos esforços, que aqui e ali surpreendemos na população – melhor, em alguns indivíduos da população.»<sup>47</sup>

Admitindo tratar-se de um quotidiano pouco estimulante, Jorge Barbosa aborda e atesta a vida simples dos trabalhadores das ilhas e coloca uma série de interrogações, tendo concluído que a indolência, a existir, advinha apenas da falta de estímulo:

«Posto isto, vejamos o caso do simples homem trabalhador destas ilhas. Vejamos o homem da terra, tão cheia, por vezes, de surpresas e desesperanças, o carregador, o pedreiro, etc.; vejamos o homem dos nossos mares, o marinheiro dos nossos frágeis veleiros, o pescador, o catraeiro do Porto Grande, etc. Qual o seu estímulo pecuniário em relação ao esforço que despendem? Não vale a pena estimar a média de tão escassos proventos. Qual a certeza do seu futuro? Um seguro social para a velhice? Um retiro para quando chegar a invalidez? [...]. Deste modo, e se de facto existisse a apregoadá indolência caboverdeana, poderíamos talvez explicá-la simplesmente com a falta de estímulo, quase total, que afecta como uma fatalidade (corrigível entretanto) a vida das mais humildes classes trabalhadoras do arquipélago.»<sup>48</sup>

Se havia algumas pessoas que não trabalhavam, havia outras que, com muita valentia, buscavam o sustento para as suas famílias, caso dos

<sup>46</sup> TAVARES, E. (1932), *Mornas: cantigas crioulas*. Lisboa: J. Rodrigues & Cia, pp. 27-28.

<sup>47</sup> BARBOSA, J. A indolência caboverdeana, *Cabo Verde*, 88 (1957), p. 10.

<sup>48</sup> *Idem*, pp. 10-11.

agricultores, dos marinheiros, dos pescadores, das mulheres carregadeiras, como se nota na seguinte passagem:

«E essa labuta do dia-a-dia das mulheres do povo, percorrendo longos e duros caminhos, num vai e vem porfiado, com cargas pesadas à cabeça (produtos agrícolas, lenha, bosta até, este dejecto animal que é também combustível nos lares desamparados)? E o trabalho das crianças? As crianças pobres também carregam, também trabalham, mais do que brincam. Só por si já é trabalho esforçado o percurso diário da infância rural caboverdeana por quilómetros multiplicados de chão áspero e abrasante, a caminho e no regresso da escola, com o estômago vazio.»<sup>49</sup>

O poema «Varredores» dá-nos a imagem dos varredores da Câmara Municipal do Mindelo, ilha de S. Vicente e, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, reclama o seu tratamento com dignidade. São pobres, humildes, anónimos, mas são seres humanos idênticos aos outros residentes na cidade. Demonstra essa solidariedade para com eles porque são eles que sujam as mãos para manter limpa a cidade, a troco de uma baixa remuneração:

«Senhor Presidente / da Câmara Municipal / da Ilha de S. Vicente: //  
Eis um relato / apenas / e eu não sei se vale / a pena escrevê-lo. //  
Relato nocturno / dos varredores / e varredoras / municipais. // São tão  
anónimos / e os mais humildes / dos vossos servidores. // [...] / Ora  
Senhor Presidente / talvez nunca tivésseis / falado a nenhum. // Ou  
talvez falareis / agora depois / deste relato // – eu não sei...»<sup>50</sup>

Em «Os Faroleiros» expressa a sua solidariedade aos dignos homens dessa profissão, visto que, segundo o próprio, estes exercem-na no alto das montanhas, onde residem:

«[...] no alto dos rochedos onde moram / na sua solidão / entre o céu e  
o mar // horas longas dos dias / ficam imóveis a olhar/ os vapores que  
navegam / nos rumos da terra longe / e as aves marítimas / de voo lento  
e rápidos mergulhos // [...] / Relêem relêem / jornais atrasados / relêem  
já de cor / velhos almanaques / com as páginas desfeitas / pelo átrio dos  
seus dedos. / [...].»<sup>51</sup>

<sup>49</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>50</sup> BARBOSA, J. (2002). *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 245-249.

<sup>51</sup> *Idem*, pp. 243-244.

A transposição da realidade e da vivência do quotidiano cabo-verdiano continua em muitos outros poemas, como «Epopéia», onde se enaltece a atitude heróica dos pescadores das ilhas que, sem condições materiais, se lançam nos botes ao mar à procura de peixe. Trata-se de um verdadeiro acto heróico. No entanto, nem todos têm essa consciência:

«Pescadores aqui / e ali pelos portos / dispersos das ilhas / tão grande é esse / vosso destemor / que tendes guardado / firme no peito! // Assim manobrais / serenos e certos / pequenos botes / corredores e frágeis. // [...] / Mas não sabeis / pescadores / o que é epopeia / esta palavra cheia / de navegações / naufrágios / batalhas / conquistas / pólvora / e heroísmos! // Pois também pescadores / epopeia é essa / batalha que travais / há tantas gerações / contra os perigos do mar / contra os perigos da vida / humilde epopeia / a vossa / mais ignorada / e inglória / de todas as epopeias! // [...]»<sup>52</sup>

Muitos desses «botes pequenos» e «frágeis» acabam por não regressar: «No decurso dos anos / é raro mas há / um bote qualquer / que nunca mais volta!»<sup>53</sup>, o que explica «as rezas nos lábios»<sup>54</sup> dos seus familiares. Sendo os temporais imprevisíveis, as ventanias transportam os pequenos botes que, na maioria das vezes, não voltam mais. Isso engrandece o trabalho desses profissionais que enfrentam várias peripécias para conseguirem o sustento da sua família:

«História marítima / que os poetas ilhéus / não contaram ainda. // Pois inesperados / surgem por vezes / violentos ventos / que elevam nas praias / as ondas em arco / e as largam desfeitas / em irisadas cataratas. // [...] // Vitoriosa é a arte / inefável e atávica / dos segredos do mar / jamais aprendidos / arte guardada / tão funda na memória / e súbito surgida / na alma impávida / dos homens serenos / do leme e dos remos!»<sup>55</sup>

No poema «Pescadores da Ilha do Sal», lembra-se o esquecimento a que esses trabalhadores estão sujeitos, e os prejuízos causados por fortes ventanias, que são obrigados a enfrentar:

«Quem sabe que existem / os pescadores / da árida ilha / do sal e do sol? // [...] // Persistem durante / dias e noites / as rajadas afiadas / dos ventos alísios. / [...] // Os pescadores / em dias seguidos / de ventania /

<sup>52</sup> *Idem*, pp. 198-200.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>55</sup> *Idem*, pp. 217-218.



ficam na praia / a olhar silenciosos / o mar e o céu. // [...] // Quem sabe que existem / os pescadores / da árida ilha / do sal e do sol?»<sup>56</sup>

Corajosos e desconhecidos heróis que se atiram ao mar à procura de peixe, deveriam constar por direito próprio dos manuais escolares: «Pescadores destemidos / heróis do mar / sem hinos solenes / e medalhas no peito. // [...] // Heróis do mar / sem história nenhuma / nem lembrança qualquer / nos livros escolares. // [...]»<sup>57</sup>

Também as mulheres assumem funções sociais e económicas nas comunidades piscatórias. São elas que transportam e comercializam o peixe:

«Jovens carregadeiras / de peixe trazeis / dentro dos olhos / distâncias do mar. // Tendes nos olhos / tristezas e duas / contas no fundo / redondas e negras. // [...] // há ruídos diluídos / e sombras que rolam / pelos areais / misteriosamente... // [...] // Jovens carregadeiras / de passo ligeiro / que andais dia a dia / com cestos de peixe // [...]»<sup>58</sup>

Em suma, Jorge Barbosa foi um autor preocupado com a realidade vivida pelos cabo-verdianos, facto que ficou notabilizado na sua escrita, onde nos emprestou os seus olhos para visualizarmos a vivência das ilhas desde o seu descobrimento ao relato de vários vestígios do seu quotidiano.

## Bibliografia

- BARBOSA, J. A indolência caboverdeana, *Cabo Verde*, 88 (1957), p. 10.
- BARBOSA, J. Funcionários da Shell no Mindelo, *Cabo Verde*, 43 (1953), p. 12.
- BARBOSA, J. Homenagem ao governador da província, *Cabo Verde*, 36 (1952), p. 21.
- BARBOSA, J. Música & músicos de S. Vicente, *Cabo Verde*, 37 (1952), p. 2.
- BARBOSA, J. Nada aqui acontece, *Cabo Verde*, 38 (1952), pp. 21-22.
- BARBOSA, J. O transatlântico Vera Cruz, *Cabo Verde*, 3 (1952), p. 11.
- BARBOSA, J. *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos) (2002). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARBOSA, J. Porto Grande: velho tema, *Cabo Verde*, 31 (1952), p. 9.
- BARBOSA, J. Radiodifusão em S. Vicente, *Cabo Verde*, 36 (1952), p. 21.

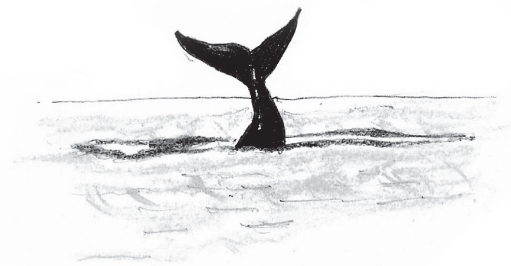
<sup>56</sup> *Idem*, pp. 232-235.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 228.

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 212-214.

- Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira, *Colóquio Letras*, 110-111 (1989), pp. 119.
- LUZ, H. C. R. da, *Jorge Barbosa: o claridoso realista (contributo para a compreensão da poesia deste autor)* (2008), dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL, Lisboa.
- LUZ, H. C. R. da, *O imaginário e o quotidiano cabo-verdiano na produção literária de Jorge Barbosa* (2013), tese de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa.
- LUZ, H. C. R. da, A reconstituição histórica das ilhas de Cabo Verde a partir da poesia de Jorge Barbosa, *Callema*, 6 (2009), pp. 44-49.
- LUZ, H. C. R. da, Jorge Vera Cruz Barbosa: o poeta e o seu tempo, *Callema*, 5 (2008), pp. 90-98.
- LUZ, H. A construção do imaginário viajante na escrita barbosiana, *Atas V e VI do Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos* (2016). Praia: Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos, pp. 43-50.
- SANTOS, E. R. (1989). *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Caminho.
- TAVARES, E. (1932). *Mornas: cantigas crioulas*. Lisboa: J. Rodrigues & Cia.





TERNURA E SACRIFÍCIO:  
CENAS QUOTIDIANAS  
DAS ILHAS DESCONHECIDAS

JOSÉ DE ASSUNÇÃO GONÇALVES

Ia tudo compungido – ia a mulher compungida e os pescadores compungidos, o padre, o sacrista, a cruz e a caldeira – iam aqueles homens rudes e tisonados em passo de caso grave e fatos de ver a Deus. Nas Lajes, noutro dia, saía o enterro dum baleeiro morto no mar, quando do Alto da Forca anunciaram o bicho. Logo a marcha compassada parou instantaneamente e mudaram instantaneamente de atitude: ficou só o padre com o latim engasgado e o caixão no meio da rua, e os outros, enrodilhados, levaram o sacristão, de abalada, até à praia. Baleia! baleia!...<sup>1</sup>

Lembras-te Raul, quando o padre Jorge se virou para a filha do baleeiro agachada num mistério, levantou-lhe a cabeça e enxugando as lágrimas, a tentou confortar.

– Madalena, hoje é um dia triste porque o teu pai nos deixou, mas acredita em mim: o teu pai não morreu. A morte não existe. O teu pai está vivo.

Pôs-lhe a mão no peito e continuou – A alma do teu pai está aqui. A alma do teu pai é a vida dele em ti, e é ela que te faz chorar.

Repetiu – É a vida do teu pai em ti e nunca morrerá. É isso o infinito, a imortalidade, a ressurreição, a vida eterna.

De repente apercebeu-se que apelava à fé a uma criança agachada num mistério, e quis desenvolver essa metáfora. Teve vontade de aprofundar a sua convicção que nós, na verdade ressuscitamos no dia em que nascemos, mas achou melhor restringir-se a um exemplo concreto:

– Lembra-te quando o teu pai saía para o mar e só regressava meses depois. Tu não o vias, mas sabias que estava vivo. Agora é o mesmo. E serás feliz se acreditares.

---

Desenho: *Iba do Pico, as baleias.*

<sup>1</sup> *in* Raul Brandão, *As ilhas desconhecidas.*

O padre Jorge chegou aos Açores com 53 anos, tantas quantas avé-marias de um terço, mas não se podia dizer que era um fervoroso devoto mariano. Tão pouco era irmão de um morgado e de um coronel, mas desde o seminário conseguia colher a sincera empatia dos seus próximos. Chegou mesmo a ser cônego, mas o escândalo da sua dissertação sobre a «Teologia do vinho», arrasou uma meteórica ascensão eclesiástica e obrigou-o a embarcar para o exílio atlântico.

Do pouco que privámos, nunca lhe notei queixume. Pareceu-me aliás muito bem enquadrado na terra da devoção ao Espírito Santo, sem esboçar desconforto quando era convidado a ocupar uma posição secundária ao imperador, e enquanto assistia ao povo trazer para diante do Santo Espírito, a Santa Matéria.

As homilias que lhe ouvi, tinham em comum o proselitismo do Deus de Moisés – «Eu sou aquele que sou». Era crítico da imagem antropomórfica que dava a entender que Deus era um ser *per se*, necessariamente sénior e distinto dos outros seres; e era ainda mais diligente em anunciar Deus como o tetragrama da espiritualidade, amor, moralidade e lógica que existem em nós.

Quando me despedi do padre Jorge, senti que este exílio insular não era um degredo, mas antes uma recompensa e encontro com o seu próprio destino.

E ao som dos homens que acudiam aos barcos, excitados gritando – «Baleia! baleia!» – e das mulheres pedindo do cais que – «Nosso Senhor lha dê sem perigo!» – assistimos à ultima despedida de um baleeiro, pai, filho, marido e amigo, que três dias antes partilhava daquele mesmo entusiasmo.

Aparte Copland, que lhe dedicou uma fanfarra, este baleeiro ficará anónimo para a humanidade. Jamais dará o seu nome a uma rua, ou manchete a um jornal, mas a sua alma viverá para sempre no coração e na memória dos seus próximos. E essa asceta imortalidade deve bastar a um homem.

Passados dois meses, cumpria-se a flamenga tradição de festejar o evangelista leonino e a fidelidade conjugal, como se os dois se relacionassem.

A irmandade de S. Marcos, composta apenas por homens casados, armou um altar com uma coroa de cornos muito ornamentada, encimada por um corno maior. Durante o dia saíram à rua para convidar os que passavam, a beijar o *sagrado corno*. À noite a coroa foi levada em procissão pelo irmão Amadeu, debaixo de um pálio com seis varas às quais

pegavam outros seis irmãos. Na frente seguia o irmão Lourenço com um turíbulo, no qual queimava raspa de corno, fornecida pelos homens que casaram desde a última festa, e transportada numa naveta por outro irmão. Os fogaréus, archotes, clamores, e as fisionomias a vermelho e negro da procissão, tomavam outro relevo. Parecia que todos os fantasmas tinham acudido à chamada.

- É cornudo! – bradavam entusiasmados à porta daqueles que julgavam dever pertencer à irmandade, por direito de conquista. Logo as mulheres se assomavam à janela, vociferando a defesa da honra do marido e mais alguns impropérios com que cobriam de insultos os homens em procissão.

Dizem que noutras freguesias, os pais levam as crianças travessas ao padroeiro, e batem-lhes com a cabeça no touro aos pés da imagem, dizendo:

Meu senhor S. Marcos  
Que amansais bois bravos,  
Amansai-me este filho  
Que é pior que todos os diabos.

E a cada verso segue-se uma valente cabeçada, de sorte que a criança atordoada fica mansa.

Explicam este patronato porque a cabra é entre os animais, o que tem a reputação de ser mais inconstante nos amores. Ora esta má reputação recaiu sobre a cabeça do bode, que se tornou na representação do marido atraído pela mulher. Sendo os cornos o mais belo atributo do bode, deram por metáfora um par, ao esposo de uma mulher infiel.<sup>2, 3, 4</sup>

Perguntei ao senhor Gregório, o devoto mais rico da ilha, que neste dia pôs a sua adega à disposição da irmandade, qual a relação entre um santo evangelista, um leão alado e um herbívoro cornudo.

- Boa pergunta – retorquiu numa formidável clarividência inebriada – Lembra-te que Marcos começa com o clamor no deserto. Ora se isso serve bem a um leão, ainda melhor serve a um ilhéu – e continuou – Sabes que o leão é o mais bravo dos animais, que não recua diante de nada. Ora

<sup>2</sup> in Raul Brandão, *As ilhas desconhecidas*.

<sup>3</sup> CHAVES, F. A. *As festas de S. Marcos em algumas ilhas dos Açores e a sua origem provável*. 1906. Lisboa. Imprensa Nacional.

<sup>4</sup> BRAGA, T. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Volume II. 1886. Lisboa. Livraria Ferreira.

como um leão e os provérbios, o ilhéu *justo sente-se seguro e sem medo*<sup>5</sup>, com uma inabalável fortaleza de segurança contra todas as adversidades.

Colocou a sua mão direita sobre o meu ombro, encostou a sua cara à minha, chegou a sua boca ao meu ouvido e alertou-me numa cadência pausada e solene, que não disfarçava o hálito real de um Czar – Dizem que o leão dorme mesmo de olhos abertos. Ora se o faz, é porque nasceu numa ilha.

Nisto brindou, bebeu o copo cheio de um trago, agarrou-me num abraço e arrastou-me para a multidão com ele, gritando

– Cornudo! É cornudo! Onde estás que não te vejo?

No dia seguinte parti para a Candelária, onde me fui encontrar com uma delegação da Universidade, destacada pelo arquipélago em missões ditas de empreendedorismo. O Paulo, chefe de missão, querido amigo da Faculdade sabendo-me no Pico, não hesitou em me ligar para matarmos saudades. Foi assim que conheci aquele grupo de peritos, que percorria as ilhas com o objectivo de levar a ciência da academia às populações analfabetas, para sensibilizar as famílias a aumentar a produtividade no trabalho e a rentabilidade do património.

Em cada terra que chegavam, os académicos pediam para ser recebidos pelo ancião. Na Candelária foram apresentados ao senhor Artur, honrado corvino que escolheu o Pico para constituir família. Deslumbrado pela montanha acima das nuvens e pelo negrume das suas entranhas, justificava-se apaixonado:

– Onde mais pode um homem querer viver, senão na ilha que toca no céu com o fogo arrefecido do inferno?

Confidenciou-nos Luzinha, sua mulher, que a escolha da ilha do Pico não tinha sido assim tão poética, mas que o velho Artur com os anos, tinha aperfeiçoado uma inata habilidade em disfarçar os sentimentos com lirismos.

Artur era o mais novo de três irmãos.

Carlos o primogénito, para fugir do vento, das cagarras e da monotonia da existência naquele rochedo, partira para a América aos 12 anos num baleeiro americano. Consta que não terá resistido ao tétano contraído a bordo, mas como a família nunca recebera o corpo nem sequer uma certidão do óbito, Artur viveu toda a vida imaginando o seu querido irmão a disfrutar de uma vida próspera e feliz na terra das oportunidades.

---

<sup>5</sup> Pr 28, 1.

A sua irmã Mariana «chegou a ser a rainha do Corvo: aconselhava, arranjava dispensas e punha e dispunha a seu grado. Ia de capa para a igreja e de botas nos pés, quando toda a gente andava descalça. Isto deu-lhe um grande respeito e todos começaram a obedecer-lhe. Era ela quem dizia: – Uma pessoa não se deve gabar nem queixar. Se se chora, os pobres lastimam-na: – Coitada. – Se se gaba, dizem: – O que ela tem, e não dá nada à gente!...»<sup>6</sup>

Artur cedo se apercebeu que só existia uma forma de se emancipar da irmã e de ser filho do padre: emigrar.

Aos dezoito anos, numa manhã de nevoeiro em que o vento ainda dormia, embarcou para a ilha das Flores. No cais, enquanto Mariana lhe incumbia a compra de dois bezerros, Artur em segredo já se imaginava a partir para a América ao encontro do irmão. Chegado a Santa Cruz, logo que se afirmou corvino, foi recebido no Pequod sem reservas, mas apenas um dia de mar fê-lo mudar de ideias. Tudo lá dentro era escorregadio, e Artur não suportava aquele cheiro nem o que ele representava. Tresandava a gordura viscosa e mal conseguia respirar, temendo aterrorizado que aquele fumo pegajoso e fétido se entranhasse, e o tornasse apenas mais um instrumento da ganância que é escrava do trabalho, ou ferramenta do trabalho que é vítima da ganância.

Nem esperou que o Pequod atracasse em São Roque. Mal apitaram à faina, empoleirou-se da amura de bombordo e jogou-se ao mar à procura de um baptismo. Esqueceu-se que não sabia nadar, mas quis Deus ou o destino que Artur fosse salvo por uma menina que ali nadava.

Chamava-se Maria da Luz, mas preferia que lhe chamassem Luzinha.

– Bom dia senhor Artur – começou Paulo por agradecer a hospitalidade ao ancião da Candelária.

– Bom dia meus senhores – respondeu – então digam lá o que me querem.

– O senhor tem aqui duas belas vacas.

– Certíssimo!

– E quanto pasto aqui tem?

– Dois hectares.

– Dois hectares? – repetiu – Então tem pasto para criar mais gado!?

– Então e para que quero eu ter mais gado? – perguntou admirado.

– Para produzir mais leite e vender mais carne.

– E para que quero eu ter mais leite e mais carne?

<sup>6</sup> in BRANDÃO, R. *As ilhas desconhecidas*.



– Porque assim pode aumentar o rendimento da sua terra e tirar mais proveito financeiro do seu património.

– Mas se eu criar mais vacas, vou ter mais trabalho e arrelias.

– Temporariamente sim, mas ao longo dos anos irá aforrar uma boa maquia, que lhe permitirá um dia repousar e disfrutar da sua reforma com conforto.

– Mas então, isso já é o que eu estou a fazer agora...

Artur estava prestes a dizer-lhes que os seus bezerros iriam ser sempre de carne e não de ouro, mas foi oportunamente interrompido pela sua filha Marta, que se aproximou como era costume, atarefada e inquieta. Marta lançou um olhar fulminante sobre a sua irmã sentada aos pés do pai, sem disfarçar a perturbação que sentia, porque Maria nunca se levantava para a ajudar, e anunciou:

– Têm biscoitos e vinho na mesa. Sirvam-se à vontade antes de se fazer ao caminho.

Seguiram-se uns instantes de silêncio incómodo que mais pareciam uma eternidade, enquanto retemperávamos forças naquela merenda. Quando nos despedimos, notavam-se sentimentos mistos na comitiva; uns de humildade e gratidão, por uma lição de vida tão válida como outra qualquer, outros de afronta e reprovação, pel' aquela mansidão que não se podia chamar preguiça.

Desconcertados talvez fosse a palavra mais certa para nos descrever. Já ninguém sabia quem estava a escolher a melhor parte, mas um pensamento prevaleceu unânime: nenhum de nós podia viver como estes homens, mas na hora da morte, todos queríamos ser um deles.

Sozinho no regresso às Lajes, enquanto passava pelo mistério de S. João pensando em Marta e Maria, escutei o búzio do vigia que dava sinal de baleia à vista, e corri com todas as forças que me sobravam, para me juntar à população em êxtase.

«Todos ganham: uma baleia dá muito óleo e o óleo dá muito dinheiro. Às vezes dá âmbar. Mas há principalmente a necessidade de matar, de lutar (numa vida que é mais monótona do que em qualquer outra parte – duas vezes monótona pelo mar que os circunda e pelos montes que os entaipam), de vencer as contrariedades e os perigos – sentimento com raízes no mais profundo da alma humana.»<sup>7</sup>

– E aquele bote não larga? – perguntei.

---

<sup>7</sup> in BRANDÃO, R. *As ilbas desconhecidas*.

– Está à espera de um remador. O Ismael desapareceu. O meu amigo oferece-se?

– Claro que sim! – aceitei arrebatado e assim mesmo embarquei no «Lua Nova».

Foi impressionante o efeito que esta viagem teve em mim. Nunca em terra me senti tão vivo e tão bem como no mar. Embarcar, sentir a vaga a bater compassada no casco que nos sustem à superfície das ondas, experimentar a supremacia dos elementos sobre a nossa vontade, reconhecer a dependência dos outros na escolha do nosso rumo, entender a necessidade da camaradagem na prossecução de um objectivo, e sobretudo navegar, é compreender a condição humana.

Julgava eu (e o Ismael) que toda a gente sabia que a meditação e a água se encontram indissolúvelmente ligadas, quando absorto nestes pensamentos, afrouxei a remada e não me ergui para ajudar a levantar o mastro. Logo recebi seis olhares reprovadores dos meus companheiros de bordo, como que a questionar – o que é que este moço do continente está aqui a fazer? – ou – para que é que nos serve este marinho alfacinha, salgado de algarvio e beirão, que não sabe nem sequer remar? – ou se calhar ninguém pensou nada e era só eu a divagar altivo, convencido que alguém me dava importância.

O que é certo, é que naquele momento tínhamos a baleia à nossa frente. Os botes e os homens congregavam-se em silêncio na aproximação ao bicho, concentrando toda a energia do mundo nos braços do trancador que se preparava para lançar o ferro.

De repente o insólito aconteceu, todos trocaram olhares de admiração, e o tempo e os relógios pararam.

Naturalmente, fui o último a perceber que aquela baleia amamentava um filho, e na minha ingenuidade por momentos imaginei-lhe a redenção.

Qual quê?

No mesmo instante zarpou um ferro direito ao bebé. A baleia mãe ainda tentou agarrá-lo para o resgatar mas era inútil, o seu filho tinha sido morto. Receei que aquela baleia se virasse em vingança contra os botes, e desejei em segredo que aquela mãe mergulhasse bem fundo e fugisse para se salvar a si. Mas aquele monstro não fez nada disso, e entregou-se à morte também.

«Contam que a mãe, acompanhada pelo filho, [...] é mais fácil de subjugar, chegando o ambaque (baleia preta) a deixar-se matar quando lhe apanham o pequeno: basta feri-lo ao pé do rabo e puxá-lo para o bote. A mãe já não o larga e prefere, se não pode fugir com ele metido

debaixo da asa, que a acabem às lançadas. Quer dizer: esta coisa monstruosa e zincada, com óleo na cabeça, não só come e digere, não só dorme e digere – é capaz de ternura e sacrifício».<sup>8</sup>

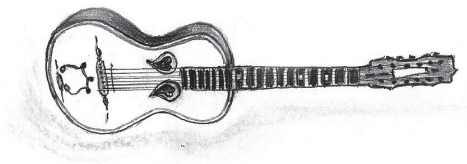
John Donne equivocou-se. Nós homens somos ilhas. De facto, somos nós as ilhas desconhecidas, banhadas e unidas pelo oceano que é a vida.

Razão tinhas tu Raul, quando me disseste que «o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha que está em frente.»<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> *in* BRANDÃO, R. *As ilhas desconhecidas*.

<sup>9</sup> *idem*.



## INSULAR NAVEGABUNDO

JOSÉ FRANCISCO COSTA\*

Por vezes, como agora acontece, alguém me convida a expandir a reflexão crítica – o mesmo que revelar o meu sentir – sobre o tema da minha insularidade. Lembro-me, como exemplo de tais solicitações, que, certo dia, me achei à conversa com dois poetas, convidado em mesa posta para uma das nossas açorianas celebrações, neste lado do mar. Ora eu, e, até por sugestão da distinta mordomia da tal função, tentei discorrer um pouco sobre o «como e o porquê» da minha escrita. As palavras que aqui vos trago continuam a ser o eco do que eu sempre quis dizer. Com efeito, e para que nem tudo se perdesse, após a tal conversa dos dois poetas e eu, ajuntei parte da minha fala, meti-lhe, de permeio, algumas palavras ainda húmidas, mais um salseiro de ideias de musgo envergonhadas. Provei... Por fim, envolto no rumor dos que tanto souberam escrever e daqueles que, por este tempo, muito bem dizem sobre a singeleza omnipresente do nosso mar e da nossa terra, e ainda, e sempre, arrepiado com a desconfortável desconfiança de que os vates das cordas açorianas não me tolerem um simples dedilhar da «viola da terra» de que são mestres tangedores, atrevi-me, apesar de tudo, a responder à minha própria provocação.

Ora, aqui vai, nesta simpreza de quadra, o que, do fundo do coração, à boca se me arriba, em jeito de mote, sobre a minha e nossa insularidade:

«Aonde vou dar à costa  
Nas lonjuras deste mundo?  
Eu próprio sou a resposta:  
Insular navegabundo.»<sup>1</sup>

---

Desenho: *Viola da Terra*, S. Miguel.

\* Bristol Community College

<sup>1</sup> A expressão é do meu avô Xico, que a utilizava todas as vezes que meu pai – embarcado na *Insulana* – regressava a casa com sacos de guloseimas para nosso regalo e cestas de avios para os terminos de minha mãe. E meu avô, que esperava como eu

Insularidade. Palavra repleta de lugares, de histórias, pessoas, tempos. Magia polissêmica, a transbordar, como massa sovada, da experiência de gosto e desgosto, que leveda a cada instante que as mãos da alma lhe tocam na descoberta do sentido. E, sempre que me ajeito na concha que segrego, e de que nunca mais me hei-de separar, percebo, ou melhor, apercebo-me de que ser ilhéu é tudo menos o que já sei, penso que sabia, ou outros têm definido. Porque é uma vivência, maneira de ser, ou quase modo de estar. Ou, porque não será nada disso, é, por conseguinte, experiência somente. Em cada ilhéu há um «insulano», como nos chamou Gaspar Frutuoso (1998a). Há algo de nosso, em perfeita consonância com o semema «insularidade» – uma identidade que já Frutuoso, por meio de tantas razões e persistência de argumentos, quis deixar claro, ao referir-se à nossa origem terrena. Somos ilhas, e só pertencemos ao mar.<sup>2</sup> Fomos, desde o início do povoamento, construindo uma maneira de ser própria, afeiçoada à ilha que, e apesar de tantas dificuldades e limitações de toda a ordem, decidimos que fosse para sempre nossa, como se depreende das palavras de Frutuoso (1998b).<sup>3</sup>

Nunca esquecerei o comentário da Lourdes, minha mulher e primeira leitora e crítica desde que, e em grande parte para consumo doméstico, arrisco alguns versos que dão à costa, samacaios naufragados do mar que me vai por dentro. À minha companheira entreguei este rascunho, com o meu desconfiado aqui-tens-lê:

*O outro tom da Sapateia*

«... Sapateia teia teia  
com fios enlaçados no olhar...  
Sapateia teia teia  
a dor que fia do mar

---

aquela chegada de promessas, perguntava a meu pai: «Eh, Antonino! Qu'é dos meus cigarrinhos de Lisboa? Bota-os aqui, navegabundo dum corisco!» E abraçavam-se com ternura, filha também daquela ausência.

- 2 «Mas o meu parecer é (salvo o melhor juízo) que nunca estas ilhas foram apegadas com a terra firme de Portugal, nem, tão pouco, são parte ou pedaços daquela ilha Atlanta subvertida, ou de Platão fingida, ou mal dele entendida [...]» (p. 98).
- 3 Andando os homens nestas ilhas [...] beneficiando a terra, semeando-a de trigo, cevada e centeio, e de diversos legumes, armando e tecendo suas casas, como fazem os curiosos e cuidadosos passarinhos antre o alto arvoredado, temperando com aquelas soidades dos matos e novas e estranhas ilhas as que tinham de suas terras naturais, donde vinham, uns com determinação de tornar às que deixaram, outros de viver e morrer nas que novamente acharam e povoavam, apostados com aquela colónia de novas terras esquecer as saudades das suas antigas. (p. 47)

– um novelo em cada mão -  
com fios do seu olhar.  
E subiu a maré cheia  
a saia ficou molhada  
um anzol de pescador  
picou-a não deu por nada.  
... Sapateia teia teia  
com fios enlaçados no olhar...

Num pedacinho de tábua  
nove cartas a boiar  
a mágoa chegou-lhe ao peito  
desfeito já de chorar.  
É já noite e sapateia  
esquecida de ficar  
um sonho de maré cheia  
sapateia quer sonhar.  
... Sapateia teia teia  
com fios enlaçados no olhar...

Morta de nuvens vestida  
o coração um mistério  
seios de lava derretida  
pervertida em adultério  
de vulcão que vomitou  
areia do mar trazida  
em ilha se transformou  
ali ficou gávea esquecida (?).  
... Sapateia teia teia  
com fios enlaçados no olhar  
... Sapateia teia teia...»

Após a leitura desta que foi uma das minhas primeiras tentativas que a sério me propus fazer sobre esta minha condição, e sem quaisquer referências entusiásticas à qualidade do poema, a minha leitora, que já há muito convivia com o meu «sotaque», comentou: «Só um ilhéu poderia escrever assim...» Para evitar confusões, de imediato lhe rezei alguns nomes dos nossos maiores açorianos. Esses, como Antero, Roberto de Mesquita, Cortes-Rodrigues, Vitorino Nemésio, Dias de Melo, Emanuel Félix, Natália Correia, Pedro da Silveira, Daniel de Sá, são alguns dos, já idos, imperadores da maresia, da saudade, do torpor, do negrume, da meia-luz, do

cinza-anil, do encantamento do longe, e do perto o desencanto. E mais lhe disse, em jeito de esclarecimento, que essa insularidade tem um nome: «Açorianidade»<sup>4</sup>. Ela é, nas palavras de Onésimo Teotónio Almeida (2008), um «termo vago» que eu não poderei definir, mas que revelo em múltiplos aspectos da minha vivência. Como diz este escritor, açoriano que tem desenvolvido, ao longo de várias décadas, uma profunda reflexão crítica sobre o tema, «Açorianidade é a açorianidade de quem a expressa: a sua visão sobre o seu modo de estar-se no mundo açoriano e do que se lhe deverá seguir, ou, para os de fora, a sua visão da mundividência, do ser e do dever ser dos Açores. [...] A açorianidade deve ser a aceitação dos Açores como *lugar de nascerça que viaja connosco*, não como freio, mas como presença afectiva.» (p. 37)<sup>5</sup>

Em memória dos mestres da nossa escrita, decidi abrir a minha pobre despensa, e vou, por aí, respondendo ao comentário da minha companheira. Desta feita, me atrevi a caminhar – sempre a tactear, como em desequilíbrio sobre pedras de limo em calhau miúdo – no encalce do «ser assim» que só a um ilhéu pertence. Somos, parafraseando Nemésio, «sereias» de duas metades: uma de água; a outra é terra.<sup>6</sup> A nossa aparên-

<sup>4</sup> O termo foi «cunhado» por Vitorino Nemésio em artigo publicado na *Revista Insula*, 7/8, Julho/Agosto, 1932.

<sup>5</sup> A este respeito, sugiro que se leia, do mesmo autor, o capítulo «Açorianidade: Equívocos estéticos e éticos» (1986. pp. 303-314). O capítulo citado de *Mínima Azórica* é, segundo o autor, uma «revisitação» da temática sobre a açorianidade. (p. 215)

Por entre o imenso lastro de prosa já produzida, Onésimo Almeida deixa que a poética se apodere da sua escrita sobretudo quando o tema «Açores» ultrapassa os limites de objecto de análise crítica para sintagmática de afeiçoão:

«Não sei explicar mais nada só sei dizer que não sou marinheiro nem fui à Índia nem nasci na rocha mas confesso sem pejo que fora da vista de água eu sinto que me afogo» (Almeida 2004. p. 21)

<sup>6</sup> Pela literatura, sobretudo na poesia, perpassa uma linguagem de grande pendor lírico que, para além dos tópicos da saudade, da ausência e do sonho de regresso, dá grande realce à visualização paradisíaca da ilha – entidade gerada por mar e terra. Veja-se, como exemplo, o poema «Crepúsculo na ilha», de Marcolino Candeias (2002), de que cito esta sinestesia tão insular, pedra de toque para uma constante construção mítica da ilha:

«[...]»

III

No cheiro a erva

Um sonoro subtil soar de silêncio

Brota um crepúsculo de flores esmagadas

IV

No ar

Paira um odor calado a maresia». (p. 33)

cia de basalto esconde um poeta por dentro. A ilha, sertã temperada de versos, nunca nos deixa em paz. Dela recebemos a inquietação de todos os nossos horizontes:

*Enquanto*

«Na terra ainda  
dançam criptomérias  
contra o mar

Na água ainda  
poisam gaivotas  
contra o céu

No azul ainda  
sopram ventos  
contra o sol

Na luz ainda  
cantam verdilhões  
contra a solidão

Na alma ainda  
moram lagos  
contra o tempo

Nos combros ainda  
genuflecte o feno  
contra uma falésia

Na volta ainda  
da ilha os lábios  
contra o coração  
segredos contam».

A insularidade é feita de «carne e de pedra». O lugar e a vivência dele. A ilha é um sítio que um dia nos foi dado, e que, durante séculos, temos vindo a interiorizar. À nossa maneira.<sup>7</sup> Pelo que se tornou impossível não

---

<sup>7</sup> Sentimos, como diz António Rego (2014), que a ilha é

«Uma espécie de grande seio donde brotámos e onde abrimos os olhos para o mundo. E a planície imensa e chã que nos cerca, e a que chamamos apenas mar. [...] Nunca poderemos desfazer-nos deste manto de neblina que nos envolve sejam quais forem os trajés de que a vida nos vai revestindo.» (p. 20)



sermos diferentes. Podem inundar-nos de cidades, que o nosso «cantinho» terá sempre uma gota de mar, uma réstea de luz, uma nesga de céu:

*Hino à Lua das Ilhas*

«Sou do mar da pedra grande  
Onde a noite só descansa  
Quando o dia se alevanta  
Nos braços do sol menino.

Sou de uma terra com tranças  
Que se escoam pela águas  
E onde morrem tantas mágoas  
Onde mora o meu destino.

Gostosa lava de sonhos  
Jogo feliz de criança  
Sou de uma terra de esperança  
Da cor do verde mais lindo.

E quando as tranças se escondem  
A lua mostra o umbigo  
É então que eu sinto e digo:  
Sou do mar da pedra grande».

Lugar, este, que todos nós, desde o ínfimo poeta aos escribas iluminados (de «formação endógena, «insularizados», «ilhanizados», «estranhos») sentimos e queremos tão mítico e universal, como *ítaca* desejada, odiada, perdida, achada, reencontrada matriz de todos os regressos.<sup>8</sup> Uma folha

<sup>8</sup> E aqui importa trazer à memória excertos de dois escritos de Eduíno de Jesus (2005), poeta dos signos do interior. A ilha é uma memória de água, de saudades e partidas, semema que só poderá ser totalmente descodificado por quem experimentou o viver insular. Assim vem expresso no poema «Linhas Para um Retrato do Poeta quando Jovem»:

«Este poema é das saudades e do sol posto.  
E da procissão do Senhor, de colchas nas varandas,  
E de quando eu tinha as mãos postas  
Que minha mãe veio e me pôs umas asas brancas  
[...]  
E da chuva que caíu nas colchas das varandas.  
E das mãos que vieram tirar-me as asas brancas.  
E dos olhos de minha mãe, quando eu parti para longes terras...» (p. 99)

E ainda no poema «Paisagem com barcos»:

«A esfumada paisagem o porto solitário  
aquele rapaz ali de magro olhar triste

verde das minhas conteiras vale mais do que todos os versos a que, por minha parte, procuro dar sentido. Como estes, que nunca se acabaram:

«Gêmeos de sereia  
 e dela ricos filhos os que o são  
 Caldeiras soluços ferventes de sonho  
 Morangos selvagens de lava gerados  
 no musgo deitados de hera vestidos  
 sempre na espera de encontros urdidos  
 na banda de lá de seja o que for...  
 Memória perpassada de velas e escritas  
 estórias ruins e de amor em sulcos  
 cerzidas sempre a ponto cavado de angústias  
 Canoas desauridas em busca de nada  
 ou outra coisa que não seja o desatino  
  
 Liras cantores e mandadores  
 Donos das unhas do vento  
 que tocam as cordas da alma  
 Irmãos quase de um deus de água azeda  
 que neste braço de mar criou o tempo  
 húmido soluço de distâncias  
 em solfejo decantado de hortênsias  
 intemporal feto de lembranças  
 escorrendo em basalto  
 fonte nova  
 onde bebo seio e sal».

Aquilo que pretendo é partilhar a constante recorrência de regresso. Sem ele, não há caminho, nem viagem, ou lugar algum.<sup>9</sup> Então, para-

---

sou eu (mal me conheço)

[...]

Acaso conheceis vós outros acaso conheceis  
 a melodia do vento o rumor das vagas no bojo  
 Dos barcos parados?» (p. 295)

<sup>9</sup> Aqui invoco Fernando Aires (1988), escritor que introduziu a diarística poética na literatura açoriana:

«A que se deve a teima de estarmos aqui, agarrados como cracas a esta meia dúzia de rochedos cercados? Medito os escaninhos de mim-mesmo na esperança da resposta. Mas fica por explicar todas as cruezas do estar longe: aquele soluço na garganta de não ver o mar. E o desejo insofrido de molhar os olhos na água-

fraseando Jorge de Sena, se a poesia me visita, comovem-se as palavras sobre lugares concretos, pessoas, e as vozes delas feitas imagens e sons. Permitam-me estes dois exemplos em que quase tudo ficou por dizer:

*Almagreira*

«Os olhos do silêncio no rosto branco das casas  
estão ali  
fazendo companhia  
às vacas remoendo a erva em pasto de sossego.  
E das bocas de talhões espreitam memórias  
para de novo  
ao fundo se recolherem na espera  
fermento azedo da eternidade caseira do meu tempo.

Os olhos do silêncio no rosto branco das casas  
me apontam  
as tetas torradas da terra que aleitaram  
o barro da minh'alma».

*Meninas ainda*

«lado a lado sentadas  
contemplam sismadas  
o deslizar da rua  
  
(o verão  
qual deus guloso  
devora as sombras de tudo)

nos olhos  
o desejo de mulher  
para quando for tempo  
e as aves caladas  
contemplam pasmadas  
aqueles destinos».

O último verso do retrato fugidio, que experimentei com traços imprecisos, ficou propositadamente em aberto com a palavra «destinos». Entre as marcas distintivas da nossa insularidade há que referir sempre o desejo e a sedução do ir para além do mar. O urdir constante do ponto de cruz com

---

rela húmida das colinas macias. E a ânsia do bafo morno da terra em gestação vulcânica.» (p. 216)

a linha do horizonte. A eterna visão de um barco a vaguear nos olhos.<sup>10</sup> A nossa história está repleta de saídas porque a terra é pouca, e somos muitos, ou o solo não produz, a batata mingúia, a laranja murcha, a riqueza cresce nas mãos de só alguns. E há *brasis* a perder de vista. E novas de «califórnia perdidas de abundância».<sup>11</sup> E, assim, a emigração tornou-se a nossa irmã de peito, não muito tempo depois de termos arribado àquelas ínsulas em mar ignoto semeadas, e por um *velho cabral* a custo achadas. De tal sorte que parte essencial da nossa «poética», ficção e poesia, concentra-se na temática da emigração. No meu caso, o que me provocou a escrita foi tudo isso que a um açoriano cabe por herança/destino. Tentei abordar esta melopeia existencial, quando escrevi

*A mó do desejo (?)*

«E do rolar  
da pedra da moenda  
nasceu-lhe a melopeia:  
quem me dera quem me dera quem me dera quem

E das mãos  
alvas da farinha  
cresceu no coração  
uma estória simples:  
Deu-lhe um beijo  
e foi-se  
Dormiu com ela  
e foi-se

<sup>10</sup> Ser ilhéu é embarcar para sempre na constância do sonho, como nos diz Vamberto Freitas (2014), no seu diálogo permanente e crítico com todos os autores que têm procurado acostar ao significado do termo que Nemésio criou. «Nós somos a geografia sem mapa. Ser açoriano foi sempre estar presente e ausente de nós próprios e dos nossos. [...] A açorianidade nada tem a ver com fronteiras ou passaportes tem a ver com os que conosco partilham o destino de uma vida em perpétua busca do pão e de realização, o sonho em viagem sem fim. Levamos as ilhas dentro de nós, e cá para dentro trazemos o mundo inteiro.» (p.93)

<sup>11</sup> Pedro da Silveira (1999) foi quem melhor sintetizou a universal superioridade significativa do reduzido espaço físico da ilha:

«Ilha  
Só isto:  
O céu fechado, uma ganhoa  
pairando. Mar. E um barco na distância:  
olhos de fome a adivinhar-lhe à proa  
Califórnia perdidas de abundância.» (p. 53)

Abraçou o cão  
 e foi-se  
 Pôs-se em confissão  
 e foi-se  
 Disse que voltava  
 e foi-se  
 Chorou a noite longa  
 e foi-se  
 Rezou uma promessa  
 e foi-se.

E era tudo para ser  
 de outra maneira e feito.  
 E nunca foi.  
 Tudo era imperfeito  
 À exceção do desejo  
 mais que perfeito:  
 quem me dera quem me dera quem me dera quem».

Existimos na sobrevivência do vai-e-vem constante entre o cortinado roxo da saída e a chamarrita nova do regresso.<sup>12</sup> Sem um cais, a ilha é nunca mais. É este o meu registo, provavelmente simplista, certamente confuso, sobre a impressão da ilha que, em mim, tem três idades: a ilha da infância, a ilha da adolescência, a ilha da serenidade. Andam comigo. Revelam-se. Descobrem-se. Escondem-se. Interpelam-me. Morrem. E sempre revivem, porque só o que sentimos tem força de ressurreição. A ilha em mim, criança, tem os cheiros e os sabores que por aqui comungamos

<sup>12</sup> Sirvo-me do seguinte exemplo, em modo de sumário, da autoria de Victor Rui Dorés (2010), nas suas *Crónicas Insulares*, para manifestar, nos meus versos, que uma parte fundamental da nossa idiossincrasia é feita de memórias e regressos a uma «infância insular», moldada de encontros com

«...o mar encapelado[...]  
 ...o verde maciço da vegetação e as montanhas emergindo do mar ...  
 ... o sussurro do vento, o calor pesado e húmido da ilha e o céu pesado de  
 brumas oceânicas...      ... os poentes vermelhos e púrpuros...  
 [...]  
 ... as pedras negras da costa, a música das marés,[...]  
 [...]  
 ... os paquetes na linha do horizonte e a silhueta dos barcos no cais de pedra...  
 ... os navios que levantam ferro e as mãos que acenavam lenços brancos...  
 [...]». (p. 143-145).

em redor da mesa, nas festas e bodos de sagrado e profano, nas cantigas, no ir matar saudades da maré nas areias e pedras de Massachusetts e Rhode Island.<sup>13</sup> Ainda a sinto em rostos antigos, com gestos que nasceram do mar, com vozes de sotaque adocicado ou de tonalidade mais ríspida, conforme a circunstância da origem. A ilha da adolescência foi aquela que deixei quando a senti encolher-se na presença do mar revoltado e em crescendo da minha própria idade maior dos sonhos e utopias. Mas foi então que, embevecido e atordoado por tejos e lisboas, fui, pouco a pouco, refazendo, recuperando a ilha que trago dentro de mim. Esse pedacinho de terra e húmidos horizontes foi, por isso mesmo, grandemente responsável pela viagem que, aos oitos anos, iniciei, de ilha para ilha, e delas para espaços continentais. E, com todos os sobressaltos e mudanças, criaram-se os naturais atritos, repúdios e desavenças, de superfície alguns, profundos, outros. O tempo e a lonjura foram esbatendo a cerração que me escondia o berço. E a ilha se me descobriu de novo.<sup>14</sup> A ilha da serenidade tem a ver com a prática da permanência que cada um de nós exerce neste

<sup>13</sup> Esta intrínseca, imperativa e constante necessidade de molhar os pés da alma no mar revela-se, com perfeição, nestes versos retirados do poema «Súplica», de Artur Goulart (2010):

«[...]  
 Senhora dos Mareantes  
 Que não estou a marear  
 A terra aqui não se abre  
 Para me deixar passar  
 Senhora dos Mareantes  
 porque estou longe do mar  
 no mar me sinto viver  
 em terra me estou a afogar  
 [...]» (p. 87)

<sup>14</sup> A ilha que, segundo Álvaro Oliveira (2010), sugere no poema «mar com poeta dentro», despe a identidade de lugar físico, que a distingue de outras, para se universalizar como referente no mar de palavras do poeta:

«[...]  
 O corpo da ilha não tem nome  
 próprio de quem se rodeia de orvalhos antigos.  
 quando navega não tem  
 rumo nem destino.  
 no cais a penumbra branca desce  
 sobre a viagem adormecida.  
  
 desconhece-se que poeta foi ver o mar por dentro.  
 mas sabe-se quem grafitou com sonhos  
 os muros da solidão». (p. 34)

cadinho de transgressões e regras em que vivemos. Temos que assumir a nossa condição de «hifenados», resistindo à tentação de encapotar, com assimilação apressada, o que, na verdade, faz parte da nossa transformação no processo de adaptação a este espaço novo de mudança. E toda a transformação deverá conduzir a uma mais valia identitária, uma vez que mantemos as marcas do cordão umbilical que para sempre nos liga à materna ínsula. Esta ilha – que eu sinto por aqui – é a «décima» que todos os açorianos vão construindo no marulhar da vida.<sup>15</sup>

Porque a insularidade escapa-se-me, conceito fugidio, quando lhe procuro a definição,<sup>16</sup> acabo por desenrolar linhas de um novelo de sen-

<sup>15</sup> Esta vivência tem como símbolo universal, entre outros, a ilha metaforicamente transformada em espaço de quase aniquilamento, como se pode inferir do seguinte excerto de Roberto de Mesquita (Silveira 2010):

Do livro «Alma»

«Bocas anónimas soluçam pelo ar

[...]

Lenta canção que afoga as almas em pesar,

[...]

É uma mágoa sem fim, uma tristeza doentia,

Uma saudade do quer que é, remoto, ausente...

Uma nostalgia [...]

Dum país esfumado ao longe, vagamente...» (pp. 208-209)

Ao negativismo e soturnidade de Mesquita podemos contrapor, como exemplo, a alegria e simplicidade de bem aventuraça do espaço insular, em «Três Postais de São Jorge», de Emanuel Félix (2003):

«1.

Nas Velas, junto ao Arco

um chocalhinho breve

feriu furtivamente a superfície

de vidro

da manhã

2.

Deixei o meu relógio algures numa fajã.

Onde não contam horas nem minutos

É o tempo de Deus.

[...]» (p. 207)

<sup>16</sup> A propósito da caracterização da poética marcadamente açoriana, veja-se a opinião de Urbano Bettencourt (1999) reconhecido poeta e ensaísta, para quem a poesia açoriana navega, em geral, e apesar da sua extensão e variedade de estilos e temáticas, entre «dois pólos»: o da poética «de efusão marcadamente lírica e subjectiva»; o da poética de «mais nítida vocação solidária e colectiva». Há, assim, «[...] uma poética do corpo, do amor, seja ele explosivo ou contido, reprimido ou transgressor [...]; uma poética (de denúncia) da guerra, da colonial em particular; de uma poética da errância e da deriva a uma poética da Ilha [...] em que a escrita assinala os afectos e desafectos do quotidiano (próximo

sações emersas do mar de partidas e do continente de chegadas que condicionam a nossa «experivivência»<sup>17</sup>:

*O Torna – Viagem Torna*

«Desembarco em qualquer *portela* sorridente  
De slide pronto a ser impresso  
E a pergunta que me vai cá dentro  
Eu não sei se fico , se voltarei mais cedo  
Ei Zé ! quando é ida?  
Oh Zé! quando é a volta?  
[...]

*Velbo Pèzinbo*

«Vamos dançar sapateia outro bailinho  
O meu amor lira ingrata não voltou  
Foi por aí devagar devagarinho  
E outro pézinho  
No lugar do seu ficou  
[...]  
Velha de manhã que chora  
Zé da Lata não a cantes  
Está tão triste a Belaurora  
O seu bravo foi-se embora  
Não a beijou como dantes  
Vamos dançar sapateia outro bailinho  
O meu amor, lira ingrata ...  
Vamos dançar...  
[...]

---

ou distante) ou, diluindo os traços da referencialidade, se serve da matéria insular como metáfora expressiva de um universo lírico perturbado e instável.» (p. 63)

Um extraordinário exemplar desta pluridimensionalidade da poética açoriana é o poema «Pré-estória», de Urbano Bettencourt (1987). O poema é a resposta à pergunta (incluída no texto) que metaforiza a identidade do ilhéu: «[...]: como dizer a água / minando a anatomia dos búzios a arquitectura / fugidia das lapas dos lábios?» (p. 13)

Para uma visão mais aprofundada da amplitude temática da escrita açoriana, devo referir a «Introdução», de João de Melo (1978), (com realce para o quadro exemplificativo na página 30).

<sup>17</sup> Expressão de significado abrangente, que se refere à totalidade da vida de um ser humano, como explica Conceição Oliveira Lopes (2015) em «Festas do Divino Espírito Santo – horizontes da experiência cocultural lusamericana e americana de lusadescendência» (in João Sàágua e F. Rui 2015).



*Roda de Leme*

«O baile mandamos  
 no peito trazemos  
 o vira, a saudade.  
 E vamos à roda  
 cantar outra moda  
 que a gente é que sabe.  
 O cantar que nos embala,  
 este donaire a dançar...  
 são o mar, a terra, a gente,  
 o tempo feito imigrante  
 que a preceito fazem par.  
 [...]»

A concluir, evocando Nemésio, em jeito de refrão, só me resta reiterar que «somos de carne e de pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.»<sup>18</sup> A insularidade é característica de todos os que habitam os pedaços de terra que o mar «isolou». Nemésio, entretanto, aponta para o processo da nossa identificação, pois há um «mar» que nos gera; ou somos nós que do mar não nos podemos separar.<sup>19</sup> Daqui o nosso ser e parecer diferenciados: a açorianidade, que eu digo assim, neste

*Amor de mar*

«Desatinada escrita a que se prende  
 Nesses teus olhos virgens de estrelas.

<sup>18</sup> «A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, [...] Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.» Vitorino Nemésio, «Açorianidade», in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, Julho-Agosto de 1932.

<sup>19</sup> É o autor de *Mau Tempo no Canal* quem melhor diz a condição de ser ilhéu: por todo o caminho que fazemos na nossa «andarilhagem» pelo mundo, trazemos connosco a ilha, que nós próprios segregamos, cada qual a seu modo, com matriz muito própria. Quem o escreve é Vitorino Nemésio:

«A concha  
 A minha casa é concha. Como os bichos  
 Segreguei-a de mim com paciência:  
 Fachada de marés, a sonho e lixos,  
 O horto e os muros só areia e ausência.  
 [...]»  
 A minha casa... Mas é outra a história:  
 Sou eu ao vento e à chuva, aqui descalço,  
 Sentado numa pedra de memória». (in Moura 2002, p. 35)

Lagoa em fogo à vista se me acende  
Enquanto tu por mim, mimosa, velas.

No porto em pedra e sal nos desfazemos,  
Ardidos em saudade e tais desejos  
Que em ondas, doidas letras, escrevemos  
A tempestade branca de mais beijos.

Menina, toda lua bem vestida,  
No peito deste cais vens ofrecer  
O que me tira a dor e toda a pena:

Voar em teu mistério, e ter cerzida,  
De musgo e céu de cinza a entardecer,  
A alma que de mar se faz poema.»

Estas linhas, desenhei-as como breve evocação da toada dialógica que grande parte dos nossos maiores escribas têm mantido com a sua condição insular.<sup>20</sup> Aqui registo o meu apreço por quantos sabem dizer, chorar, desdizer e cantar toda a terra que é seu berço:

«... se eu soubesse escrever  
das mãos me escorreria  
um poema azul bordado  
a riscos de lava negra  
com búzios rochas estrelas  
  
quem me lesse  
em noites de infinito  
e nas manhãs serenas  
ficaria para sempre  
com os olhos verdes...»

<sup>20</sup> Registe-se, de Antero de Quental, este breve apontamento de reflexão, em ambiente perfeitamente identificável por aqueles que sabem «sentar-se» à beira da ilha:

Oceano Nox  
[...]  
Junto ao mar sentei-me tristemente,  
Olhando o céu pesado e nevoento,  
E interroguei, cismando, esse lamento  
Que saía das coisas, vagamente...  
[...]  
(in Silveira:154)

E assim,  
Sentado aqui».

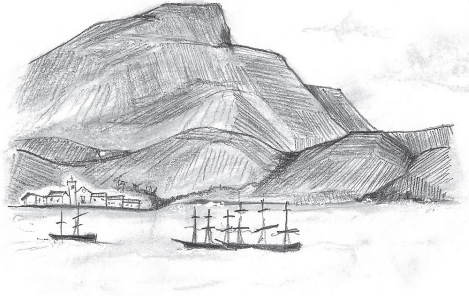
Nem pedra, nem mar. Sem pudor, a imaginar-me, a desejar-me, um nemesiano seguidor. Os olhos, que não as palavras, à sombra do poeta viajando. Sem poesia, mas concha que vai endurecendo, rolada na areia das andanças. Ou casulo? Bicho inquieto, em casa que é mais do que morada. São portas de sonhos que se abrem ao mais subtil toque de um sotaque amigo. São janelas de memórias que se iluminam a qualquer sinal da outra margem. E há cortinas que estremecem se a notícia tem um tom arroxeadado. Descalço, de mãos distraídas nas folhas deste outono da vida e do tempo, caminho em sentidos, talvez opostos, na berma das minhas próprias palavras. Casa que não deixo. Concha que segrego. Ilha que me cobre.

## Bibliografia

- AIRES, F. (1988). *Era uma vez o tempo*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- ALMEIDA, O. T. (2014). *Minima Azorica – O meu mundo é deste reino*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas.
- ALMEIDA, O. T. (2004). *Onze Prosemas (e um final merencório)*. V. Gaia: Editora Ausência.
- ALMEIDA, O. T. (1986). *Da literatura Açoriana. Subsídios para um balanço*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- BETTENCOURT, U. (1999). *O Gosto das Palavras III*. Lisboa: Edições Salamandra.
- BETTENCOURT, U. (1987). *Naufrágios Inscricões*. Ponta Delgada: Brumarte, C.R.L.
- CANDEIAS, M. (2002). *Na Distância deste Tempo*. Lisboa: Edições Salamandra.
- DORES, V. R. (2010). *Crónicas Insulares*. Horta: Edição do Autor.
- FÉLIX, E. (2003). *121 Poemas Escolhidos*. Lisboa: Edições Salamandra.
- FREITAS, V. (2014). *Border Crossings – leituras transatlânticas, 2*. Ponta Delgada: Publiçor.
- FRUTUOSO, G. (1998a). *Saudades da Terra, Livro I*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- FRUTUOSO, G. (1998b). *Saudades da Terra, Livro III*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- GOULART, A. (2010). *No Fio das Palavras*. Velas: Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas.

- JESUS, E. (2005). *Os silos do silêncio: poesia (1948-2004)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MELO, J. (1978). *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano – Séculos IX e XX*. Lisboa: Editorial Vega.
- MOURA, V. G. (org.2002). *Vitorino Nemésio – Antologia Poética*. Porto: Edições ASA.
- OLIVEIRA, A. (2010). *Andanças de Pedra e Cal*. Praia da Victória: BLU edições.
- REGO, A. (2014). *A ilha e o Verbo – Dos vulcões da Atlântida à Galáxia Digital* (Entrevista conduzida por Paulo Rocha). Prior Velho: Paulinas Editora.
- SÃÁGUA, J.; CÁDIMA, F. R. (orgs. 2015). *Comunicação e Linguagem: Novas Convergências – livro de homenagem ao Professor Adriano Duarte Rodrigues*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.
- SILVEIRA, P. (1999). *Fui ao mar buscar laranjas*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional da Cultura.
- SILVEIRA, P. (1977). *Antologia de Poesia Açoriana, Do Século XVIII a 1975*. Lisboa: Sá da Costa Editora.





A CONDIÇÃO DE ILHÉU  
– O CASO DE CABO VERDE,  
VISTO ATRAVÉS DOS  
SEUS POETAS

ONDINA FERREIRA

Solicitada a escrever sobre a condição de ilhéu, questionei como abordar o assunto? Através de uma revisitação ao passado? Sim, mesmo que nascida e vivendo em ilhas e mais particularizado, numa ilha; ainda que a condição de ilhéu pudesse ser naturalmente parte estruturante do nosso ser ontológico; ainda assim, ao tentar hoje escrever sobre a condição de ilhéu, imaginei-a como algo que se havia passado há muito tempo e situei-a num tempo que já ficou muito muito atrás... algum anacronismo nisto? Talvez.

A noção de um conceito dinâmico e evolutivo ganhou ênfase, no mundo globalizado. Para mim era real a condição (de ilhéu). Tratava-se de uma singularidade que nos distinguia do habitante continental. E mais verosímil se tornava, e se acentuava quando reiterada na leitura e no estudo dos textos dos ensaístas, poetas e romancistas cabo-verdianos.

O que tenho agora como certa é que a percepção da condição de ilhéu alterou-se de tal forma que mesmo a que havia em mim fixada se transformou. Daí que, em sérias dúvidas, terei de recorrer ao «baú de memórias» e dela retirar algumas «enferrujadas» pelo tempo.

Vale neste contexto – acompanhada também por uma desperta consciência – dizer que o assunto já não será escrito com estes traços, pela nova geração de cabo-verdianos. Para eles – com o espectacular desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação quase instantâneas, à velocidade de um «clic» tanto inter-ilhas, como com o mundo – essa condição de ilhéu, assim posta como aqui vai, ser-lhes-á eventualmente estranha e arcaica. E provavelmente matéria desconhecida, sobre a qual possivelmente, pararam vez alguma para pensar. Mesmo vivendo numa ilha. Pertence ao passado dos seus ascendentes. Configurada, pela

geração actual de cabo-verdianos, funcionará eventualmente, como uma «arqueologia romântica».

E assim me quedo nesta exigência que devia ser reflexiva de algo que afinal, apenas conheço empiricamente.

Apesar de os tempos hoje também serem diferentes em Cabo Verde e mesmo com a globalização a acontecer também nestas pequenas ilhas atlânticas, gostaria de partilhar com o leitor e num pequeno aparte, um mini-inquérito feito meio ao acaso, em encontros de rua, com conhecidos e amigos. Andava eu à procura de pessoas que nunca tivessem saído de Cabo Verde. O que já vem sendo uma raridade. Seriam elas as visadas no meu propósito do improvisado inquérito e para quem ainda pudesse subsistir, alguma «réstia» da citada condição do ilhéu ainda viva e ainda palpitante de que pudessem dar testemunho. Encontrei poucos, já na faixa etária chamada de meia-idade, a quem fiz as seguintes perguntas: *«Já sentiu alguma vez «pesar-lhe» a sua condição de ilhéu? A ilha como um cerco? Como imagina Portugal? E os Estados Unidos?»*

Das respostas que considereei com interesse, embora reconheça que nem chegam a constituir-se em amostragem, registo aqui apenas duas. Uma, a de um técnico agrícola, de 59 anos de idade, nunca saiu de Cabo Verde. Sobre a condição de ilhéu, respondeu que durante os anos que viveu (a infância e a adolescência) num povoado perdido nos recessos da ilha do Fogo, de nome Queimadas, onde as novas do mundo só chegavam através da rádio, (para quem a possuía) e do «americano» torna-viagem, com ar próspero e bem vestido. *«Aí sim, ali olhava muito para o mar e para a linha do horizonte.»* E acrescentou que mesmo as cidades de Mindelo (ilha de S. Vicente) e a da Praia (ilha de Santiago), lhe pareciam distantes, um outro mundo; e que a imagem que tinha dos Estados Unidos da América era *«de uma mesa farta cheia de iguarias para todos os paladares»*. E a comparação continuou: *«como nos anos em que chovia bem e as ilhas produziam com abundância»*. E Portugal? Como imaginava o país quando jovem? E agora? A resposta não se fez esperar: *«Aqui, neste particular, trata-se de um caso sentimental. Permanece na minha imaginação da mesma maneira que antigamente. Porque sentia Portugal e continuo a senti-lo como perto/longe de nós. Tenbo lá muitos familiares. Sempre pensei que quando tivesse um bom pé-de-meia, haveria de ir conhecer Portugal. Para passear mesmo. Ainda não aconteceu. Mas não perdi fê.»*

A segunda, de uma colega minha, professora, de 69 anos, perguntada se antes de ir a Portugal para a Universidade, se se sentiu alguma vez «ilhada». Respondeu-me: *«vivi e cresci na cidade da Praia. Nem conhecia – antes de ir para Portugal – sequer o interior da ilha de Santiago. Só adulta,*

*profissional de volta à terra, é que conheci as restantes ilhas. Logo, saí deste pequeno espaço urbano directamente para a então grande Metrópole. Mas mesmo assim nunca havia parado para pensar nisso. Tomei consciência disso, da condição de ilhéu/prisão do mar, por um insignificante episódio. Quando, nos idos 60 do século XX, em Lisboa, partilhava o quarto num Lar de estudante com uma colega moçambicana, que falava orgulhosamente do «tamanhão» do seu país e certa vez provocou-me desta maneira: «Credo! Eu, se vivesse numa ilha como a tua, eu seria uma depressiva. Acabaria por morrer...» Respondi-lhe que nunca me havia sentido assim na minha terra. Mas, se calhar, não o tinha consciencializado ainda, antes dessa estranha chamada de atenção de que nunca mais me esqueci». Concluiu a minha colega.*

Eis pois, duas brevíssimas ilustrações das conversas havidas a propósito do tema. Mas para melhor situar os depoimentos dos meus informantes, esclarecerei que eles tiveram lugar, na cidade da Praia, na ilha de Santiago. Tivesse eu tido por exemplo, o ensejo de entrevistar gente nas outras ilhas, e como escolha, a ilha/cidade que é S. Vicente, a qual, ainda hoje, os seus habitantes guardam nostalgicamente, recordações de um passado cosmopolita e mais virado para o mundo largo, dado que a sua cidade portuária, Mindelo, albergou no seu Porto Grande na década de 30, 40 e 50 do século XX, significativo movimento de barcos que cruzavam o atlântico. Mindelo fora outrora centro da cultura e das artes no Arquipélago. Era ao tempo, uma urbe de forte influência «europeia e sul-americana.» O país de eleição, para a emigração dos mindelenses era a Holanda. Diferentemente das ilhas de Sotavento (sobretudo, Fogo e Brava) viradas para os Estados Unidos. Logo, as respostas seriam com outras abordagens, espelhando eventualmente uma visão cosmopolitizada que ficou na memória dos mais antigos, colhida, como observou Jorge Barbosa: «[...] nesse ar de outros climas que trazem os passageiros / quando desembarcam para ver a pobreza da terra [...]» (Poema do Mar. In *Ambiente*, 1941).

Fecho este aparte, que não correspondeu em parte maior ao que pretendia, e volto a recentrar o caso do Arquipélago de Cabo Verde, numa perspectiva mais geral, ancorando-me desta feita, em abrigos mais seguros na ilha / mar / veleiro / falucho, plasmados nos textos/poemas dos poetas do antanho das ilhas e mesmo em alguns ensaios deixados pelos pensadores e investigadores da fenomenologia ilhoa.

É generalizada a convicção de que foram e são os Homens de/e da cultura, que a seu modo, com os dons e os instrumentos que à época, o seu saber, e os meios que existiam lhes proporcionaram, os que mais reflexivamente anotaram e registaram o que aconteceu ao «estar» e ao



«ser» do cabo-verdiano, modelados pelas pedras duras e secas destas ilhas atlânticas.

Para iniciar, apontaria um caso que faria supor, pelas razões que a seguir se explicam que disso ou, desse «mal» não «padecesse». Trata-se do poeta luso-cabo-verdiano, Daniel Filipe. Nasceu em 1925, na ilha da Boa Vista e faleceu em Lisboa, ainda novo, aos 38 anos de idade, em 1964. Na antiga Metrópole, Daniel Filipe fez os seus estudos e foi funcionário do Ministério do Ultramar. Mais conhecido, nos tempos do Estado Novo, pelo seu célebre e muito declamado poema, «A Invenção do Amor». Daniel Filipe, apesar da brevidade da sua vida, ainda assim, deixou uma significativa obra poética.

De acordo com os seus biógrafos, entre os quais, destaco e cito Manuel Ferreira, (vide *No Reino de Caliban* Vol. I 1975) é quem nos informa que Daniel Filipe, de seu nome completo, Daniel Damásio da Ascensão Filipe, chegou criança ainda – «com cerca de 2 anos de idade» – a Portugal, levado pelo pai, deportado na Boavista, Coronel médico, Gonçalo Monteiro Filipe. A mãe, Rita Maria Ascensão, natural da ilha das dunas, ali permaneceu. Seguindo os seus biógrafos, por vontade paterna, cortada foi a ligação materna.

Relevem-me o ter alongado nestas notas biográficas do poeta. Mas isso tem um propósito. Estes dados, ajuntados ao facto de ter saído de Cabo Verde ainda bem criança; «cortado» o cordão umbilical com a terra/mãe; de ter vivido sempre na grande (para nós assim era mensurada) Metrópole, teriam feito dele, muito naturalmente, um poeta que consigo, não carresse à partida e numa lógica de vivências outras, a «condição» de ilhéu. Mas estranhamente, ou não, o poeta Daniel Filipe, que à ilha não retornou; por conseguinte não a vivenciou; é no meu entender – e nos poemas dedicados à terra-mãe ou mais exactamente, à ilha-mãe, à Boavista – um poeta sofrido na condição de ilhéu. O poeta (re)age como se tivesse «petrificada» dentro da sua «poésis» uma condição inexorável de ilhéu interiormente expatriado.

Da obra poética virada para Cabo Verde, distinguem-se as colectâneas: *Missiva* (1946); *Marinheiro em Terra* (1949); *A Ilha e a Solidão* (1957). A evocação da mãe-ilha, atravessada por uma melancolia envolta em saudade, mais um certo sentimento de orfandade por uma infância fora do *habitat* insular, surge inexpectavelmente descritos com o à-vontade de quem disso comungou teluricamente e os (re)lembra merencoriamente. No fundo, e tal como disse Manuel Ferreira, nestes poemas, Daniel Filipe «retoma a caboverdianidade». Pois bem, o poema «Ilha», a seguir transcrito, traz-nos a lembrança/saudade, que *imagina* da ilha, «distante ainda

que não parta!» Como que numa espécie de exercício de reminiscência, assim fala o poeta: «Ilha, no azul líquido é somente /um ponto anónimo da carta./ Ô minha fala inconsequente! / Saudade morna do ausente, / distante ainda que não parta! / O horizonte é linha de água / por estrelas-peixe enodada. / Se me recordo em bruma e mágoa,/ à solidão da ilha trago-a /dentro de mim petrificada.» (*A Ilha e a Solidão*, 1957)

Atente-se nos dois últimos versos, «à solidão da ilha trago-a / dentro de mim petrificada». E aqui sugerido o insular inexpugnável do seu «eu», intimamente exilado. Mais, essa sua parte insular leva-o a descrever as aventuras e as desventuras da pesca da baleia assim, como quem as tivesse vivido a partir dos campos e da orla marítima, da pequena ilha. O poema/narrativo: Romance de Tomasinho-Cara-Feia assim no-lo assevera: «Farto de sol e de areia, / que é o mais que a terra dá, / tomasinho-cara-Feia, / vai prá pesca da baleia. // Quem sabe se tornará? // Torne ou não torne, que tem? / Vai cumprir o seu destino./ só nha Fortunata, a mãe,/ que é velha e não tem ninguém, / chora pelo seu menino. // Torne ou não torne, que importa? / Vai ser igual ao avô. / Não volta a bater-me à porta; / deixou para sempre a horta,/ que a longa seca matou. / Tomasinho-Cara-Feia, / (outro nome, quem lho dá?) / Farto de sal e de areia, / foi prá pesca da baleia. / – E nunca mais voltará.» (*A Ilha e a Solidão*, 1957).

Curiosamente, a faina da pesca da baleia, precisamente o acontecimento que acabou por ser a primeira grande «viagem» que «quebrou» mais generalizadamente, o tal isolamento cósmico do ilhéu cabo-verdiano. Marcou por isso e de certa forma, a ruptura, o acrisolamento ilhéu até então do «cabo-verdiano anónimo», dentro do casulo que era a terra/mãe. E foi também através da pesca da baleia, que a primeira grande leva de emigrantes cabo-verdianos «aterrou» clandestinamente ou não, em solo americano, nos meados do século XIX.

Posto isto, como «húmus» relevante de parte da sua poética, coloca-se a seguinte interrogação: Será que Daniel Filipe teria carregado no seu ainda incipiente *ethos* materno insular – arquétipos ilhéus – que poderão ter imbricações naquilo que se entende literariamente por reminiscências platónicas? Possivelmente.

Outro nome destacado da Literatura cabo-verdiana é Manuel Lopes (Ilha de São Vicente, 1907, Oeiras, 2005). Este sim, com uma prolongada e ampla vivência de ilhéu. Que até se alongou curiosamente, quando transferido profissionalmente, para a ilha do Faial nos Açores.

Manuel Lopes enquanto poeta e no «cerco» da ilha, ou melhor, ilhado física e psicologicamente, transpôs e interiorizou o fenómeno de forma muito clara e em textos diversos. Mas antes e em jeito de esclarecimento,

vale dizer que sendo Manuel Lopes dos poetas mais representativos da condição isleña, também confessou, no poema intitulado «Poema de Quem ficou» dedicado ao «irmão» viajero – de outros mares e de muitos mundos, o seguinte: «Eu não te quero mal / por este orgulho que tu trazes, / por este ar de triunfo iluminado/ com que voltas // O Mundo não é maior/ do que a pupila de teus olhos/ – tem a grandeza/ das tuas inquietações e das tuas revoltas . // – Que teu irmão que ficou / sonhou coisas maiores ainda, / [...] / que aquelas que conheceste... / Crispou as mãos à beira do mar / e teve saudades estranhas de coisas estranhas/ com bosques, com rios, com outras montanhas [...]» In *Cais de Quem ficou* Poemas de, 1936-1944. É ainda no *Cais de Quem ficou* que se conhece o poeta-ilhéu. É disso figurativo o poema «Écran»: «Para lá destas ondas que não param nunca, / atrás deste horizonte sempre igual, / no extremo deste sulco branco sobre o mar azul / (cinzento nos dias de ventania) / que as hélices deixaram, impelindo / o bojo inquieto do vapor, // (sonhos que pairam sobre abismos de ironia; / promessas dum mundo melhor / talvez caminho de algum dia...) // há gritos diferentes, / os olhos cheios de outra imagem do mundo [...] / que a distância do Atlântico dissolve antes de chegar; [...]»

E como remate, ele clama e lamenta o não alcance da terra-longe promissora que afinal só existe virtualmente: «Ai este Atlântico triste / que nos deu a nostalgia / dum mundo que só existe / no sonho que ele povoou...» (in *Crioulo e Outros poemas*, 1964).

Acercando-nos agora, com especial deferência, do enorme poeta das ilhas, que é para nós, Jorge Barbosa (ilha de Santiago, Cabo Verde 1905-Cova da Piedade, Portugal, 1971) terá sido o poeta que deste lado, dentro da ilha, fortemente sentiu o «cerco» da terra/mar. Igualmente terá sido o poeta que mais problematizou e sintetizou poeticamente a condição de ilhéu. E de tal modo o seu sujeito poético se sentiu apertado pela «cinta do Mar» que evoca o fenómeno em tom lamentoso, ao descrever os malefícios do «Mar» que atormentam e castigam as gentes e a paisagem do Arquipélago. E assim os retrata e os transfigura no «Poema do Mar» (in: *Ambiente*, 1941).

Mas antes de transcrever os versos do poema citado, fazia aqui, e numa espécie de singela curiosidade, uma pequena nota: Jorge Barbosa era funcionário aduaneiro e foi-o nomeadamente, nas ilhas do Fogo, da Brava, de S. Vicente e do Sal. O facto de ter estado a trabalhar nos edifícios das alfândegas, estes situados, regra geral, entre a terra firme e o «cais-de-ver-partir»; que influência terá tido na sua escrita, dado que é notório que o poeta imprime na feitura de muitos dos seus poemas – de forma pictórica e sinestésica – imagens captadas de um real quotidiano,

em que o movimento do porto; o barulho do cais; os apitos e a partida de barcos; as falas dos passageiros, misturadas às dos curiosos que observam «suspirando», os barcos ancorados e os que partem rumo ao mar alto que são referentes costumados na sua observação poética?

Agora segue transcrito «O Poema do Mar»: «O drama do Mar,/ o desassossego do Mar / sempre / sempre / sempre / dentro de nós! / O Mar! / cercando / prendendo as nossas Ilhas / desgastando as rochas das nossas Ilhas! / Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores, / roncando nas areias das nossas praias, / batendo a sua voz de encontro aos montes, / baloiçando os barquinhos de pau que vão por estas costas... // O Mar! [...] deixando nos olhos dos que ficaram / a nostalgia resignada de países distantes / que chegam até nós nas estampas das ilustrações / nas fitas de cinema / e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros / quando desembarcam para ver a pobreza da terra // O Mar! / a esperança na carta de longe / que talvez não chegue mais!... // O Mar! / saudades de velhos marinheiros contando histórias de tempos passados / histórias da baleia que uma vez virou a canoa... / de bebedeiras, de rixas, de mulheres, nos portos estrangeiros... // O Mar! / dentro de nós todos/ [...] no desejo de viagem que ficou em sonhos de muita gente! // Este convite que de toda a hora/ que o Mar nos faz para a evasão! / Este desespero de querer partir / e ter que ficar!» (in *Ambiente*, 1941).

E porque este poema relembra um episódio decorrido, provocado sobretudo, pelos últimos versos: «Este desespero de querer partir / e ter que ficar», abria agora um parêntesis para registar que na década de 60 do séc. XX, desencadeou-se uma contenda, suscitada pelo polémico estudo «Consciencialização na Literatura caboverdiana» (Lisboa, edição da Casa dos Estudantes do do Império, 1963) da autoria do também poeta Onésimo Silveira. Polémica hoje felizmente ultrapassada e com efeitos – *a posteriori* – algo complacentes da parte de muitos críticos. Visava o trabalho de Silveira, apoucar e/ou denegrir sobretudo, os poetas Jorge Barbosa, Baltazar Lopes da Silva /Oswaldo Alcântara e Manuel Lopes, apodando-os de «evasionistas» como se, a poesia dita evasionista não se ligasse estreitamente à condição de ilhéu ou não fosse também evasionista, a poesia muito específica do ilhéu, numa quase relação causa/efeito.

Com efeito, e poupando pormenores, sem lugar neste texto, acrescenta-se que O. Silveira, ao depreciar como «evasionista», o grande texto poético em que assomasse o desejo de terra-longe, reflectido no «desejo de querer partir e ter de ficar», quis ou, pretendeu arredar da literatura cabo-verdiana, a *condição de ilhéu*, enquanto elemento estruturante da sua poesia. Fecho aqui o parêntesis.

Ainda um nome reputado da cultura cabo-verdiana, Henrique Teixeira de Sousa (ilha do Fogo, 1919, Oeiras, Portugal, 2006) no seu ensaio *Cabo Verde e sua gente*, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1958, situou o aparecimento da forma mais sublimada da nossa música, a morna – a tal que a voz de Cesária Évora, muitos anos mais tarde, havia de dar a conhecer ao mundo – como tendo tido por berço a ilha Brava, no que não esteve desacompanhado, e a qual ilha, nas palavras do próprio Teixeira de Sousa: «[...] é a terra em que os homens casam com o mar, como no poema de Pierre Loti, a dulcíssima estância da saudade, mercê da vida aventureira e trágica do seu povo, a morna fixou os olhos no mar e no espaço azul, e adquiriu essa linha sentimental, essa doçura harmoniosa que caracteriza as canções bravenses. Não foi por conseguinte infundamentadamente que situei a morna no período primário da emigração para as Américas». O exemplo bravense de que nos fala Teixeira de Sousa pode ser alargado às outras ilhas – sem a adjectivação elogiosa e específica à Brava dirigida – pois sugere que a linha sentimental e nostálgica que a morna transporta, conflituosa e bi-parte, na sua composição (letra e música) a condição de ilhéu, espartilhada numa permanente tensão, entre a terra-mãe pequena e pobre e a «nostalgia dos países distantes» a terra-longe, o mundo largo, mais propício a aspiração de uma vida melhor. Logo, Teixeira de Sousa ancorou parcialmente, a génese e o surgimento desta expressão musical, na condição insular cabo-verdiana, isto é no binómio: «querer partir e ter de ficar» aliada ao «querer ficar e ter de partir».

As outras expressões de arte em que a «cabo-verdianidade dos traços» se distinguem, a pintura é sem dúvida a mais figurativa e daí observarmos nas telas e nos lápis de Jaime Figueiredo, Pedro Gregório, Abílio Duarte, Manuel Lopes e Victor Melo – são aqui exemplos tomados ao acaso, de entre os mais antigos – representações pictóricas da condição de ilhéu.

E agora, com a boa intenção de finalizar o texto, que longo já vai, permitam-me que entre, ainda que de forma breve, no universo dito comparativo que felizmente existe para se tratarem estas matérias. Comparando o caso de Cabo Verde a outros espaços ilhéus, referirei o caso dos Açores, que tem sido bem estudado, por nomes já consagrados e de entre os quais, pela boa pena do conhecido cronista, filósofo, pensador e especialista nesta matéria, Professor Onésimo Almeida. Os seus diferentes ensaios colocam este tópico de forma autónoma – ou, conexamente distintos – dos conceitos de «insularidade» e de «identidade». A obra de Onésimo Almeida vem fazendo uma desmontagem crítica de muitos juízos feitos e tidos por certos neste campo, por muitos de nós e, como consequência, tirou-nos com a sua reelaboração, algum «sossego pensante». Para além

disso, Onésimo Almeida trouxe um inestimável contributo conceptual e dinamicamente evolutivo sobre a condição de ilhéu, a insularidade e a identidade, fundamentado em asserções e em parâmetros outros, dentro da mundividência filosófica/analítica do assunto e mais afins com o mundo actual, contrariando o quase tudo que – tido por adquirido – havia assentado arraiais em análises várias.

No seu ensaio *Em Busca de Clarificação do Conceito de Identidade Cultural – O caso açoriano como cobaia* o autor cita Eduardo Lourenço, grande pensador português contemporâneo, a propósito da questão da identidade dos Açores que se «transformou em autonomismo consciente e voluntário» o que, *mutatis mutandis* se pode aplicar ao caso de Cabo Verde, pois que tínhamos de há, pelo menos um século antes da independência, aquilo que o texto de Onésimo Almeida definiu para o caso açoriano: «Uma consciência bastante elevada de uma personalidade singular no espaço mais geral da cultura portuguesa; e não se desenvolveu por oposição a esta, mas desenvolveu-se dentro dela». Com as muitas diferenças entre os dois casos, Cabo Verde possuía também essa «consciência singular» que se desenvolveu não por oposição também, mas na confluência do conflito gerado pelos dois grupos (europeu e africano) que povoaram o território, na procura de um equilíbrio. Confirmando que já eramos nação autonomizada, século antes de sermos país.

Mas o interessante é que a identidade colectiva cabo-verdiana, construída ao longo do tempo, no isolamento cósmico do meio do oceano, que acentuou drasticamente a nossa condição de ilhéu; descendendo de dois grandes grupos humanos, o africano e o europeu que aqui aportaram, em terra desabitada; muitos ou, quase todos, forçados a isso, e todos certamente com saudades da terra, do continente distantes e do lar neles deixados. Terá forjado aquilo que o ensaísta Gabriel Mariano (ilha de S. Nicolau 1928. Sintra, Portugal, 2002) afirmou sobre a identidade do cabo-verdiano: «Nós somos as nossas raízes, não temos que as procurar». Ainda o facto de sermos ilhas um pouco abandonadas, e a nós próprios entregues, somado e bem acrescido ao facto de os seus habitantes enfrentarem uma luta duríssima contra um imbatível adversário, uma natureza inóspita, uma terra pouco produtiva, terrivelmente seca, de chuvas raras, e/ou de negaças das mesmas, que ora vêm, ora não vêm. A quase nula riqueza produzida. As estiagens e as secas constantes, acompanhadas outrora de crises de fome e do seu cortejo de malefícios e de tragédias humanas e sociais; porém, e apesar de todos estes constrangimentos altamente limitativos e negativos, para uma construção normal de qualquer comunidade humana e da sua identidade cultural; a construção delas, no nosso caso,

não se caracterizou de uma maneira geral, «por oposição ou por ressentimento ao grupo maior». Salvo episódios acontecidos em algumas e poucas circunstâncias de revoltas e de ressentimentos historicamente justificados pelas crises de fome.

Se é certo que os episódios havidos e dirigidos foram ao grupo dominador de que também proviemos; também não é menos certo que, no mais e no resto, para além de uma resignação muito cristã, interiorizámos desde os alvares como nação, uma *práxis* social e cultural em relação a nós próprios e em relação a outrem, sob formas não extremadas e não exacerbadas que a condição de ilhéu potenciou.



## GÉNESIS NA ILHA

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

No princípio era a Ilha e a Ilha estava junto de Deus e Deus era Deus. E Deus quis que n'Ela estivesse sempre toda a vida e a vida esteve séculos ali sem homens, brilhando no dia e dormindo nas trevas da noite por séculos sem fim, perdida no mar tendo a norte um pólo da terra, a sul o outro e longe os continentes mais próximos ausentes da sua geografia. Tudo à volta era água e o espírito de Deus pairava sobre ela e nela a Ilha se comprazia boiando serena na maior parte da fundura do tempo. A Ilha era solidão e paz, temporariamente assolada pelo caos de tempestades e terramotos, furacões e dilúvios ribombando em estrondos que se perdiam sem eco na imensidão do pélagos. Mas sobre Ela mesmo em dias de fúria divina adejava sempre o espírito de Deus que se comprazia na majestade poderosa da Sua mão, ainda que fazendo o interior d'Ela explodir em vulcões tumultuosos vomitando lava e respingando portentosos e incandescentes pedregulhos num incontido parir de ilhéus e ilhotas que à sua volta se plantavam como crias à roda da mãe. E às vezes mesmo grandes ilhas lhe saíam do ventre e durante algum tempo lhe polvilhavam as costas até os vagalhões furibundos acabarem por submergi-las quase todas nas profundezas abismais do oceano. Todavia, porque dessas convulsões da natureza nenhum mal advinha aos homens, que nunca a Ilha haviam habitado, era um esplendor incontestado e de deixar lamento de se não ver tamanha grandeza da divina força e da Sua criação. E um dia Deus achou que era bom habitar a paz da Ilha e autorizou que sete bispos (nalguns mapas chamada Antília mas, por ter sete baías, entre os navegadores conhecida também por Sete Cidades), fugidos da cristandade ameaçada pelo terror maometano, ali aportassem para iniciar uma nova cidade sob a divinal protecção. Um Bispo era, entre os demais, a figura maior que se



implantou na Baía de Jesus Cristo, chamada a sede da sua donataria, e os outros a ele davam obediência inteira e cega sempre que preciso fosse. Nunca a sua autoridade poderia em causa ser posta. Nem alguma vez isso aconteceu.

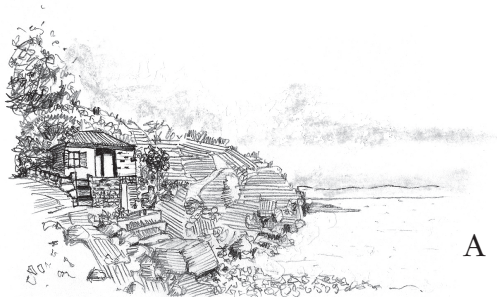
A Ilha foi-se então forjando assim envolta em Deus e nas bênçãos dos antístites e nos eclesiásticos ritos cíclicos do calendário litúrgico. Tudo era ordem e os números estruturavam matematicamente a teologia. Deus era trino e três era o mais sagrado dos números, o triângulo sublime de três lados formando uma só unidade, expressão suprema de uma aritmética e geometria perfeitas segurando um universo organizado coeso e sólido a que Platão na sua caverna conseguira chegar, apenas dele captando sombras, mísera e pálida ideia desse real palpável. Três eram as virtudes teológicas da fé, esperança e caridade, e três eram também os inimigos da alma, mundo, demónio e carne, bem como eram três os conselhos evangélicos. Quatro eram as virtudes cardeais da prudência, justiça, fortaleza e temperança e quatro os pecados que bradam ao céu e sendo ainda desse número os novíssimos do homem – morte, juízo, inferno e paraíso – fonte da inspiração dantesca, mais ainda os dotes do corpo glorioso por que anelavam os habitantes da Ilha quando deixassem o vale de lágrimas do mundo. Cinco eram os preceitos da Santa Madre Igreja, seis os pecados contra o Espírito Santo. E, todavia, depois do três, era o sete o mais perfeito dos números, evocador de infinito, dos sete dias da criação, dos sacramentos da Santa Igreja, os dons do Espírito Santo, as obras da misericórdia, sete corporais e sete espirituais, e sete eram também o horror das mentes e dos corações dos ilhéus, os sete pecados capitais e sete as virtudes opostas que todos se esforçavam por praticar e, quando tinham o infortúnio de escorregar no contrário delas, iam ajoelhar-se humildemente no confessional sobretudo por causa do fatídico número três, nesse caso o vil inverso da castidade, a luxúria, o mais criminoso e abominável dos pecados em que um habitante da Ilha podia chafurdar como se porcos na lama. Oito eram as bem-aventuranças, resumidas quase sempre à primeira de bem-aventurados os pobres, para acentuar a santa virtude da pobreza, muito estimada na Ilha onde o ouro e as pedras preciosas decoravam apenas os altares, as imagens, as mitras e anéis episcopais. Nove eram as primeiras sextas-feiras seguidas de cada mês, devotadas ao Sagrado Coração de Jesus que com confissão e comunhão eram conta a garantir morte em estado de graça e a conseqüente entrada no céu eterno, mas a que em socorro adicional se acrescentava os cinco primeiros sábados dos meses à Virgem consagrados, sendo essa dupla passe infalível nos portões à guarda de S. Pedro. Os dez mandamentos e os doze dons do Espírito Santo fechavam

culminantes a ogiva de tão etérea e eterna geometria envolta na beleza da paz, a tranquilidade na ordem harmoniosa de equilíbrio límpido e perene.

Séculos seguidos desta segurança cimentada na alma à prova de terrores temores e tremores de terra fizeram da Ilha inteira uma catedral onde se respirava a santidade e a sabedoria na pax et tranquillitas de um convento medievo, ali porém ao relento tendo por abóbada as estrelas, sujeito, portanto, às ditas intempéries, mas piedoso e resignado sítio de passagem de uma vida contingente para outra duradoira e portadora do arrebatamento da visão beatífica eterna. Por isso na ordem dominante na Ilha nenhuma miséria foi alguma vez sentida como injusta, nem a pobreza fértil das suas gentes serviu para culpar a autoridade reinante. O mundo era o espaço da prova necessária mediadora entre o nascer e o entrar na eterna glória e, assim, o lugar de se aceitar as agruras da vida como parte da prova a que o simples mortal ilhéu de mão no peito se submetia vergando humildemente a frente e genuflectindo no solo.

Desse modo Deus preservou a Ilha, dela se servindo como modelo máximo da Sua criação apenas para Seu contentamento e deleite, como se não lhe tivesse tocado o pecado original, e dessa maneira conservou por séculos quase sem fim, pelo menos até ao dia em que eu dei a minha primeira dentada na maçã. Daí também que, à conta dos pecados que acumulei por via dessa dentada fatal, agora dou comigo a cismar que, para castigo eterno, não me importaria nada de ficar condenado a viver por toda a eternidade na Ilha.





## A NOSSA CONDIÇÃO INSULAR

ROSA MARIA GOULART

A mais básica definição de ilha, aprendida nos bancos da Escola Primária, a saber, uma porção de terra cercada de água por todos os lados, só muito rudimentar e incompletamente servirá para definir a nossa condição insular. No contexto da multiplicidade de ilhas existentes no mundo, pouco nos dirá uma descrição de caráter abrangente que englobe as características comuns a todos os ilhéus, no esquecimento do muito que separa ilhas, seus povos, mentalidades, modos de viver. Trata-se de diferenças substanciais, segundo a situação geográfica de cada uma, a sua dimensão, a proximidade com outros territórios ou a dependência de continentes de superfície mais ou menos extensa, as condições de comunicação, o ambiente mais urbano ou mais rural em que se vive e se apreende o mundo e a cultura.

Pensar a condição de ilhéu, e bem assim pensar a ilha a partir de dentro, assume, pois, diferentes contornos, segundo a perspectivação que a proximidade ou o distanciamento espacial (incluindo o lugar onde se habita ou se habitou) e temporal impõe. É-se na infância de um determinado espaço sem consciência disso e certamente sem a aspiração a ser-se de outro que não o nosso, enquanto a juventude já sonhará, talvez, com a saída de um ambiente mais fechado rumo a outro mais amplo, de maior oferta cultural ou de melhores condições de vida, mas vivências e sonhos também não se eximem totalmente a condicionamentos de tempo e de lugar. A nossa experiência arquipelágica bem pode comprová-lo, na desigual oferta de oportunidades, por força da distribuição geográfica das ilhas e dos recursos aí existentes, desigualdade menos sensível desde que foi possível viajar de avião a partir de qualquer delas e que níveis mais avançados de ensino foram sendo instituídos.

Nascer e viver numa ilha marca-nos para sempre, mas de maneira diferente, a começar pela indispensável presença do mar, barreira intransponível quando ele se apresenta agitado e nas situações em que, num passado não muito distante, era a única via de aproximação entre algumas ilhas açorianas. Recordem-se as condições dos transportes marítimos entre as ditas «Ilhas do Triângulo», nos anos 60 e 70, que não têm paralelo com as existentes na atualidade, quer pelas melhores condições portuárias de que hoje se dispõe quer pelas embarcações, bem diferentes das que então navegavam diariamente entre Pico – donde é natural a autora destas linhas –, Faial e S. Jorge.

A tudo isso acresce a tardia oferta de ensino secundário, antes designado por liceal, em todas as ilhas; daí que a vivência insular, como hoje talvez não se imagine, implicasse uma inevitável desigualdade nos obstáculos a remover pelo caminho. Havia então que vencer resistências e adversidades, quando se queria ir mais longe nos estudos, atendendo à existência de três liceus apenas, nas três capitais de distrito: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. E, se na atualidade se transita com evidente naturalidade entre Pico e Faial, ainda no fim da década de 60 e início da seguinte os estudantes daquela ilha, muito menos os de S. Jorge, certamente não iam a casa todos os fins de semana, como mais tarde veio a suceder (exceção feita para aqueles dias, mais raros desde que a vila da Madalena passou a ter um novo porto, em que o «mar de norte» não permitia a travessia). Valia-nos a presença assídua do Senhor Gilberto Mariano, amigo dos estudantes, muitos deles tratados pelos próprios nomes, que semanalmente transportava cestos e cabazes com bens alimentares preparados pelas famílias, e que era o nosso boletim meteorológico em pessoa, a garantir-nos que no dia seguinte haveria «lança» para o Pico, ou a recomendar-nos prudentemente que melhor seria deixarmos-nos ficar em terra firme.

Ser ilhéu é transportar a memória desse tempo não muito distante; é conviver com as limitações a que o mar, a separar umas ilhas das outras, obriga; é também, sentindo-nos parte do todo nacional, querer ser do arquipélago e do país. Por isso, aquilo que no ensino da Escola Primária (mantém-se aqui deliberadamente a antiga designação do que atualmente é o primeiro ciclo) de hoje parecerá um absurdo, isto é, a obrigatoriedade de decorar cidades de Portugal Continental, serras, rios, linhas de caminhos-de-ferro, inclusivamente das ex-colónias ultramarinas, não trazia forçosamente no passado os traumas que hoje se possam imaginar, sendo assumidos com toda a naturalidade quando estavam completamente fora de questão hipotéticos currículos regionais. Haveria mesmo um certo brio

ao chegar, nas raras vezes em que isso acontecia, ao continente português e ser capaz de reconhecer coordenadas geográficas, de localizar cidades, porque reiteradamente apontadas no mapa ao longo da nossa primeira formação escolar.

Enfim, saber-se insular aumenta a curiosidade e o desejo de ser como os demais, no que ao acesso ao conhecimento diz respeito, fazendo das fraquezas forças, se bem que com um redobrado esforço, devido às mais limitadas oportunidades que se tem ao alcance, mas a compensação pelo caminho andado será, certamente, maior. Resta dizer que a situação do ilhéu não depende apenas da Geografia, que tem, como se sabe e como já explicitava Vitorino Nemésio, inegável valia na vida dos insulares, mas também se deve ao desenvolvimento social que se tem presenciado ao longo das últimas décadas, nomeadamente aos apoios prestados aos estudantes e à incomparável melhoria dos transportes.

Do ponto de vista cultural, a situação também não era favorável, mas há pormenores que tornam as pessoas felizes, quando outras realidades são ainda ignoradas. Sem televisão, com escassez de jornais, aproveitavam-se os recursos disponíveis, quando a sede de conhecimento germinava em meios tão carecidos dele. Nesse sentido, os antigos «professores primários» constituíam nas freguesias uma fonte de enriquecimento talvez não devidamente assinalado, pelos quais continuamos a sentir-nos em dívida. À D. Maria da Conceição Atháide de Oliveira Lemos, que nos acompanharia da primeira à quarta classe, devemos uma aprendizagem que haveria de render para a vida: português escorreito se aprendia e praticava; iniciação ao texto literário era feita, não só mediante a interpretação, mas ainda através das exigências de leitura, de modo a distinguir, na dicção, o ritmo da narrativa e a cadenciada sonoridade do texto poético; matemática era exigente, contas tão grandes quanto a dimensão da ardósia, prática intensificada nas manhãs de sábado. A Senhora D. Maria, assim era conhecida na freguesia, emprestava livros e revistas (só muito mais tarde viemos a saber que uma delas era da Mocidade Portuguesa, o que para o caso era irrelevante), era culta, lia bem francês, emprestava romances que andavam de mão em mão: da mãe para a tia (ambas devoradoras de livros), e para as vizinhas.

Havia ainda o teatro amador, tradição muito cultivada em S. Mateus do Pico, com tradições familiares a serem transmitidas de geração em geração e que hoje, com formação mais adequada, passou, pela mão da geração mais nova, às Escolas Básica e Secundária como disciplina curricular ou extracurricular. Dia de teatro era dia de festa, como o era o dia de cinema, rodado numa sala improvisada e de bem precário conforto.

Com a evolução da sociedade e do acesso a novos bens, ser ilhéu foi, portanto, dando lugar a representações diferentes, progressivamente melhores em termos materiais, intelectuais, de acesso a meios de formação, de comunicação, cultura e de transporte. Em relação às habilitações académicas, a Universidade dos Açores veio possibilitar uma oferta que não tem comparação com as condições anteriores a 1976, ano da criação do então Instituto Universitário dos Açores. Só quem teve a experiência da situação anterior e de a comparar com as amplas possibilidades que se abriram pode avaliar os incalculáveis ganhos a favor da comunidade insular, que se foi sentindo cada vez menos ilha e cada vez mais comunidade constituída a partir dela, com acrescida projeção no exterior.

Se a condição de ilhéu nos marca para sempre e molda as nossas pequenas e grandes vivências do quotidiano (fator não irrelevante será as «saudades de mar» quando se está longe dele), ela determina substancialmente o nosso modo de ver o mundo, de acordo com a formação de que nos foi dado usufruir. Significa, no nosso caso, olhar a ilha também de um ponto de vista cultural e literário, porquanto cada descrição dela depende – como, aliás, toda a descrição – de uma peculiar percepção das coisas, enriquecendo o conhecido com o percebido e dito de outra maneira, como fazem os artistas, e como a crítica literária tem sobejamente destacado em relação à literatura sobre os Açores, quer seja escrita por açorianos quer por outros. Abre-se então aqui espaço para uma breve referência a alguns, entre muitos outros, exemplos do modo como a ilha foi sentida, pensada e dita na literatura.

### **Pensar a ilha: a literatura**

Sendo os exemplos agora convocados (todos de autores contemporâneos) forçosamente parcelares, pretende-se, contudo, pelo lugar já conquistado na literatura pelos respetivos autores, que eles constituam uma significativa amostra da reflexão que, segundo géneros literários vários, tem sido levada a cabo.

Um interessante poema de António Gedeão, que nos diz o que já sabíamos, mas nos chega com a força e a autoridade persuasiva da poesia (para mais, apoiada nesse outro grande escritor que foi Cervantes), lembra-nos que os olhos, impressionados pelo que parece o mesmo, não veem necessariamente idêntica realidade: onde Sancho vê moinhos D. Quixote vê gigantes. Termina assim «Impressão Digital», de *Movimento Perpétuo*,

onde se defende um projeto individual de vida que atribui à subjetividade um lugar de relevo:

«Inútil seguir vizinhos  
Querer ser depois ou ser antes.  
Cada um é seus caminhos.  
Onde Sancho vê moinhos  
D. Quixote vê gigantes.  
  
Vê moinhos? São moinhos.  
Vê gigantes? São gigantes.»  
(Gedeão, 1978: 8)

Também neste olhar a realidade açoriana, «cada um é seus caminhos», com a sua experiência, as suas recordações, o seu modo de ver. Começamos pelo poema em prosa de Urbano Bettencourt, intitulado «Postal de S. Jorge», um entre os muitos outros que poderiam apoiar esta análise. Assinale-se, desde já, que a inquirição aqui efetuada terá em conta a inextricável relação de tempo e espaço, tão reiterada, explícita ou tão-só subentendida, em elevado número de escritores. «Postal de S. Jorge» é paradigmático, por recriar lyricamente um estereótipo que, parecendo na sua essência desvalorizar o jorgense, o exalta, afinal, no que indicia de serenidade e sábia lentidão na gestão de um tempo que sabemos dominar-nos.

Em discurso sintético, qualidade que bem define toda a escrita daquele autor, o poema sugere a pacatez de uma ilha *parada no tempo*, não como sinónimo de atraso, mas de sabedoria de vida, que lhe define um modo de ser e de estar. Ainda quando algum sinal das novas tecnologias e da globalização possa ter chegado à ilha, os efeitos da imagem poética assente na reconstrução dessa «ideia fixa» trazida do passado são bem superiores. Pela força da poesia o estereótipo da lentidão e da paciente espera volve-se então em conceito inovador e em discreto canto de louvor:

### **Postal de S. Jorge**

«Chegas a S. Jorge e há um motorista pronto a tranquilizar-te face à lentidão do serviço de bagagens: “Ó senhor, a gente tá aqui é pra esperar”. Em S. Jorge, *aqui* é advérbio de lugar e de tempo também, como leste em Fátima Borges e poderias igualmente ter lido em Carlos Faria.



Sábado de manhã abres a janela sobre o mar e as invisíveis laranjas da Urzelina. Canal. A gente tá aqui é pra esperar. E o Pico sem se mexer.»

(Bettencourt e Peixoto, 2005: 11)

Há, pois, espaços insulares que determinam tempos e tempos diversos, submetidos que estão à experiência dos lugares, mas também aos modos de vida, de acordo com a evolução da sociedade e do conhecimento dos habitantes. Mas a experiência do tempo, se tem algo de sensibilidade coletiva, exprime frequentemente na literatura – mormente naqueles géneros mais propensos a uma projeção autobiográfica – uma perspetiva individual, não raro quando a memória é igualmente convocada, como acontece na crónica, género cuja designação incorpora na própria raiz a presença do *cronos*.

O tempo lento de uma ilha que parece não obedecer à cronometria de relógios e calendários, seja ela Faial, S. Jorge ou outra qualquer, é, afinal, o tempo vagaroso ciosamente guardado na memória de muitos e motivo de abundante reflexão literária. É também esse o recordado por Emanuel Jorge Botelho, na evocação de uma infância vivida como forma de estar em duração. *30 Crónicas* é um livro feito de recordações e, assim sendo, essencialmente dominado pela memória de um outro tempo a que o presente de certo modo se opõe:

«O tempo não tinha esquinas, degraus de tropeçar, fechaduras de segredo. O tempo não magoava, o tempo não traía, o tempo nunca feria o medo de o não ter.

Não era preciso fazer durar o tempo; o tempo já era a duração de si próprio.

Naquele tempo, a voz não tinha pressa, cada passo falava com a terra, cada dia era um dia, e não o antes da noite.»

(Botelho, 2012: 17)

Saudades do passado não faltam ao escritor, pela lembrança de uma qualidade de vida que permitia saborear sem pressas as pequenas e boas coisas da vida, antes de o progresso (mas estes lamentos não ignoram a impossibilidade de retorno a um passado totalmente irrecuperável) lá ter feito a sua entrada e as ter degradado: «O progresso, esse só tão vazio e sem entrada, apagou tudo ou reduziu a pó «coisas», tantas, de que o nosso coração gostava» (Botelho, *ibid.*: 19).

Esta obsessão com o tempo, certamente não alheia ao comum dos mortais, mormente desde que a conceção de circularidade temporal foi substituída pela de progressividade e conseqüente inviabilidade de retorno, é bem representada se soube um *ser no tempo*, com os óbvios reflexos na produção cultural e literária por ele produzida, é bem visível na produção literária de grande número de escritores açorianos. Deram eles forma artística, à expressão de um tempo que é de todos, mas que também é muito nosso, até pela frequente aliança de tempo cronológico e tempo existencial.

«Ilha» como sinédoque do Arquipélago no seu todo, «Mar», representante do que nos limita, ao mesmo tempo que motor de expansão para fora dos horizontes mais próximos, «Tempo», símbolo de nostalgia e saudade de uma experiência que foi, ou de sensação de limitação humana, expressão do que nos molda o sentir, o pensar e o dizer, são termos que abundam na literatura escrita por açorianos. Mas também fazem a sua aparição na daqueles que, não sendo naturais das ilhas, delas fizeram o motivo do seu encantamento, da sua reflexão, também da sua crítica uma ou outra vez, seja em crónicas de viagem, como as de Raul Brandão na maravilhosa descrição das suas *Ilhas Desconhecidas*, seja na forma de ficção narrativa, romance, novela ou conto, seja nos géneros poéticos.

Passada à literatura, a ilha deixa de ser apenas a que nós conhecíamos por nela vivermos ou termos vivido e passa a ser a mesma e outra, que não poderá ser esquecida, na visão polifacetada colocada ante nossos olhos por Vitorino Nemésio, Raul Brandão, José Martins Garcia, Urbano Bettencourt, Emanuel Jorge Botelho, Cristóvão de Aguiar, Joel Neto e muitos outros que não poderemos agora mencionar. Mas os de fora também no-la devolveram literariamente e nela podemos ver o que só a arte descobre. Fizeram-no, entre muitos outros, Manuel Alegre (*Escrito no Mar*, 2007), Joaquim Manuel Magalhães (*Do Corvo a Santa Maria*, 1993), Antonio Tabucchi (*Mulher de Porto Pim*, 1986), Romana Petri (*A Senhora dos Açores*, 2003, e *Regresso à ilha*, 2006).

Vem, assim, completada e enriquecida a ideia de insularidade, com a produção literária dos que do exterior os observam. Um título como o de Manuel Alegre, *Escrito no Mar*, é, neste aspeto, bem significativo («Não há palavra com tanto mar/ como a palavra/ Açores» – Alegre, *op.cit.* 23), dando continuidade, ou novo enquadramento, dado que nessa coletânea se integram poemas já anteriormente publicados em *Pico*, à escrita da ilha, que deixa de ser apenas realidade geográfica para ser paradigma de uma outra que o poeta, partindo da conhecida (chame-se ela Pico, S. Jorge, Terceira ou São Miguel...) descobriu ou para si próprio construiu:

## SÃO JORGE

«Cheira a mentastro e a hortelã  
 por São Jorge onde se lê  
 no livro do mar a Terceira  
 mais à esquerda a Graciosa.  
 Do alto desta Fajã  
 eu vejo o que não se vê  
 e canto a ilha primeira  
 feita de terra nenhuma  
 com sua abstracta rosa  
 a desfolhar-se na espuma.»

(Alegre, 2007: 53)

Em registos discursivos diversos, mas onde estão recorrentemente presentes as figuras retóricas da analogia (metáfora e comparação) e da contiguidade espaço-temporal (a metonímia) trazida pela memória. Também na sua particularização sinedóquica, quando se toma a parte pelo todo para vazar na «pedra de memória» (o caso de Vitorino Nemésio) toda a ilha, a condição insular do poeta e, no fim, fazer dela o símbolo da sua própria condição existencial como presença/ausente no seu despojamento:

## A CONCHA

«A minha casa é concha. Como os bichos  
 Segreguei-a de mim com paciência:  
 Fachada de marés, a sonho e lixos,  
 O horto e os muros só areia e ausência,  
  
 Minha casa sou eu e os meus caprichos.  
 O orgulho carregado de inocência.  
 Se às vezes dá uma varanda, vence-a  
 O sal que os santos esboroou nos nichos.  
  
 E telhados de vidro, e escadarias  
 Frágeis, cobertas de hera – oh bronze falso!  
 Lareira aberta ao vento, as salas frias.  
  
 A minha casa ... Mas é outra a história:  
 Sou eu ao vento e à chuva, aqui descalço,  
 Sentado numa pedra de memória.»

(Nemésio, 1986: 87)

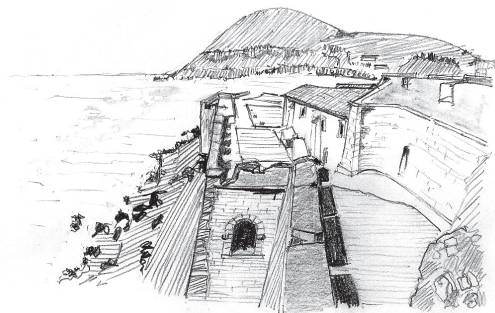
Enfim, a particularização numa dada ilha ou a referência a esta sem mais especificações pode ser uma forma de figuradamente se abranger todo o arquipélago, de que temos porventura o melhor exemplo no curtíssimo poema de Pedro da Silveira, «Ilha». Também com um formidável poder de síntese, o poeta descreve, segundo uma dinâmica metonímica que privilegia as relações de causalidade e de contiguidade espaço-temporal, toda a realidade açoriana de um certo tempo: o isolamento, a pobreza, a vontade de partir, o sonho da abundância imaginada num país distante, o contraste entre a carência vivida e a abundância adivinhada nas «califórnia perdidas».

Em conclusão, pergunta-se: a condição de ilhéu, variável segundo as ilhas e, adentro destas, segundo os tempos, os recursos materiais, a cultura, a possibilidade de maior ou menor contacto com o exterior, permitirá, ainda assim, a leitura de algo que nos una? Talvez. As paisagens, o mar, a pedra vulcânica, a vontade de sair e de poder voltar, o querer manter o que de melhor nos define e nos distingue, mas sem perder a marcha evolutiva do país e do mundo, pelos quais se quer acertar o passo (na ciência, na cultura, na tecnologia), tudo faz parte da nossa condição insular, tornando-nos, com os outros, um pouco menos ilha, mas sempre com ela. Este é, assim, um dos modos de ser, hoje, ilhéu.

## Referências bibliográficas

- ALEGRE, M.; BARROS, J. (2007). *Escrito no Mar*, Lisboa, Sextante.
- BETTENCOURT, U.; PEIXOTO, S. (2005). *Lugares Sombras e Afectos*, Figueira da Foz, Ed. dos Autores, Offsetarte – Artes Gráficas.
- BOTELHO, E. J. (2012). *30 Crónicas*, Ponta Delgada, Publiçor.
- GEDEÃO, A. (1978). *7 Poesias Completas (1956-1967)*, Lisboa, Portugália Editora.
- MAGALHÃES, J. M.; SOUSA, J. G. (1993). *Do Corvo a Santa Maria*, Lisboa, Relógio d'Água.
- NEMÉSIO, V. (1986). *Poesia (1935-1940)*. Lisboa, Bertrand.
- SILVEIRA, P. (1952). *A Ilha e o Mundo*, Lisboa, Centro Bibliográfico.
- TABUCCHI, A. (1986). *Mulher de Porto Pim e outras histórias*, Lisboa, Difel.





HOSANA, MAR\*  
VASCO PEREIRA DA COSTA

*Deu-me o mar as cores da terra  
As clandestinas no arco-da-velha  
As cores da mão olhando a paleta  
As cores do vão no branco da tela*

*Deu-me os imperceptíveis matizes  
De sóis sons seixos seivas  
Remotos teoremas esquivas bissectrizes  
Naufragadas leis bússolas imperfeitas*

*Deu-me o lume a luz a ardentia  
O leme o remo a asa o sargaço  
O fanal o farol a fenda a baía  
A quilha a espuma a bruma o rasgo*

*Deu-me o vento a vela o ciclone  
a ária a nuvem a noite a luz a lua  
a ode a onda o rumo a rima o nome  
o ritmo o sismo o fumo o fundo da cafua  
onde colorir Behemoth e Leviathan*

*E do mar as cores na terra  
Primem a tecla  
Tocam a tela  
Em cada manhã*

---

Desenho: *Fortaleza e Pousada, Angra do Heroísmo.*

\* O autor não usa o novo acordo ortográfico.



## NOTAS BIOGRÁFICAS

**Álamo Oliveira (Açores)** – Foi Técnico Especialista na Direção Regional da Cultura do Governo Autónomo dos Açores (1983-2002) e colaborador na área da cultura da Direção Regional das Comunidades (2002-2010). Publicou *Já não Gosto de Chocolates* (Salamandra, 1999) e *Pátio d'Alfândega Meia-Noite* (Vega,1992). Nasceu em 1945.

**Álvaro Laborinho Lúcio (Açores)** – Mestre em Direito foi Ministro da Justiça e Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores. Atualmente é Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho. Publicou *O Julgamento – Uma Narrativa Crítica da Justiça* (Dom Quixote, 2012), *O Chamador* (Quetzal, 2014) e *O Homem Que Escrevia Azulejos* (Quetzal, 2016). Nasceu em 1941.

### **Álvaro Monjardino (Açores)**

**Alzira Silva (Açores)** – Doutoranda em Migrações, foi jornalista na RTP-Açores e Diretora Regional das Comunidades (Presidência do Governo Regional dos Açores). Foi ainda Adjunta na Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e Presidente da Associação Horta Camerata, Música e Arte no Atlântico. Publicou *O teu olhar anoitece* (Nova Gráfica, 2015) e diversos ensaios sobre migrações, com foco sobretudo na identidade, exclusão social e questões interculturais.

**Ana Isabel Moniz (Madeira)** – Doutorada em Literatura Francesa, é docente na Universidade da Madeira. Foi Pró-reitora para os Assuntos Culturais e Diretora do curso do mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais na Universidade da Madeira, onde atualmente é membro do Conselho Geral e do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Humanidades. É autora de *Julien Gracq: formas sentidos e mecanismos do imaginário* (Edições Cosmos, 2010), coautora de *Funchal (d)Escrito. Ensaios sobre representações literárias da Cidade*



(7 Dias 6 Noites, 2011) e *E depois? – sobre a cultura na Madeira*, (Universidade da Madeira, 2005). É Sub-directora da Revista *Carnets*. Nasceu em 1966.

**António Fournier (Madeira)** – Doutorado em Literatura Portuguesa, foi Leitor de Língua e Cultura Portuguesa do Instituto Camões na Universidade de Pisa (Itália) e Assistente confirmado de Literatura Portuguesa na Universidade da Madeira. Atualmente é Ricercatore confermato de Lingue e Traduzione Portoghese e Brasileira na Universidade de Turim (Itália) e fundador e co-diretor da revista luso-italiana de estudos comparados *Submarino*. Publicou em coautoria *Hora fecunda. Scritti in onore di Giancarlo Deprezis* (Nuova Trauben, 2015) e organizou a obra *Bestiario Lusitano* (Scritturapura, 2014). Nasceu em 1966.

**António Ludgero Correia (Cabo Verde)** – Licenciado em Ciência Política, foi Comandante da Guarda Fiscal (MF), Inspetor Principal do quadro privativo do Ministério das Finanças. e Diretor dos Serviços de Inspeção, Organização e Contabilidade da DG das Alfândegas. Atualmente é Conselheiro do Presidente da República. Publicou *Baban, o ladino*, obra que recebeu o Prémio SONANGOL de Literatura em 2006, *A Viúva Virgem* (2007), *Sapatos de Defunto* (2007), e *Silêncio Cúmplice* (2014). Nasceu em 1953.

**António M. de Frias Martins (Açores)** – Doutorado em Biologia, foi Presidente da Unitas Malacologica – Associação Mundial de Malacologia e Diretor do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores. Atualmente é Presidente da Sociedade Afonso Chaves – Associação de Estudos Açoreanos e Professor Catedrático jubilado da Universidade dos Açores. Publicou em coautoria *Snails on oceanic islands: testing the general dynamic model of oceanic island biogeography* (in *Journal of Biogeography*, 40. 2013) e *Coastal Ecology of the Açores* (Sociedade Afonso Chaves, 1998). Nasceu em 1946.

**António Manuel Bettencourt Machado Pires (Açores)** – Doutorado em História da Cultura Portuguesa, foi Reitor da Universidade dos Açores (1982-1995) e membro do Conselho Editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Publicou *D. Sebastião e o Encoberto. Estudo e Antologia* (Fundação Calouste Gulbenkian, 1981) e *Luz e Sombras no Século XIX em Portugal* (INCM, 2007). Nasceu em 1942.

**António Rego (Açores)** – Licenciado em Teologia e Comunicação Social, desenvolveu a sua atividade no âmbito da Pastoral da Comunicação Social, tendo realizado mais de mil programas de Rádio e Televisão. Publicou *Eterno Agora* (Oficina do Livro), *Deus na Cidade* (Paulus), *Um Ramo de amendoeira* (Paulinas), *Palavra entre Palavras* (Difusora Bíblica, 1990) e *A Ilha e o Verbo* (Paulinas Editora, 2014). Nasceu 1941.

**Artur Goulart de Melo Borges (Açores)** – Licenciado em Arqueologia Paleocristã, foi Professor do Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo e Diretor do Museu de Évora. Atualmente é Coordenador do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora. Publicou *No fio das palavras* (Santa Casa da Misericórdia de Velas, 2010). Nasceu em 1937.

**Artur Teodoro de Matos** – Doutorado em História. Foi professor e vice-reitor da Universidade dos Açores e Professor catedrático da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e da FCH da Universidade Católica Portuguesa. Publicou *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa, FL da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974 e *Retratos Sociais da Ilha do Corvo (Do povoamento ao século XIX)*, Horta, Núcleo Cultural e CM do Corvo, 2016. Nasceu 1943.

**Augusto Nascimento (São Tomé e Príncipe)** – Universidade de Lisboa, Centro de História. Agregado em História Contemporânea, publicou *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial* (7 Letras, 2013) e *Histórias da Ilha do Príncipe* (CMO, 2010). Nasceu em 1959.

**Avelino de Freitas de Meneses (Açores)** – Doutorado em História, foi Reitor da Universidade dos Açores e Presidente da Assembleia Geral do Centro de História d'Além-Mar (CHAM) – Universidades Nova de Lisboa e Açores. Atualmente é Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores e Professor Catedrático da Universidade dos Açores. Publicou *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)* (Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987) e *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)* (Universidade dos Açores, 1993-95). Nasceu em 1958.

**Bernardina Salústio (Cabo Verde)** – Diplomada pela Escola do Magistério Primário de Lisboa, foi Professora, Assistente Social e Jornalista. Publicou *Mornas eram as noites* (Instituto Caboverdiano do Livro, 1994), *A Louca de Serrano* (Spleen, 1998) e *Filhas do Vento* (Instituto da Biblioteca Nacional, 2009). Nasceu em 1941.

**Carlos Agostinho das Neves (São Tomé e Príncipe)** – Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, foi Embaixador em Portugal e em Espanha, e Vice-Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Atualmente é Embaixador nos Estados Unidos da América e representante Permanente junto das Nações Unidas. Publicou *São Tomé e Príncipe na 2.ª Metade de Sec. XVIII* (Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Instituto de História de Além-Mar, 1989) e *Antologia Poética de São Tomé e Príncipe* (Imprensa Nacional, 1976). Nasceu em 1953.

**Chrys Chrystello (Açores)** – Licenciado em Tradução e Economia, é Mestre em Linguística/Tradutologia. Foi Professor de Tradutologia NAATI na UTS (Universidade de Tecnologia de Sydney, Austrália). Atualmente é Presidente da Direção da AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia e Tradutor na PNN-LUSA de Sydney NSW Austrália. Publicou *Chronicaçores uma Circum-Navegação de Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores* (Editora Calendário de Letras, 2009-2012) e *Crónica do Quotidiano Inútil* (Editora Calendário de Letras, 2012). Nasceu em 1949.

**Conceição Castro Ramos (Açores)** – Doutorada em Ciências da Educação – Educação e Desenvolvimento, foi Diretora Regional da Administração Escolar na Região Autónoma dos Açores e Inspectora-Geral da Educação. Atualmente é membro do Conselho Nacional de Educação e coordena a 5.<sup>a</sup> Comissão Especializada – Condição Docente. Publicou *Políticas de Avaliação de Professores: Entre a Visão e as Regras* (in Maria de Lurdes Rodrigues (org.) *40 Anos de Políticas da Educação em Portugal: Conhecimento, Atores e Recursos*. Almedina, 2014) e *Os Sistemas Educativos da União Europeia: Para uma leitura do espaço europeu da educação* (Universidade Aberta, 2011). Nasceu em 1943.

**David Hopffer Almada (Cabo Verde)** – Licenciado em Direito, foi Ministro da Justiça e Ministro da Informação, Cultura e Desportos. Foi Deputado à Assembleia Nacional e, atualmente, é advogado, consultor jurídico e Presidente da Assembleia Geral da Academia Cabo-Verdiana de Letras. Publicou, entre outras obras, *Cabo Verde de Esperança – Coletânea Poética e Papa por uma noite* – Romance. Nasceu em 1945.

**Eduardo Paz Ferreira (Açores)** – Doutorado em Ciências Jurídico-Económicas foi Presidente da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos e Presidente da Associação Fiscal Portuguesa. Atualmente é Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e Sócio-fundador da Eduardo Paz Ferreira, Sociedade de Advogados. Publicou *Encostados à Parede. Crónicas de Novos Anos de Chumbo* (Quetzal, 2015) e *Por uma Sociedade Decente. Começar de Novo vai valer a Pena* (Marcador, 2016). Nasceu em 1953.

**Elizabeth Arsénio (Açores)** – Doutorada em Oftalmologia, exerce Medicina. Nasceu em 1946.

**Fátima Marques Pereira (Açores)** – Mestre em História Contemporânea, foi docente convidada da ESMAE – Escola Superior de Música, Artes e Espectáculo – IPP – Instituto Politécnico do Porto, Departamento de Artes da Imagem, no Mestrado em Comunicação Audiovisual – Especialização em Fotografia e Cinema Documental. Exerceu o cargo de Subdirectora Geral das

Artes – DGArtes – Direcção Geral das Artes – Ministério da Cultura de Agosto de 2010 a Julho de 2011. Atualmente, é Professora de Métodos de Investigação em Comunicação Audiovisual e Diretora do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Publicou *Até Hoje* (in CATÁLOGO “*Um horizonte de proximidades*” – *Uma topologia a partir da coleção António Cachola*. Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, 2016) e *Sem pedras não há arco* (in CATÁLOGO “*Pontos Colaterais*” – *Coleção Arte Contemporânea, uma seleção*. Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, 2015). Nasceu em 1964.

**Fernando de Jesus Ildelfonso (Açores)** – Licenciado em Filosofia, mestrando em Filosofia em Portugal, publicou vários artigos no jornal *Açoriano Oriental* e foi Coordenador de Departamento de Ciências e Humanidades na E.S.G.E. Atualmente é Presidente da Direcção do Clube de Judo de Lagos e Coordenador do Grupo de Filosofia na E.S.G.E. Nasceu em 1965.

**Filinto Elísio Correia e Silva (Cabo Verde)** – Bibliotecário e Gestor de formação académica, foi Conselheiro Cultural do Primeiro-Ministro de Cabo Verde e consultor para a área da Cultura. Atualmente é editor da Rosa de Porcelana Editora e consultor internacional. É autor de 10 livros, entre os quais *Zen Limites* e *Me\_xendo no Baú. Vasculhando o U*. Nasceu em 1961, na cidade da Praia, Cabo Verde.

**Germano de Sousa (Açores)** – Médico Patologista Clínico, foi Professor Associado de Bioquímica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (1988-2008) e Bastonário da Ordem dos Médicos (1999-2005). Atualmente é Conselheiro do Conselho Superior da Universidade Católica e Professor Catedrático convidado da Universidade Atlântica. Publicou *História da Medicina Portuguesa durante a Expansão* (Editora Temas e Debates, 2013) e *Medicina* (in *Dicionário da Expansão Portuguesa*. Editora Círculo de Leitores, 2016). Nasceu em 1943.

**Gilberta Pavão Nunes Rocha (Açores)** – Doutorada em Ciências Sociais – Demografia, foi Diretora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores (1988- 1992 e 2005-2009) e membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores (2009-2013). Atualmente é Diretora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e coordenadora do CICS.NOVA polo da Universidade dos Açores. É ainda Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Política Económica e Social do Conselho Económico e Social. Em 2016, publicou *Juventudes. Novas Realidades. Novos Olhares* (Org.) (Edições Húmus), *Uma modernidade tardia – mudanças demográficas nos Açores (1974-2014)* (in *Revolução e Democracia 40 anos após Abril de 1974*, Edições Húmus: 153-172) e *Dinâmicas Sociais nos Açores* (in *Sociologia e Sociedade – Estudos de Homenagem a João Fer-*

*reira de Almeida*, *Mundos Sociais*: 267-286, com Rolando Lalanda, Licínio Tomás, Fernando Diogo, Álvaro Borrvalho). Nasceu em 1951.

**Hilarino Carlos Rodrigues da Luz (Cabo Verde)** – Doutorado em Estudos Portugueses, fez o estágio profissional nos «Projetos Editoriais» do Setor Editorial da Unidade de Publicações da Imprensa Nacional Casa da Moeda (2014-2015) e foi Docente de História e Geografia de Portugal e Língua Portuguesa na Escola Galopim de Carvalho (2012/2013). Atualmente é Pós-doutorando em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsheiro de Pós-Doutoramento do CHAM, Centro de História d'Aquém e d'Além-mar (FCSH-Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores). Publicou *A construção do imaginário viajante na escrita barbosiana* (in *Atas V e VI do Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos*, 2016) e *Representação do mar em Jorge Barbosa: a insularidade*. Nasceu em 1983.

**Inocência Mata (São Tomé e Príncipe)** – Doutorada em Estudos Literários foi Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde foi também Directora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua e Cultura Portuguesa-PL1/PL2. Atualmente é Vice-diretora (Deputy head) do Departamento de Português da Universidade de Macau, onde é também Directora do CIELA (Centro de Investigação de Estudos Luso-Asiáticos/ /Research Centre for Luso-Asian Studies). Publicou *A Literatura Africana e a Teoria Pós-colonial: Reconversões* (Editora UEA, 2013) e *Polifonias Insulares: Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe* (Edições Colibri, 2010).

**João Carlos Nunes Abreu (Madeira)** – Jornalista, foi Secretário Regional do Turismo e Cultura e é, atualmente, Presidente da CRIAMAR – Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens. Publicou duas dezenas de livros, entre eles, *Dona Joana Rabo-de-Peixe* (Editorial Éter, 1996) e *Cadernos de Viagens*. Nasceu em 1935, no Funchal.

**João David Pinto Correia (Madeira)** – Doutorado em Literatura Portuguesa, foi Presidente da Comissão Científica do Departamento de Literaturas Românicas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Presidente da Comissão Instaladora da Universidade da Madeira (com atribuições de Reitor). Atualmente é Investigador e Coordenador Científico do Grupo de Investigação de Tradições Populares Portuguesas (CLEPUL) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Publicou *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa* (INCM, 1997/1998) e *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa* (Edições Duarte Reis, 2003). Nasceu em 1939.

**João de Melo (Açores)** – Licenciado em Filologia Românica, foi Professor do Ensino Secundário e do Ensino Superior e Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal em Espanha (2001-2010). Publicou diversas obras de ficção, ensaio, crónica e antologias, sendo *Gente Feliz com Lágrimas* (Publicações Dom Quixote, 1988) o seu livro mais conhecido, ao qual foram atribuídos o Grande Prémio APE de Romance e Novela, o Prémio Eça de Queirós – Cidade de Lisboa, o Prémio Cristóbal Colón de las Ciudades Capitales Iberoamericanas, o Prémio Fernando Namora e o Prémio Livro do Ano Antena 1. É, ainda, autor de um livro de viagem: *Açores, O Segredo das Ilhas* (Publicações Dom Quixote, 2000 e 2016). Nasceu em 1949.

**João Lopes Filho (Cabo Verde)** – Doutorado em Antropologia e Estudos Africanos, foi Professor no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é Professor Titular da Universidade de Cabo Verde, onde é também coordenador, docente e orientador de mestrados. Publicou *Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde – Formação da Sociedade e Mudança Cultural* (Ministério da Educação – Secretaria Geral, 1996) e *Percursos & Destinos* (União dos Escritores Angolanos, 2011), com o qual recebeu o Grande Prémio Internacional de Literatura SONANGOL.

**João Prates (Porto Santo)** – Engenheiro de formação, exerceu atividade na Reuters. Enveredou pela área artística, sendo atualmente Diretor do Centro Português de Serigrafia. Publicou *Dos Livros que Não se Lêem* (Biblioteca Nacional, 2004) e *Milagre – Elogio aos Painéis de Nuno Gonçalves* (Mosteiro de Santa Maria da Vitória, 2013). Nasceu em 1961.

**João Saramago (Açores)** – Doutorado em Linguística Portuguesa, foi Diretor do Projeto Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores (ALEAÇ), e é Diretor do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG). Publicou *Le parler de l'île de Corvo – Açores* (Centre de Dialectologie, Université Stendhal – Grenoble III / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC, 1992) e *Notas do Corvo do padre Francisco Lourenço Jorge* (Câmara Municipal do Corvo, 2001). Nasceu em 1952.

**José Avelino Bettencourt (Açores)** – Licenciado em Teologia e doutorado em Direito Canónico. Em 1993, foi ordenado presbítero e incardinado na Arquidiocese de Otava (Canadá), onde também foi pároco na Igreja Nacional Portuguesa do Senhor Santo Cristo. Em 1999 ingressa no serviço diplomático da Santa Sé e é nomeado para a Nunciatura Apostólica na República Democrática do Congo. Em 2002, passou à Secção das relações com os Estados da Secretaria de Estado. Integrou várias delegações diplomáticas da Santa Sé destinadas a países do Continente africano. Em 2012, foi nomeado pelo Papa

Bento XVI, Chefe de Protocolo da Secretaria de Estado da Santa Sé, e reconfirmado nas suas funções pelo Papa Francisco. Publicou *The “Imprimatur”: Ecclesial Tradition, Canonical Basis and Contemporary Function*. Nasceu em 1962.

**José de Assunção Gonçalves (Açores)** – Médico, Cirurgião Geral. Foi Oficial Médico Naval da Armada Portuguesa (2002-2012). Autor de *Cooperação militar para a saúde* (in Revista *Povos e Culturas*, n.º 19. 2015) e *Timor-Leste e Portugal: Cinco centúrias de relacionamento*. Nasceu em 1977.

**José Francisco Rodrigues Costa (Açores)** – Doutorado em Línguas e Literaturas, foi Diretor Pedagógico da Escola Portuguesa de East Providence, (EUA) e Diretor do LusoCentro do Bristol Community College, em Fall River (EUA). Atualmente é Professor no Bristol Community College, em Fall River, (EUA). Publicou *Mar e tudo* (Salamandra, 1998) e *Ficou-me na Alma este Gosto* (Publiçor, 2011). Nasceu em 1947.

**José Guilherme Reis Leite (Açores)** – Doutorado em História Moderna e Contemporânea, foi Professor efetivo do Ensino Secundário e Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Publicou *Conscientização de uma entidade própria* (in *História dos Açores*. Instituto Açoriano de Cultura, 2008) e *O Corvo. Uma História singular e trágica* (in *Retratos Sociais da ilha do Corvo (do Povoamento ao Século XIX)* (Núcleo Cultural da Horta e Câmara Municipal do Corvo, 2016). Nasceu em 1943.

**José Henrique Silveira de Brito (Açores)** – Doutorado em Filosofia, é Professor de Ética na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UCP, Braga, e Coordenador dos estudos pós-graduados em Ética e Filosofia Política na mesma Faculdade. Publicou *De Atenas a Jerusalém. A subjectividade passiva em Lévinas* (Universidade Católica Editora, 2002) e *A Tolerância e a sua Fundamentação* (in *Horizontes do Conhecimento, Estudos em Homenagem a José Luís Brandão da Luz*, Letras Lavadas, 2015). Nasceu em 1945.

**José Luís Brandão da Luz (Açores)** – Professor Catedrático aposentado da Universidade dos Açores, onde foi Vice-reitor e Diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Doutorado em Filosofia, publicou *Introdução à Epistemologia* (INCM, 2002) e *Jean Piaget e o Sujeito do Conhecimento* (Instituto Piaget, 1994). Nasceu em 1948.

**José Paulo Santos (Cabo Verde)** – Licenciado em Educação, é doutorando em Tecnologias de Informação e Comunicação. Foi Docente do Ensino Secundário (1993-2009) e Teaching and Learning Consultant na empresa Promethean. Foi ainda Diretor Pedagógico da Cape Verde Multilingual School, em Cabo

Verde e National General Manager na Equatorial Guinea Multilingual School, na Guiné Equatorial. Atualmente, é docente do Camões I.P. em Tunes, no Instituto Superior de Línguas de Tunes da Universidade de Cartago e Representante Cultural da Embaixada de Portugal em Tunes. Nasceu em 1969.

**Luiz Fagundes Duarte (Açores)** – Doutorado em Línguas e Literaturas Românicas – Linguística, foi Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura do Governo dos Açores e Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral dos Açores. Atualmente é Professor da Universidade Nova de Lisboa. Entre outros títulos, publicou *Mensagem e Poemas Publicados em Vida*, de *Fernando Pessoa* (INCM, 2016) e *Do Caos Redivivo. Ensaios de Crítica Textual sobre Fernando Pessoa* (INCM, 2016). Nasceu em 1954.

**Manuel Brito-Semedo (Cabo Verde)** – Doutorado em Antropologia, Etnologia, foi Vice-reitor da Universidade de Cabo Verde e Presidente do Conselho Diretivo do Departamento das Ciências Sociais e Humanas. Atualmente é Docente na Universidade de Cabo Verde. Publicou *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975* (2006) e *Na Esquina do Tempo, Crónicas de Mindelo* (2014). Nasceu em 1952.

**Manuel Cândido Pimentel (Açores)** – Doutorado em Filosofia, foi Diretor do Centro de Estudos de Filosofia (UCP) e Coordenador da Área Científica de Filosofia (FCH – UCP). Atualmente, é Vice-Presidente do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Publicou *De Chronos a Kairós* (Ideias e Letras, 2008) e *Razão Comovida* (INCM, 2011). Nasceu em 1961.

**Maria Eduarda Fagundes Nunes (Açores)** – Licenciada em Medicina foi Médica ginecologista do Serviço Público Federal. Nasceu em 1947.

**Maria Fernanda Diniz Teixeira Enes (Açores)** – Doutorada em História das Ideias, foi Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e docente no curso de História na Universidade dos Açores. Foi ainda Professora nas licenciaturas de História e Teoria das Ideias e em Ciência Política e Relações Internacionais, e nos mestrados de História Cultural e Política e em Estudos Europeus. Publicou *Reforma Tridentina e Religião vivida – os Açores na Época Moderna* (Signo, 1992) e *Ideias Religiosas em História das Ideias – Aproximação à matriz civilizacional do ocidente cristão* (Centro de História da Cultura/UNL 2002). Nasceu em 1945.

**Maria Margarida Gago da Câmara do Botelho (Açores)** – Licenciada em Românicas, foi Membro do Conselho Directivo da Escola Secundária Antero de Quental (1983-1989) e Assistente convidada na Universidade dos Açores (1984-1990). Nasceu em 1950.



**Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim (Açores)** – Maria Norberta Amorim, nascida em 1943, é Professora Catedrática aposentada da Universidade do Minho, tendo-se especializado em Demografia Histórica. Foi Coordenadora do NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho). Atualmente é Coordenadora do Grupo de História das Populações do CITCEM (Universidade do Porto) e Coordenadora Científica do Repositório Genealógico Nacional (Universidade do Minho). Primeira publicação *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII, Estudo Demográfico* (IN-CM, 1973). Última publicação – *O Pico. A Abordagem de uma ilha. Vol I. – As Famílias. Tomo IX – As Famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX* (Desafios da Montanha CRL e CiTCEM, 2016).

**Miguel Santos (Madeira)** – Nasceu em 1975

**Nelson Veríssimo (Madeira)** – Doutorado em História foi Diretor da revista *Islenba* e Diretor de Serviços do Património e Atividades Culturais da Região Autónoma da Madeira. Atualmente é Professor Auxiliar com agregação da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira. Publicou *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII* (Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2000) e *Vigiar as almas: a Igreja Católica no quotidiano madeirense do século XVII* (in *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*. Esfera do Caos, 2015). Nasceu em 1955.

**Ondina Maria Fonseca Rodrigues Ferreira (Cabo Verde)** – Mestre em Literaturas Cabo-verdiana e Portuguesa, foi Professora e Diretora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Publicou, entre outras obras, *Inquietações em Crónicas Datadas* (2008) e *Contos com Lavas* (2010). Nasceu em 1946.

**Onésimo Teotónio Almeida** – Doutorado em Filosofia na Brown University, é Professor de Cultura Portuguesa e História Intelectual e das Ideias no Departamento de Estudos Portugueses, no Wayland Collegium for Liberal Learning e no Renaissance and Early Modern Studies Program na mesma Universidade. Publicou recentemente *Despenteando Parágrafos* (Quetzal, 2015) e *Minima Azorica. O Meu Mundo É Deste Reino* (Companhia das Ilhas, 2014). Nasceu em 1946.

**Rafael Gonçalo Pimentel Gomes Filipe (Açores)** – É licenciado em Filosofia, mestre em Desenvolvimento e Cooperação, e doutorado em Comunicação e Cultura. Foi Adjunto do Secretário de Estado da Cultura, Dr. David Mourão-Ferreira (1978/1979), e Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do INATEL (2004-2009). Atualmente é Professor Associado na ECATI da

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia e membro do Grupo de Retórica da SOPCOM. Publicou, entre outros livros, *De Nietzsche a Weber – Hermenêutica de Uma Afinidade Electiva* (Instituto Piaget, 2004) e *Modernidade, Crítica da Modernidade e Ironia Epistemológica em Max Weber* (Instituto Piaget, 2001). Nasceu em 1944.

**Ricardo Manuel Madruga da Costa (Açores)** – Doutorado em História, foi Diretor Regional de Turismo nos Açores (1984-1988) e Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores (2009-2014). Atualmente é editor do Boletim do Núcleo Cultural da Horta. Publicou *Os Açores em finais do Regime de Capitania-Geral. 1800-1820* (Câmara Municipal da Horta, 2005) e *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no «Século Dabney»* (OMA, 2012). Nasceu em 1944.

**Rosa Maria B. Goulart (Açores)** – Doutorada em Literatura Portuguesa foi Diretora do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas e Vice-reitora da Universidade dos Açores. Publicou *Romance Lírico – O percurso de Vergílio Ferreira* (Bertrand Editora, 1990) e *Literatura e teoria da literatura em tempo de crise* (Angelus Novus, 2001). Nasceu em 1946.

**Rui Santos** – Licenciado em Direito é Advogado e Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados. Nasceu em 1952.

**Rui Teives Henriques (Madeira)** – Doutorado em Química, foi Assistente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e Investigador do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. Atualmente é Professor Associado (aposentado) do Instituto Superior Técnico. Publicou em coautoria, entre outras obras, *Perylene Based Conductors* (in *Handbook of Organic Conductive Molecules and Polymers*. John Wiley & Sons, 1997) e *Condutores Moleculares* (in *Química – Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, n.º 97, 2009). Nasceu em 1947.

**Teresa Gonçalves Lobo (Madeira)** – Licenciada. Artista plástica. Nasceu em 1968.

**Thierry Proença dos Santos (Madeira)** – Doutorado em Linguística Aplicada, é Docente na Universidade da Madeira, membro do CTPP / CLEPUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), e Colaborador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Publicou em coautoria *Funchal (d)Escrito – Ensaios sobre Representações Literárias da Cidade* (7 dias 6 noites, 2011) e *Comeres e Beberes Madeirenses em Horácio Bento de Gouveia* (Campo das Letras, 2005). Nasceu em 1966.

**Urbano Bettencourt (Açores)** – Doutorado em Estudos Portugueses, publicou *Outros Nomes Outras Guerras* (Companhia das Ilhas, 2013) e *Que paisagem apagarás* (Letras Lavadas, 2010). Nasceu em 1949.

**Vasco Pereira da Costa (Açores)**

**Vera Valentina Benrós de Melo Duarte Lobo de Pina (Cabo Verde)** – Licenciada em Direito, foi Ministra de Educação e Ensino Superior e Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania. Atualmente é Conselheira do Presidente da República e Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Desembargadora e Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras. Publicou *Amanhã a madrugada* (1993) e *O Arquipélago da Paixão* (2001), com o qual recebeu o Prix Tchicaya U Tam'si de poesia africana. Nasceu em 1952.

**Victor Rui Dorés (Açores)** – Licenciado em Inglês e Alemão, é linguista e etnomusicólogo. Atualmente desenvolve atividade como ator e encenador, e é Professor do quadro na Escola Secundária Manuel de Arriaga, Faial (Açores). Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional de Educação, integra o Conselho Regional de Cultura e é membro da Comissão Científica do Plano Regional de Leitura. Tem vários livros publicados (romance, conto, poesia e crónica) entre os quais *A valsa do silêncio* (Edição de Autor, 2004) e *Entre o cais e a lancha* (Edição de Autor, 1990). Nasceu em 1958.

**Włodzimierz J. Szymaniak (Cabo Verde)** – Doutorado em Linguística Aplicada, foi Professor da Universidade de Wrocław e da Universidade Fernando Pessoa do Porto e Pró-reitor para a Investigação, Desenvolvimento e Inovação na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, onde hoje leciona. É autor do livro *Tubarões de Moia-Moia. Guia de mergulho e de mar da ilha de Santiago* (Alfa Comunicações, 2014) e co-autor de *Títulos das Notícias. Recursos retórico-estilísticos* (Minerva Coimbra 2005), e *O mar no imago mundi do cabo-verdiano: um olhar sobre a literatura* (in *Atas do XXV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. AULP, 2015). Nasceu em 1964.

## ÍNDICE

Condição de Ilhéu . . . . .	7
<i>Artur Goulart</i>	
Introdução . . . . .	I
<i>Roberto Carneiro</i>	

### I SER ILHÉU É CONDIÇÃO

À procura da noção de ilhéu . . . . .	11
<i>Álamo Oliveira</i>	
Condição de ilhéu . . . . .	19
<i>Dina Salústio</i>	
Condição de ser ilhéu. . . . .	27
<i>Fernando Ildefonso</i>	
A condição de ilhéu – Vivência, memória, testemunho. . . . .	35
<i>João David Pinto-Correia</i>	
A condição do ilhéu: natureza, povo e religiosidade . . . . .	45
<i>José Avelino Bettencourt</i>	
Condição de ilhéu . . . . .	47
<i>José Guilherme Reis Leite</i>	
Ser ilhéu. . . . .	49
<i>Manuel Cândido Pimentel</i>	
De longe, a ilha . . . . .	55
<i>Maria Margarida Gago da Câmara</i>	

Entre mar, serras e medos . . . . .	63
<i>Nelson Veríssimo</i>	
Todas as ilhas a ilha . . . . .	67
<i>Thierry Proença dos Santos</i>	
Ser ilhéu – e salvar-se pelos livros. . . . .	73
<i>Urbano Bettencourt</i>	

## II PELO MUNDO COM A ILHA ÀS COSTAS

Uma experiência da condição de ilhéu . . . . .	79
<i>Álvaro Monjardino</i>	
A ilha que trago dentro de mim . . . . .	91
<i>Ana Isabel Moniz</i>	
O ADN ilhéu . . . . .	97
<i>António M. de Frias Martins</i>	
Ilha: palavra inventada pelo mar . . . . .	101
<i>António Rego</i>	
A ilha, o mar e a história . . . . .	113
<i>Artur Teodoro de Matos</i>	
Everytime we say goodbye I die a little . . . . .	117
<i>Eduardo Paz Ferreira</i>	
Condição de um ser . . . . .	123
<i>Fátima Marques Pereira</i>	
Meio micalense, meio terceirense, açoriano de berço, de minha raiz portu- guês, que outra coisa não sou... . . . . .	133
<i>Germano de Sousa</i>	
A minha condição de ilhéu . . . . .	145
<i>João de Melo</i>	
A minha aldeia é uma ilha . . . . .	157
<i>João Prates</i>	
O que é isto de se ser ilhéu?. . . . .	163
<i>João Saramago e José Bettencourt Gonçalves</i>	
Na ilha respiro a liberdade da vida . . . . .	175
<i>João Carlos Abreu</i>	

Cabo Verde nha testemunha . . . . .	181
<i>José Paulo Santos</i>	
Mas com que palavras há-de um ilhéu escrever-se? . . . . .	187
<i>Luiz Fagundes Duarte</i>	
Condição de uma ilha no Brasil . . . . .	197
<i>Maria Eduarda Fagundes Nunes</i>	
Longe da Terceira... . . . .	211
<i>Rafael Gonçalo Pimentel Gomes Filipe</i>	
Impressões de um portuense ilhéu . . . . .	219
<i>Rui Fernando Raposo Couto dos Santos</i>	
Quando o mar faz falta. . . . .	223
<i>Rui Teives Henriques</i>	
Ser ilhéu. . . . .	227
<i>Teresa Gonçalves Lobo</i>	

## III

## INSULARIDADE, UMA IDENTIDADE OCEÂNICA

A condição de ilhéu: entre açorianidade e autonomia . . . . .	231
<i>Álvaro Laborinho Lúcio</i>	
Insularidades e o universo plural da açorianidade . . . . .	241
<i>Alzira Silva</i>	
A condição do ilhéu!. . . . .	253
<i>David Hopffer Almada</i>	
«Pedra torrada, transtorno do mundo» – a condição de ilhéu . . . . .	259
<i>António M. Machado Pires</i>	
Ser ilhéu dos Açores: o mar e o isolamento como desafios . . . . .	267
<i>José Luís Brandão da Luz</i>	
No rasto de Astéria – Para uma metafísica e alquimia da insularidade. . . . .	285
<i>Miguel Santos</i>	
José Enes e a condição de ilhéu em espaço açoriano. . . . .	293
<i>Maria Fernanda Diniz Teixeira Enes</i>	
Da condição insular . . . . .	317
<i>Victor Rui Soares</i>	

Condição de ilhéu . . . . .	327
<i>Vera Duarte</i>	

O mito e o contramito das ilhas na cultura universal e em Cabo-Verde. . . . .	339
<i>Włodzimierz J. Szymaniak</i>	

## IV

## HISTÓRIA – O PESO DA GEOGRAFIA

Do mutirão social às frentes para a conquista do poder. . . . .	353
<i>Antônio Ludgero Correia</i>	

A politização do ser são-tomense e da santomensidade . . . . .	365
<i>Augusto Nascimento</i>	

O ilhéu dos Açores. . . . .	379
<i>Avelino de Freitas de Meneses</i>	

A condição do ilhéu ao longo do tempo – S. Tomé e Príncipe. . . . .	383
<i>Carlos Neves</i>	

Marcas de um tempo em que o caminho era o mar. . . . .	403
<i>Conceição Castro Ramos</i>	

Saídas, partidas e regressos: (In)experiências de (e)migrações . . . . .	413
<i>Gilberta Pavão Nunes Rocha</i>	

Aspectos socioculturais do cabo-verdiano . . . . .	423
<i>João Lopes Filbo</i>	

Na ilha de Nemésio, invadida pelos americanos. . . . .	435
<i>José Henrique Silveira de Brito</i>	

A condição do ilhéu: entre permanências e errâncias. Dimensões da alteridade na cultura são-tomense. . . . .	453
<i>Inocência Mata</i>	

Gastronomia, música e dança no ciclo de vida do homem cabo-verdiano. . . . .	471
<i>Manuel Brito-Semedo</i>	

No regresso à ilha, olhar a terra e as gentes . . . . .	493
<i>Maria Norberta Amorim</i>	

As insularidades e a experiência vivida pelos estudantes das gerações de 50 e 60 do Liceu Nacional da Horta . . . . .	527
<i>Ricardo Manuel Madruga da Costa</i>	

V  
RECONFIGURAÇÕES LITERÁRIAS DA ILHA

O céu sobre as ilhas . . . . .	543
<i>António Fournier</i>	
A condição de ilhéu . . . . .	551
<i>J. Chrys Chrystello</i>	
A condição da açorianidade: a alma e a mundividência do ilhéu . . . . .	569
<i>Elizabeth Tavares Arsénio</i>	
Condição insular da caboverdianidade: resistências e re-existências . . . . .	585
<i>Filinto Elísio Correia e Silva</i>	
O quotidiano cabo-verdiano na obra de Jorge Barbosa . . . . .	597
<i>Hilarino Carlos Rodrigues da Luz</i>	
Ternura e sacrifício: Cenas quotidianas das ilhas desconhecidas . . . . .	623
<i>José de Assunção Gonçalves</i>	
Insular navegabundo. . . . .	631
<i>José Francisco Costa</i>	
A condição de ilhéu – o caso de Cabo Verde, visto através dos seus poetas . .	649
<i>Ondina Ferreira</i>	
Génesis na ilha. . . . .	659
<i>Onésimo Teotónio Almeida</i>	
A nossa condição insular . . . . .	663
<i>Rosa Maria Goulart</i>	
Hosana, Mar . . . . .	673
<i>Vasco Pereira da Costa</i>	
Notas biográficas . . . . .	675



